

Universidades Lusíada

Barbosa, Vera Lúcia Ermida, 1965-

Serviço social “decolonial”: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro

<http://hdl.handle.net/11067/8413>

Metadados

Data de Publicação 2025-12-19

Resumo A tese adota as contribuições epistémicas dos Estudos Pós-coloniais, Subalternos e Decoloniais do pensamento crítico das Ciências Sociais e Humanas como base para analisar a formação e a produção científica em Serviço Social nos contextos português e brasileiro na contemporaneidade. Se configura como um estudo exploratório orientado pela Teoria Crítica Decolonial e pela metodologia de pesquisa qualitativa. Acolhe como conceito chave de análise a Colonialidade e utiliza o método etnográfico e a p...

The thesis adopts the epistemic contributions of Postcolonial, Subaltern and Decolonial Studies of critical thinking in the Social and Human Sciences as a basis for analysing training and scientific production in Social Work in the Portuguese and Brazilian contexts in contemporary times. It is configured as an exploratory study guided by Decolonial Critical Theory and qualitative research methodology. It adopts Coloniality as a key concept of analysis and uses the ethnographic method and documen...

Palavras Chave Serviço social - Ensino e estudo - Portugal, Serviço social - Ensino e estudo - Brasil, Serviço Social - História - Portugal, Serviço Social - História - Brasil, Pós-colonialismo - Aspectos sociais - Portugal, Pós-colonialismo - Aspectos sociais - Brasil

Tipo doctoralThesis

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-ISSSL] Teses

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T23:02:49Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA
INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA
Doutoramento em Serviço Social

**Serviço social “decolonial”:
um estudo sobre os debates teóricos emergentes
e a formação em serviço social nos contextos
português e brasileiro**

Realizado por:
Mestre Vera Lúcia Ermida Barbosa

Orientado por:
Professora Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa

Coorientado por:
Professora Doutora Rita de Cássia Santos Freitas

Constituição do Júri:

Presidente:	Professor Doutor Afonso Filipe Pereira d'Oliveira Martins
Orientadora:	Professora Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa
Arguente:	Professora Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha
Arguente:	Professora Doutora Isabel Freitas Vieira
Vogal:	Professora Doutora Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva
Vogal:	Professora Doutora Vanda Sofia Braz Ramalho

Tese aprovada em: 19 de dezembro de 2025

Lisboa

2025



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA

Doutoramento em Serviço Social

Serviço social “decolonial”:
um estudo sobre os debates teóricos emergentes
e a formação em serviço social nos contextos
português e brasileiro

Vera Lúcia Ermida Barbosa

Lisboa

Janeiro 2025



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA

Doutoramento em Serviço Social

Serviço social “decolonial”:
um estudo sobre os debates teóricos emergentes
e a formação em serviço social nos contextos
português e brasileiro

Vera Lúcia Ermida Barbosa

Lisboa

Janeiro 2025

Vera Lúcia Ermida Barbosa

Serviço social “decolonial”:
um estudo sobre os debates teóricos emergentes
e a formação em serviço social nos contextos
português e brasileiro

Tese apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa

Coorientadora: Professora Doutora Rita de Cássia Santos Freitas

Lisboa

Janeiro 2025

FICHA TÉCNICA

Autora Vera Lúcia Ermida Barbosa
Orientadora Professora Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa
Coorientadora Professora Doutora Rita de Cássia Santos Freitas
Título Serviço social “decolonial”: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em Serviço Social nos contextos português e brasileiro
Local Lisboa
Ano 2025

CASA DO CONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida, 1965-

Serviço social “decolonial”: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro / Vera Lúcia Ermida Barbosa; orientado por Maria Isabel de Jesus Sousa, Rita de Cássia Santos Freitas. - Lisboa: [s.n.], 2025. - Tese de Doutoramento em Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada.

I - SOUSA, Maria Isabel de Jesus, 1956-

II - FREITAS, Rita de Cássia Santos, 1964-

LCSH

1. Serviço Social - Ensino e estudo - Portugal
2. Serviço Social - Ensino e estudo - Brasil
3. Serviço Social - História - Portugal
4. Serviço Social - História - Brasil
5. Pós-colonialismo - Aspectos sociais - Portugal
6. Pós-colonialismo - Aspectos sociais - Brasil
7. Universidade Lusíada. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Teses
8. Teses - Portugal - Lisboa
1. Social work education - Portugal
2. Social work education - Brazil
3. Social service - History - Portugal
4. Social service - History - Brazil
5. Postcolonialism - Social aspects - Portugal
6. Postcolonialism - Social aspects - Brazil
7. Universidade Lusíada. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Dissertations
8. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

AVISO LEGAL

O conteúdo desta tese reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta tese pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta tese, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Para Lia & Kasper

AGRADECIMENTOS

Escrever sobre Serviço Social e decolonialidade é um desafio, um compromisso ético-político e um prazer. Sou grata por esse privilégio.

A vontade de cursar o doutoramento em Serviço Social surgiu em 2020 no encontro da minha turma de graduação em comemoração aos 30 anos de formadas. Uma amiga, Goreti, tendo conhecimento da recém conclusão no doutoramento em Estudos Contemporâneos, onde debati a Teoria Crítica Decolonial, sugeriu que eu realizasse também esse debate no Serviço Social. Fica aqui minha gratidão a essa amiga querida que despertou um desejo!

Para minha filha, fonte de inspiração, presença sincera e amorosa, e ao seu companheiro que a faz tão feliz. Amos vocês!

À minha irmã, por todas as acolhidas, cama arrumada, comidas gostosas, paciência e generosidade. E ao meu cunhado, que acompanha sua companheira com sabedoria, e juntos têm sempre as portas abertas nas minhas passagens pelo Brasil, muito obrigada!

Às minhas orientadoras, professoras Isabel e Rita, pelas leituras críticas, valiosas conversas e parceria ao longo do curso.

Sou grata às coordenações dos cursos de Serviço Social da ESS|UFF e do ISSSL|UL pelo apoio à realização do trabalho de campo no Brasil e em Portugal. Também agradeço a cada professor e professora que cedeu espaço em suas aulas para que eu pudesse apresentar a pesquisa e convidar as/os alunas/os a participarem.

Às alunas Ana Clara e Gisele e aos alunos Juan, Paulo e Renato da ESS|UFF e às alunas Maria de Fátima, Ana Luíza, Sofia e Matilde e ao aluno Cezare do ISSSL|UL pela disponibilidade para participar de forma consistente e emocionante das entrevistas. A cada um/a meu carinho e a alegria de saber que serão assistentes sociais.

Agradeço ao CLISSIS e ao ISSSL pelo acolhimento institucional e a Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) pela Bolsa de Investigação que favoreceu a realização do doutoramento e o deslocamento para o trabalho de campo no Brasil e em Portugal.

“O que não é possível é ter um discurso democrático, anti discriminatório e ter uma prática colonial”.

FREIRE, Paulo (2008) – Pedagogia da Esperança: um encontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 68.

APRESENTAÇÃO

Serviço social “decolonial”:

um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro

Vera Lúcia Ermida Barbosa

A tese adota as contribuições epistémicas dos Estudos Pós-coloniais, Subalternos e Decoloniais do pensamento crítico das Ciências Sociais e Humanas como base para analisar a formação e a produção científica em Serviço Social nos contextos português e brasileiro na contemporaneidade. Se configura como um estudo exploratório orientado pela Teoria Crítica Decolonial e pela metodologia de pesquisa qualitativa. Acolhe como conceito chave de análise a Colonialidade e utiliza o método etnográfico e a pesquisa documental para desenvolver a investigação, tendo como campo de observação participante o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, em Portugal e a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense no Brasil e como alvo de reflexão a produção científica sobre a práxis profissional e a formação apresentada no XVII CBAS/2022 e na ECSWE/2023. O cenário de análise considera a história da profissão em ambos os países para identificar e superar as demandas teóricas atuais contribuindo para fortalecer a construção de uma identidade comprometida com o projeto ético-político de defesa de direitos e promoção de justiça social no contexto neoliberal global necrossocial e necropolítico. A reflexão teórica se apropria do conceito “questão social” em sua forma complexa, problematizando suas novas expressões resultantes das relações de classe, “raça” /etnia, género e sexualidade no Sul Global/ Geopolítico situadas na modernidade eurocentrada. O estudo busca responder as seguintes indagações: *i.* Como os currículos académicos expressam as estratégias epistemológicas para expandir e complexificar os debates e instrumentalizar a práxis; *ii.* Como a epistemologia decolonial pode orientar estudos e práticas nos currículos no sentido de favorecer/provocar o pensamento crítico da profissão. *iii.* Como a produção científica demonstra apropriações do pensamento decolonial pelas/os assistentes sociais e; *iv.* Como os debates interseccionais de classe, “raça” /etnia, género e sexualidade do pensamento decolonial podem oferecer subsídios teórico metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social.

Palavras-chave: Decolonialidade; Serviço Social; formação; práxis; globalização

PRESENTATION

“Decolonial” social work:

a study of emerging theoretical debates and social work education the Portuguese and Brazilian contexts

Vera Lúcia Ermida Barbosa

The thesis adopts the epistemic contributions of Postcolonial, Subaltern and Decolonial Studies of critical thinking in the Social and Human Sciences as a basis for analysing training and scientific production in Social Work in the Portuguese and Brazilian contexts in contemporary times. It is configured as an exploratory study guided by Decolonial Critical Theory and qualitative research methodology. It adopts Coloniality as a key concept of analysis and uses the ethnographic method and documentary research to develop the investigation, having as a field of participant observation the Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa of Universidade Lusíada, in Portugal, and the Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense in Brazil, and as a target for reflection the scientific production on professional praxis and education presented at the XVII CBAS/2022 and at ECSWE/2023. The analysis scenario considers the history of the profession in both countries to identify and overcome current theoretical demands, contributing to strengthening the construction of an identity committed to the ethical-political project of defending rights and promoting social justice in the global neoliberal, necrosocial and necropolitical context. The theoretical reflection appropriates the concept of “social question” in its complex form, problematizing its new expressions resulting from class, “race”/ethnicity, gender and sexuality relations in the Geopolitical Global South situated in Eurocentric modernity. The study seeks to answer the following questions: *i.* How do academic curricula express epistemological strategies to expand and complexify debates and instrumentalize praxis; *ii.* How can decolonial epistemology guide studies and practices in curricula to favour/provoke critical thinking in the profession. *iii.* How scientific production demonstrates appropriations of decolonial thought by social workers and *iv.* How intersectional debates on class, “race”/ethnicity, gender and sexuality in decolonial thought can offer theoretical and methodological support that can be appropriated by Social Work.

Keywords: Decoloniality; Social Work; education; praxis; globalization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Êxodos. Foto de Sebastião Salgado (2000, p. 198)	25
Figura 2. Esquema construído a partir da sistematização sobre colonialidade do poder de Enrique Dussel (2000)	60
Figura 3. Modelo construído pela pesquisadora a partir do esquema explicativo de Ramón Grosfoguel (2012)	94
Figura 4. Fotografia de alunas da Escola de Serviço Social de Niterói. (1945). Disponível em: https://memoria.uff.br/index.php/multimedia-2/fotos . Acesso em: 31/10/2024	144
Figura 5. UFF em números. (2024). Disponível em: https://www.uff.br/ , Acesso em: 31/10/2024.....	145
Figura 6. Campus Gragoatá UFF. Niterói. RJ. Brasil. (2022). Arquivo pessoal	184
Figura 7. Faixa colocada na área externa do Campus Gragoatá – UFF. (2022). Arquivo pessoal	185
Figura 8. Fachada do 1º andar do edifício da ESS - UFF. Campus Gragoatá. Paineis do Diretório Acadêmico Maria Kiehl de Serviço Social (DAMK) e a imagem de Marielle Franco. (2022). Arquivo pessoal	186
Figura 9. Mural do Restaurante Universitário. Homenagem ao centenário de Paulo Freire. Campus Gragoatá UFF. (2022). Arquivo pessoal	187
Figura 10. Faixa colocada na área externa do Campus Gragoatá UFF. (2022). Arquivo pessoal	187
Figura 11. Cartazes colocados nos corredores das salas de aula de 2º andar. ESS UFF. (2022). Arquivo pessoal	188
Figura 12. Universidade Lusíada de Lisboa. UL. Alcântara, Lisboa. Portugal. (2023). Arquivo pessoal	198
Figura 13. Capela que compõe o edifício da Casa Nobre UL. Lisboa. Portugal. (2023). Arquivo pessoal	199
Figura 14. Área interna da Universidade Lusíada de Lisboa. UL. Alcântara, Lisboa. Portugal. (2023). Arquivo pessoal	199
Figura 15. Site do XVII CBAS. Disponível em: XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Acesso em: 01/11/2022	235
Figura 16. Painéis temáticos do XVII CBAS. Disponível em: XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Acesso em: 01/11/2022	238
Figura 17. Site da ECSWE. Disponível em: https://ecswe2023.eventqualia.net/en/home/ . Acesso em 16/09/2024	242
Figura 18. Eixos temáticos da ECSWE. Disponível em: https://ecswe2023.eventqualia.net/en/home/ . Acesso em 16/09/2024	245

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ABEPSS	- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APSS	- Associação dos Profissionais de Serviço Social
CBAS	- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CLISSIS	- Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social
CFESS	- Concelho Federal de Serviço Social
EASSW	- European Association of Schools of Social Work
ECSWE	- European Conference of Social Work Education
ENESSO	- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ESS	- Escola de Serviço Social
IASSW	- International Association of Schools of Social Work
ISFW	- International Federation of Social Workers
ISSSL	- Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
ISSSP	- Instituto Superior de Serviço Social do Porto
MEC	- Ministério da Educação
UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UFRJ	- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
ULL	- Universidade Lusíada de Lisboa

SUMÁRIO

Introdução.....	25
1. Teoria Crítica: continuidades e ruturas nas Ciências Sociais e Humanas	35
1.1. Notas sobre a construção do pensamento complexo	35
1.2. Pós-estruturalismo e a desconstrução da “escola” de pensamento	41
1.3. Pensamento Pós-moderno e a crítica a totalidade	45
1.4. Pensamento Pós-colonial, Estudos Culturais, Estudos Subalternos e eurocentrismo	49
1.5. Pensamento Decolonial: um movimento teórico de deslocamento epistémico	55
2. Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: geopolítica e “questão social”	67
2.1. Ideias para adiar o fim da consciência crítica	67
2.2. “Questão social”: a complexidade do conceito.....	83
2.3. Necropolítica, “zona do não ser” e “questão social”	90
2.4. Classificação social, género e “raça” /etnia: a interseccionalidade da “questão social”	95
3. O Serviço Social no Norte e no Sul Global/Geopolítico e a “zona do não ser”	103
3.1. Serviço Social em Portugal e Serviço Social no Brasil: aproximações e ruturas teóricas e práticas.....	111
3.2. O projeto necroneoliberal e a formação em Serviço Social: Bolonha e MEC/CEFESS.....	117
4. Caminhos metodológicos: compromisso ético-político e a geopolítica do conhecimento	129
4.1. Metodologias “não extrativistas” no processo etnográfico.....	130
4.2. Geopolítica do conhecimento na produção científica.....	136
4.3. Passos metodológicos: procedimentos éticos, pactos de reciprocidade e devolutiva da pesquisa.....	138
5. Currículos: o que conservam e o que são capazes de transformar	143
5.1. ESS UFF: história, desafios e currículo	143
5.1.1. Notas sobre o currículo da ESS UFF e a Teoria Crítica Decolonial	148
5.1.2. Plano de atividades das disciplinas da ESS UFF.....	151
5.2. ISSSL UL: história, desafios e currículo.....	161
5.2.1. Notas sobre o currículo do ISSSL UL e a Teoria Crítica Decolonial	164
5.2.2. Plano de atividades das disciplinas do ISSSL UL	171
5.3. Conservar ou transformar: os dilemas da formação	179
6. “Relatos do campo”: a etnografia na ESS UFF e no ISSSL UL	183
6.1. UFF - Escola de Serviço Social	184
6.1.1. Quando as paredes falam: reflexos e determinantes do currículo.....	184
6.1.2. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP: o início da pesquisa de campo	189
6.1.3. “Boa tarde, quero participar da pesquisa”: os caminhos para as entrevistas	191
6.1.4. Alunas e alunos participantes e suas histórias.....	194
6.2. UL - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa	198
6.2.1. Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada	200
6.2.2. O campo em dois tempos: as entrevistas	203
6.2.3. Alunas e alunos participantes e suas histórias.....	206
6.3. Teorias e formação crítica: as narrativas da ESS UFF e do ISSSL UL	209
6.3.1. Categorias de Análise.....	212

7. Produção científica: o XVII CBAS e a ECSWE 2023	233
7.1. XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS. Brasil, 2022: Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina	235
7.1.1. Eixo temático e trabalhos selecionados	238
7.2. European Conference of Social Work Education - ECSWE Porto, 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures	242
7.2.1. Eixo Temático e trabalhos selecionados	245
7.3. XVII CBAS e da ECSWE/2023: pistas decoloniais	249
7.3.1. Categorias de Análise	249
Conclusão	281
Referências	293
Apêndices	335
Lista de apêndices	337
Apêndice A	339
Apêndice B	347
Anexos	351
Lista de anexos	353
Anexo A	355
Anexo B	359
Anexo C	365
Anexo D	391
Anexo E	409
Anexo F	415

INTRODUÇÃO



Figura 1. Êxodos. Foto de Sebastião Salgado (2000, p. 198)

A impactante imagem, capturada pela lente do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, foi a minha escolha para iniciar a escrita da tese e apresentar a trajetória do estudo acerca das possíveis e necessárias apropriações da Teoria Crítica Decolonial pelo Serviço Social.

Ela é estratégica para analisar a modernidade no sentido de pensar o campo “privilegiado” de intervenção do Serviço Social. Por estar inundado de realidade, o registo convoca a refletir acerca do que nós assistentes sociais precisamos como ferramenta teórica, metodológica e, definitivamente, ético-política para atuarmos junto a grupos de pessoas que possuem o olhar de quem se encontra na “zona do não ser”. (Fanon, 2018). Nesse sentido, acredito que a compreensão da complexa dimensão da imagem necessita estar contextualmente relacionada ao colonialismo e as feridas provocadas por ele, a colonialidade do poder, do saber, do ser e do fazer. (Maldonado-Torres, 2007, 2008; Quijano, 2005).

A fotografia é parte do conjunto que compõe as publicações resultantes do Projeto Êxodos. Nelas estão registradas as viagens realizadas pôr Sebastião Salgado ao longo de seis anos a quarenta países. A foto, foi realizada durante a etapa do projeto dedicada ao continente africano. No Capítulo II, intitulado “A tragédia africana: um continente à deriva”, Salgado (2000, p. 18) afirma que,

A África foi traumatizada pelo sofrimento e o desespero. Seu povo ficou profundamente marcado pela pobreza, a fome, a corrupção, o despotismo e a guerra. [...] Há momentos em que se tem a impressão de que os Estados Unidos e a Europa riscaram a África do mapa, dando-a por perdida.

O livro, que conta a história da humanidade em trânsito, a qual o autor considera uma história perturbadora, aborda a questão das migrações sob a perspectiva de que “poucas pessoas abandonam a terra natal por vontade própria. Se tornam migrantes, refugiadas ou exiladas fugindo da pobreza, da repressão ou das guerras. [...] Viajam sozinhas, com as famílias ou em grupos. Muitas não conseguirão chegar a lugar nenhum”. (Salgado, 2000, p. 7).

Salgado expõe uma das faces ocultas da modernidade globalizada: os processos migratórios mundiais que afetam maioritariamente as populações de países que sofreram processos de colonização, escravização, epistemicídio; a herança colonial do racismo patriarcal cisheteronormativos que se traduz em pobreza, guerras étnicas e religiosas e; na incidência cada vez mais mortal do capitalismo neoliberal globalizado extrativista contemporâneo. Esse lugar geopolítico ao qual o autor, através de sua fotografia, nos convoca a visitar e da potente reflexão que ela é capaz de promover, se configura no lócus onde as ações do Estado, materializadas nas Políticas Públicas, demandam ações de proteção, garantia de direitos e promoção de cidadania.

Imersa nesse contexto de reflexão, a escrita que será apresentada nos capítulos que compõem a tese, também resulta dos caminhos que percorri ao longo de mais de trinta anos como assistente social, dos quais, dezanove foram de práxis e intervenção social em inúmeros locais com grande diversidade de usuários e usuárias, alvos das mais variadas Políticas Sociais no Brasil. Locais onde é “comum” encontrar o olhar que emerge da “zona do não ser”.

Essa vivência profissional colocou perguntas que não puderam ser respondidas com o escopo marxista sobre o qual minha formação se estruturou (ESS|UFF). A busca por

chaves conceituais que oferecessem ferramentas de análise se iniciou no mestrado em Psicossociologia de Comunidades Ecologia Social (UFRJ), onde a base teórica se originava da América Latina, ou seja, com a Teoria Crítica Decolonial em diálogo com os Estudos Subalternos, Feministas, Culturais e Pós-coloniais. As pesquisas posteriores no doutoramento (III|UC) e pós-doutorado (CIDEHUS|UÉvora) percorreram o campo da História moderna e contemporânea se apoiando na decolonialidade como ferramenta de análise epistêmica predominante. Esse conhecimento acumulado fundamenta agora a pesquisa doutoral em Serviço Social. Ela resulta das reflexões possibilitadas pelo pensamento decolonial que orientaram análises e respostas às perguntas emergidas da práxis, e que não encontraram suporte na teoria marxistas exclusivamente. Também são contributos a escolha do presente objeto de pesquisa a identificação de lacunas teóricas relativamente a Teoria Crítica Decolonial nas produções científicas da profissão nos contextos português e brasileiro. Desse modo, o desenvolvimento dessa investigação científica em Serviço Social a partir da perspectiva decolonial se configura um tema inovador em Portugal e no Brasil.¹

Nesse contexto, em consonância com a prática profissional mediada pelo compromisso com o Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (Netto, 2015) e da crítica que efetua às suas limitações teóricas (Barbosa, 2023a), a investigação desenvolvida no doutoramento em Serviço Social (2021-2025) acolhe criticamente as contribuições do pensamento crítico oriundo do Sul Global/Geopolítico às Ciências Sociais e Humanas como base teórica, com destaque para as diversas expressões do pensamento crítico decolonial. Essa opção epistêmica se fundamenta na percepção de que a Teoria Crítica Decolonial oferece ferramentas para compreender na contemporaneidade a complexidade e “a especificidade histórica e política de nossas sociedades desde um paradigma não dominante que mostra a relação entre modernidade ocidental, o colonialismo e o capitalismo, questionando as narrativas da historiografia oficial e mostrando como se conformaram as hierarquias sociais”. (Curiel, 2019a, p. 32). Assim, o estudo acolhe como chave de análise a Colonialidade (Mignolo, 2017; Quijano, 2005;

¹ A palavra “decolonial” colocada entre aspas, que compõe o título da tese, respeita a deliberação adotada pelo Conselho Científico da Universidade Lusíada proferida em 29 de setembro de 2023.

Wallerstein e Quijano, 1992) na perspectiva de que se tratar de um conceito aplicável em contextos geopolíticos do Norte e do Sul Global.

A partir desse escopo teórico, se constrói a hipótese de que, sendo o Serviço Social uma profissão socialmente reconhecida e legitimada como área de conhecimento que articula ensino, investigação e exercício profissional (IASSW/AIETS, 2020), a apropriação pelo Serviço Social das epistemologias críticas contemporâneas, em particular da Teoria Crítica Decolonial (Grosfoguel e Mignolo, 2008; Mignolo, 2010, 2003, 2007b), pode oferecer um espectro teórico e metodológico capaz de complexificar a produção de conhecimento científico, instrumentalizar a práxis e a politicidade profissional. Nesse sentido, essa estratégia se coloca como um movimento capaz de fortalecer e ampliar a base teórica crítica da profissão como estratégia de luta frente aos desafios contemporâneos. (Beverley e Worsley, 2007; Frost, Freitas e Campanini, 2007; Lishman, 2012; Payne, 2020; Rogers *et al.*, 2020).

A tese considera que a percepção das estruturas micro, meso e macro de longa duração histórica (Braudel, 1992b) e das novas expressões da “questão social” (Yazbek, 2001; Netto, 2007) são fundamentais para formar profissionais capazes de atuar numa perspectiva crítica. Assim, o conceito “questão social” é problematizado considerando a interseccionalidade (Crenshaw, 2023) das relações de classe, “raça” /etnia, gênero e sexualidade no Sul e no Norte Global/Geopolítico na perspectiva da modernidade/colonialidade. (Duarte e Costa, 2023). Nesse contexto, o recorte histórico e geográfico adota como cenário de análise a trajetória da profissão em Portugal e no Brasil. A opção considerou a posição geopolítica que ambos os países ocupam no Sul e no Norte para identificar, e propor superar, as lacunas teóricas com o objetivo de fortalecer uma identidade comprometida com o Projeto ético-político de defesa de direitos e promoção de justiça e transformação social no contexto neoliberal global necrossocial e necropolítico. (Mbembe, 2018).

O objetivo da pesquisa é estudar as possíveis apropriações e contribuições do pensamento decolonial para a ampliação da matriz teórica do Serviço Social em contexto português e brasileiro. Para tanto, de maneira específica, contextualiza teórica e geopoliticamente os currículos atuais do ISSS|UL e da ESS|UFF; analisa como os currículos expressam as estratégias para complexificar os debates e instrumentalizar a práxis; identifica como a epistemologia decolonial pode orientar estudos e práticas no sentido de favorecer/provocar o pensamento crítico da profissão; estuda como a

produção científica de assistentes sociais denota apropriação do pensamento decolonial; e reflete como os debates interseccionais e decoloniais de classe, “raça” /etnia, género e sexualidade podem oferecer subsídios teórico metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social.

O carácter qualitativo da investigação se estrutura metodologicamente no método etnográfico, com observação participante e entrevistas e na pesquisa documental. Essas opções teóricas e metodológicas, bem como ético-política, de carácter decolonial, fundamentam a opção pela escrita na primeira pessoa do singular. Ela explicita minha implicação como pesquisadora brasileira e portuguesa no desenvolvimento de uma pesquisa que adota o processo etnográfico, que produz análises e reflexões acerca da formação e da produção científica no Serviço Social em ambos os países, no sentido de reconhecer vínculos e interações que compõem a escrita científica afetada e não neutra. Assim, me incluo na busca por outros modelos de produção do saber, nos quais a subjetividade substitui a neutralidade e a objetividade, a separação entre teoria e prática dá lugar a um/a *sujeito/a* epistémico/a situado/a, que se caracteriza não pela separação com o seu *objeto* de pesquisa e sim pelo seu envolvimento com ele. Dessa forma, honrando o rigor científico, reconheço e valido um modo de produzir o conhecimento onde a centralidade está na experiência e nos processos históricos que posicionam *sujeitos/as* acreditando que “pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz”. (Scott, 1995, p. 5).

A partir desses referenciais, o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada (ISSSL|UL) em Portugal e a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS|UFF) no Brasil se constituíram nos campos de estudos etnográfico e documental onde investigo os debates teóricos na formação através da análise dos currículos, das entrevistas semiestruturadas com alunas e alunos e da observação participante das dinâmicas de cada instituição. A escolha dos campos considerou a importância do Serviço Social brasileiro como referência teórica e da práxis crítica a partir dos anos de 1980 dentro e “fora” da América Latina, sendo ESS|UFF relevante na história e na formação do Serviço Social no Brasil, bem como o ISSSL|UL que figura historicamente relevante para a constituição da profissão em Portugal e profundamente ligado ao Serviço Social brasileiro na década de 1980.

Do mesmo modo, o critério de relevância norteou a escolha dos dois eventos para serem alvo de análise documental dos trabalhos apresentados, o XVII Congresso Brasileiro de

Assistentes Sociais (CBAS/2022) e a *European Conference of Social Work Education* (ECSWE -Porto/2023). O CBAS, por se configurar em um importante espaço de diálogo sobre a práxis entre profissionais de Serviço Social no Brasil e a ESCWE, em sua edição realizada em Portugal, por ser um fórum internacional de Escolas de Serviço Social onde os debates se voltam para os desafios da formação.

A investigação se configura como um estudo exploratório orientado pela metodologia de pesquisa qualitativa inter/transdisciplinar (Bauer e Gaskell, 2017; Nicolescu, 1999; Reidy, Mary e Mercier, 2003) com compromisso ético não extrativista. (Barbosa, 2018). Cumpre todas as diretrizes éticas e parâmetros, tendo suas ferramentas de pesquisa aprovadas e validadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP|UFF (2022) e pela Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada de Lisboa (2023).

O texto da tese está organizado em VII capítulos, a presente Introdução e a Conclusão. O Capítulo I, **Teoria Crítica: continuidades e ruturas nas Ciências Sociais e Humanas**, discorre sobre a construção do pensamento complexo e aborda de maneira sucinta os fundamentos das Ciências Sociais e Humanas referentes as denominadas teorias críticas. Assume a perspectiva de que, longe de serem neutras e objetivas, são capazes de romper ou de perpetuar pensamentos e reflexões que estruturam a profissão. O objetivo desse capítulo, dividido em cinco tópicos, é problematizar algumas das epistemologias emergidas no segundo quartel do século XX, construindo um caminho onde o pensamento possa percorrer, sem rigor cronológico, mas dialético, as continuidades e as possíveis ruturas que se articulam com as bases sociológicas que fundamentam a teoria e a práxis do Serviço Social contemporâneo.

Intitulado **Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: Geopolítica e “questão social”**, o Capítulo II apresenta a Teoria Crítica Decolonial. Explora a decolonialidade como estratégia e ferramenta metodológica. Problematisa suas potencialidades epistémicas como opção teórica para o Projeto ético-político e apresenta a colonialidade como referência e chave analítica com contribuições e possibilidades úteis para compreender as novas expressões da “questão social”. Analisa a complexidade do conceito “questão social” no sentido de construir e ampliar espaços de diversidade e resistência epistêmica na perspectiva decolonial. Acolhe as contribuições dos conceitos Necropolítica e Interseccionalidade como importantes sistematizações capazes de complexificar e favorecer reflexões acerca das estruturas sociais de classificação social,

gênero, “raça” /etnia e sexualidade que definem as relações do capitalismo global neoliberal.

O Capítulo III, **O Serviço Social no Norte e no Sul Global/Geopolítico** inicia a aproximação com a temática do território de atuação do Serviço Social e o lugar da formação na construção do ser e do fazer profissional a partir da compreensão das zonas de desumanização onde se efetiva a práxis. Adota a perspectiva da geopolítica global para analisar a dicotomia que permeia o Serviço Social em Portugal e no Brasil e as especificidades dos currículos que aproximam e distanciam as experiências no campo da formação em ambos os países. O capítulo expõe a compreensão acerca da “zona do ser” e da “zona do não ser” a partir do pensamento de Frantz Fanon (2009, 2018) no sentido de identificar as formas de construção da (des)humanidade na perspectiva dialética da longa duração histórica e suas determinantes na estrutura societária da modernidade.

Denominado **Caminhos metodológicos: compromisso ético-político e a geopolítica do conhecimento**, o IV Capítulo se refere ao processo metodológico adotado na pesquisa qualitativa de cariz multimétodos, a fundamentação teórico-metodológica, os procedimentos éticos, bem como as opções e o percurso do estudo exploratório que se apoia na perspectiva ética e política de viés crítico e epistemológico decolonial. Apresenta a articulação entre as opções teórico-metodológicas e as ferramentas utilizadas que compõem o corpo do estudo. Apresenta da fundamentação metodológica “não extrativista” no processo etnográfico e a geopolítica do conhecimento na produção científica. Descreve os componentes do percurso etnográfico, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas realizadas na ESS|UFF e no ISSSL|UL. bem como as fontes, recorte teórico e temporal da pesquisa documental realizada no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS 2022, Brasil e na *European Conference of Social Work Education* – ECSWE 2023, Portugal.

O V capítulo aborda a temática referente aos currículos acadêmicos. Intitulado **Currículos: o que conservam e o que são capazes de transformar**, o texto recorre ao contexto histórico que constitui a ESS|UFF e o ISSSL|UL e realiza a análise documental dos seus currículos atuais para refletir acerca do potencial transformador na formação através deles. Analisa o conteúdo dos Planos de atividade e as disciplinas escolhidas a partir de três eixos de análise orientadores. Identifica como cada instituição vem construindo, ou não, estratégias para enfrentar o dilema que se coloca à formação

em Serviço Social frente ao avanço do neoliberalismo global. Questiona, a partir das análises, como vem se concretizando a construção de uma identidade profissional comprometida com a transformação social. Investiga as lacunas teóricas nas disciplinas para identificar de que forma as teorias críticas do Sul Global/Geopolítico podem ampliar a análise complexa da realidade. Finalmente, reflete se os currículos adotam estratégias que avançam em direção ao Projeto ético-político revolucionário e crítico ou promovem a manutenção do conservadorismo através de perspectivas teóricas tradicionais em articulação com o neoliberalismo forjado pelo projeto de modernidade que reproduz permanentemente a colonialidade.

O capítulo VI, **“Relatos do campo”: a etnografia na ESS|UFF e no ISSSL|UL** apresenta os resultados do processo etnográfico, da observação participante, o quadro e as características das/os participantes das entrevistas e as análises e reflexões acerca dos contextos, da ESS|UFF e do ISSSL|UL. Os “relatos de campo” descrevem a confluência do escopo teórico-metodológico e do campo de pesquisa que apoiam as reflexões produzidas a partir da análise das narrativas resultantes das entrevistas. Tendo em vista o objetivo de estudar as possíveis apropriações e contribuições do pensamento decolonial para a construção da matriz teórica do Serviço Social em contexto português e brasileiro, foram construídas quatro Categorias de Análise. Elas refletem a articulação entre a análise documental dos currículos e das disciplinas, a observação participante e as entrevistas. Conclui que nas narrativas evidenciam uma problemática que requer o reconhecimento de que a construção da consciência e identidade crítica na profissão requer pensar geopoliticamente as novas expressões da “questão social” acolhendo teorias críticas emergentes, o que implica um olhar decolonial.

Produção científica: o XVII CBAS e a ECSWE 2023 é o título do VII e último capítulo. Ele aborda a etapa do estudo que analisa os debates teóricos atuais da práxis e da formação através da pesquisa documental em articulação com a geopolítica do conhecimento. Para tanto, apresenta e reflete sobre a produção científica que compôs o XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS 2022, Brasil e na *European Conference of Social Work Education* – ECSWE 2023, Portugal. Descreve os procedimentos metodológicos adotados e os critérios para seleção dos eventos e dos trabalhos analisados. Apresenta os objetivos e as características de cada evento, a opção pelos Eixos Temáticos e as análises críticas dos resumos. No intuito de identificar se, e como, as/os assistentes sociais vêm dialogando e se apropriando da

decolonialidade como chave analítica foram construídas quatro Categorias de Análise. Articula a leitura e a problematização da produção científica considerando as especificidades que se impuseram pelas características de cada evento. Conclui que a diversidade e as diferenças que permearam a participação e o modelo adotado pelo XVII CBAS e pela ECSWE em 2023 favoreceram análises complexas acerca dos debates e apropriações da Teoria Crítica Decolonial no Norte e no Sul Global/Geopolítico.

A Conclusão retoma a questão inicial acerca das possíveis apropriações e contribuições da Teoria Crítica Decolonial para a ampliação da matriz teórica do Serviço Social em contexto português e brasileiro considerando o percurso realizado pelo estudo. Assume o ineditismo do objeto de estudo e a reflexão teórica inovadora no campo do Serviço Social do Brasil e de Portugal. Apresenta as conclusões com os limites impostos pelo recorte temporal e contextual e o itinerário do estudo que articulou o campo teórico decolonial, os objetivos, os diferentes corpora empíricos e as estratégias metodológicas para confirmar que as bases teóricas sobre as quais a profissão se sustenta são insuficientes para dar respostas as novas expressões da “questão social” em ambos os países. Aponta contribuições para a complexificação das reflexões inferindo que o conceito de colonialidade é um fio condutor epistémico que favorece articulações entre as questões de “raça” /etnia, classificação social, género e sexualidade determinantes da exclusão e opressão que constituem ao campo da práxis do Serviço Social.

1. TEORIA CRÍTICA: CONTINUIDADES E RUTURAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Esse capítulo inicial abordará de maneira sucinta os fundamentos das Ciências Sociais e Humanas referentes as denominadas teorias críticas. Compreendo que tais abordagens epistémicas, longe de serem neutras e objetivas, transportam perspectivas capazes de romper ou de perpetuar pensamentos e reflexões que estruturam a profissão.

Ao discorrer criticamente acerca de algumas dessas epistemologias emergidas no segundo quartel do século XX, pretendo construir um caminho onde o pensamento possa percorrer, sem rigor cronológico, mas dialético, as continuidades e as possíveis ruturas que se articulam com as bases sociológicas que fundamentam a teoria e a práxis do Serviço Social contemporâneo.

1.1. NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO COMPLEXO

A história das Ciências Sociais e Humanas, concebidas como “neutras” e “objetivas” pela modernidade, demonstra como foram adotados, quase sem questionar, um modo de pensar o conhecimento, de transmiti-lo e de aplicá-lo como modelo de progresso e de crescimento. Tal concepção promoveu o discurso ocidental eurocentrado e estabeleceu maneiras particulares de conhecer e representar lugares do mundo que beneficiou o Ocidente, justificando sua atuação política e económica de dominação e hegemonia. Desse modo, na modernidade ocidental eurocentrada, o conhecimento se configurou como uma ferramenta estratégica e indispensável da justificativa ideológica de colonização/exploração produzindo *objetos* de conhecimento como “América”, “Índias Ocidentais”, “América Latina” ou “Terceiro Mundo” que instruíram o discurso colonial de subalternização dos povos e cosmologias, culturas e histórias. (Castro-Gómez, 2000; Grosfoguel, 2006; Mignolo, 2010).

São ainda escassos os debates acerca da descolonização do conhecimento e seus limites e possibilidades, discursos e meta-discursos, que muitas vezes não se configuram efetivamente numa práxis não colonial, merecem ampla reflexão. No contexto desse debate, a ideia de que a descolonização do conhecimento é fundamental para a produção de epistemologias que expressem as lutas anticolonial, antirracista, antissexista, anti-homofóbica, anti patriarcal, anticishetoronormativa, apenas para citar

algumas, vem conquistando espaço nas reflexões promovidas por intelectuais em diversos pontos do planeta, porém, está longe de ser um debate globalizado. Nessa perspectiva, as abordagens sobre geopolítica do conhecimento são capazes de fundamentar as reflexões acerca das epistemologias críticas emergentes na contemporaneidade e de que forma elas dialogam com o campo de intervenção do Serviço Social.

A problematização da realidade social onde atua as/os assistentes sociais necessita considerar que o receituário neoliberal global é um fenómeno complexo, multifacetado e interligado de amplas dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas que alicerça os processos de globalização da pobreza ou ainda, como define Castells (2019), um “*ménage à trois*” sinistro estruturado e estruturante do terrorismo, do medo e da política. Nos últimos quarenta anos, se construíram e se consolidaram os reflexos do neoliberalismo globalizado, dentre eles, o estilhaçamento do Estado de Bem Estar e a desestabilização dos sistemas democrático. As consequências vieram sob a forma de intensificação da vulnerabilidade económica e do crescimento das desigualdades, agudizando crises humanitárias e guerras pelo mundo. A intensidade dessas medidas impostas pela ordem hegemónica neoliberal é mais devastadora nos países do Sul Global/Geopolítico, que se tornam mais vulneráveis, devido as já frágeis economias e instáveis políticas internas agravadas pelas políticas externas impostas pelos países do Norte Global/Geopolítico. (Barbosa, 2023b).

Essas relações de poder e dominação estabelecidas entre o Norte e o Sul Global/Geopolítico apontam para questões históricas e atuais, políticas e ideológicas que estão profundamente relacionadas a produção e reprodução das relações sociais entre indivíduos, grupos e movimentos da sociedade. O fenómeno “globalizações” foi sistematizado como estrutura que veio a dar contorno às interações transnacionais e transfronteiriças estabelecidas e impostas pelos países centrais do sistema mundial moderno nos anos de 1980 no chamado “Consenso Neoliberal” ou “Consenso de Washington”. Ainda que delineado economicamente, suas dimensões e consequências são mais abrangentes, como por exemplo a globalização social ou “globalização da pobreza”. Decorrente de um cardápio neoliberal que prevê ações como a redução dos custos salariais, dos direitos laborais e adoção de medidas compensatórias de combate à pobreza em lugar de medidas de combate à desigualdade, os impactos atingiram diretamente as populações mais pobres na totalidade dos países do Sul Global/Geopolítico. A vulnerabilidade económica desses países periféricos e

semiperiféricos os tornou sujeitos primordiais das imposições desse receituário e as consequências se traduzem em dados que expõem uma desigualdade perversa e fatal no que tange a iniquidade da distribuição da riqueza mundial. E, como tão bem afirma Marcos (1997, p. 4–5 apud Bauman, 1999, p 74),

No cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* e no final do espetáculo é deixado com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as megaempresas...

As consequências humanas da globalização é o tema do livro do sociólogo Zygmunt Bauman (1999). Com uma série de questionamentos, o autor constrói um cenário analítico a partir do qual é possível compreender como a economia global produz “proprietários ausentes” e a globalização, dela decorrente, se manifesta na estrutura política e social.

Assumindo que a globalização é a “nova desordem mundial”, o autor recorre aos conceitos do pensamento moderno inicial e clássico para evidenciar o que compreende como o diferencial entre globalização e universalização. No campo das Ciências sociais, a universalização, aparentemente em desuso, aponta para uma ordem mundial onde a intenção era tornar semelhantes as condições de vida e oportunidade para todos e todas, em toda a parte. A ideia de “universalidade” estava relacionada ao que o autor nomeia metaforicamente de “Modernidade Sólida”. O conceito, busca explicitar as características das relações económicas, sociais e culturais confiáveis, estáveis e rígidas que transmitiam as pessoas uma sensação de segurança e controle sobre a vida, instituições e relações. Uma sensação de estabilidade validada por um “Estado” forte e soberano.

De acordo com Bauman, a “Modernidade Líquida” surgiu após a Segunda Guerra Mundial, sendo sentida a partir da década de 1960 em decorrência da instabilidade económica global. O conceito cunhado pelo autor, é uma metáfora onde a liquidez do mundo globalizado assume o lugar do que antes era sentido como sólido e seguro. (Bauman, 2021). As constantes mudanças tornam as formas sociais liquefeitas e tão fluidas que afetam o que antes se compreendia como as identidades individuais e culturais. (Hall, 2001). A transição da Modernidade Sólida para a Modernidade Líquida potencializou a sensação de angústia, ansiedade e medo promovidos pelo desemprego, violência, terrorismo, deslocamentos migratórios e estagnação, agravados por um

mundo híper conectado e híper veloz. Tais dinâmicas sociais, que antes poderiam estar amparadas por um “Estado protetor” do bem-estar social, submergiram em sistemas económicos transnacionais e supraestatais que enfraquecem governos, os deixando cada vez mais impotentes para gerenciar as crises decorrentes do neoliberalismo. (Bauman e Bordoni, 2016).

O discurso Moderno, originariamente possuía como centro o “Estado” soberano responsável por produzir a ordem, distribuir e condensar o poder social e que se sustentava no tripé: soberania militar, económica e cultural. Esse “Estado” onde o “Welfare State” se configurou numa resposta as desigualdades geradas pelo capitalismo, foi pensado a partir dos centros e metrópoles do Ocidente. Contudo, a realidade das nações e povos periféricos (em grande parte ex-colónias), com capacidade militar insipiente, pouca ou nula autossuficiência económica e especificidade cultural, não reunia as condições “ideais” para reivindicar ou ter reconhecido o seu “status” de “Estado” soberano. (Bauman, 1999). Essas características comprometeram ou inviabilizaram a implementação de políticas de proteção e bem-estar social que se aproximassem das realidades vividas pelos países centrais, economicamente desenvolvidos. Nesse sentido, compreender os impactos neoliberais nos diversos recantos do mundo requer abordagens que considerem a experiência e a história locais, marcadas pela colonização e pela tentativa dos governos e da população de romper com esse passado, situando o neoliberalismo como mais uma das fases do imperialismo. (Andrade, 2019).

As consequências da Modernidade Líquida/globalizada/neoliberal chegaram com maior violência nos países e povos historicamente explorados e espoliados. Considerados “Estados fracos”, mas ainda assim “Estados”, “são precisamente o que a Nova Ordem Mundial, com muita frequência encarada com suspeita como uma nova *desordem* mundial, precisa para sustentar-se e reproduzir-se”. (Bauman, 1999, p. 76). Paradoxalmente, a globalização é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial.

Com efeito, só 22 por cento da *riqueza* global pertencem aos chamados “países em desenvolvimento”, que respondem por cerca de 80 por cento da população mundial. [...] Em 1991, 85 por cento da população mundial recebiam apenas 15 por cento da renda global. [...] 2,3 por cento da riqueza mundial possuídos por 20 por cento dos países mais pobres trinta anos atrás caíram agora ainda mais no abismo: para 1,4 por cento. (Bauman, 1999, p. 78).

A partir desse contexto analítico, dentre as teorias críticas que serão adotadas para as reflexões e de tantas outras que ficarão ausentes frente a incompletude natural de uma tese, as teorias de análise macrosociológica serão fundamentais para que possam ser construídas as articulações com as análises microsociológicas. A construção desse pensamento complexo é o caminho adotado para identificar os referenciais teóricos emergentes que contribuem para a profissão. O estudo considera que a perspectiva sistêmica favorece uma aproximação abstrata entre sistemas sociais como o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado em articulação dos dois níveis, macro e microsocios, de forma não excludente, a partir da qual é possível compreender a relação entre o estrutural e o subjetivo.

A construção do pensamento e das teorias que buscam explicar os processos e fenômenos sociais e históricos, no campo da “história de longa duração” e/ou da “história do tempo presente”, necessita ser compreendida como processos não lineares. (Hartog, 2013). Nesse sentido, as distintas contribuições teóricas contemporâneas se conectam e sobrepõem de forma dinâmica no tempo e no espaço. Elas têm como característica o esforço para esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. Em comum, buscam construir teorias críticas à modernidade. Nesse cenário, recentemente vêm ganhando espaço as concepções vindas de países periféricos que questionam as “ausências” presentes nas análises de pensadores como Habermas, Giddens, Taylor, Touraine, Lyotard, Rorty, Hegel, Kant, apenas para citar alguns, e da Escola de Frankfurt, que explicam a modernidade totalmente a partir de fatores internos da Europa. São as teorias críticas Pós-coloniais e Decoloniais as que mais têm avançado nessa direção.

Historicamente, a modernidade possui origem temporal e espacial situadas no século XVII da Europa do Norte: França, Alemanha e Inglaterra, com marcos ligados a Reforma, ao Iluminismo e a Revolução Francesa. Processos estes consolidados no final do século XVIII com a Revolução Industrial. Sociologicamente, a modernidade é caracterizada por instituições como o Estado Nação, a permanente retroalimentação entre conhecimento e sociedade, o desmembramento da vida social do contexto local e o crescimento das forças trans locais e o distanciamento espacial nas interações. (Giddens, 1991). Culturalmente, a modernidade pode ser caracterizada pelo que Habermas (1987) nomeia como um processo crescente de racionalização do mundo-vida, marcada pela universalização e pela individualização como fundamentos da

igualdade e da liberdade como estrutura de direitos. Filosoficamente, se pode compreender a modernidade na concepção do Homem detentor de todo o conhecimento e ordem do mundo, separado da natureza e do divino. No triunfo da metafísica, do antropocentrismo e da racionalidade. (Foucault, 2016, 2019).

De acordo com Arturo Escobar (1999), a narrativa da modernidade “capitalista patriarcal”, abordada de forma simplista, é debatida na teoria social ocidental moderna em três grandes paradigmas: a Teoria Social Liberal, o paradigma dominante, que se baseia nos princípios do indivíduo, do mercado e uma noção de sociedade e Estado, marcada pela experiência histórica da Europa; a Teoria Marxista, crítica ao paradigma liberal, que se estrutura na análise da produção e do trabalho, na luta de classe, na exploração da mais valia; e a uma terceira grande vertente, o Pós-estruturalismo, que surge da incapacidade das duas outras vertentes em proporcionar respostas as questões colocadas pelo mundo globalizado capitalista atual. O autor afirma que as teorias liberal e marxista são corpos teóricos importantes,

Sin embargo, no proporcionan respuestas a ciertos procesos sociales y culturales, y se quedan en las preguntas que pueden imaginar. Sin duda que el marxismo continua siendo esencial, aunque no suficiente, para pensar el mundo globalizado capitalista de hoy en día; mientras que el liberalismo sigue siendo la teoría dominante. No obstante, en el espacio abierto entre una teoría liberal dominante pero que ya no convence dado que las operaciones ideológicas a su interior dejan entrever sus aspectos más grotescos, y un marxismo que se debate dudoso en su necesidad de renovación, surge una tercera gran vertiente en la teoría social moderna, el post-estructuralismo. Esta vertiente coloca en la base del conocimiento y de la dinámica de lo social no el individuo/mercado ni la producción/trabajo sino el lenguaje y la significación. El resultado es bien diferente en cuanto a la explicación de lo social y a los modos de acción, incluyendo la práctica política. (Escobar, 1999, p. 20–21).²

² Contudo, não dão respostas a determinados processos sociais e culturais, e permanecem nas questões que podem imaginar. Sem dúvida, o marxismo continua a ser essencial, embora não suficiente, para pensar o mundo capitalista globalizado de hoje; enquanto o liberalismo continua a ser a teoria dominante. Contudo, no espaço aberto entre uma teoria liberal dominante, mas que já não convence, uma vez que as operações ideológicas dentro dela revelam os seus aspetos mais grotescos, e um marxismo que debate duvidosamente a sua necessidade de renovação, emerge a terceira grande teoria social moderna, a teoria social, Pós-estruturalismo. Esta vertente coloca não o indivíduo/mercado nem a produção/trabalho na base do conhecimento e da dinâmica do social, mas sim a linguagem e o significado. O resultado é muito diferente em termos de explicação do social e dos modos de ação, incluindo a prática política. (Escobar, 1999, p. 20-21). (Tradução da autora).

Ao longo de mais de quatro décadas, principalmente a partir da crítica empreendida pelo Pós-estruturalismo, as teorias sociais críticas vêm “sacudindo” os cânones das Ciências sociais através da crítica ao universalismo, ao historicismo e ao ocidentalismo. Com diversas derivações, as vertentes teóricas com enfoque no colonialismo cultural têm colocado em evidência as muitas vozes que reivindicam outra forma de interpretar, pensar e expressar o mundo. De diversas maneiras, as Ciências Sociais e Humanas têm estado no centro dos debates acerca dos impactos da dominação colonial ocidental eurocentrada de caráter epistémico e intelectual sobre os chamados países do Sul Global/Geopolítico, maioritariamente ex-colónias nas Américas, África e Ásia.

Fundamentados nesses pressupostos, os próximos tópicos irão condensar algumas das contribuições do pensamento crítico no campo das Ciências Sociais e Humanas na segunda metade do século XX sem, contudo, priorizar o rigor da cronologia ou relevância teórica, devido a compreensão de que os movimentos epistémicos se entrecruzam e se sobrepõem dialeticamente. Serão abordadas brevemente as correntes de Pensamento Pós-estruturalista e a sua discussão epistemológica visando a desconstrução das noções positivistas; a Teoria Pós-moderna e a crítica as teorias totalizantes como os primeiros esforços de uma crítica à modernidade; os Estudos Culturais e Subalternos, como correntes da crítica do eurocentrismo; os Estudos Pós-coloniais, marcados fortemente pela posição crítica em relação aos legados coloniais e, finalmente, o Pensamento Decolonial, como um movimento teórico forjado a partir da experiência colonial latino americana e caribenha que se caracteriza como um projeto de deslocamento epistémico na esfera social e no âmbito académico.³

1.2. PÓS-ESTRUTURALISMO E A DESCONSTRUÇÃO DA “ESCOLA” DE PENSAMENTO

O Pós-estruturalismo, como teoria social, surge da linguística estrutural, da hermenêutica e da filosofia da linguagem nas décadas de 1950 e 1960. A partir de dentro

³ Segundo Grosfoguel (2008, pág. 126): “A palavra “colonial” não designa apenas o “colonialismo clássico” ou um “colonialismo interno”, nem pode ser reduzida à presença de uma “administração colonial”. Quijano estabelece uma distinção entre colonialismo e colonialidade. Eu uso a palavra “colonialismo” para me referir a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial, como é o caso do período do colonialismo clássico, e, na esteira de Quijano, uso a designação “colonialidade” para me referir a “situações coloniais” da atualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema mundo capitalista. Por “situações coloniais” entendo a opressão/exploração cultural, política, sexual e económica de grupos étnicos/ racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais”.

do próprio estruturalismo⁴, o Pós-estruturalismo empreende uma crítica a noção de estrutura com um centro imutável e transcendente, que ganha destaque com os escritos de Jacques Derrida (Derrida, 2021) e se amplia nas Ciências sociais como um projeto central de desconstrução e de desfundamentação. Outros precursores como Gilles Deleuze e Félix Guattari, Jean-François Lyotard, Michel Foucault, Julia Kristeva e, mais tarde, Ernesto Laclau, identificado com o “pós-marxismo”, demonstram a existência de uma diversidade de linhas de pensamento “pós-estruturalistas”, colocando em questão sua existência como movimento intelectual homogêneo ou uma “escola” de pensamento. De acordo com Mendonça e Rodrigues (2014, p. 39), “em termo de síntese, certamente é preferível afirmar que estamos diante de formas de pensamento: a primeira centrada na busca das relações essenciais das estruturas e a segunda focada na crítica ao fundamento ou essência identificada e reivindicada pelo Estruturalismo”. Sem negar a existência da realidade material, o Pós-estruturalismo parte da premissa de que a linguagem e o significado são constitutivos da realidade e, como uma corrente teórica, propõe a redefinição da agência do sujeito e a destotalização da noção de estrutura, questionando os modelos existentes de subjetividade e identidade na forma como é proposta pela ideologia liberal burguesa de um indivíduo autônomo que preexiste às relações sociais.

El postestructuralismo consiste en el conjunto de posibilidades analíticas que se desprenden del giro discursivo (que se diferencia del textual y del hermenéutico), argumentando (1) que la realidad social es discursivamente constituida (que no es lo mismo que decir que es sólo discurso ni, menos aún, que el discurso es igual al lenguaje) problematizando así la distinción ontológica entre lo real y la representación; (2) que los sujetos son producto de condiciones históricas específicas desde las cuales articulan su agencia, la cual no se agota en la reproducción de sus condiciones de emergencia; y (3) la noción de totalidad social es solo provisionalmente cerrada y es un punto de llegada del análisis antes que uno de partida. Inspirado en la genealogía foucaultiana y el deconstructivismo derrideano (sin que Foucault o Derrida sean postestructuralistas en

⁴ As bases do “movimento” conhecido como Estruturalismo surgiram na França na segunda metade do século XX no cenário pós-guerra. Se caracterizou como um ataque ao humanismo sartreano, questionando o pensamento baseado na intencionalidade, na consciência e na liberdade. Sua influência foram a filosofia, com o “giro linguístico”, com Wittgenstein, nos estudos de Saussure, que mais tarde impactaram as ciências humanas entre as décadas de 1940 e 1950, principalmente na antropologia estrutural de Lévi-Strauss e a fenomenologia de Husserl e de Heidegger nas Ciências sociais com enfoques epistemológicos de orientação histórica. Autores como Lacan, Foucault, Barthes e Althusser lideraram trabalhos que apontam para distintos “estruturalismos” dentro do Estruturalismo. (Mendonça e Rodrigues, 2014).

sentido estricto), el postestructuralismo es una ‘invención’ estadounidense elaborada en los años ochenta. (Restrepo e Martínez, 2010, p. 25).⁵

O “Pós” de Pós-estruturalismo não está relacionado a uma concepção de “além” ou “após” a estrutura, mas à uma crítica quanto à forma essencialista como foi compreendida pelo estruturalismo. A desconstrução desse “fundamento”, ou “centro”, proposta por Derrida, que considera que o equívoco do estruturalismo está em considerar que a estrutura possui um centro com uma origem “fixa” e “permanente”, colocou em xeque a ilusão de regras “invariáveis” e “verdades” que governassem as estruturas. De acordo com o autor, no pensamento clássico o centro definiria o “jogo” dos elementos internos da estrutura, o que significaria um paradoxo, pois sendo definidor, o centro se encontraria fora da estrutura por ele definida. Nesse contexto, Derrida propõe como caminho possível para as Ciências Humanas, tendo em vista as estruturas teóricas terem perdido suas validades pela incapacidade de verdade absoluta e totalizante, trabalhar com “verdades parciais”, verossímeis, nas abordagens a partir de conceitos que possuam possibilidades discursivas relevantes, que deem conta de responder as demandas que lhes forem feitas em determinado momento histórico. Buscando romper com as grandes totalizações das Ciências Humanas, o pensamento derrideano busca aproximações da verdade, a partir da posse de todos os signos e de suas significações. Nesse “jogo” proposto, ganha espaço as tentativas localizadas e restritas, novas perspectivas, novas estruturas, mais fluidas e versáteis, numa estruturalidade “revisitada”. (Derrida, 1967). A perspectiva relativista e essencialista se constitui uma problemática relevante que merece atenção no Pós-estruturalismo, na medida em que pode promover uma perigosa descontextualização dos conceitos e a uma leitura que induz a considerar a estrutura criada como atemporal e sem lugar definido.

⁵ O Pós-estruturalismo consiste no conjunto de possibilidades analíticas que emergem da virada discursiva (que difere da textual e da hermenêutica), argumentando (1) que a realidade social é discursivamente constituída (o que não é o mesmo que dizer que é apenas discurso ou ainda, que o discurso é igual à linguagem) problematizando assim a distinção ontológica entre o real e a representação; (2) que os sujeitos são produto de condições históricas específicas a partir das quais articulam sua agência, que não se esgota na reprodução de suas condições de emergência; e (3) a noção de totalidade social é apenas provisoriamente fechada e é um ponto de chegada para a análise ao invés de um ponto de partida. Inspirado pela genealogia foucaultiana e pelo desconstrutivismo de Derrida (sem que Foucault ou Derrida sejam pós-estruturalistas em sentido estricto), o Pós-estruturalismo é uma “invenção” americana elaborada na década de 1980. (Restrepo e Martínez, 2010, p. 25). (Tradução da autora).

O Pós-estruturalismo, tendo o materialismo histórico e outras teorias da economia política como referenciais teóricos essenciais para a compreensão do mundo capitalista contemporâneo globalizado neoliberal, busca desenvolver respostas para questões que consideram insuficientemente abordadas pelo marxismo. Dentre as quais: a produção de identidades e subjetividades através do discurso e do poder; a relação entre poder e conhecimento na produção do real e a identificação de lugares e formas “*subalternas*” produtoras de conhecimento com potencial para reconstruir visões de mundo; as dinâmicas de hibridação que marcam as sociedades modernas na América Latina e a modernidade sob a perspectiva singular de configuração cultural e epistêmica. (Escobar, 1999).

A partir da teoria marxiana, que explicitou o antagonismo nos contextos societários no qual a luta de classes se constitui como força motriz propulsora da história, os/as teóricos pós-estruturalistas, dentre eles Ernesto Laclau (2011), compreendem que para o marxismo todas as dimensões da vida o “operário” se resumem à condição de vendedor de sua força de trabalho. No entanto, no campo da teoria do discurso, o indivíduo não pode ser vislumbrado de forma unilateral, mas como um ser multifacetado, composto a partir de um conjunto de posições de sujeito.

Nesse contexto, como pensamento crítico, o “movimento” pós-estruturalista de descentramento e desconstrução propõe modelos intelectuais que tratam de uma temporalidade estrutural e respondem a questões específicas. Oferecendo ferramentas de reflexão às Ciências Humanas e Sociais, possui múltiplas/os praticantes contemporâneos nos Estudos culturais, feministas, nas comunicações, na geografia e na antropologia, para citar alguns. Assim, provocou fissuras nos dogmatismos da ciência moderna mecânica, clássica, cartesiana/newtoniana e positivista (determinista, dualista e reducionista) e deixou pistas que viriam fundamentar novas reflexões epistemológicas voltadas para a física pós-clássica, o pós-dualismo, a superação das dicotomias: natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo. Os escritos de Laclau (2011), são um exemplo, o autor constrói sua crítica a partir de duas vertentes: o fundacionismo, que alicerça as abordagens ortodoxas do liberalismo e do marxismo, baseadas na suposta premissa de uma totalidade ou essência dos processos sociais; e o antifundacionismo, que está na base das concepções pós-modernas e na sua crença de que inexistem fundamentos estruturantes da sociedade.

1.3. PENSAMENTO PÓS-MODERNO E A CRÍTICA A TOTALIDADE

De forma simplificada, Anthony Giddens (1991) afirma que a “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Para o autor, essa definição oferece uma localização geográfica e uma temporalidade, contudo, não explicita suas principais características.

No século XX, com a argumentação de que era chegada uma “nova era”, na qual a superação da modernidade estava inserida, as Ciências sociais buscaram responder a essa transição, e ao tentar explicitaram o que compreenderam ser algumas das suas características. Para nomear esse processo de “ir além” da modernidade, enfocando principalmente questões da filosofia e epistemologia, foram cunhados diversos termos, dentre eles pós-modernidade.

No campo teórico e filosófico, o termo Pós-moderno se cristalizou como debate a partir de finais dos anos de 1970 “quando afirmações sobre a existência desse fenômeno social e cultural tão heterogêneo começaram a ganhar força no interior e entre algumas disciplinas acadêmicas e áreas culturais, na filosofia, na arquitetura, nos estudos sobre cinema e em assuntos literários”. (Connor, 1992, p. 13).

O chamado pós-modernismo se caracteriza como reação, ou reações específicas, a formas canônicas da modernidade, ou seja, as formas “tradicionais” de sociedade como um todo unificado e bem delimitado onde “o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço [...]”. (Giddens, 1990, p. 37). Como movimento, critica o predomínio dessa “tradição” nas universidades, museus e expressões artísticas argumentando que a característica fundamental das sociedades da modernidade tardia/pós-modernas é a diferença, o deslocamento, o descentramento e a descontinuidade representada pela dissolução de algumas fronteiras e divisões (Laclau, 1990), tais como a distinção entre cultura erudita e cultura popular/cultura de massa. Atacando, assim, uma das mais significativas manifestações da modernidade: a manutenção de um *status quo*, a preservação de um domínio de cultura de “elite”. (Jameson, 2012). De acordo com David Harvey (2007, p. 12–13), a modernidade não é apenas “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas um

“processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior”. Na concepção de Anthony Giddens (1991, p. 32),

[...] não se pode saber nada com qualquer certeza, uma vez que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram falíveis; que a “história” é destituída de teleologia e, conseqüentemente, nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que nasceu uma nova agenda social e política com a crescente importância das preocupações ecológicas e, talvez, dos novos movimentos sociais em geral.

A emergência da pós-modernidade⁶ decorre da nova fase do capitalismo avançado, multinacional e de consumo, expressando a lógica do próprio sistema social de onde emerge. Nesse contexto, a centralidade da pós-modernidade está no “desaparecimento do sentido da história”, ou seja, a maneira como o sistema social contemporâneo gradualmente falhou na preservação do passado e vive um “presentismo” no qual se apagam as tradições preservadas até então nas formações sociais anteriores. (Jameson, 1985, p. 26). O termo pós-modernidade não representa apenas a descrição de um estilo, mas,

[...] um conceito de periodização cuja principal função é correlacionar a emergência de novos traços formais na vida cultural com a emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica – chamada, frequente e eufemisticamente, modernização, sociedade pós-industrial ou sociedade de consumo, sociedade dos mídia ou do espetáculo, ou capitalismo multinacional. Podemos datar esta nova fase do capitalismo a partir do crescimento econômico do pós-guerra nos Estados Unidos, no final dos anos 40 e começo dos 50, ou então, na França, a partir da instituição da Quinta República, em 1958. A década de 50, sob muitos aspectos, é o período chave de transição, um período em que a nova ordem internacional (neocolonialismo, a Revolução Verde, a informatização e a mídia eletrônica) não só se funda como, simultaneamente, se conturba e é abalada por suas próprias contradições internas e pela oposição externa. (Jameson, 1985, p. 17).

No livro “A condição pós-moderna”, publicado em 1979 por Lyotard, o debate se volta ao conhecimento presente nas “sociedades mais desenvolvidas”, com enfoque na

⁶ Para uma leitura aprofundada acerca da pós-modernidade como fenômeno ver: (Anderson, 1999; Giddens, 1991; Malpas, 2004).

questão das metanarrativas⁷ tendo como cenário o grande impacto das mudanças de contexto sócio histórico iniciadas depois da Segunda Grande Guerra Mundial.

A Ciência está originariamente em conflito com as narrativas. De acordo com os seus próprios critérios, a maior parte destas aparece como fábulas. Mas a ciência, do mesmo modo que se não reduz à enunciação de regularidades úteis e procura o verdadeiro, tem de legitimar as suas regras do jogo. Por isso ela mantém sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação a que se chamou “filosofia”. Quando este meta-discurso recorre explicitamente a esta ou àquela narrativa, como a dialética do Espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna à ciência que ela se refere para legitimar [...]”. Simplificando ao extremo, considera-se que o Pós-moderno é a incredulidade em relação às metanarrativas. (Lyotard, 2021, p. 11-12).

Com “A condição pós-moderna”, nas palavras de Anderson (1999, p. 39), “Lyotard anunciou o eclipse de todas as narrativas grandiosas. Aquela cuja morte ele procurava garantir [...] era, claro, a do socialismo clássico. Nos textos subsequentes ele ampliaria a lista [...]: a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano [...]”.

O pensamento Pós-moderno agrupa nomes como Jean-François Lyotard, Fredric Jameson e Jean Baudrillard como filósofos orientadores das discussões. Michel Foucault, Anthony Giddens, Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Félix Guattari são autores que compõem a lista de pensadores influentes nos debates dedicados ao tema, ainda que, à exemplo de Baudrillard, esses últimos, mais designados como desconstrutivista ou pós-estruturalista, não utilizem os termos Pós-modernismo, Pós-modernidade ou, ainda, Pós-moderno em seus textos mais importantes. Outros autores que figuram no cenário filosófico do pós-modernismo são Jürgen Habermas e Thierry Eagleton, enquanto Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Richard Rorty, designados “pós-marxistas”, no sentido de se dedicarem a superação, revisão e ampliação do marxismo. (Anderson, 1999; Connor, 1992; Sim, 2001).

⁷ “O prefixo *meta* adicionado à palavra narrativa confere um sentido de grande narrativa capaz de referenciar as outras narrativas existentes, desempenhando essa função quando narrativas menores postam seus enunciados em conformidade com essa narrativa maior. Na modernidade, duas metanarrativas são referenciais nos jogos de linguagem na busca da verdade consensual: a metanarrativa emancipatória, na qual a própria humanidade é heroína de sua libertação e a metanarrativa especulativa (do Espírito), na qual o sujeito do conhecimento não é o sujeito individual e sim um sujeito coletivo que se desenvolve ao atualizar suas possibilidades de conhecimento - metassujeito especulativo”. (Nascimento, 2011, p. 39–40).

Na base da crítica realizada pelos teóricos Pós-modernos está o universalismo e o historicismo presentes nas grandes narrativas do Ocidente. Consideram que tais narrativas estão baseadas numa história unilinear construída a partir de conceitos totalizantes e hierárquicos como o de progresso, modernização ou desenvolvimento, nos quais os projetos de transformação social e a emancipação são mitos inconsistentes e utópicos. Ao proporem uma crítica fundada na desconstrução, no relativismo ou sincretismo cultural, enfatizam a fragmentação a partir das periferias, a heterogeneidade e a pluralidade para desenvolverem epistemologias construtivas, anti essencialistas e não-fundacionalistas.

Para Stuart Hall (2001, p. 18), os diversos autores Pós-modernos, dentre os quais, “Giddens, Harvey e Laclau oferecem leituras um tanto diferentes da natureza da mudança do mundo Pós-moderno, mas suas ênfases na descontinuidade, na fragmentação, na rutura e no deslocamento contêm uma linha comum”, e que devemos considerar isso quando refletirmos acerca da globalização.

As acumuladas crises do capitalismo e do socialismo dos países do Leste europeu nos anos de 1990 compuseram o cenário que propiciou a formulação das críticas empreendidas ao movimento Pós-moderno. Elas reivindicaram a ampliação do conceito, tendo em vista o “Pós” sugerir uma sequência temporal ligada a ideia de desenvolvimento social e científico homogêneos no mundo, que mantinha a visão eurocêntrica na sua origem, uma vez que sua crítica à modernidade foi empreendida e se manteve a partir da modernidade ocidental. A necessidade de que o novo paradigma epistemológico, social e político acolhesse temas e alternativas teóricas voltadas para a transformação social anticapitalista orientou caminhos que fundamentaram o pensamento Pós-colonial.

Assim como as concepções Pós-estruturalistas, o pensamento Pós-moderno realizou uma crítica ao universalismo e ao historicismo, nos quais o Ocidente é compreendido como o centro mundo. Contudo, o eurocentrismo e o etnocentrismo ocidental, como uma herança colonial e eixos explicativos do mundo contemporâneo, permaneceram estruturados sob a forma de dominação epistemológica e política, bem como nas relações desiguais entre o Norte e o Sul Global/Geopolítico. Essa crítica, que não foi realizada com a amplitude e dentro da sua complexidade, veio a contribuir para a emergência do Pensamento Pós-colonial, cronologicamente contemporâneo dos Estudos culturais e Subalternos.

1.4. PENSAMENTO PÓS-COLONIAL, ESTUDOS CULTURAIS, ESTUDOS SUBALTERNOS E EUROCENTRISMO

A crítica Pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das ‘racionalizações’ da modernidade. (Bhabha, 1998, p. 239).

O Pensamento Pós-colonial⁸ emergiu do contexto da crise do ocidentalismo e da emergência de teorias e de intelectuais oriundos de centros distantes da Europa, o chamado Sul Global/Geopolítico.

Inicialmente, o conceito de Pós-colonialismo nomeava um contexto temporal, uma perspectiva cronológica relacionada ao momento posterior as independências dos territórios coloniais mantidos pela Grã-Bretanha, França e Portugal no segundo quartel do século XX. Contudo, a constituição de novos espaços geopolíticos e culturais decorrentes do fim da Guerra Fria favoreceu, no Ocidente dos anos de 1980, a emergência de teorias que viriam a impactar e questionar as formas de dominação intelectual colonial no campo das Ciências sociais e das humanidades, principalmente a Antropologia e a História. (Anzaldúa, 2012; Davis, 2016; Grosfoguel, 2013; Guha, Guha e Spivak, 1988; Said, 2007; Thiong’o, 2015).

A configuração de uma nova ordem mundial multipolar permitiu que emergissem as múltiplas histórias que estiveram invisibilizadas pela hegemonia do Ocidente colonial e imperial. Contudo, é necessário diferenciar o momento histórico pós-colonial que

⁸ Ciente das divergências que envolvem a grafia do termo, adoto a seguinte compreensão: Pós-colonial/Pós-colonial (com traço ou espaço) se refere cronologicamente a situação relacionada a herança colonial que permanece no longo prazo. Pós-colonial (sem traço nem espaço) não como uma situação, mas uma análise que consegue ir além das heranças epistemológicas coloniais. Ou seja, ainda que mantenha o sentido de “pós”, a análise que é pós-colonial, independentemente da situação analisada (pré-colonial, colonial ou pós-colonial). (Cahen e Braga, 2018; Gupta, 2007).

começou após o fim do colonialismo, da produção de conhecimento pós-colonial. O Pós-colonial não se refere apenas ao momento relacionado a independência das colônias, mas a uma posição crítica em relação aos legados da colonização, a necessidade da sua superação e transcendência.

O “Pós” de Pós-colonial não obscurece os efeitos do colonialismo, efetivamente ele busca denunciar a sua atualidade nas diversas opressões, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. De acordo com Stuart Hall (2013, p. 567), *“de hecho, uno de los valores principales del término ‘postcolonial’ reside en que llamó nuestra atención a las muchas maneras en que la colonización nunca fue simplemente externa a las sociedades de la metrópole imperial”*⁹. Costa (2006, p. 121) afirma que “a releitura Pós-colonial da história moderna busca reinserir, reinscrever o colonizado na modernidade, não como o outro do Ocidente, sinônimo do atraso, do tradicional, da falta, mas como parte constitutiva essencial daquilo que foi construído, discursivamente, como moderno”. Assim, o projeto Pós-colonial busca identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado/a para denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos.

O campo teórico dos estudos pós-coloniais agrega um conjunto de ideias que exploram as fronteiras e produzem reflexões para além da teoria. Como uma escola de pensamento, o Pós-colonial associa trabalhos de teóricos como Césaire (2006), Fanon (2018), Memmi (1974), Said (2007) e Bhabha (1991, 1998), apenas para citar alguns. Frantz Fanon, Albert Memmi e Aimé Césaire desenvolveram quase simultaneamente do argumento Pós-colonial¹⁰. A tríada de autores refletiu acerca do impedimento da constituição de identidades plenas no âmbito do antagonismo das relações coloniais e, de certa forma, foram os “porta-vozes” dos colonizados quando este permanecia invisível na historiografia moderna. Juntas, as obras de Fanon, Memmi, Césaire e Said contribuíram para uma transformação na base epistemológica das Ciências sociais,

⁹ “Na verdade, um dos principais valores do termo “Pós-colonial” é que chamou a nossa atenção para as muitas maneiras pelas quais a colonização nunca foi simplesmente externa às sociedades da metrópole imperial”. (Hall, 2013, p. 567). (Tradução da autora).

¹⁰ Os livros *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (1947), de Albert Memmi, *Discurso sobre o colonialismo* (1950), de Césaire e *Os condenados da terra* (1963), de Franz Fanon, foram escritos seminais.

propondo a “desconstrução” da polaridade Ocidente e o resto do mundo como princípio dos Estudos Pós-coloniais.

Como uma escola de pensamento, o Pós-Colonial não se estrutura a partir de uma matriz teórica única, sendo associado aos trabalhos de Franz Fanon, a quem se reconhece a inédita expressão do impedimento da constituição de identidades plenas no âmbito do antagonismo das relações coloniais. À argumentação, cujas primeiras elaborações podem ser observadas na América Latina no século XIX¹¹, contribuem Albert Memmi e Aimé Césaire, que inauguram o desenvolvimento quase simultaneamente do argumento Pós-colonial¹². A obra de Edward Said (2007) exemplifica o tipo de estudo proposto pelos pós-coloniais, expondo a funcionalidade da produção de conhecimento no exercício da dominação do “*outro/a*” e se soma às três obras e seus autores contribuindo para uma transformação lenta e não intencionada na própria base epistemológica das Ciências sociais. (Ballestrin, 2013).

O orientalismo caracteriza, assim, um modo estabelecido e institucionalizado de produção de representações sobre uma determinada região do mundo, o qual se alimenta, se confirma e se atualiza por meio das próprias imagens e conhecimentos que (re) cria. O oriente do orientalismo, ainda que remeta, vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um ‘nós’ e um ‘eles’, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo que permite definir o ‘nós’ em si mesmo, em oposição a este outro, ora representado como caricatura, ora como estereótipo, e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o ‘nós’ não é e nem quer ser. (Costa, 2006, p. 86).

Stuart Hall (2014; Hall e Soto Sulca, 2013) se apoia na perspectiva desenvolvida no Orientalismo de que os discursos se servem de arquivos ou fontes de conhecimento comum para refletir acerca da construção da polaridade do discurso do conhecimento

¹¹ Desde os ensaios literário ao marxismo latino-americano, passando pela teoria da dependência à filosofia da libertação, nota-se que o problema da colonialidade esteve fortemente presente no pensamento político latino-americano. No século XIX, escritores, políticos e ativistas como Bolívar, Bilbao, Torres-Caicedo, Martí, Rodó e Bonfim, destinaram suas preocupações ao ‘sentido’ e o ‘destino’ da América e de seus povos mediante o problema da colonização ibérica. (Mignolo, 2007b).

¹² Existe um entendimento compartilhado sobre a importância, atualidade e precipitação da chamada ‘tríade francesa’, Césaire, Memmi e Fanon, baseado no fato de o argumento Pós-colonial ter sido, pela primeira vez, desenvolvido de forma mais ou menos simultânea. Franz Fanon (1925-1961) – psicanalista, negro, nascido na Martinica e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia –, Aimé Césaire (1913-2008) – poeta, negro, também nascido na Martinica – e Albert Memmi (1920-) – escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica – foram os porta-vozes que intercederam pelo colonizado quando este permanecia invisível na historiografia moderna.

clássico do Ocidente (civilizado, adiantado, desenvolvido, bom) e o resto do mundo (selvagem, atrasado, subdesenvolvido, ruim). Uma polaridade que afirma se encontrar na base da narrativa histórica adotada pelas Ciências sociais modernas que se apoia no Estado-nação ocidental reduzindo a história moderna a uma ocidentalização constante e heroica do mundo que desconsidera, desde a expansão colonial no século XVI, “diferentes temporalidades e historicidades foram irreversível e violentamente juntadas”. (Hall, apud Costa, 2006, p. 87). A reflexão acerca da polaridade Ocidente e o resto do mundo é um princípio dos estudos pós-coloniais, que busca identificar o viés colonialista da construção de conhecimento, evidenciando primeiramente a sua construção no plano discursivo e legitimação, no âmbito político, numa tentativa de reinterpretação da história moderna. De acordo com Costa (2006, p 121),

A releitura Pós-colonial da história moderna busca reinserir, reinscrever o colonizado na modernidade, não como o outro do Ocidente, sinônimo do atraso, do tradicional, da falta, mas como parte constitutiva essencial daquilo que foi construído, discursivamente, como moderno. Isso implica desconstruir a história hegemônica da modernidade, evidenciando as relações materiais simbólicas entre o “Ocidente” e o “resto” do mundo, de sorte a mostrar que tais termos correspondem a construções mentais sem correspondência empírica imediata.

É possível estabelecer algumas articulações entre o Pós-colonial e outras correntes ou escolas contemporâneas, dentre as quais: o Pós-estruturalismo e o seu caráter discursivo do social; o Pós-moderno e a categoria empírica que adota para descrever o descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos com centralidade na transformação social e no combate à opressão na agenda da investigação acadêmica e; os Estudos Culturais¹³, do qual a distinção seria apenas cronológica. Em meados dos anos de 1980, Stuart Hall, um dos principais nomes dos Estudos Culturais britânicos, deslocou sua atenção de questões ligadas à classe e ao marxismo para temas como racismo, etnicidades, gênero e identidades culturais, estabelecendo uma plena conexão com os Estudos Culturais e Estudos Pós-coloniais. Desse modo, é possível afirmar que o Pensamento Pós-Colonial compartilha, ainda que sob diferentes perspectivas, do caráter discursivo do social, do descentramento das narrativas e dos sujeitos

¹³ Na concepção dos Estudos Culturais, se considera que a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social é incontornável. No mundo globalizado, a cultura, as identidades (classe/etnia/gênero), a migração e a diáspora figuram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas. (Escosteguy, 2010).

contemporâneos, do método da desconstrução dos essencialismos e da proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade. (Costa, 2006).

Na composição dos Estudos Pós-coloniais, merece ainda destaque o grupo sul-asiático dos Estudos Subalternos, que reforça o Pós-colonial como um movimento epistémico, intelectual e político. Composto por intelectuais como Chakrabarty (2009), Chatterjee (2006), Guha (1988) e Spivak (2010) dentre outros, o grupo de autoras/es subalternistas, intelectuais ligadas/os ao Partido do Congresso e ao Partido Comunista da Índia, se apropriaram dos conceitos sistematizados por António Gramsci para analisar o fenómeno dos subalternos nas formações sociais que têm estruturalmente opressões que dificultam/impedem que indivíduos se expressem por eles próprios em sociedades que podem ser oprimidas globalmente. As/os intelectuais dos Estudos Subalternos colocaram em destaque dois fenómenos interligados: a produção de conhecimentos que produz subalternidade e a subalternidade que produz conhecimento. (Cahen e Braga, 2018). Desse modo, empreenderam uma crítica robusta ao pensamento Pós-colonial como enuncia Spivak (2010, p. 13),

Los estudios sobre el discurso colonial, cuando se centran sólo en la representación de los colonizados o en el tema de las colonias, pueden servir en ocasiones para la producción del saber neocolonial actual, colocando el colonialismo/imperialismo a salvo en el pasado y/o sugiriendo una línea continua desde aquel pasado hasta nuestro presente. Esta situación complica el hecho de que los estudios poscoloniales/sobre el discurso colonial se están convirtiendo en sustancia en un gueto subdisciplinario.¹⁴

Da sua parte, o projeto do Grupo Sul-asiático de Estudos Subalternos analisa criticamente tanto a historiografia colonial da Índia de autoria europeia, como a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana. Contudo, ao recorrerem a epistemologia ocidental para realizar sua crítica, privilegiando nomes como Gramsci e Foucault, o grupo termina por limitar a radicalidade da sua crítica ao eurocentrismo, ainda que os autores realizem, a partir de seus diferentes projetos epistémicos, tais críticas.

¹⁴ “Os estudos sobre o discurso colonial, quando se centram apenas na representação dos colonizados ou na questão das colónias, podem por vezes servir para a produção do conhecimento neocolonial atual, colocando o colonialismo/imperialismo em segurança no passado e/ou sugerindo uma linha contínua a partir desse passado ao nosso presente. Esta situação complica o fato de os estudos do discurso Pós-colonial/colonial estarem essencialmente a tornar-se um gueto subdisciplinar”. Spivak (2010, p. 13). (Tradução da autora).

Na América Latina, o diálogo que se estabeleceu entre o grupo sul-asiático de Estudos Subalternos e o grupo latino-americano de Estudos Subalternos em 1998 na Universidade de Duke, EUA, marcou também o fim do grupo latino-americano. Sob a crítica de que, apesar de tentarem produzir conhecimento crítico radical, ele reproduzia o esquema epistémico eurocêntrico, onde os estudos são sobre a perspectiva “*subalterna*” e não com e a partir dela. Como uma reprodução imperialista, a epistemologia “*subalterna*” latino-americana permaneceu sediada no Norte, enquanto os seus sujeitos a estudar se encontram no Sul. Subestimando, assim, as perspectivas étnico-raciais produzidas por pensadores da região, dando preferência, assim como os Estudos Subalternos indianos, aos pensadores ocidentais como principais eixos teóricos. Este enfoque colonial foi determinante para a desagregação do grupo.

Não obstante, tais limitações não impedem que os Estudos Subalternos asiáticos e latino-americano representem um importante contributo para a crítica do eurocentrismo. As perspectivas “*subalternas*” étnico-raciais e feministas compõem, a partir do Sul Global/Geopolítico, a potente crítica Pós-colonial à modernidade. Assim, no campo já conquistado nas Ciências sociais, o Pensamento Pós-colonial agrega um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com significativa influência dos Estudos Culturais, que enfatizam a primazia teórica e política às reflexões acerca das relações desiguais entre o Norte e o Sul inauguradas pela modernidade eurocêntrica. O Pós-colonial analisa as concepções dominantes que estão na base da construção da ideia de um mundo contemporâneo que se orienta pelo historicismo colonial em que tais relações estão na estrutura das sociedades em que os padrões e a discriminação social dão contornos a sociabilidade. (Barbosa, 2022; Rinke e Riojas, 2022). Nesse contexto, a perspectiva pós-colonial se volta para a análise das estruturas de poder e de saber das periferias, buscando problematizar a geopolítica do conhecimento contemporâneo.

As pesquisas pós-coloniais, assim como os Estudos Literários, Culturais e Subalternos, empreenderam uma crítica à modernidade eurocentrada, à análise da construção discursiva e representacional do Ocidente e do Oriente e as consequências que acarretaram para a construção das identidades pós-independência. Nesse aspeto, refletiram acerca de um mundo colonizado que se construiu discursivamente a partir do olhar do colonizador e de como o colonizado/a se construiu a partir do discurso do colonizador. O argumento pós-colonial se fundamentou numa amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar para identificar a diferença colonial e defender o

protagonismo do/a colonizado/a, se comprometendo com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade. (Barbosa, 2019).

Ainda assim, uma crítica epistemológica radical aponta que está ainda por se realizar um processo de descolonização da pretensão universalista, neutra e objetiva que questione os paradigmas eurocêntricos hegemônicos que inspiraram as Ciências Sociais e Humanas ocidentais do “sistema-mundo-patriarcal/capitalista/colonial/moderno” nos últimos cinco séculos. (Grosfoguel, 2006).

1.5. PENSAMENTO DECOLONIAL: UM MOVIMENTO TEÓRICO DE DESLOCAMENTO EPISTÉMICO

Em 1992, sob a inspiração dos Estudos Subalternos, um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas fundou nos EUA o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos¹⁵. Publicado em 1993 e traduzido para a língua espanhola em 1998, o documento intitulado *Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos* afirmava,

El trabajo del Grupo de Estudios Subalternos, una organización interdisciplinaria de intelectuales sudasiáticos dirigida por Ranajit Guha, nos ha inspirado a fundar un proyecto similar dedicado al estudio del subalterno en América Latina. [...] la redefinición de las esferas política y cultural en América Latina durante los años recientes ha llevado a varios intelectuales de la región a revisar algunas epistemologías previamente establecidas en las ciencias sociales y las humanidades. La tendencia general hacia la democratización otorga prioridad a una reconceptualización del pluralismo y de las condiciones de Subalternidad al interior de sociedades plurales. (Castro-Gómez e Mendieta, 1998, p. 70).¹⁶

¹⁵ O grupo latino-americano de Estudos subalternos, inicialmente formado por Ileana Rodríguez, John Berverley, Robert Carr, José Rabasa e Javier Sanjinés, estabeleceu um diálogo Sul-Sul, sendo responsável por inserir a América Latina no debate Pós-colonial, marcando suas diferenças com o projeto asiático. (Sandoval, 2010).

¹⁶ O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais do sul da Ásia liderada por Ranajit Guha, nos inspirou a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. [...] a redefinição das esferas políticas e culturais na América Latina nos últimos anos levou vários intelectuais da região a revisar algumas epistemologias previamente estabelecidas nas Ciências Sociais e Humanas. A tendência geral à democratização dá prioridade a uma reconceptualização do pluralismo e das condições da subalternidade nas sociedades plurais. (Castro-Gómez e Mendieta, 1998, p. 70). (Tradução da autora).

El Manifiesto Inaugural redactado por el Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos recoge varios de los temas abordados por el historiador indio Ranajit Guha, a partir de los cuales se pretende avanzar hacia una reconstrucción de la historia latinoamericana de las últimas dos décadas. Tal reconstrucción quisiera presentarse como una alternativa al proyecto teórico llevado a cabo por los Estudios Culturales desde finales de los ochenta. Por esta razón, el grupo coloca mucho énfasis en categorías de orden político tales como "clase", "nación" o "género", que en el proyecto de Estudios Culturales parecieran ser reemplazadas por categorías meramente descriptivas como la de "hibridez", o sepultadas bajo una celebración apresurada de la incidencia de los medios y las nuevas tecnologías en el imaginario colectivo [...]. (Castro-Gómez e Mendieta, 1998, p. 16).¹⁷

No mesmo ano, Walter Mignolo (1998) oferece uma crítica radical ao Pensamento Pós-colonial, aos Estudos culturais e aos Estudos Subalternos, se referindo ao que considera como visões eurocêntricas e imperialistas, uma vez que não realizam uma rutura crítica adequada com autores europeus em sua origem. Considera, também, que a trajetória de dominações e resistência ao colonialismo empreendida pela América Latina e Caribe, distinta da indiana e de outros territórios colonizados, está oculta nos debates dessas linhas de pensamento. De acordo com (Castro-Gómez e Mendieta, 1998, p. 17),

Walter Mignolo aprovecha también algunos elementos de las teorías poscoloniales para realizar una crítica de los legados coloniales en América Latina. Pero, a diferencia de Ileana Rodríguez y de otros miembros del Grupo de Estudios Subalternos, Mignolo piensa que las tesis de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha y otros teóricos indios no debieran ser asumidas y trasladadas sin más para un análisis del caso latinoamericano. Haciéndose eco de las críticas tempranas de Vidal y Klor de Alva, Mignolo afirma que las teorías poscoloniales tienen su locus enunciaciones en las

¹⁷ O Manifesto Inaugural redigido pelo Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos retoma vários dos temas abordados pelo historiador indiano Ranajit Guha, com base nos quais se busca avançar em uma reconstrução da história latino-americana das duas últimas décadas. Essa reconstrução gostaria de se apresentar como uma alternativa ao projeto teórico realizado pelos Estudos culturais desde o final da década de 1980. Por essa razão, o grupo dá grande ênfase a categorias políticas como "classe", "nação" ou "género", que no projeto dos Estudos Culturais parecem ser substituídas por categorias meramente descritivas, como "hibridismo", ou enterradas sob uma celebração apressada da incidência da mídia e das novas tecnologias no imaginário coletivo [...]. (Castro-Gómez e Mendieta, 1998, p. 16). (Tradução da autora).

*herencias coloniales del imperio británico y que es preciso, por ello, buscar una categorización crítica del occidentalismo que tenga su locus en América Latina [...].*¹⁸

A desagregação de grupo de Estudos Subalternos latino-americano ocorreu em decorrência das divergências teóricas e findou por favorecer o surgimento do Grupo Modernidade/Colonialidade, caracterizado como um programa de investigação que compartilha um conjunto de conceitos como colonialidade/colonialidade do poder, do saber e do ser. De acordo com Hernández (2018), se trata de uma “*corriente crítica de pensamiento, acción y experiencia social con activistas sociales e intelectuales de centros académicos, pero más que nada, comunidades, colectivos y pueblos diversos de Latinoamérica y el Caribe*”¹⁹. Os intelectuais decoloniais propuseram uma renovação analítica e utópica das Ciências sociais a partir da realidade geopolítica latino-americana do século XXI dialogando com correntes epistémicas diversas: Estudos Subalternos, Estudos Culturais e Literários, Pós-modernos, Críticos latino-americanos, Pós-estruturalistas, Pós-marxistas, Feministas, Anticoloniais. Sua composição agrega intelectuais como Edgardo Lander, Arthuro Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Fernando Coronil, Ramón Grosfoguel, Agustín Lao-Montes, Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, María Lugones, Rita Segato, Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola, Zulma Palermo, Freya Schiwy, Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon (Escobar, 2003, p. 53). Nomeado de “Giro decolonial” (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007), o movimento propõe um deslocamento epistêmico que opera na esfera social e acadêmica que questiona o mito civilizacional da modernidade e propõe a superação da razão emancipadora (Dussel, 2000; Mignolo, 2010).

A partir das perspectivas epistémicas “*subalternas*”, onde a forma de conhecimento emerge “de baixo” e origina uma crítica ao conhecimento hegemônico nas relações de

¹⁸ Walter Mignolo também se baseia em elementos das teorias pós-coloniais para criticar os legados coloniais na América Latina. Mas, ao contrário de Ileana Rodríguez e outros membros do Grupo de Estudos Subalternos, Mignolo acredita que as teses de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e outros teóricos indianos não devem ser simplesmente assumidas e transferidas para uma análise do caso latino-americano. Ecoando as primeiras críticas de Vidal e Klor de Alva, Mignolo argumenta que as teorias pós-coloniais têm seu locus de enunciação nos legados coloniais do império britânico e que, portanto, é necessário buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu locus na América Latina [...]. (Castro-Gómez e Mendieta, 1998, p. 17). (Tradução da autora).

¹⁹ “corrente crítica de pensamento, ação e experiência social com ativistas sociais e intelectuais de centros acadêmicos, mas, acima de tudo, comunidades, coletivos e diversos povos da América Latina e do Caribe”. (Hernández, 2018). (Tradução da autora).

poder envolvidas, o Pensamento Decolonial valida que *“todos los conocimientos están ubicados epistémicamente en el lado dominante o subalterno de las relaciones de poder y que esto tiene que ver con la geo y la cuerpo política del conocimiento”*. (Grosfoguel, 2006, p. 22).²⁰

O conceito chave do Pensamento Decolonial, a colonialidade, sistematizado pelo sociólogo Aníbal Quijano em 1989, se refere fundamentalmente ao padrão de poder que se instalou globalmente a partir dos chamados “descobrimentos” e da conquista das Américas.

A invasão e colonização da América foi um empreendimento de dominação colonial justificado como um projeto civilizatório e evangelizador, no qual a implantação de uma primeira forma de capitalismo global foi combinada com formas de dominação, extermínio, subalternização e racialização dos povos originários e de milhões de pessoas escravizadas. As expansões atlânticas fizeram parte e possibilitaram um projeto que proporcionou as condições necessárias para que a Europa se instalasse como potência e impusesse pela força seus ideais camuflados pela narrativa universalista. A chamada “descoberta da América” foi fundamental no processo de consolidação do sistema colonial moderno. (Barbosa, 2022, p. 29).

Aníbal Quijano analisa a expansão marítima colonial a partir do que considera ser uma perspectiva cognitiva produzida durante longo tempo a partir da visão do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno, que “naturaliza” a experiência das pessoas num determinado padrão de poder. Ou seja, que identifica como “natural” ser a Europa o centro mundial do capitalismo e que colonizou o “resto” do mundo assente na ideia de que a Europa e os europeus possuíam níveis mais avançados, linearmente pensados como progresso unidirecional e contínuo da espécie humana. Criando, assim, a convicção, ainda em curso, de que a humanidade se constituía de populações diferenciadas como superiores/inferiores, racionais/irracionais, civilizados/primitivos, modernos/tradicionais. (Quijano, 2007).

Nessa perspectiva de pensamento, duas características são estruturantes deste padrão de poder: o capitalismo como nova estrutura de controle do trabalho e a distribuição racial das pessoas no planeta. (Quijano, 2005). Assim, a colonialidade/colonialidade do

²⁰ “todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpopolítica do conhecimento”. (Grosfoguel, 2006, p. 22). (Tradução da autora).

poder é definida como um padrão de dominação mundial do modelo capitalista estruturado e estruturante da classificação racial e étnica globalmente. Uma estrutura de dominação e exploração que se iniciou com o colonialismo e que se estende até os dias atuais como sua sequência. (Quijano, 2007).

A emergência da colonialidade está relacionada historicamente com o genocídio que permeou a conquista das Américas²¹. Essa correlação possibilita, dentre outras, a identificação do tipo de classificação social que favoreceu a empresa colonial: a ideia de raça. (Maldonado-Torres, 2008).

*La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial / étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social. Se origina y mundializa a partir de América. (Quijano, 2007, p. 93).*²²

A “raça” /etnia como princípio de organização social e o capitalismo como modo de controle operacional constituem, segundo Aníbal Quijano (1995, 2007), os dois pilares da colonialidade do poder que, por sua vez, estrutura as bases políticas e económicas da formação do sistema-mundo moderno/colonial nas suas formas de dominação e exploração. A colonialidade do poder determinou e permanece moldando as realidades sociais da América Latina e Caribe, e se estende mundialmente, após ter embebido todas as estruturas simbólicas e epistémicas que regem os intercâmbios culturais e a produção de conhecimentos. (Grosfoguel, 2008).

De acordo com Maldonado-Torres (2007, 2008), a colonialidade do saber está relacionada com as epistemologias e as produções de conhecimento que reproduzem o pensamento colonial, ou seja, o colonialismo não se define por casos particulares, mas opera em diferentes níveis: a colonialidade do poder (político e económico); a

²¹ Maldonado-Torres desenvolve o conceito de colonialidade do ser partir dessa concepção do início da modernidade. Inspirado pelas teorias de Franz Fanon e Enrique Dussel, recupera a ideia deste último de que o *ego conquiro* (*yo conquistador*) foi a proto-história do *ego cogito* cartesiano.

²² A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão global do poder capitalista. Ela se baseia na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como a pedra angular desse padrão de poder e opera em todos os níveis, em todas as esferas e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e em escala social. Ele se origina e se globaliza a partir da América. (Quijano, 2007, p. 93). (Tradução da autora).

colonialidade do saber (epistêmico, filosófico, científico e na relação das línguas e do conhecimento); a colonialidade do ser (subjetividade, controle da sexualidade e do papel de género).

Como matriz colonial de poder, a colonialidade é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados, nomeadamente: o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, de género e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento que estrutura o sistema-mundo moderno/colonial onde o trabalho, as subjetividades, os conhecimentos, os lugares e os seres humanos do planeta são hierarquizados e governados a partir de sua “racialização”. (Wallerstein e Quijano, 1992, p. 582).

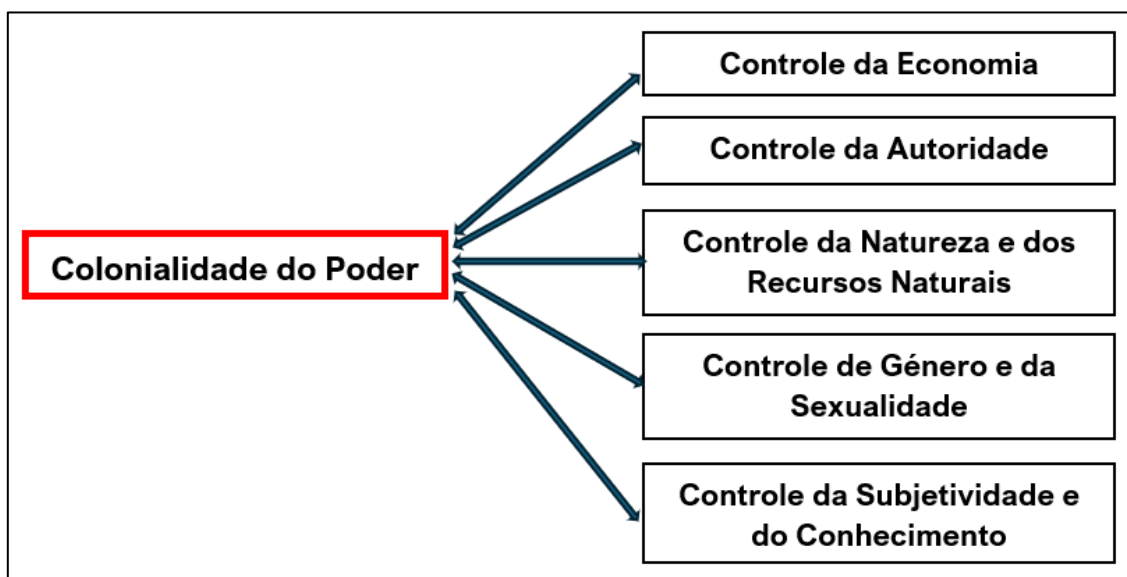


Figura 2. Esquema construído a partir da sistematização sobre colonialidade do poder de Enrique Dussel (2000)

A partir dessa construção teórica, é possível afirmar que “*la colonialidad del poder está atravesada por actividades y controles específicos tales la colonialidad del saber, la colonialidad del ser, la colonialidad del ver, la colonialidad del hacer y del pensar, la colonialidad del oír, etc.*”. (Mignolo, 2010, p. 12).²³

Sob a perspectiva de Aníbal Quijano (2007, p. 94–95), a colonialidade do saber na produção de conhecimento moderno consiste “na medição, quantificação, interiorização

²³ “A colonialidade do poder está atravesada por atividades e controles específicos como a colonialidade do saber, a colonialidade do ser, a colonialidade do ver, a colonialidade do fazer e do pensar, a colonialidade de ouvir, etc.”. (Mignolo, 2010, p. 12). (Tradução da autora).

(ou objetivação) do que é cognoscível sobre o conhecedor, para controlar as relações dos homens com a natureza e entre aqueles em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção”.

Empreendendo uma crítica ao eurocentrismo no campo da colonialidade do saber, Edgardo Lander (2011) afirma que todo o conhecimento é um conhecimento situado histórica, corporal e geopoliticamente. E Maldonado-Torres (2008) sistematiza o conceito colonialidade do ser a partir da geopolítica descolonial de Franz Fanon (2009, 2018). O autor, que diverge dos filósofos europeus afirmando que sua teorização é “uma alternativa ao racismo filosófico de Heidegger e às perspectivas limitadas daqueles que, à semelhança de Lévinas, embora sejam críticos em relação a certos aspetos deste projeto, continuam, de alguma forma, a ser cúmplices dele” (Maldonado-Torres, 2008, p. 83), considera que a colonialidade do ser resulta da experiência vivida durante os processos de colonização e seu impacto na constituição das identidades colonizadas.

La ciencia (conocimientos y sabiduría) no puede separarse del lenguaje; los lenguajes no son sólo fenómenos ‘culturales’ en los que la gente encuentra su ‘identidad’; estos son también el lugar donde el conocimiento está inscrito. Y si lenguajes no son cosas que los seres humanos tienen, sino algo que estos son, la colonialidad del poder y del saber engendra, pues, la colonialidad de ser. (Mignolo, 2004, p. 669).²⁴

O conceito colonialidade do ser busca responder as questões sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida e na mente do “*sujeito/a*” *subalterno/a*. Enrique Dussel (2000) afirma que a dimensão histórica da colonialidade do ser se baseia nas teorias fanonianas, consideradas por Mignolo (2004) como centrais na articulação do conceito, para se compreender as expressões existenciais da colonialidade em relação a experiência racial: “*la «colonialidad del ser» introduce un reto de conectar los niveles genético, existencial e histórico, donde el ser muestra de forma más evidente su lado colonial y sus fracturas*”. (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).²⁵

²⁴ A ciência (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos “culturais” nos quais as pessoas encontram sua “identidade”; elas também são o lugar onde o conhecimento está inscrito. E se as línguas não são coisas que os seres humanos têm, mas algo que eles são, a colonialidade do poder e do conhecimento gera, portanto, a colonialidade do ser. (Mignolo, 2004, p. 669). (Tradução da autora).

²⁵ A “colonialidade do ser” introduz o desafio de conectar os níveis genético, existencial e histórico, onde o ser mostra mais claramente seu lado colonial e suas fraturas. (Maldonado-Torres, 2007, p. 131). (Tradução da autora).

La invisibilidad y la desumanización son las expresiones primarias de la colonialidad del ser. [...] La colonialidad del ser (referese) a la violación del sentido de la alteridad humana, hasta el punto donde el alter-ego queda transformado en un sub-alter. Tal realidad, que acontece con regularidad en situaciones de guerra, es transformada en un asunto ordinário a través de la idea de raza, que juega un rol crucial en la naturalización de la no-ética de la guerra a través de prácticas de colonialismo y esclavitud racial. [...] La colonialidad del ser aparece en proyectos históricos e ideas de civilización, que incluyen como parte intrínseca de los mismos gestas coloniales de diversos tipos, inspiradas o legitimadas por la idea de raza y por el escepticismo misantrópico que la funda. (Maldonado-torres, 2007, p. 150-151).²⁶

Complementarmente, Pablo González Casanova (2006) sistematiza o conceito colonialismo interno, afirmando ser um fenómeno que ocorre no terreno económico, político, social e cultural, que possibilita compreender o funcionamento dos Estados de origem colonial/imperialista acerca de como as classes dominantes perpetuam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior das suas fronteiras políticas. Um fenómeno que se repete mesmo depois da queda dos impérios e da independência dos Estados Nação.

La definición del colonialismo interno está originalmente ligada a fenómenos de conquista, en que las poblaciones de nativos no son exterminadas y forman parte, primero, del Estado colonizador y, después, del Estado que adquiere una independencia formal, o que inicia un proceso de liberación, de transición al socialismo o de recolonización y regreso al capitalismo neoliberal. Los pueblos, minorías o naciones colonizados por el Estado-nación sufren condiciones semejantes a las que los caracterizan en el colonialismo y el neocolonialismo a nivel internacional. Casanova, 2006, p. 410).²⁷

²⁶ A invisibilidade e a desumanização são as principais expressões da colonialidade do ser. [...] A colonialidade do ser (refere-se) à violação do senso de alteridade humana, a ponto de o alter ego ser transformado em um sub-alter. [...] A colonialidade do ser (refere-se) à violação do senso de alteridade humana, a ponto de o alter ego ser transformado em um sub-alter. Essa realidade, que ocorre regularmente em situações de guerra, é transformada em uma questão natural por meio da ideia de raça, que desempenha um papel crucial na naturalização da não ética da guerra por meio de práticas de colonialismo e escravidão racial. [...] A colonialidade do ser aparece em projetos históricos e ideias de civilização, que incluem como parte intrínseca atos coloniais de vários tipos, inspirados ou legitimados pela ideia de raça e pelo ceticismo misantrópico que a fundamenta. (Maldonado-torres, 2007, p. 150-151. (Tradução da autora).

²⁷ A definição de colonialismo interno está originalmente ligada a fenómenos de conquista, nos quais as populações nativas não são exterminadas e fazem parte, primeiramente, do Estado colonizador e,

Em resumo, o colonialismo pode haver ser retirado da cena após as descolonizações (Estados Unidos, Haiti, e países da América Latina e depois Índia, Argélia, Nigéria, etc.), contudo, a colonialidade permanece presente na estrutura atual da globalização. (Mignolo, 2020). Como afirma Quijano (1997, p. 113),

En el momento actual ocurren fenómenos equivalentes [aos que ocorreram desde o século XVI]. Desde la crisis mundial de los 70s se ha hecho visible un proceso que afecta a todos y a cada uno de los aspectos de la existencia social de las gentes de todos los países. El mundo que se formó hace 500 años está culminando con la formación de una estructura productiva, financiera y comercial que tiende a ser más integrada que antes. Con una drástica reconcentración del control de poder político y de recursos.²⁸

Essas chaves conceituais fundamentam o Pensamento Decolonial para questionar o historicismo da modernidade/colonial/eurocentrada e reconstruir e restituir de histórias silenciadas (Wallerstein e Quijano, 1992). Nesse contexto, o desafio ético-político-epistemológico decolonial “é o de construir uma consciência a partir da geopolítica do conhecimento, [...] privilegiando a fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva nova e libertadora, tanto no campo discursivo como na esfera da ação”. (Barbosa, 2019, p. 66).

Assim como as outras vertentes de pensamento crítico, apresentadas brevemente até aqui, foi a chamada crise da modernidade, nesse caso fortemente marcada pelo cenário geopolítico da América Latina e Caribe impactado pelo neoliberalismo, que impulsionou uma renovação das teorias críticas nas Ciências sociais. A sistematização do Pensamento Decolonial foi forjada a partir das reflexões de intelectuais latino-americanos como um movimento teórico que teve na experiência colonial seu ponto fundamental. Sua genealogia ultrapassou as fronteiras geopolíticas, sendo uma das “*teorías originadas en el suelo latinoamericano que cruzaron en sentido contrario la Gran*

posteriormente, do Estado que adquire independência formal ou que inicia um processo de libertação, transição para o socialismo ou recolonização e retorno ao capitalismo neoliberal. Os povos, as minorias ou as nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizam no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional. (Casanova, 2006, p. 410). (Tradução da autora).

²⁸ Hoje observamos fenómenos semelhantes (aos que tinham lugar no século XVI). Desde a crise mundial da década de 1970, se tem tornado visível um processo que afeta todos, bem como todos os aspetos da existência social das pessoas de todos os países. O mundo social que começou a ser estruturado há quinhentos anos está a chegar ao seu término através de uma organização económica, financeira e comercial muito mais integrada do que no passado. E isso significa uma reconcentração de longo alcance de poder político e de recursos económicos. Quijano (1997, p. 113). (Tradução da autora).

Frontera, es decir, la frontera que divide el mundo entre el Norte y el Sur geopolíticos, y alcanzaron impacto y permanencia en el pensamiento mundial”. (Segato, 2013, p. 17).²⁹

De forma complexa, as vertentes que compõem a teoria crítica no segundo quartel do século XX, e avançam até os dias atuais, têm origem em processos anteriores, principalmente o marxismo. Ainda que assumam ou mesmo refutem diretrizes e conceitos da dialética hegeliana e marxiana, as linhas representadas nos tópicos anteriores, sem a pretensão de uma exposição aprofundada, são capazes de orientar reflexões que em muito dialogam entre si. Nas Ciências Sociais e Humanas, esse diálogo epistémico que envolve continuidades e rupturas favorece análises macrossociológicas e microssociológicas que ampliam a “caixa de ferramentas” teórica. Contudo, é crucial observar que “as humanidades e as ciências, por meio de suas práticas e postulados, não deixaram de adotar, quase sem questionar, um modo de pensar o conhecimento, de transmiti-lo e de aplicá-lo como modelo de progresso e de crescimento”. (Barbosa, 2018, p. 235). Nesse contexto, uma reflexão acerca dos processos globais não pode prescindir da compreensão ampliada de onde o processo de descolonização do conhecimento é seu ponto estratégico de construção de saberes críticos.

Não são poucos os debates acerca dos processos de investigação científica crítica e descolonização do conhecimento. Seus limites e possibilidades, discursos e meta discursos, que muitas vezes não se configuram efetivamente numa *praxis* não colonial, merecem ainda muita reflexão. Nesse amplo debate, a ideia de que a descolonização do conhecimento é fundamental para a produção de epistemologias e metodologias não “extrativistas” vem conquistando espaço nas reflexões promovidas por intelectuais também na América Latina. (Barbosa, 2018, p. 236).

Os caminhos epistemológicos da descolonização, inscrita a partir da América Latina e Caribe pelo Grupo Modernidade/Colonialidade como decolonialidade, questionam a centralidade da racionalidade da ciência formatada pelo ocidente, eurocêntrico e colonial que marginalizou outras percepções do mundo, podem ser compreendidos sob o termo “guarda-chuva” de teorias pós-coloniais. Dos escritos de Frantz Fanon (2018) acerca das violências que desumanizam os “condenados da terra”, negando sua

²⁹ “teorias originadas em solo latino-americano que cruzaram em direção oposta a Grande Fronteira, ou seja, a fronteira que divide o mundo entre o Norte e o Sul geopolítico, e alcançaram impacto e permanência no pensamento mundial”. (Segato, 2013, p. 17). (Tradução da autora).

condição humana ao tentar apagar seu passado, essência e valores, os estudos subalternos indianos ao questionar se as “*subalternas*” poderiam realmente falar e ser ouvidas, como faz Gayatri Spivak (2010), um horizonte crítico de possibilidades alimentou a produção de novos paradigmas teóricos. Nas Américas, a luta das *mulheres negras* sacudiu os alicerces do feminismo e colocou na agenda dos espaços acadêmicos e fora deles, nomes e vozes como de Ângela Davis (2016), bell hooks (1995), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2011), Patrícia Hill Collins (2016), e muitas outras, que demarcaram a perspectiva interseccional³⁰ de “raça” /etnia, classe e gênero como indispensável para a compreensão da realidade humana. (Almeida, 2023).

De forma articulada e insurgente, esse escopo teórico que emerge de culturas e sociedades, pensamentos e vozes distantes do Norte Global/geopolítico e da sua construção de ciência moderna, resgatam e promovem reparação aos silenciamentos e invisibilidades históricas promovidas pela modernidade/colonialidade. A perspectiva decolonial amplia e complexifica a leitura da história moderna e contemporânea, favorecendo reflexões micro e macrosociológicas, entre o local e o global, que oferece ferramentas potentes para o Serviço Social realizar análise da realidade social e desenvolver o pensamento crítico para uma prática política voltada para a transformação e a justiça social.

³⁰ Ochy Curiel tensiona o conceito interseccionalidade afirmando que, ainda que sua perspectiva seja crítica, pois visibiliza a articulação existente entre classe, raça e sexualidade e as imbricações decorrentes dela, ainda necessita avançar no sentido de questionar como se produzem as identidades e as diferenças que produzem os sistemas de opressão. (Silva, Almeida e Gonçalves, 2020).

2. MODERNIDADE/COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE: GEOPOLÍTICA E “QUESTÃO SOCIAL”

O presente capítulo apresenta o referencial teórico decolonial a partir do qual se desenvolveu a escrita desse estudo. A decolonialidade como estratégia e ferramenta orientou a metodologia, a pesquisa voltada para o estado da arte, as abordagens no trabalho de campo, a pesquisa documental e as reflexões. Como opção teórica e como Projeto ético-político submetido a análise crítica, busco identificar as contribuições e as impossibilidades desse referencial como escopo útil para compreender as novas expressões da “questão social”. São acolhidas as contribuições dos conceitos de necropolítica e interseccionalidade, ambos entendidos como importantes sistematizações que complexificam e que favorecem as reflexões acerca das estruturas sociais de classe social, gênero e “raça” /etnia que definem as relações do capitalismo global neoliberal.

2.1. IDEIAS PARA ADIAR O FIM DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak (2019, p. 13) pergunta: “porquê insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade?” De certa forma, Krenak pode encontrar sua resposta na afirmação de Aníbal Quijano (2005, p. 126) de que “é hora de aprender a liberar-nos do espelho eurocêntrico onde nossa imagem está sempre necessariamente distorcida. É hora, por fim, de deixar de ser o que não somos”.

Conjuntamente, a pergunta e a afirmação contribuem na construção de reflexões para uma questão relevante neste capítulo: como construir e ampliar espaços de diversidade e resistência epistêmica onde a “questão social” acolha as complexificações propostas pela decolonialidade?

De acordo com Ramón Grosfoguel (2007, p. 70–71),

Cualquier cosmopolitanismo o propuesta global que se construya a partir del universalismo abstracto [...], es decir, del epistemológico de la ego-política del conocimiento, no escapará de ser un diseño global imperial/colonial. Si la verdad universal se construye a partir de la epistemología de un territorio y cuerpo particular (sea occidental, cristiano o islámico), en exclusión de los otros, entonces el cosmopolitanismo o propuesta global que se construya desde dicha epistemología universalista abstracta será inherentemente imperial/colonial. El universalismo abstracto epistémico en la tradición de la filosofía occidental moderna

*forma parte intrínseca del racismo epistemológico. Si la razón universal y la verdad solamente pueden partir de un sujeto blanco-europeo-masculino-heterosexual, y si la única tradición de pensamiento condicha capacidad de universalidad y de acceso a la verdad es la occidental, entonces no hay universalismo abstracto sin racismo epistémico. El racismo epistemológico es intrínseco al “universalismo abstracto” occidental, que en-cubre a quien habla y el lugar desde donde habla.*³¹

O caminho para análise proposto pelas teorias oriundas do Sul Global/Geopolítico, em particular da América Latina e Caribe como é o caso do pensamento que origina a Teoria Crítica Decolonial, percorre a linha histórica da longa duração a partir dos “descobrimientos”, ou da invasão, ao que o colonialismo nomeou de “Novo Mundo”. Um evento que se converteu no início do processo de expansão global do capitalismo, da ciência e do sistema interestatal, entre outros aspetos, dando início ao moderno sistema-mundial³². Na perspectiva de Wallerstein e Quijano (1992, p. 584), *“la creación de esta entidad geosocial, América, fue el acto constitutivo del moderno sistema mundial. A América no se incorporó en una ya existente economía-mundo capitalista. Una economía-mundo capitalista no hubiera tenido lugar sin América”*.³³

A expansão marítima configurou o início de um sistema de acumulação de capital apoiado na modalidade extrativista com a finalidade exclusiva de atender as demandas dos centros metropolitanos. O colonialismo e a dominação colonial originaram o mercado capitalista global, constituindo o capitalismo numa relação interdependente. (Acosta, 2011; Mignolo, 2007c).

³¹ Qualquer cosmopolitismo ou proposta global que seja construída com base no universalismo abstrato [...], ou seja, na epistemologia da ego-política do conhecimento, não escapará de ser um projeto global imperial/colonial. Se a verdade universal for construída a partir da epistemologia de um determinado território e corpo (seja ele ocidental, cristão ou islâmico), com a exclusão de outros, então o cosmopolitismo ou a proposta global construída a partir dessa epistemologia universalista abstrata será inerentemente imperial/colonial. O universalismo epistémico abstrato na tradição da filosofia ocidental moderna é uma parte intrínseca do racismo epistemológico. Se a razão e a verdade universais só podem partir de um sujeito branco-europeu-homem-heterossexual, e se a única tradição de pensamento com capacidade de universalidade e acesso à verdade é a ocidental, então não há universalismo abstrato sem racismo epistémico. O racismo epistemológico é intrínseco ao “universalismo abstrato” ocidental, que abrange quem fala e o lugar de onde ele fala. (Grosfoguel, 2007, p. 70–71). (Tradução da autora).

³² Immanuel Wallerstein (1992) sistematizou a categoria sistema-mundo moderno assente no argumento de que o estabelecimento de tal economia-mundo capitalista se apoia em três elementos: a expansão do espaço geográfico mundial, o desenvolvimento de métodos de controle de trabalho para produtos variados em diversas zonas da economia-mundo e a criação do aparelho do Estado.

³³ “a criação desta entidade geosocial, América, foi o ato constitutivo do moderno sistema mundial. A América não se incorporou numa já existente economia-mundo capitalista. Uma economia-mundo capitalista não teria tido lugar sem a América”. (Wallerstein; Quijano, 1992, p. 584). (Tradução da autora).

Constitutiva dessa relação está a ideia de “raça” e racismo existente no colonialismo, que estabeleceu a diferença entre colonizador e colonizado, se configurando parte estruturante dos princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações do sistema-mundial marcadas pelo padrão de poder, do controle do trabalho, do Estado e de suas instituições, bem como da produção do conhecimento. (Quijano, 2005; Wallerstein, 2011, 2017, 2010).

Nesse contexto, a Europa moderna³⁴ como “centro” da História Mundial, teve seu início com a constituição do sistema-mundo moderno/colonial³⁵. De acordo com Enrique Dussel (1994, p. 8), *“1492 será el momento del “nacimiento” de la Modernidad como concepto, el momento concreto del “origen” de un “mito” de violencia sacrificial muy particular y, al mismo tiempo, un proceso de “en-cubrimiento” de lo no-europeo”*.³⁶

Marcado pela invisibilidade da/o colonizada/o e da/o escravizada/o, o encontro colonial europeu com um grande número de diferentes povos, possuidores de histórias próprias, linguagem, culturas, memórias e identidades, os transformou em estereótipos de identidades indígenas, ameríndias e *negras*.

No século XVI, a emergência do primeiro grande discurso do mundo moderno inventou e subalternizou populações indígenas, povos africanos, muçulmanos e judeus. Esse é considerado pela perspectiva decolonial como contexto nascente da modernidade sistematicamente negado nas descrições hegemônicas da modernidade feita a partir da própria Europa (como um lócus de enunciação). (Grosfoguel, 2009; Grosfoguel e Mignolo, 2008). No campo político-filosófico, os debates que estabelecem as fronteiras do princípio da “pureza de sangue” se originaram na península ibérica - que definiu classificações e hierarquizações entre cristãos, mouros e judeus - e pelos debates teológicos da Escola de Salamanca e de Coimbra em torno dos “direitos dos povos”, que definiu a posição dos povos indígenas e africanos na escala humana com base na

³⁴ O contexto aqui tratado se refere ao conceito de *Europa* moderna em sua construção diacrônica unilinear Grécia-Roma-Europa como uma invenção ideológica de fins do século XVIII, baseada no ‘modelo ario’, racista. (Dussel, 2000).

³⁵ A partir das teorizações de Immanuel Wallerstein sobre sistema-mundo moderno, Aníbal Quijano constrói o conceito de sistema-mundo moderno/colonial no qual acrescenta ao conceito a questão epistêmica que desloca o lócus de enunciação, transferindo-o do homem europeu para os povos ameríndios. (Grosfoguel, 2006; Quijano, 1995, 2005).

³⁶ “1492 será o momento do “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular e, ao mesmo tempo, um processo de “en-cobrimento” do não europeu”. (Dussel, 1994, p. 8). (Tradução da autora).

lógica da classificação social moderna que hierarquizou racial e sexualmente pessoas, povos e cosmologias. (Dussel, 1994; Quijano, 2007).

De acordo com Quijano (2005), a história do poder e do saber colonial que construiu hierarquias a partir de um relato eurocêntrico, significou para os povos originários o despojo de suas identidades históricas e de seu lugar na história da produção cultural da humanidade, determinando uma nova identidade “*subalterna*” como “raças”/etnias inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores.

A primeira identidade geocultural moderna e mundial foi a América. A Europa foi a segunda e foi constituída como consequência da América, não o inverso. A constituição da Europa como nova entidade/identidade histórica fez-se possível, em primeiro lugar, com o trabalho gratuito dos índios, negros e mestiços da América, com sua avançada tecnologia na mineração e na agricultura, e com seus respectivos produtos, o ouro, a prata, a batata, o tomate, o tabaco, etc., etc. (Viola e Margolis, 1991). Porque foi sobre essa base que se configurou uma região como sede do controle das rotas atlânticas, por sua vez convertidas, precisamente sobre essa mesma base, nas rotas decisivas do mercado mundial. Essa região não tardou em emergir como Europa. América e Europa produziram-se historicamente, assim, mutuamente, como as duas primeiras novas identidades geoculturais do mundo moderno. (Quijano, 2005, p. 127).

Os debates acerca da dimensão geopolítica da dominação, do papel da “raça” /etnia na constituição de hierarquias coloniais, do repensar a agenda da/o colonizada/o e tornar visível a sua sujeição fazem parte das discussões que têm como lócus de enunciação o Sul Global/Geopolítico. Nesse aspeto, a descolonização, que normalmente está associada aos processos de superação do colonialismo resultantes das lutas anticoloniais, é confrontada com a decolonialidade que, por outro lado, se refere aos processos que buscam transcender historicamente a colonialidade. Um giro epistémico que se estrutura a partir de um projeto complexo e com maior profundidade que busca subverter o padrão de poder colonial, que compreende a colonialidade como o lado obscuro da modernidade. (Maldonado-Torres, 2018; Mignolo, 2017).

A partir da perspectiva decolonial, se compreende que a modernidade, inaugurada e consolidada a partir o século XV, assentou na fantasia colonial da diferença e da liberdade que articulou o discurso colonial de legitimação de um regime facilitado pelo fetiche racista. A colonialidade, como lado permanentemente negado da modernidade, modelou governos e Estados-nação que promoveram divisões produtivas organizadas a partir do conhecimento e do exercício do poder. As práticas coloniais, fundadas no

reconhecimento das diferenças de “raça” /etnia, cultura e história elaborados pelos conhecimentos estereotípicos das teorias racistas, instauraram as ações de caráter/controlado político-discriminatórias e autoritárias onde as populações nativas eram o alvo. Nesse passado tão atual, a população (ex)colonizada é concebida como causa e consequência do sistema ideológico que normatiza e universaliza o progresso como modernidade redentora – as chamadas “missão civilizadora” ou “carga do homem branco”. (Bhabha, 1991, p. 203).

De acordo com Enrique Dussel (2021, p. 8), a modernidade tem suas origens na Europa, porém, foi o encontro com o “outro/a” que marcou seu nascimento.

La Modernidad se originó en las ciudades europeas medievales, libres, centros de enorme creatividad. Pero "nació" cuando Europa pudo confrontarse con "el Otro" y controlarlo, vencerlo, violentarlo; cuando pudo definirse como un "ego" descubridor, conquistador, colonizador de la Alteridad constitutiva de la misma Modernidad. De todas maneras, ese Otro no fue "des-cubierto" como Otro, sino que fue "en-cubierto" como "lo Mismo" que Europa ya era desde siempre.³⁷

Aníbal Quijano (2005) se detém na observação das consequências da colonização das Américas e afirma que a colonialidade é a face de uma mesma moeda onde está a modernidade (a colonialidade é a parte invisível e constitutiva da modernidade). Ela se refere a dominação cultural europeia e a elaboração e imposição do paradigma da racionalidade moderna ocidental que, se valendo da hegemonia de conceber o conhecimento e de o produzir, promoveu a destruição de outras culturas e outras formas de produzir conhecimento. Sua característica primordial foi classificar a população mundial e seus corpos como sub-humanas com fins não apenas de exploração ou dominação em busca de acumulação de capital, mas genocídio, tortura, violação, inanição e assassinatos sádicos para promover condições piores do que a própria morte. (Maldonado-Torres, 2016). As formas de construção da “desumanidade” da/o colonizada/o como elemento constitutivo da colonização moderna são apresentadas nas obras já citadas de Aimé Césaire (2006) e Frantz Fanon (2009, 2018) onde, na lógica da colonialidade, “sujeitos/as” e populações são coisificados/as, animalizados/as

³⁷ A modernidade teve origem nas cidades europeias medievais livres, centros de enorme criatividade. Mas ela "nasceu" quando a Europa foi capaz de confrontar "o Outro" e controlá-lo, conquistá-lo, violentá-lo; quando foi capaz de se definir como um "ego" descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. Em todo o caso, esse Outro não foi "descoberto" como Outro, mas foi "encoberto" como o "Mesmo" que a Europa sempre foi. (Dussel, 2021, p. 8). (Tradução da autora).

e invisibilizados/as. Ao serem alijados/as do seu lugar de “*sujeito/a*” de enunciação, a dominação e expansão coloniais europeias/euro-americanas constroem mundialmente uma hierarquia de conhecimento que divide povos superiores e povos inferiores. De acordo com Grosfoguel (2006, p. 23), ao longo da história colonial, a modernidade eurocêntrica classificou os não europeus de “*«gente sin escritura» del siglo XVI a la caracterización de «gente sin historia» en los siglos XVIII y XIX, a la de «gente sin desarrollo» en el siglo XX y más recientemente, a la de comienzos del siglo XXI de «gente sin democracia»*”.³⁸

De acordo com Maldonado-Torres (2020, p. 562), para compreender a abrangência e atualidade do conceito colonialidade, é fundamental a sua apropriação no sentido de,

*[...] entender las formas en que las relaciones de tipo colonial continuaron aún en los casos de territorios que obtuvieron sus independencias, sino que la lógica de la colonialidad, con su combinación de genocidio, esclavitud permanente, animalización y subanimalización, junto a la creación de mundos de muerte y peor que la muerte, desde temprano constituyeron una matriz colonial distinta al mero colonialismo. Es decir, no se trata de que la colonialidad comenzara a existir después del colonialismo histórico, como si el colonialismo hubiera terminado ya, sino se trata de que desde temprano la conjunción de la racionalidad emergente llamada moderna y la lógica de dominación colonial y racial creó a la colonialidad y que ésta entonces vino a redefinir a los colonialismos históricos y sus secuelas en los estados-nación todavía coloniales. El pensamiento sobre la colonialidad y la decolonialidad no desplaza al pensamiento anticolonial, sino que facilita el análisis de las raíces coloniales del mundo moderno.*³⁹

Na mesma linha de pensamento sociológico, a análise contemporânea acerca da outra face da modernidade por Zygmunt Bauman (1998, p. 26) considera que,

³⁸ “«povos sem escrita» do século XVI, para a dos «povos sem história» dos séculos XVIII e XIX, «povos sem desenvolvimento» do século XX e, mais recentemente, «povos sem democracia» no século XXI”. (Grosfoguel, 2006, p. 23). (Tradução da autora).

³⁹ [...] para entender as maneiras pelas quais as relações do tipo colonial continuaram mesmo nos casos de territórios que conquistaram sua independência, mas que a lógica da colonialidade, com sua combinação de genocídio, escravidão permanente, animalização e sub animalização, juntamente com a criação de mundos de morte e piores que a morte, desde cedo constituiu uma matriz colonial distinta do mero colonialismo. Ou seja, não é que a colonialidade tenha surgido após o colonialismo histórico, como se o colonialismo já tivesse terminado, mas que, desde cedo, a conjunção da chamada racionalidade moderna emergente e a lógica da dominação colonial e racial criaram a colonialidade, e que a colonialidade passou a redefinir os colonialismos históricos e suas consequências nos estados-nação ainda coloniais. Pensar sobre colonialidade e decolonialidade não substitui o pensamento anticolonial, mas facilita a análise das raízes coloniais do mundo moderno. (Maldonado-Torres, 2020, p. 562). (Tradução da autora).

o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo o que ela representa (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente talvez mais tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda.

A partir dessa distinção conceitual e da compreensão acerca da atualidade da colonialidade, é possível avançar numa reflexão acerca do movimento epistémico nomeado como Giro Decolonial na América Latina e Caribe, bem como nas distintas regiões do Sul Global/Geopolítico.

Em 1998, a organização do Congresso Internacional “Transmodernidade, capitalismo histórico e colonialidade: um diálogo pós-disciplinar” por Ramón Grosfoguel e Agustín Lao-Montes e, no mesmo ano, do simpósio “Alternativas ao eurocentrismo e colonialismo no pensamento social latino americano contemporâneo”, organizado por Edgardo Lander no Congresso Mundial de Sociologia em Montreal, foram fundamentais para colocar o tema colonialidade definitivamente na agenda das Ciências Sociais e Humanas. Nos referidos eventos, o encontro de pensadores como Aníbal Quijano, Immanuel Wallerstein, Enrique Dussel, Walter Dignolo, além dos próprios organizadores, favoreceu articulações teóricas e acadêmicas que colocaram em andamento a construção epistêmica que daria origem ao Giro Decolonial. (Maldonado-Torres, 2020, p. 568).

A análise referente a trajetória da epistemologia decolonial na América Latina e Caribe deve preservar um olhar crítico atento ao risco dos efeitos de um certo “latinoamericanocentrismo”, em um sentido análogo ao eurocentrismo. Assim, a posição assumida pelos teóricos decoloniais enfatiza que, a decolonialidade é um projeto de deslocamento epistémico na esfera social e no âmbito acadêmico que não pretende ser uma teoria única e explicativa do social mas, uma opção entre diversas perspectivas críticas: a Teoria da Dependência, a Filosofia da Libertação, o Sistema-mundo moderno colonial, os marxismos, os Estudos Pós-coloniais, Culturais, Subalternos e Feministas, a Educação Popular e as metodologias participativas (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007; Gómez-Hernández, 2017).

O descentramento epistémico proposto pelo movimento decolonial é indissociadamente teórico, ético e político. No campo das Ciências sociais, a decolonialidade questiona as abordagens fundadas na objetividade e neutralidade, considerando que nos últimos séculos elas contribuíram para a construção dos discursos legitimadores de opções político-económico-ideológicas que fizeram de uma experiência particular de modernidade, o padrão universal incontestado. (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007). *“El giro decolonial consiste en desprenderse del chaleco de fuerza de las categorías de pensamiento que naturalizan la colonialidad del saber y del ser y la justifican en la retórica de la modernidad, el progreso y la distinción “democrática” imperial”*. (Mignolo, 2006, p. 13).⁴⁰

A Teoria Crítica Decolonial introduz uma fratura conceitual entre os Pensamentos Pós-moderno e Pós-colonial. Se configura alternativa como projeto fronteiro localizado entre as concepções francesa de Michel Foucault (2014, 2021), Derrida (1967, 2021) e Jacques Lacan (2003), e autores onde se enraízam as bases pós-coloniais, Edward Said (2007), Gayatri Spivak (2006, 2010) e Homi Bhabha (1991, 1998). As bases estruturantes da Decolonialidade estão relacionadas as produções oriundas das Américas, porém com alcance transfronteiro, como as crônicas de Guamán Poma de Ayala (Ayala, Murra e Adorno, 1987), a crítica decolonial de Mahatma Ghandi, a fratura do marxismo no trabalho de José Carlos Mariátegui (2004, 2005), as obras de Amílcar Cabral (Cabral, Rabaka e Wood, 2016), Aimé Césaire (2006), Frantz Fanon (2009, 2018), Rigoberta Menchú (1992), Gloria Anzaldúa (2012), Paulo Freire (2000, 2008, 2019), dentre outras/os. (Mignolo, 2010).

Considerando esse contexto epistemológico e geopolítico, é possível identificar distintas definições do pensamento decolonial, dentre elas, *“el giro decolonial como analítica, el giro decolonial como sociogénesis histórica, y, de forma más estrecha, el giro decolonial como una red de intelectuales que se han distinguido por sus estudios sobre la colonialidad y la decolonialidad”*. (Maldonado-Torres (2020, p. 560).⁴¹

⁴⁰ “O giro decolonial consiste em se livrar da camisa de força das categorias de pensamento que naturalizam a colonialidade do saber e do ser e a justificam na retórica da modernidade, do progresso e da distinção imperial ‘democrática’”. (Mignolo, 2006, p. 13). (Tradução da autora).

⁴¹ “o giro decolonial como uma análise, o giro decolonial como sociogénese histórica e, mais especificamente, o giro decolonial como uma rede de intelectuais que se destacaram por seus estudos sobre colonialidade e decolonialidade”. (Maldonado-Torres, 2020, p. 560). (Tradução da autora).

No âmbito da temática do presente estudo, o último ponto da definição ganhará destaque nas análises, uma vez que trata mais especificamente da construção epistémica decolonial. De acordo com Arturo Escobar (2003), o Giro Decolonial resulta de uma rede académica em diálogo com os movimentos sociais que construiu o “projeto de investigação modernidade/colonialidade” (M/C). Formado durante a década de 1990, o M/C se apoiou em textos seminais como “*Colonialidad y modernidad/racionalidad*” e “*La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial*”. (Quijano, 1992; Wallerstein e Quijano, 1992). Em sua genealogia é possível identificar um conjunto significativo de contribuições teóricas como: a Teologia da Libertação; os debates da Filosofia da Libertação e da Ciência Social autónoma latino-americana que reuniu nomes como Enrique Dussel (2011), Orlando Fals Borda (1979), Pablo Gonzáles Casanova (2006) e Darcy Ribeiro (2023); a Teoria da Dependência; os debates sobre modernidade e pós-modernidade, as discussões de Néstor García Canclini (2011) acerca do hibridismo cultural no campo da Antropologia, os Estudos culturais e Subalternos e, finalmente, o Grupo Modernidade/Colonialidade que, apoiado num vasto arcabouço teórico de fontes críticas europeias, norte-americanas e asiáticas, na Teoria Feminista chicana, nos Estudos pós-coloniais, na Filosofia Africana e na perspetiva ampliada de Sistema-mundo, de Immanuel Wallerstein (2011, 2017, 2010). Esse conjunto de pensadores/as elabora um campo teórico que favorece

Una reflexión continuada sobre la realidad cultural y política latinoamericana, incluyendo el conocimiento subalternizado de los grupos explotados y oprimidos. Si se puede decir que la teoría de la dependencia, la teología de la liberación y la investigación acción participativa han sido las contribuciones más originales de Latinoamérica al pensamiento crítico en el siglo XX _con todos los condicionales que pueden aplicarse a tal originalidad_, el programa de investigación MC emerge como el heredero de esta tradición. [...] el programa MC debe ser entendido como una manera diferente del pensamiento, en contravía de las grandes narrativas modernistas_ la cristiandad, el liberalismo y el marxismo_, localizando su propio cuestionamiento en los bordes mismos de los sistemas de pensamiento e investigaciones hacia la posibilidad de modos de pensamiento no-eurocéntricos. (Escobar, 2003, p. 53–54).⁴²

⁴² Uma reflexão contínua sobre a realidade cultural e política da América Latina, incluindo o conhecimento subalternizado de grupos explorados e oprimidos. Se podemos dizer que a teoria da dependência, a teologia da libertação e a pesquisa-ação participativa foram as contribuições mais originais da América

O projeto teórico e político decolonial propõe o deslocamento das temáticas acerca da questão colonial, de “raça” /etnia, sexualidade e de gênero para o centro da reflexão da modernidade, articulando-as com a perspectiva de classificação social. Nesse sentido, o pensamento decolonial amplia e aprofunda as epistemologias de viés crítico, a partir do que Walter Mignolo (2003) nomeia de “pensamento fronteiriço”, ou seja, a capacidade de articular diferença cultural/alteridade/diversidade como um projeto universal envolvendo o Norte e o Sul Global/Geopolítico. Essa nova perspectiva, que denuncia a continuidade da colonização e do imperialismo, propõe novas possibilidades de horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana em diálogo com a produção de conhecimento a partir das fronteiras. (Ballestrin, 2013; Escobar, 2003). De acordo com Walter Mignolo,

El pensamiento crítico fronterizo nos provee de un método para protagonizar el vuelco descolonial, como así también la conexión entre proyectos surgidos de la herida colonial que pueden ahora concebirse y explorarse en la esfera de las diferencias coloniales e imperiales. El pensamiento crítico fronterizo es entonces el método que conecta la pluriversalidad (diferentes historias coloniales atrapadas en la modernidad imperial) con el proyecto uni-versal de desprendimiento del horizonte imperial, de la retórica de la modernidad junto a la lógica de la colonialidad, y de construcción otros mundos posibles donde ya no haya un líder mundial, de derecha, de izquierda o de centro. El problema no es que sea de un extremo, el otro o del medio, sino del pensamiento único, de la imposibilidad de pensar que es necesario un liderazgo global para que el mundo no se caiga. (Mignolo, 2010, p. 122–123).⁴³

As epistemologias denominadas de fronteira, do Sul Global/Geopolítico, insurgentes e contra coloniais, dentre outras nomenclaturas, representam as abordagens abertas a

Latina para o pensamento crítico no século XX - com todas as condicionalidades que podem ser aplicadas a essa originalidade - o programa de pesquisa MC surge como herdeiro dessa tradição. [...] o programa MC deve ser entendido como uma forma diferente de pensar, contrária às grandes narrativas modernistas - cristianismo, liberalismo e marxismo - ao localizar seu próprio questionamento nas margens dos sistemas de pensamento e pesquisa em direção à possibilidade de modos de pensamento não eurocêtricos. (Escobar, 2003, p. 53–54). (Tradução da autora).

⁴³ O pensamento crítico fronteiriço nos fornece um método para engajar a virada descolonial, bem como a conexão entre projetos decorrentes da ferida colonial que agora podem ser concebidos e explorados na esfera das diferenças coloniais e imperiais. O pensamento crítico de fronteira é, portanto, o método que conecta a pluriversalidade (diferentes histórias coloniais aprisionadas na modernidade imperial) com o projeto uni-versal de distanciamento do horizonte imperial, da retórica da modernidade ao lado da lógica da colonialidade e da construção de outros mundos possíveis em que não há mais um líder mundial, nem de direita, nem de esquerda, nem de centro. O problema não é o fato de ser um extremo, o outro ou o meio, mas o pensamento único, a impossibilidade de pensar que uma liderança global é necessária para que o mundo não desmorone. (Mignolo, 2010, p. 122–123). (Tradução da autora).

reconstrução e restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade definida sob o nome de modernidade e racionalidade. Elas confrontam as epistemologias dominantes e inserem na agenda as temáticas relacionadas a subalternidade e opressão ligadas a questões da “raça” /etnia e género em articulação com a classificação social.

Esse pensamento fronteiriço é, primeiramente, uma consequência da diferença colonial ou diferenças coloniais que, de acordo com Mignolo (2003, p. 27), *“fueron enmascaradas y vendidas como «diferencias culturales» para ocultar el diferencial de poder; esto es, la colonialidad del poder”*⁴⁴. “A diferença colonial transformou a diferença cultural em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, por outro. A diferença colonial se configura, portanto, numa estratégia fundamental, antes e agora, para rebaixar para dominar populações e regiões do mundo”. (Barbosa, 2022, p. 32–33; Grosfoguel, 2002).

Lo que comenzó con América fue mundialmente impuesto. La población de todo el mundo fue clasificada, ante todo, en identidades “raciales”, y dividida entre los dominantes/superiores “europeos” y los dominados/inferiores “no-europeos”. Las diferencias fenotípicas fueron usadas, definidas, como expresión externa de las diferencias “raciales” [...]. El color de la piel fue definido como la marca “racial” diferencial más significativa, por más visible, entre los dominantes/superiores o “europeos”, de un lado, y el conjunto de los dominados/inferiores “no-europeos”, del otro lado. [...]. La escalera de gradación entre el “blanco” de la “raza blanca” y cada uno de los otros “colores” de la piel⁴⁵, fue asumida como una gradación ente lo superior y lo inferior en la clasificación social “racial”. (Quijano, 2007, p. 120).⁴⁶

⁴⁴ “foram mascarados e vendidos como “diferenças culturais” para ocultar o diferencial de poder, ou seja, a colonialidade do poder”. (Mignolo (2003, p. 27). (tradução da autora). A diferença colonial não deve ser compreendida como sinónimo de diferença cultural, pois esta, ainda que entenda as diferenças, não considera a questão colonial em sua reflexão.

⁴⁵ O autor esclarece que o processo de “produção social da cor” como chave de análise da classificação universal do mundo colonial/moderno e eurocentrado do capitalismo necessita maior investigação histórica sistemática. Contudo, assinala que antes da América, a “cor” não aparece nos estudos realizados como classificador das relações de poder. *“El eurocentrismo del nuevo patrón de poder fue, sin duda, inevitable. Pero fue su establecimiento lo que dio origen, explicación y sentido a la imposición de la categoría “raza”, y del “color” como su marca externa, desde el siglo XVI hasta hoy”*. (Quijano, 2007, p. 120).

⁴⁶ O que começou com a América foi imposto a nível mundial. A população de todo o mundo foi primeiramente classificada em identidades “raciais” e dividida entre os “europeus” dominantes/superiores e os “não europeus” dominados/inferiores. As diferenças fenotípicas foram utilizadas, definidas, como uma

A partir da concepção da diferença colonial, como produtora da herança colonial, se identificam intersecções entre os diversos saberes, de onde é possível estabelecer condições dialógicas onde o pensamento subalterno reage ao discurso e a perspectiva hegemónica, que se constitui no pensamento fronteiriço ou epistemologias de fronteira. Ele emerge de “outras” histórias, fontes de conhecimento, subjetividades e saberes fruto de histórias, vivências e experiências, invisibilizadas e desprezadas pelas teorias “ocidentais”, que não reivindicam a universalidade, mas a pluriversalidade epistémica.

A concepção de fronteira, na teorização de Mignolo, tem origens múltiplas e anteriores, tendo sido articuladas por intelectuais como W.E.B. Du Bois (2007) e Gloria Anzaldúa. De acordo com Anzaldúa, o termo se refere à consciência de fronteira: a fronteira entre México e EUA, entre a mulher de cor e a mulher branca, entre a heterossexual e a homossexual. Expõe o entrelaçamento entre questões étnicas, sexuais, nacionalistas, linguísticas, de géneros literários e culturais. Um lugar vago, transitório, proibido, indeterminado e de exclusão, criado pelo resíduo emocional de um limite artificial, que expõe, finalmente, o sentimento causado pela “ferida colonial”. (Anzaldúa e Hurtado, 2012) Na palavras de Grada Kilomba (2019), “o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Dói sempre, por vezes infeta, e outras vezes sangra”. A ferida colonial é imposta pela diferença colonial, é o sentimento de inferioridade infligido ao *anthropos*, aos “condenados da terra” (Fanon, 2018). Para Fanon, o que é finalmente impingido por definição física ou psicológica, são as consequências do racismo, do discurso hegemónico que coloca em questão a humanidade de todos e todas aqueles/as que estão alijados do lócus de enunciação, pela narrativa daqueles/as que se outorgam o direito de classificar as vidas que valem mais e as que valem menos. (Grosfoguel, 2012; Mignolo, 2007).

O pensamento fronteiriço representa formas de enfrentamento à colonialidade, que tem provado ser, nos últimos cinco séculos, mais profunda e duradoura que o colonialismo que a precedeu. Pablo González Casanova (2006) nomeia de “colonialismo interno” as expressões de poder racista/etnicista que operam dentro de um Estado-nação. Aníbal Quijano (2007), amplia essa perspectiva conceitual afirmando que essa vinculação é

expressão externa das diferenças “raciais” [...]. A cor da pele foi definida como a marca “racial” diferencial mais significativa e mais visível entre os dominantes/superiores ou “europeus”, por um lado, e o conjunto dominado/inferior “não europeu”, por outro. [...]. A escada de gradação entre o “branco” da “raça branca” e cada uma das outras “cores” de pele, foi assumida como uma gradação entre o superior e o inferior na classificação social “racial”. (Quijano, 2007, p. 120). (Tradução da autora).

eurocêntrica, uma vez que o próprio Estado-nação é resultante do colonial/moderno. Nesse sentido, propõe analisar que as expressões da colonialidade do poder que considere outras formas de “Estado”, ou seja, que reconheça a existência das inúmeras configurações de organização societária.

A crítica radical empreendida pelas epistemologias fronteiriças,

[...] não é uma crítica anti-europeia fundamentalista e essencialista. Trata-se de uma perspectiva que é crítica em relação ao nacionalismo, ao colonialismo e aos fundamentalismos, quer eurocêtricos, quer do Terceiro Mundo. O pensamento de fronteira, é, precisamente, uma resposta crítica aos fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais. O que todos os fundamentalismos têm em comum (incluindo o eurocêntrico) é a premissa de que existe apenas uma única tradição epistêmica a partir da qual pode alcançar-se a Verdade e a Universalidade. (Grosfoguel, 2009, p. 43–44).

Nesse contexto, a perspectiva epistemológica fronteira questiona e elabora sua crítica à afirmação da centralidade da experiência europeia como eixo estruturante da lógica mundial, na qual a história do poder colonial evidencia duas das suas principais consequências: o despojamento das identidades históricas próprias e singulares dos povos originários, escravizados ou distantes do Norte Global/Geopolítico e a determinação de novas identidades: racial/étnica, colonial e negativa. Assim como o colonialismo constituiu a Europa como centro da história mundial, transformou todas as outras culturas em sua periferia. (Grosfoguel e Mignolo, 2008). Como um pensamento fronteira, as propostas decoloniais oferecem perspectiva crítica que possibilita compreender as especificidades históricas e políticas das sociedades a partir de paradigmas não dominantes que questionam as narrativas historiográficas oficiais e evidenciam as construções hierárquicas sociais subalternizantes. (Curiel, 2019). Elas abrangem um mundo de histórias locais e suscitam inéditas articulações da diferença cultural/alteridade que têm a diversidade como projeto universal. Colocam na agenda epistêmica o enfoque nas éticas e políticas do conhecimento oriundas de linguagens e categorias de pensamento e de subjetividades (árabe, aymará, hindi, créole francesa e inglesa no Caribe, afrikaan, krenak, kaxinawá, etc.) que têm sido constantemente negadas pela retórica da modernidade e subalternizadas pela lógica da colonialidade. (Mignolo, 2005). Para tanto, enfatizam a necessidade de resistir às cinco principais ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo. De acordo com Mignolo (2003, p. 58),

*El pensamiento fronterizo surge de la diferencia colonial de poder y contra él se erige. El pensamiento fronterizo no es un objeto híbrido sino un pensamiento desde la Subalternidad colonial (como en Anzaldúa, Fanon o el zapatismo) o desde la incorporación de la Subalternidad colonial desde la perspectiva hegemónica (como en Las Casas o en Marx). El pensamiento fronterizo es uno de los caminos posible al cosmopolitismo crítico y a una utopística que nos ayuda a construir un mundo donde quepan muchos mundos.*⁴⁷

Em contraste com o modelo resultante dos construtos teóricos oriundos da academia com a finalidade de analisar a realidade social/cultural/política/económica como casos, o pensamento de fronteira, ou do Sul epistémico, se estrutura em um princípio ideológico a partir de movimentos étnico/sociais que, ainda que em articulação com o saber “tradicional”, refletem um pensamento que não se baseia nos legados eurocêntricos originados nos centros geopolíticos de produção de conhecimento do Norte Global/Geopolítico. Como uma perspectiva, conceito e prática, chama atenção para a relação entre a classificação étnico-racial e a dominação estrutural existentes tanto no Norte como no Sul Global/Geopolítico e a necessidade de descolonização de ambos.

O conhecimento oriundo do Sul Global/Geopolítico se constrói a partir das experiências históricas e vivências comuns do colonialismo e da colonialidade. Tais experiência evocam conexões entre representação, diferença e poder na construção de estereótipos onde o/a “outro/a encoberto” (não europeu) (Dussel, 2021) é alvo de poder. De acordo com Stuart Hall (2014, p. 472),

A menudo pensamos en el poder en términos coerción o restricción física directa. Sin embargo, también hemos hablado, por ejemplo, del poder en la representación: poder de marcar, asignar y clasificar; del poder simbólico, el de la expulsión ritualizada. El poder, parece, tiene que entenderse aquí no solo en términos de explotación económica y de coerción física, sino también en términos culturales o simbólicos más amplios,

⁴⁷ O pensamento fronteiriço surge da diferença colonial de poder e se opõe a ela. O pensamento fronteiriço não é um objeto híbrido, mas um pensamento a partir da subalternidade colonial (como em Anzaldúa, Fanon ou Zapatismo) ou da incorporação da subalternidade colonial a partir da perspectiva hegemônica (como em Las Casas ou Marx). O pensamento fronteiriço é um dos caminhos possíveis para o cosmopolitismo crítico e para uma utopia que nos ajude a construir um mundo onde caibam muitos mundos. (Mignolo, 2003, p. 58). (Tradução da autora).

incluyendo el poder de representar a alguien o algo de cierta forma dentro de cierto 'régimen de representación'.⁴⁸

A decolonialidade, como uma epistemologia fronteiriça, está ligada a geopolíticas de lugar e de espaço, a lutas históricas e atuais dos povos originários, africanos, migrantes, refugiados e deslocados e a construção de um projeto social, político, ético, cultural e epistémico orientado para a descolonização e para a transformação social. Se configura na amplificação e escuta das vozes silenciadas e na possibilidade de um pensamento subversivo e insurgente com metas estrategicamente políticas de emancipação e libertação.⁴⁹

De acordo com Enrique Dussel (2011), na perspectiva da “Filosofia da libertação”, a transformação da sociedade se centra no princípio ético da reciprocidade com o “outro/a”. A razão libertadora é a busca de meios emancipatórios, seja na materialidade das práticas, para compreender os mecanismos de exclusão, seja nas formas de silenciar as vozes “*subalternas*”. O que requer posicionamentos efetivos junto as pessoas oprimidas, numa proximidade que possibilite seu reconhecimento como “*sujeito/a*”, bem como a consciência da responsabilidade pelo seu bem-estar físico, mental, emocional e social.

Como prática política no campo epistemológico, é uma contrarresposta à hegemonia geopolítica do conhecimento, para tanto, se fundamenta em configurações conceituais que evidenciam outras formas de pensar e de se posicionar a partir do Sul, formas necessárias para a construção de um projeto participativo de pensamento crítico social pensado através da práxis política. O pensamento compartilhado e o diálogo com movimentos sociais, intelectuais-ativistas e conceitos chave favorecem compreensões

⁴⁸ Pensamos frequentemente no poder em termos de coerção ou de restrição física direta. No entanto, também falamos, por exemplo, do poder de representação: poder de marcar, atribuir e classificar; do poder simbólico, o da expulsão ritualizada. O poder, ao que parece, tem de ser entendido aqui não só em termos de exploração económica e coerção física, mas também em termos culturais ou simbólicos mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de uma certa forma dentro de um determinado “regime de representação”. (Hall, 2014, p. 472). (Tradução da autora).

⁴⁹ Walter Dignolo (2010, p. 27) afirma que emancipação e libertação possuem as mesmas características de correlação que modernidade/colonialidade. Na perspectiva do autor, “*la emancipación captura el momento en que una etno-clase emergente, la burguesía, se emancipaba de las estructuras monárquicas de poder, en Europa. El concepto de liberación, por otra parte, captura la diversidad racializada de etno-grupos colonizados por las burguesías que se emanciparon de las monarquías. Por esta razón, el concepto de liberación tiene su ámbito de pertenencia, por un lado, en el de la modernidad, pero también en el de la colonialidad. Y por esta última razón, “liberación” tiende ya hacia la descolonización. En otras palabras, mientras “liberación” mantiene el impulso de la “emancipación” cambia sus actores*”.

mais profundas acerca das complexidades e possibilidade de descolonização, numa perspectiva decolonial. (Grosfoguel, 2006; Mignolo, 2010, 2005; Walsh, Linera e Mignolo, 2006).

La transversalidad del pensamiento decolonial ofrece al trabajo social aportes para la construcción de un proyecto político existencial que se nutra del debate crítico radical de la ética de la liberación. La humanidad reconocida en este debate se instrumentaliza a través de los diálogos de las voces silenciadas y tiene como principios un pensamiento integrador, que resiste a la lógica homogeneizadora de la modernidad. Los saberes basados en la heterogeneidad y en el protagonismo del sujeto subalterno reconocen los cruces interseccionales producidos por las distintas formas de colonialidad que estructuran la “zona del no ser”. (Barbosa, 2023b, p. 38).⁵⁰

As relações de poder e dominação estabelecidas pela modernidade entre o Norte e o Sul metafóricos do mundo, estruturadas na produção e reprodução das relações sociais, possuem dimensões históricas e atuais, políticas, culturais, económicas e ideológicas. As teorias críticas que emergiram nas Ciências sociais e ganharam força na segunda metade do século XX promoveram debates que questionaram diversos dos seus cânones. Como referência teórica relevante do Serviço Social, os debates epistémicos nesse campo disciplinar vêm repercutindo na profissão, promovendo alterações curriculares e reflexões que impactam com maior ou menor intensidade sua práxis de acordo os contextos históricos e geopolíticos onde está inserida.

Os processos, ou seja, as continuidades e as ruturas resultantes das mudanças que acompanham o ritmo das transformações societárias, necessitam ser contemplados em suas interações transnacionais e transfronteiriças na dialética da longa duração histórica. No campo das Ciências sociais e Humana, a reflexão acerca dos fenómenos estruturantes das desigualdades e suas expressões contemporâneas na classificação social, de “raça” /etnia e de género sob o escopo teórico crítico decolonial será foco do próximo tópico desse capítulo.

⁵⁰ A transversalidade do pensamento decolonial oferece ao Serviço Social contributos para a construção de um projeto político existencial que se alimenta do debate crítico radical da ética da libertação. A humanidade reconhecida neste debate é instrumentalizada através dos diálogos das vozes silenciadas e tem como princípios um pensamento integrador que resiste à lógica homogeneizadora da modernidade. O conhecimento baseado na heterogeneidade e no protagonismo do sujeito subalterno reconhece os cruzamentos interseccionais produzidos pelas diferentes formas de colonialidade que estruturam a “zona do não-ser”. (Barbosa, 2023b, p. 38). (Tradução da autora),

2.2. “QUESTÃO SOCIAL”: A COMPLEXIDADE DO CONCEITO

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades *mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *luta aberta e surda pela cidadania* (Ianni, 1992), no embate pelo *respeito aos direitos civis, políticos e sociais*. (Iamamoto, 2018, p. 32).

A chamada “questão social” é um conceito teórico central nos debates do Serviço Social no Brasil, ele orienta a práxis da profissão e vem promovendo as reflexões de grande parte da produção científica crítica disponível nas últimas décadas. O mesmo não é observado em Portugal, onde se apresenta como um conceito difuso e pouco relevante nos debates, o que, até certo ponto, é coerente se analisarmos a reduzida produção científica crítica de recorte marxiano referente a profissão no país.

A discrepância de seu uso, que se observa entre os dois países, será alvo de análise mais adiante. Nesse tópico, contudo, a justificativa da sua adoção como eixo de análise será relevante, considerando a problemática que permeia essa opção. O conceito foi trazido para a centralidade desse capítulo por ser compreendido como um tema de articulação para discutir a complexidade teórica exigida, quer à intervenção, quer a produção científica crítica do Serviço Social, no confronto com os desafios contemporâneos e neoliberais que permeiam as novas expressões da “questão social”, independente do locus geográfico.

A “questão social” é um conceito eurocentrado, uma vez que assenta no arcabouço teórico marxiano e na teoria de classe. Nesse sentido, sua capacidade de abranger a complexidade colocada pela questão de “raça” /etnia e gênero merece uma análise mais profunda e interseccional para poder abranger outras dimensões. Assim, a reflexão geopolítica crítica acerca da sua construção, abrangência e operacionalização em níveis micro e macro das novas expressões dessa problemática é fundamental para sua complexificação a partir da perspectiva decolonial.

As distintas aproximações em torno das mudanças sociais decorrem dos níveis de análise que devem compreender questões macro e microsociológicas. A nível microsocial, a análise se baseia nos efeitos do capitalismo globalizado e do

neoliberalismo sob a curva da longa duração histórica (Braudel, 1992b) e na construção de estruturas de desigualdade social e exclusão extrema nas vidas individuais. Interessa aqui identificar como o Serviço Social vem se instrumentalizando teoricamente para se posicionar com relação a essas experiências de desigualdade, exclusão e opressão que complexifica a “questão social”⁵¹. A nível macrossocial, o estudo considera os imbricados sistemas de poder na organização, construção, produção e manutenção de sistemas neoliberais de sucateamento das políticas de proteção social e como as epistemologias emergentes podem dar suporte a formação teórica crítica no Serviço Social na construção de estratégias de enfrentamento ético e político.

A globalização e seus efeitos, como exposto anteriormente segundo a abordagem teórica de Zigmunt Bauman, se configura no cenário onde se situa o *objeto* e a matéria-prima da intervenção do Serviço Social, as novas expressões da “questão social”. De acordo com Josiane Santos (2017), o conceito é uma património intelectual de assistentes sociais, que o entende como um fenómeno necessariamente hipotecado ao capitalismo. De um lado designa o crescimento da pobreza decorrente do desenvolvimento das forças produtivas e, de outro, designa as lutas de classe protagonizadas pelo movimento operário desde o século XIX. O volume de reflexões sobre o tema expressa a importância do mesmo para a sistematização teórica e problematização do campo de atuação da profissão no Brasil, bem como na América Latina. (Bógus, Yazbek e Wanderley, 2008; Iamamoto, 2001, 2018; Netto, 2001; Pastorini, 2022).

Concretamente, a “questão social” atual está relacionada basicamente à produção e distribuição de riquezas. Frente à erosão dos sistemas de proteção social, da vulnerabilidade das relações sociais e do enfraquecimento da intervenção do Estado, ganham espaço nas agendas internacionais os debates acerca das novas expressões que se manifestam na exclusão social de recorte étnico, racial e de género, para além da classe. Nos países periféricos, as novas expressões da “questão social” se agravam

⁵¹ Santos (2017, p. 18), observa que o termo “questão social” deve recorrer ao uso das aspas devido ao “[...] fato da ‘questão social’ não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria, no sentido marxiano, como ‘forma de ser, determinação da existência’”. [...] a ‘questão social’ em si, a partir dessa concepção, não existe na realidade e, assim sendo, deve ser entendida como um conceito – cuja natureza é reflexiva [...] e não como categoria. As categorias, para serem categorias como tais, devem, antes, ter existência concreta, real, a fim de que seja possível a sua abstração no âmbito do pensamento. [...] trata-se de afirmar a existência real não da “questão social” e sim de suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista”.

e se ampliam frente a exclusão decorrente das questões estruturais e como um componente histórico de grandes setores da população.

Os processos sociais que a “questão social” evidencia, “encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista”. (Iamamoto, 2001, p. 11). Na tradição intelectual marxiana, o regime capitalista de produção é, ao mesmo tempo, um processo de produção das condições materiais de vida humana, bem como um processo que se desenvolve sob relações sociais-histórico-económicas-de produção específicas.

Historicamente, a “questão social” está relacionada com a emergência da classe operária e sua luta por direitos e reconhecimento no espaço político, que se traduziu na conquista de direitos sociais e trabalhistas na esfera de serviços e políticas sociais no âmbito dos países de Norte Global/Geopolítico, o chamado Estado de Bem-Estar. De acordo com Netto (2001, p. 45),

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” _ diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo”. [...] A análise de conjunto que Marx oferece n’O capital revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração.

Na cena contemporânea do neoliberalismo, onde o capital permanece impondo sua lógica de crescimento incessante, a “questão social” também tem seus processos redimensionados, radicalizando as suas múltiplas manifestações que, mais do que nunca, aprofundam desigualdades de toda natureza, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, torna invisível o trabalho e sua exploração. (Iamamoto, 2018). O discurso do pensamento neoliberal despolitiza a “questão social”, desqualificando seu impacto como expressão das relações sociais inerentes ao capitalismo, como questão pública, questão política e questão nacional. (Yazbek, 2001). A concepção de matriz liberal que orienta as políticas de proteção social capitaneada pelo Banco Mundial a partir de 2000 vem impregnando as políticas públicas, que se voltam para a administração ou gestão do risco social perante segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade.

No campo teórico, os debates acerca das novas expressões da “questão social” no cenário neoliberal estão em curso. No centro deles, as epistemes adotadas para as reflexões, que oscilam entre serem consideradas teorias e pensamentos (neo)conservadores responsáveis pelo reviver o reacionarismo de outrora ou pensamentos críticos radicais emergentes principalmente no Serviço Social na América Latina. Nas últimas três décadas, a luta pela manutenção do patrimônio sociopolítico e profissional conquistado coletivamente, inspirado teoricamente na tradição marxista que afirma uma compreensão histórica a partir das classes sociais e suas lutas, demonstra o núcleo central epistêmico da profissão e pode ser percebido no volume de produção teórica acerca do tema e que reafirma essa tradição fundada na teoria crítica latino-americana principalmente. Do outro lado do Atlântico, a Europa e mais especificamente, Portugal, expressa tais debates através de produção científica de forma pouco volumosa. A temática emerge pontualmente nos debates, o que é perceptível nas buscas realizadas em banco de dados físicos e virtuais.

Uma abordagem acerca das novas expressões da “questão social” a partir da crítica epistêmica decolonial insere nesse debate novos elementos que são capazes de complexificar a reflexão teórico-conceitual acerca do que é, afinal, o *objeto* de intervenção do Serviço Social.

Numa breve revisão de literatura (Bógus, Yazbek e Wanderley, 2008; Guerra *et al.*, 2007, 2007; Iamamoto, 2001, 2018, 2021; Netto, 2003, 2015; Pastorini, 2022; Santos, 2012, 2017; Stein, 2009; Yazbek, 2001), é possível vislumbrar que as concepções referentes à “questão social” convergem, ainda que sem total consenso entre autores e autoras brasileiros/as, para a mesma base de pensamento, a teoria de classe.

De acordo com Netto (2001, p. 43), “foi a partir da perspectiva efetiva de uma reversão da ordem burguesa que o pauperismo se designou como ‘questão social’”. Assim, a “questão social” vincula-se embrionariamente ao surgimento da classe operária e a ameaça que esta representa para a ordem burguesa. A “questão social” está, assim, vinculada ao conflito entre capital e trabalho e, para o seu reconhecimento, necessita, fundamentalmente, de uma classe trabalhadora organizada.

Na perspectiva decolonial, a análise dessa temática exige que se considere o contexto moderno/colonial de obliteração que a modernidade produziu, e nele identificar como o colonialismo é a condição estruturante da formação da modernidade e da colonialidade do poder, entendidas através da ótica de “raça” /etnia e racismo e do “mito da

modernidade”. Isso significa assumir um paradigma de deslocamento do lugar dominante, para o/a “subalterno/a”, situando, portanto, a discussão na geopolítica do Sul, o que não é uma prática na literatura atual de forma geral. Esse deslocamento favorece a compreensão da narrativa onde tais elementos articulados são constituintes da organização da acumulação do capital em sua dimensão mundial e das relações de poder criadas na diferenciação entre conquistadores europeus superiores e conquistados primitivos subalternizados. Nesse debate, o conceito “questão social” deve ser geopoliticamente situado na vivência europeia, assimilada a realidades do Sul Global/Geopolítico, onde o sistema mundo capitalista, a exemplo da experiência das Américas, não se estruturou num sistema económico do capital/trabalho sedimentado pela divisão de classes, mas em outras relações de poder e dominação mais complexas. (Grosfoguel, 2008). Nesse sentido, o paradigma conceitual que articula a “questão social” à teoria de classe/capital, necessita ser identificado geopolítica e espacialmente na experiência da Europa e observada sua pretensão universalista que se configura distante histórica, económica, política e socialmente da experiência do Sul Global/Geopolítico e, profundamente alheia a estrutura racista que constituiu sua história social e que forja o seu presente. De acordo com Grosfoguel (2007, p. 69–70),

Marx sitúa su geopolítica del conocimiento en relación con las clases sociales. Marx piensa desde la situación histórico-social del proletariado europeo. Desde ahí propone un diseño global/universal como solución a los problemas de toda la humanidad: el comunismo. Lo que Marx mantiene en común con la tradición filosófica occidental es que su universalismo, a pesar de que surge desde una localización particular, en este caso el proletariado, no problematiza el hecho de que dicho sujeto sea europeo, masculino, heterosexual, blanco, judeo-cristiano, etc. El proletariado de Marx es un sujeto en conflicto en el interior de Europa; lo que no le permite pensar fuera de los límites eurocéntricos del pensamiento occidental. La diversidad cosmológica y epistemológica, así como la multiplicidad de relaciones de poder sexual, de género, racial, espiritual, etc., no queda incorporada ni situada epistémicamente en su pensamiento. Al igual que los pensadores occidentales que le antecedieron, Marx participa del racismo epistémico, en el cual solamente existe una sola epistemología con capacidad de universalidad, y ésta sólo puede ser la tradición occidental. En Marx, en el universalismo epistémico de segundo tipo, el sujeto de enunciación queda oculto, camuflado, escondido bajo un nuevo universal abstracto, que ya no es “el hombre”, “el sujeto trascendental”, “el yo”, sino “el proletariado” y su proyecto político universal: “el comunismo”. [...] Marx reproduce un racismo epistémico muy parecido al de Hegel, que no le permite atribuir a los pueblos y sociedades no-europeas coetaneidad en el tiempo ni capacidad de producir

*pensamiento digno de ser considerado parte del legado filosófico de la humanidad o la historia mundial. Para Marx, los pueblos y sociedades no-europeas eran primitivos, atrasados; es decir, el pasado de Europa. No habían alcanzado el desarrollo de las fuerzas productivas ni los niveles de evolución social de la civilización europea. De ahí que, en el nombre de la civilización y con el propósito de sacarlos del estancamiento ahistórico de los modos de producción pre-capitalistas.*⁵²

As definições eurocêntricas acerca das dimensões da economia política, não acolhem a coexistência de hierarquias constitutivas e estruturantes do sistema mundo capitalista, como por exemplo: divisão internacional do trabalho vista através da perspectiva centro/periferia; a hierarquia racial global que discrimina e criminaliza os povos não europeus; hierarquia de gênero patriarcal cisheteronormativa; a hierarquização estereotípica e negativa espiritualidades não cristãs/ não-europeias e a hierarquia epistêmica que privilegia conhecimentos ocidentais e condena ao epistemicídio os saberes não ocidentais (Grosfoguel, 2009; Quijano, 2005).

A análise eurocêntrica da “questão social”, baseada centralmente no sistema de classe, deixa de considerar as determinantes das hierarquias coloniais de poder, promove e perpetua os processos de invisibilização das camadas sociais que são subalternizadas pelo sistema capitalista/moderno/racista. Nesse contexto, a análise das novas expressões da “questão social”, se ancoradas exclusivamente na estrutura de

⁵² Marx situa sua geopolítica do conhecimento em relação às classes sociais. Marx pensa a partir da situação histórico-social do proletariado europeu. A partir daí, ele propõe um projeto global/universal como solução para os problemas de toda a humanidade: o comunismo. O que Marx tem em comum com a tradição filosófica ocidental é que seu universalismo, embora surja de um local específico, nesse caso o proletariado, não problematiza o fato de esse sujeito ser europeu, masculino, heterossexual, branco, judaico-cristão etc. O proletariado de Marx é um sujeito em conflito dentro da Europa, o que não permite que ele pense fora dos limites eurocêntricos do pensamento ocidental. A diversidade cosmológica e epistemológica, bem como a multiplicidade de relações de poder sexuais, de gênero, raciais, espirituais, etc., não são incorporadas nem situadas epistemicamente em seu pensamento. Assim como os pensadores ocidentais que o antecederam, Marx participa do racismo epistêmico, no qual há apenas uma epistemologia com capacidade de universalidade, e essa só pode ser a tradição ocidental. Em Marx, no universalismo epistêmico do segundo tipo, o sujeito da enunciação está oculto, camuflado, escondido sob um novo universal abstrato, que não é mais o "homem", "o sujeito transcendental", "o eu", mas "o proletariado" e seu projeto político universal: "comunismo". [...] Marx reproduz um racismo epistêmico muito semelhante ao de Hegel, que não lhe permite atribuir a povos e sociedades não europeus a coetaneidade no tempo ou a capacidade de produzir um pensamento digno de ser considerado parte do legado filosófico da humanidade ou da história mundial. Para Marx, os povos e as sociedades não europeus eram primitivos, atrasados, ou seja, o passado da Europa. Eles não haviam alcançado o desenvolvimento das forças produtivas ou os níveis de evolução social da civilização europeia. Portanto, em nome da civilização e com o objetivo de tirá-los da estagnação a-histórica dos modos de produção pré-capitalistas. (Grosfoguel, 2007, p. 69–70). (Tradução da autora).

pensamento marxista, deixa de refletir acerca da colonialidade, que também as origina. De acordo com Moore (2010, p. 17),

Para os marxistas, ‘classe’ é a principal contradição na história das sociedades, sendo a raça uma ‘distração’ ideológica perigosa para unidade dos trabalhadores. Assim, o racismo seria não mais do que uma estratégia utilizada pelos capitalistas (assim como o nacionalismo) para desviar a atenção dos oprimidos, e semear a divisão entre eles. O racismo – de acordo com esta lógica – seria um ‘não problema’, um ‘problema’ totalmente falso, no máximo uma hábil construção ideológica do capitalismo.

O debate aponta como essencial que a “questão social” resulta das relações de exploração do trabalho pelo capital. Contudo, é necessário ampliar a sua compreensão considerando as dimensões histórico-concretas. O que significa ultrapassar a universalidade do debate centrado na relação antagônica do modo de produção e suas categorias centrais (capital e trabalho), e acolher as mediações próprias da formação social e os níveis de singularidade dos componentes das sociedades enquanto formação social concreta. De acordo com Pastorini (2022, p. 113),

[...] afirmar que esses traços essenciais continuam vigentes não significa que a “questão social” no capitalismo é única e que se expressa de forma idêntica em todas as sociedades capitalistas e todos os momentos históricos. Pelo contrário, [...] a “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial.

O discurso hegemônico no Serviço Social no Brasil se ancora na afirmação de que, superando os conflitos de classe, se chegaria à solução dos demais problemas, sendo esses secundários e decorrentes da acumulação do capital e constituintes das novas expressões da “questão social”. Contudo, ao desconsiderar a estrutura de dominação e poder hierarquizante racial/racista sobre a qual se organizou historicamente o capitalismo, e que permanece reproduzindo desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, a análise crítica, em grande parte, exclui a questão racial como integrante intrínseca que possibilitou e tem possibilitado o encadeamento e reprodução do capital. (Barbosa, Araújo e Sousa, 2019).

Esse discurso, ainda que hegemônico, vem se ampliando e acolhendo debates mais diversos, principalmente sob a influência dos movimentos feministas e do movimento

negro. Tais deslocamentos, que fogem da “história única” e da teoria única, favorecem acolher, por exemplo, como chave de análise da “questão social” a colonialidade do poder considerando um sistema complexo de “raça” /etnia, gênero e trabalho integrado ao padrão de acumulação capitalista, onde “raça” /etnia se estabeleceram como “um princípio organizador que estrutura todas as hierarquias do sistema mundo”. (Grosfoguel, 2008, p. 12).

A colonialidade que persiste na manutenção da ideia de superioridade branca sobre as demais “raças”/etnias, ainda que a farsa genética tenha sido superada pela própria ciência, que afirma existir apenas uma única “raça” – a humana –, o privilégio da branquitude persiste em relação à cultura, à sociabilidade e a fatores econômicos e políticos. O conceito de “raça” /etnia é uma categoria política e analítica indispensável de resistência e estratégica para revelar que as discriminações e desigualdades fundadas na cor da pele são efetivamente raciais e não apenas de classe.

A perspectiva crítica decolonial considera que as lutas sociais contemporâneas têm em comum o confronto do capitalismo global e a modernidade com sua face racial, como sistema de classificação social que mantém intactas as estruturas coloniais de poder, gerando identidades históricas que “*se mantuvieron cuando sus portadores cambiaron o fueron forzados a cambiar de roles y actividades concretas y mudaron las formas de trabajo y explotación*”. (Quijano, 1995, p. 4)⁵³. Essas expressões da ferida colonial que permanece aberta, escraviza material e subjetivamente, subalterniza e confina a uma sobrevivência numa ordem social que subdivide a vida em “zonas do ser” e “zonas do não ser”.

2.3. NECROPOLÍTICA, “ZONA DO NÃO SER” E “QUESTÃO SOCIAL”

A articulação entre as novas expressões da “questão social” contemporânea e o sistema mundo moderno necroneoliberal é fundamental para expor sua complexidade. Nesse aspeto, o receituário imposto globalmente pelo neoliberalismo com maior intensidade nas últimas três décadas, teve como consequência a rutura do Estado de Bem-Estar e dos sistemas democráticos, que intensificaram o recrudescimento de ideologias fascistas de ultradireita. Em seu conjunto, a ordem hegemónica neoliberal agudizou a

⁵³ “foram mantidos quando seus portadores mudaram ou foram forçados a mudar de papéis e atividades concretas e mudaram as formas de trabalho e exploração”. (Quijano, 1995, p. 4). (Tradução da autora).

vulnerabilidade económica e o crescimento das desigualdades, exacerbando as crises humanitárias a nível mundial, sendo sentidas de maneira devastadora nos países do Sul Global/Geopolítico, que vivem a fragilidade das políticas internas e a exploração extrativista das políticas exteriores implementada pelos países do Norte Global/Geopolítico.

Em Necropolítica, Mbembe (2018) apresenta o conceito necropoder como uma nova forma de dominação e submissão. Trata-se da articulação e condensação de poder disciplinar, biopolítica e necropolítica que, na atualidade, estabelece correlações e uma determinada simbiose que estabelece a forma de atuação do poder. Nesse sentido, a necropolítica é o que difere o necropoder dos outros regimes, pois possui um caráter agregador para compor tecnologias políticas diversas, aparentemente até divergentes, convergindo-as a ponto de atuarem combinadamente. Ou seja, necropoder é o conjunto de tecnologias políticas que atuam para estabelecer a gestão e controle das populações e de indivíduos. “Para Mbembe, a necropolítica é a submissão da vida ao poder da morte”. (Nogueira, 2016, p. 70).

Na perspetiva de Mbembe, a necropolítica faz parte do necropoder,

[...] propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas únicas e novas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. Sublinhei igualmente algumas das topografias recalcadas da crueldade (plantation e colônia, em particular) e sugeri que o necropoder embaralha as fronteiras entre resistências e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. (Mbembe, 2018, p. 71).

Na necropolítica, o que está em jogo é simplesmente “matar”. Não se mata em função da vida. Trata-se de uma “política de morte”. A morte, o assassinato sistemático existe por si, em função de si mesmo. É nesse contexto que a necropolítica se desenvolve a nível mundial, expressa na adoção do exercício de uma soberania que se baseia “*en el poder y la capacidad de dictar quién puede vivir y quién debe morir. Por tanto, matar o*

dejar vivir constituyen los límites de la soberanía, sus atributos fundamentales”⁵⁴. (Mbembe, 2018, p. 5). O debate proposto pelo autor acerca da letalidade das atuais políticas nacionais e internacionais, que vitimizam uma parcela específica da população, dialoga com o pensamento crítico contemporâneo de Frantz Fanon acerca da construção da “zona do ser” e da “zona do não ser” dentro da modernidade que, de acordo com Dussel (2021), se constitui a partir da própria colonialidade. A articulação entre a necropolítica e a “zona do não ser” permite compreender as estruturas de desigualdade e exclusão forjadas pela moral racializada, sexista e de classificação social que se instaura com os processos coloniais e continuam desafiando a ética humana contemporânea.

Fanon (2018) constrói sua reflexão a partir da análise do contexto colonial. O autor afirma que a racialização, pensada como um processo que se refere a condições objetivas que definem a classificação racial na sociedade, opera a nível ideológico gerando tensões económicas, políticas e culturais que produzem, reproduzem, modelam e cristalizam posições estruturais (Silvério, 1999), constituindo um processo maior de dominação que está relacionada com a violenta e desigual expansão das relações capitalistas de produção ocorrida no mundo não europeu afetado pela colonização. Territórios e povos que vivenciaram a expropriação, o despojo, a destruição, o assassinato objetivo e o saque de esquemas culturais marcados por uma divisão racial do trabalho que estabeleceu o lugar dos indivíduos segundo as marcas fenotípicas e culturais que possuíam. Essa prática de negação da humanidade não se restringe aos territórios coloniais ocupados, tampouco ocupa um lugar no passado, ao contrário, segue vigente como estruturantes da sociedade atual na epidermização de lugares e posições sociais que definem, a partir da “raça” /etnia, não apenas oportunidades e barreiras, mas quem vive e quem morre. (Fanon, 2009; Grosfoguel, 2012).

Nesse contexto de análise, é possível compreender como a racialização é a interiorização subjetiva da epidermização, ou seja, o momento em que as pessoas deixam de se reconhecer reciprocamente como humanas, para se verem e aos outros/as através da lente distorcida do colonialismo. Tais identidades binárias fixas e

⁵⁴ “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Portanto, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais”. (Mbembe, 2018, p. 5). (Tradução da autora).

essencialistas _ branco versus não branco, homens versus *mulheres* _ empobrecem a percepção de si mesmo e do outro/a no mundo. Para Fanon, o racismo se estabelece a partir de uma hierarquia global de superioridade e inferioridade humana politicamente (re)produzida como estrutura de dominação durante os séculos por um “*sistema imperialista / occidentalocêntrico / cristianocêntrico / capitalista / patriarcal / moderno / colonial*”. (Grosfoguel, 2012, p. 93). “O racismo é uma realidade violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para o fazer político da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização, e para a atual “Fortaleza Europa”. (Kilomba, 2020, p. 71).

Em contextos diversos e regiões do mundo, os processos de construção social da modernidade estiveram relacionados à hierarquia de superioridade/inferioridade, e se definiram mediante categorias de racialização como cor, etnia, idioma, cultura e religião. Uma hierarquia sustentada na reprodução de práticas discriminatórias em que grupos étnicos/raciais são inferiorizados e que promove desigualdades, opressão e exclusão em todas as culturas. De acordo com Grosfoguel, os escritos de Fanon favorecem identificar como “*en un mundo imperial/capitalista/colonial, la raza constituye la línea divisoria transversal que atraviesa y organiza las relaciones de opresión de clase sexualidad y género a escala global*” (Grosfoguel, 2012, p. 94)⁵⁵, as pessoas estão situadas acima ou abaixo da imaginária linha divisória da humanidade. Estando acima, são reconhecidas socialmente como seres humanos “*con subjetividade y acceso a derechos humanos/ciudadanos/civiles/laborales. Las personas por debajo de la línea de lo humano son consideradas sub-humanos o no-humanos, es decir, su humanidad está cuestionada y, por tanto, negada*” (Fanon, 2010)”. (Grosfoguel, 2012, p.93)⁵⁶. Desse modo, os corpos racializados são identificados como superiores ou inferiores e ocupam lugares correspondentes acima da linha de humanidade, a “zona do ser” ou abaixo, na “zona do não ser”, o que não significa que sejam zonas homogêneas.

Os processos de opressão estão presentes nas áreas do mundo de maneira qualitativamente diferente. Na “zona do não ser”, devido a desumanização a que as

⁵⁵ “em um mundo imperial/capitalista/colonial, a raça constitui a linha divisória transversal que atravessa e organiza as relações de opressão de classe, sexualidade e gênero em escala global”. (Grosfoguel, 2012, p. 94). (Tradução da autora).

⁵⁶ “com subjetividade e acesso a direitos humanos/cidadania/civis/trabalhistas. As pessoas abaixo da linha da humanidade são consideradas subumanas ou não humanas, ou seja, sua humanidade é questionada e, portanto, negada”. (Grosfoguel, 2012, p.93). (Tradução da autora).

peças são submetidas pela racialização dos seus corpos como inferiores, a intensidade da opressão de classe, sexualidade, “raça” /etnia e gênero promove diferentes graus de opressão e exclusão. Fanon (2009) estuda as “atitudes” de pessoas “negras” frente a linguagem, ao amor, ao conhecimento, a cultura, e descobre que em cada uma dessas áreas está a marca da diferença racial/colonial. (Mignolo, 2000). O autor observa em seus estudos, que a experiência vivida das pessoas “negras” está marcada pelos momentos traumáticos e de cumplicidade com o mundo de supremacia branca. (Barbosa, 2023b).

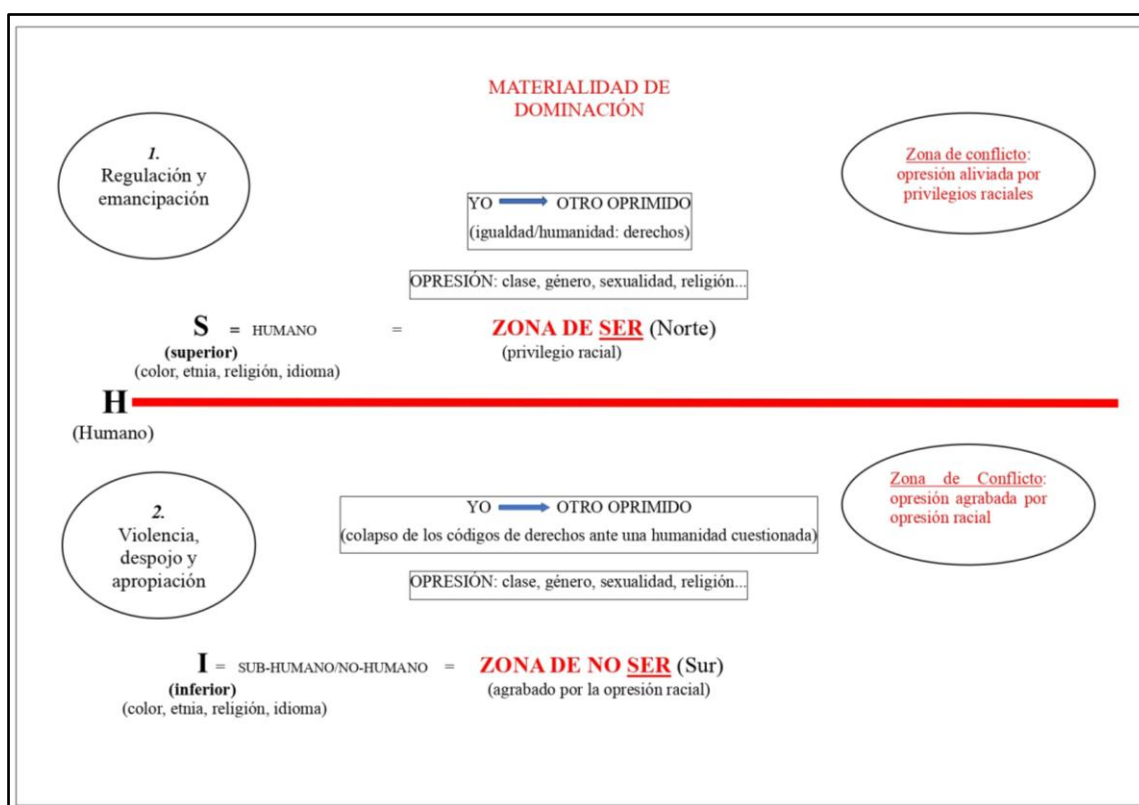


Figura 3. Modelo construído pela pesquisadora a partir do esquema explicativo de Ramón Grosfoguel (2012)

São essas intersecções, conceitualmente sistematizadas como interseccionalidade pelo movimento feminista negro na década de 1980 (Collins, 2019; Collins e Bilge, 2020; Crenshaw, 2023), caracterizam, intencionalmente, os processos de interação das relações de dominação de classe, gênero, sexualidade e “raça” /etnia em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais.

2.4. CLASSIFICAÇÃO SOCIAL, GÉNERO E “RAÇA” /ETNIA: A INTERSECCIONALIDADE DA “QUESTÃO SOCIAL”

La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social. Se origina y mundializa a partir de América. Con la constitución de América (Latina), en el mismo momento y en el mismo movimiento histórico, el emergente poder capitalista se hace mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas sobre el Atlántico —que después se identificarán como Europa—, y como ejes centrales de su nuevo patrón de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad. (Quijano, 2007, p. 93–94).⁵⁷

A colonialidade é crucial para compreender as dinâmicas de poder devido a sua intrínseca correlação com o mecanismo de poder capitalista. Nesse sentido, a classificação social é uma resultante dessa interdependência e baliza a lógica de mercado quanto a estrutura de poder que produz, reproduz e é reproduzida pela “questão social”.

A teoria histórica da classificação social na perspectiva decolonial estabelece um debate crítico e procura avançar nas reflexões da teoria de classe. Aníbal Quijano (2007) argumenta que, sob a pretensão eurocêntrica de totalidade, o materialismo histórico clássico (ainda que pertinente), se mostra insuficiente para interpretar a complexidade das relações económicas e sociais entre as classes em contextos económicos e sociais dos territórios do Sul Global/Geopolítico com experiência colonial. De acordo com o autor, a questão das classes sociais, ainda que busque responder a problemática do poder na sociedade capitalista, deixa de fora da reflexão a indagação acerca da constituição histórica do poder capitalista, mundial e colonial/moderno. O conceito de classificação social é sistematizado pôr Quijano para se referir aos processos de longo

⁵⁷ A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular desse padrão de poder, e opera em cada um dos planos, áreas e dimensões, materiais e subjetivas, da existência quotidiana e à escala social. Origina-se e globaliza-se na América. Com a constituição da América (latina), no mesmo momento e no mesmo movimento histórico, a potência capitalista emergente torna-se global, os seus centros hegemónicos localizam-se nas áreas situadas no Atlântico - que mais tarde serão identificadas como Europa -, e a colonialidade e a modernidade também se estabelecem como eixos centrais do seu novo padrão de dominação. (Quijano, 2007, p. 93–94). (Tradução da autora).

prazo nos quais as pessoas *“disputan por el control de los âmbitos básicos de existência social, y de cuyos resultados se configuran un patrón de distribución del poder, centrado en relaciones de explotación/dominación/conflicto entre la población de una sociedade y en una historia determinadas”*. (Quijano, 2007, p. 114)⁵⁸. Nessa perspectiva, o poder não está condicionado as “relações de produção”, tampouco a “ordem e autoridade” de maneira independente ou interdependente, e a classificação social se refere os lugares e aos papéis das pessoas no controle do trabalho, seus recursos e seus produtos; do sexo e seus produtos; da subjetividade e seus produtos; e a autoridade, seus recursos e seus produtos. O conceito busca responder as indagações acerca dos aspetos das relações de exploração, dominação e conflito nas disputas pelo controle do trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade, da autoridade e, propriamente, do poder. No capitalismo mundial moderno/colonial do Sul, as pessoas classificam e são classificadas sob as categorias: trabalho, gênero e “raça” /etnia de acordo com a articulação estabelecida a partir de uma estrutura global comum de colonialidade do poder.

No âmbito dos discursos contra-hegemônicos que vêm sendo propostos pela Teoria Crítica Decolonial, ganha destaque as contribuições desta aos estudos de gênero. No campo da subalternidade, a pergunta de Spivak (2010), “Pode o subalterno(a) falar?”, abriu caminhos para outras questões como as levantadas por Bahri (2013, p. 660), “Quem pode falar e por quem?”, “Quem ouve?” e “Como se representa a si e os outros?” que estão no centro das discussões do feminismo. A complexificação da temática se deu a partir da crítica radical empreendida pelo feminismo decolonial acerca da não contemplação de questões de “raça” /etnia, classe, gênero e práticas sexuais dissidentes na agenda do movimento feminista hegemônico, marcado pela tendência a estereotipar ou generalizar as *mulheres* em um sujeito monolítico singular, abstrato, geográfica e historicamente descontextualizado. (Bahri, 2013).

Frente a novas demandas sociais, culturais e fundamentalmente políticas que foram sendo colocadas, o próprio conceito de feminismo começou a ruir diante das potências que se levantavam e se apropriavam também do espaço acadêmico, extrapolando o âmbito das lutas sociais, gerando um ativismo de característica epistêmica. Os “feminismos” passaram a se constituir uma espécie de guarda-chuva político capaz de

⁵⁸ “disputam pelo controle das esferas básicas da existência social e, a partir de seus resultados, configura-se um padrão de distribuição de poder, centrado nas relações de exploração/dominação/conflito entre a população de uma determinada sociedade e história”. (Quijano, 2007, p. 114). (Tradução da autora).

abarcam movimentos e “*sujeitos/as*” distintos/as na luta por direitos. Nesse contexto se deu o gradual surgimento de movimento feministas periféricos, subalternos, chicano, eco feministas, anti-imperialista, anticolonialista, lésbico, *negro*, pós-colonial, indígena, comunitário, dentre outros. (Ballestrin, 2017; Medina Martín, 2013). Juntos, esses movimentos teóricos evidenciam e questionam a invisibilização das várias formas de expressão do ser mulher e denunciam o elitismo do feminismo hegemônico, caracterizado como: “ocidental, branco, universalista, eurocêntrico e de Primeiro Mundo”. (Ballestrin, 2017, p. 136).

A trajetória percorrida pelos feminismos desde os anos de 1980 questionou as ideias dominantes de história e representação no interior das Ciências Sociais e Humanas, produziu reflexões críticas e teorias próprias. O movimento denunciou a estrutura de subalternidade construída pelo patriarcado e pelo colonialismo e expôs o caráter colonial do discurso feminista ocidental. De acordo com Kilomba (2019),

O feminismo ocidental fez um erro fatal, que foi dividir o mundo entre meninas e meninos, entre *mulheres* e homens, sendo as *mulheres* oprimidas pelos homens. Isso não explica a nossa história global, se tivermos em conta a história colonial que dominou e definiu o mundo durante 500 anos: o homem negro foi dominado pela mulher branca e a mulher negra continua a trabalhar para a família branca. O feminismo ocidental ignorou essa história e é impossível, na minha opinião, não encarar o antirracismo como parte de um movimento de libertação. A partir do momento em que este não é incluído, estão a excluir-se automaticamente uma série de identidades e realidades. Isso sempre foi muito claro para o feminismo negro, que acabou então por criar o seu próprio movimento, um movimento que é muito radical e alimentou outros movimentos, que é transdisciplinar e de solidariedade entre *mulheres negras*, *mulheres queer* e *mulheres transgênero*, estando também em solidariedade com os homens negros. O feminismo *negro* trouxe outro modelo de pensar o feminismo em que raça, gênero, classe e outra série de categorias não se excluem umas às outras; é muito mais avant-garde do que o feminismo por si, que ainda está a perceber que há outros níveis e camadas e que não se pode ignorar a branquitude. E não se pode ignorá-la porque a mulher branca posicionou-se como vítima de uma sociedade e nunca se viu como opressora e como dominante. Nunca se posicionou na sua história colonial e nos privilégios que sempre teve. A *mulher negra*, por outro lado, sempre foi excluída de todos os discursos. Não somos homens nem somos brancas e, portanto, a nossa posição sempre foi mais frágil.

Parte do feminismo decolonial a crítica que chama atenção para a patriarcalidade que se reproduz também na teoria decolonial. O movimento afirma que ao focar a “raça”

/etnia como elemento central em suas teorizações, muitos estudiosos decoloniais negligenciam em suas análises o papel que o gênero ocupa nas experiências de colonialidade. Nesse sentido, o feminismo decolonial propõe analisar a opressão de gênero e “raça” /etnia a partir das epistemologias fronteiriças do Sul e realiza uma crítica radical a universalidade imposta pela modernidade eurocêntrica colonial e reivindica interseccionar gênero, “raça” /etnia, classe, classificação social, sexualidade na agenda feminista global. (Lugones, 2008, 2014). Lugones se inspira no conceito de interseccionalidade sistematizado pela feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, que o define como,

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de *mulheres*, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2023, p. 177).

Em um caminho teórico cruzado e complementar, a ascensão do conceito de interseccionalidade, fruto de debates travados pelo feminismo negro acadêmico nos EUA, recorre ao conteúdo ancestral herdado de debates anteriores a partir de meados dos anos 1960. Emerge da história do movimento negro e dos feminismos negros, que já vinham dando sinais de sua potencialidade mesmo antes do fim da escravidão no continente americano. Sua abordagem se tornou mais conhecida e discutida principalmente a partir dos anos 2000.

O breve discurso que ficou conhecido como “E não sou eu uma mulher?” proferido por Sojourner Truth, em 1851, na Convenção dos Direitos das *Mulheres* que aconteceu em Ohio (EUA), é uma referência ancestral inspiradora para o feminismo negro afro-americano e ativistas como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde e Patrícia Hill Collins, referências incontornáveis no campo feminista e inspiradoras dos feminismos negros. Akotirene (2019, p. 22), afirma que “[...] o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cis-heteronormatividades articuladas em nível global”.

Na geopolítica decolonial, Lugones (2008) propõe a descolonização de gênero como uma práxis que critica a opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada. Lugones expande e complexifica o conceito “colonialidade do poder”, eixo estruturante do pensamento decolonial. A autora insere no debate decolonial a colonialidade de gênero, identificando, assim, a interseção de “raça” /etnia/classe/sexualidade/gênero, que denomina sistema moderno/colonial de gênero, e articula a relevância de pensar localização e colonialidade no processo de racialização das *mulheres*, junto com o conceito de interseccionalidade.

Rita Segato contribui para o debate decolonial de gênero com a sistematização dos conceitos mandato da masculinidade e pedagogia da crueldade, onde a autora busca os determinantes da colonialidade inscritos no corpo das *mulheres* considerando um patriarcado de baixa intensidade pré-luso-hispânico. A autora aborda o vínculo entre o patriarcado e a colonialidade, e considera que a colonização se consolidou através de uma aliança com o patriarcado pré-hispânico.

O entrecruzamento das múltiplas categorias geradoras de opressão considera que a expressão das desigualdades de gênero resulta da sobreposição de diferentes níveis e contextos de opressão, assim, por meio da interação entre as várias formas de produção de desigualdades é que as experiências se materializam nos corpos. (Santos, 2017). Nesse contexto, no sentido de evitar binarismos e fragmentações ao se utilizar o conceito interseccionalidade, é necessário “perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável”. (Ribeiro, 2016, p. 101).

No âmbito da classificação social, a interseccionalidade é um conceito apropriado devido ao seu alcance analítico das relações de poder que entrecruzam e influem nas relações sociais em diferentes sociedades.

Investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas, e das experiências humanas. [...] Essas categorias se sobrepõem e funcionam

de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (Collins e Bilge, 2021, pp. 15–16).

Os marcadores como “raça” /etnia, classe, gênero e outros, estão inscritos uns nos outros, não podendo ser pensados de forma separada. São produzidos na relação com os/as outros/as e se articulam e reforçam outros sistemas de dominação. Na lógica da colonialidade do poder a questão de “raça” /etnia tem um papel fundante para compreender a opressão e as relações de gênero na produção de subalternidades e subjetividades femininas estigmatizadas. Nesse sentido, é preciso historicizar o patriarcado e rejeitar a racionalidade na organização das relações sociais baseadas no dimorfismo biológico e em uma heterossexualidade normativa para compreender “raça” e gênero como signos que dão significado aos corpos e, sob o viés da colonialidade, legitimam a dicotomia humano/não e superior/inferior. A classificação racial eurocêntrica sustenta um racismo desumanizador que nega ao corpo *negro* e não branco o componente construído, histórico, cultural, relacional, tornando-os meros *objetos* sujeitos à ação normatizadora racional-moderna-colonial. (Lugones, 2008).

A categoria interseccionalidade oferece ferramentas analíticas que ampliam e complexificam a reflexão das novas expressões da “questão social”, sobretudo no interior do Serviço Social, possibilitando novas perspectivas de uma práxis crítica⁵⁹. A crítica interseccional é direcionada para a forma fragmentada com que as Ciências Sociais e Humanas vêm tratando, quando trata, as questões de “raça” /etnia/cor, gênero, classe, sexualidade, capacidade, dentre outras. A interseccionalidade atua como um sistema de chaves analíticas que desafiam e desconstroem, interna e externamente, a lógica da colonialidade, onde a humanidade é categorizada como superior e inferior, que estrutura a sociedade moderna.

Contudo, o conceito necessita ser tensionado. A interseccionalidade, com foco excessivo nas identidades individuais e ausência da crítica ao colonialismo carece de acolher em suas análises a co-constituição das opressões. Na perspectiva decolonial, se

⁵⁹ A aproximação entre o conceito interseccionalidade e o Serviço Social brasileiro tem sido um processo crescente nos últimos 10 anos. Numa pesquisa breve na plataforma de busca [Google Académico](#) realizada em 23/07/2024, foi possível identificar artigos em revistas científicas, TCC's e teses produzidas no campo do Serviço Social. Dentre as quais se destacam: (Alonso, 2010; Alves, 2018; Amoras e Pontes, 2022; Grossi, Oliveira e Oliveira, 2018; Lourenço, 2023; Oliveira e Valentim, 2023; Paz, Santos e Sant'Ana, 2023; Pontes, Santos e Nunes, 2024; Ramos *et al.*, 2019; Santos e Nascimento, 2021; Silva, 2017, 2023).

faz necessário integrar a análise da colonialidade ao discurso interseccional, considerando como as formas de opressão contemporâneas estão profundamente conectadas ao legado colonial. Nesse sentido, adotar as epistemologias do Sul Geopolítico, ou seja, acolher os sistemas de pensamento e práticas que emergem dos povos colonizados e que desafiam a lógica do paradigma ocidental.

Resumidamente, é possível afirmar que a teoria da interseccionalidade propõe uma análise dos entrecruzamentos dos marcadores sociais gênero/“raça”/etnia/classe. Por outro lado, a perspectiva decolonial apresenta um contexto histórico, político e social, a partir do qual compreende-se as relações de poder e dominação estruturadas pelas heranças coloniais. Juntas, essas chaves interpretativas são capazes de promover reflexões acerca das formas de violação seletiva de direitos humanos e desconstruir os sistemas de hierarquização e poder.

No campo do Serviço Social, particularmente acerca das novas expressões da “questão social”, a articulação do pensamento decolonial com a análise interseccional de “raça” /etnia, gênero, classificação social e outras, se configura uma potente ferramenta analítica dos marcadores sociais das diferenças e das desigualdades de grupos subalternizados, que qualifica a profissão para estabelecer as conexões teórica metodológica numa dimensão ético-política crítica em contextos do Norte e do Sul Global/Geopolítico.

No campo ético-político profissional que defende a transformação através da justiça social, Collins (2022) afirma que a interseccionalidade realiza uma crítica a ordem social capitalista que busca transformá-la na sua estrutura racista, sexista, patriarcal, colonial. Assim, a interseccionalidade reivindica a construção de conhecimento sobre e com as populações excluídas e subalternizadas a partir das suas experiências e vivências particulares no sentido de buscar caminhos múltiplos de abordagem e luta por igualdade e justiça. O conceito pode favorecer o avanço nas reflexões acerca das estruturas que produzem os sistemas de opressão. De acordo com Ochy Curiel, é fundamental perguntar:

“¿por qué soy negra?, ¿porque soy indígena? ¿porque soy lesbiana? Las respuestas: Soy negra o indígena por el racismo, soy lesbiana por el heterosexismo. Es decir, más allá de que utilicemos estas categorías para articularnos políticamente, debemos saber que esos lugares han sido producidos por la colonialidad. Nuestras luchas, por tanto, no se limitan a reconocer las identidades y las diferencias, sino a acabar con los sistemas

de dominación. La interseccionalidad no profundiza sobre eso. La interseccionalidad es liberal, pues solo reconoce ejes de diferencias. No se trata solo de una cuestión teórica o conceptual, sino de una cuestión que tiene implicaciones para nuestras prácticas políticas. (Silva, Almeida e Gonçalves, 2020, pp. 247–248).⁶⁰

Como um debate que complexifica as novas expressões da “questão social”, a questão de “raça” /etnia e a questão de género estão imbricados com a categoria classe e classificação social como marcadores de diferença em um sentido equivalente. Inscritos no capitalismo moderno/colonial, são marcadores sociais de carácter estruturante das relações sociais e de produção. A abordagem interseccional desses marcadores no conceito “questão social” no Norte ou no Sul Global/Geopolítico, coloca dimensões para reflexões que ampliam a abordagem profissional e aponta caminhos teóricos e políticos para uma práxis crítica situada na “zona do não ser”.

⁶⁰ “Por que sou negra? Porque sou indígena? Por que sou lésbica? As respostas: sou negra ou indígena por causa do racismo, sou lésbica por causa do heterossexismo. Ou seja, para além de utilizarmos estas categorias para nos articularmos politicamente, devemos saber que estes lugares foram produzidos pela colonialidade. As nossas lutas, portanto, não se limitam ao reconhecimento de identidades e diferenças, mas ao fim dos sistemas de dominação. A interseccionalidade não se aprofunda nisso. A interseccionalidade é liberal, pois reconhece apenas eixos de diferenças. Esta não é apenas uma questão teórica ou conceptual, mas uma questão que tem implicações para as nossas práticas políticas. (Silva, Almeida e Gonçalves, 2020, pp. 247–248). (Tradução da autora).

3. O SERVIÇO SOCIAL NO NORTE E NO SUL GLOBAL/GEOPOLÍTICO E A “ZONA DO NÃO SER”

Esse capítulo se apoia no conceito da necropolítica e na perspectiva de construção de desumanização resultante do capitalismo global necroneoliberal para analisar o território de atuação do Serviço Social. Questiona geopoliticamente o lugar da formação onde se constrói o fazer profissional e reflete sobre a necessidade de compreender as zonas do ser e do não ser onde se efetiva a práxis. Nesse cenário são consideradas especificidades que aproximam e distanciam as experiências no campo da formação em Serviço Social em Portugal e no Brasil.

A compreensão acerca da “zona do ser” e da “zona do não ser” (Fanon, 2009, 2018) implica, necessariamente, em identificar as formas de construção da desumanidade na perspectiva dialética da longa duração (Braudel, 1965) e suas determinantes na estrutura societária da modernidade. Nesse contexto de análise, é relevante para o Serviço Social se situar em referência a zona de exclusão gerada pela necropolítica dos movimentos macroeconômicos e sociais necroneoliberais, considerando ser esta “zona” o lugar privilegiado da intervenção de assistentes sociais. (Barbosa, 2023b).

O pensamento fanoniano promove reflexões que orientam o reconhecimento de que cada contexto e cada lugar possui sua condição de materialidade em que a libertação demanda a não supressão e submissão de vozes e de pessoas. A universalização que dilui particularidades, diferenças, culturas e histórias, e que privilegia apenas o pensamento ocidental eurocêntrico, pode não servir como parâmetro para intervenções junto a indivíduos, grupos, movimentos sociais e populações que se encontram nas “zonas” nas quais o usufruto dos direitos de humanidade lhes é permanentemente negado, tanto no Norte quanto no Sul Global/Geopolítico. Esse é o contexto onde se desenvolve, prioritariamente, a ação de intervenção: a ética prática da atividade profissional. Assim, a apropriação crítica do cenário macro histórico e sociológico favorece a transformação de anseios de liberdade, igualdade, direito e justiça em atos concretos, e esse é o desafio que se impõe aos processos de formação no Serviço Social. (Barbosa, 2023b).

Nesse contexto, a práxis crítica necessita ser marcada pela permanente articulação entre o individual e o coletivo, pela não neutralidade política ou ideológica e, sobretudo, historicamente situada na ação, na produção científica e no ativismo. Como ato político,

a intervenção nunca é neutra, podendo se configurar, por isso mesmo, em instrumento de manutenção da subalternidade, reforçando o projeto hegemônico de controle, opressão, desigualdade e exclusão, ou numa potente ferramenta de transformação social.

De acordo com Enrique Dussel (2011), na “Filosofia da Libertação” a transformação da sociedade está centrada no princípio ético da reciprocidade com o/a “outro/a”. A razão libertadora é a busca de meios emancipatórios situados no nível da materialidade das práticas onde operam os mecanismos de exclusão, bem como as formas de silenciamento de vozes. Tais ações são possíveis e efetivas se houver um posicionamento junto a/os oprimidos/as e o seu reconhecimento como “*sujeito/a*” e a consciência da responsabilidade pelo seu bem-estar físico, mental, emocional e social (Dussel, 2001). Couto e Carrieri (2018, p. 637) afirmam que a “filosofia da libertação” evidencia que a emancipação da totalidade opressiva se concretiza a partir do “lugar de fala dos oprimidos”, na resistência política ao sistema; e dos opressores em “assumir sua parcela de responsabilidade na construção da totalidade e no mito da modernidade para, dando voz a/ao “*outra/o*”, permitir um diálogo e a reconstrução da sociedade”. (Barbosa 2023).

Nessa linha de reflexão, a subalternidade funciona como operador crítico, que não deve ser alvo de um discurso vitimizante, que aprisiona o “*sujeito/a subalterno/a*” no espaço de exclusão e destituição de acesso ao poder e ao protagonismo, necessitando ser salvo/a ou agenciado/a pôr outrem. A intervenção profissional e as ações efetivas contra a subalternidade necessitam criar espaços de escuta qualificada que assumam o compromisso crítico de que “a responsabilidade deve unir o chamado da ética a uma resposta”. (Spivak, 1994, p. 57). Assim, ética profissional, apreendendo criticamente os fundamentos dos conflitos morais, poderá responder aos conflitos sociais na busca da liberdade. (Mougan Rivero, 2019).

As estratégias de humanização e integralidade nas políticas públicas encontram na intervenção social ética uma potente articulação entre o espaço privado e o espaço público. O trânsito não dicotômico, mas dinâmico, entre a subjetividade do “*sujeito/a*” e a construção de políticas sociais requer a mediação de profissionais capazes de superar os instrumentos ideológicos conservadores e comprometidos em atuar de acordo com visão crítica e ética libertária capaz de enfrentar dos padrões de desumanidade. Pensar criticamente a prática e os valores e princípios éticos deve refletir a busca de espaços

de reconstrução de humanidades em um diálogo dialético e permanente entre o local e o global, o subjetivo e o coletivo. (Barbosa, 2023).

A conexão entre decolonialidade e a perspectiva fanoniana dos efeitos da racialização são fundamentais para compreender os processos macro e microsociais que impactam, promovem e são promovidos pela “zona do ser” e pela “zona do não ser”. Nesse aspeto, no campo das Ciências Sociais e Humanas, os debates e apropriações da teoria crítica decolonial vêm se dando com intensidades distintas nas disciplinas, cursos de graduação e pós-graduação de áreas diversas, assumindo características diferentes de país para país. Para Gómez-Hernández & Sánchez (2018b, p. 141),

*Optar por lo decolonial implica situarse desde las alternativas de vida de personas, colectivos, pueblos y comunidades que no solo han resistido, sino que durante su lucha histórica, han recreado sus existencias y modos de vida. Es allí donde nace y se sostiene la esperanza de liberación social, que es imposible lograr sin el diálogo crítico intercultural.*⁶¹

A perspectiva teórica decolonial, que emerge e geopoliticamente se situa a partir da América Latina e Caribe, vem ganhando espaço em debates no Serviço Social em alguns países do continente e marca algumas reflexões no campo crítico da profissão na Europa. Um breve estudo exploratório acerca das produções científicas, livros e artigos que problematizam acerca das contribuições decoloniais para o Serviço Social, com recorte geopolítico brasileiro e português, foi realizado entre 2021 e 2024. A pesquisa foi delimitada a plataformas de literatura acadêmica e base de dados de teses e dissertações⁶² e utilizou como ferramenta de busca as palavras: Serviço Social; *trabajo social*; *social work*; decolonialidade; decolonialidad; descolonialidade. De acordo com os resultados desse recorte restrito, as produções embasadas na teoria decolonial são incipientes no Brasil e se configuraram inexistentes em Portugal até 2018. Entre 2018 e 2024, se identifica um crescimento nas publicações de textos e teses que tangenciam o debate decolonial para tocar refletir acerca das novas expressões da “questão social”, nomeadamente a questão racial, feminista e de gênero no Brasil. Os trabalhos de

⁶¹ Optar pelo decolonial implica situar-se nas alternativas de vida de indivíduos, coletivos, povos e comunidades que não apenas resistiram, mas que, durante sua luta histórica, recriaram suas existências e modos de vida. É aí que nasce e se sustenta a esperança de libertação social, impossível de ser alcançada sem um diálogo intercultural crítico. (Gómez-Hernández & Sánchez, 2018b, p. 141). (Tradução da autora).

⁶² Plataformas de busca: <https://www.b-on.pt/>; <https://scholar.google.com.br/>; <https://bdtd.ibict.br/vufind/>.

Amoras e Pontes (2022); Barbosa, Araújo e Sousa (2019); Jackson Lima Silva, Cristiane Sasso de Lima e Alexandre Borges Marque (2021); Oliveira (2022); Santos (2018); Silva (2022); Brito, Brito e Oliveira (2021) merecem ser destacados. No mesmo período, em contexto português, manteve-se a ausência e não foi possível identificar produção científica, acadêmica ou pesquisas publicadas sobre o tema⁶³. A publicação *Trabajo social y decolonialidad: epistemologías insurgentes para la intervención en lo social* de autoria das investigadoras argentinas Maria Eugênia Hermida e Paula Meschini (2017) e a revista *Propuestas Críticas en Trabajo Social*, publicada desde 2021, vinculada à Faculdade de Ciências sociais da Universidade do Chile se destacam nas abordagens acerca da temática decolonial.⁶⁴

No campo da práxis profissional, as produções teóricas que adotam a perspectiva crítica decolonial apresentam reflexões que complexificam as análises das novas expressões da “questão social” contemporânea e contribuem para práticas comprometidas com um projeto de humanização, libertação e superação da subalternidade situado geopolítica e epistemologicamente desde a experiência colonial. (Gómez-Hernández, 2017, 2018a, 2018b; Gómez-Hernández et al., 2014; Martínez & Agüero, 2017; Pereyra & Paez, 2017). Como afirma Curiel (2019, p. 32),

As propostas decoloniais, em suas diversas expressões, têm oferecido um pensamento crítico para entender a especificidade histórica e política de nossas sociedades desde um paradigma não dominante que mostra a relação entre modernidade ocidental, o colonialismo e o capitalismo, questionando as narrativas da historiografia oficial e mostrando como se conformaram as hierarquias sociais.

A decolonialidade coloca questões que, dialogando em maior ou menor intensidade com a teoria crítica marxista (Aguilar, 2020), têm contribuído para ampliar as reflexões acerca das problemáticas individuais e coletivas da realidade contemporânea, desvelando pontos centrais acerca do processo de dominação capitalista, imperialista, colonialista, eurocentrista, racista e cisheteropatriarcal. A aproximação do Serviço

⁶³ Como será evidenciado adiante, é possível identificar a adoção da Teoria Crítica Decolonial em diversas reflexões acerca da formação no Serviço Social na Europa em trabalhos científicos apresentados na ECSWE2023.

⁶⁴ Merece nota a apropriação tardia do debate decolonial e a sua ainda reticente presença na produção científica brasileira. Cabe considerar que a hegemonia do pensamento marxista como base epistêmica orientadora do Projeto ético-político da profissão no país, que fundamenta as críticas dirigidas as propostas teóricas pós-coloniais e decoloniais, coloca barreiras à adoção de tais perspectivas, ainda que de cariz crítico, que apontam limites e buscam avançar na matriz marxista.

Social com este campo teórico, ainda que em processo de ampliação, figura em um horizonte distante na formação, na produção científica e na práxis profissional. Tal apropriação, que implica numa articulação de caráter transdisciplinar, vem sendo empreendida pelas Ciências Sociais e Humanas. Assim, contextualização dessa epistemologia como estratégia para garantir e avançar na perspectiva crítica é um desafio que se coloca para o conjunto da profissão.

Considerando a história, a historicidade e a contemporaneidade que aproxima e afasta o processo e o cenário profissional português e brasileiro, o pensamento decolonial, ao descentrar a questão de classe, oferece um espectro de conceitos que pode favorecer a ampliação das reflexões teórico metodológicas. Se trata, portanto, de entender que as relações sociais de classe estão atravessadas pelas relações coloniais, racistas e heterossexistas estruturais e estruturantes dessas relações e partes também centrais da engrenagem que produz e reproduz as desigualdades.

O Serviço Social de orientação crítico/radical se estrutura no diálogo estabelecido entre a formação e a prática consciente, crítica e intencional: a práxis profissional (Martinelli, 1993). No Brasil, esse diálogo, que se estabelece através do pensamento dialético, é mediado por um arcabouço epistemológico em permanente movimento que tem nas teorias e no método materialista histórico seus princípios fundamentais, indissociáveis e complementares numa relação necessária na realidade concreta (Prates e Carraro, 2017). Como área de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, e uma profissão de intervenção na complexidade das expressões que constituem a “questão social”, o Serviço Social atua como campo interdisciplinar, com potencial transdisciplinar, que convoca ampliações epistemológicas permanentemente. (Nicolescu, 1999; Rodrigues, 2000).

A ligação entre Portugal e Brasil, construída a partir de identidades coloniais (Césaire, 2006; Fanon, 2009; Gilroy, 2001; Hall, 2006; Hall e Soto Sulca, 2013; Santos, 2008), se mantém e segue construindo novas identidades, dentre elas a do Serviço Social (Amaro, 2009; Martinelli, 2013). Em cada um desses espaços geopolíticos e das suas interações transnacionais e transfronteiriças, a história da profissão apresenta convergências e divergências que impactam profundamente a formação (Freitas *et al.*, 2018; Iamamoto, Santos e Eiras, 2021; Martins *et al.*, 2016). Em ambos os países, a história da formação profissional sofreu influência cristã, católica e franco-belga e a institucionalização da profissão se deu na década de 1930 (Faria, Martins e Miguel, 2021). Sob diversos

aspectos, principalmente políticos e económicos, e suas consequências na agudização da “questão social”, o Serviço Social emergiu em Portugal e no Brasil quase ao mesmo tempo. A primeira Escola de Serviço Social em Portugal data de 1935, o Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL), mais tarde denominado Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) e no Brasil, a criação da primeira escola foi em 1936, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

A prática, desenvolvida sob uma máscara que deixava aparente apenas seu caráter missionário, tinha sua base inicial formada predominantemente por *mulheres*, imprimindo e reforçando a noção patriarcal da vocação do “feminino” para o cuidado. Oriundas das camadas económicas e sociais da elite e ligadas à igreja católica, as “missionárias” eram a personificação da conduta ilibada, social e moralmente exemplar, de acordo com os preceitos da doutrina cristã. Sua missão era educar e, consequentemente, controlar, através de políticas sociais de caráter assistencialista, a classe operária e marginalizada que estava submetida, então, nos dois países, a regimes populistas e ditatoriais. (Granja, 2008; Martins, 1999; Silva, 2017).

Em Portugal, a parceria entre o governo e a Igreja, “ao equacionar uma resposta corporativista à questão social de feição caritativa, assistencial e de previdência social, vai configurar o Serviço Social como um agente dessa construção, ao serviço da ação de propaganda e doutrinação dos valores do “Estado Novo”. (Martins, 2009, p. 46).

Assim como em Portugal, e não coincidentemente, o Serviço Social brasileiro emergiu sob a égide de um “Estado Novo” ditatorial. Forjado pelo contexto de expansão e secularização do capitalismo, teve sua gênese ligada a relação do Estado e o ideário católico, que imprimiu a profissão um “caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais”. (Yazbek, 2009, p. 3).

De forma aparentemente semelhante, predomina na literatura, a generalização de que as “trabalhadoras sociais/missionárias”, não empreenderam uma crítica consciente referente ao seu trabalho e sua intervenção na sociedade, ou à sistematização e teorização da profissão. Teriam, assim, reproduzido a ideia de amor ao próximo como eixo da prática profissional segundo os dogmas da Igreja católica. Nesse contexto, a ausência de análise da realidade para o enfrentamento da “questão social” levou o Serviço Social a ser um reprodutor da ordem e controle social, um executor terminal de

políticas sociais de caráter assistencialista, empirista, reiterativa, burocratizada, paliativa e caritativa parametradas por uma ética liberal-burguesa. A profissão se restringiu a ser regida por uma teleologia voltada para a correção de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado fatual ineliminável. (Netto, 1996, 2018, 2018).

Cabe, contudo, questionar essa visão generalizante da profissão como mera reprodutora das relações sociais de classe e das profissionais submissas, o que nos leva a história única. É necessário esboçar perspectivas que acolham as possibilidades de resistências e criticidade que se fizeram presente no decorrer desse processo, e que tenham alinhado insurgências e desobediências que abriram caminho para os avanços que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 quando emergiu e se consolidou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (MRLA). Ele “expressou o novo posicionamento ético e político do Serviço Social, alinhado às lutas progressistas e aos novos referenciais teórico-metodológicos que buscaram superar as referências utilizadas pelo Serviço Social tradicional” (Eiras, Yazbek e Santos, 2017, p. 23) de influência franco-belga⁶⁵. As novas referências, sustentadas na teoria crítica de inspiração marxista, estruturaram reflexões no Serviço Social latino americano onde a apreensão e a análise da profissão lançaram “luzes” sobre sua origem e demandas sócio históricas, colocando-o como protagonista na construção de posicionamentos e referenciais com um teor de criticidade que o distanciaram das referências e do próprio Serviço Social europeu e norte americano.

De acordo com Eiras, Yazbek e Santos (2017, p. 29), é possível que, “concomitante ao MRLA, o Serviço Social em Portugal, Espanha, Canadá e EUA [tenha] construído proposições críticas ao Serviço Social tradicional, apresentando, inclusive, algum posicionamento ético-político de caráter socialista com horizonte emancipatório”. Denominados de Movimentos Contestatórios, sob os quais se vincula o Serviço Social nos diferentes países, as autoras afirmam que eles refletem as “expressões das

⁶⁵ “A tradição franco-belga resultou de influências da Escola de Serviço Social de Bruxelas, que oferecia um curso de Serviço Social voltado para a ação social. Esta, por sua vez, recebeu influência do cardeal Mercier e das Ligas Operárias Femininas, cuja perspectiva era a ação social. Na França, a formação em Serviço Social era oferecida pela Escola Normal Social de Paris (primeira Escola de Serviço Social da França, criada em 1911) e na Escola Superior de Estudos Sociais do Instituto Católico de Paris”. (Eiras, Yazbek e Santos, 2017, p. 25).

mudanças societárias e conjunturais, solo das manifestações e lutas sociais desse período”. (Idem, p. 36).

O MRLA se configurou um marco para a profissão, a partir dele a prática profissional se voltou à análise crítica da realidade social e da “questão social” pautada em bases teórico-metodológicas que visavam superar as práticas tradicionais do Serviço Social. (Netto, 2006). De acordo com o autor,

O MRLA é compreendido como um movimento heterogêneo, no qual emerge um posicionamento ético-político que se compromete com a realidade social da América Latina e explicita o lugar do Serviço Social na reprodução das desigualdades sociais, bem como sua função social, implicação socio política e valores ideológicos, com pretensão de intervir na alteração dessa realidade. Desse modo, os trabalhadores sociais (assistentes sociais) questionam a neutralidade técnica, recusam a importação de referências norte-americanas e combatem a “técnica transplantada”. Simultaneamente, buscam construir referências latino-americanas para a ação profissional. Há também uma construção que transcende os países, que se expressa na criação de organizações de trabalhadores sociais de caráter latino-americano, como a Asociación Latinoamericana de Enseñanza en Trabajo Social (Alaets) e o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), que impactam sobre a organização dos assistentes sociais no continente, bem como na elaboração e divulgação das novas referências produzidas pelo MRLA. (Netto, 2018, p. 121).

Seguindo os movimentos contestatórios reformistas ou revolucionários que emergiram tanto na América do Norte como na Europa na década de 1970, com marcada influência no Serviço Social desses continentes, Portugal, que teve em suas origens a influência franco-belga, apresentou uma abertura para novos horizontes e novas vinculações ético-políticas em que a emergência ou ativação do Serviço Social crítico e/ou radical fez parte. (Ferguson, 2011).

Geopoliticamente, e de acordo com o contexto analisado nesse estudo, Portugal e Brasil são considerados países inseridos na lógica de reprodução social do capitalismo, ainda que em posições económico-sociais distintas, que não correspondem ao conjunto de nações que compunham o núcleo de capitalismo ocidental onde “o capitalismo foi bem-sucedido em sua reestruturação (pós-guerra). Para esses países, foi possível planejar e administrar a modernização económica que aumentou enormemente a demanda, e afirmar um compromisso com a seguridade social e previdenciária” (Hobsbawm, 1995, p. 264), bem como a relativa substituição do Estado Liberal pelo Estado Social. Tais

condições representaram melhorias nas condições de vida para a população nos países centrais. O mesmo não ocorreu em Portugal e no Brasil, que não chegaram a alcançar a plena implementação do Estado Providência e a adoção de políticas sociais consequentes face às necessidades sociais da população. De acordo com Eiras, Yazbek e Santos (2017, p. 36),

No Serviço Social, os movimentos sociais, culturais, políticos e econômicos se expressam em críticas a um Serviço Social tradicional e/ou ao sistema capitalista como um todo. Essa postura crítica traduz-se no denominado Serviço Social crítico e no denominado Serviço Social radical, variando de acordo com o país.

A despeito das aproximações com o MRLA ocorrido de finais de 1960 e meados da década de 1970, que definiu os fundamentos teórico metodológicos do Serviço Social de inspiração marxista, o desenvolvimento da profissão em Portugal e no Brasil apresenta trajetórias peculiares relacionadas às suas conjunturas econômica, política e social. Elas se refletem nas escolhas teóricas implementadas nos currículos da formação e impactam a prática e a produção científica de cada país no atual contexto necroneoliberal. (Iamamoto e Santos, 2021; Martins, 1999; Martins e Carrara, 2014; Rocha, 2014).

3.1. SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: APROXIMAÇÕES E RUTURAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Portugal possui um passado que considera glorioso em relação às “grandes navegações” e ao contato com o continente americano. Esse orgulho colonial lusocêntrico de um “império português” foi alimentado e mantido pela ditadura fascista salazarista⁶⁶ ao longo de mais de quatro décadas, e se sustentou na manutenção de países da África sob o regime de colônias até meados dos anos de 1970. (Barbosa, 2022). Contudo, o colonialismo como um “percurso de conscientização coletiva, que começa com a *negação – culpa – vergonha - reconhecimento – reparação*, não é de

⁶⁶ De acordo com Fernando Rosas (2013, p. 186-188), o salazarismo constitui uma “modalidade específica” do fascismo em que o autoritarismo se configurou na tentativa de ser uma resposta política à industrialização, terceirização e urbanização, na busca de uma restauração da acumulação capitalista. O regime fascista português foi o de maior longevidade na Europa no século XX, se afirmando como um fenômeno histórico em si baseado na violência (de tipo preventiva, intimidatória e desmobilizadora, e a de tipo repressiva, punitiva), no controle das Forças Armadas, na cumplicidade política e ideológica da hierarquia da Igreja Católica, na organização corporativa e no projeto totalitário do regime, com o “investimento totalitário no ‘homem novo’ salazarista”.

forma alguma um percurso moral, mas um percurso de responsabilização. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e de reconhecimento”. (Kilomba, 2020, p. 12). Esse longo caminho decolonial em Portugal, assim com no Brasil, ainda está por ser adequadamente percorrido.

A trajetória do Serviço Social, desde seu surgimento, está estruturalmente ligada a construção desse ideário colonial português, que é parte das identidades construídas ao longo do tempo. Assim, o caminho para a descolonização do Serviço Social também é um percurso decolonial, pois a colonialidade, que se perpetua a partir do colonialismo, se estende aos dias atuais e permanece afetando não apenas (ex)colonizados/as, mas também (ex)colonizadores/as. Nas palavras de Albert Memmi,

Verifica-se, definitivamente, que o colonizador é uma doença do europeu, de que ele deve se curar e se preservar por *completo*. É claro que há um drama do colonizador [...] pois sua cura supõe uma terapêutica difícil e dolorosa, uma retalhação e uma transformação de suas atuais condições de existência. Mas já se viu claramente que também haverá um drama, e ainda mais grave, se a colonização continuar”. (Memmi, 2007, p. 185).

A construção da profissão em Portugal, gestada em um cenário ditatorial e colonialista, seguiu a trajetória determinada pelo sistema. No 1º Congresso de Partido Único, a União Nacional (1934) foi proposta a criação de Escola de Serviço Social. Já em 1935, foi criada a primeira escola pela Associação de Serviço Social, o Instituto de Serviço Social em Lisboa (ISSL) intermediado pelo Patriarcado de Lisboa e em 1937 teve início a Escola Normal Social, sob as ordens das Franciscanas Missionárias de Maria. Essas escolas portuguesas seguiam orientações da UCISS - União Católica Internacional de Serviço Social - e tinham natureza privada, no entanto, a direção política posta pelo Estado Novo exercia grande controle sobre essa formação, sobre a identidade profissional requerida e sobre a função da/o assistente social. (Coelho e Guedes, 2021, p. 552). Em 1939 o Estado as oficializou sob diretrizes que objetivavam “a formação de dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e ativas cooperadoras da Revolução Nacional [...] para que jamais possa desviar-se do sentido humano corporativo e cristão” (Decreto-Lei nº 30135, de 14 de dezembro de 1939). (Martins, 2019).

Desse modo, se inscreveu o Serviço Social nos desígnios do Estado, que enaltecia a intervenção das “obreiras do Serviço Social” dirigida a todas as famílias, mas

principalmente aquelas vulneráveis economicamente e culturalmente, consequentemente mais propensas a acolher os “conselhos” sobre o espírito de cooperação entre trabalhadoras/es e patrões. Negar o conflito de classes e controlar a classe trabalhadora era a função implícita da ação profissional. Nesse contexto, a formação em Serviço Social se enraizava no “doutrinarismo, alicerçado nos valores da “educação da família”, na “recristianização da sociedade” e nos valores nacionalistas e corporativistas, imbuídos do pensamento conservador, que expressam os desígnios do regime e da Doutrina Social da Igreja”. (Martins, 2017, p. 48).

No campo das lutas políticas e na busca pela construção de uma identidade distinta do Serviço Social tradicional, as/os assistentes sociais,

[...] através do seu envolvimento em organizações associadas aos católicos progressistas, ações políticas de oposição e resistência, e sobretudo a partir da organização coletiva sindical dos últimos anos de 1960 e primeiros de 1970, distanciaram-se da legitimidade atribuída pelo fascismo, afirmando o Serviço Social como profissão. [...] Estas vanguardas, que nestes anos encetaram um percurso tendente a constituírem-se num sujeito profissional, com a Revolução de Abril de 1974, vão envolver-se em ações e lutas coletivas em prol de uma sociedade socialista. (Martins, 2017, p. 53).

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, e com o fim da ditadura em 1974, as resistências gestadas por décadas dentro do Serviço Social originaram processos de questionamento acerca da neutralidade da profissão e do exercício profissional aliado a projetos de desenvolvimento comunitário vinculados à questão colonial de um modelo conservador desenvolvido por um Serviço Social tradicional. A inspiração e politização, dentre outras, chegam através das produções de protagonistas do MRLA (Herman Kruse; Vicente de Paula Faleiros; José Paulo Netto; Ander Egg; Natálio Kisnerman), da *Revista Debates Sociais* (CBCISS), da pedagogia de Paulo Freire e das correntes de pensamento crítico vinculadas ao marxismo. (Martins, 1999, 2017, 2002). Para Martins (2002, p. 10), o Serviço Social crítico possuía como principais características a politização das/os assistentes sociais e a reflexão desse processo na práxis, ainda de forma isolada, em alternativa ao Serviço Social tradicional e como resistência à ditadura salazarista. A refuta à neutralidade profissional e o compromisso com as lutas das camadas populares por direitos foram estratégicas nas práticas emancipatórias de transformação social. Essa tendência crítica, entretanto, de acordo com Alcina Martins, foi adotada por grupos restritos de assistentes sociais portuguesas.

Em consonância com o “Pós” 1974 e as transformações institucionais, culturais e ideológicas subsequentes à revolução de 25 de Abril, se inicia uma nova fase do Serviço Social em Portugal. No plano da formação, essas influências chegaram trazendo as correntes do Serviço Social crítico e radical, e particularmente do MRLA, que conduziram a um questionamento da metodologia clássica do Serviço Social (baseada em caso, grupo e comunidade), à introdução de uma metodologia integrada e global e à conceção da/o assistente social como profissional comprometida/o com os interesses das classes “*subalternas*” e agente da transformação social.

Decorrente do processo desencadeado pelas escolas de Serviço Social, o reconhecimento do grau de licenciatura e da integração da formação em Serviço Social na universidade pública motivou o reconhecimento do grau de licenciatura em setembro de 1989 e a afirmação de carreira de Serviço Social na administração pública em 1990. (Branco, 2009, p. 64). Os anos subsequentes a 1974 ampliaram os movimentos contestatórios das/os profissionais (Martins, 2017; Matos-Silveira *et al.*, 2021), o que culminou em conquistas como a constituição da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) em 1978⁶⁷. De acordo com Branco (2009, p. 71),

[...] desde a sua fundação em 1978, Associação dos Profissionais de Serviço Social constitui como prática a adopção dos documentos normativos da International Federation of Social Workers - IFSW em termos de regulação ética e mais recentemente o documento orientador da IFSW / IASSW Ética no Serviço Social: Princípios e Valores, aprovado por aquelas organizações em Outubro de 2004, pese embora o facto deste documento constituir apenas um quadro geral de princípios e deveres dos assistentes sociais e não prever o regime disciplinar e de sanções, matéria que é remetida para os códigos nacionais.⁶⁸

Uma parte significativa dos avanços em direção a teoria crítica está relacionada ao delineamento inicial da dimensão política da profissão, que sofreu grande influência do exemplo brasileiro, nomeadamente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Em 1987, se iniciava o I Programa de Mestrado em Serviço Social ao abrigo de um Protocolo de Cooperação Científica entre o ISSSL e a PUC-SP, que se prolongou

⁶⁷ Disponível em: [Sobre a APSS | Apss](#). Acesso em 24/07/2024.

⁶⁸ Disponível em: [Ética e Deontologia | Apss](#). Acesso em 24/07/2024.

em várias edições. Em 1996, de forma semelhante, foi criado o Programa Especial de Doutoramento em Serviço Social.

Contudo, sem a constituição da Ordem Profissional, que veio a ocorrer apenas em 2019⁶⁹, o Serviço Social português pouco avançou na elaboração de um Código de Ética específico e na organização do estatuto profissional da categoria, na normatização da formação e prática profissional e de sua dimensão política (Branco, 2009; Sousa, 2015, 2019), tendo se tornado um curso que confere grau em fins da década de 1980 (Negreiros, 1991). Na atualidade, se verifica que o movimento Serviço Social Crítico/Radical de orientação marxista que influenciou a formação e a prática na década de 1970, não se institucionalizou em Portugal (Santos e Martins, 2016), sofrendo novas reconfigurações decorrentes do acordo de Bolonha em 1999. (Carvalho *et al.*, 2013; Carvalho e Pinto, 2015; Martins, 2019; Martins e Tomé, 2016).

Estas circunstâncias traduzem-se, no caso português, num relativo vazio em matéria de regulação ética, bem como na ausência de mecanismos especificamente profissionais de proteção e poder disciplinar neste domínio, tendo-se limitado essencialmente a um exercício formativo e pedagógico, exercido quer pela associação profissional quer pela formação de assistentes sociais, sendo a norma, a existência formal de disciplinas de Ética e Deontologia na grande maioria dos cursos. (Branco, 2009, p. 71).

Esse cenário é corroborado pelos caminhos atuais dos cursos de formação que se vêm atravessados por dinâmicas ligadas aos processos de reconhecimento académico e a criação de doutoramentos em Serviço Social e, em contraponto, os programas de 1º ciclo – licenciatura em Serviço Social, que se proliferam em ofertas formativas em instituições que nem sempre possuem condições que garantam a sua qualidade e compromisso com a construção teórica, metodológica e crítica de profissionais.

As propostas formativas configuram um mosaico com tipificações diversas, quer quanto aos perfis das áreas de formação matriciais e da sua relação com o Serviço Social enquanto área científica predominante, quer quantos os modelos de formação específica, designadamente formação experiencial, quer ainda quanto à capacitação para a investigação e produção de conhecimento. (Branco, 2009, p. 73).

⁶⁹ Disponível em: [Ordem dos Assistentes Sociais | Apss](#). Acesso em 24/07/2024.

De fato, o Serviço Social é reconhecidamente uma construção sócio histórica mediada pelas relações sociais produzidas na esfera capitalista que tem na “questão social”, resultante material e subjetiva da exploração, um dos elementos que o funda e lhe requisita respostas as suas expressões (Guerra *et al.*, 2007; Silva, 2017). Esse aspeto faz com que a profissão seja intrinsecamente vista a partir da ótica da luta de classes e das respostas das classes e do Estado às expressões das desigualdades (Iamamoto, 2011). Tais características aproximam o Serviço Social português e brasileiro em sua conceção, origem e até certo ponto, teórica. Contudo, é possível identificar na trajetória da profissão nos dois países, profundas fissuras no campo teórico/prático/ metodológico e do ativismo político a partir dos anos de 1980.

Assim como em Portugal, a origem da profissão no Brasil esteve ligada ao pacto entre um Estado ditatorial e a Igreja e seus dogmas, e se encontra profundamente enredada em estruturas coloniais e eurocêtricas, fundadas em relações de poder, privilégio, branquitude e opressão de género, o que sinaliza a necessária descolonização da profissão também desse lado do Atlântico. (Faria, Martins e Miguel, 2020).

Para além das convergências políticas e ideológicas que permearam a origem do Serviço Social nos dois países, promovendo certas afinidades e semelhanças, no Brasil o Serviço Social percorreu caminhos diferentes dos trilhados em Portugal. Se tornou uma profissão de nível superior regularizada pelo Estado, com reconhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como área de conhecimento. De maneira efetiva, a pós-graduação vem se desenvolvendo na pesquisa, estabelecendo um diálogo e se apropriando do debate intelectual contemporâneo no âmbito das Ciências sociais do país e do exterior, construindo uma produção sólida e reconhecida internacionalmente que subsidia a área. (Yazbek, 2009).

No movimento de rutura com o conservadorismo, mesmo durante o avanço neoliberal dos anos 1990, foram aprovados o novo Código de Ética da/o Assistente Social (Resolução CFESS 273/1993), a nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996, revisadas em 1999) fundamentada na tradição marxista. Assim, o Serviço Social brasileiro, ao consolidar a rutura com suas bases conservadoras no decorrer da década de 1980, avançou na perspectiva crítica e na construção hegemónica de um projeto profissional crítico marxista de âmbito nacional. (Eiras, Yazbek e Santos, 2017).

Em finais da década de 1990, a construção do Projeto ético-político profissional (PEP) do Serviço Social definiu o alinhamento da profissão com as lutas populares, das/os trabalhadoras/es e das “minorias”. Em 1998, no IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Goiânia, a expressão Projeto ético-político profissional surgia como fruto da programática profissional envolvendo componentes éticos, políticos e técnicos resultantes da acumulação de investigações académicas em articulação com os desafios impostos a profissionais de campo. (Iamamoto, 2006; Netto, 2006, 2015). A dimensão interdisciplinar e política do projeto se consolidou em finais do século XX claramente a favor da equidade e da justiça social. Se trata de um projeto em construção que, mantendo seu eixo fundamental, necessita ser flexível e aberto a novos saberes. Os desafios que chegaram com o século XXI, ou mesmo antes, vêm colocando novas questões ao PEP e exigindo uma análise sólida e objetiva que conduza a sua revisão crítica no sentido de garantir sua vigência efetiva e ampliada. (Netto, 2017). Como afirma o autor, “o que é importante em Marx não são as suas conclusões, é o método de análise do capitalismo que ele foi capaz de descobrir e consolidar. [...] Agora, não é suficiente. Há problemas novos, há processos novos no nosso mundo”. (TVBoitempo, Netto, 2021).

As aproximações e ruturas no campo da teoria e da práxis em Serviço Social estabelecidas e produzidas entre Portugal e Brasil foram marcadas por parcerias que fomentaram a pesquisa, a investigação e a produção do conhecimento através de acordos, protocolos de cooperação científica, grupos de pesquisa e publicações que beneficiaram ambos os países. Na contemporaneidade, frente aos novos contextos sócio históricos, a construção do campo teórico-metodológico se apresenta diversa no que tange à conceção das atribuições ético políticas das/os assistentes sociais e à perspectiva de ensino em Serviço Social. A formação, vislumbrada através dos currículos, demonstra o que se conserva e o que é possível transformar através dela.

3.2. O PROJETO NECRONEOLIBERAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: BOLONHA E MEC/CEFESS

No cenário neoliberal, as lutas sociais por direitos enfrentam simultaneamente o capitalismo e a racialização, que juntas alicerçam a necropolítica. De maneira perversa, os sistemas de classificação social mantêm e reproduzem intactas as estruturas coloniais de poder, que “*se mantuvieron cuando sus portadores cambiaron o fueron*

forzados a cambiar de roles y actividades concretas y mudaron las formas de trabajo y explotación generando identidades históricas”. (Quijano, 1995, p. 4).⁷⁰

Nos contextos português e brasileiro, sem desprezar as profundas diferenças históricas e contemporâneas que os atravessam, o projeto societário inspirado no neoliberalismo também é o cenário que envolve a formação no Serviço Social. A chamada globalização, alinhada ao projeto neoliberal, retoma os princípios liberais do papel do Estado. As medidas e ações de desregulamentação e liberalização das economias e as privatizações, especialmente do património público, atingem as políticas públicas, criam o Estado mínimo, promovem a erosão dos direitos sociais e corroem os propósitos da sociedade democrática, com expressão profunda nas novas expressões e configurações da “questão social”. Nessa lógica, é o Estado Social/*Welfare State*, promotor da universalização das políticas sociais, o responsável pela crise do capitalismo contemporâneo e não a acumulação e concentração de renda a níveis extremos, que produzem e reproduzem da pobreza, aprofundam desigualdades sociais e oprimem também em níveis extremos. A ampliação e agudização da “zona do não ser” coloca exigências e desafios ao Serviço Social e à sua construção enquanto profissão identificada com luta pela equidade, igualdade e justiça. Exigindo que se posicione como uma profissão anticapitalista, anticolonialista, antissexista, anti patriarcal, anti xenofóbica, antirracista e ao lado das/os “*subalterna*”s/os. No receituário imposto pelo neoliberalismo, a intervenção crítica da/o assistente social se constitui uma ferramenta disponível na defesa dos direitos sociais, principalmente quando falham as políticas públicas e os programas sociais no enfrentamento aos níveis de desumanização impostos pela “zona do não ser”. (Barbosa, 2023b).

Sob essa perspectiva, a formação académica, suportada por um diálogo transdisciplinar com outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, deve contribuir para a construção da qualificação teórica crítica, metodológica, ético-política e voltada para o ativismo em interlocução com a sociedade e com os movimentos sociais. Esses fatores colocam no centro do debate ético a impossibilidade de neutralidade político-ideológica da profissão e de profissionais, evidenciando que não há Serviço Social neutro ou apolítico.

⁷⁰ “foram mantidas quando seus portadores mudaram ou foram forçados a mudar de papéis e atividades concretas e mudaram as formas de trabalho e exploração, gerando identidades históricas”. (Quijano, 1995, p. 4). (Tradução da autora).

Desde a década de 1990 se avolumam nas Ciências Sociais e Humanas os debates envolvendo matrizes marxistas, modernas e pós-coloniais (Bartolovich e Lazarus, 2002) que polarizam e impactam novas apropriações teórico metodológicas e se refletem na produção científica do Serviço Social. A influência de correntes do pensamento Pós-moderno, identificado como “neoconservador”, vem sendo fortemente combatida (Netto, 1996)⁷¹, ainda que, segundo Yazbek (2009, p. 25), “a reafirmação das bases teóricas do projeto ético político, teórico metodológico e operacional, centrada na tradição marxista, não pode implicar na ausência de diálogo com outras matrizes do pensamento social”.

A construção da práxis tem sido mediada por essas escolhas teóricas e metodológicas dos currículos acadêmicos, que se aproximam e/ou se afastam do viés crítico da profissão. (Iamamoto, 2006, 2014). Desde os anos de 1990, o cenário dessa permanente luta por hegemonia teórica é o projeto neoliberal. As consequências desse receituário neoliberal vêm estilhaçando o Estado de Bem Estar e os sistemas democráticos, intensificando gradualmente a vulnerabilidade econômica, promovendo o crescimento exponencial das desigualdades e gerando crises humanitárias que ampliam fundamentalismos, xenofobia, deslocamentos, racismo, intolerância e violência. Por um lado, o desmonte das políticas sociais restringe a capacidade de resposta da intervenção social e por outro, convoca a ampliação da intervenção dos/as assistentes sociais. Seja sob nova roupagem conservadora (Ferguson, 2011; Iamamoto, 2004; Yazbek, Degenszajn e Paz, 2019), ou seja ampliando a potencial capacidade de teorizar acerca da realidade social e de *sujeitos/as* sociais como estratégia de resistência (Eurico, Gonçalves e Fornazier, 2021; Freitas *et al.*, 2018; Freitas, 2009; Martins, 2017; Oliveira, Pinto e Alves, 2017), o fato é que o Serviço Social se confronta historicamente com a exigência de se posicionar ética e politicamente.

⁷¹ A crítica empreendida pelos teóricos do Serviço Social ao pensamento Pós-moderno, visto como uma ameaça conservadora, está relacionada ao fato desta ter ganhado destaque na década de 1970 empreendendo uma crítica ao universalismo e às grandes narrativas da história unilinear construídas sobre conceitos totalizantes e hierárquicos de progresso, desenvolvimento ou modernização. Sua refuta aos projetos de transformação social e considerando a emancipação um mito, afirmava a desconstrução e o relativismo, como alternativa e a fragmentação, as margens ou periferias, a heterogeneidade e a pluralidade das subjetividades como alternativas de análise da modernidade. Tais concepções são conflitantes com os princípios da teoria marxista, cara ao Serviço Social, que a assumiu como base da sua reflexão acerca da sociedade de classes e seu próprio movimento de reconceitualização no Brasil.

No cotidiano social, onde se efetivam as intervenções junto a pessoas e grupos diversos, gestando relações intersubjetivas e estruturais, o enfoque sobre a diversidade deve fazer parte da práxis. Nesse sentido, a ação descolonial no interior da profissão deve abarcar a formação, a prática e a produção científica, promovendo processos que articulem os cenários micro, meso e macrossociais de forma crítica. (Hernández e Sánchez, 2018).

Muito em decorrência da articulação desses determinantes da composição da sua identidade, entre os anos de 1960 e 1980, ao ser confrontado com as novas expressões da “questão social”, com os movimentos sociais com dimensão de convulsões globais e com a teoria sociológica, o Serviço Social empreendeu um esforço para se reinventar a partir da revisão do conjunto de seus fundamentos históricos, teórico metodológicos e compromissos ético-político conjugados com a luta dos trabalhadores. Centrada na perspectiva da totalidade e da contradição, a interlocução com o pensamento marxista constituiu o Serviço Social Crítico/Radical e a pluralidade do MRLA reverberou na Europa e EUA. (Eiras, Yazbek e Santos, 2017; Ferguson, 2007; Lorenz, 2005).

Contudo, será preciso questionar até que ponto a manutenção e a promoção de desigualdades ou a luta por justiça social permanecem e tensionam a profissão e como o Serviço Social reproduz os marcadores que formam o sistema de opressão e com que ferramentas os pode confrontar através de uma práxis libertadora? Até que ponto o Projeto ético-político brasileiro mantém sua hegemonia teórica marxista reproduzindo o colonialismo epistêmico eurocentrado? Como antiga metrópole colonial, em que medida a colonialidade está presente nas suas “zonas do não ser”? Como os debates decoloniais encontram abertura nesses contextos?

Os desafios estão postos. O projeto necroneoliberal está em andamento. A gênese da profissão em Portugal e no Brasil traz a marca de um conservadorismo a serviço da manutenção e ampliação do capitalismo, com as iniquidades, exclusões e desigualdades a ele inerentes. Sob a máscara da filantropia humanitária, assistencialista e racista, o Serviço Social de então deu sua contribuição para a invisibilização e alienação política das/os *subalternizadas/os*, mantendo-as/os na “zona do não ser”. O sistema capitalista em crise impôs significativos impactos nas economias mundiais. Seus reflexos, decorrentes das medidas que consolidaram processos de privatização e o esvaziamento do Estado, foram o agravamento do desemprego e o empobrecimento da população. Nesse processo, a educação não ficou incólume às

medidas do projeto neoliberal. Por um lado, a reforma do ensino superior europeu que abrangeu Portugal, por outro, o corte de investimentos que intensificou o sucateamento do ensino público e gratuito no Brasil.

Na Europa, a entrada no século XXI foi marcada pela direção neoliberal também baseada na Economia do Conhecimento. A tríade do crescimento económico formada por Investigação, desenvolvimento e inovação orientaram a ação político-económica em escala continental. No discurso da lógica mercantil, a crise das universidades e a necessidade de assumirem novas finalidades sob parâmetros e estratégias de competitividade fizeram parte de um diagnóstico que orientou a transformação das universidades em empresas. (Sevilla, 2010). Assim, a educação se tornou um mercado, um “motor para a inovação e um setor-chave no desenvolvimento de novas formas de propriedade intelectual”. (Robertson, 2009, p. 409).

O chamado Processo de Bolonha⁷², um acordo internacional inicialmente conduzido e impulsionado pela Comissão Europeia, promoveu reformas na educação superior dos países membros da União Europeia (UE) e/ou signatários de Bolonha. Desenhado para construir um espaço europeu de ensino superior coeso, competitivo e atrativo, estrategicamente adotou ações articuladas como: a criação de um sistema de graus académicos baseado em dois ciclos reconhecíveis e comparáveis, “um primeiro ciclo útil para o mercado de trabalho”, e o segundo ciclo composto pelo mestrado; a criação de um sistema de acumulação e de transferência de créditos curriculares (ECTS) no âmbito dos intercâmbios Erasmus; a promoção da mobilidade de estudantes, de professoras/es e de investigadoras/es e; a incorporação da dimensão europeia no ensino superior, aumentando o número de módulos, os cursos. (Bologna Declaration, 1999). As mudanças afetaram a formação e o trabalho de assistentes sociais em Portugal. O processo de Bolonha exigiu que até o ano de 2010 se harmonizasse os graus e diplomas para facilitar as equivalências de cursos nas universidades de 45 Estados europeus subscritores, numa conceção de continuidade e desvalorização da formação. (Santos e Martins, 2016).

⁷² O Processo de Bolonha, um pacto internacional voluntário, se situa fora do quadro de governança da União Europeia, ainda que em grande parte seja impulsionado por interesses dela, promove diversas iniciativas (como o sistema de transferência de créditos ECTS) originalmente coordenadas pela Comissão Europeia. “Convencidos de que o estabelecimento do Espaço Europeu de Educação Superior exigia constante apoio, supervisão e adaptação às necessidades em constante evolução”. (Bologna Declaration, 1999).

Anterior a Bologna, em Portugal, ocorreram diversas e profundas transformações na educação superior e na investigação desde 1974, sendo o ensino superior do país considerado como aquele que mais se transformou nas últimas décadas, com alterações: estrutural, institucional, económica, demográfica e social. (Rosa e Chipa, 2010). Até o início do século XXI, as transformações foram intensas na formação no Serviço Social. Em 1989 a licenciatura com duração de cinco anos; em 1995 o mestrado com dois anos e em 2003 o doutoramento com quatro anos. Contudo, foi na década de 2000 que houve o aumento mais significativo de instituições públicas de ensino, creditado já ao Processo de Bolonha, que desde 2005 passou a figurar na Lei de Bases do Sistema Educativo e reorganizou as titulações em ciclos. A partir de Bologna, também no Serviço Social o cenário de formação aligeirada, flexível, tecnicista (centrado em competências e habilidades), precarizada, produtivista, sem valorização da pesquisa, extensão e ensino voltado para o mercado tem impacto. (Silva, 2018). A organização adotada extinguiu os cursos com bacharelatos, reduziu a duração das licenciaturas, que passaram em sua maioria a ter duração de três anos, e os mestrados de dois anos. No âmbito do exercício profissional, a curto prazo, tais reformas representaram uma desregulação da profissão.

Nesta direção, primeiro e segundo ciclos passam, obrigatoriamente, a serem oferecidos perfazendo um total de cinco anos. Os cursos têm a flexibilidade para optarem por três anos na licenciatura e dois anos no mestrado ou três anos e meio na licenciatura e um ano e meio no mestrado. Ou seja, os cinco anos de licenciatura são transformados em licenciatura e mestrado, fortalecendo uma concepção de aligeiramento da formação e de uma educação voltada, fundamentalmente, para atender às necessidades do mercado e não da população. (Santos e Martins, 2016, p. 327).

O novo enquadramento vem orientando o conhecimento e a práxis do Serviço Social para a intervenção, a capacidade de ação, competências e agilidade para a resolução dos problemas sociais utilizando menos recursos, em detrimento da eficiência das políticas sociais. (Carvalho *et al.*, 2013). O Serviço Social passou a assumir “padrões de atuação orientados por intervenções “tradicionais” e “paternalistas”, guiados por padrões burocráticos e de controlo financeiro dos direitos sociais”. (Campanini, 2011, p. 649).

No campo social, a integração de Portugal na CEE significou uma gradual transição ao neoliberalismo e, conseqüentemente, a redução do frágil Estado Social e a retração das políticas públicas universalistas e o crescimento de políticas e programas sociais

direcionados a públicos específicos, o que ampliou campos de trabalho para profissionais assistentes sociais. De acordo com Martins e Carrara (2014, p. 216),

Todo o conjunto de conquistas na formação e no trabalho profissional que se alinhou por uma intervenção qualificada – o desenvolvimento de projetos, a participação no planejamento, a gestão e avaliação dos serviços e das políticas públicas –, reforçando a legitimidade da profissão, foi sendo desmantelado com o enfraquecimento do Estado Social português, com o Processo de Bolonha no contexto da crise de 2008.

Do outro lado do atlântico, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) foi a instituição pioneira na criação dos cursos de pós-graduação (1972) e doutoramento em Serviço Social (1980) no Brasil. A formação em Serviço Social foi reconhecida em 1985 pelas agências de financiamento à investigação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), usufruindo de financiamento e bolsas de estudo para investigadoras/es e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação. (Kameyama, 1998). De acordo com a autora, a produção de conhecimento científico nos anos de 1970, ainda no período da ditadura militar (1964/1980), foi significativa com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na área das Ciências sociais e, especificamente, na de Serviço Social. A partir dos anos de 1980, se valendo de ser uma área caracterizada por conter ao mesmo tempo uma dimensão intelectual e uma dimensão interventiva, a produção se voltou para o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações na práxis. A articulação entre a teoria/realidade e a construção de conhecimento delineou a forma particular de inserção na sociedade e a intervenção profissional na vida social a partir dos modelos da Pedagogia do Oprimido e do conceito de intelectual orgânico de Gramsci. Esse movimento que unia práxis e ativismo, atribui a/o assistente social o papel de articulador/a entre o movimento social e a construção da cidadania, nos quais o protagonismo pertencia, invariavelmente, a/o “*subalterna/o*”. Data dos anos de 1980 a aprovação do novo currículo mínimo para o curso de Serviço Social, aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do parecer 412/82, cujo prazo máximo para implantação estava previsto para agosto de 1984. Na vanguarda dos debates,

A Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS assumiu a tarefa de pensar a formação profissional quanto à elaboração/reformulação do currículo dos cursos de Serviço Social, à capacitação docente, à implantação da pós-graduação e à produção científica, particularmente a partir de 1987, com a criação do Centro de

Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social - CEDEPSS, como órgão acadêmico com o objetivo de estimular a produção de conhecimentos na área de Serviço Social e ao mesmo tempo criar espaços para divulgação das pesquisas, além de outras iniciativas que atestam a sua preocupação com o avanço da formação e da prática profissional do Assistente Social. (Kameyama, 1998, p. 12).

Em 1986, a aprovação do novo Código de Ética Profissional com forte renovação de valores que confirmava o compromisso com a classe trabalhadora e propunha a revisão no currículo, privilegiava a interação entre a técnica e a questão política. De acordo com a normatização, a “[...] negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, era a afirmação de um novo perfil do/a técnico/a não mais como um/a agente *subalterno/a* e apenas executivo/a, mas um/a profissional competente teórica, técnica e politicamente. (Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS), 2011, p. 20). Em 1993, já num contexto tensionado pelo projeto neoliberal, mantendo as conquistas e avançando na busca por superar as fragilidades identificadas no Código vigente, a categoria o reelabora, contemplando aspectos ético-políticos da relação da profissão com um projeto societário contra-hegemônico, mantendo e ampliando seu cariz marxista. Barroco (2010, p. 206) afirma que “a partir de 1993, o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político das/os assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores”.

Nesse contexto ético e político, em 1996 as Diretrizes Curriculares da ABEPSS foram uma importante estratégia na garantia dos processos de formação profissional de acordo com uma identidade profissional que “se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista”. (ABEPSS, 1996, p. 5). Tomando como pressuposto central a permanente construção de conteúdos teórico-ético-políticos-culturais, com enfoque na intervenção profissional nos processos sociais, a formação buscou se organizar de forma dinâmica, flexível, interdisciplinar. Assim, os “Núcleos de Fundamentação” teórica foram definidos como: 1. Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; 2. Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira; 3. Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. (ABEPSS, 1996, p. 10-12).

Na mesma década, a reestruturação dos programas sociais com princípios norteadores caracterizados pela descentralização, focalização e privatização marcou a definitiva

entrada do modelo neoliberal no Brasil. Essa consolidação impactou as universidades, estabelecendo políticas de desinvestimentos e incentivo a iniciativa privada voltada para o ensino. Contudo, aparentemente na contramão do neoliberalismo, o Brasil experimentou mudanças no ensino superior que representaram grandes avanços. Elas foram implementadas nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016) com a estruturação de políticas educacionais de reparação que ampliou o investimento do governo federal no ensino superior e em pesquisa aplicada, resultando na expansão do número de matrículas (107% entre 2003 e 2016), na ampliação do acesso ao ensino superior nas universidades públicas e no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Os governos assumiram a agenda neodesenvolvimentista, carregada da ideia de reversão das políticas neoliberais vigentes no país desde os anos 1980. Ainda que represente um grande avanço, é necessário considerar que tais políticas são, também, a renovação do próprio projeto neoliberal. Adotadas pelos organismos internacionais a partir dos anos 2000, que modificaram suas recomendações e incluíram a educação como um investimento necessário nos países do Sul Global/Geopolítico, essas políticas fazem parte das estratégias para atenuar os efeitos do neoliberalismo, que aumentou os níveis de desigualdade nos países periféricos. (Costa e Silva, 2019).

No âmbito da formação, predominantemente nos cursos particulares e os de Ensino à distância (EAD), esse cenário contribuiu para o surgimento das abordagens profissionais vinculadas a um perfil individualizante, privilegiando a ênfase na relação de "ajuda" como estratégia de atendimento às demandas reais dos/as usuáries/os. A compreensão da prática cotidiana, no plantão, na terapia familiar, na relação com as/os doentes e familiares, áreas onde a intervenção se caracteriza pelo aspeto psicossocial, passa a figurar na prática profissional onde antes era hegemónica a práxis junto aos movimentos sociais com vistas a transformação social através da mobilização da classe oprimida. (Kameyama, 1998).

A hegemonia de uma visão de sujeito histórico e de luta de classe passa a dividir espaço com uma visão instrumental de carácter assistencial individualizante, vista como a possibilidade de crescimento do conservadorismo dentro da profissão. Nesse campo de tensões e debates acerca da identidade do Serviço Social no projeto neoliberal, as estratégias e novas epistemologias que dialogam (ou nem tanto) com o marxismo, ligadas principalmente às temáticas como género e “raça” /etnia ainda são vistas com

desconfiança ou mesmo como sinónimo de conservadorismo em alguns espaços académicos.

Ainda assim, esse estudo convoca essas “outras” epistemologias, pois identifica serem capazes de estabelecer diálogo com o Projeto ético-político da profissão. Dentre as quais as decoloniais. Nesse sentido, parece adequado destacar alguns dos princípios fundamentais do Código de Ética, que em sua abrangência oferece possibilidades de abordagens críticas:

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2011, p. 23-24).

Como afirma Lole (2019, p. 348), “a relação entre o conteúdo da formação e o perfil profissional tem marcado as estratégias de legitimidade, reconhecimento social e ruturas em torno do Serviço Social brasileiro” [...] e, também, do Serviço Social português.

Dentre os desafios que se impõem a formação de profissionais comprometidas/os com o projeto de transformação social está o enfrentamento as contingências impostas pelas políticas públicas no campo da educação que promove o sucateamento através da descontinuidade de recursos, a mercantilização neoliberal do saber e o crescimento da ultradireita que busca aniquilar o pensamento crítico.

Frente ao projeto necroneoliberal, a formação no Serviço Social possui um compromisso ético e político, mais do que em qualquer outro momento histórico, com a construção de estratégias teóricas que viabilizem a práxis crítica e forneçam ferramentas para o enfrentamento desse projeto societário que promove exclusão, empobrecimento, discriminação e morte.

Nesse sentido, é preciso realizar um debate geopoliticamente situado, acolhendo as perspectivas epistémicas emergidas do Sul Global/Geopolítico que rompem com a

universalidade dos conceitos e das teorias e são capazes de ampliar a leitura da realidade social para além das fronteiras teóricas eurocêntricas.

A apropriação de debates emergentes como a decolonialidade é um caminho que necessita ser trilhado pela profissão no sentido de avançar na direção oposta do conservadorismo que está no seu passado, mas que não deve estar no seu presente e menos ainda no seu futuro. Para tanto, é necessário compreender as etapas que envolvem o processo de formação, a práxis e a produção científica da profissão para identificar os entraves e contruir estratégias capazes de transpor os desafios estruturados pela modernidade/colonialidade e impostos como *subalternidade* aqueles/as que habitam a “zona do não ser”, que se configura o campo de atuação profissional.

Assim, os capítulos seguintes se apoiam em metodologias “não extrativistas” e geopoliticamente situadas para analisar documentos, observar o campo, acolher narrativas e refletir acerca de textos científicos nos contextos português e brasileiro. O percurso pretende abordar e refletir acerca de como os currículos vêm promovendo a formação crítica, como as disciplinas constroem a identidade profissional, como as/os alunas/os se apropriam da profissão através da vivência académica e quais os debates científicos emergem da práxis.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS: COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO E A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

O tema abordado neste capítulo é referente ao processo metodológico qualitativo adotado no presente estudo, de caráter empírico e exploratório, que objetiva estudar as possíveis apropriações e contribuições do pensamento decolonial para a construção da matriz teórica do Serviço Social em contexto português e brasileiro.

As estratégias para identificar as fissuras e interfaces onde emergem demandas por uma leitura teórica decolonial da realidade social, das novas expressões da “questão social” e do próprio Serviço Social percorrem o caminho da formação e da produção científica. Nesse sentido, a articulação entre as opções teórico-metodológicas e as ferramentas utilizadas, nomeadamente as opções e o percurso do estudo etnográfico bem como as fontes, recorte teórico e temporal da pesquisa documental, compõem o corpo do estudo.

Fazem parte das estratégias específicas:

i. Análise documental e contextualização epistemológica global dos currículos atuais do ISSS|UL e da ESS|UFF.

ii. Análise documental das disciplinas e Unidades Curriculares (UC's) de acordo com três eixos de análise: Eixo I. Construção do pensamento crítico na formação; Eixo II. Instrumentalização teórica de intervenção; Eixo III. Aportes teóricos da prática e da produção científica.

iii. A etnografia baseada na observação participante e nas entrevistas no sentido de analisar, a partir das entrevistas e dos trabalhos científicos apresentados nos congressos, as estratégias de construção do pensamento crítico profissional na formação: identificar as lacunas teóricas onde o pensamento decolonial pode contribuir na formação e, finalmente, apresentar os aportes teóricos decoloniais que contribuam para fundamentar as práticas profissionais críticas.

iv. Análise documental da produção científica em Serviço Social apresentada XVII CBAS 2022 e na ESCWE 2023 de acordo com os Eixos Temáticos: **Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades e Diversity, Intersecting Inequalities and Pedagogy of Hope in SWE**, respetivamente.

A partir da apresentação dos caminhos teóricos percorridos, se elucidam os processos metodológicos da pesquisa qualitativa de cariz empírico utilizando multimétodos, compostos pela análise documental dos currículos e a etnografia realizadas nos contextos da ESS|UFF e do ISSSL|UL. Dentre as opções metodológicas, as ferramentas de pesquisa adotadas para a recolha dos dados e tratamento dos resultados foram as abordagens, leituras e análises, sem a utilização de softwares ou plataformas. O armazenamento das entrevistas (áudios e transcrições) e do TCLE assinado pelas/os participantes permanecerá arquivado com a pesquisadora e com as/os respetivos entrevistadas/os.

A perspetiva da geopolítica do conhecimento foi a base teórica adotada para as reflexões e orientou a análise documental das produções científicas que fizeram parte do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS. Brasil, 2022: Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina e do *European Conference of Social Work Education* - ECSWE Porto, 2023: Diversidade e Educação em Serviço Social: Construindo Pontes para Futuros Sustentáveis.

4.1. METODOLOGIAS “NÃO EXTRATIVISTAS” NO PROCESSO ETNOGRÁFICO

O extrativismo se caracteriza como uma forma de ser e de estar no mundo que exerce a prática de apropriação de seres, conhecimentos, culturas e naturezas sem consentimento, desconsiderando o impacto negativo que tais apropriações geram na vida desses seres humanos e não humanos. Uma prática que está na estrutura das sociedades moldadas pela história de imperialismo, capitalismo, colonialismo e patriarcado, que subalternizou povos e culturas designadas como racialmente inferiores e recursos a serem explorados. (Barbosa, 2018). Na compreensão de Grosfoguel (2016, p. 128),

El extractivismo es un saqueo y despojo que vemos desarrollarse desde la época colonial hasta el neocolonialismo neoliberal de nuestros días. Se trata del saqueo, despojo, robo, y apropiación de recursos del sur global (el sur del norte y el sur dentro del norte) para el beneficio de unas minorías demográficas del planeta consideradas racialmente superiores, que componen el norte global (el norte del sur y el norte dentro del sur) y que

*constituyen las elites capitalistas del sistema-mundo. Peor aún, el extractivismo es central a la destrucción de la vida en todas sus formas.*⁷³

A definição de “extrativismo epistêmico”, sobre a qual se apoia esse estudo, considera as reflexões de Lianne Betasamosake Simpson e Silvia Rivera Cusicanqui⁷⁴ que sistematizam o conceito considerando a mentalidade extrativista intelectual, cognitiva ou epistêmica que,

No busca el diálogo que conlleva la conversación horizontal, de igual a igual entre los pueblos ni el entender los conocimientos indígenas en sus propios términos, sino que busca extraer idea como se extraen materias primas para colonizarlas por medio de subsumirlas al interior de los parámetros de la cultura y la episteme occidental. [...] El objetivo del “extractivismo epistémico” es el saqueo de ideas para mercadearlas y transfórmalas en capital económico o para apropiarse-as dentro de la maquinaria académica occidental con el fin de ganar capital simbólico. (Grosfoguel, 2016, p. 132-133).⁷⁵

Os debates acerca do processo de investigação centrado na descolonização do conhecimento numa perspectiva “não extrativista” ganharam destaque nas últimas décadas, principalmente na América Latina. Seus limites e possibilidades, discursos e meta discursos estão em andamento e as reflexões que promovem tem contribuído para o seu amadurecimento teórico. Contudo, a ideia de que a descolonização do conhecimento é fundamental para a concepção de epistemologias e metodologias de reciprocidade e “não extrativistas” é um tema central nesse estudo, frente a sua relação

⁷³ O extrativismo é um saque e expropriação que vemos desenvolver-se desde a época colonial até o neocolonialismo neoliberal de nossos dias. Trata-se do saque, expropriação, roubo e apropriação de recursos do Sul global (o sul do norte e o sul dentro do norte) para o benefício das minorias demográficas do planeta consideradas racialmente superior, que compõem o norte global (o norte do sul e o norte dentro do Sul) e que constituem as elites capitalistas do sistema-mundo. Pior ainda, o extrativismo é central para a destruição da vida em todas as suas formas. (Grosfoguel, 2016, p. 128) (Tradução da autora).

⁷⁴ Lianne Betasamosake Simpson, intelectual indígena do povo Mississauga Nishnaabeg, Canadá, estendeu o conceito de “extrativismo econômico” a novos territórios epistêmicos para caracterizar a atitude frente ao conhecimento marcada por práticas de dominação colonial: o extrativismo. Segue essa mesma linha de ideias, a intelectual boliviana vinculada ao povo Aymara, Silvia Rivera Cusicanqui. (Grosfoguel, 2016, p. 131-132).

⁷⁵ Não busca o diálogo que acarreta a conversação horizontal, de igual para igual entre os povos nem entender o conhecimento indígena em seus próprios termos, mas procura extrair ideia como matérias-primas são extraídas para colonizá-las por meio de subsumi-las dentro dos parâmetros da cultura e a episteme ocidental. [...] O objetivo do “extrativismo epistêmico” é o saque das ideias para comercializá-las e transformá-las em capital econômico, ou para apropriar-se delas no mecanismo acadêmico ocidental, a fim de ganhar capital simbólico. (Grosfoguel, 2016, p. 132-133). (Tradução da autora).

com a produção científica baseada em conhecer “com” e não conhecer “sobre”. (Barbosa, 2018).

A fundamentação metodológica adotada se constitui a partir da pesquisa social na perspectiva qualitativa. Privilegia a triangulação na articulação dos dados, teorias e métodos (Reidy & Mercier, 2003)⁷⁶ e assume a inter/transdisciplinaridade (Nicolescu, 1999)⁷⁷ para refletir sobre a matriz teórica e a formação em Serviço Social. Nesse contexto, tem como seus eixos disciplinares a História, a Sociologia, a Antropologia Social para organizar a pesquisa com caráter crítico e emancipatório, valorizando a capacidade de “questionar pressupostos e interpretações subsequentes de acordo com os dados, juntamente com o modo como os resultados são recebidos”. (Bauer e Gaskell, 2017, p. 35). O processo autorreflexivo norteou os critérios para identificar as estruturas condicionadoras de poder que, acriticamente se mostram como naturais, mas são o resultado de uma “comunicação sistematicamente distorcida e de uma repressão sutilmente legitimada” como afirma Habermas (2014, p. 371).

O arcabouço teórico adotou o conceito de autenticação de acordo com Bauman (2010), através do qual a teoria nos estudos qualitativos e sua operacionalização da pesquisa crítica reconhece que “o potencial emancipatório do conhecimento é posto à prova – e na verdade pode ser concretizado – somente a partir do diálogo, quando os *objetos* das afirmações teóricas se transformam em participantes ativos no processo incipiente de autenticação”. (Bauman, 2010, p. 106).

A opção pela observação participante se fundamenta nas contribuições de Paulo Freire e Orlando Fals Borda, que forneceram subsídio para a formulação de uma pedagogia decolonial no continente latino-americano (Mota Neto, 2018). Nesse sentido, a práxis metodológica da investigação é decolonial, ou seja, adotou as “metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência e que Adolfo Albán tem chamado ‘re-existência’; pedagogias como práticas insurgentes que fraturam a

⁷⁶ Para Reidy & Mercier (2003, p. 322), “A triangulação é essencialmente o ponto de articulação dos componentes que fornecem novos conhecimentos relativamente a um mesmo fenómeno. Define-se como o emprego de uma combinação de métodos e perspectivas que permitem tirar conclusões válidas a propósito de um mesmo fenómeno”.

⁷⁷ Segundo Nicolescu (1999, p. 17), “a pesquisa transdisciplinar não é antagonista, mas complementar à pesquisa pluridisciplinar e interdisciplinar. A transdisciplinaridade é, no entanto, radicalmente distinta da pluri e da interdisciplinaridade, por sua finalidade: a compreensão do mundo presente, impossível de ser inscrita na pesquisa disciplinar”.

modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com”. (Walsh, 2013, p. 13).

O estudo centra-se, portanto, na ética libertadora comprometida em questionar categorias criadas e impostas pela epistemologia ocidental, rompendo com a diferença epistémica entre o “*sujeito/a*” suposto/a de saber e os/as outros/as, que promovem a exclusão e a invisibilidade do conhecimento das/os “*sujeitas/os*” *subalternizadas/os* (Palermo, 2010). Finalmente, assume a opção pela construção de propostas teóricas e metodológicas ético-políticas que permitam uma práxis que rompa com a falsa neutralidade da ciência. E, principalmente comprometida em produzir ciência com a força cultural das emoções, descolonizando os instrumentos epistemológicos de uma ciência instrumental de poder. (Arias, 2010).

Tendo esses princípios como orientadores, o trabalho de campo com observação participante foi realizado no sentido de que, como o método privilegiado de produção de conhecimento na Antropologia (Florêncio, 2012), se amplia a outras disciplinas. Assim, foi fundamental incorporar “*toda una serie de herramientas, tácticas y argucias, que no solo son cognitivas, sino también corporales*”. (Piñeiro Aguiar e Diz, 2018, p. 60)⁷⁸. Segundo Florêncio (2012, p. 22),

O trabalho de campo com observação participante constitui o método privilegiado de recolha de informação e de produção de conhecimento na antropologia e uma das suas marcas identitárias, fruto da sua tradição disciplinar em estudar grupos humanos e culturas muito distintas das do investigador.

Não se configura aqui a intenção de descrever exaustivamente os fundamentos modernos do trabalho de campo, contudo, se faz necessário a uma distinção conceitual quanto a adotada pela Antropologia. A “recolha de informação” e a certa neutralidade assumida pela tradição antropológica, é tratada aqui de maneira diferenciada. Nessa investigação, o campo se constitui uma realidade próxima e conhecida da pesquisadora, o que se considera ser um potencial e privilegiado espaço de troca e produção de conhecimento. Diverge, portanto, da visão tradicional de neutralidade, na qual o distanciamento emocional, social e político são condições favoráveis para a pesquisa. (Pussetti, 2016). Nesse sentido, adoto a perspectiva de Kilomba (2020) e Essed (1990,

⁷⁸ “todas uma série de ferramentas, táticas e astúcias, que não são apenas cognitivas, mas também corporais”. (Piñeiro Aguiar e Diz, 2018, p. 60). (Tradução da autora).

1991) de uma pesquisa “centrada em ‘*sujeitas/os*’” que orienta a investigação onde a pesquisadora não se encontra distante, a olhar para seus *objetos* pesquisados, mas com uma postura de “subjetividade consciente”, que permite interagir com as/os entrevistadas/os para “qualificar declarações específicas e entrar em detalhes sem induzir reações defensivas da parte delas/es”. (Essed, 1991, p. 67).

A partir dessa metodologia, as relações e os vínculos construídos tornaram a pesquisadora em um instrumento para realização da investigação de campo. Essa sociabilidade não é apenas o *objeto* ou o objetivo da etnografia, mas o próprio meio de pesquisa. Ele se configura na disposição para vivenciar uma experiência em primeira mão junto a um grupo humano, com a finalidade de transformar a experiência pessoal em tema de pesquisa, assumindo a forma de texto etnográfico. (Becker, 2007; Goldman, 2006). A etnografia como método de pesquisa, não se limita, assim, a um conjunto de técnicas e procedimentos de investigação, tampouco se restringe a uma ação exclusiva de antropólogas/os. Ela favoreceu que emergisse da relação entre investigadora e *sujeitas/os*, assim como da relação entre teoria e pesquisa de campo, novas formas de produção de conhecimento sobre as relações sociais. Nessa perspectiva, o trabalho de campo possibilitou que emergisse a singularidade das experiências, os dilemas epistemológicos, éticos e políticos do fazer antropológico. (Barbosa, 2018; Sanjurjo, Camargo e Kebbe, 2016). Afinal, cada estratégia metodológica adotada tem o objetivo de ampliar a compreensão da dimensão teórica crítica do Serviço Social e as possíveis contribuições da Teoria Crítica Decolonial, analisando as lacunas na formação e as demandas por novos aportes que fundamentem a ação profissional.

O desenvolvimento do estudo em dois campos de pesquisa, que se localizam em Portugal e no Brasil, se justificou pelas características dos currículos acadêmicos, pela possibilidade de análise e articulação entre realidades geopoliticamente distintas de atuação do Serviço Social e pelo potencial de internacionalização, envolvendo duas instituições de ensino, pesquisa e extensão. Por considerar a complexidade das estruturas societárias, a investigação assumiu um caráter exploratório cruzado e não comparativo. Nesse contexto, privilegiou a análise documental dos currículos referentes ao ano letivo de 2022/2023, a etnografia dos espaços institucionais e as entrevistas semi estruturadas com estudantes na ESS|UFF/Niterói e no ISSSL|UL/Lisboa. O desenvolvimento da etnografia foi condicionado ao acolhimento da pesquisadora pelas instituições de ensino e a participação nas entrevistas se deu mediante concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A). Se

configurou parte do trabalho de campo a observação participante do cotidiano do espaço público acadêmico das instituições. Metodologicamente, foi realizada uma primeira apresentação da pesquisa a coordenação do curso de Serviço Social de cada instituição no sentido de articular a entrada no campo em consonância com as possibilidades de cada instituição e, posteriormente, o estudo buscou ser apresentado ao corpo docente durante uma das reuniões de departamento. O convite de alunas/os à participação foi realizado após a explanação do projeto em espaço cedido pôr docentes durante uma das aulas. A análise da vivência etnográfica nos diversos espaços: reuniões de colegiado e de departamento, estágio acadêmico e encontros informais, bem como o material produzido a partir das entrevistas, se constituíram fontes para análise e reflexão acerca das possíveis formas de como o Serviço Social vem construindo sua dimensão teórica e se apropriando, ou não, da decolonialidade, quer formal ou informalmente. O número de pessoas abordadas/os pessoalmente, recrutadas/os, ou que sofreram algum tipo de intervenção e a realização de entrevistas em cada instituição (ISSSL|UL e ESS|UFF) obedeceu ao critério de serem alunas/os cursando períodos distintos do curso de Serviço Social e a escolha do material a ser utilizado seguiu como parâmetro a identificação de saturação e a intensidade de elementos presentes, variando quanto ao número, mas limitado a até 50 participantes no total, 25 em cada instituição. A observação decorreu conforme o calendário disponibilizado pelas instituições e em consonância com o planejamento previsto no cronograma da pesquisadora no caso da ESS|UFF. De maneira distinta, a realização da etnografia no ISSSL|UL exigiu mudanças no cronograma inicial em decorrência da exigência de documentos referentes a aprovação do Comitê de Ética da própria instituição, o que não havia sido solicitado previamente à pesquisadora.⁷⁹

O processo etnográfico valorizou as técnicas de registo das notas de campo: *i. Transcrição*, que envolve o encontro entre pesquisador/a e o/a sujeito da pesquisa fora da ação social, com o registo detalhado da entrevista, podendo utilizar gravação em áudio e vídeo; *ii. Inscrição*: registo diário e detalhado que recorre a memória recente e alguns apontamentos das experiências auferidas, das narrativas, diálogos e ações testemunhadas em relação à densidade potencial de significados e *iii. Descrição*, escrita ou editada após a observação participante, são notas que buscam detalhar os

⁷⁹ O detalhamento desse processo e as reflexões a ele pertinentes serão apresentadas no tópico referente ao campo etnográfico realizado nessa instituição mais adiante.

momentos, as explicações e interpretações, esmiuçando o contexto em que ocorreu, interligando as emoções que o permearam envolvendo investigador/a e os sujeitos da pesquisa. A descrição faz uma representação relativamente coerente da realidade estudada, seleciona fatos e constrói interpretações para a realização posterior das considerações teóricas. (Martins e Mendes, 2016, p. 206). A descrição densa do processo etnográfico (Clifford, 2019), que abarca a observação participante, a análise da narrativa de discentes e as reflexões proporcionadas pelos textos científicos, ofereceram elementos para identificar lacunas e demandas da formação que favoreceram articulações com a Teoria Crítica Decolonial.

O tema do capítulo VI são os caminhos metodológicos orientados pela perspectiva crítica oferecida pelo conceito de geopolítica do conhecimento. De acordo com Mignolo (2020, p. 218), “A geopolítica do conhecimento mostra-nos os limites de qualquer universal abstrato, mesmo a partir da esquerda, seja a planetarização das Ciências sociais ou uma nova planetarização de um legado fundamental europeu em nome da democracia e da repolitização”. A necessidade de ancorar geopoliticamente as análises de fragmentos da produção científica do Brasil e de Portugal que serão realizadas se justifica por compreender que, como afirma Walter Mignolo, a *“historia” del conocimiento está marcada geo-históricamente y además tiene un valor y un lugar de “origen”. El conocimiento no es abstracto y des-localizado*”. (Walsh, 2003, p. 3).⁸⁰

4.2. GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A dinâmica universalizante da modernidade frequentemente naturaliza e descontextualiza os espaços geoistóricos que permeiam o processo de produção de conhecimentos. *“La trampa es que el discurso de la modernidad creó la ilusión de que el conocimiento es des-incorporado y des-localizado y que es necesario, desde todas las regiones del planeta, “subir” a la epistemología de la modernidad*”. (Walsh, 2003, p. 2)⁸¹. Assim, a narrativa que envolve o conhecimento deixa de reconhecer as interações complexas entre o local e o global realizadas pelos/as “*sujeitos/as*” na multidimensionalidade do espaço geopolítico mundial. (Mignolo, 2003). Desconsidera,

⁸⁰ “história” do conhecimento é geohistoricamente marcada e tem também um valor e um lugar de “origem”. O conhecimento não é abstrato e deslocalizado. (Walsh, 2003, p. 3). (Tradução da autora).

⁸¹ “A armadilha é que o discurso da modernidade criou a ilusão de que o conhecimento é desincorporado e deslocalizado e que é necessário, a partir de todas as regiões do planeta, “escalar” a epistemologia da modernidade”. (Walsh, 2003, p. 2). (Tradução da autora).

ainda, que o conhecimento e sua produção, são espaços políticos e sociais marcados por dimensões simbólicas que se materializam, culturalmente, no cotidiano das percepções e imaginários sociais, identidades, subjetividades, visões de mundo, projetos políticos de sociedade, construções intelectuais.

Nesse contexto, é prudente considerar que, no âmbito da produção científica, o Serviço Social se beneficia do privilégio da sua identidade interventiva que se constitui em um campo amplo de vivência, investigação e participação social independente do contexto geopolítico no qual se encontra. Tal configuração profissional demanda uma permanente reconfiguração no sentido de se voltar para a “construção de outras formas de dialogar com as Ciências Sociais a partir de aportes oriundos de construções do social, humana e política que acolham saberes diversos e subalternos”. (Barbosa, 2023a, p. 176).

Nesse contexto, a análise das fontes científicas produzidas no Brasil e em Portugal, balizadas por recorte teórico e temporal, assume a geo-história e a geopolítica como elementos estruturantes do pensamento e, sem negar a planetarização do legado europeu, não se apoia somente nele. (Mignolo, 2020). Assim, a análise dos textos oriundos do Brasil é orientada por um pensamento desde a perspectiva de subalternidade na qual a geopolítica do conhecimento regionaliza o legado europeu fundamental, localizando o pensamento na diferença colonial e criando as condições para a diversalidade como projeto pluriversal. Seguindo a perspectiva da geo-história do conhecimento, os textos produzidos a partir de Portugal⁸² são analisados sob a lente geopolítica “*subalterna*” e decolonial, contudo, a leitura está ancorada na realidade que permeia a sociedade de onde emerge a produção científica selecionada para compor o estudo, o Norte Global/Geopolítico.

Assim, ao analisar os trabalhos que compuseram o XVII CBAS e o ECSWE, deixo de lado os discursos da pretensa neutralidade das Ciências Sociais e Humanas por compreender que eles acabaram por legitimar opções político-económico-ideológicas que fizeram de uma experiência particular de Modernidade o padrão universal incontestado. Essa perspectiva eurocentrada contribui para a invisibilização de saberes e

⁸² Além dos textos produzidos a partir de Portugal, compõe as análises textos oriundos de outros países da Europa e da América do Norte e do Sul apresentados no ECSWE, em decorrência de ser um evento internacional.

cosmologias de povos e culturas não hegemônicas e, no sentido de a contrapor, a perspectiva decolonial assume um posicionamento que refuta a pretensa neutralidade nas ciências. No campo do Serviço Social, em consonância com o seu Projeto ético-político, as reflexões adotam uma postura de reveladoras dessa histórica cumplicidade e assumem a responsabilidade científica e ética do ofício intelectual da profissão, que busca abrir espaço para o aprendizado contínuo a partir da experiência da/o “*outra/o*”, mantendo uma postura desestabilizadora e decisiva na releitura dos construtos discursivos que moldaram obstinadamente o pensamento ocidental. (Miglievich-Ribeiro, 2020). Essa orientação teórica e política permeia as escolhas dos caminhos metodológicos e, através deles, investiga como o conhecimento relativo às temáticas emergentes no Serviço Social vêm sendo construídas nos contextos socio económico, político e cultural distintos. Também fazem parte dos elementos que compõem o escopo de análise o lugar que a produção científica ocupa em ambos os contextos, sendo fundamental correlacionar as diferenças e as semelhanças sem deixar, contudo, de considerar o lócus de enunciação e a geopolítica do conhecimento que estão presentes.

A realização da análise documental relativamente aos trabalhos apresentados no XVII CBAS e na ECSWE 2023 adotou como metodologia a seleção dos Eixos temáticos de cada evento e, posteriormente, dos trabalhos apresentados em cada um deles. Em ambos, o critério se apoiou nos termos definidos como ferramenta da busca. Foram selecionados Eixos temáticos em cada evento e os trabalhos neles apresentados que utilizassem no título e/ou nas palavras-chave dos resumos os termos: *gênero/mulheres*, sexualidade, patriarcal, “*raça*” /racismo/etnia, interseccionalidade, colonialismo, decolonialidade/descolonização, desigualdade e classe. Desse modo, a leitura e a análise dos resumos e dos trabalhos completos buscou identificar as temáticas oriundas da práxis e da formação relacionadas aos debates epistémicos emergentes, as lacunas acerca da ausência de teorias e chaves conceituais capazes de apoiar as reflexões propostas pelos trabalhos e, finalmente, construir articulações entre os debates apresentados em ambos os eventos e a Teoria Crítica Decolonial na perspectiva da geopolítica do conhecimento.

4.3. PASSOS METODOLÓGICOS: PROCEDIMENTOS ÉTICOS, PACTOS DE RECIPROCIDADE E DEVOLUTIVA DA PESQUISA

A ciência moderna tem suas origens em um ato massivo de extrativismo epistémico. Por esse motivo, o maior desafio proposto nessa pesquisa, que assume a perspectiva ética

e política decolonial, é o de realizar investigação científica e produzir conhecimento crítico com a convicção de que a alternativa ao extrativismo é a reciprocidade profunda e a descolonização epistémica, que requer uma mudança radical nas formas de ser, viver e estar no mundo. (Grosfoguel, 2016).

Os passos metodológicos que orientaram o desenvolvimento dessa pesquisa se iniciaram pela definição do escopo teórico. Assumiu, portanto, a perspectiva crítica decolonial, incontornável devido a trajetória da própria pesquisadora, de caráter qualitativa e multimétodos, recorrendo as ferramentas etnográficas e de análise documental. Tais escolhas, por sua vez, emergiram das pesquisas realizadas anteriormente no âmbito do doutoramento interdisciplinar em Estudos contemporâneos, que recorreu à triangulação entre História, Sociologia e Antropologia.

No estudo atual, a construção da hipótese, do *objeto* de estudo e a metodologia assumiram contornos a partir de duas determinantes: *i.* A aprovação no concurso CLISSIS|FCT para atribuição de bolsa de doutoramento em Serviço Social no ISSSL|UL e, *ii.* A memória afetiva relacionada a ESS|UFF em decorrência de haver sido o local onde o bacharelado em Serviço Social foi cursado. Tais contingências foram relevantes para a definição do campo de pesquisa e dos locais a serem investigados em caráter exploratório em Portugal e no Brasil. Assim, também a vivência da pesquisadora como portuguesa e brasileira com residência em ambos países e o desejo de desenvolver um estudo acerca das epistemologias críticas no Serviço Social foram fundamentais.

Os desafios decorrentes de tais escolhas surgiram paulatinamente e envolveram, para além das distâncias geográficas, a realidade sócio educacionais distintas, as características das políticas educacionais de cada país e de cada instituição, a diferença entre os currículos e a duração dos cursos, os processos e as exigências de procedimentos éticos e a realidade profissional no Brasil e em Portugal. Em contraponto as dificuldades, esteve a disponibilidade das/os profissionais docentes, o acolhimento institucional e a adesão interessada e voluntária de alunas e alunos.

Na perspectiva metodológica, merece maior destaque a relevância dos procedimentos éticos adotados. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) se configura num deles. Tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFF no Brasil (Anexo F) e pela Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada em Portugal (Anexo E), o documento se configura na formalização, informação e garantia do cumprimento de todos os procedimentos éticos relativos a abordagem: *i.* Convite a

participação na pesquisa; *ii.* Explicação do projeto e dos seus objetivos; *iii.* Critérios de escolha e exclusão das/os participantes; *iv.* Procedimentos da participação; *v.* Roteiro da entrevista que será realizada; *vi.* Caráter do compromisso e da parceria entre a pesquisadora e o/a colaborador/a; *vii.* Garantia em não representar riscos, desconfortos ou constrangimentos; *viii.* Benefícios não financeiros; *ix.* Usos dos resultados da pesquisa, *x.* Pacto de sigilo caso seja solicitado; *xi.* Armazenamento em arquivo digital pela pesquisadora e pela/o participante exclusivamente.

A devolutiva da pesquisa, na perspectiva de estabelecer relações de reciprocidade e um processo de investigação “não extrativista” (Barbosa, 2018), foi pactuada através do compromisso que assumi de que todas/os as/os participantes da pesquisa poderão participar como coautoras/es das produções científicas resultantes do estudo. Nesse sentido, as/os alunas/os permanecerão sendo contatadas/os e convidadas/os a colaborarem, respeitando as suas capacidades teóricas, da elaboração de textos submetidos a revistas científicas, trabalhos enviados a congressos e capítulos ou livros que venham a ser publicados. A pesquisadora permanecerá disponível e acessível para reflexões conjuntas e apoio teórico a pesquisas e produções das/os participantes e colaboração, sob forma de palestras e workshops, junto as instituições que acolheram e possibilitaram a realização da etapa do campo etnográfico.

No campo científico e institucional, as produções científicas como a tese de doutoramento, livros e capítulos, artigos científicos, apresentações em congressos nacionais e internacionais de Serviço Social, Ciências Sociais e Humanas, têm o objetivo de ampliar as redes internacionais do pensamento crítico decolonial em Serviço Social e, fundamentalmente, instigar mudanças curriculares capazes de fortalecer a identidade profissional, complexificando e expandindo a práxis crítica em consonância com os debates epistemológicos contemporâneos anticoloniais e anti neoliberais.

Dentre as estratégias de disseminação, partilha e debate do processo e resultado do estudo está a elaboração do capítulo intitulado “*Amei, gostei, adorei*”: um olhar decolonial sobre a construção da consciência crítica na formação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense, a ser publicado em 2025 na coletânea ***Caminhos para de(s)colonizar a produção teórica do Serviço Social*** pela Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) em suporte impresso e eletrônico. O capítulo resulta da escrita coletiva entre a pesquisadora e as alunas e alunos da ESS|UFF que participaram da pesquisa. Também se configurará um produto da tese a realização em

2025-2026 do Curso de Extensão “Decolonialidade, novas expressões da “questão social” e Serviço Social”, em parceria com o Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, no caso da candidatura ao concurso FCT Mobility Outgoing – 1.^a Edição RE-C06-I06.M02/2025 ser bem-sucedida.

Os procedimentos éticos, os pactos de reciprocidade e as estratégias de devolução da pesquisa atendem ao compromisso de realizar pesquisa científica de forma “não extrativista” e buscam empreender formas concretas de descolonização do conhecimento. Afinal, “o que não é possível é ter um discurso democrático, anti discriminatório e ter uma prática colonial” (Freire, 2008, p. 68).

5. CURRÍCULOS: O QUE CONSERVAM E O QUE SÃO CAPAZES DE TRANSFORMAR

O presente capítulo recorre a história que constitui a ESS|UFF e o ISSSL|UL e seus currículos atuais para evidenciar o potencial transformador da formação e compreender os caminhos que vêm sendo percorridos nessa direção. Compõe o texto a análise global dos Planos de Atividade e das disciplinas escolhidas a partir de eixos temáticos: *i.* Construção do pensamento crítico na formação; *ii.* Instrumentalização teórica de intervenção e; *iii.* Aportes da prática e da produção científica. O objetivo é identificar as lacunas teóricas nas disciplinas para identificar de que forma as teorias críticas do Sul Global/Geopolítico podem ampliar a análise complexa da realidade. Reflete como cada instituição vem construindo estratégias para enfrentar o dilema que se coloca à formação em Serviço Social frente ao avanço do neoliberalismo global. Analisa como estão sendo construídas as identidades profissionais comprometidas com a transformação social articuladas com projetos ético-políticos revolucionários e críticos ou se o conservadorismo se mantém através de perspectivas teóricas tradicionais em articulação com o neoliberalismo forjado pelo projeto de modernidade que reproduz permanentemente a colonialidade.

5.1. ESS|UFF: HISTÓRIA, DESAFIOS E CURRÍCULO

No Brasil, a Escola de Serviço Social (ESS) de Niterói da Universidade Federal Fluminense (UFF), criada em 1945, funcionou por longo período como curso integral e passou por diversas reformas curriculares que acabaram por refletir o debate nacional mais amplo das Escolas de Serviço Social e de sua entidade nacional, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Atualmente, é um dos maiores cursos de graduação da UFF e o maior curso público em Serviço Social no país. A ESS passou a integrar a UFF em 1960, tendo sido antes uma Escola de Serviço Social de caráter gratuito, com financiamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro

e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), entidade de caráter filantrópico. (ESS-UFF, 2023).⁸³



Figura 4. Fotografia de alunas da Escola de Serviço Social de Niterói. (1945). Disponível em: <https://memoria.uff.br/index.php/multimedia-2/fotos>. Acesso em: 31/10/2024

A Universidade Federal Fluminense (UFF), inicialmente nomeada como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), foi fundada em 18 de dezembro de 1960, quando foi aprovada a lei 3.848. A criação da UFERJ se deu como parte de um projeto de desenvolvimento para a região fluminense. A universidade se beneficiou da federalização e/ou incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; da Faculdade de Ciências Econômicas; da Faculdade Fluminense de Engenharia; da Faculdade de Odontologia; Faculdade Fluminense de Medicina, de Farmácia e de Direito; da Escola de Serviço Social e da Escola de Enfermagem. (UFF, 2023). A UFF

⁸³ No sentido de identificar dados sobre a universidade, a apresentação do curso de Serviço Social e o plano de estudos sob os mesmos parâmetros, também o site da Universidade Federal Fluminense de Niterói foi pesquisado em dezembro de 2023.

se configura uma das maiores universidades do país atualmente, no seu *site* é possível identificar sua abrangência:



Figura 5. UFF em números. (2024). Disponível em: <https://www.uff.br/>, Acesso em: 31/10/2024

A trajetória do Serviço Social brasileiro foi marcada pelo MRLA. Desde então, o enfrentamento ao modelo capitalista necroneoliberal segue como resistência na profissão. Como afirma Iamamoto (2014, p. 609),

Os(as) assistentes sociais brasileiros(as) vêm contradizendo a naturalização da ordem do capital nesses tempos de aridez de projetos de futuro, afirmando a radicalidade da aposta humana na construção da história. Como já dizia um filósofo alemão: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (Marx, 1974, p. 8). (grifos da autora).

Certamente há, e não serão poucas, tensões entre os projetos profissionais e as políticas governamentais imersas no projeto global neoliberal e as disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social. E, evidentemente, tais tensões se expressam e afetam a formação. A polarização, de acordo com Iamamoto (2014), é dupla e contraditória, seguindo majoritariamente na defesa do processo de rutura teórica e política com o conservadorismo que marcou a origem da profissão e, por outro, um movimento crescente de revigoração de uma reação neoconservadora. Netto (1996) identifica como neoconservadorismo as epistemologias pós-modernas e as epistemologias emergentes que, segundo sua leitura, negam as sociedades de classe.

A considerar tais premissas, a decolonialidade está incluída no rol das epistemologias neoconservadoras. Nessa perspectiva, é sugerido depreender que, em decorrência da sua base teórica fincada na questão colonial, tendo as questões de raça, classe e gênero articuladas como eixos estratégicos para análise social e econômica da modernidade, bem como a crítica que empreende quanto aos limites da teoria marxista

eurocêntrica, a decolonialidade não é uma das teorias críticas apropriáveis pelo Serviço Social que resulta do MRLA. Será?

Nas últimas quatro décadas, o Serviço Social brasileiro construiu nos espaços da coletividade (CEFESS, ABEPSS, CRESS) um património sociopolítico e profissional que é sua reserva de forças e resistência política. Dentre eles merece destaque:

[...] os assistentes sociais preservaram sua capacidade de indignação diante das desigualdades e injustiças sociais, [...] a busca permanente de aperfeiçoamento, [...] profissão relacionada aos direitos, [...] autorreconhecimento do(a) assistente social como trabalhador assalariado, participe do trabalho social coletivo, mediante uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos. [...] qualificação das competências e atribuições do(a) assistente social resguardadas pela Lei da Regulamentação da Profissão, de 1993, [...] interlocução do Serviço Social com o movimento da sociedade [...] reconhecido como área de conhecimento no campo de Ciências sociais aplicadas por parte das agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e à inovação tecnológica. (Iamamoto, 2014, p 613-614).

Nesse cenário de resistência, as Diretrizes Curriculares vêm garantindo as bases do Projeto ético-político profissional. O currículo mínimo foi aprovado em 1982 pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC), garantindo a matriz do ensino do Serviço Social centrada nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social além e Estágio Supervisionado. O contexto político do país da década de 1980, com a democratização da sociedade e do Estado resultante da forte presença das lutas operárias e dos movimentos sociais que puseram fim a ditadura militar (1964-1984), a elaboração e aprovação da Carta Constituinte de 1988, impulsionou a categoria profissional a uma ampliação dos horizontes do Serviço Social. Os debates se voltaram para a adoção hegemônica da teoria social crítica alimentada pela tradição marxista, o que significou decisivas “alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais, que vão dar sustentação ao projeto”. (Iamamoto, p. 615). As Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social propõem,

Viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e do movimento histórico da sociedade brasileira; possibilitar a compreensão do significado social da profissão e de seu

desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e identificar demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado”. (Iamamoto, 2014, p. 619).

Contudo, ainda que aprovadas em 1996, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996, p. 8; 2014, p. 2–3) foram alvo do avanço da agenda neoliberal no país. No mesmo ano, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que aponta para um desmonte, privatização e flexibilização da educação brasileira e em especial do ensino superior. Assim, a implantação da proposta curricular aprovada pela categoria e apresentada pela ABEPSS permanece na agenda de luta da entidade profissional. O currículo mínimo foi “enquadrado, em 1999, no formato de Diretrizes Curriculares, tendo em vista o encaminhamento para a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A proposta apresentada pela ABEPSS ao CNE, sofreu no processo de aprovação por esse Conselho, em 2001, substantivas alterações” (ABREU, 2007, p.11)”. (ABEPSS, 1996). As alterações comprometem o projeto profissional, como aponta Iamamoto (2012, p. 43), “o perfil de bacharel em Serviço Social onde constava ‘profissional comprometido com os princípios e valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, que foi retirado e substituído por ‘utilização de recursos da informática’”, entre outros elementos”.

Nesse contexto, a ABEPSS vem assumindo historicamente o compromisso e a responsabilidade de defender as Diretrizes Curriculares e fortalecer a luta pelo projeto ético político profissional, acompanhando e monitorando a implementação das Diretrizes da entidade juntos aos cursos de Serviço Social e das escolas filiadas à entidade em todo o país.

Ao adotar a direção apontada pela ABEPSS, a ESS|UFF vem construindo o seu currículo em diálogo permanente com a organização estudantil. Assim, as alterações ocorreram novamente entre 2022-2023 com a inclusão de disciplinas antes optativas no quadro das disciplinas obrigatórias a partir da demanda de alunas e alunos. A ESS apresenta como objetivo a formação em Serviço Social de profissionais capacitadas/os para produzir conhecimento sobre a realidade social, com habilidade para gerenciar as diversas ações que envolvem as políticas sociais nos diversos espaços de atuação e na luta por cidadania e democratização da sociedade brasileira.

Na página da ESS|UFF na web⁸⁴ é possível compreender quais os objetivos propostos pela instituição de ensino,

Formação de bacharéis em Serviço Social, capacitados para a produção de conhecimentos sobre a realidade social; formulação, gestão e avaliação de políticas sociais – planos, programas e projetos desenvolvidos junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas, entidades e organizações da sociedade civil, que favoreçam a luta pela cidadania e a democratização da sociedade brasileira.

O curso de graduação em Serviço Social na ESS|UFF tem duração de até 12 semestres de acordo com o currículo em vigor em 2022⁸⁵. Está prevista uma carga horária total de 3 180h, das quais 2 730h são disciplinas obrigatórias, 420h são disciplinas optativas e 30h de atividades complementares. Ainda de acordo com o *site* da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), a Matriz Curricular do Curso de Serviço Social, no que se refere as optativas, são oferecidas 342 disciplinas distribuídas em diversos cursos oferecidos pela UFF. (Prograd UFF, 2023). (Anexo B).⁸⁶

Uma análise do Relatório de Disciplinas⁸⁷, oferecidas em caráter obrigatório, possibilita identificar a predominância da matriz teórica crítica, assim como elementos que sinalizam a presença de epistemologias emergente, ainda que não denominadas como tal. As temáticas ligadas a gênero, raça/etnia compõem novos debates que ampliam as reflexões antes “exclusivas” da teoria marxista de classe.

5.1.1. NOTAS SOBRE O CURRÍCULO DA ESS|UFF E A TEORIA CRÍTICA DECOLONIAL

No primeiro ano letivo do curso de Serviço Social, dividido em dois semestres, o quadro das disciplinas oferecidas, num total de oito com carga horária de 60h cada, seis são ministradas pelo departamento de Serviço Social e duas são ministradas por outros departamentos: História, responsável pela disciplina História Social e Política do Brasil

⁸⁴ Disponível em [Escola de Serviço Social \(uff.br\)](https://www.uff.br/ess). Acesso em 26/06/2024.

⁸⁵ Em 2023 entrou em vigor o Novo Currículo. Esse estudo se apoia na análise do currículo em vigor até 2022 tendo em vista haver sido realizada a pesquisa etnográfica nesse referido ano.

⁸⁶ Como parte do recorte metodológico do presente estudo, se apresenta para fins de análise apenas as disciplinas obrigatórias (OB). O currículo em sua versão integral está disponível em: [Currículo-setembro-de-2021.pdf \(uff.br\)](https://www.uff.br/ess/curriculo-setembro-de-2021.pdf). Acesso em 28/07/2024.

⁸⁷ Disponível em [IdUFF - Sistema de identificação única da Universidade Federal Fluminense](https://www.uff.br/ess/sistema-de-identificacao-unica-da-universidade-federal-fluminense). Acesso em 25/07/2024.

III (GHT00365) e o departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências sociais que oferece Sociologia (GSO00156).

A disciplina Fundamentos Históricos Teórico Metodológicos do Serviço Social I (SSN00158) aborda a “Questão social e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 1930-1950. [...] Constituição do mercado de trabalho profissional e a institucionalização do Serviço Social. Elaborações teóricas e metodológicas até os anos 1950”. O Relatório de Disciplina apresenta um conteúdo que, conjuntamente com a disciplina Introdução ao Serviço Social (SSN00157), apoia a diretriz adotada quanto à construção do conhecimento crítico, conteúdo das aulas de Oficina do Conhecimento (SSN00173) que reflete acerca do

Senso comum e conhecimento científico: o conhecimento empírico e o rigor científico na construção do saber. A relação entre senso comum e a essência dos fenômenos: a construção das ideias, dos valores e as dimensões histórico-críticas, ideopolíticas e teórico-metodológicas da produção científica. Os padrões científicos da leitura e da escrita sobre temas de Serviço Social e áreas afins. Concepções formalistas e criticidade: clareza, coerência e estilos linguísticos na argumentação científica. Elaboração, análise e interpretação de textos científicos e acadêmicos, monografias, resenhas, resumos, fichamentos, relatórios, ensaios. (*IdUFF - Sistema de identificação única da Universidade Federal Fluminense*, 2024).

Ainda no primeiro ano do curso, é apresentado pela Introdução à Economia Política e Serviço Social (SN00161) o conteúdo que introduz o pensamento crítico acerca da construção da sociedade de classes a partir da constituição histórica do modo de produção capitalista e a análise do sistema capitalista segundo a economia política clássica e a crítica da economia política na contemporaneidade e sua relevância para o Serviço Social.

Também composto por oito disciplinas, no mesmo modelo oferecido no ano anterior, com exceção de serem todas ministradas pelo departamento de Serviço Social, o segundo ano letivo. No segundo semestre, a disciplina Acumulação capitalista e questão social (SSN00150) apresenta como conteúdo as temáticas acerca da:

Acumulação capitalista, Estado, luta de classes e a -questão social-. Odebate sobre a - questão social- na contemporaneidade: as perspectivas liberal, positivista e marxista. formas de enfrentamento da -questão social- na ordem capitalista. Expressões culturais, étnico-raciais, geracionais e de gênero da -questão social- e sua vivência pelos sujeitos

sociais. (IdUFF - Sistema de identificação única da Universidade Federal Fluminense, 2024).

As disciplinas Fundamentos Históricos Teórico Metodológicos do Serviço Social II e III (SSN00159/SSN00160), sequencialmente oferecidas no 1º e no 2º semestre do segundo ano letivo, apresentam nas Ementas as temáticas referentes a questão social e seu enfrentamento pelas classes sociais nas relações com o Estado nos períodos entre 1950-1970 e nos anos 1980. O movimento de reconceituação na América Latina, o processo de redemocratização, a renovação da profissão pós ditadura militar no Brasil e os debates contemporâneos da profissão. As oito disciplinas são oferecidas pelo quadro de docentes da ESS|UFF.

No decorrer do 2º ano, apoiada no Código de Ética das/dos Assistentes Sociais do Brasil/1993, é ministrada a disciplina Ética e Serviço Social (SSN00163) que aborda a “distinção entre ética e moral. A apropriação da ética pelo Serviço Social. A atualidade do debate ético e código de ética profissional vigente. Dilemas ético-morais no exercício profissional”.

O terceiro ano, assim como no ano anterior, as oito disciplinas são ministradas pelo corpo docente da ESS|UFF. Se caracteriza pelo período em que são iniciadas as práticas de estágio com atividades teórico-práticas de aproximação das/os alunas/os à realidade profissional (Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II - SSN00166/SSN0068). São abordadas as questões técnico-metodológicas e operativas e de caráter ético-políticas do trabalho em um currículo percorre temáticas voltadas para as expressões da questão social brasileira no campo da família, políticas sociais e das relações de gênero nas disciplinas Relações de Gênero e Questão Social (SSN00155) e Família, Políticas Social e Questão Social (SSN00156).

No 4º ano letivo, dentre as sete disciplinas disponíveis, apenas Psicologia III (GSI00507) não se encontra sob a responsabilidade da ESS. Fundamentando a prática do campo de estágio (Estágio Supervisionado em Serviço Social III - SSN00171), as temáticas acerca da Questão Social no Brasil (SSN00154) e os Movimentos Sociais e Questão Social (SSN00153) são abordadas enfocando o “desenvolvimento -desigual e combinado- do capitalismo na particularidade brasileira” e:

A emergência das lutas operárias no século XIX e a consolidação dos direitos sociais ao longo do século XX. As implicações das novas configurações da questão social nos processos organizativos da classe trabalhadora e nas relações entre estado e sociedade

civil. As particularidades das lutas sociais no Brasil, a redemocratização e os -novos movimentos sociais-, a crise do -capitalismo democrático- e as novas práticas associativas e participativas. Dinâmica interna e formas de sociabilidade nos movimentos sociais. O debate contemporâneo acerca da relação entre movimentos sociais e classes sociais. O Serviço Social e sua interlocução com os movimentos sociais.

A disciplina Pesquisa em Serviço Social (SSN00164), voltada para a elaboração do projeto de pesquisa do TCC, apresenta a fundamentação teórica para o desenvolvimento de pesquisa social com uso de métodos e instrumentos que possibilitam as/aos estudantes avançarem, no 5º e último ano do curso, na disciplina Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I e II (SSN0017 e SSN00175), na “produção científica sobre tema de relevância para o Serviço Social, tendo a realidade profissional como referência, vinculada às áreas temáticas ou a questões pertinentes aos campos de estágio”.

A Matriz Curricular da ESS|UFF (2022/2023) está ancorada na teoria crítica da tradição marxista em consonância com os debates do Serviço Social brasileiro e com seu Projeto ético-político. O tempo de duração do curso de cinco anos favorece a oferta de volume de conteúdo que possibilita o aprofundamento do pensamento crítico e a reflexão acerca da história da profissão e dos métodos de pesquisa. A ampliação das temáticas na direção das novas demandas sociais busca acompanhar os debates, trazendo consistência para o currículo dentro da perspectiva marxista.

A abordagem calcada exclusivamente na teoria crítica marxista é predominante no currículo da ESS|UFF. Uma direção compreensível, uma vez que o Projeto ético-político do Serviço Social no Brasil demarca e defende essa linha epistemológica como hegemônica através de seus órgãos representativos, CFESS e ABEPSS. A ausência de debates e abordagens que adotem teorias críticas, oriundas principalmente do Sul Global/Geopolítico, dentre elas a Teoria Crítica Decolonial, por um lado confirma a hegemonia marxista e por outro, aponta para uma prática conservadora, no sentido de que reproduz um projeto colonizador de conhecimento ancorado no modelo epistêmico eurocêntrico que contribui para a colonialidade do saber.

5.1.2. PLANO DE ATIVIDADES DAS DISCIPLINAS DA ESS|UFF

Os três eixos temáticos definidos como norteadores para a escolha das disciplinas objetivaram favorecer a análise do conteúdo das Ementas curriculares de etapas

distintas, que correspondem ao início, meio e final do curso referente ao ano letivo de 2022, período em que foi realizada a pesquisa de campo na ESS|UFF. (Anexo D).⁸⁸

O Eixo I, que trata da **Construção do pensamento crítico na formação**, definiu como campo de análise a disciplina Fundamentos História Teoria e Metodologia do Serviço Social III (FHTMSS III), ministrada pelo professor Rodrigo Lima às turmas do 2º ano. Na pauta, são apresentados como objetivos: *i.* fomentar o “conhecimento das demandas e respostas teóricas, práticas e políticas que o Serviço Social elaborou no período de democratização do país (1980 à atualidade) e seus desdobramentos no debate contemporâneo da profissão” e, *ii.* “Analisar as determinações histórico-conjunturais, teóricas e políticas que possibilitaram a construção do projeto ético político”.

No Eixo II, **Instrumentalização teórica de intervenção**, é analisada a disciplina Supervisão Acadêmica de Estágio III (SAE III), ministrada pelo professor Robson Roberto da Silva às alunas e alunos do 4º ano. A escolha da disciplina se apoiou na perspectiva de que apresenta conteúdos acerca das estratégias e implicações do trabalho profissional frente aos desafios contemporâneos e o Projeto ético-político considerando os dilemas, limites, estratégias e táticas adotadas pelas/os assistentes sociais.

No terceiro e último Eixo, se analisa os **Aportes teóricos da prática e da produção científica** sob a ótica da disciplina Pesquisa em Serviço Social (PSS). Sob a responsabilidade da professora Maria Cristina Paulo Rodrigues, é oferecida às turmas do 5º ano do curso de Serviço Social que objetiva realizar uma aproximação à pesquisa acadêmico-científica para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

- **EIXO I - CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO NA FORMAÇÃO**

Disciplina: Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social III – 2º ano.

O verso “A lição sabemos de cor, só nos resta aprender” (Beto Guedes e Ronaldo Bastos) compõe a música *Sol de Primavera*, composta em 1979 quando o cenário

⁸⁸ Os Planos de Ensino das Disciplinas do curso de Serviço Social relativo ao ano letivo de 2022 analisadas, foram disponibilizados pelos/as respectivas/os docentes responsáveis. O Relatório de Disciplinas estão disponíveis em: <https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff>.

político do Brasil era a ditadura militar. Desde que se tornou sucesso, trazendo otimismo para aguardar novos tempos de liberdade, a canção representou, também, um ato político. Com esse trecho inspirador, o professor Rodrigo Lima finaliza o programa da disciplina buscando consolidar as conexões entre o contexto histórico do Brasil e as temáticas que abordou. (Anexo D).

Na Ementa e nos Objetivos é possível identificar a direção ética e política da matéria destinada à alunas e alunos do 2º ano:

- “Questão social” e seu enfrentamento pelas classes sociais em sua relação com o Estado, dos anos 1980 à atualidade.
- Processo de redemocratização no Brasil e a renovação do Serviço Social.
- Reordenamento das relações Estado e sociedade nos aspectos jurídico, institucionais e políticos.
- Demandas e respostas teóricas, práticas e políticas do Serviço Social na década de 1980.
- Os debates contemporâneos da profissão.

Os Objetivos:

- Propiciar conhecimento das demandas e respostas teóricas, práticas e políticas que o Serviço Social elaborou no período de democratização do país (1980) e seus desdobramentos no debate contemporâneo da profissão.
- Analisar as determinações histórico-conjunturais, teóricas e políticas que possibilitaram a construção do projeto ético político.

O conteúdo programático, previsto para ser desenvolvido ao longo de 60 horas aula, possui uma Nota Introdutória onde contextualiza a realidade de 2022, marcado pela COVID-19: “A realidade como síntese de múltiplas determinações. Serviço Social em tempos de pandemia”. A pauta está dividida em duas Unidades: I. A processualidade da intenção de ruptura e os marcos teóricos do enfrentamento ao conservadorismo e; II. Projeto ético-político mostra sua cara: contradições e consolidação da formação crítica em Serviço Social.

A Unidade I articula o Serviço Social com o processo de reprodução das relações sociais e se concentra em oferecer um panorama acerca da trajetória da organização política da profissão na busca de ruptura com a sua herança conservadora através do movimento de renovação e reconceitualização ocorrido nos anos de 1970. Enfoca a importância da teoria crítica marxista para construção do Projeto ético-político do Serviço Social e o Código de Ética de 1986 no cenário histórico articulando-o com o período de redemocratização do país. Suas fontes bibliográficas são oriundas do CEFES e de textos de referência como os de Marilda Iamamoto (2011). “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica” e de 2004, “Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos” e de José Paulo Netto (1989). “O Serviço Social e a tradição marxista”.

A Unidade II analisa os debates da década de 1990 e apresenta o Projeto ético-político como expressão da organização política e da direção social adotada pela profissão e sua representação no Código de Ética de 1993. Analisa o cenário profissional frente à crise contemporânea e a cultura pós-moderna como ameaça de neoconservadorismo no Serviço Social. A temática aborda a formação e os desafios de implementação das diretrizes curriculares de cariz marxista com o cenário neoliberal e analisa criticamente a dimensão técnico-operacional do trabalho de assistentes sociais sob a perspectiva do Projeto ético-político. E enfoque no Serviço Social brasileiro se apoia nos textos de referência com títulos de Marilda Iamamoto e José Paulo Netto. Nas referências bibliográficas básicas estão Mota, A. (2004). “Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, lutas e desafios” e no debate sobre o neoconservadorismo Pós-moderno dois títulos: Santos Júnior, A. (2016). “A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise” e Santos, J. (2007). “Rebatimentos do neoconservadorismo Pós-moderno no Serviço Social”.

A ausência de abordagens oriundas da América Latina ou de autores/as com abordagem crítica distinta da marxista coloca questões como, o Serviço Social brasileiro está estabelecendo um diálogo com o Serviço Social para além de suas fronteiras? Quais as implicações de oferecer uma formação com debates promovidos por autores/as recorrentes?

Metodologicamente, a disciplina considera que, com a retomada das atividades presenciais serão adotadas as aulas expositivas e dialogadas; com avaliações individuais e em grupo. Prevê que poderá ser solicitado estudos dirigidos como

estratégia para absorção do conhecimento, bem como a sugestão de filmes e vídeos para favorecer o conjunto de abstrações acerca da disciplina e da formação em Serviço Social. Disponibiliza o uso de canais de comunicação para esclarecimento de dúvidas através do *Google classroom* e *WhatsApp*.

A disciplina é estruturada com o propósito de apresentar conteúdos que favorecem a reflexão crítica acerca da realidade sociopolítica do período de redemocratização do país. Desse modo, busca contribuir para a construção da politicidade profissional, no sentido de que localiza a profissão em um cenário social e político no qual se afirma como ação interventiva de garantia de direitos da classe trabalhadora em consonância com o Projeto ético-político da profissão.

Ao analisar a bibliografia, é possível identificar, além do exposto nos objetivos, a orientação crítica adotada, apoiada na teoria marxista, e a ausência de outras possibilidades teóricas de leitura da realidade. A ausência da diversidade epistêmica é preenchida pelos textos que definem as teorias pós-modernas como neoconservadoras. A abordagem mantém distante do currículo as epistemologias oriundas do Sul Global/Geopolítico, como a Teoria Crítica Decolonial. A lacuna teórica deixada pela inexistência de textos e autoras/es que dialoguem com diversas vertentes críticas, dos Estudos subalternos, pós-coloniais e decoloniais por exemplo, que emergem de cenários não eurocêtricos ou que empreendem uma crítica ao eurocentrismo epistêmico, expõe o conflito gerado entre a defesa da hegemonia marxista que orienta a profissão no Brasil e as outras correntes, também críticas. Tal fato sugere existir uma confusão entre defesa do Projeto ético-político e um enclausuramento teórico que reproduz a colonialidade do saber.

- **EIXO II – INSTRUMENTALIZAÇÃO TEÓRICA DE INTERVENÇÃO**

Disciplina: Supervisão Acadêmica de Estágio III – 4º ano

A opção por analisar o plano de ensino da disciplina SAE III (Anexo D) está relacionada ao fato de ser um conteúdo voltado para reflexão acerca da dimensão política do trabalho profissional a partir da vivência de alunas e alunos do 4º ano no campo de estágio.

A Ementa da disciplina, elaborada e ministrada pelo professor Robson, se volta para identificar “as estratégias e implicações do trabalho profissional, considerando os desafios contemporâneos e o Projeto ético-político”. Nesse sentido, analisa os limites,

estratégias e táticas da práxis na efetivação da democratização do acesso aos direitos e meios de exercê-los por parte das/dos usuárias/os. Nesse sentido, apresenta como Objetivos, dentre outros:

- Propiciar o desenvolvimento das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas, como requisito para a investigação e intervenção profissional.
- Analisar as estratégias e implicações do trabalho de assistentes sociais, considerando os desafios contemporâneos e o projeto profissional nos espaços sócio ocupacionais [...].
- Promover o processo de reflexão do estágio utilizando o Plano de Estágio, Diário de Campo e a Síntese reflexiva sobre o trabalho profissional [...].
- Articular nos conteúdos da supervisão de estágio as resoluções do Conjunto CFESS/CRESS e os documentos da ABEPSS. Possibilitar o debate acerca dos dilemas e das estratégias para a realização da supervisão de estágio.

A disciplina possui carga horária de 60h e está dividida em três unidades:

- Unidade I – As estratégias e implicações do trabalho das/os assistentes sociais, considerando os desafios contemporâneos e o projeto profissional nos espaços sócio ocupacionais.
- Unidade II - O desenvolvimento de habilidades relacionadas à supervisão em Serviço Social, à sistematização e à avaliação no trabalho profissional.
- Unidade III - Estratégias e táticas da intervenção profissional no espaço sócio ocupacional.

O plano de aula descreve a forma como se dá a inserção de alunas/os no campo de estágio, de acordo com a apresentação dos seguintes documentos:

- Termo de Estágio
- Identificação da/o estagiária/o e do supervisor de campo
- Plano de estágio
- Folha de frequência
- Diário de campo

- Relatório final
- Avaliação do/a supervisor/a de campo
- Autoavaliação da/o estudante

Desse modo, a disciplina busca organizar e mediar, com ferramentas metodológicas, o desenvolvimento das atividades no campo de estágio. O conteúdo da Unidade I propõe o debate acerca dos desafios contemporâneos ao Projeto profissional. A abordagem se volta para a reflexão da práxis nos espaços ocupacionais quanto à sua dimensão política e os desafios contemporâneos neoliberais e, para tanto, se apoia nas diretrizes dos órgãos representativos e normativos da categoria, o CFESS e a ABEPSS e adota como texto de referência Iamamoto, M. (2009). “Os espaços sócio ocupacionais do assistente social” e Mota, A. E. (2014). “Espaços ocupacionais e dimensões políticas do assistente social”.

É correto afirmar que o projeto profissional necessita ser geopoliticamente situado e sua construção decorre de processos sócio históricos que carregam características específicas desse locus. Contudo, a articulação entre o local e o global na perspectiva da geopolítica do conhecimento é fundamental para a construção de projetos profissionais transnacionais que, estabelecendo diálogos, se fortalecem. A ausência de autoras/es da América Latina, por exemplo, impede um olhar ampliado sobre a profissão e seus possíveis e diversos projetos profissionais, deixando de fora do debate, outras perspectivas teóricas continentais.

Essa orientação teórica está presente na Unidade II, que privilegia a aquisição de competências de sistematização crítica da prática profissional e de avaliação e monitoramento de Políticas, Programas e Projetos Sociais através de metodologias participativas como rodas de conversa, debates e a presença de convidadas/os para apresentarem suas práticas nos diversos espaços de atuação do Serviço Social. Novamente, o conteúdo é referendado pelos documentos norteadores produzidos pelas resoluções do CFESS/ABEPSS, pela Legislação profissional e pelo Código de Ética Profissional da/o Assistentes Social e autoras/es brasileiros.

A terceira unidade avança no debate acerca da intervenção profissional e das estratégias e táticas necessárias para que se realize. A presença de profissionais de Serviço Social que atuam nos campos de estágio visa promover o diálogo entre a instituição de ensino, as instituições que acolhem as/os alunas/os, as/os docentes e as/os supervisoras/es de campo e, principalmente, entre a teoria e a prática. De acordo

com o programa da disciplina, essa unidade busca oferecer subsídios para refletir acerca da formação profissional com ênfase na perspectiva da discriminação em sua articulação com temas como racismo, branquitude, classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, sexualidade, idade e condição física. (Almeida, 2013; Eurico, 2021). O vasto referencial teórico inclui o Projeto ético-político, que define o exercício profissional no Serviço Social e os princípios do código de ética articulados à atuação crítica. (Conselho Regional de Serviço Social/RJ, 2013) e autoras/es nacionais.

De forma bastante concisa e objetiva, a disciplina se constrói sobre as definições da profissão como categoria, com um projeto ético claro e uma identidade construída e em construção. A existência de órgãos como o CFESS, ABEPSS e dos Conselhos Regionais, com diretrizes acerca das políticas educacionais e curriculares, sustenta a possibilidade de desenvolver uma formação onde a prática do estágio de campo se articula com um quadro teórico consistente. Também é possível constatar que o conteúdo da disciplina convoca para o debate temáticas atuais, em consonância com os movimentos da vida social, buscando articular processos que estão absolutamente inter-relacionados, superando a ilusão de que existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que lhes sustentem ou que existem teorias sem impactos reais na vida das populações.

A disciplina oferece subsídios capazes de sustentar os debates críticos e de contribuir para a construção de uma identidade profissional capaz de empreender uma práxis ético-política na perspectiva marxista. É possível identificar temáticas que tangenciam a interseccionalidade entre classe social, raça, gênero, etnia, nacionalidade, dentre outras relevantes, que indicam a demanda pela realização desses debates pela profissão no contexto do seu projeto profissional. Contudo, não se identifica textos e autoras/es decoloniais, feministas, pós-coloniais e subalternos que ofereçam aporte teórico que complexifique a análise das novas expressões da “questão social” e joguem luzes sobre os limites de o fazer a partir de uma teoria fincada na totalidade.

- **EIXO III - APORTES TEÓRICOS DA PRÁTICA E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Disciplina: Pesquisa em Serviço Social – 5º ano

De acordo com a Ementa da disciplina (Anexo D), ministrada pela professora Maria Cristina, são alvo de estudo as particularidades e tipologia da pesquisa social, os métodos de investigação, os instrumentos de pesquisa qualitativa e quantitativa e a elaboração de um projeto de pesquisa. Busca promover uma aproximação à pesquisa

acadêmico-científica a partir da qual as/os alunas/os elaborem um projeto de pesquisa e, posteriormente, seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Nas unidades que compõem o conteúdo programático são valorizadas as perspectivas referentes às temáticas acerca da importância da pesquisa no exercício profissional (questões teóricas, políticas e éticas), Unidade I, a pesquisa nas Ciências sociais: desafios na produção do conhecimentos, teoria, método e instrumentos, Unidade II e, finalmente, a elaboração do projeto de pesquisa, na Unidade III.

Ao longo do cronograma de atividades, é possível observar como metodologicamente as/os estudantes são orientadas/os a percorrer os caminhos da construção do *objeto* de pesquisa a partir do seu interesse temático. A Revisão de Literatura, fonte de tratamento e debate, tem enfoque na dimensão investigativa no exercício profissional a partir da leitura de bibliografia selecionada, bem como a valorização da produção de conhecimento na pesquisa social ética, fundamentada na teoria, com métodos e criatividade.

O debate acerca das questões éticas na pesquisa social, especificamente nos projetos de pesquisa de assistentes sociais, é apresentado pela disciplina. Considera que o Serviço Social é um campo do saber no qual o compromisso ético e político com a proteção dos direitos dos participantes de pesquisa é fundamental. Cita o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais sobre a necessidade de que as/os investigadoras/es priorizarem o direito das/os participantes à informação prévia, ao reconhecimento da liberdade de escolha e ao acesso aos resultados de pesquisas. Tendo em vista ser comum eleger, como *objeto* de estudo, as pessoas usuárias dos serviços onde atua o profissional de Serviço Social, "uma população considerada vulnerável a determinadas exigências postas pela pesquisa científica" (Barroco, 2009, p. 132), a adoção de cuidados éticos na realização de pesquisas científicas é uma atribuição importante na formação e no exercício profissional de assistentes sociais.

Ao longo da Unidade II, as oficinas práticas para a elaboração do pré projeto de pesquisa, com base em fundamentos teóricos, métodos e instrumentos de pesquisa visa propiciar a apropriação de elementos para a escrita científica. Esse exercício, sob orientação individual e em grupo, se torna a temática central na unidade seguinte. Ao longo de dois meses, a Unidade III se desenvolve visando a elaboração do Projeto de Pesquisa. Fundamentada em fontes bibliográficas que abordam a construção do saber, as metodologias de pesquisa e guias de elaboração de projetos de pesquisa, dentre as

quais, algumas produzidas pelo CFESS/ABEPSS, a disciplina se encerra com a entrega dos Projetos, fase final do curso.

É relevante apontar que a consistência apresentada nos planos de estudos das disciplinas, além de estarem respaldados pela direção teórica e metodológica da instituição (ESS|UFF), que por sua vez adota uma linha pedagógica em consonância com o Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, encontram subsídios teóricos nos órgãos de representação da categoria (CFESS/ABEPSS), que possuem com uma produção científica robusta. Ambas as bibliografias, básica e complementar, são constituídas por textos relevantes e fundamentais da produção nacional. Esse fator aponta para a consistência na formação de profissionais capazes de atuar criticamente e preparadas/os para reconhecer com clareza na identidade profissional o seu compromisso ético-político enquanto assistentes sociais.

Também é relevante destacar que se trata de uma formação crítica apoiada fundamentalmente em uma linha teórica, a marxista, que adotam títulos exclusivamente da produção nacional. A ausência das epistemologias críticas e autoras/es, sob o estereótipo de neoconservadores, que rompem com o “mantra” de que o conceito de classe social deve ser o eixo de análise social único ou predominante, fragiliza a capacidade de leituras complexas, possíveis apenas se resultantes de diálogos epistêmicos, e cria fissuras que favorecem, essas sim, o conservadorismo acadêmico e teórico decorrente da nossa herança colonial. A invisibilidade da produção teórica das Ciências sociais e Humanas da América Latina e Caribe, e do Serviço Social, merece destaque, pois sinaliza para um isolamento epistêmico alarmante. Nesse sentido, parece ser necessário estruturar algumas indagações: Como é possível um diálogo entre epistemologias críticas? Quais aproximações são possíveis no campo da complementaridade? A crítica à teoria crítica traz sempre a possibilidade de retrocessos ou é um movimento epistêmico necessário para avançar na análise das novas expressões da “questão social” numa direção de uma crítica ainda mais radical? Como está sendo a interlocução do Serviço Social brasileiro com o Serviço Social latino americano? Quais os entraves para o diálogo teórico metodológico acerca da práxis política entre o projeto profissional marxista e a decolonialidade?

A manutenção de uma perspectiva teórica hegemônica, ainda que crítica, que não dialoga com outras teorias, não seria ela própria um movimento conservador? A crítica apoiada na concepção de que o neoconservadorismo está nas epistemologias que

promovem a formação voltada para a práxis sistêmica, assistencialista e “neutra” e que realiza uma leitura reducionista dos movimentos teóricos emergentes chamados genericamente de Pós-modernos parece mais apropriada.

Nesse contexto, um debate epistêmico mais amplo necessita colocar em questão quais elementos do Projeto ético-político que floresceu a partir MRLA, e que colocou em destaque o Serviço Social brasileiro na luta pela transformação social, figuram nesse campo de tensões que dificultam as articulações entre os marxismos e a Teoria Crítica Decolonial. Se trata de uma reflexão urgente, uma vez que a produção teórica e a formação no Serviço Social brasileiro parecem estar, ainda, reticentes quanto a sua participação nos debates epistêmicos emergentes, mesmo nos que estão sendo promovidos a partir de uma teoria que floresceu no mesmo continente onde geopoliticamente habita.

5.2. ISSSL|UL: HISTÓRIA, DESAFIOS E CURRÍCULO

O Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL), a primeira Escola de Serviço Social portuguesa, mais tarde foi denominado Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL). De caráter privado, o ISSSL integra desde 2006 a Universidade Lusíada de Lisboa que, por sua vez, é gerida pela Fundação Minerva-Cultura-Ensino e Investigação Científica. Na página da Universidade Lusíada de Lisboa (2023) se lê:

A história mais recente, não foi, contudo, a mais favorável para o ISSSL. Os novos tempos e os novos interesses, sobretudo por parte de algumas instituições de ensino superior mais preocupadas com a solução económica de curto prazo do que com a qualidade de formação para a intervenção social, criaram constrangimentos inconciliáveis com a sua manutenção como escola orientada em exclusivo para a formação em Serviço Social.

Alguns constrangimentos conduziram à necessidade de se estabelecerem parcerias, com vista à garantia da continuidade da mais antiga Escola de Serviço Social de Portugal. Foi, neste contexto, que em 2006 o ISSSL se integrou na Universidade Lusíada de Lisboa, como unidade orgânica autónoma, mantendo a sua identidade e adquirindo a dimensão universitária que lhe faltava. (Universidade Lusíada de Lisboa, 2023).

A integração do ISSSL à Universidade Lusíada de Lisboa ocorreu no contexto em que o Processo de Bolonha se encontrava em andamento. Historicamente, o ISSSL, juntamente com o Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (ISSS de Coimbra/),

atualmente o Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), e o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), criadas no período da ditadura salazarista respetivamente em 1935, 1937 e 1956, empreenderam nos primeiros anos da década de 1970, antes mesmo da queda do regime, esforços para repensar a formação profissional através da análise, discussão e reelaboração dos planos curriculares sob novo quadro teórico-ideológico de inspiração marxista. Nesse cenário de debates, a presença em Portugal de José Paulo Netto⁸⁹, exilado à época da ditadura militar no Brasil, contribuiu para divulgar amplamente o MRLA. (Santos e Martins, 2016).

Entre 1974 e 1989, os Institutos de Serviço Social buscaram a integração nas universidades públicas, marcada pela mobilização em 1975 com as palavras de ordem “integração ou morte”, “contra o Serviço Social ao serviço do capital” sendo reconhecido que este processo, “no contexto das transformações políticas operadas, possibilita o avanço da consciência da Escola e a clarificação do seu papel na superação das condições e formas de exploração e opressão inerentes à situação atual da sociedade portuguesa”. (Negreiros, 1999, p. 138-187). A criação de curso de Serviço Social na esfera pública, contudo, somente viria a se efetivar definitivamente no século 21.

Após a Revolução dos Cravos e o fim da longa ditadura Salazar em 1974, seguida pela contrarrevolução das forças conservadoras a partir de meados de 1975 que mostrou a vulnerabilidade das conquistas da revolução, também a profissão sentiu o impacto desse recrudescimento da direita entre 1979 e meados de 1980. O conservadorismo se reatualizou e enfrentou as tendências do MRLA recusando o marxismo e a militância partidária. Em 1986, já em meio à onda neoliberal, o ISSSL, como referido anteriormente, realizou convênio com a (PUC/SP), renovando a divulgação da vertente crítica do Serviço Social de inspiração marxista com a leitura de produções como as de Marilda Villela Iamamoto e Vicente de Paula Faleiros. Na década de 1980, os avanços no campo da formação se deram na passagem do currículo da licenciatura de quatro

⁸⁹ José Paulo Netto, assistente social, professor universitário e escritor, nascido em Juiz de Fora, Minas Gerais. Pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro, motivo pelo qual, durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), se exilou em Portugal entre 1975 e 1979, período em que trabalhou como docente no Instituto de Serviço Social de Lisboa e no Instituto Superior de Economia de Lisboa. Atualmente é professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutor *honoris causa* pela *Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires*. Graduado e doutor em Serviço Social é um dos principais pesquisadores das obras de Karl Marx no Brasil.

para cinco anos e no reconhecimento, em 1989, do grau académico da licenciatura em Serviço Social pelo Ministério da Educação de Portugal. (Santos, 2016).

Em 1999, ao se tornar signatário da Declaração de Bologna, Portugal procede à adequação ao Processo de Bologna dos currículos académicos, frente a exigência de conclusão da transição até 2010, o que impõe um retrocesso nas condições de vida e afeta a formação e o trabalho das/os assistentes sociais. Os impactos do projeto neoliberal mais amplo são imediatos: a redução do Estado Social, o empobrecimento e o crescimento das desigualdades sociais. Mudanças que se evidenciaram na educação, a formação e o trabalho profissional enfrentaram as privatizações e redução dos serviços sociais públicos. No campo da formação, a redução do tempo dos cursos, pouco investimento na investigação e a priorização de formar profissionais de Serviço Social com base numa cultura de intervenção em detrimento de produção científica deixou a cargo das recém iniciadas pós-graduações contribuir nesse aspeto a médio prazo. As atividades de extensão, também em estágio inicial, perderam espaço e prioridade, uma vez que não integravam obrigatoriamente a política das Instituições de Ensino Superior portuguesas. As licenciaturas, que possuem estágio acompanhado de supervisão académica e de campo, não contam com a presença obrigatória desse último estar sob responsabilidade de assistentes sociais. A conclusão do curso está vinculada à apresentação do Relatório Final do Estágio (Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Brasil). No que se refere ao Plano de estudos, em 2016 era insipiente a sua normatização e organização, tendo em vista,

Não existem normas para a regulamentação da formação, um currículo mínimo e nem diretrizes gerais próprias da profissão. A formação segue a cartilha de Bolonha. Essa situação reflete a ausência de entidades de organização da categoria, tanto no âmbito da formação quanto no âmbito do exercício profissional, tais como uma associação de ensino e investigação e a ordem profissional. [...] As licenciaturas estão isoladas, cada qual com seu plano de estudo. A falta de um currículo mínimo ou de diretrizes curriculares contribui, também, para esse isolamento. (Santos e Martins, 2016, p. 327-330).

Em 2015, no decurso de suas pesquisas, Santos e Martins (2016) entrevistaram 15 docentes de 17 universidades/institutos com licenciatura em Serviço Social em Portugal. Duas questões principais foram abordadas: 1) O Serviço Social e as licenciaturas em Portugal têm uma direção teórico-política hegemônica? Em caso afirmativo, qual seria

essa direção? 2) O que consideram por tendência crítica e radical? Esse conteúdo é trabalhado em sua escola?

Dentre as conclusões, as pesquisadoras apontam que há unanimidade entre as/os docentes em reconhecer a influência do Serviço Social crítico marxista em Portugal na década de 1970 e por influência da criação dos mestrados e doutorados vinculados a PUC/SP em 1980/90. Contudo, o movimento perdeu força posteriormente.

Na atualidade, existem docentes que buscam um referencial marxista de análise, porém de forma solitária. Em sua maioria, os docentes e profissionais que se orientam pela denominada vertente crítica trabalham, sobretudo, na segunda e terceira direções indicadas acima. Uma análise mais apurada nos mostra que essas duas tendências, apesar de se colocarem como perspectivas que vão de encontro às perspectivas da ordem e da regulação, também podem expressar um novo conservadorismo na profissão. (Santos e Martins, 2016, p. 330).

Desde 2015, o currículo do ISSSL, foco do estudo da presente tese, vem apresentando alterações. Nomeadamente a partir de 2022 até 2024, período em que se apoia a análise, é possível identificar tais mudanças, ainda que referentes a exclusão e inclusão de UC's.

5.2.1. NOTAS SOBRE O CURRÍCULO DO ISSSL|UL E A TEORIA CRÍTICA DECOLONIAL

Em dois momentos, onde se consultou o *site* da Universidade Lusíada de Lisboa⁹⁰, dezembro de 2023 e julho de 2024, foi possível encontrar informações acerca da dimensão da instituição quanto ao tempo de existência (1986), número de cursos (15 graduações) e pós-graduações (15 mestrados e 5 doutoramentos) oferecidas. Nessa mesma página, a apresentação do curso de graduação em Serviço Social enfatizava como área privilegiada de intervenção das/os profissionais as desigualdades sociais resultantes da vida em uma sociedade global e os principais campos da prática, dentre os quais,

O combate à pobreza e exclusão, o apoio às famílias, o trabalho com idosos ou com crianças e jovens em risco e com pessoas portadoras de deficiência, o apoio às vítimas de violência ou em situação de catástrofes ou emergência social, a promoção do

⁹⁰ Disponível em [Serviço Social \(ulusiada.pt\)](https://www.ulusiada.pt). Acesso em 16/12/2023 e 28/07/2024.

desenvolvimento local e do emprego, a promoção da saúde e o apoio à recuperação nas situações de doença e dependência, o apoio às populações migrantes e aos refugiados. (*Serviço Social. ISSSL|UL*, 2024).

No campo dos objetivos, estão identificados como finalidade da formação: a capacitação para uma intervenção profissional com base na relação com “o sujeito” e, a capacidade técnica em metodologias adequadas e eficazes para respostas às suas necessidades. Nesse contexto, o plano de estudos propõe desenvolver, dentre outras habilidades, nas/os estudantes:

[...] A compreensão dos problemas sociais, sua dinâmica e inscrição nos processos sociais globais articulando as perspectivas estruturais e compreensiva das situações concretas de intervenção; A reflexão ético-política e uma cultura de promoção e defesa dos direitos de cidadania dos excluídos, minorias e grupos étnicos; A análise dos pedidos institucionais e das necessidades dos cidadãos a quem a sua acção se dirige no quadro dos problemas e situações sociais persistentes e emergentes, tendo em conta diferentes sujeitos e actores sociais em presença. (*Serviço Social. ISSSL|UL*, 2024).

O Plano de estudos, com três anos de duração, apresenta uma estrutura marcada pela tendência às abordagens sistémicas com foco nos indivíduos sem deixar de considerar a perspetiva ético-política e as consequências provocadas pelos sistemas promotores de desigualdades. De acordo as considerações de Amaro (2008, p. 74), essa estratégia compreende que “as particularidades de cada caso encerram aspectos da generalidade. Nesta relação complexa da estrutura com o indivíduo, uma máxima importante é a da radicalidade da crítica e do realismo da ação”.

Essa direção metodológica busca fortalecer e empoderar (*empowerment*) a identidade, a autonomia e a cidadania das populações considerando a reflexão acerca dos processos sociais globais. No quadro do Plano de estudos do curso de Serviço Social (2023/2024), disponível na página da universidade⁹¹, é possível observar tais diretrizes, contudo, não apresentam indicações nos conteúdos programáticos das UC's de que se

⁹¹ A pesquisa documental no ISSSL foi realizada em 2023/2024. Nesse sentido, será desenvolvida a análise com base nos documentos consultados nesse período letivo. O plano de estudos 2024/2025 apresenta alterações quanto a nomenclatura, designação numérica e distribuição de algumas disciplinas, como a exclusão de pauta de Ciências sociais por uma do Serviço Social no terceiro ano.

apoiem as abordagens fundamentadas na teoria crítica, decolonial e/ou anticolonial. (Anexo A).

Dentre as dez UC's, que estão divididas em dois semestres com um total de 1.600 horas de trabalho oferecidas no primeiro ano, três pertencem a área científica das Ciências sociais, uma da Economia, uma Psicologia e cinco do Serviço Social. No campo da história da profissão no contexto da História Social, das Ciências Humanas e Sociais, se destaca a UC História Social e do Serviço Social (L4402), que busca desenvolver as seguintes capacidades:

- Situar e analisar os contributos da História Social na emergência do Serviço Social e sua institucionalização em Portugal e no mundo;
- Entender o seu desenvolvimento no quadro multidisciplinar das Ciências Sociais e Humanas;
- Situar e compreender a estruturação das bases conceptuais da Intervenção em Serviço Social e dos movimentos críticos.

No conteúdo programático das UC's se verifica a ênfase na intervenção profissional a partir da compreensão da sociedade, principalmente nas UC's de Serviço Social. Contudo, não é possível identificar ênfase na politicidade das reflexões e da prática profissional, seja nos objetivos e competências a serem adquiridas pelas/os alunas/os ou nas referências bibliográficas.⁹²

De acordo com o programa da UC Serviço Social e Sociedade (L4409), o objetivo é favorecer a aquisição de competências que possibilitem compreender as distintas formas de sociedade estabelecendo articulações entre os modelos de conhecimento e de intervenção em Serviço Social. Propõe, para tanto, o estudo das dimensões estruturantes do Projeto ético-político da profissão na sociedade contemporânea e das conexões entre os processos de mudança social e o Serviço Social, com enfoque na intervenção junto aos problemas sociais de forma transdisciplinar.

No campo das interações entre disciplinas, a UC Antropologia das Sociedades Complexas (L4401) enfatiza o reconhecimento da diversidade cultural e sinaliza o

⁹² O sistema informático da UL permite a inclusão de até cinco referências bibliográficas em cada Programa de Unidade Curricular, o que limitou a análise dos referenciais teóricos na pesquisa virtual realizada nessa investigação.

etnocentrismo como obstáculo a intervenção do Serviço Social. Nesse sentido, propõe rompimentos e desconstruções dentro do paradigma antropológico referente a naturalização dos processos de enculturação e do etnocentrismo, bem como a importância de, como profissionais, compreender que as pessoas são seres culturais e o (re)conhecer a diversidade cultural como ferramenta para uma atuação justa.

No conteúdo programático da disciplina, se identifica a temática da alteridade nas construções e desconstruções das categorias sociais, assim como, temáticas relevantes voltadas para os debates da exclusão, desigualdades, género, heteronormatividade e capacitismo. O texto sinaliza que o estudo deve promover desconstruções e questionamentos nas/nos estudantes acerca dos assuntos, contudo, se serão tratados numa perspetiva crítica não se evidencia na bibliografia.

Estudar o «civilizado» desconstruindo um conceito de «civilização» excludente e hierarquizante. [...] Estudar as classes que acumulam a riqueza e o poder e as suas estratégias de reprodução intergeracional dos seus privilégios. [...] A ritualização das desigualdades de poder e da ordem social. [...] Estudar e questionar a divisão sexual do trabalho e as relações de dominação entre géneros. [...] A Queer Theory: desconstrução do binarismo das identidades de género. [...] Estudos sociais da deficiência e Rutura com o normalocentrismo. (*Serviço Social: plano de estudos*, 2024).

A UC Globalização e Desigualdades (L4403) expõe nos objetivos e competências, bem como na bibliografia, onde é possível identificar textos de Anthony Giddens, um carácter teórico mais abrangente capaz de promover reflexão crítica⁹³. A abordagem da UC apresenta como objetivo: “compreender conceitos e noções sobre globalização e debater dinâmicas presentes no seu contexto e, adquirir conhecimentos sobre desigualdades sociais contemporâneas, desenvolvendo competências de análise e reflexão sobre os seus efeitos multidimensionais e globais”. O conteúdo programático apresenta como temas prioritários nos tópicos 1 e 2:

1. Globalização e as sociedades complexas: Conceitos e noções sobre globalização; Contextualização histórica da globalização; Principais dimensões da globalização; Efeitos da globalização e sociedade do risco: implicações e vulnerabilidades sociais num mundo plural e global.

⁹³ Essa percepção foi corroborada por alunas e alunos ao longo das entrevistas realizadas em 2023/2024. A análise desse conteúdo será apresentada ao longo do capítulo VI.

2. Desigualdades sociais contemporâneas: conceitos e noções sobre desigualdades sociais e desigualdades categoriais; multidimensionalidade das desigualdades sociais; desigualdades, pobreza e exclusão social: desigualdades económicas, laborais, na educação, na saúde, de género, socioculturais e digitais; influência das desigualdades sociais na mobilidade e participação social.

Ao longo do segundo ano letivo, as dez UC's, distribuídas semestralmente enfocam a formação em Serviço Social sob a perspetiva organizacional, como por exemplo o conteúdo programático da UC Psicologia social e das organizações (L4416). As teorias e metodologia de intervenção individual, familiar, de grupo e em comunidade são abordadas sob o quadro analítico da Política Social enquanto parte das Políticas Públicas, entendida como “mecanismo de regulação da vida em sociedade e da relação Estado/Sociedade/Cidadãos/ãs” (UC Política Social e Exclusão Social, L4417). Também com 1.600 horas de trabalho previstas, o plano de estudos está dividido entre as áreas científicas das Ciências sociais, Psicologia e Economia, dentre as quais Métodos e Técnicas de Investigação Social (L4415), que sinaliza a valorização da produção científica na profissão.

O conteúdo das UC's está direcionado para a intervenção social profissional, buscando fortalecer o embasamento teórico para a experiência de estágio que se aproxima. O programa curricular de Supervisão, acompanhamento e aconselhamento em Serviço Social (L4420) possui como meta contribuir para a aquisição da “compreensão da intervenção do assistente social sob um quadro teórico-metodológico de referência e em relação com as questões ético-deontológicas da profissão; [...] Capacidade de seleção e aplicação dos instrumentos técnicos de Supervisão, de Acompanhamento e de Aconselhamento em Serviço Social.”

No terceiro e último ano do curso, as nove UC's perfazem, também, um total de 1.600 horas de trabalho. Sete delas pertencem à área científica do Serviço Social, uma do direito e uma das Ciências sociais. A única disciplina anual é Estágio (L4425) e busca desenvolver as seguintes competências:

- Aplicação do conhecimento técnico-científico e ético-deontológico;
- Elaboração e aplicação de instrumentos técnicos de suporte a uma prática ética, política e cientificamente fundamentada;
- Ajuda e aconselhamento profissional;

- Observação e escuta activa, numa lógica de empoderamento e co-construção da acção;
- Comunicação e relação profissional, com vários tipos de interlocutores;
- Negociação e construção de relações colaborativas e de parceria;
- Escrita profissional e científica.

O suporte teórico e metodológico para refletir e analisar as práticas vivenciadas no estágio é realizado pela UC Seminário de Reflexão e Análise de Práticas Profissionais (L4428). Durante a pesquisa etnográfica realizada em 2023, foi possível observar que o espaço da sala de aula favorece a possibilidade de compartilhamento das experiências de alunas e alunos em seus campos de estágio, possibilitando reflexões coletivas e o conhecimento das diversas áreas de atuação de assistentes sociais bem como os dilemas éticos amparados pelo Código Deontológico dos(as) Assistentes Sociais em Portugal apresentado pela UC Ética e Deontologia (L4424). Dentre os conteúdos programáticos da UC se destacam para esse estudo, que considera não haver sido aprovado em Portugal o Código de Ética específico no país, alguns tópicos que indicam o enfoque a temáticas ligadas a ajuda, dogmatismo, dilemas, consciência moral e religião:

1.Distinção entre ética, moral, axiologia e deontologia 2. O conceito de pessoa e condição humana. 2.1 A relação de ajuda. 5.1. Código Deontológico dos assistentes sociais 6. Dogmatismo vs relativismo das normas 8. Dilemas e conflitos éticos 8.1. Defesa da vida 8.2. Consciência moral. 8.4. Religião.

Também no terceiro ano, a UC História da Cultura Portuguesa (L4429) sob a competência da área científica das Ciências sociais. Dentre os objetivos estão:

- Adquirir conhecimentos sobre elementos identificadores/caracterizadores portuguesa;
- Conhecer o processo de desenvolvimento histórico da consciência nacional;
- Desenvolver a valorização do património cultural;
- Avaliar a cultura portuguesa no mundo;
- Identificar e analisar elementos identificadores/caracterizadores da cultura portuguesa;
- Refletir criticamente sobre as principais linhas de orientação da História e da cultura portuguesa;
- Reconhecer e valorizar o património cultural

Numa análise decolonial, é fundamental colocar em destaque a seguinte questão: a presença de uma UC que objetiva afirmar e consolidar o reconhecimento e a valorização da identidade, cultura e património nacional que, contudo, deixa de convocar teorias que reflitam criticamente acerca dos conceitos de identidade, cultura e nacionalismos, pode contribuir para a formação de profissionais capazes de atuar numa realidade na qual a contemporaneidade impõe repensar as identidades, que são cada vez mais fluidas, a cultura frente aos movimentos migratórios intensos e os nacionalismos desafiados pelos processos globais?

Assim, se pode argumentar que tal perspectiva, que busca conservar uma identidade nacional de forma acrítica, pode contribuir para o recrudescimento e a manutenção de na formação de uma identidade profissional conservadora que, frente ao discurso neoliberal acerca dos sistemas de bem-estar, pode se transformar em mais uma “peça da engrenagem” dos sistemas administrativos e burocráticos das políticas públicas. Nesse contexto, assume uma direção em que a prática de intervenção objetiva apresentar respostas de resolução dos problemas sociais sem a ênfase na transformação social.

O Plano de estudos (2023/2024) indica a adoção de abordagens que propõem reflexão crítica, análise sobre estruturas de desigualdades e efeitos globais de pobreza na modernidade. Contudo, a reduzida inclusão de títulos e autores das epistemologias críticas sociológicas contemporâneos no escopo teórico acusa a possibilidade de um insipiente debate crítico. O conjunto das UC's sinaliza para a tendência de uma formação em Serviço Social de caráter instrumental que, de acordo com Branco e Amaro (2011, p. 665), se caracteriza pelo

[...] acentuado fenómeno, ainda mais evidente no sector público, de focalização do assistente social nos procedimentos e na importância de seguir todos os passos previstos, em detrimento da avaliação diagnóstica e global da real situação dos utentes; de preocupação com os resultados, mais do que com o processo; de profunda confusão entre eficácia da intervenção e uma quantificação cega das práticas, e de sobrevalorização da importância dos assim designados procedimentos técnicos contra uma subvalorização dos impactos reais dos processos de intervenção na transformação individual e social.

O currículo aponta, ainda, o compromisso da profissão com a mudança e a justiça social que busca uma perspectiva mais crítica acerca da exclusão social, dos processos globais

e da operacionalização das políticas sociais. Contudo, não apresenta conteúdo epistemológico capaz de fundamentar análises críticas acerca da complexidade da realidade social contemporânea que ofereçam as alunas e alunos construir o pensamento crítico nem no espaço europeu e, menos ainda, na perspectiva da Geopolítica Global do Sul.

A ausência de textos e autoras/es oriundos de outros cenários globais, reforça a perspectiva epistémica eurocêntrica, e coloca obstáculos profundos a construção da capacidade de refletir de forma complexa acerca da modernidade/colonialidade que estrutura o capitalismo neoliberal produtor da “zona do não ser” onde se desenvolve a práxis profissional.

5.2.2. PLANO DE ATIVIDADES DAS DISCIPLINAS DO ISSSL|UL

Do mesmo modo como metodologicamente se adotou na ESS|UFF, os três eixos temáticos definidos como norteadores para a escolha das disciplinas objetivaram favorecer a análise do conteúdo das ementas de etapas curriculares distintas correspondentes ao início, meio e final do curso referente ao ano letivo de 2022/2023, data em que foi realizada a primeira etapa da pesquisa de campo no ISSSL|UL. (Anexo C)⁹⁴.

O Eixo I, que trata da **Construção do pensamento crítico na formação**, definiu como campo de análise a UC História Social e do Serviço Social ministrada às turmas do 1º ano. No Programa da Unidade Curricular, cuja regência é da professora Teresa Paula G. R. da Silva, são apresentados como objetivo: “Contextualizar o Serviço Social na matriz da História Social e compreender a sua emergência e institucionalização enquanto profissão e área científica no âmbito das Ciências Sociais e Humanas”.

No Eixo II, **Instrumentalização teórica de intervenção**, a análise se apoiou no conteúdo da UC Contextos Profissionais em Serviço Social, ministrada, então, pela professora Inês Casquilho Duarte Martins às alunas e alunos do 2º ano com o objetivo de “Desenvolver uma reflexão crítica e analítica sobre os múltiplos contextos de

⁹⁴ O Syllabus das Unidades Curriculares do curso de Serviço Social, referentes ao ano letivo de 2022/2023 analisadas, foram disponibilizados em janeiro de 2022 pela então Diretora do ISSSL|UL, Professora Doutora Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva. O Plano de Estudos das Unidades Curriculares estão disponíveis em: [Serviço Social \(ulusiada.pt\)](http://Serviço Social (ulusiada.pt)).

exercício profissional e explorar novos campos de intervenção dos assistentes sociais na contemporaneidade”.

No terceiro e último Eixo, se analisa os ***Aportes teóricos da prática e da produção científica*** sob a ótica da pauta da UC ministrada pela professora Maria Isabel de Jesus Sousa, intitulada Seminário de Reflexão e Análise de Práticas Profissionais, oferecida às turmas do 3º e último ano do curso de Serviço Social. De acordo com o programa, promover a consolidação dos conhecimentos teórico-metodológicos em Serviço Social nas/os alunas/os, fomentando a reflexão acerca dos desafios impostos à práxis no cenário contemporâneo e seus impactos na intervenção são os objetivos principais.

- **EIXO I - CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO NA FORMAÇÃO**

Unidade Curricular: História Social e do Serviço Social – 1º ano

O programa da UC (Anexo C), oferecida no 1º semestre do 1º ano do curso, possui carga horária de 30h de aulas teóricas e 20 horas de orientação tutorial. Aborda a história do Serviço Social a partir dos marcos sócio históricos da emergência da profissão no contexto da história social em Portugal e no mundo em articulação com as epistemes das Ciências Sociais e Humanas. O conteúdo teórico proposto engloba a dimensão dos fundamentos da profissão ao longo do seu percurso em Portugal, desde a sua institucionalização (Estado, Igreja e Instituições Sociais) e atravessando a ditadura salazarista, identificando os paradigmas dominantes e a influência dos movimentos de reconceptualização e crítico. Objetiva, ainda, analisar e refletir sobre a práxis profissional como área de intervenção e de conhecimento.

A UC busca desenvolver competências nas/os alunas/os que favoreçam a capacidade de:

- Situar e analisar os contributos da História Social na emergência do Serviço Social e sua institucionalização em Portugal e no mundo;
- Entender o seu desenvolvimento no quadro multidisciplinar das Ciências Sociais e Humanas;

- Situar e compreender a estruturação das bases conceptuais da Intervenção em Serviço Social e dos movimentos críticos.⁹⁵

De acordo com o conteúdo programático, as cinco unidades abordam: I. História Social e Serviço Social; II. Emergência e institucionalização do Serviço Social no quadro das Ciências Sociais e Humanas; III. Emergência e institucionalização do Serviço Social em Portugal; IV. O pensamento crítico e o movimento de reconceptualização do Serviço Social e; V. Serviço Social hoje.

É possível identificar na Unidade I, que aborda as dimensões conceituais da História Social e do Serviço Social para analisar as condições de origem da profissão, o arcabouço teórico que relaciona o Serviço Social com a modernidade. Nesse sentido, associa o Serviço Social ao próprio surgimento da ciência social e do pensamento científico que analisam as sociedades com a ideia de que as condições sociais podem e devem ser alteradas de acordo com modelos e teorias científicas. Assim, a partir da análise científica sócio histórica de um determinado contexto histórico, a profissão se estrutura sobre alguns dos princípios básicos da modernidade e emerge de um pacto social com vista a um ideal de progresso humano, justiça social, democracia, equidade e autodeterminação. (Branco e Amaro, 2011; Soydan, 2003). Esse escopo teórico fundamenta o estudo acerca da proteção social e da questão social explorando autoras/es como Mary Richmond (1950) e Ander-Egg (1975). Numa perspetiva crítica acerca da génese, especificidade e reprodução da profissão, a unidade se apoia no ensaio de Montaña (2000), que por sua vez constrói seu texto fortemente baseado em José Paulo Netto e Marilda Iamamoto.

A emergência e institucionalização do Serviço Social no quadro das Ciências Sociais e Humanas e os métodos do Serviço Social de caso, grupo e comunidades são as temáticas que orientam a II Unidade. Fundamenta os princípios do Serviço Social a partir da perspetiva de Manuel Moix Martínez (1991) e Olga Restrepo (2003). O autor, numa perspetiva conservadora, apresenta a definição da profissão como uma

[...] actividad de ayuda técnica y organizada, ejercida sobre las personas, los grupos y las comunidades, con el fin de procurar su más plena realización y mejor funcionamiento

⁹⁵ De acordo com o Programa da Unidade Curricular 2024/2025. Disponível em: [p_L4502_2024.pdf](https://ulusiada.pt/p_L4502_2024.pdf) (ulusiada.pt).

social, y su mayor bienestar, mediante la activación de los recursos internos y externos, principalmente los ofrecidos por los Servicios sociales y por las instituciones y los sistemas del Bienestar social. (Moix Martínez, 2004, p. 30).⁹⁶

A Unidade III enfoca a trajetória da profissão em Portugal. Se instrui, dentre outros títulos, na leitura histórica acerca da primeira escola e seu projeto educativo formador de acordo com o estudo desenvolvido na tese de doutoramento de Teresa Silva (2017), na perspectiva marxista de Alcina Martins (1993, 1999) acerca da gênese, emergência e institucionalização e a construção do conhecimento a partir das Ciências sociais e avança para a Unidade IV que trata do pensamento crítico e o movimento de reconceptualização do Serviço Social. É possível identificar como eixo de análise o movimento de resistência empreendido pelas assistentes sociais no enfrentamento a ditadura de Salazar, que dominou o país por cerca de 40 anos e o texto de Maria Augusta Negreiros (1992) acerca da construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal.

É possível encontrar na bibliografia complementar o título *Trabajo social: una historia global* (2014), que aborda o estudo desenvolvido em 16 países espalhados pela América Latina, EUA e Europa acerca das diferentes perspectivas históricas e atuais da profissão e conclui que é necessário que as gerações atuais e futuras de assistentes sociais necessitam

[...] seguir construyendo una profesión que nunca debe dejar de mirar sus compromisos a través de sus principios y valores; la mejora eficiente de los servicios públicos, la igualdad entre todos los integrantes de la sociedad, la cooperación altruista y el desarrollo de una de las políticas sociales públicas universales, que favorezcan el acceso a los medios necesarios para conseguir condiciones de vida dignas para el conjunto de la población. (López, 2015, p. 215).⁹⁷

⁹⁶ [...] atividade de ajuda técnica e organizada, exercida sobre pessoas, grupos e comunidades, de forma a garantir a sua plena realização e melhor funcionamento social, e o seu maior bem-estar, através da ativação de recursos internos e externos, principalmente aqueles oferecidos pelos serviços sociais e pelas instituições e sistemas de assistência social. (Moix Martínez, 2004, p. 30). (Tradução da autora).

⁹⁷ [...] continuar construindo uma profissão que nunca deve deixar de olhar para os seus compromissos através dos seus princípios e valores; a melhoria eficiente dos serviços públicos, a igualdade entre todos os membros da sociedade, a cooperação altruísta e o desenvolvimento de uma das políticas sociais públicas universais, que favoreçam o acesso aos meios necessários para alcançar condições de vida dignas para toda a população. (López, 2015, p. 215). (Tradução da autora).

- **EIXO II – INSTRUMENTALIZAÇÃO TEÓRICA DE INTERVENÇÃO**

Unidade Curricular: Contextos Profissionais em Serviço Social - 2º ano

A unidade curricular analisada nesse tópico (Anexo C), se encontrava sob a regência da professora Inês Casquilho no ano letivo de 2022/2023. O conteúdo oferecido no 1º semestre do ano letivo as alunas e alunos do 2º ano ao longo de 30h de Aulas teóricas e 20h de Orientação tutorial objetivava “desenvolver uma reflexão crítica e analítica sobre os múltiplos contextos de exercício profissional e explorar novos campos de intervenção dos assistentes sociais na contemporaneidade”.⁹⁸

Com a intenção de identificar as diferentes áreas e contextos de atuação profissional, caracterizar a identidade do Serviço Social em contexto português e as diversas metodologias que envolvem a práxis e seu processo interventivo no campo das políticas pública, a UC se estrutura em um escopo teórico composto por seis livros como leituras recomendadas.

A análise da bibliografia possibilita compreender a direção epistémica adotada pela UC quanto a formação acerca da construção teórica da intervenção profissional. No âmbito da identidade do Serviço Social como profissão com valores e princípios fundamentais para a práxis na contemporaneidade, assume relevância os debates em torno da dimensão política e das concepções do Serviço Social frente ao conservadorismo e a renovação; a recusa a neutralidade como caráter político da prática profissional e a necessária resistência frente ao capitalismo tecno-global. (Amaro, 2009).

A realização de visitas a instituições e a elaboração de relatório de trabalho de campo busca aproximar as/os estudantes dos setores, áreas e âmbitos de intervenção do Serviço Social. A análise dos contextos profissionais, o enquadramento da ação e das relações na interação entre o serviço, a instituição, as equipes e a população abrangida se constitui tema relevante no conteúdo da UC, bem como os desafios da ação das/os assistentes sociais na relação de mediação entre as/os utentes, a organização, as políticas sociais e a problemática. Como estratégia para identificar a articulação entre o conhecimento teórico, metodológico e técnico da intervenção por parte das/os

⁹⁸ De acordo com o Programa da Unidade Curricular 2024/2025. Disponível em: [p_L4515_2024.pdf \(ulsiada.pt\)](https://ulsiada.pt/p_L4515_2024.pdf).

alunas/os, são adotados o teste escrito e o debate acerca dos conteúdos lecionados e um balanço das atividades.

O programa da UC, que objetiva desenvolver, dentro outras habilidades, a reflexão crítica e analítica acerca dos contextos profissionais do Serviço Social, apresenta uma bibliografia restrita para promover debates capazes de refletir criticamente sobre o contexto sócio histórico e político que envolve a prática e sobre o compromisso ético político profissional. É possível considerar, a partir dessas ausências, que há uma abordagem de carácter instrumental da profissão, com enfoque nos “procedimentos [...] em detrimento da avaliação diagnóstica e global da real situação dos utentes [...] e da sobrevalorização da importância dos assim designados procedimentos técnicos contra uma subvalorização dos impactos reais dos processos de intervenção na transformação individual e social. (Branco e Amaro, 2011, p. 665).

- **EIXO III - APORTES TEÓRICOS DA PRÁTICA E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Unidade Curricular: Seminário de Reflexão e Análise de Práticas Profissionais – 3º ano

A UC denominada Seminário de Reflexão e Análise de Práticas Profissionais (Anexo C), sob a regência da professora Maria Isabel de Jesus Sousa e assistida pela professora Vanda Sofia Braz Ramalho, é oferecida no 2º semestre para alunas e alunos do 3º e último ano do curso de Serviço Social do ISSSL. Ao longo de 30h de aulas teórico-práticas e 20h de orientação tutorial, a UC objetiva “consolidar os conhecimentos teórico-metodológicos em Serviço Social, refletindo sobre os desafios do exercício da profissão, face aos contextos contemporâneos da intervenção profissional”.⁹⁹

Especificamente almeja:

- Identificar e elaborar quadros de referência analíticos e operativos, orientadores da intervenção do Assistente Social, em relação a contextos específicos;
- Articular as problemáticas específicas da intervenção, com as políticas/medidas sociais aplicáveis e a realidade dos locais de estágio em presença;

⁹⁹ De acordo com o Programa da Unidade Curricular 2024/2025. Disponível em: [p_L4523_2024.pdf \(ulsiada.pt\)](https://ulsiada.pt/p_L4523_2024.pdf).

- Refletir sobre os desafios que se colocam ao exercício da profissão, nos diferentes contextos.¹⁰⁰

O programa, composto por VI Unidades, propõe, através da metodologia de aprendizagem com enfoque na aplicação dos referenciais ético-teórico-metodológicos do Serviço Social, desenvolver as seguintes habilidades nas/os estudantes:

- Compreensão e análise da intervenção do Serviço Social em diferentes contextos;
- Avaliação de instrumentos técnicos de suporte ao exercício profissional, no quadro de uma prática ética, política e cientificamente fundamentada;
- Reflexão crítica sobre situações que colocam particulares dificuldades ao agir profissional dos Assistentes Sociais;
- Identificação de dilemas éticos e de processos de resolução dos mesmos;
- Avaliação de necessidades de formação ao longo da vida.¹⁰¹

A Unidade I fundamenta teoricamente a prática profissional a partir do que denomina referenciais-âncora para refletir acerca da relação teoria e prática na construção da práxis. Nesse sentido, apresenta o projeto profissional e o Código Deontológico para abordar os desafios da prática no campo da instrumentalidade frente ao Projeto ético-político do Serviço Social. Se apoia em bibliografias produzidas em Portugal e no Brasil que contribuem para a reflexão crítica acerca da profissão e dos dilemas que enfrenta em Portugal (Amaro, 2008, 2009; Andrade, 2001; Branco, 2009; Netto, 2015; Sousa, 2015). Dentre os temas abordados, as identidades profissionais e os campos de intervenção das/os assistentes sociais na contemporaneidade coloca a questão da crescente complexidade da realidade social “em que ao Assistente Social se apresentam situações com uma densidade problemática cada vez maior, ao mesmo tempo que se exige uma maior rapidez e pragmatismo na resposta – trata-se do

¹⁰⁰ De acordo com o Programa da Unidade Curricular 2024/2025. Disponível em: [p_L4523_2024.pdf\(ulusiada.pt\)](https://p_l4523_2024.pdf(ulusiada.pt)).

¹⁰¹ De acordo com o Programa da Unidade Curricular 2024/2025. Disponível em: [p_L4523_2024.pdf\(ulusiada.pt\)](https://p_L4523_2024.pdf(ulusiada.pt)).

paradoxo da simplificação das práticas frente à complexificação das realidades”. (Amaro, 2009, p. 40).

A Unidade II se volta para o estudo das metodologias de investigação-ação e sua relevância na intervenção profissional privilegiando as estratégias colaborativas e participativas para a construção de práticas, planeamento e participação comunitária. Propõe, ainda, refletir conjuntamente com as/os estudantes a partir da análise da experiência de estágio com o apoio de referenciais teóricos capazes de favorecer reflexões críticas acerca da participação e do protagonismo de usuárias/os. (Adams, 2008; Llobet Estany, Cortés Izquierdo e Alemany Monleón, 2004; López de Caballos, 1989). O escopo recorre fortemente à pedagogia freireana no sentido de superar o modelo de democracia representativa (da modernidade) que se mostra incapaz de garantir a participação como direito fundamental. Assim, valoriza através da bibliografia adotada, que esse direito seja garantido pela/o profissional de Serviço Social e, para tanto, reforça *“como importante la necesidad de re-incorporar metodologías comunitarias y participativas en las praxis y en el hábitus de los técnicos/profesionales”*. (Llobet Estany, Cortés Izquierdo e Alemany Monleón, 2004, p. 447)¹⁰². A UC propõe a articulação nos campos micro, meso e macro a partir da perspectiva sistémica no sentido de que “é fundamental assumir competências de intervenção social, sem, no entanto, esquecer que a casuística na qual intervimos diretamente não está dissociada dos problemas sociais existentes e emergentes na sociedade globalizada”. (Guadalupe, 2009, p. 21).

A partir da Unidade III, ganha relevância a abordagem de áreas temáticas específicas relacionadas aos contextos de aprendizagem experiencial, prioritariamente os modelos de intervenção, as questões éticas e a análise crítica-reflexiva das práticas de estágio. As Unidades V e VI aprofundam a análise das competências sob a perspectiva do Código Deontológico dos/as Assistentes Sociais e realizam um balanço do percurso de formação no contexto do exercício como profissionais.

¹⁰² “como importante a necessidade de reincorporar metodologias comunitárias e participativas na práxis e no *habitus* das/os técnicos/profissionais”. (Llobet Estany, Cortés Izquierdo e Alemany Monleón, 2004, p. 447)

5.3. CONSERVAR OU TRANSFORMAR: OS DILEMAS DA FORMAÇÃO

Sob a perspectiva da teoria crítica, ampliada pela perspectiva decolonial latino americana, como é o objetivo desse estudo, é possível identificar o que está em jogo quando se discute o que conservar e o que transformar, a partir da análise da história, dos desafios e da forma como cada currículo expressa a luta que vem sendo travada para formas profissionais capazes de atuar nos cenários necroneoliberal, tanto pelo ISSSL|UL quanto pela ESS|UFF.

Santos e Martins (2016) afirmam que em Portugal existem docentes “solitárias/os” que se apoiam no referencial de análise inspirado no pensamento marxista. Porém, a maioria das/os docentes e profissionais que se orientam pela denominada vertente crítica trabalham, sobretudo, na perspectiva de totalidade acerca das expressões da “questão social”, análise fenoménica das expressões da “questão social” e/ou utilizando diferentes aportes teóricos na análise da realidade, transitando pela Teoria Social de Marx, Paulo Freire, Escola de Frankfurt e Pós-modernos. Na perspectiva das autoras, essas tendências, ao não informarem uma linha crítica de pensamento hegemónica que oriente a formação e a prática profissional, podem expressar o dilema e o risco de um novo conservadorismo na profissão.

O currículo do ISSSL|UL (2023/2024), através dos Planos de estudos das UC's, expressa uma tendência que, em detrimento do tempo de duração do curso, que é de três anos devido ao acordo de Bolonha como já enfatizado, se apoia em esquemas operacionais e de intervenção para uma prática profissional mais conservadora no que se refere as teorias críticas. A modernidade, acolhida como realidade dada e o não questionamento da sua característica de produtora de desigualdades, fundamenta a busca por responder ao receituário neoliberal dela decorrente., onde são requeridas aptidões que respondam as demandas de inclusão e justiça de uma sociedade desigual e injusta, colocando a profissão como correprodutora de desigualdades. Os avanços na construção da reflexão crítica da categoria a partir da adoção de novos debates epistémicos, com referenciais teóricos marxistas, pós-coloniais e decoloniais e direção contestatória e emancipatória na formação, com viés de luta pela transformação social, se mostram quase invisíveis nas descrições dos planos de estudos. A análise a partir do conceito de classe social, raça e género são insipientes. Contudo, é perceptível a perspectiva que busca privilegiar a luta por justiça social e a preocupação em trazer para

as temáticas presentes nas UC's tais pautas, ainda que não estejam marcados pela reflexão de cariz crítico.

O currículo resulta do curso de Serviço Social oferecido pela ULusíada, instituição de ensino geopoliticamente situada em um país do Norte Global/Geopolítico. É possível identificar nesse contexto as marcas do colonialismo eurocêntrico de metrópole, que ainda figuram no imaginário identitário de Portugal como fonte de orgulho (Barbosa, 2022), impregna os campos sociais e comprometem as mudanças sociais mais profundas, pois trazem as sequelas da colonialidade que compõe a modernidade para o cotidiano, o que complexifica o dilema que permeia a luta entre conservadorismo e transformação.

A hegemonia da teoria marxista que norteia o currículo oferecido na ESS|UFF está em consonância com as diretrizes adotadas pelos órgãos que regem a categoria profissional, o que aponta para uma maior capacidade de promover a construção de consciência crítica entre as/os graduandas/os. Nos Relatórios de Disciplinas, se evidencia, ao longo dos cinco anos em que decorre a formação, um conteúdo em que a complexidade é privilegiada nos debates teóricos com objetivo de construir consciência profissional e crítica.

A construção de uma cultura profissional emerge da relação entre o conteúdo da formação e o perfil profissional. De acordo com Lole (2019, p. 328–329), “os currículos são pensados como elementos estratégicos para os sentidos profissionais que se deseja engendrar. De modo que eles não são apenas reflexos ou representação de uma condição objetiva dada, mas também participam da construção dessas condições”.

A presença de temas que dialogam com epistemologias emergentes, ainda que não nomeadas nas descrições das pautas das disciplinas, é perceptível num movimento crescente, que por sua vez, está em consonância com a produção científica da área, como será observado adiante no capítulo VII. Desde o movimento de reconceituação, nos currículos dos cursos de Serviço Social no Brasil é possível observar, de forma crescente, a transformação social fundamentada na teoria marxista como eixo principal das reflexões. Essa hegemonia epistémica vem sendo conservada e, contraditoriamente, se tornou um obstáculo para a aceção de contribuições teóricas que apresentam uma crítica ainda mais radical ao capitalismo, como as que vêm sendo realizadas pelas teorias pós-coloniais e decolonial.

Os desafios teóricos são muitos e são agravados ou favorecidos por aspetos ligados a trajetória do Serviço Social em cada país como o tempo de duração do curso e o que é priorizado ética e politicamente no tempo que cada curso dispõe. Os caminhos a serem percorridos pela profissão, para além de considerar tais fatores, irão refletir as escolhas teóricas expressas nos currículos. Elas são determinantes para continuar construindo o perfil profissional e a praxis das/os assistentes sociais na modernidade/patriarcal/capitalista/colonial. A capacidade para acolher e discutir epistemologicamente as perspetivas anticoloniais, decoloniais, étnico-raciais e feministas, bem como questionar os reflexos dos paradigmas eurocêtricos hegemónicos nas ciências ocidentais que assumem um ponto de vista universalista, neutro e objetivo, necessitam estar na pauta dos currículos do Serviço Social. Algo que ainda não ocorre, se observarmos os contextos português e brasileiro em suas potencialidades. A colonialidade, que atualiza permanentemente as sequelas do colonialismo se reflete em ambos os currículos e coloca obstáculos que prejudicam a reflexão crítica acerca da complexidade das novas expressões da “questão social” e que, para tanto, necessitariam se apropriar de epistemologias críticas radicais oriundas do Sul Global/Geopolítico. A dificuldade de romper com o conservadorismo que historicamente conduz a profissão para a atuação sistêmica e “neutra” abre uma fissura por onde o neoliberalismo se fortalece no currículo do ISSS|UL. No Brasil, isso se reflete na ESS|UFF através da corrente colonizadora que se manifesta na manutenção da hegemonia do marxismo como única opção teórica e política da profissão, o que dificulta o diálogo e a apropriação de epistemologias emergentes como o pensamento decolonial.

Desse modo, a partir da contextualização teórica e geopolítica dos currículos atuais do ISSS|UL e da ESS|UFF, é possível afirmar que os mesmos não apresentam conteúdos e referenciais teóricos que acolham os debates emergentes. Ainda que adotem conteúdos que podem favorecer a construção de estratégias capazes de problematizar os debates e instrumentalizar a práxis, isso se configura parcial, tendo em consideração a ausência de epistemologias críticas e decoloniais que orientem estudos e práticas e que favoreçam o pensamento crítico de forma ampla e radical da profissão.

Em ambos os contextos, os currículos acrescentam e subtraem possibilidades. Seja pela adoção de uma teoria crítica hegemónica que reflete uma colonização epistémica que limita o diálogo com autoras/es e a apropriação da decolonialidade, como ocorre no currículo da ESS|UFF ou, ainda, como ocorre na ISSS|UL que tangencia as teorias

sociológicas críticas, sejam elas marxistas ou oriundas do Sul Global/Geopolítico, o que aprofunda o risco de manutenção do viés conservador que dispõe da profissão como uma ferramenta do capitalismo neoliberal e da colonialidade.

Essas lacunas e ausências provocam demandas e fragilidades teóricas observáveis nas entrevistas com alunas e alunos. As análises apresentadas no próximo capítulo, que se apoiam nos “relatos do campo”, promovem reflexões acerca de como a epistemologia decolonial pode orientar estudos e práticas no sentido de favorecer/provocar o pensamento crítico da profissão e como os debates decoloniais que interseccionam classe, “raça” /etnia, género e sexualidade podem oferecer subsídios teórico metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social.

6. “RELATOS DO CAMPO”: A ETNOGRAFIA NA ESS|UFF E NO ISSSL|UL

A pesquisa etnográfica e as análise e reflexões que ela promoveu é o tema desse capítulo. Iniciada em abril de 2022 na ESS|UFF, o longo de seis meses a imersão no campo de pesquisa no Brasil favoreceu a observação participante, orientada pela metodologia não extrativista, baseada na reciprocidade e privilegiada pelo arcabouço teórico e metodológico decolonial. Nessa mesma perspectiva, entre janeiro e junho de 2023 e maio e junho de 2024, foram realizadas as etapas etnográficas no ISSSL|UL.

Nos “relatos de campo”, produzidos a partir da observação participante da pesquisadora, está a “alma” da pesquisa, onde a interação entre a teoria e a subjetividade do olhar da experiência em “primeira mão” formam conjuntamente o que se compreende como etnografia. Nesse contexto, serão apresentados os processos da pesquisa de campo com o objetivo de apoiar as reflexões e, principalmente, dar materialidade ao que se compreende e se adota como referência teórica, metodológica e política nesse estudo, a decolonialidade.

Iniciar as atividades da pesquisa de campo pelo Brasil não foi uma escolha aleatória. Esteve ancorada no desejo de “voltar para casa”. Após dois anos de pandemia de COVID 19, a saudade do Brasil, meu país de origem, e de todas as pessoas, lugares, sabores, cores, formas de encontro e vivência que habitavam minha memória afetiva, se impuseram ao cronograma da pesquisa, que previa o desenvolvimento da investigação empírica primeiramente em Portugal e posteriormente no Brasil. A concepção decolonial que norteia esse estudo assume o pressuposto de que uma pesquisa científica requer, além do trabalho rigoroso e da disciplina, também a curiosidade, a emoção e o prazer. Nesse sentido, tendo avaliado que a ordem da realização da pesquisa de campo não representaria implicações prejudiciais aos resultados e que o rigor científico estaria preservado, a emoção de voltar ao Brasil e o prazer de iniciar a pesquisa pela universidade onde me formei foi o caminho natural a ser seguido.

6.1. UFF - ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

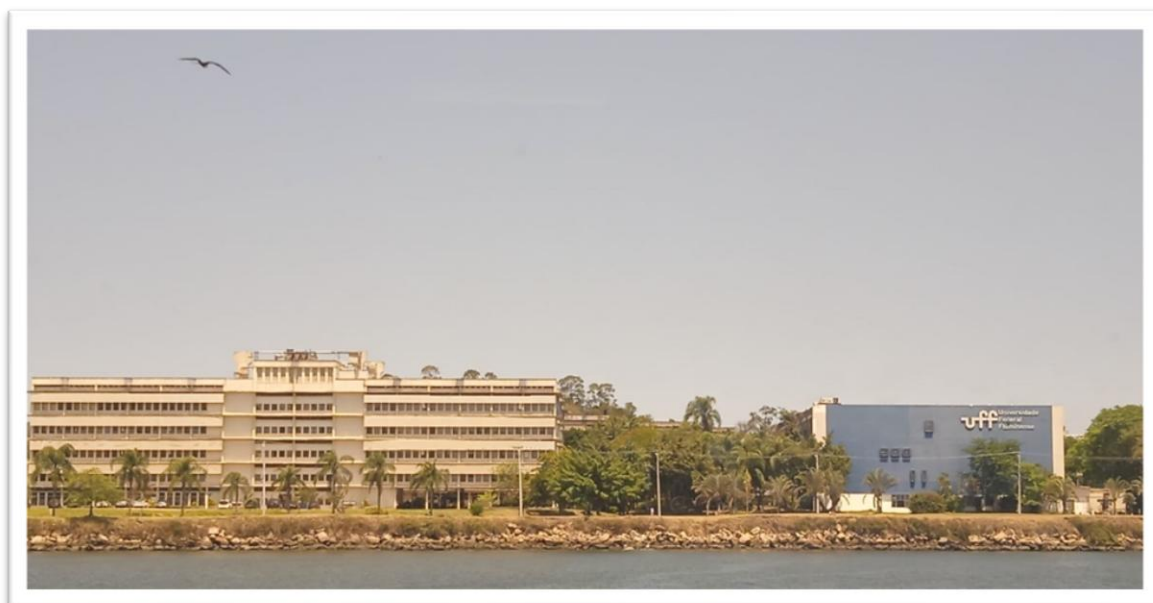


Figura 6. Campus Gragoatá |UFF. Niterói. RJ. Brasil. (2022). Arquivo pessoal

A Escola de Serviço Social se situa no Bloco E do Campus Gragoatá|UFF, em Niterói, Rio de Janeiro. Sua localização privilegiada está relacionada não apenas a deslumbrante vista da Baía de Guanabara, do Cristo Redentor e do Pão de Açúcar, mas ao acesso aos meios de transporte oriundos do centro da cidade de Niterói, do Rio de Janeiro e do interior do estado, que facilita o deslocamento de estudantes. O campus Gragoatá é composto pelos cursos das Ciências Sociais e Humanas, e onde está localizada a Biblioteca Central e o Refeitório Universitário, o que intensifica a circulação de alunas e alunos de outros campus da universidade.

6.1.1. QUANDO AS PAREDES FALAM: REFLEXOS E DETERMINANTES DO CURRÍCULO

O contexto histórico no qual se desenvolveu a etapa da pesquisa etnográfica no Brasil atravessava um momento político de permanente alerta e desconfianças geradas pela repressão de ideias e liberdades. A polarização política, promovida e alimentada pelo governo bolsonarista de extrema-direita¹⁰³, promoveu o discurso de ódio, perseguição

¹⁰³ O mandato do militar aposentado Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil decorreu de 1.º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

política, moral e discriminatória e ameaças de golpe à democracia que contaminava as relações e a vida cotidiana, potencializando as manifestações anti governo.

Tendo esse contexto no radar, a observação participante do espaço acadêmico privilegiou a estética visual dos edifícios da ESS|UFF. Nas manifestações de resistência política, o apelo à diversidade de gênero, raça e sexualidade, se buscou identificar como se estrutura a consciência crítica profissional também no chamado “currículo invisível”. Ou seja, na formação que ocorre fora das salas de aula, onde corredores, pátios e paredes externas dos edifícios podem, também, ser espaços de educação e construção de consciência transformadora, emancipatória e crítica.

“Derrotar Bolsonaro. Esperançar o futuro. Ocupar, Enegrecer & Transformar a UFF”



Figura 7. Faixa colocada na área externa do Campus Gragoatá – UFF. (2022). Arquivo pessoal

A faixa reuniu um conjunto de lutas fundamentais que surgiam do confronto à estrutura capitalista e colonial da modernidade: a colonialidade do poder. Derrotar um governo antidemocrático, conservador, neoliberal e neofascista era a forma de esperançar um futuro possível para um país que padece das doenças do colonialismo, a herança colonial, como afirma Walter Mignolo. Doenças que se originaram e originam o racismo,

que se baseiam no patriarcado cisheteronormativo do homem branco europeu que fundamenta o patriarcalismo, a misoginia, a homofobia, assim como a meritocracia e a desigualdade social que orientam o sistema capitalista travestido pelo neoliberalismo que impõe a globalização da pobreza.



Figura 8. Fachada do 1º andar do edifício da ESS - UFF. Campus Gragoatá. Painel do Diretório Acadêmico Maria Kiehl de Serviço Social (DAMK) e a imagem de Marielle Franco. (2022). Arquivo pessoal

As paredes e colunas do prédio que abriga o curso de Serviço Social dialoga com alunas e alunos, transeuntes e docentes através de posições políticas de defesa de direitos humanos e justiça como quando se refere ao assassinato de Marielle Franco¹⁰⁴. Ativista política, mulher, negra, mãe e lésbica, nascida em uma comunidade pobre e de “excluídos” do Rio de Janeiro, o complexo da Maré.

A observação das paredes favoreceu identificar a relevância da formação e da politicidade na construção da identidade profissional através da sua interação com a

¹⁰⁴ Marielle Franco (1979-2018), foi uma socióloga, ativista e política brasileira. Eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), defendia o feminismo, os direitos humanos e criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no Estácio, Região Central do Rio de Janeiro. No dia 24 de março de 2024, os irmãos Domingos Brazão e Chiquinho Brazão, com o delegado Rivaldo Barbosa, foram presos, acusados de serem os mandantes do atentado contra Marielle.

comunidade acadêmica. Nessa mesma direção, é possível identificar a linha política assumida historicamente pela UFF. A imagem de Paulo Freire no painel pintado na parede lateral do Refeitório Universitário lembra que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.



Figura 9. Mural do Restaurante Universitário. Homenagem ao centenário de Paulo Freire. Campus Gragoatá | UFF. (2022). Arquivo pessoal

Em outra mensagem, se lia “Pelo direito de entrar e de permanecer! Rebelar-se é justo”.



Figura 10. Faixa colocada na área externa do Campus Gragoatá | UFF. (2022). Arquivo pessoal

A frase estava inscrita na faixa cor-de-rosa esticada e amarrada entre as árvores para lembrar que a luta por direitos é uma das ferramentas mais importantes do Serviço Social. Através dela, se efetiva a busca da garantia de direitos e a afirmação da justiça social. E para ambas, a rebeldia parece ser o melhor caminho!

A manifestação está relacionada a agenda de debates que envolve o acesso e a permanência de jovens oriundos/as das camadas populares da população nas universidades. A mudança no perfil de estudantes se iniciou nos anos de 2000 com a política de cotas no governo do Partido dos Trabalhadores, que possibilitou o início da reparação da dívida histórica do país para com grande parte do seu povo: o acesso de jovens pobres, afrodescendentes e descendentes dos povos originários ao ensino de 3º grau gratuito. O que antes era território quase exclusivo de jovens de classe média e alta, foi matizado e mesclado por outras classes sociais, ideias e principalmente, por uma outra forma de estar no mundo.

Pelos corredores, no interior da ESS|UFF, as paredes “falavam” de questionamentos e demandas sociais, dando sentido ao espaço acadêmico como os que apontam direções para análise sobre como o processo de construção de consciência crítica e transformação social ocorre também nos espaços externos as salas de aula.

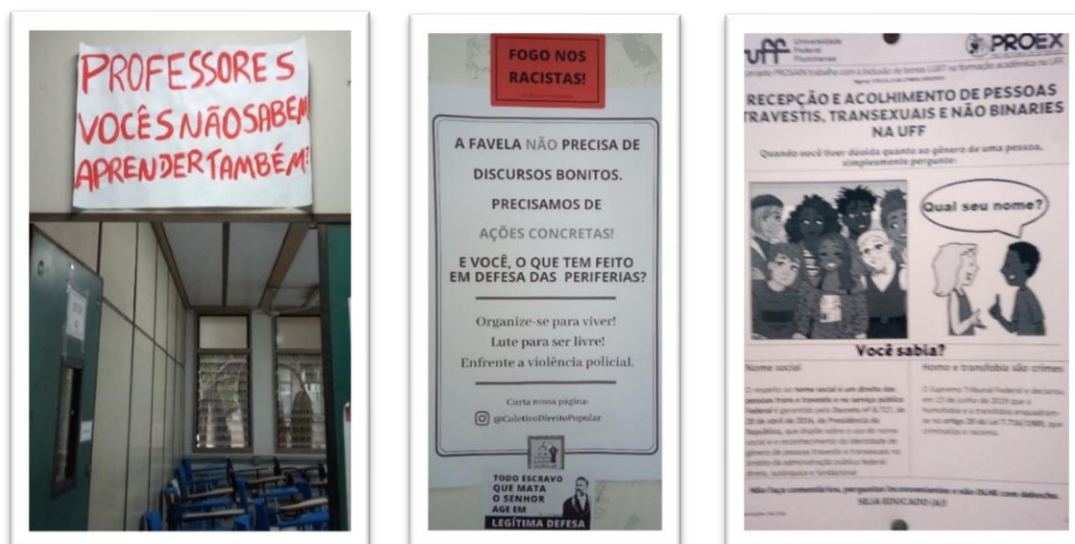


Figura 11. Cartazes colocados nos corredores das salas de aula de 2º andar. ESS|UFF. (2022). Arquivo pessoal

Nesse cenário, que reflete movimentos macro e microsociais, se foram construindo as estratégias de intervenção no campo de pesquisa. As reuniões com a coordenação do

curso possibilitaram articular a teoria e a prática metodológica desenhadas no projeto de pesquisa com a realidade institucional.

6.1.2. COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP: O INÍCIO DA PESQUISA DE CAMPO

Conforme o cronograma, a entrada no campo estava condicionada a submissão da pesquisa à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP através da Plataforma Brasil, um processo que tramitou ao longo de três meses. Sua conclusão, com o Parecer Consubstanciado do CEP (Anexo F) aprovando a pesquisa em 22 de julho de 2022 coincidiu com o período de férias escolares, exigindo que a etapa de abordagem as alunas e alunos fosse iniciada apenas em setembro. Assim, a pesquisa de campo teve continuidade com a apresentação da proposta de pesquisa na reunião com as/os docentes do curso de Serviço Social no dia 14 de setembro de 2022.

Após a apresentação do projeto na reunião de departamento, foi possível estabelecer a metodologia de abordagem as alunas e alunos a ser realizada diretamente nas salas de aula. A estratégia adotada priorizou as disciplinas do ano letivo de 2022, 2º semestre¹⁰⁵, distribuídas ao longo do curso, no sentido de acessar estudantes cursando momentos diferenciados do curso, correspondentes as etapas iniciais, intermediárias e final da graduação em Serviço Social.

Quadro das turmas abordadas por disciplinas (2022/2)

Disciplina: Fundamentos História Teoria e Metodologia do Serviço Social III (FHTMSS III) Turma: 2º ano	Disciplina: Supervisão Acadêmica de Estágio III (SAE III) Turma: 4º ano	Disciplina: Pesquisa em Serviço Social (PSS) Turma: 5º ano
---	--	--

Ao longo dos meses de outubro e novembro foram realizadas as abordagens e as entrevistas. O processo foi iniciado pela apresentação do projeto nas salas de aula como forma de sensibilizar para a participação, o que se mostrou ser uma estratégia bem-sucedida.

¹⁰⁵ No Brasil, de acordo com o Ministério da Educação ([Ministério da Educação \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)), o período letivo/acadêmico no 1º, 2º e 3º grau, em condições em que não ocorram greves, se inicia em fevereiro e se estende até dezembro com recesso para férias de 15 dias no mês de julho e 45 dias em dezembro e janeiro.

No dia 04 de outubro, a turma do 4º ano, da disciplina Supervisão Acadêmica de Estágio III (SAE III), foi a primeira a ser abordada. Antes do início da aula, foi possível observar os cartazes afixados nas paredes. Eles eram o resultado de trabalhos de alunas/os do 1º ano da disciplina Introdução aos Estudos Filosóficos e traziam imagens de pensadores maioritariamente marxianos, evidenciando a principal linha teórica do curso, e europeus. Por outro lado, a ausência de pensadores do Sul global, estudiosos da teoria de Karl Marx como José Carlos Mariátegui, sugere a necessária descolonização do Serviço Social para que amplie as bases teóricas, acolhendo referências não apenas europeias na formação.

Com a chegada do professor e das alunas, se iniciou uma breve apresentação sobre o projeto, a motivação do tema e a forma de devolução da pesquisa. Ao abordar a fundamentação teórica que estrutura o estudo, o pensamento decolonial, o interesse e a interação se ampliaram. O conceito colonialidade já era conhecido e, de acordo com as alunas, alguns TCC's se utilizariam dele para refletir acerca da questão de “raça” /etnia e gênero, pois oferece ferramentas válidas que preenchem lacunas teóricas de análise da prática. Na sequência, foram descritos os procedimentos de autorização para a participação e entregue um “resumo convite” do projeto com os contatos através dos quais poderiam marcar a entrevista.

No dia seguinte, 05 de outubro, seguindo a mesma metodologia, a abordagem foi a disciplina Pesquisa em Serviço Social (PSS) que possui a particularidade de ser oferecida em horário noturno 18h as 22h e a decisão de incluí-la na pesquisa esteve relacionada a sua importância e ao fato de ser frequentada por alunas/os do 5º ano. Também nessa turma, a decolonialidade não se mostrou uma temática desconhecida.

A última turma a ser abordada foi a do 2º ano, na disciplina FHTMSS III. Devido a pandemia, as alunas e alunos estavam presencialmente nas aulas pela primeira vez desde o ingresso na universidade. O grupo demonstrou interesse e Juan, um jovem que estava sentado no fundo da sala, agitado e questionador, imediatamente afirmou desejar participação após a aula, naquele mesmo dia. Assim, segui para a primeira das duas entrevistas do dia.

6.1.3. “BOA TARDE, QUERO PARTICIPAR DA PESQUISA”: OS CAMINHOS PARA AS ENTREVISTAS

“Boa tarde, quero participar da pesquisa” foi a frase do e-mail com o aceite do primeiro aluno para ser entrevistado. Renato Soares foi o aluno que chegou quando a apresentação do projeto já havia terminado na aula de Pesquisa em Serviço Social. Ele foi o primeiro entrevistado, das cinco entrevistas realizadas e que ofereceram momentos, materiais e “aprendências” inesquecíveis. (Vasconcelos, 2022).

Renato afirmou que havia enviado o e-mail pois seu interesse, ainda que tenha chegado no final da nossa apresentação, surgiu da leitura que fez do resumo sobre a pesquisa que foi entregue a turma. A entrevista atendeu a data que ele havia sinalizado no e-mail, sexta-feira, dia 14/10 às 15h. Renato é um homem negro, de cerca de 40 anos, muito articulado com todos e todas que circulam pela ESS|UFF. Participava do Diretório Acadêmico Maria Kiehl e dos movimentos estudantis e políticos que se organizam a partir da universidade. Durante a sua entrevista e nos desdobramentos que ela proporcionou, foi possível conhecer melhor esse futuro assistente social.

Anteriormente ao momento de realização das entrevistas, o protocolo foi o de enviar por e-mail o TCLE, o resumo do projeto e o roteiro das perguntas. Nos encontramos no segundo andar da ESS e seguimos para o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD), onde havia uma sala disponibilizada para a realização da entrevista. Inicialmente, foi questionado se possuía perguntas acerca da pesquisa e sobre o uso do equipamento para gravação de imagem e som. A leitura do TCLE foi realizada presencialmente, pois Renato não havia identificado o e-mail enviado anteriormente.

Renato cursava o 4º ano no momento da entrevista. Apresentou maturidade teórica e desenvolveu com tranquilidade as questões que orientaram a nossa conversa de cerca de 40 minutos. Demonstrou especial interesse na possibilidade de coautoria nos textos e trabalhos científicos produzidos a partir da pesquisa que faz parte da proposta de devolução. Sua narrativa, ainda que não tenha usado a palavra decolonialidade, esteve impregnada por ela.

Ao terminarmos, Juan já aguardava no 2º andar. Retornamos juntos para a sala do Núcleo para a entrevista que duraria mais de uma hora. Aos 21 anos, o jovem aluno explicitou sua posição anticolonial e solicitou que expusesse detalhadamente a

pesquisa. Autorizou o uso do gravador, sem vídeo, e ao longo da conversa, Juan contou sua história de vida e sua experiência na universidade, se descrevendo, logo no início, como um homem negro, homossexual e de favela. A construção da consciência crítica marcou as suas palavras e ao final do nosso encontro, agradeceu a minha escuta e disse estar leve por poder falar sobre si mesmo.

Dia 18/10, durante a Semana Acadêmica promovida pela ESS|UFF, houve a oportunidade de encontrar novamente com os primeiros entrevistados, Renato e Juan, e perceber que ambos se mobilizaram para divulgar a pesquisa e convidar colegas para participar. De acordo com algumas alunas, ambos disseram que “foi muito bacana conversar comigo”. A aproximação do final do período destinado a pesquisa de campo na ESS|UFF tornou urgente a necessidade de concluir as entrevistas. Ainda que não houvesse determinado qual seria o número “ideal” de entrevistadas/os, a metodologia de abordagem aguardava a saturação, ou seja, o momento em que os conteúdos das narrativas iniciam um processo de repetição, o que ainda não havia ocorrido. O retorno as turmas para lembrar do convite, a circulação pelos espaços coletivos e a permanência por algumas horas no corredor do 2º andar, lugar de concentração antes e depois das aulas, foram as estratégias adotadas. O empenho de Renato em divulgar a pesquisa e convidar os/as colegas a participar foi uma iniciativa positiva, pois despertou o desejo de participar em Paulo, aluno do 4º ano. A sua maturidade favoreceu a realização no dia 22/11 de uma entrevista rica em detalhes acerca do processo de construção da consciência crítica a partir da diversidade no espaço acadêmico. O fato de Paulo não estar matriculado em nenhuma das disciplinas em que a turma foi abordada confirmou que a relevância das abordagens deveria estar vinculada ao ano cursado e que as disciplinas definidas mantinham sua relevância como fonte de análise da Ementa.

Nos primeiros dias de novembro, através de um e-mail, Gisele manifestou seu interesse: “Bom dia, Vera, tudo bem?? Eu sou estudante de Serviço Social e estava na turma de FHTMSS III em que você foi apresentar sua pesquisa de doutorado. Gostaria de contribuir (...)”. Assim, nos encontramos no dia 08/11 para a entrevista. Ela havia lido todo o material enviado anteriormente e tivemos uma longa conversa. Como Gisele, Ana Clara manifestou interesse e combinamos nosso encontro no dia 25/11. Sua entrevista foi a quinta e última, pois com ela chegara o momento de saturação, o conteúdo do conjunto das entrevistas oferecia quantidade suficiente de material de análise para as reflexões.

No contexto da ESS|UFF, no que se refere a data da realização das entrevistas e ao ano do curso em que as/os estudantes se encontravam, todas/os vivenciaram os impactos da pandemia de COVID 19 quanto ao curso, seja no momento de ingresso na universidade ou na interrupção das aulas devido ao confinamento. As/os cinco estudantes entrevistadas/os vivenciaram a modalidade de ensino remoto e os impactos dessa experiência são parte das narrativas e serão analisados oportunamente.

Se, inicialmente, as participações foram delimitadas de acordo com o ano em que estariam cursando e vinculadas a determinada disciplina, no decurso da pesquisa essa vinculação, ano/disciplina, se mostrou irrelevante, sendo desconstruído pela dinâmica do campo. Finalmente, o que prevaleceu como resposta ao convite a participação foi o interesse individual de cada aluna e aluno e o critério relevante foi o de estarem cursando anos letivos diferenciados e que representassem o início, o meio e o final do curso.

As alunas e os alunos do curso de Serviço Social da UFF escolheram participar em resposta ao meu convite e demonstraram curiosidade pela temática, disponibilidade para estabelecer parceria e foram motivadas/os pela possibilidade de desenvolver coletivamente conteúdo teórico-científico através das publicações. Dentre todas e todos, apenas Renato se sentiu à vontade para a gravação em vídeo de sua entrevistas. Assim, todos os outros registros foram feitos em áudio. Também não solicitaram sigilo de seus nomes, de modo que são apresentados seus nomes reais.

Realizar uma investigação a partir da opção decolonial implica, necessariamente, um pensar ético-político descolonizador onde as metodologias, conceitos e o uso que fazemos do conhecimento requer o posicionamento capaz de resgatar a polifonia, no quadro de uma etnografia dialógica e libertadora que pensa em termos da interculturalidade. (Bidaseca, 2010).

Essa estratégia metodológica busca a construção crítica do fazer científico que se orienta pela construção coletiva do saber e que está na contramão da concepção do que ainda domina nossas universidades colonizadas/colonizadoras. A proposta de uma produção científica em coautorias acolhe perspectivas teóricas que desnaturalizam a relação sujeito-objeto da pesquisa. A etnografia comprometida, colaborativa e ativista se volta para desnaturalizar (ou melhor, destruir) o relacionamento assimétrico pesquisador/a-pesquisado/a. (Fals-Borda, 1979; Rappaport, 2018).

6.1.4. ALUNAS E ALUNOS PARTICIPANTES E SUAS HISTÓRIAS

Quadro de participantes da ESS|UFF

Participante	Ano do curso	Ano de nascimento	Data da entrevista	Endereço residencial
Renato Soares de Sousa	5º ano	1973	14/10/2022	Bangu
Juan Carlos Siqueira Cardoso	2º ano	2001	14/10/2022	São Gonçalo
Gisele Figueiredo Assis Siqueira	2º ano	2001	08/11/2022	Niterói
Paulo Henrique de Souza Campos	4º ano	1975	22/11/2022	Niterói
Ana Clara Iotte Marques	2º ano	2000	25/11/2022	Niterói

Quando solicitei que cada aluna e aluno contasse um pouco da sua história, eu tinha dois objetivos, o primeiro era o de criar um vínculo inicial que favorecesse o diálogo onde nossa parceria se iniciasse e o segundo foi o interesse pela trajetória individual ancorada em experiências familiares, sociais e territoriais distintas. Assim, poderia ancorar as reflexões considerando histórias de vida e território na perspectiva de compreender o lócus de enunciação de cada um/a.

O primeiro a aceitar o convite foi Renato, que em 2022 quando realizamos sua entrevista estava no 5º ano. Seu ingresso na universidade foi através da Lei de Cotas, que garante que 50% das vagas sejam ocupadas por alunas/os que atendam critérios como: baixa renda, estudante de escolas públicas, afrodescendentes e povos originários. Ainda que inicialmente desejasse cursar Direito, mas apenas tenha tido pontos para ingressar em Serviço Social, a resposta quando perguntei como se sentiu após iniciarem as aulas foi: “*amei, gostei, adorei!*”. Renato demonstrou maturidade teórica e desenvolveu com tranquilidade as questões que orientaram a nossa conversa de cerca de 40 minutos. Demonstrou especial interesse na possibilidade de coautorias, que faz parte da minha proposta e compromisso de devolução da pesquisa. Sua narrativa, ainda que não tenha o uso da palavra decolonialidade, esteve impregnada por ela. É um homem negro e estava com 49 anos quando conversamos. Nascido na Tijuca, é morador da zona oeste do Rio de Janeiro em Vila Kennedy, Bangu, o que o coloca a 47km de distância da

universidade. Casado e com filhos, Renato vende bolo e café no corredor do 2º andar da ESS|UFF para complementar a renda e seguir com seus estudos.

Juan estava com 21 anos em 2022. Era morador de uma comunidade chamada Nova Grécia, no município de São Gonçalo e fez questão de deixar clara a sua posição anticolonial. Após explicar detalhadamente a pesquisa e responder suas perguntas, percebi que poderia pedir para iniciar a gravação. Numa conversa que durou mais de uma hora, Juan contou sua história de vida, como é ser filho de mãe solo e sobrevivente da violência e da discriminação de classe, raça e gênero, e sobre sua experiência na universidade. A construção da consciência crítica marcou as palavras desse jovem estudante do 2º ano que se descreveu, logo no início da sua fala, como um homem preto, homossexual e de favela. Ao final do nosso encontro, agradeceu a minha escuta e disse estar leve por poder falar sobre si mesmo.

Gisele foi a terceira entrevistada. Era, na data da entrevista, moradora de Icaraí, um bairro tradicional de classe média de Niterói. Me contou que em sua família materna é natural cursar o 3º grau e alguns possuem mais duas faculdades, já na família paterna, seu pai foi o primeiro a estudar em uma faculdade. Se recordou que o avô não pôde frequentar a escola e estudava por conta própria, mas proibiu a esposa de fazer o mesmo. Apenas passados cinquenta anos, a avó conseguiu terminar a escola primária. Gisele contou que em sua família sempre houve grande incentivo aos estudos e ela foi a primeira da família do pai a ingressar em uma universidade pública. Não quis estudar em uma faculdade particular, pois achava muito limitante. Tinha certeza de que queria estudar na UFF, pois achava um privilégio morar na mesma cidade que uma universidade tão grandiosa. Pensava que Serviço Social era caridade e voluntariado, mas como participava do grupo de jovens da Pastoral da igreja católica, decidiu se inscrever, caso não gostasse, mudaria de curso, o importante era ser aprovada para a UFF. Quinze dias após se matricular, as aulas foram interrompidas por seis meses durante a pandemia. No ano seguinte as aulas foram ministradas através do ensino remoto e ao final desse período sentia que ainda não sabia o que era Serviço Social. Apenas após iniciarem as aulas presenciais é que ela pode confirmar que a profissão seria realmente a sua escolha: *“Nossa, eu me apaixonei!”*. Gisele estava no 2º ano em 2022.

Paulo Henrique soube da minha pesquisa por intermédio de Renato. Dentre as turmas que visitei para convidar à participação não estava a de Paulo. E foi no corredor do

segundo andar de ESS|UFF, atraída/o pelos bolos e pelo café, que nos conhecemos e ele manifestou o desejo de realizar a entrevista ao saber como havia sido por Renato. Paulo cursava, então, o 4º ano. Com 47 anos e cabeleireiro profissional, buscou o curso universitário para melhorar a renda e ter uma profissão universitária. Voltou a estudar para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹⁰⁶ que dá acesso ao ensino superior em um pré-vestibular social, voltado para *mulheres* trans chamado “Prepara Nem” promovido pelo grupo GPN de diversidade de Niterói. Achou uma experiência incrível onde aprendeu muito. Estudou para fazer o curso de História, mas passou para a UERJ e decidiu se matricular em Serviço Social porque percebeu afinidades acerca do seu pensamento com as linhas de pensamento e a defesa de direitos da profissão.

Iniciou o curso antes da pandemia de COVID-19, mas, durante o confinamento, os pais, com que morava, adoeceram e se tornaram dependentes da sua presença e devido a distância entre Icaraí e a UERJ, não era mais possível continuar o curso. A alternativa foi estudar na UFF, devido a proximidade, o que exigiu a realização novamente do ENEM. Foi aprovado, eliminou algumas matérias e continua estudando, com a intensão de seguir carreira acadêmica. “*Apaixonei!*”, ele me disse no final da nossa conversa sobre o Serviço Social.

Ana Clara foi a última entrevistada da ESS|UFF. Ela chegou para a entrevista muito animada e foi a mais longa. Sua trajetória começa no interior do estado do Rio de Janeiro. Nasceu em Paraíba do Sul, uma cidade pequena e foi criada pela mãe. Estudou em uma escola pública reconhecida por ser muito boa e depois se tornou bolsista em uma escola particular. Ana reconhece que a mãe sempre priorizou seus estudos. Por saber que a condição financeira da família não comportaria uma faculdade particular, tinha o sonho de estudar na UFF, mesmo que ainda não soubesse qual curso escolheria, mas sabia que queria uma profissão em que pudesse ajudar as pessoas.

¹⁰⁶ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. As notas do Enem podem ser usadas para acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Elas também são aceitas em instituições de educação superior portuguesas que têm acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Além disso, os participantes do Enem podem pleitear financiamento estudantil em programas do governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os resultados do Enem possibilitam, ainda, o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais. Disponível em: [Enem — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/inep). Acesso em: 20/10/2024.

Conseguiu passar na segunda tentativa para o campus da UFF de Campos e durante a pandemia conseguiu transferência para o campus de Niterói. Enfrentou o afastamento da mãe, a quem é muito ligada, e a mudança para outra cidade, ainda que não desejasse sair de Paraíba do Sul. Concluindo o 2º ano, Ana já compreendeu que não irá ajudar ninguém, irá trabalhar com a seguridade de direitos. Reconhece que se tornou mais crítica e ainda mais de esquerda porque *“toda disciplina de Serviço Social é assim, você sai com outra cabeça. Eu acho que abre muito a nossa mente pra coisas que a gente não vê. [...] o Serviço Social é realmente o que eu quero pra minha vida”*.

Numa análise preliminar, é relevante observar a composição do quadro de participantes quanto a questão de gênero e idade. Dentre as cinco entrevistas, três foram de alunos e dois deles com idade superior a 40 anos. No universo pesquisado, ou seja, o curso de Serviço Social e, conseqüentemente a profissão, a prevalência de *mulheres* é uma realidade. A marca da “feminização” é histórica e acompanha o Serviço Social desde o seu surgimento. Tal fato remete a um debate complexo acerca dos determinantes estruturados por uma cultura de gênero e interesses de classe que requer atenção, contudo, a escopo desse estudo não comporta sua análise¹⁰⁷. Ainda assim, e sem a pretensão de responder, necessita ser um dado considerado, colocando a questão de que, em um espaço ocupado maioritariamente por alunas, porque o interesse em participar foi predominantemente de alunos? Também se destaca o interesse de alunos acima da faixa etária prevalente no ensino de 3º grau.

No próximo tópico, o texto volta sua atenção para o ISSSL|UL. A marcantes diferenças que imprimiram especificidades aos campos de pesquisa, e que enriqueceram o estudo, exigiram que metodologicamente houvesse adaptações. Sem que comprometessem os resultados, as estratégias criativas para atender as características do campo priorizaram, dentre outras ferramentas, a manutenção do convite à alunas e alunos para a participação voluntária realizado em sala de aula. Como veremos, assim como na ESS|UFF, no ISSSL|UL a questão de gênero e idade se faz relevante.

¹⁰⁷ Sobre essa temática ver: BRANCO, Francisco - A profissão de assistente social em Portugal. *Lócus Soci@l*. 3 (2009) 61–89. doi: <https://doi.org/10.34632/locussocial.2009.n3>.

6.2. UL - INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA



Figura 12. Universidade Lusíada de Lisboa. UL. Alcântara, Lisboa. Portugal. (2023). Arquivo pessoal

O ISSSL|UL está localizado no campus da Universidade Lusíada de Lisboa situado na rua da Junqueira. O acesso principal se dá pelo belo edifício cor-de-rosa construído em 1734, designado, então, como a Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha. Tendo acumulado história, arrendatários e arrendatárias ao longo dos séculos, em 1983 o palácio, classificado como imóvel de interesse público, passou a posse de Cooperativa de Ensino da Universidade Lusíada¹⁰⁸. Na rua lateral se encontra outro espaço que pertence ao campus, conhecido como edifício do “ar líquido” devido haver sido anteriormente as instalações da fábrica de cilindros de oxigênio hospitalar.

A história que envolve a Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha, onde está a Reitoria da instituição, impõe de forma suntuosa a memória de outros tempos, dentre elas, a do período colonial. A presença da nobreza portuguesa ao longo dos séculos pelos seus corredores, jardins e Capela está impressa na arquitetura, nos afrescos, azulejos e bibliotecas do edifício. Alguns hábitos perduram, como a religiosidade cristã que se expressa na realização de missas nas solenidades da universidade, outros reflexos da

¹⁰⁸ [Monumentos](#). Acesso em 14/06/2024

estrutura cisheteropatriarcal e étnico racial, esses invisíveis, forma sendo identificados ao longo das entrevistas.

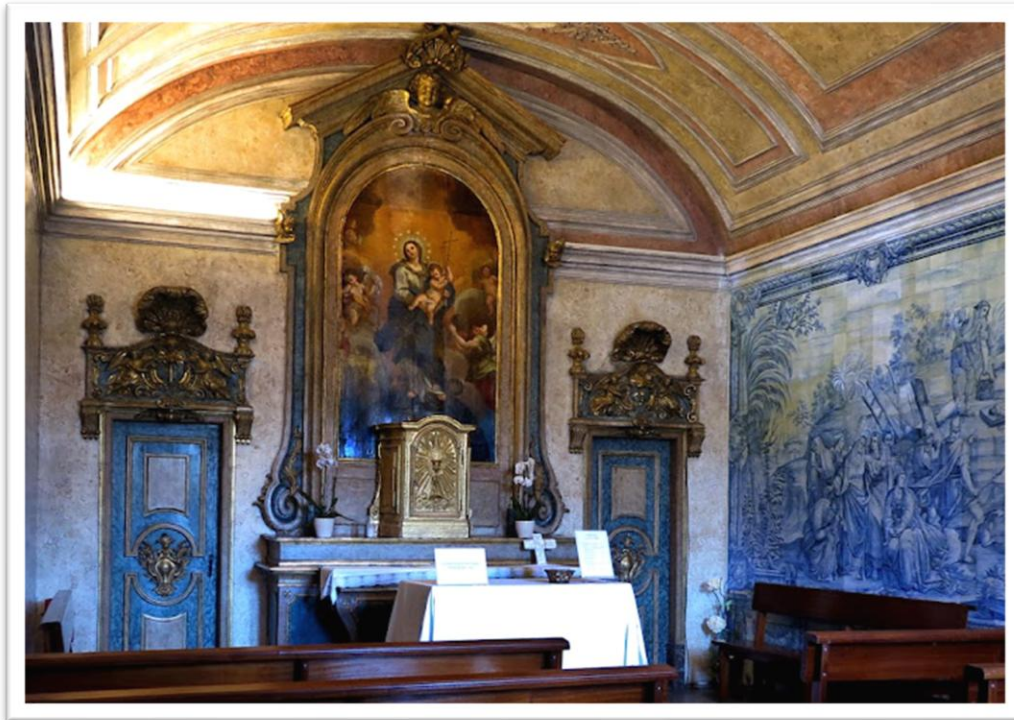


Figura 13. Capela que compõe o edifício da Casa Nobre| UL. Lisboa. Portugal. (2023). Arquivo pessoal



Figura 14. Área interna da Universidade Lusíada de Lisboa. UL. Alcântara, Lisboa. Portugal. (2023). Arquivo pessoal

A arquitetura colonial convive com as modernas instalações onde efetivamente ocorrem as formações de 3º grau. O Serviço Social é um dos quinze cursos de licenciatura oferecidos pela instituição, todos ocupam e se revezam nas diversas salas de aula envidraçadas e compartilham as dependências e espaços comuns, o que cria uma significativa circulação de alunas e alunos pelos jardins internos e pela cafeteria. Algumas disciplinas têm características multidisciplinar, sendo ministradas em turmas que conjugam estudantes dos diversos cursos.

A realização da pesquisa de campo no ISSSL teve início em janeiro de 2023 e se dividiu em dois períodos, tendo sido concluída em junho de 2024. Se buscou percorrer metodologicamente os procedimentos adotados na ESS|UFF quanto as estratégias de abordagem, porém, algumas alterações foram realizadas em decorrência do aprendizado adquirido do campo anterior, dentre elas a não vinculação das disciplinas escolhidas para terem sua pauta analisada e a abordagem as turmas. Outra alteração se referiu a dispensa da apresentação formal ao quadro docente, uma vez que se entendeu que essa etapa havia sido contemplada anteriormente por ser o ISSSL a referência institucional que promoveu o doutoramento e a UL haver aprovado o projeto de pesquisa da tese no Conselho Científico. Também a alteração do cronograma se fez premente frente a exigência da submissão da pesquisa à outra Comissão de Ética, dessa vez da UL. Até a data prevista para o início da pesquisa de campo no ISSSL não havia o requerimento da exigência de que o projeto de pesquisa fosse submetido a uma Comissão de Ética em Portugal. Contudo, essa determinação estava em andamento, tramitando na UL no mesmo período e alcançou o projeto, o que levou ao adiamento das abordagens no campo para que fosse atendida a exigência inesperada.

6.2.1. COMISSÃO DE ÉTICA PARA A INVESTIGAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUSÍADA

A realização do campo no ISSSL colocou desafios ao planejamento original, o que exigiu criatividade frente aos imprevistos. Inicialmente previsto para ocorrer em 2023, de janeiro a junho, foi preciso aguardar pelo parecer da Comissão de Ética até abril. Nesse período, a observação das dinâmicas das alunas e alunos nos espaços coletivos da universidade favoreceu algumas reflexões não específicas acerca de estudantes de Serviço Social, uma vez que não era possível identificar a que curso frequentavam as jovens e os jovens que transitavam pelos jardins, pela cafeteria e biblioteca. Foi possível identificar, contudo, algumas características como “raça” /etnia, idade e gênero. Predominavam, na percepção visual, as peles brancas, a faixa etária entre 20 e 25 anos

e certo equilíbrio quanto ao género. Na estética dos espaços destinados as aulas e nas áreas externas a eles, os cartazes continham informes apenas da própria universidade.

Enquanto aguardávamos o parecer da Comissão de Ética da UL, a observação das apresentações das experiências de campo de estágio na turma do 3º ano no dia 28 de março, favorecida pelo convite da professora Isabel Sousa, possibilitou o conhecimento de alguns cenários referentes aos estágios. Nas quatro experiências trazidas pelas alunas estavam as de duas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e outras duas em Instituição Particular de Solidariiedade Social (IPSS). Em comum nos relatos se identificavam questões ligadas aos recursos públicos escassos, dilemas éticos, racismo institucional e baixa adesão do público aos serviços. Dentre as temáticas, chamou atenção a que abordava o racismo institucional dirigido a imigrantes, refugiados e refugiadas. “Eu trocava a equipe toda!”. Essa foi a expressão utilizada pela jovem aluna que apresentou sua experiência nesse equipamento. Ela deixava, assim, transparecer sua indignação com o tratamento dispensado pela equipe da “Casa” aos usuários e usuárias. A adoção de abordagens baseadas em estereótipos, as barreiras linguísticas, a inadequação da política de atendimento em relação a idade e falta de capacitação de profissionais de todos os níveis, inclusive de assistentes sociais, contribuíram para que a aluna estampasse nos seus slides as frases, atribuídas a equipe, que ouvia cotidianamente no seu campo de estágio:

- Imigrantes, refugiados, traficantes, terroristas, é tudo a mesma coisa.
- Porque é que não ficam lá na terra deles?
- Levem-nos vocês para vossas casas.
- Porque é que não ajudam os vossos, que bem precisam, em vez de andarem a ajudar essa gente?
- Eles entram por todo lado e não há controlo. A polícia não faz nada.
- Os refugiados vêm para cá roubar os nossos empregos.
- Eles vivem às nossas custas.
- Essa gente não são uns coitadinhos! Eu também tenho problemas e não é por isso que saí do meu país.

Sob a perspetiva teórica decolonial, o racismo institucional é compreendido como uma expressão da colonialidade. As frases apontam para a existência de uma estrutura de sociedade baseada no racismo, que impacta o cotidiano profissional sobremaneira. Sobre o racismo europeu, Dijk (2006, p. 20–21) afirma que,

Es habitual describir, explicar e incluso excusar el racismo actual en Europa relacionado con los incrementos masivos de inmigrantes no europeos, una explicación que puede ser caracterizada como otra forma de culpar a la víctima. Sin embargo, hay argumentos que muestran que esta inmigración simplemente desencadenó agravó lo que ya existía. En primer lugar, hay muchas formas de racismo europeo dirigido a minorías existentes en Europa que no están desencadenadas por un aumento de la inmigración, como es el caso, ms espectacular, del antisemitismo ampliamente extendido (Reisigl y Wodak, 2001; Wodak et al., 1990) y la discriminación de los romanes (gitanos) sobre todo en Europa del Este y España (Garrido, 1999; San Romn, 1986). En segundo lugar, durante el colonialismo, muchos europeos realizaron muchas formas de discriminación racial y violencia en las colonias y difícilmente se puede atribuir este racismo a la inmigración de los otros: fueron los europeos los que emigraron, robaron la tierra y dominaron a los otros. En tercer lugar, a través de la historia de Europa, las élites europeas han estado escribiendo textos racistas sobre otros no europeos, incluso cuando éstos no eran inmigrantes en Europa. Y finalmente, examinando modelos de racismo contemporáneo en Europa, encontramos que precisamente las élites, cuyo racismo se examina aquí, tienen menos contactos cotidianos con los inmigrantes. Ésto también sucede con el racismo popular, que no es más ostensible en los vecindarios pobres con muchos inmigrantes, sino precisamente en los barrios (populares o de élite) donde la gente teme la posible inmigración.¹⁰⁹

Essa observação, que fez parte da 1ª fase da pesquisa de campo no ISSSL|UL, na qual as alunas do 3º ano apresentaram suas experiências de estágio, resultou nas duas entrevistas que vieram a ser realizadas online posteriormente. Ainda que, sem ser possível apresentar o projeto durante a aula, um contato posterior e informal com as

¹⁰⁹ É comum descrever, explicar e até desculpar o racismo atual na Europa relacionado com o aumento maciço de imigrantes não europeus, uma explicação que pode ser caracterizada como outra forma de culpabilização das vítimas. Contudo, há argumentos que mostram que esta imigração simplesmente desencadeou e agravou o que já existia. Em primeiro lugar, existem muitas formas de racismo europeu dirigidas às minorias existentes na Europa que não são desencadeadas pelo aumento da imigração, como é o caso mais espetacular de antissemitismo generalizado (Reisigl e Wodak, 2001; Wodak et al., 1990) e discriminação contra os Romani (ciganos), especialmente na Europa Oriental e Espanha (Garrido, 1999; San Romn, 1986). Em segundo lugar, durante o colonialismo, muitos europeus praticaram muitas formas de discriminação racial e violência nas colônias e este racismo dificilmente pode ser atribuído à imigração de outros: foram os europeus que emigraram, roubaram as terras e dominaram os outros. Terceiro, ao longo da história europeia, as elites europeias têm escrito textos racistas sobre não-europeus, mesmo quando não eram imigrantes na Europa. E, finalmente, examinando os modelos de racismo contemporâneo na Europa, descobrimos que precisamente as elites, cujo racismo é aqui examinado, têm menos contactos diários com os imigrantes. Isto também acontece com o racismo popular, que não é mais evidente em bairros pobres com muitos imigrantes, mas precisamente em bairros (populares ou de elite) onde as pessoas temem uma possível imigração. (Dijk, 2006, p. 20–21). (Tradução da autora).

alunas na biblioteca da UL deixou encaminhada, através da troca de contatos, uma possível conversa sobre a pesquisa em momento oportuno.

No dia 03 de abril de 2023, com o parecer favorável da Comissão de Ética da Universidade Lusíada (Anexo E), foi possível iniciar oficialmente as primeiras abordagens no campo. Contudo, o período previsto no cronograma para a apresentação do projeto nas salas de aula e a realização das entrevistas estava comprometido, não havendo mais tempo para que fossem realizadas.

O contato com algumas alunas do 3º ano, a partir das trocas informais na biblioteca, foi uma das estratégias encontradas para avançar na pesquisa de campo. A todas foi encaminhado um e-mail contendo o resumo do projeto, um texto com o convite a participação e o pedido de ampla divulgação entre as colegas de turma. A resposta positiva veio de duas delas, Ana Aires e sua colega¹¹⁰, que optaram pela modalidade online para a realização de entrevista. Contudo, essa iniciativa não seria suficiente para o adequado desenvolvimento da pesquisa de campo em Portugal considerando a experiência de campo vivenciada no Brasil. Assim, a ampliação do cronograma foi avaliada e concluí que um segundo período destinado a visita as salas de aula e as entrevistas no ISSSL seria necessário. A alternativa que se apresentou foi a de realizar nova etapa do campo em 2024, estendendo em mais um ano a duração do doutoramento.

6.2.2. O CAMPO EM DOIS TEMPOS: AS ENTREVISTAS

Nos meses de maio e junho de 2024 se desenvolveu a segunda etapa da pesquisa etnográfica e as entrevistas no ISSSL. O período em que se realizou encontrou alunas e alunos na última semana de aula e em preparação para os exames que se iniciariam na semana seguinte e, ainda, alguns feriadados.

A metodologia de abordagem foi alterada. O critério para visita às salas de aula manteve a apresentação do projeto de tese nas turmas do 1º, 2º e 3º ano, contudo optei por realizá-la nas disciplinas em que a regente era a professora Isabel Sousa e não as disciplinas escolhidas para a análise das Ementas. Essa alteração considerou que não haveria implicações metodológicas e prejuízos às análises e reflexões, uma vez que

¹¹⁰ A entrevista da aluna não foi alvo de análise devido a ausência do TCLE assinado.

seriam os mesmos grupos de alunas e alunos nas distintas disciplinas. Essa decisão agilizou o desenvolvimento das abordagens pois, sendo a professora Isabel Sousa regente em disciplinas nos três anos em que se desenvolve o curso, foi possível, ao longo da primeira semana, abordar a totalidade de alunas e alunos.

Quadro das turmas abordadas por ano letivo

Disciplina: Observatório da Realidade Social (ORS) Turma: 1º ano	Disciplina: Supervisão, Acompanhamento e Aconselhamento em Serviço Social (SAASS) Turma: 2º ano	Disciplina: Estágio Turma: 3º ano
---	--	--------------------------------------

A apresentação breve do projeto nas três turmas encontrou grupos atentos. A distribuição de uma ficha onde poderiam anotar seu interesse em participar foi bem recebida e, pelo volume de fichas preenchidas e entregues, a disponibilidade em participar parecia favorável. A primeira turma abordada no dia 27/05 foi a do 2º ano na disciplina SAASS. Um total de seis alunas e dois alunos manifestaram interesse. Durante a breve conversa, um aluno solicitou que esclarecesse sobre o conceito colonialidade. Sofia, uma das alunas, imediatamente decidiu pela sua entrevista na mesma manhã, após o término da aula e seu colega Cezare teve a mesma iniciativa, combinando para as 14:00 o nosso encontro. Houve tempo para enviar por e-mail a ambos o resumo do projeto, o TCLE e o roteiro da entrevista.

Numa sala cedida pela universidade, encontrei primeiro com Sofia. Uma socióloga de 48 anos com quem conversei por longo tempo. Entre perguntas e comentários, falamos sobre as teorias convergentes entre a sociologia e o Serviço Social, sobre como para ela o Serviço Social foi uma escolha a partir da sua prática profissional e da necessidade que sentia de obter ferramentas para a intervenção.

Após o encontro com Sofia, a visita realizada foi à turma do 1º ano durante a aula da disciplina ORS. Assim como o grupo anterior, as/os estudantes desconheciam o conceito decolonial ou o confundiam com o período colonial. Também o número de interessadas foi significativo pois, quatro alunas devolveram as fichas preenchidas.

Antes das 14:00, uma mensagem de Cezare informava que já estava liberado para a entrevista. Nos encontramos em outra sala cedida pela universidade e, ao chegar, imediatamente seu sotaque me fez perceber que ele era proveniente da região nordeste do Brasil. Cezare se identificou dizendo que nasceu em Recife, Pernambuco, tinha 59

anos e pertence à comunidade LGBTQIAPN+. Contou que migrou inicialmente para a Inglaterra e desde 2017 vive e trabalha em Portugal. Sua trajetória promoveu uma rica narrativa e uma longa conversa.

No dia seguinte, iniciei a transcrição das entrevistas de Sofia e de Cezare. Uma surpresa foi constatar que o registo do áudio de Cezare não estava disponível. Um contratempo que pôde ser corrigido pelo vínculo que estabelecemos durante a entrevista e a disponibilidade gentil de Cezare para marcarmos nova entrevista para o dia 04 de junho.

No dia 28/05, pela manhã chegaram algumas mensagens das alunas que desejavam desmarcar as entrevistas. Todas justificadas pelo volume de tarefas e compromissos do período. Dentre elas, contudo, a mensagem de Matilde, aluna do 1º ano, confirmava a sua participação para as 16:00. Quando nos encontramos pude recordar que havia sido ela a levantar as questões durante a apresentação do projeto na sua turma. Muito curiosa, Matilde se interessou em saber mais acerca da Teoria Crítica Decolonial e pôde distinguir colonialismo de colonialidade.

A turma do terceiro ano foi abordada durante a disciplina de Estágio no dia 29/05. O grupo de alunas estava envolvido na produção do TCC, juntamente com as provas finais e, ainda assim, sete alunas, a maior parte da turma presente, demonstrou interesse em participar agendando entrevistas para o dia 04/06. Os dias que se seguiram foram preenchidos por transcrições e devolutiva para que fossem lidas, alteradas e/ou corroboradas pelas/os alunas/os já entrevistadas/os. No dia 04/06, retornei à universidade, contudo, dentre as seis entrevistas agendadas, apenas duas se realizaram, a de Maria Mendes, aluna do 2º ano e a de Cezare, pela segunda vez.

Maria Mendes contribuiu com uma entrevista longa que demonstrou a complexidade com que percebe a profissão e com uma percepção crítica que apontou caminhos de análise e reflexões. Na sequência, Cezare, que já aguardava do lado de fora da sala, presenteou a pesquisa com uma nova entrevista. Tão intensa quanto a primeira e mais longa ainda. Com ela foi possível perceber que havia chegado à saturação das narrativas e que poderia encerrar as abordagens.

A ausência de entrevistas com alunas e alunos do 3º ano nessa segunda fase do campo no ISSSL foi compensada pelas entrevistas realizadas online em 2023. O formato híbrido não prejudicou os conteúdos e vínculos, pois o número de entrevistas estava equilibrado entre ambos os campos e, principalmente, quanto ao conteúdo e diversidade

de ano cursado, género e idade. Também com o grupo de entrevistadas/os no ISSS|UL, prevaleceu a preferência pelas gravações apenas em áudio. Assim como a manutenção dos nomes, sem a solicitação do sigilo quanto a eles. Desse modo, serão apresentados integralmente.¹¹¹

6.2.3. ALUNAS E ALUNOS PARTICIPANTES E SUAS HISTÓRIAS

Quadro de participantes do ISSSL|UL

Participante	Ano do curso	Ano de nascimento	Data da entrevista	Endereço residencial
Ana Luíza Fontoura Aires	3º ano	1998	24/04/2023	Sintra
Sofia Alexandra Braga Gonçalves Silva Pereira de Sousa	2º ano	1976	27/05/2024	Lisboa
Cezare Raimundo dos Santos	2º ano	1964	27/05/2024 04/06/2024 ¹¹²	Lisboa
Matilde Viegas Martins	1º ano	2004	28/05/2024	Lisboa
Maria de Fátima da Silva Mendes	2º ano	2022	04/06/2024	Lisboa

Assim como metodologicamente foram encaminhadas as abordagens na ESS|UFF, onde a história de cada participante foi fundamental para o estabelecimento de vínculo e para as análises que viriam a ser realizadas das entrevistas, também a apresentação do que foi compartilhado por elas e eles acerca de sua história será apresentada.

Ana Luíza, com 24 anos, cursava o terceiro ano em 2023 quando conversamos. Sua entrevista foi a única no formato online. Nossa aproximação ocorreu na primeira etapa da pesquisa de campo no ISSSL|UL. Eu a conheci quando assisti como ouvinte as apresentações na disciplina de Estágio, enquanto aguardava o parecer da Comissão de

¹¹¹ O contexto do ISSSL|UL difere da ESS|UFF quanto a vivência dos impactos da pandemia de COVID 19. Dentre as/os cinco estudantes entrevistadas/os, apenas uma aluna do 3º ano experimentou a modalidade de ensino remoto. Desse modo, esse tema não figura como relevante das narrativas.

¹¹² Um problema no equipamento, que acarretou a perda da gravação da primeira entrevista realizada com Cezare, criou a necessidade da mesma ser realizada em uma segunda data.

Ética da UL. Como naquele momento ainda não poderia realizar as entrevistas, guardei o seu contato. Assim, realizamos nossa entrevista meses mais tarde. Para Ana, o mais importante é trabalhar com pessoas. Sempre gostou, afirmou. Com 13 anos começou a pensar em ser educadora de infância e se interessou em ser psicóloga, logo depois, decidiu que queria algo mais abrangente e iniciou o curso de técnica em apoio psicossocial. Teve experiência com pessoas idosas, mas prefere mesmo as crianças. Fez muitos cursos e estágios. O último, em uma casa de acolhimento para crianças e jovens em perigo, foi o lugar que mais gostou de estagiar. Então, iniciou a licenciatura em Serviço Social em 2020. Gosta muito do curso, mas tem dúvidas se será essa sua profissão. Acredita que a falta de recursos e a dificuldade em dar respostas aos problemas sociais é fonte de frustração.

Sofia foi a primeira a manifestar desejo de participar quando apresentei a pesquisa na turma do 2º ano do ISSSL em 2024. Com 48 anos, casada e com dois filhos, mora em Lisboa e, assim como o pai, possui licenciatura em Sociologia. Ela começou a entrevista me contando que, quando criança, seu pai a acompanhava à escola e era possível presenciar suas discussões acerca das teorias sociológicas e isso a despertou para a profissão. Mais tarde, decidiu cursar Serviço Social porque sentia necessidade das ferramentas para a intervenção social que lhe faltavam como socióloga. Como profissional e estudante, percebe a inclusão da pessoa com deficiência como uma temática relevante, pois está relacionada com sua experiência familiar. Deseja estar *“apetrechada para saber agir, acompanhar, estudar e poder ajudar a outros “Pedros” que haja exatamente nessa área”*. Sofia trabalhou como socióloga na Câmara de Lisboa e a vivência com uma equipe interdisciplinar foi relevante na compreensão de que os saberes são complementares e que a reunião deles é o que aponta as alternativas para a resolução dos problemas.

A conversa com Cezare aconteceu duas vezes. Sou grata pela disponibilidade dele. Por algum motivo, a gravação da primeira entrevista se perdeu e precisei pedir que a repetíssemos. Muito gentil, Cezare atendeu ao meu pedido. Desde a primeira frase, pelo sotaque, percebi que estava diante de um brasileiro. Nascido em Recife, Pernambuco, região nordeste do Brasil em 1964, migrou nos anos 2000 para a Europa. Antes de morar em Portugal viveu na Inglaterra por quinze anos para estudar inglês e nesse período trabalhou como auxiliar de ação direta domiciliária a pessoas com HIV+. Contou que, como estava irregular no país, foi necessário que saísse e então veio para Portugal e iniciou o trabalho em um lar de pessoas idosas. Fez curso de técnico de auxiliar de

ação direta e no atual emprego conheceu um colega que cursava Serviço Social. Através dele, conheceu mais sobre a profissão e decidiu estudar. Atualmente com 59 anos, Cezare se reconhece como assistente social já no segundo ano do curso. Ele falou das transformações que vem experimentando, revendo seus próprios preconceitos e identificando melhor quando é alvo deles. O idadismo por ser estudante quase aos 60 anos, a xenofobia por ser imigrantes, o racismo por ser pardo e a homofobia por ser da comunidade LGBTQIAPN+ foram alguns exemplos que ele citou. Com indignação ele relatou as práticas de assistentes sociais de desrespeito a usuárias/os que observa no seu local de trabalho. Cezare, de forma alegre e irreverente, me disse que quer se tornar assistente social para fazer a diferença.

Maria de Fátima estava com 22 anos quando a entrevistei. Nascida na freguesia da Penha de França, se definiu como uma pessoa que gosta de estar sempre a aprender. Por isso, quando concluiu o secundário quis ir para a universidade. Maria disse que sempre gostou de Sociologia e Psicologia, mas o interesse pelo Serviço Social foi despertado por uma professora que disse a via como uma futura assistente social. Por isso começou a pesquisar, mesmo achando que o Serviço Social era uma prática assistencialista ou voluntariado, até que descobriu que era totalmente diferente. Ela gosta de pensar que sua capacidade de saber ouvir, comunicar, não julgar e desejar fazer mais do que ajudar as pessoas são boas capacidades para ser assistente social. Considera que pensar diferente de seus avós acerca de determinados temas, como sexualidade, e ter suas opiniões respeitadas, é importante para promover mudanças internas visando transformações maiores, e isso vem acontecendo na formação em Serviço Social. Maria finalizou nossa conversa dizendo: *“acho que essa é a minha missão no mundo, não é ajudar, não é só transformar, mas é fazer parte de algo bonito que é mudar a vida de uma pessoa”*.

Matilde cursava o primeiro ano e estava com 19 anos em 2024. Para ela, trabalhar e estar com pessoas sempre foi uma certeza do que gostaria de fazer como profissional. Desde pequena fez voluntariado em acampamento de crianças, na recolha de alimentos e queria trabalhar com algo que ajudasse as pessoas a saírem da exclusão social. Um dia, uma amiga que cursou Serviço Social perguntou se já havia pensado em ser assistente social. Então ela falou sobre a profissão e Matilde pensou: *“era uma coisa que eu poderia fazer para o resto da vida”*. Agora que iniciou o curso percebe que faltava a teoria nas atividades que fazia como voluntária e que essa é uma grande diferença.

A metodologia de abordagem a alunas/os do ISSSL|UL seguiu as mesmas estratégias para apresentar e realizar o convite à participação utilizado na ESS|UFF. Também foi respeitada a iniciativa e o interesse individual em agendar e realizar as entrevistas.

Novamente, uma análise do quadro de participantes sugere questões, que ainda que não sejam respondidas aqui, tendo em vista o escopo da pesquisa, merecem destaque se considerarmos a questão de género relativamente à profissão e idade, se considerarmos a prevalência da faixa etária na formação universitária. De forma tangencial, algumas repostas a essas questões irão emergir nas análises das narrativas que compõem o próximo tópico, que se configura no momento de ouvir o que nos dizem as alunas e os alunos da ESS|US e do ISSSL|UL acerca da formação e das lacunas teóricas onde a decolonialidade se torna estratégica e urgente.

6.3. TEORIAS E FORMAÇÃO CRÍTICA: AS NARRATIVAS DA ESS|UFF E DO ISSSL|UL

Esse tópico apresenta as análises, sob o escopo teórico e os objetivos que fundamentaram esse estudo, as narrativas orais emergidas através das entrevistas. Para tanto, recorre a trajetória que se inicia na formação, e que irá futuramente instruir a práxis profissional, utilizando como estratégia epistemológica e metodológica a perspectiva decolonial para identificar como os currículos académicos expressam as estratégias epistemológicas para expandir e complexificar os debates e instrumentalizar a *praxis*, como a decolonialidade pode orientar estudos e práticas nos currículos no sentido de favorecer/provocar o pensamento crítico e a identidade profissional e como os debates decoloniais que interseccionam classe, “raça” /etnia, género e sexualidade podem oferecer subsídios teórico metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social.

Tendo essas questões como norteadoras, a análise das narrativas busca identificar as lacunas teóricas que limitam reflexões mais profundas acerca da realidade social e das novas expressões da “questão social”.

Vamos imaginar, há onze anos, atualmente há situações que cada vez mais vêem-nos à cabeça exemplos que outrora estavam mais fugidos da realidade. Atualmente, parece que eles foram pintados em todas as cores, por vezes de forma berrante e que é difícil, mesmo que estejamos distraídos, vamos os ver. (Sofia, 2º ano. ISSSL|UL. Entrevista realizada em 2024).

Sofia faz uma analogia bastante pertinente para explicitar como percebe a complexidade da exclusão social, a emergência de novas formas de exclusão e a impossibilidade de permanecerem invisibilizadas. Na sua percepção, as questões ligadas a classe, raça/etnia, gênero e sexualidade ganharam destaque e deixaram a invisibilidade em Portugal na última década e seguem exigindo serem vistas, se impondo em “cores berrantes” aos olhos até mesmo das/os “distraída/os”.

A observação de Sofia acerca das problemáticas relacionadas às novas expressões da “questão social” está ligada a hierarquia global de superioridade e inferioridade humana exercida como estrutura de dominação durante os últimos séculos por um “*sistema imperialista/occidentocêntrico/cristianocêntrico/capitalista/moderno/colonial*”.

(Grosfoguel, 2012, p. 93). Contudo, o aprofundamento da reflexão nesse sentido não ocorre, mantendo na superficialidade a percepção da estudante.

Poderá ser observado ao longo desse tópico que a insurgência de temas que emergem das sequelas/feridas coloniais é constante. A colonialidade se fez presente de formas diversas em todas as narrativas, ainda que não tenha sido nomeada.

As autoras e os autores das narrativas que constituem as entrevistas cursam Serviço Social por escolha ou por contingência. As motivações são diferenciadas e se conectam com a experiência humana vivenciada individualmente. Contudo, é no coletivo dos espaços da sala de aula, e não só, que elas e eles acessam e constroem uma identidade profissional mediada pelos currículos oferecidos por cada instituição a que estão vinculadas/os.

É relevante mencionar que, no contexto vivenciado pelas/os alunas/os da ESS|UFF, a dinâmica acadêmica foi atravessada pela pandemia de Covid-19. Para Gisele, Ana Clara, Juan, o primeiro ano do curso foi frequentado através do ensino remoto. Contudo, a partir do retorno às aulas presenciais e da vivência acadêmica que a acompanhou, com as reflexões acerca das dinâmicas sociais e do papel desempenhado pelo Serviço Social dentro delas, as narrativas apontam caminhos para construir uma identidade profissional assente na formação crítica. Para Paulo Henrique e Renato, que já haviam iniciado o curso quando as aulas foram interrompidas e posteriormente assumiram o formato remoto, o impacto dos dois anos de pandemia foi sentido apenas como atraso e desorganização do calendário das disciplinas em relação ao ano cursado.

No contexto vivenciado no ISSSL|UL por Sofia, Cezare, Matilde e Maria de Fátima, a necessidade de ensino remoto não foi uma realidade, tendo em vista o momento em que foram realizadas as entrevistas, e para Ana Luíza, que cursava o terceiro ano em 2023, a modalidade e seus impactos não foram abordados na sua narrativa.

O processo etnográfico favoreceu o estabelecimento de vínculos entre as/os participantes da pesquisa, e através dele, a observação participante, bem como as entrevistas semiestruturadas, ampliaram as articulações teóricas pois, *“las preguntas nos empujan a seguir pensando, sintiendo y accionando a la vez”*. (Catherine Walsh, 2024).¹¹³

É justamente desse fazer etnográfico, em que o pensar, o sentir e o agir foram convocados pelos questionamentos, é que emergiram as narrativas de Renato, Juan, Gisele, Ana Clara, Paulo Henrique (ESS|UFF) e Ana Luíza, Sofia, Cezare, Matilde e Maria de Fátima (ISSSL|UL). Eles e elas são *“sujeitos/as”* da pesquisa. Trazem consigo histórias que tornam a escuta etnográfica um lugar de protagonismo e agência onde vozes e saberes criam coautorias estabelecidas por uma relação de reciprocidade entre quem pesquisa e quem participa da investigação.

De forma predominante, as narrativas refletem consciência crítica, apropriação teórica e capacidade de reflexão significativas das/os participantes. Esse fator ofereceu valiosas possibilidades para a análise e as reflexões da pesquisa. A participação de caráter voluntário e em decorrência da apresentação da perspectiva teórica decolonial do estudo nas salas de aula e do convite à participação, despertou nessas/es alunas e alunos o desejo de colaborar. A motivação, identificada nas entrevistas, foi o fato de se identificarem com a perspectiva crítica da pesquisa.

Separados por um Atlântico, os dois grupos de estudantes se comprometeram e contribuíram para que o caminho da pesquisa criasse pontes epistêmicas no sentido de responder ao conjunto de indagações que motivaram o estudo.

As narrativas, ao mesmo tempo em que respondem direta ou indiretamente às perguntas que deflagraram a pesquisa, também apontam caminhos e colocam novas questões. Elas expõem como vêm se construindo a formação e se a perspectiva de

¹¹³ “As perguntas nos levam a continuar pensando, sentindo e agindo ao mesmo tempo”. (Tradução da autora).

pensar, sentir e agir são parte dela. Questionam como exercer uma práxis profissional capaz de realizar ações de solidariedade global que considere os movimentos interseccionais que estruturam as novas expressões da “questão social”. Desafiam a promover uma visão transnacional e anticapitalista das lutas por justiça social a partir de lócus geopolíticos distintos.

Nesse contexto, a apresentação das reflexões segue de acordo com as Categorias de Análise, construídas a partir das entrevistas e que recebem como título excertos delas. Sob a forma de frases, elas imprimem no texto a voz das/dos participantes desse estudo. Suas narrativas serão apresentadas conjuntamente, promovendo um diálogo entre elas no sentido de dar unidade as análises.

6.3.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Considerando tais desafios, as Categorias de Análise foram elaboradas a partir das reflexões teóricas construídas ao longo desse estudo e apresentadas nos capítulos I e II, bem como, e principalmente, a análise dos currículos e do conteúdo das entrevistas em articulação com o Roteiro de Entrevista Semiestruturada e Técnicas de Implementação utilizado para sua realização (Apêndice B) que compõem os capítulos IV e V. Assim, elas estão agrupadas em quatro eixos principais e seus desdobramentos:

- *“Nossa! Eu me apaixonei”*
 - Encontro com o Serviço Social
 - Encontro com o projeto profissional
- *“Ninguém está sozinho dentro de uma exclusão social”*
 - Construção da consciência crítica
- *“Pouco ou nada é falado”*
 - Lacunas teóricas
- *“Pô irmão, puxa a questão racial”*
 - Aportes decoloniais

6.3.1.1. “NOSSA! EU ME APAIXONEI”

A primeira Categoria de Análise é resultante da emoção que por diversas vezes surgiu nas narrativas. Ela envolve o processo através do qual alunas e alunos se apropriam do Serviço Social e do projeto profissional mediado pelas teorias sociais e pela história do Serviço Social. *“Nossa! Eu me apaixonei”* foi a expressão usada por Gisele, e não

apenas por rela, para me dizer como se sentiu quando compreendeu o que era o Serviço Social como profissão e como Projeto ético-político.

- **ENCONTRO COM O SERVIÇO SOCIAL**

Os caminhos que conduziram cada participante à decisão de cursar Serviço Social foi sempre a primeira pergunta da entrevista: “[...] gostaria que você falasse um pouquinho da sua história e como essa sua história orientou seu caminho para que chegasse até aqui na universidade, no Serviço Social”. (Pesquisadora). Com essa pergunta, meu objetivo era o de acessar a subjetividade e a conexão entre a escolha profissional e o entendimento da sua relação com cenário global.

Na dialética entre contextos micro e o macro foi ampliada por narrativas centradas na história pessoal relacionada às expectativas sobre a profissão e a articulação desse/a “sujeito/a” histórico resultante e imerso numa estrutura globalizada neoliberal com um exercício profissional que tem como objetivo a transformação, se vista através do Projeto ético-político marxista, e a justiça social.

É possível observar o impacto que representou o contexto pandêmico, o confinamento e, conseqüentemente, o ensino remoto principalmente para as/os alunas/os que vivenciaram essa realidade no início do curso. Se evidencia para esse grupo o grande diferencial que representa as reflexões provocadas pelos conteúdos apresentados presencialmente nas disciplinas e também os conteúdos que circulam pelos corredores da universidade. Foi assim para Gisele, Juan, Ana Clara e também para Paulo, que experimentou inicialmente a compreensão da profissão em outra universidade. Essa vivência apaixonante, que ocorre em primeira mão, foi mediada tanto pela reflexão teórica quanto pela experiência acadêmica.

[...] Aí, anunciaram que ia voltar (as aulas) em 2022, primeiro período presencial, período passado, aí fiz Filosofia, Fundamentos II, Política Social e Teoria do Estado. Nossa! Desde o primeiro dia de aula já vi a diferença 100%. Eu digo que só estou começando a entender o que é Serviço Social agora, principalmente com Ética e Fundamentos III que fala realmente do projeto ético político e tudo mais, e aí, nossa! Eu me apaixonei. (Gisele, 2º ano, ESS|UFF, 2022).

Lá na UERJ, onde eu tive o primeiro contato com o Serviço Social, eu me apaixonei. Por mais pesquisa que eu tenha feito, eu não imaginava. Quem não vivencia a universidade não sabe. Só vivenciando para saber. (Paulo Henrique, 4º ano, ESS|UFF, 2022).

A contextualização da profissão desde o primeiro ano da formação abre caminho para avanços teóricos ao longo do curso e de apropriações teóricas que reverberarão na práxis profissional. É dessa impactante descoberta de que fala Maria de Fátima,

[...] nós no primeiro ano temos logo esse impacto da história do Serviço Social. Essa disciplina em si nos dá uma base, com autores que aprofundam a teoria em Serviço Social. O impacto de perceber o início da história do Serviço Social e aquelas quatro pioneiras fizeram a diferença na época delas, foi muito marcante. Foi muito impactante em mim enquanto estudante que vim para cá com uma perspectiva totalmente diferente do que era o Serviço Social para aquilo que é de fato. (Maria de Fátima, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

A narrativa de Renato se soma a outras que expressam o prazer relativo às descobertas teóricas. Também nela, é possível compreender alguns dos processos que provocam a construção da consciência crítica na formação em Serviço Social. Esses diálogos, que demonstram vivências relacionadas a apropriação crítica da realidade social, permitem correlacionar o currículo que fundamenta o curso e, principalmente, as metodologias emancipatórias e afetivas adotadas, que envolvem docentes e discentes como protagonistas desse processo. (Barbosa et al., 2024).

Meu desejo era fazer Direito. Então, o que acontece, por ponto não consegui. Então, foi o Serviço Social que abriu a porta na época. Que eu consegui passar. Então entrei na universidade, foi através do Serviço Social. (Quando as aulas iniciaram) [...] Amei. Gostei. Adorei! Keiko foi minha primeira professora. Introdução ao Serviço Social. Então deu aquela aula, né. (Renato, 5º ano, ESS|UFF, 2022).

O encontro com o Serviço Social foi precedido pelo desconhecimento, ou ainda, pela influência da construção histórica da profissão no Brasil e em Portugal, que possui estreita relação entre a sua gênese e o fetiche da/o profissional que “ajuda”, refletindo uma prática alienada, alienante e alienadora que nasceu enclausurada nas instituições e distanciada da luta de classe. (Martinelli, 2010).

A análise das narrativas, em articulação com as reflexões apresentadas no V capítulo, fundamenta a hipótese assertiva de que nas duas instituições de ensino, a construção da identidade profissional se inicia desde os primeiros anos. A consciência de que a profissão difere do assistencialismo e de uma prática desprovida de teorias sociais, económicas, políticas, humanas, com metodologias e técnicas é fundamental para que as/os estudantes desenvolvam a percepção papel profissional que irão desempenhar.

[...] Li sobre a profissão. [...] Pesquisei muito, vi vídeo de pessoas fazendo curso. Vi o que estudava. Tudo que você possa imaginar. Mas eu falei: é isso que eu quero. [...] o Serviço Social muda muito a visão quando você começa a fazer o curso. Igual a primeira coisa que te tiram totalmente é essa noção que você acha que tá ali para ajudar as pessoas. Ajuda é assistencialismo. [...] Isso é uma ideia já que te tiram no primeiro período. Introdução ao Serviço Social, a professora já falou: “vocês, antes de entrar, é normal vocês terem essa ideia, mas dentro da faculdade, vocês vão perceber que vocês não ajudam ninguém, a gente trabalha com a seguridade de direitos”. (Ana Clara, 2º ano, ESS|UFF, 2022).

Ao entrar no curso percebi que Serviço Social é muito mais do que ajudar pessoas, é conhecer primeiramente os fenômenos que levam essas pessoas a precisar da tal ajuda de que falam. (Maria de Fátima, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

Eu sempre soube que queria trabalhar com pessoas. [...] E não sabia bem que curso é que ia seguir e tive uma amiga que é assistente social e um dia estávamos a falar sobre isso e ela disse-me, “há, já pensastes sobre isso”, então quando ela me falou eu fiquei, olha, era uma coisa que eu poderia fazer para o resto da vida. [...] Então, também eu queria ter uma profissão que pudesse estar com pessoas e ajudá-las a fazer parte da comunidade. E percebi que, se calhar era o Serviço Social e estou a gostar muito até agora. [...] Aqui (na universidade) entendi a diferença. No voluntariado não havia teoria e para o Serviço Social as pessoas precisam ter conhecimento teórico para depois praticar e realmente poder intervir. (Matilde, 1º ano, ISSSL|UL, 2024).

[...] onde eu estou trabalhando agora, conheci um colega de trabalho que fazia o curso de Serviço Social. Ele em incentivou dizendo que eu tinha um perfil que seria muito bem aproveitado no Serviço Social. Então eu resolvi, com quase sessenta anos, fazer a licenciatura. Consegui entrar e estou adorando o curso. Muito bom. Me encontrei aqui. Agora eu sei que ajudar tem que passar por uma estrutura de como fazer. Aliás, não só como fazer, mas o quê fazer, porquê fazer, tudo isso envolve metodologias e técnicas. (Cezare, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

A formação exerce a responsabilidade de situar o Serviço Social na história não como uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão. É importante contextualizar historicamente a profissão tendo no horizonte a sua interlocução com o pensamento social católico e com o pensamento conservador europeu e as concepções estrutural-funcionalistas difundidas nas Ciências Sociais e Humanas norte-americanas, além da incorporação de rudimentos da psicanálise. Assim, o diálogo crítico ou

conservador vem alimentando historicamente a cultura profissional e sua função na sociedade. (Iamamoto, 2014).

A inflexão teórico-metodológica e ético-política que impulsionou a construção do projeto profissional voltado para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, com aporte da teoria social marxiana a partir de meados dos anos 1960 na América Latina e que na década de 1970 inspirou o Serviço Social português, buscou romper com o conservadorismo na profissão, definindo sua direção social com expressão maior no Projeto ético-político.

O Serviço Social tem, portanto, sua história enraizada em estruturas eurocêntricas e fundada em relações de poder e privilégio de classe permeadas pela branquitude e opressão de gênero. Pensado a partir da decolonialidade, o Serviço Social colonizado contribuiu para a perpetuação da colonialidade. Assim, a permanente revisão crítica é fundamental, tendo em vista serem geradoras de conhecimentos, teorias e métodos de intervenção. (Gómez-Hernández e Sánchez, 2018b).

Nesse sentido, é a identidade ética e política que dará sustentação à práxis onde se efetivam as intervenções junto a pessoas e grupos diversos, gestando relações intersubjetivas e estruturais. O enfoque com ênfase na descolonização deve, assim, promover processos que articulem os cenários micro, meso e macrosociais. (Barbosa *et al.*, 2024).

A ausência de contextualização histórica e reflexão crítica acerca do Serviço Social, compreendido como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e atravessado por determinações históricas que se modificam conforme a dinâmica da sociedade capitalista, retira das/os alunas/os ferramentas valiosas para compreender a práxis e enfrentar o desafio de ser agente ativo de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do direito a diversidade nos contextos necroneoliberais globalizados. A narrativa de Ana Luíza demonstra como os dilemas que se colocam frente aos desafios da profissão são agravados quando a ausência de leitura crítica do contexto histórico se soma à fragilidade das ferramentas conceituais.

[...] em setembro de 2020 entrei aqui na Lusíada. Tenho feito o curso até agora e tenho gostado muito. Atualmente já pondero um bocado se quero trabalhar com o Serviço Social, não por eu não gostar da área, mas porque cá em Portugal pelo menos é uma profissão muito mal paga e acho também que é uma profissão que leva um bocado a frustração [...]. (Ana Luíza, 3º ano, ISSSL|UL, 2023).

Assim, o encontro com o Serviço Social pode e deve ser apaixonante. A partir desse sentimento de descoberta, a formação necessita viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-político como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico operativas. Esse “amor à primeira vista” deve ser o combustível para que as/os estudantes se reconheçam “*sujeitos/as*” do processo de formular respostas profissionais para o enfrentamento das expressões da “questão social” como conceito interseccional onde se articulam os debates críticos acerca das relações de classificação social, étnico-raciais e de gênero na perspectiva decolonial.

- **ENCONTRO COM O PROJETO PROFISSIONAL**

A pergunta “*como foram as primeiras experiências na universidade depois que iniciou o curso?*” se relaciona com a vivência acadêmica inicial. Seu objetivo foi o de compreender como as/os estudantes perceberam o Projeto ético-político da profissão e de identificar se os currículos vêm promovendo a construção de uma identidade política profissional no seu papel de agente ativo da justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade, adotando a mudança social como um meio para o alcançar.

A construção da identidade profissional, com a perspectiva crítica que relaciona sua história com a estrutura do capitalismo como sistema de acumulação, gerada e geradora de exclusão social, realiza a articulação entre as novas expressões da “questão social” e o Projeto ético-político transformador da profissão. A narrativa de Ana Clara aponta que essa articulação está presente desde o primeiro ano do curso na ESS|UFF e é possível identificar a abordagem marxista onde se ancora a reflexão que a fez ficar “passada” com a descoberta impactante.

[...] o que mais me impactou (quando iniciou o curso), o que eu mais fiquei “passada” é que realmente nossa profissão só existe devido aos problemas do capitalismo. E nunca que isso passou pela minha cabeça. Quem não estuda, eu acho que não passa pela cabeça de ninguém que a profissão só existe por conta da problemática do capitalismo, por conta da questão social, né. (Ana Clara, 2º ano, ESS|UFF, 2020).

No mesmo sentido, a importância de compreender os determinantes estruturais das dinâmicas sociais que envolvem as novas expressões da “questão social” está na narrativa de Sofia e Maria de Fátima. A complexidade da problemática social e a abrangência da práxis profissional são as questões colocadas por ambas quando buscam os “porquês” e a “raiz dos problemas”, bem como os saberes “sobre tudo” que

são necessários para compreender o campo social onde atuarão como assistentes sociais. Em ambas as narrativas das alunas do 2º ano do ISSSL|UL, é possível perceber algumas ausências, entre elas a análise fundamentada na teórica crítica. A busca por “mudanças positiva, assertiva e individualizada” está em consonância com um fazer do Serviço Social tradicional e conservador que objetiva dar respostas ao sofrimento, mas que ao mesmo tempo acaba por favorecer a manutenção de um sistema social desigual. Se trata, portanto, de uma visão da prática profissional de apaziguamento das sequelas do capitalismo geradoras das desigualdades e exclusão social. A implementação das políticas sociais sem a percepção por parte das/os assistentes sociais dos determinantes estruturantes da sociedade, pode acarretar a promoção e perpetuação do sistema social e, conseqüentemente, das próprias estruturas de desigualdade.

E, para mim, é essencial perceber o porquê das coisas, o porquê dos movimentos, o porquê que a situação ocorre desta forma, o porquê do comportamento das pessoas, mas, saber como agir com elas, e como é que as fazer, portanto, fazer uma alteração de forma positiva e assertiva de modo que haja essa mudança positiva e social da vida da pessoa. (Sofia, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

No Serviço Social estamos a perceber a raiz de todos os problemas existentes na sociedade que causam as vulnerabilidades as quais as pessoas estão cada vez mais expostas. Seja atualmente no mundo onde estamos, seja nos tempos antigos. [...] acho que acaba por ser uma profissão muito mais ampla e acaba por nos dar uma visão muito geral sobre tudo. (Maria de Fátima, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

A compreensão dos determinantes da estrutura de desigualdade e exclusão, a colonialidade (do poder, do saber, do ser, do fazer), favorece leituras profundas da sociedade que alicerçam a práxis e apoia a identidade profissional através da consciência crítica da politicidade e do ativismo como é possível identificar na narrativa de Juan.

Eu não quero uma conversa que: Ai! Eu sou assistente social bonzinho. Não. Eu estou aqui para exigir que os direitos sejam cumpridos. A gente atua diretamente nos direitos e como a gente pode fazer com que aquela pessoa não morra de fome, fazer com que aquela pessoa tenha pelo menos o básico para existir. [...] eu quero ter esse embasamento para não ser invalidado. Eu quero conversar de uma forma que eu possa ser expressivo para aquele usuário. Não adianta ser um cidadão no papel e no cotidiano ser negado ou excluído. (Juan, 2ª ano, ESS|UFF, 2020).

Juan corrobora, também, a necessidade de potencializar esse espaço de construção do pensamento crítico na formação. O impacto promovido pelo “encontro” com o projeto profissional, mediado por teorias sociais e pela compreensão crítica da história da profissão, é uma ferramenta estratégica importante para capacitar as/os alunas/os para uma práxis não apenas voltada para lutar pela garantia e ampliação de direitos e justiça social, mas para a luta por uma sociedade anticolonial, antirracista, anti-homofóbica, antissexista, numa perspectiva pluriversal.

Leitor de Frantz Fanon, Juan possui vivência e compreende como núcleo da prática profissional o que se configura ser negado e excluído. Experimentar a “zona do não ser” dá a ele possibilidade de exercer o seu “lugar de fala” (Ribeiro, 2019) e de realizar uma leitura crítica do lugar do “*sujeito/a*” social.

[...] eu falo de um lugar muito específico. Eu sou uma pessoa preta, negra, mas eu gosto de falar preta. Eu venho da favela. Não vou falar comunidade, porque eu não gosto dessa palavra, prefiro favela. Vim da favela, sou da Nova Grécia, lá em Tribobó. [...] Eu cresci no meio de violência. [...] E eu falo de um lugar, como preto, em que eu não posso dar o meu mínimo. Se eu der o meu mínimo, eu não vou chegar a lugar nenhum. Então para mim, tudo é o máximo. Eu tenho que ir ao máximo o tempo todo. (Juan, 2ª ano, ESS|UFF, 2020).

6.3.1.2. “NINGUÉM ESTÁ SOZINHO DENTRO DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL”

A frase que intitula essa Categoria de Análise é um fragmento da entrevista de Cezare (2º ano, ISSSL|UL, 2024): “*Porque, ninguém está sozinho dentro de uma exclusão social. Houve todo um sistema que levou o indivíduo aquela condição. Ninguém está sozinho, nem no problema, nem na solução*”.

A percepção de Cezare acerca da exclusão social segue as pistas deixadas por Juan, que por sua vez encontra uma consistente construção teórica em autores como Frantz Fanon. A exclusão e a “zona do não ser” estão profundamente relacionadas e a compreensão dos determinantes que estão na estrutura do sistema mundo/colonial/moderno/patriarcal/capitalista/sexista/racista que geram as desigualdades deve ser o vetor que orienta o pensamento crítico.

A construção da consciência crítica como parte do Projeto ético-político do Serviço Social de cariz crítico se configura num processo complexo que envolve diferentes etapas, metodologia de ensino comprometida com a educação para a liberdade e

compromisso com a transformação social, para citar alguns. Resulta de tensões e decisões políticas de ordem pública e privada, de acordo com a característica de cada instituição de ensino.

Como foi abordado no capítulo III e V, as características são díspares entre a ESS|UFF e o ISSSL|UL. Sendo a UFF uma instituição de ensino público e gratuito, onde a ESS segue as diretrizes do CEFESS|ABEPS, órgãos nacionais da categoria que vêm mantendo a hegemonia da teoria marxista e garantindo a sobrevivência do Projeto ético-político construído durante o “Movimento de Reconceituação” e a UL uma instituição de ensino particular, onde ISSSL constrói seu currículo em meio as ameaças do conservadorismo e as tensões provocadas pela ausência de um órgão nacional que acompanhe e oriente a unidade dos currículos nacionalmente.

Ainda que as diferenças sejam abissais entre as duas realidades e instituições, essa Categoria de Análise enfrenta o desafio de identificar e refletir acerca dos movimentos da construção do pensamento crítico em ambas. Nesse aspecto, as narrativas são os vetores que orientam esse caminhar analítico de maneira surpreendente.

- **CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA**

No sentido de identificar como os currículos têm promovido, e em que medida, a construção do pensamento crítico foi a questão que orientou a pergunta acerca das bases teóricas e disciplinas que mais representaram a apropriação de novos conhecimentos e colocaram desafios que ampliaram a compreensão do sistema se desigualdade e exclusão.

A construção da consciência crítica é um dos caminhos para “olhar para o mundo de outra forma”, o que demanda a leitura crítica da história. Contudo, é necessário superar a história única e assumir reconfigurações que se voltem para a construção de outras formas de dialogar com as Ciências sociais a partir de aportes oriundos de construções do social, humana e política que acolham saberes diversos e subalternos.

É possível perceber nas narrativas a seguir como a apropriação de teorias que promovem a compreensão da realidade social favorece os questionamentos acerca da construção de valores e ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade e que estão na estrutura da construção hegemônica da história.

Teve impacto em mim. Comecei a ver o mundo de outra maneira. Comecei a olhar para as pessoas de outra forma. Comecei a ser mais empática as vezes. Todos nós temos nossos julgamentos, nossos valores, mas eu acabei por olhar para o mundo e para as pessoas de forma diferente. (Maria de Fátima, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

Eu não consigo vislumbrar a possibilidade de ser um assistente social sem ter entendido a nossa história, profundamente. (Paulo Henrique, 4º ano, ESS|UFF, 2022).

O livro da escola tem a perspectiva dos vitoriosos. [...] Então, assim, a perspectiva dos indígenas, dos negros, da comunidade LGBT, das mulheres [...] entender isso, é desconstruir tudo o que a gente aprendeu na escola. A perspectiva dos vitoriosos e a perspectiva dos que vem de baixo. Pessoas que vivenciam as violências e tal. (Gisele, 2º ano, ESS|UFF, 2022).

O Projeto ético-político do Serviço Social crítico se fundamenta teoricamente na “análise das relações de opressão-exploração da modernidade colonial demanda reflexões que articulem teoria, método e história numa perspectiva de historicidade, totalidade e dialética, capazes de desvelar os fundamentos histórico-concretos e estruturais das relações sociais”. (Barbosa, 2023a, p. 175). Nesse contexto, a perspectiva marxiana como base metodológica para a análise crítica e dialética da realidade representa uma fundamental estratégia para a construção do pensamento crítico e como base para compreender as outras disciplinas. Ainda assim, “as categorias marxianas têm uma história e uma dinamicidade que, por ser o presente mais complexo, exigem ser saturadas de novas determinações”. (Marinho, 2022, p. 353).

Renato aborda os mecanismos pelos quais a consciência se estrutura a partir da leitura marxiana e aponta a consistência dessa base teórica de classe para compreender outras disciplinas e realidades. Está ausente, contudo, determinantes que compõem a totalidade e outras formas de refletir sobre a complexidade da formação sócio histórica das sociedades inserindo debates oriundos das múltiplas expressões da “questão social”.

A principal disciplina, que é a base de tudo, foi O Capital. Acho que é a base de tudo Marx, pra entender a totalidade, entender o real, a essência. Não a aparência. Entre o abstrato e o concreto. A força, o trabalho gasto, a energia gasta. Não é o aparente. Tem a força de trabalho. Tu passas a entender o que é isso. O que é a força de trabalho. [...] usar sempre o método crítico dialético. Pensamento crítico. Não vê apenas a aparência das coisas. [...] Esse método te ajuda bastante. [...] Tu passas a compreender, a ter a leitura da instituição, do campo onde você tá pisando, do território onde você tá pisando.

[...] passa as ver as estruturas. Então, tu passas a entender. Acho que essa é a base das disciplinas, para entender as outras todinhas. Entender a essência, a totalidade. Senão, não vai conseguir decifrar nada das outras disciplinas. (Renato, 5º ano, ESS|UFF, 2022).

Ao demarcar a classe como eixo central, as reflexões secundarizam os debates de “raça” /etnia, género, sexualidade, dentre outros, que comprometem a apreensão de suas determinações. Permanecem invisíveis a importância e o desafio da compreensão interseccionalidade dessas categorias e sua relação com o patriarcado, o racismo e o capitalismo como possibilidade de ampliação da análise dos fundamentos das relações sociais. (Lole, 2019).

Numa outra perspectiva de construção do pensamento crítico, é relevante nas narrativas de Ana Luíza e Matilde, alunas do ISSSL|UL, o impacto causado pela disciplina Globalização e Desigualdades. É significativa sua importância e a potência da abordagem crítica e o que a mesma é capaz de provocar nas/os estudantes.

[...] tivemos uma cadeira que era Globalização e Desigualdades, que tivemos maior noção dos impactos que a globalização tinha e o fato de estar a acontecer alguma coisa do outro lado do mundo que pode ter impacto em nós de uma maneira ou de outra e promover, desta forma, as desigualdades, então isso foi uma cadeira do 2º ano e acho que foi, assim, das mais impactantes. (Ana Luíza, 3º ano, ISSSL|UL, 2023).

[...] uma das coisas que demos em globalização é como as desigualdades são multidimensionais e ajuda-nos a perceber muito que está tudo interligadas. Como quando uma pessoa tem desigualdades em uma certa área também vai afetar as outras desigualdades. Isso fez-me pensar bastante que não é só um problema, mas depois vira muitos problemas ao mesmo tempo. Que também é mais difícil de intervir porque são várias coisas. Mas isso foi uma coisa muito interessante que eu pude perceber ao longo deste semestre. [...] Na sociologia, nosso professor deu-nos um diagrama que é a Teia da Opressão, que tem todas essas áreas e mais nacionalidade, raça, etnia, classe social, desigualdades económicas, género e sexualidade. (Matilde, 1º ano, ISSSL|UL, 2024).

Ambas as narrativas refletem que, enquanto profissão socialmente determinada, o Serviço Social, no processo de reprodução das relações sociais, sofre implicações do movimento concreto da realidade, sendo necessário ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo (Yazbek, 2009).

No campo das desigualdades resultantes dos processos multidimensionais de globalização, a profissão necessita se comprometer em “questionar e interpelar os

discursos hegemônicos, etno/eurocêntricos, racistas, sexistas, heteronormativos, homofóbicos e xenofóbicos que subalternizam, discriminam, deslegitimam e invisibilizam outras formas de viver, criar e gerir subjetividades, vida social”. (Barbosa, 2023a, p. 174).

O processo de construção do pensamento crítico é constituído pela autotransformação e pela necessidade de questionar e de compreender a partir de referenciais teóricos que as fundamentem. Esse movimento permite complexificar a análise, superando o senso comum, o aparente e o naturalizado pela modernidade para identificar ideologias de classe, patriarcais, eurocentradas, individualistas, racistas, sexistas e religiosas. Esse é o contexto das narrativas de Cezare e Gisele.

Muitas coisas me impactaram bastante. Sobretudo, por conta de algumas problemáticas sociais que eu não tinha dimensão mais ampliada de alguns problemas sociais. Era muito restrita. A universidade, no decorrer do curso, foi me abrindo os horizontes para a profundidade que é essa problemática social, a exclusão e alguns temas que foram abordados. E me tocou, me transformou. Foi um processo de autotransformação. De mudança de lentes, de trocar as lentes. Lentes mais ampliadas, de um espectro maior de visão e não só ampliado, mas também focado em uma perspectiva do indivíduo, ou do sujeito não sozinho, mas sendo esse sujeito um ser social. Que, na verdade, dentro de um processo foi excluído. E que necessita retornar para esse cenário de movimentação social. (Cezare, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

Uma parte é entender a sociedade, entender de uma forma crítica, não entender a superficialidade, ah! é isso. Tá, mas porquê que é assim? Então, isso é o principal, assim, pra mim aqui, pelo menos na UFF, né. Tudo, a gente aprende a criticar tudo. A entender tudo por trás, assim. Nas coisas mais básicas. [...] Então eu comecei a criticar e refletir sobre as coisas mínimas. Então, tudo eu penso duas vezes primeiro. Tá, porque será que é assim? Porque isso, e tal. Então, e principalmente nesse período assim. Desde o período passado, mas acho que ficou mais concreto esse período. A medida que as matérias vão se complexificando assim, e a gente vai tendo outras matérias. Uma das matérias principais pra mim, a que eu estou fazendo agora, que é optativa, que eu acho que devia ser obrigatória, que é a de Introdução ao pensamento do Florestan Fernandes. Que, nossa! Mudou tudo. Tudo que eu pensava. Falei: Meu Deus! Tudo faz sentido também. A gente fala: ah! são só teorias. Não são só teorias. São teorias muito fundamentadas e que tudo faz sentido, sabe. [...] Quando você foi apresentar sobre a sua pesquisa, eu já fiquei, nossa! Tem tudo a ver com formação social que eu estou tendo agora. E foi logo isso que eu pensei, que até nessa matéria, a gente estava falando sobre dominação externa. Eu achava assim, dominação externa teve na ditadura, não

tem mais hoje em dia. E, não, a gente vê que tem também, são pequenas coisas, que eu falo: “nossa! Eu não sabia, eu não ligava os pontos”. (Gisele, 2º ano, ESS|UFF, 2022).

6.3.1.3. “POUCO OU NADA É FALADO”

Essa Categoria de Análise enfoca as lacunas teóricas que se tornaram evidentes a partir da análise dos currículos e das narrativas. Nas entrevistas foram identificadas demandas teóricas através da busca das/os estudantes por ampliar a reflexão acerca da complexidade social. Essa necessidade parece ter se estabelecido na medida em que compreenderam e problematizaram o Serviço Social e as especificidades da práxis.

- **LACUNAS TEÓRICAS**

É de Ana Luíza, aluna do último ano, a frase que intitula essa Categoria de Análise, “*pouco ou nada é falado*” está no contexto da análise que a estudante realiza acerca da presença de debates acerca das questões de “raça” /etnia, gênero, sexualidade e classe/classificação social no currículo do ISSSL.

Relativamente a temas de classe e raça eu acho que ainda se fala um pouco, principalmente das minorias, consequentemente da parte da exclusão social, relativamente a gênero e sexualidade acho que pouco ou nada se fala. Sinceramente acredito que ao longo desses três anos num trabalho de grupo que as colegas decidiram apresentar sobre gênero e sexualidade, acho que pouco ou nada é falado em si, acho que seria bastante importante falar, fazia todo sentido falar e não falam. [...] era ética e deontologia, que promovia alguns debates, porque o pessoal acaba por ter opiniões diferentes e ficam a debater a sua opinião, e acho que se chegou a falar um pouco da parte da sexualidade e de gênero, mas assim uma coisa muito esporádica. Acho que fazia todo sentido que fosse mais aprofundado ao longo dos três anos, que é um assunto cada vez mais falado e trabalhamos com pessoas, trabalhamos com a comunidade e faz todo sentido que tenhamos esse conhecimento que debatemos as coisas para sabermos como lidar da melhor forma. Sabermos como falar, como interagir, como trabalhar. (Ana Luíza, 3º ano, ISSSL|UL, 2023).

Os debates de gênero e étnico-raciais conquistaram espaço nas últimas décadas e vêm se ampliando como eixo de análise no Serviço Social brasileiro, no Serviço Social português ainda é uma temática que carece de campo de reflexão. Em dimensões distintas nos contextos português e brasileiro, o reconhecimento das discriminações históricas a pessoas, grupos e povos necessita ocupar os currículos de formação profissional com a inserção das questões étnico-raciais e de gênero. (Elpidio, 2020).

A percepção de Ana Luíza é corroborada quando se analisa o currículo do ISSSL|UL (2023/2-2024). A ausência de disciplinas que apresentem debates acerca dessas temáticas é evidente. O currículo da ESS|UFF vem apresentando avanços e se mostra atendo às demandas vindas do corpo discente e das novas expressões da “questão social”.

A descolonização do Serviço Social caminha com passos lentos, ou não caminha, e as temáticas envolvendo a indissociabilidade das lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas dos processos de crise estrutural do capitalismo aguardam ampliação ou criação de espaço na formação. Enquanto isso, as alunas e os alunos estão muitos passos adiante quando denunciam a necessidade de a formação acolher e promover esse debate.

Como percebemos no tópico anterior, a disciplina Globalização e Desigualdades permaneceu na lembrança das/os alunas/os do ISSSL|UL de forma unânime. Uma memória que ficou marcada pelo conteúdo crítico ao neoliberalismo globalizado e sua relação com as desigualdades, e que sugere a importância de promover debates atuais e críticos na formação e a pré-disposição das/os estudantes para isso.

Dentre as ausências que reforçam a invisibilidade de culturas, indivíduos e povos e os coloca permanentemente na “zona do não ser”, e que são reproduzidas nos currículos, a temática referente aos povos originários é evidenciada por Juan,

[...] Outra coisa também, nossa própria cultura, nossa cultura originária, nossos indígenas, os nativos que estavam aqui. Hoje, eu tento entender muito mais sobre eles. Tento não reproduzir mais essas questões que nos atravessam o tempo todo. Essa negação de terra para os indígenas, essa questão de você marginalizar as pessoas que já estavam aqui, você diminuí-las e colocar que não é essencial, que eles não tenham que ter direitos. (Juan, 2ª ano, ESS|UFF, 2020).

A necessidade de reconhecimento da relevância de temas que envolvem “minorias” é o tema para o qual chamam atenção Cezare e Ana Luíza.

Uma das coisas que é bem nítida é que o curso, que era de cinco anos, hoje é de três anos deixou todo um programa curricular tudo muito apressado. E por conta disso, alguns temas como o tema da homossexualidade, transgênero, homofobia, transfobia, todos esses temas não estão sendo, no meu ver, não estão sendo dado uma relevância. Eu acredito que deveria ser mais falado, mais debatido e, sobretudo, trazer a academia à práxis, ao campo, mesmo que seja para observar. (Cezare, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

Na grande maioria eu acho que os conteúdos que são lecionados são todos importantes, acho que poderiam falar mais ao nível agora da comunidade LGBT, se calhar fazia sentido integrar em alguns conteúdos porque acaba por ser uma minoria e nós trabalhamos com minorias, ou vamos trabalhar com minorias a partida. (Ana Luíza, 3º ano, ISSSL|UL, 2023).

O agravamento das questões étnico-raciais, de género e sexualidade num contexto de crise estrutural do capital estão conectados e evidenciam que a análise de classe/classificação social deve considerar sua não homogeneidade. Nesse contexto, a diversificação das demandas que derivam desse agravamento coloca desafios referentes as atribuições e aquisição de novos conhecimentos pelo Serviço Social que não podem ser explicadas de forma endógena, mas no cenário em que essas questões, ações, competências e atribuições ganham sentido.

Ainda que seja restrito o universo de amostras, o que parece se evidenciar nas narrativas de maneira enfática são as ausências que permeiam os currículos da ESS|UFF e do ISSSL|UL. Guardadas as devidas singularidades decorrentes da geopolítica e dos contextos sócio histórico cultural e económico que atravessa cada instituição, as lacunas teóricas denunciam inobservância dos debates contemporâneos que interseccionam questões de raça/etnia, género, sexualidade e classificação social. A crise do modelo moderno/colonial/capitalista/patriarcal/eurocentrado/racista/sexista, da modernidade/colonialidade gera e é gerado por tais questões, e a ausência desses debates nos currículos prejudica a formação de profissionais capacitadas/os e com competências para a práxis do Serviço Social nos cenários de exclusão e desigualdade gerados pelo sistema necroneoliberal global.

6.3.1.4. “PÔ IRMÃO, PUXA A QUESTÃO RACIAL”

Na ESS|UFF, o currículo oferece disciplinas obrigatória e optativas. A escolha das disciplinas optativas a serem cursadas se dá de acordo com o interesse da/o estudante e da influência de colegas que já cursaram algumas delas. Foi assim que Renato me explicou o motivo pelo qual se inscreveu na disciplina “A questão racial na formação social brasileira”. Ele disse que *“logo no começo (do curso) a gente, vai falando um pro outro assim, para puxar. “Pô irmão, puxa a questão racial”. Por causa do movimento coletivo negro. A questão de raça. Fortalecer o coletivo, fortalecer”*.

As abordagens ligadas as novas expressões da “questão social” que interseccionam classe/classificação social, “raça” /etnia, género, sexualidade e como as disciplinas

tangenciam/enfocam esses temas foi a pergunta que motivou respostas que criaram essa Categoria de Análise. Ela buscou identificar, a partir das demandas geradas pelas lacunas teóricas nos currículos, como a perspectiva decolonial oferece aportes válidos para a formação e a práxis futura.

- **APORTES DECOLONIAIS**

Nesse tópico, a disciplina, “A questão racial na formação social brasileira”, ainda que optativa à época das entrevistas na ESS|UFF, figurou como um dos assuntos principais entre estudantes quando a pergunta se referia a temas os quais incluiriam no currículo. Em referência a essa disciplina, que passou a ser obrigatória em 2023, sua potente reflexão acerca de uma estrutura social racializada promoveu a ampliação da percepção crítica da modernidade e a transformação desses/as “*sujeitos/as*” histórico e futuros/as assistentes sociais brasileiras/os. O tema gerou outras abordagens pertinentes, que se anexam a importância de uma formação conectada aos debates emergentes da sociedade que promova reflexões e provoque transformações individuais e coletivas.

Na sequência da afirmação de Renato sobre a obrigatoriedade de abordar a questão racial na formação, Ana Clara discorre, ainda que não utilize a terminologia dos conceitos, o contexto necroneoliberal globalizado de vulnerabilidade e exclusão onde se desenvolve a práxis do Serviço Social, a racialização e o patriarcado como herança colonial e o racismo e o sexismo misógino como feridas coloniais que compõem o lado obscuro da modernidade, a colonialidade. Finalmente, ela também aborda a interseccionalidade dessas temáticas e a importância desses debates fazerem parte cada vez mais da formação em Serviço Social.

Numa das perguntas tem qual (disciplina) eu tiraria e qual eu colocaria no currículo. Eu não tiraria nada, mas eu colocaria “A questão racial” como obrigatória. (Renato, 5º ano, ESS|UFF, 2022).

Eu acho que no Serviço Social já é muito importante esses temas porque a gente lida com pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e sem dúvida essas pessoas são as que mais sofrem com vulnerabilidade nesse país. Não só nesse país, acho que no mundo todo. [...] na questão do Serviço Social, eu faço uma disciplina que é A questão racial na formação brasileira, então, assim, a gente trabalha que o racismo é fruto do colonialismo. É uma disciplina que eu acho uma pena ela não ser obrigatória. [...] eu fiz questão de pegar ela (a disciplina) como optativa porque eu achei assim, o nome já fala: A questão racial na formação brasileira. Com a história que Brasil tem os escravizados e

até hoje, eu acho que, assim, que bom que você me deu essa notícia agora, que vai ser obrigatória porque é o que eu ia apontar aqui, que pra mim, tinha que ser mudado, principalmente essa disciplina é muito importante para a pessoas pararem pra pensar um pouco no que é realmente a questão racial, sabe. E na questão racial também traz a questão do papel da mulher negra que é muito importante. Que são as que mais sofrem na sociedade que a gente vive, né. Porque é mulher e mais o tom da pele. [...] Então, assim, eu acho que é uma questão tratada dentro do Serviço Social, mas que poderia ser mais. E agora, com essa notícia que você me deu, (de que será obrigatória) fiquei muito satisfeita. Porque eu estou vendo que agora vai ser mais tratado. (Ana Clara, 2º ano, ESS|UFF, 2020).

A epistemologia decolonial, emergida do pensamento crítico latino americano, se ancora na perspectiva de “raça” /etnia para analisar a modernidade/colonialidade do poder, saber, ser e fazer. Como uma proposta teórica, suas contribuições se configuram um escopo útil para compreender as novas expressões da “questão social”. Em articulação com as contribuições dos conceitos de necropolítica e interseccionalidade, a decolonialidade é capaz de promover reflexões acerca das estruturas sociais de classe/classificação social, género, sexualidade e “raça” /etnia que definem as relações do capitalismo global neoliberal e ampliam o espectro de análise a intervenção de forma refletida e crítica do Serviço Social.

O lugar da formação nesse processo aparece nas narrativas de Cezare, Matilde e Maria de Fátima. Juntas, as narrativas dele e delas, todas a partir da realidade do contexto português, apontam caminho semelhantes aos apontados nas narrativas do contexto do Brasil. A demanda por temas que estão na realidade social e que são percebidos como relevantes pelas/os alunas/os necessita ser um termómetro, fator importante na construção de currículos capazes de formar profissionais que irão se mover no campo social com capacidade para intervir e transformar as sequelas da modernidade.

Nas palavras de Cezare, o racismo surge como uma realidade cotidiana, assim como as questões resultantes da normatização cisheteropatriarcal da sexualidade que necessita estar contemplada nos currículos. Bem como a decolonialidade do ser, do fazer e do sentir como estratégia de intervenção profissional a ser aprendida e vivenciada desde a formação.

Dentro da faculdade, aqui, eu sinto que falta em algumas temáticas, sobretudo, da transfobia, homofobia, idadeismo e racismo também. Infelizmente, muitos episódios de racismo acontecendo assim a luz do dia e é necessário pintar de cores mais fortes para

que as pessoas que estão querendo ver em preto e branco, abrir os olhos, mudar as lentes que, de uma certa forma, vai se um público que temos que estar ali de frente com eles. Então, temos que estar preparados para sentirmos de perto, para tocar mais de perto. Tocar nessa temática mais de perto, no olhar, no falar, no sentir, no ver a lágrima cair, porque cai, então, tudo isso eu acho que seria importante inserir nesse programa que eu acho que está faltando. (Cezare, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

Voltando ao tema da globalização, em referência a disciplina que aborda essa temática, Matilde compreende de forma imediata, ainda no primeiro ano, que há interseccionalidade entre as desigualdades sócio culturais globais e as questões de “raça” /etnia, classe e género. Sua narrativa mostra que são temas que mobilizam para a reflexão, sendo incontornáveis ao Serviço Social. Nesse contexto, a ausência de teorias sociais e críticas explicativas compromete a reflexão e contribui para a formação de profissionais que atuam com base no senso comum.

Globalização, nós falamos de desigualdades sócio culturais que engloba também a raça e classe, também falamos de desigualdades de género, a professora de globalização trouxe uma senhora que está a fazer doutoramento sobre as desigualdades dos transexuais. [...] Em globalização abordamos todas, em sociologia também abordamos mais raça e classe. O professor fala, mas não tanto com textos. Serviço Social e sociedade, falamos sobre classe. Falamos afincadamente sobre as desigualdades de classe. (Matilde, 1º ano, ISSSL|UL, 2024).

A narrativa de Maria de Fátima coloca novas questões que se conectam com a colonialidade. Dentre elas, a importância das temáticas de “raça” /etnia e género figurarem como temas constantes nas disciplinas emerge da reflexão construída pela aluna acerca do racismo e sexualidade como sistemas estruturantes das relações sociais. É possível depreender das palavras de Maria de Fátima a percepção de que tais construções da modernidade estão no cotidiano da práxis profissional e que como agentes de transformação e justiça social é preciso compreender essa estrutura para poder intervir.

Ao longo dos semestres nós temos acesso a aulas abertas onde falamos de diversos temas e o fato de nós também termos disciplinas que aprofundem certos pontos, como género, etnias, raça é importante. [...] No meu ponto de vista, a sociedade ainda não está preparada para falar de pessoas que querem mudar de sexo, sobre o racismo. [...] O racismo é presente e a universidade para isso é bom porque oferece-nos ferramentas teóricas no sentido onde nós estudamos autores e percebemos como podemos trabalhar

essas questões. [...] Sinto que as pessoas ficaram muito conservadas e muito agarradas ao passado e têm pouca abertura para lidar com a mudança, com a diferença onde o outro pode ser aquilo que ele quiser independente do seu género e tom de pele. Eu acho que nós, como futuros profissionais, temos que estar preparados para saber lidar e para saber que a sociedade não está preparada. E, como nós somos transformadores sociais, nós trabalhamos em prol dessa mudança social, da justiça social, então cabe-nos trabalhar e adquirir na faculdade essas ferramentas para podemos mudar a mentalidade da sociedade e das pessoas que nela habitam. (Maria de Fátima, 2º ano, ISSSL|UL, 2024).

A capacidade de refletir criticamente acerca da intervenção social deve ser construída na formação. Será ela que possibilitará o aprendizado, a conceitualização e potencializará uma práxis comprometida com *“la transformación de condiciones de inequidad, injusticia, discriminación, pobreza, para, como propone Cifuentes (1998), darle contenido, claridad, profundidad, relevancia social y proyección política a nuestras intervenciones, diálogos y propuestas”*. (Meschini e Dahul, 2017, p. 279).¹¹⁴

A formação é um dos espaços de resistência, onde as transformações necessitam ser permanentes para que seja possível construir estratégias e táticas de enfrentamento às dinâmicas e à complexidade da realidade social contemporânea. As narrativas evidenciam a necessidade de refletir sobre as questões estruturantes da formação social imposta pela modernidade, que se expressam na colonialidade e que afetam de forma diferente os contextos português e brasileiro. Assim, a demanda por compreender tais estruturas, ainda que não nomeada como decolonial, expressa a lacuna deixada pela ausência de aportes teóricos comprometidos com o processo de descolonização do conhecimento, que questione os paradigmas eurocêntricos hegemônicos das Ciências Sociais e Humanas.

Consequentemente, as epistemologias críticas do Sul Global/Geopolítico, especialmente a Teoria Crítica Decolonial, oferecem chaves conceituais capazes de analisar e apoiar reflexões acerca do “sistema-mundo-patriarcal/capitalista/colonial/moderno” construído nos últimos cinco séculos onde a modernidade/colonialidade se estabeleceu e permanece estruturando o sistema de

¹¹⁴ “a transformação das condições de desigualdade, injustiça, discriminação, pobreza, para, como propõe Cifuentes (1998), dar conteúdo, clareza, profundidade, relevância social e projeção política às nossas intervenções, diálogos e propostas”. (Meschini e Dahul, 2017, p. 279). (Tradução da autora).

opressão, desigualdade e exclusão baseado na “raça” /etnia, classificação social, género e sexualidade. O que se manifesta nas narrativas evidencia uma problemática que requer reconhecimento, ou seja, a construção da consciência e identidade crítica na profissão requer pensar geopoliticamente as novas expressões da “questão social” acolhendo teorias críticas emergentes, o que implica um olhar decolonial.

O próximo capítulo apresenta a produção científica, analisa como as/os assistentes sociais vêm dialogando e se apropriando do pensamento decolonial e oferece algumas pistas para refletir como o campo da práxis e da formação vivenciam as lacunas e questionam a ausência de ferramentas conceituais que fundamentem a profissão.

7. PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O XVII CBAS E A ECSWE 2023

Esse último capítulo aborda a etapa do estudo que analisa os debates teóricos atuais da práxis e da formação através da pesquisa documental no intuito de identificar se, e como, as/os assistentes sociais vêm dialogando e se apropriando do pensamento decolonial. Nesse sentido, foram alvo de atenção os trabalhos apresentados em dois eventos: XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado de 11 a 13 de outubro de 2022 (online) Brasil e *European Conference of Social Work Education* – ECSWE, realizado de 20 a 23 de junho de 2023, Porto – Portugal (presencial). Considerando como legítimos o lócus de enunciação das narrativas que compõem as produções científicas de cada país, ambos os eventos favoreceram identificar, através dos temas e dos resumos apresentados, as reflexões atuais que vêm sendo realizadas, bem com as lacunas teóricas que emergem delas.

A relevância para o Serviço Social no campo da práxis e da formação no Brasil e em Portugal foi o critério utilizado para a escolha dos eventos. A apresentação segue a ordem cronológica, iniciando pelo Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)¹¹⁵, em sua XVII edição, realizado em 2022 inteiramente online e gratuito devido ao contexto pandêmico. Sua periodicidade é trienal sob a organizado pelo CFESS, ABEPSS e ENESSO. O evento se constitui num importante espaço de diálogo, reflexão, interlocução e organização coletiva de assistentes sociais do Brasil e espaço para diálogos, troca de ideias, experiências e reflexão sobre as estratégias coletivas de reafirmação dos compromissos do Serviço Social. A *European Conference on Social Work Education* (ECSWE)¹¹⁶, realizado em 2023, inteiramente presencial, em parceria com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Portugal, é uma conferência anual promovida pela *European Association of Schools of Social Work*. Se configura como um fórum internacional de diálogo e discussão sobre preocupações, desafios e práticas na educação em Serviço Social.

Ainda que se configurem eventos da categoria profissional, versem sobre as especificidades do Serviço Social e apresentem debates contemporâneos acerca da práxis e da formação, é relevante considerar as características do CBAS e da ECSWE.

¹¹⁵ Disponível em: [XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS \(cfess.org.br\)](https://cfess.org.br/). Acesso em 10/09/2024.

¹¹⁶ Disponível em: ecswe2023.eventqualia.net/en/home/abstracts/presentation/. Acesso em 10/09/2024.

A geopolítica global e do conhecimento que envolve ambos é determinante para compreender e analisar as produções científicas apresentadas.

Dentre os desafios enfrentados para a realização da análise documental e posterior reflexão, se regista o de cariz metodológico referente a organização dos eventos. O XVII CBAS adotou o formato integralmente online, com exposição de pósteres e sem apresentação oral e os trabalhos completos publicados nos Anais, e a ECSWE 2023, realizado em formato presencial, com apresentação de trabalhos oral e registo em Livro de Resumos. Outra característica que difere os eventos é o fato de o CBAS ser um evento nacional e voltado para a reflexão da práxis e a ECSWE se volta para a reflexão acerca da formação internacionalmente. Tais fatores exigiram a adoção de metodologias capazes de possibilitar as análises e promover reflexões que acolhessem tais diferenças e se enriquecesse com elas.

Metodologicamente, a estratégia adotada foi a de orientar a seleção dos painéis temáticos e dos documentos a serem analisados de acordo com os seguintes critérios: *i.* Utilização de filtros de busca com os termos: **género/mulheres, sexualidade, patriarcal, “raça”/racismo/etnia, interseccionalidade, colonialismo, decolonialidade/descolonização, desigualdade e classe** para definir a escolha dos painéis temáticos de cada evento e; *ii.* Análise dos trabalhos completos e resumos dentro dos painéis temáticos selecionados que apresentam no título e/ou palavras-chave dois ou mais dos termos do filtro de busca: **género/mulheres, sexualidade, patriarcal, “raça”/racismo/etnia, interseccionalidade, colonialismo, decolonialidade/descolonização, desigualdade e classe.**

Assim, após aplicados os critérios definidos pela metodologia, a pesquisa documental selecionou para serem analisados os trabalhos completos dos Anais que compunham o painel temático do XVII CBAS: **“Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades”**¹¹⁷, e os resumos de Comunicações orais e Simpósios do Livro de Resumos do ECSWE 2023 do painel temático: **“Diversity,**

¹¹⁷ Disponível em: [XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS \(cfess.org.br\)](https://cfess.org.br/). Acesso em 14/09/2024.

Intersecting Inequalities and Pedagogy of Hope in SWE/ Diversidade, Desigualdades Interseccionais e Pedagogia da Esperança na SWE”.¹¹⁸

7.1. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS – CBAS. BRASIL, 2022: CRISE DO CAPITAL E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO EM MOMENTO PANDÊMICO: REPERCUSSÕES NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA



Figura 15. Site do XVII CBAS. Disponível em: [XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais](#). Acesso em: 01/11/2022

Irei começar pelo fim.

O XVII CBAS foi encerrado com a conferência “Desafios ético-políticos frente à precarização da vida, do trabalho e da formação profissional: a necessária agenda de lutas”. Dentre questões que emergiram, o destaque foi para as que trataram da necessária construção de uma contraofensiva, na direção de uma sociedade livre de exploração e de opressões; a agenda de luta da classe trabalhadora e as pautas profissionais, face às desigualdades sociais, raciais, étnica e sexuais. Elas evidenciaram que é uma exigência ética a construção de estratégias que incidam no cotidiano das

¹¹⁸ Disponível em: [ECSWE Boof of Abstracts 18Dec](#). Acesso em 10/09/2024.

lutas travadas pelo conjunto da classe trabalhadora, em especial assistentes sociais, no enfrentamento das desigualdades e opressões.¹¹⁹

A professora Ana Elisabete Mota, da Universidade Federal de Pernambuco, foi uma das palestrantes convidadas para compor a mesa de encerramento. A palestra proferida por ela trouxe para o debate de forma inequívoca as questões ligadas a classe, “raça” /etnia, gênero e sexualidade no cotidiano profissional e tocou na necessária ampliação teórica. Sua fala demonstrou o que eu já havia identificado quando naveguei pelo programa e pelos trabalhos a serem apresentados. Um número significativo de posters tendo como temas principais ou transversais as questões de “raça” /etnia e gênero. O CBAS é um espaço onde a presença de profissionais e não apenas de docentes é numerosa, o que indicou haver uma demanda pelo debate envolvendo esses temas.

Na página do congresso, através do convite para uma viagem coletiva de troca de experiências, acrescido pela (re)afirmação do compromisso ético-político do Serviço Social, foi possível identificar a direção política das instituições que o organizou: CFESS ABEPSS, ENESSO e CRESS):

Esse trajeto tem história, tem força, tem legado e tem projeto na construção de estratégias coletivas de reafirmação dos compromissos do Serviço Social com uma agenda profissional que é parte das demandas de trabalhadoras (es), tendo como horizonte uma sociedade emancipada e livre de todas as formas de exploração e opressão. Este compromisso definiu o tema central **Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina**. (XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022).

O XVII CBAS homenageou a cantora brasileira Elza Soares, falecida em janeiro de 2022. Elza foi uma mulher negra, símbolo de resistência contra o racismo, que expressou através da sua voz uma crítica social. A frase “*Minha voz, uso pra dizer o que se cala*” que compõe a letra da música “*O que se cala*”¹²⁰, interpretada por Elza, foi escolhida para traduzir o momento do Congresso na sua “busca de integração, diálogo

¹¹⁹ Disponível em: [CFESS - Conselho Federal de Serviço Social](#). Acesso em 13/09/2024.

¹²⁰ Música “*O que se cala*”, composta por Douglas Germano. Disponível em: [Elza Soares - O Que Se Calava \(Áudio Oficial\)](#). Acesso em 10/01/2025.

entre diferentes, da multiplicidade de vozes, do necessário falar o que não se quer escutar”. (XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022).

Tendo sido realizado ainda durante a crise sanitária da pandemia da Covid-19, em que o país sofreu com a negligência do controle à disseminação, as entidades que organizaram o XVII CBAS decidiram pela manutenção da série histórica dos congressos trienais, contudo, no formato remoto. A decisão se apoiou no compromisso com a história da categoria profissional, na força, na capacidade organizativa e nos compromissos com uma agenda de lutas no sentido de ampliar e democratizar ainda mais a participação da categoria nos debates imprescindíveis à profissão. O contexto em que se realizou o evento esteve marcado pela conjuntura de acirramento das desigualdades sociais, agravada no país pela condução neoliberal e antidemocrática de gestão e execução das políticas públicas, com perdas de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e violações de direitos humanos e acirramento da “questão social”.

A convocatória à participação da categoria no XVII CBAS afirmava que “sairemos mais potentes, mobilizadas e organizadas para “inflamar nossa práxis da resistência”. [...] sabendo que assistentes sociais não fogem à luta e estarão sempre presentes, para responder aos desafios de seu tempo, construindo e reconstruindo a história do Serviço Social”. (XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022).

O aceite ao convite foi confirmado por mais de 9 mil inscrições, entre profissionais e estudantes, revelando um perfil de participantes com tendência plural, democrática e multifacetada. A diversidade favoreceu a problematização de questões complexas e desenhou caminhos múltiplos de intervenção para os desafios que se apresentam no cotidiano do trabalho de assistentes sociais de todo Brasil. De acordo com a organização do evento, do número total de inscrições, 85,6% foram de *mulheres*, a maioria absoluta. Predominou a faixa etária com idade entre 21 e 45 anos. E o perfil acadêmico apontou para 55,9% com pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado e 19,2% com graduação. Estudantes somaram 24,9% das/os inscritas/os. Com relação a raça/cor, a maioria se declarou branca (525), seguida de parda (468) e preta (216). Os povos originários foram representados por 9 inscrições. Dentre as diversas áreas de atuação, se identificou da Assistência Social (416), da Saúde (257), da Educação (115) e do Campo Sociojurídico (58). Toda essa diversidade também se expressou nos quase 1.600 trabalhos inscritos, dos quais, 1293 foram publicados nos Anais. Essas características tornam o XVII CBAS um espaço estratégico

de diálogo e mobilização da categoria. (XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022).

7.1.1. EIXO TEMÁTICO E TRABALHOS SELECIONADOS



Figura 16. Painéis temáticos do XVII CBAS. Disponível em: [XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais](#). Acesso em: 01/11/2022

Dentre os sete eixos temáticos que compuseram o evento, o eixo intitulado “**Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades**” foi selecionado tendo em vista ser compatível com os critérios estabelecidos. Compondo o eixo, 204 trabalhos apresentados foram publicados nos Anais, agrupados de acordo com a ênfase temática:

Ênfase temática	Trabalhos inscritos	Trabalhos selecionados
Raça/etnia	61	14
Gênero	96	04
Sexualidades	27	02
Geração	20	0

Entre a totalidade dos trabalhos, de acordo os critérios metodológicos, foram identificados 20 que apresentavam no título e/ou palavras-chave dois ou mais dos termos do filtro de busca: **gênero/mulheres, sexualidade, patriarcal, “raça”/racismo, interseccionalidade, colonialismo, decolonialidade/descolonização, desigualdade, diversidade e classe** apresentados no quadro a seguir. O conjunto de trabalhos selecionados são de autoria de profissionais e estudantes de universidades e instituições brasileiras.

Quadro detalhado dos trabalhos selecionados

Eixo temático: **Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades**

Posters / trabalhos selecionados

Código	Título *Ênfase em Raça/etnia	Autoras/es Instituição
101	Criminalização do aborto no Brasil: um retrato patriarcal e racializado das mulheres mais vitimadas por essa prática clandestina no país	Lucas Bastos dos Santos ² Maria Clara Silva Santos ¹ ¹ Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo (Brasil) ² Universidade Federal do Recôncavo Baiano (Brasil)
224	O perfil dos egressos do pet/ser-UnB: reflexões sobre questões sociais, de raça e gênero na universidade	Thaís Kristosch Imperatori ¹ Dáfyne Mello das Virgens ¹ Lígia souza Lira ¹ Ana Júlia Santiago Lopes ¹ ¹ Universidade de Brasília (Brasil)
245	A intersecção de gênero, raça e classe e as implicações para as mulheres negras. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano já dizia Lélia Gonzalez	Aline Pereira Dias ¹ ¹ Universidade Federal do Tocantins (Brasil)
880	A violência doméstica e familiar contra mulheres, uma intersecção com raça e classe social	Angela Maria Moura Costa Prates ¹ ¹ Universidade Estadual do Centro Oeste (Brasil)

886	Comunidades quilombolas e racismo estrutural: vivências de mulheres quilombolas de diferentes gerações	<p>Patrícia Krieger Gross¹ Eliana Mourgues Cogoy²</p> <p>¹Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil) ²Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)</p>
929	Campo, raça e classe: um tema para o Serviço Social	<p>Joice Rocha Carvalho¹</p> <p>¹Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)</p>
937	Trabalho doméstico no cotidiano das mulheres negras: continuidades e rupturas com a escravidão colonial	<p>Franciane de Carvalho Novaes¹ Marcela Soares¹</p> <p>¹Universidade Federal Fluminense (Brasil)</p>
1076	A trajetória das mulheres negras com anemia falciforme à luz da teoria da interseccionalidade	<p>Poliana Teixeira de Jesus¹ Ingrid de Assis Camilo Cabral²</p> <p>¹Fundação Saúde do Estado do Rio Janeiro ²Uerj/Hemorio (Brasil)</p>
1176	Racismo institucional e direito à saúde das mulheres negras no município de Camaçari: uma abordagem interseccional	<p>Thaise¹²¹</p> <p>¹Mestrado Profissional em Saúde Coletiva (Brasil)</p>
1280	Serviço Social, gênero e raça: a garantia de direitos às mulheres negras	<p>Luciane da Conceição¹ Vivian Caroline Medeiros da Paixão¹ Flaviane Shirley Santana¹ Maria Eduarda Ferreira Gomes¹ Marcella Gonçalves Carvalho Naves¹</p> <p>¹Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)</p>
1324	As desigualdades sociais no Brasil: reflexões sobre a intersecção entre gênero, raça e classe social	<p>Maria Júlia Rodrigues Moreira¹ Monique Soares Vieira¹ Simone Barros de Oliveira¹</p> <p>¹Universidade Federal do Pampa (Brasil)</p>
1474	Um debate para além de classe: a categoria raça para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil	<p>Luciele Carla de Lima¹</p> <p>¹Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)</p>
1492	Universalização e negritude: relato de experiência sobre a participação como discente na disciplina “a questão social e as determinações reflexivas entre capitalismo, colonialismo e racismo” no programa de estudos pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de SP	<p>Priscila Beralda Moreira de Oliveira¹</p> <p>¹Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)</p>
1663	Raça, classe e gênero: contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para o Serviço Social brasileiro	<p>Moacir de Freitas Junior¹, Mireile Silva Martins¹</p> <p>¹Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)</p>

¹²¹ O sobrenome da autora não figura nos Anais do XVII CBAS.

Código	Título *Ênfase em Gênero	Autoras/es Instituição
287	Violência de gênero contra mulheres negras: resistências e conquistas do município de São Gonçalo -RJ	Erick José Gonçalves dos Santos Silva ¹ Alice da Silva Santos de Souza ² Pyxis Cabral de Oliveira ¹ Vanessa Bezerra de Souza ¹ Julia da Silva Boaventura ¹ Lana Sangiacomo Bastos ¹ ¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Brasil) ² Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Brasil)
685	Classe, relação social de sexo e questão étnico-racial: aproximações ao debate da consubstancialidade	Marina Fernandes Toledo Lourenço ¹ Maria Lúcia Duriguetto ¹ ¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)
1023	Diversidade de gênero, sexualidade e direitos humanos algumas reflexões sobre dissidências de gênero e políticas públicas na formação social brasileira	Marcia Cristina Brasil Santos ¹ Clara Azevedo de Araújo ¹ Eloisa da Silva Xavier ¹ Lucas da Costa Brandão ¹ Mariana Camargo Tumonis Oliveira ¹ ¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Hospital Universitário Pedro Ernesto (Brasil)
1533	Sexo, raça/etnia e classe na trajetória histórica dos feminismos: subsídios para pensar a luta das mulheres na contemporaneidade	Márcia Cristina Brasil Santos ¹ Ludimila Souza dos Santos Vasconcelos ² Samanta de Rezende Crolman ³ ¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/hospital Universitário Pedro Ernesto (Brasil) ² Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Brasil) ³ Defensoria Pública do Estado do Amazonas (Brasil)

Código	Título *Ênfase em Sexualidades	Autoras/es Instituição
515	Pessoas LGBTQIA+ em situação de rua: reflexões a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial	Ricardo William Guimarães Machado ¹ Nilza Rogéria de Andrade Nunes ¹ ¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
1399	Violência obstétrica e as lutas das mulheres: explicitando questões de gênero e racial	Cristiane Cordeiro da Silva Delfino ¹ ¹ Universidade de Brasília

O CBAS é um evento nacional e, como tal, retrata o perfil da profissão a partir da percepção das/os profissionais e das/os estudantes, estando ela profundamente imersa na realidade brasileira. É possível identificar, ainda que 20 trabalhos seja apenas uma amostra dos 1.293 publicados nos Anais, a abrangência e o alcance do evento, que recebeu representações do conhecimento construído a partir da práxis e da vivência acadêmica de todas as regiões do país. Os números produzidos pelo CBAS confirmam algumas tendências já conhecidas, como a hegemonia marxista como base teórica e a manutenção de “feminização” da categoria, maioritariamente são *mulheres* que

ocupam, e se ocupam, os quadros do Serviço Social, 85,6% da participação é delas, corroborando a predominância de *mulheres* na profissão. Outras questões que merecem atenção emergiram quando se analisa o CBAS. Elas colocam em debate a endogenia do Serviço Social brasileiro e a ausência de diálogo com a América Latina e Caribe e a fragilidade teórica resultante da ausência de epistemologias oriundas do Sul Global/Geopolítico quando as reflexões se voltam para a questão de “raça” /etnia, gênero e sexualidade. Essa análise e as reflexões que elas produzem serão explanadas no decurso desse capítulo a partir dos excertos apresentados que respeitaram a perspectiva da saturação dos temas, ou seja, são amostras que agregam os debates dos textos.

7.2. EUROPEAN CONFERENCE OF SOCIAL WORK EDUCATION - ECSWE PORTO, 2023: DIVERSITY AND SOCIAL WORK EDUCATION: BUILDING BRIDGES FOR SUSTAINABLE FUTURES



Figura 17. Site da ECSWE. Disponível em: <https://ecswe2023.eventqualia.net/en/home/>. Acesso em 16/09/2024

A *European Conference of Social Work Education 2023*/Conferência Europeia de Educação em Serviço Social 2023 é realizada bianualmente. É organizada pela *European Association of Schools of Social Work*/Associação Europeia de Escolas de Serviço Social (EASSW). A edição de 2023 resultou da sua parceria com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), Portugal, e se realizou de 20 a 23 de junho no Porto sob o formato exclusivamente presencial. Inicialmente, ser a ECSWE um evento de Serviço Social realizado em Portugal foi o critério utilizado para sua escolha como fonte para a análise documental, frente a inexistência de um evento nacional da

categoria que coincidissem com o período de realização da pesquisa¹²². Em um momento posterior, foi a perspectiva de que fossem abordadas temáticas com potencial para dialogar com o *objeto* de estudo, ou seja, a decolonialidade, e que a participação de assistentes sociais portuguesas/es representativa. Assim, a conferência de caráter internacional, porém promovida em Portugal, superou as expectativas. Ainda que a significativa representatividade de Portugal não tenha se confirmado, foram 2 de um universo de 16 trabalhos selecionados, a produção científica no escopo buscado para a análise documental revelou potencial para a articulação dos temas com a decolonialidade. Compuseram o evento trabalhos oriundos de universidades e instituições da Europa (Portugal, Reino Unido, Roménia, Bélgica, Hungria, Alemanha, Espanha e Áustria); América Latina (Argentina) e América do Norte (Canadá e EUA). Nessa configuração, a apropriação dos debates decoloniais foram significativos, indicando avanços nas reflexões decoloniais no Serviço Social do Norte Global/Geopolítico.

Em decorrência da pandemia, o evento ocorreu quatro anos após a sua última versão presencial em 2019, realizada em Madrid. Com o objetivo de ser “um fórum internacional de diálogo e discussão sobre preocupações, desafios e práticas na educação em Serviço Social”, propôs ser, no encontro de 2023 um espaço para troca de ideias, conhecimento e para compreender como a Educação em Serviço Social vem se desenvolvendo nos últimos anos. (ECSWE 2023, 2023). A preocupação com questões ligadas a globalização, ao avanço do neoliberalismo, ecologia, guerras e o crescimento da extrema-direita na Europa se evidenciaram nas temáticas da conferência. De acordo com o site do evento, “os temas gerais da conferência são o respeito à diversidade, a igualdade e a conquista de sociedades socialmente responsáveis”. Como objetivo, busca a construção coletiva conhecimento envolvendo estudantes, usuários de serviços, acadêmicos e profissionais frente a “uma compreensão revitalizada da diversidade e da diferença a partir de múltiplas perspectivas de privilégio e opressão, que reconheça as ameaças aos direitos fundamentais da dignidade humana, bem como as dimensões ecossociais”. (ECSWE 2023, 2023).

¹²² A Ordem de Assistentes Sociais promoveu em 2023 Encontros Setoriais com o objetivo de refletir e debater as questões acerca da regulação da profissão e a sua aplicação específica em cada área/setor de intervenção. Disponível em: www.eas.pt/encontros-setoriais-de-assistentes-sociais/ENCONTROS_SECTORIAIS_DE_ASSISTENTES_SOCIAIS. Acesso em: 16/01/2025.

Nessa perspectiva, a comissão organizadora realizou o convite à participação para “educadores, pesquisadores, estudantes, usuários de serviços, ativistas e profissionais de Serviço Social a se engajarem em abordagens colaborativas, inovadoras, criativas e proativas para desenvolver currículos de Serviço Social, incluindo ética e valores, teorias, modelos e intervenções”. (ECSWE 2023, 2023).

A conferência busca promover a construção de currículos de Serviço Social que preparem as/os estudantes para uma práxis criativas que ofereça respostas a partir da compreensão de que as “múltiplas crises que ocorrem em tempo real do nosso presente emergem de histórias e geopolíticas diversas e interconectadas”. (ECSWE 2023, 2023).

O tema diversidade ocupou lugar de destaque em importância e ocorrência frequente nos debates. A Masterclass “*Teaching diversity by using creative and arts-based pedagogical approaches in the social work classroom*” Ensinar diversidade usando abordagens pedagógicas criativas e baseadas nas artes na sala de aula de Serviço Social”, ministrada pela professora Eleni Papouli, do departamento de Serviço Social da Universidade de West Attica, introduz uma reflexão acerca da forma de abordar a temática da diversidade pedagogicamente como um conceito inclusivo e crítico em sala de aula como forma de preparar as/os estudantes para a práxis ética. Metodologicamente, propõe a adoção de métodos de ensino com abordagens inovadoras como pedagogias criativas e baseadas nas artes. (ECSWE 2023, 2023).

A Pedagogia da Esperança inspira o Eixo temático a abordar a diversidade e as desigualdades interseccionais. O convite do referido Eixo é a necessidade de refletir e reconhecer que as desigualdades no processo histórico colonial e imperialista produziu múltiplas formas de exclusão resultantes de condições estruturais de vida de privilégio e marginalização de indivíduos e povos. A partir dessa perspectiva, os trabalhos que fazem parte desse debate, e que correspondem às ferramentas de busca definidas, serão alvo das análises ao longo desse estudo.

Dentre as temáticas, e em sintonia com as ferramentas de busca, foi identificado o Eixo temático “***Diversity, Intersecting Inequalities and Pedagogy of Hope in SWE***”/ **Diversidade, Desigualdades Interseccionais e Pedagogia da Esperança na SWE**”

para definir a escolha dos Simpósios e das Comunicações orais a serem analisadas de acordo com o conteúdo do Livro de Resumos da conferência ECSWE 2023.¹²³

7.2.1. EIXO TEMÁTICO E TRABALHOS SELECIONADOS

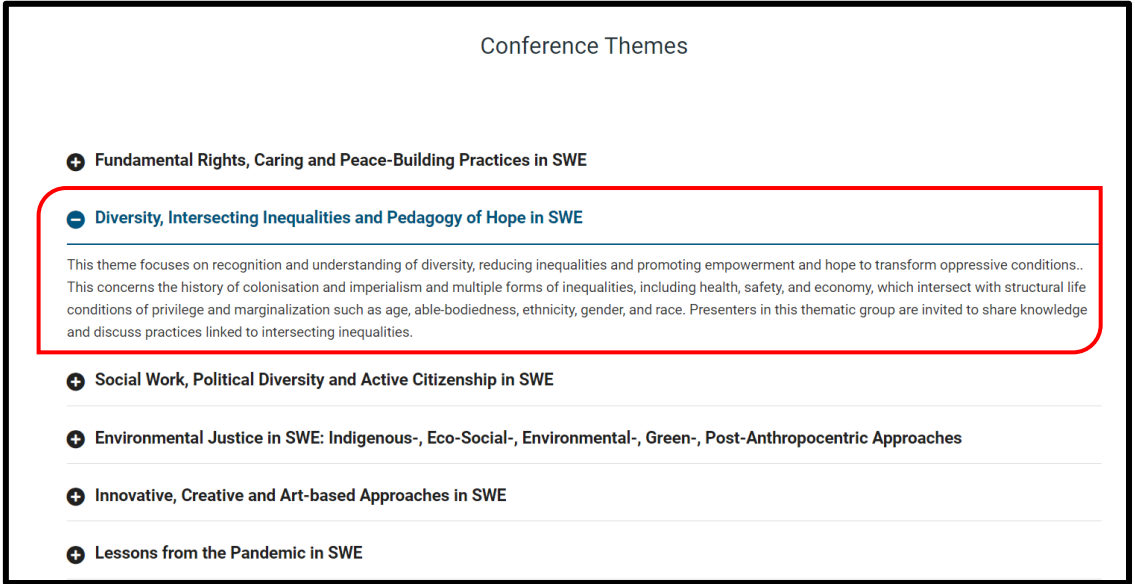


Figura 18. Eixos temáticos da ECSWE. Disponível em: <https://ecswe2023.eventqualia.net/en/home/>. Acesso em 16/09/2024

O Eixo temático recebeu três Simpósios com um total de dez trabalhos. Foi selecionado 01 Simpósio e entre os trabalhos nele inscritos, também 01 foi identificado a partir dos critérios metodológicos.

Simpósios

Ênfase temática	Trabalhos inscritos	Trabalhos selecionados
ECSWE-PRP-19898 – <i>Diversity, pluralism and learning in social work education. A commitment to equality</i> /Diversidade, pluralismo e aprendizagem na educação em Serviço Social. Um compromisso com a igualdade	03	0
ECSWE-PRP-36964 – 22956 - <i>Surviving not Thriving: the importance of developing na anti-racist curriculum</i> /Sobreviver, não prosperar: a importância de desenvolver um currículo antirracista	03	01
ECSWE-PRP-73553 – <i>Context informed Learning in social work education: Challenging the perception of knowledge in the academy through academic courses for undergraduate social work student</i> /Aprendizagem informada pelo contexto na educação em Serviço Social: desafiando a percepção do conhecimento na academia por meio de cursos acadêmicos para alunas/os de graduação em Serviço Social	04	0

¹²³ Disponível em: [*ECSWE Boof of Abstracts 18Dec.pdf](https://ecswe2023.eventqualia.net/en/home/). Acesso em 15/09/2024.

Sob o formato de Comunicação oral, 87 compuseram o mesmo Eixo temático, sendo selecionadas, também de acordo com os critérios metodológicos, 15 trabalhos que apresentaram no título e/ou nas palavras-passe dois ou mais termos do filtro de busca: **género/mulheres, sexualidade, patriarcal, raça/racismo, interseccionalidade, colonialismo, decolonialidade/descolonização, desigualdade, diversidade e classe.**

Comunicação oral

Ênfase temática	Trabalhos inscritos	Trabalhos selecionados
<i>Diversity, Intersecting Inequalities and Pedagogy of Hope in SWE/ Diversidade, Desigualdades Interseccionais e Pedagogia da Esperança na SWE</i>	87	15

Quadro detalhado dos trabalhos selecionados

Eixo temático: ***Diversity, Intersecting Inequalities and Pedagogy of Hope in SWE/ Diversidade, Desigualdades Interseccionais e Pedagogia da Esperança na SWE***

Simpósio / trabalho selecionado

Código	Título	Autoras/es Instituição
	*Ênfase: ECSWE-PRP-36964 - <i>Surviving not Thriving: the importance of developing an anti-racist curriculum</i>/Sobreviver, não prosperar: a importância de desenvolver um currículo antirracista	
ECSWE-22956	Surviving not Thriving: The importance of anti-racist pedagogy/ Sobreviver, não prosperar: a importância da pedagogia antirracista	Dr. Erika Laredo ¹ ¹ Leeds Beckett University (Reino Unido)

Comunicação oral / trabalhos selecionados

Código	Título	Autoras/es Instituição
ECSWE-14789	<i>Who are they and why do we not see or hear them? - We're not all there yet! An investigation into women with addictive behaviors and addictions and the role of the community/ Quem são e por que não os vemos ou ouvimos? - Ainda não chegamos lá! Uma investigação sobre mulheres com comportamentos e vícios aditivos e o papel da comunidade</i>	Ana Sofia Trindade Freitas ¹ ¹ Escola Superior de Educação Paula Frassinetti (Portugal)
ECSWE-29315	<i>Black and Male: Managing Intersecting Inequalities in Social Work Practice in England/ Negro e Masculino: Gerenciando Desigualdades Interseccionais na Prática do Serviço Social na Inglaterra</i>	George Dake ¹ ¹ Manchester Metropolitan University (EUA)

ECSWE-29551	<i>Subsistence and Survival: Experiences of Workplace Violence among Women Engaged in Transactional Sex Work in the Republic of Barbados/ Subsistência e sobrevivência: experiências de violência no local de trabalho entre mulheres envolvidas em trabalho sexual transacional na República de Barbados</i>	Stavroula Kyriakakis ¹ Sadie K. Goddard-Durant ² ¹ Adelphi University School of Social Work (EUA) ² University of Guelph (Canadá)
ECSWE-34809	<i>Decolonizing Social Work. From intercultural communication to an intersectional approach of diverse sensitive training skills/ Descolonizando o Serviço Social. Da comunicação intercultural a uma abordagem interseccional de diversas habilidades de treinamento sensíveis</i>	Eveline Kamina Ntenda Musangu ¹ ¹ Karel de Grote University of Applied Sciences and Arts (Belgica)
ECSWE-37122	<i>Combatting Anti-Black Racism: Beyond Anti-Black Racism Training to Transformational Action/ Combate ao racismo anti-negro: além do treinamento anti-racismo negro para uma ação transformadora</i>	Uzo Anucha ¹ Sinthu Srikanthan ² Rahma Said-Toganne ¹ ¹ York University (Canadá) ² The Youth Research and Evaluation eXchange (Canadá)
ECSWE-38662	<i>Practice what you preach: how to build an inclusive Social Work curriculum by enhancing the sense of belonging for students and lecturers/ Pratique o que prega: como construir um currículo de Serviço Social inclusivo, aumentando o senso de pertencimento de alunos e professores</i>	Veerle Van Gestel ¹ ¹ Karel de Grote University College (Belgica)
ECSWE-51278	<i>Teaching local social work history to promote reckoning with past wrongs and to engage students in the process of repair/ Ensinar história do Serviço Social local para promover o reconhecimento dos erros do passado e envolver os alunos no processo de reparação</i>	Jane McPherson ¹ ¹ University of Georgia (EUA)
ECSWE-55002	<i>Educational policies and practices to promote equity: social work discourses on diversity, inequalities and school inclusion/ Políticas e práticas educacionais para promover a equidade: discursos do Serviço Social sobre diversidade, desigualdades e inclusão escolar</i>	Maria Sidalina Almeida ¹ ¹ Instituto Superior de Serviço Social do Porto (Portugal)
ECSWE-59342	<i>Training Students for an Intersectional Anti-Racist School Social Work Practice/ Treinamento de alunos para uma prática interseccional antirracista de Serviço Social escolar</i>	Christine Mayor ¹ ¹ University of Manitoba (Canadá)
ECSWE-65733	<i>Haunting a ghost – Tracing the colonial turn in social work education/ Assombrando um fantasma – Rastreado a virada colonial na educação em Serviço social</i>	Sandra Holtgreve ¹ ¹ RheinMain University of Applied Sciences (Alemanha)
ECSWE-70295	<i>Cultural diversity and intercultural mediation in the training of social work students/ Diversidade cultural e mediação intercultural na formação de estudantes de Serviço Social</i>	Carmen Verde-Diego ¹ Yolanda García ¹ Paula Frieiro ² ¹ Universidade de Vigo (Espanha) ² Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)
ECSWE-71521	<i>The Subjectivation of Difference and Decolonial Social Work/ A subjetivação da diferença e o Serviço Social descolonial</i>	Martina Tissberger ¹ ¹ University of Applied Sciences Upper Austria (Austria)
ECSWE-75909	<i>The incidence of the affective turn on Social Work academic training in Argentina/ A incidência da virada afetiva na formação acadêmica em Serviço Social na Argentina</i>	Melisa Campana ¹ María Eugenia Hermida ²

		¹ Complutense University of Madrid (Espanha) ² National University of Mar del Plata (Argentina)
ECSWE-77620	<i>Invisible families/ Famílias invisíveis</i>	Emőke Bányai ¹ Boróka Fehér ² ¹ University of Miskolc (Hungria) ² BMSZKI (Hungria)
ECSWE-80822	<i>Reading Beyond the Label: Implications of the Critical Theory for the Social Work Practice with Roma Persons/ Lendo além do rótulo: implicações da Teoria crítica da raça para a prática do Serviço Social com pessoas ciganas</i>	Baciu Elena-Loreni ¹ Lazăr Theofilid-Andrei ¹ ¹ West University of Timisoara (Roménia)

A Conferência Europeia sobre Educação em Serviço Social (ECSWE), sob a coordenação da Associação Europeia de Escolas de Serviço Social (EASSW), assumiu a tarefa de ser um fórum internacional buscando reunir educadores, pesquisadores, estudantes, usuários de serviços, ativistas e profissionais de SW para dialogar e discutir acerca dos desafios e das práticas na educação em Serviço Social.

A ECSWE trouxe como tema: *Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures/ Diversidade e Educação em Serviço Social: Construindo Pontes para Futuros Sustentáveis*, que, em sintonia com debates atuais e urgentes da agenda mundial, diversidade e sustentabilidade, definem a preocupação em formar profissionais capazes de atuar nas reverberações sociais dessa agenda.

A busca pela construção coletiva de currículos onde a ética e teoria sejam capazes de formar profissionais capazes de trabalhar para o desenvolvimento comunitário, a cidadania ativa, a paz, o bem-estar e a sustentabilidade de forma criativa, colaborativa, inovadora é desenvolvida, no escopo do eixo temático voltado para abordagem acerca da diversidade e das desigualdades compreendidas em sua interseccionalidade sob a perspectiva da Pedagogia da Esperança. Assim, os trabalhos selecionados refletiram, a partir do Norte Global/Geopolítico, sobre antirracismo, negritude, branquitude, trauma, descolonização, classe, diversidade, gênero, discriminação, colonialismo, decolonialidade, feminismos, eurocentrismo, afetos e colonialidade no ambiente educacional e profissional. Os excertos apresentados dos trabalhos selecionados respeitaram a perspectiva da saturação dos temas, ou seja, são amostras que agregam os debates dos textos.

Geopoliticamente, esses temas aproximam o Norte e o Sul Global/Geopolítico quanto às estruturas que estão na formação contemporânea das sociedades ocidentais

geradoras das novas expressões da “questão social” e, por conseguinte, despertam questionamentos acerca da geopolítica do conhecimento decorrente disso e favorecem articulações teóricas que podem sugerir linhas condutoras de análise.

O próximo tópico analisa os textos selecionados utilizando Categorias de Análise no sentido de refletir sobre a decolonialidade como escopo científico para o Serviço Social. Busca identificar suas contribuições desde a formação à produção científica para a construção de uma práxis capaz de confrontar a complexidade da globalização neoliberal estruturada no colonialismo, imperialismo e na colonialidade.

7.3. XVII CBAS E DA ECSWE/2023: PISTAS DECOLONIAIS

“A inquisição e a escravidão se reatualizaram sob novas formas nesse sistema-mundo moderno-colonial. O grito não deve ser de socorro, mas de resistência.” (Machado e Nunes, 2022).

Esse tópico será dedicado ao resultado da pesquisa documental. A metodologia aplicada utilizou o critério os filtros de busca como os termos: gênero/*mulheres*, sexualidade, patriarcal, “raça” /etnia/racismo, interseccionalidade, colonialismo, decolonialidade/descolonização e classe, se definiu como alvo de análise os painéis temáticos e os trabalhos científicos que compuseram o XVII CBAS e a ECSWE 2023.

As questões que motivaram a busca e as análises foram: *i.* Como as/os assistentes sociais vêm dialogando e se apropriando do pensamento decolonial e; *ii.* Como os debates decoloniais que interseccionam classe, “raça” /etnia, gênero e sexualidade podem oferecer subsídios teórico metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social?

A geopolítica do conhecimento foi o cenário considerado na realização da leitura e análise a produção científica, que considerou a temporalidade nos contextos sócio económico social e político brasileiro e português, como exposto no tópico 4.2. do capítulo metodológico. Assim, iniciadas as leituras dos trabalhos selecionados, não tardou para que as respostas às questões de partida comesçassem a emergir.

7.3.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE

As pistas oferecidas inicialmente se confirmaram com a conclusão da leitura da totalidade dos trabalhos científicos selecionados: 20 pósteres do XVII CBAS e 1 simpósio e 12 comunicações orais da ECSWE 2023. A construção das Categorias de

Análise que orientam as reflexões apresentadas ao longo desse tópico utilizou como metodologia o diálogo entre o escopo teórico apresentado nos capítulos I, II e III, a metodologia de análise documental e a análise dos currículos que compõem os capítulos IV e V. Da mesma forma, buscando coerência analítica com as dimensões das Categorias de Análise do VI capítulo, elas estão agrupadas em quatro eixos principais e seus desdobramentos e serão apresentadas conjuntamente, também para promover um diálogo entre as/os autoras/es e dar unidades as análises.

- *“O Serviço Social pode ser participativo, anti discriminatório e transparente”*
 - Descolonização do Serviço Social
- *“A Europa é assombrada por sua própria colonialidade”*
 - Colonialidade e as novas expressões da “questão social”
- *“O racismo, o sexismo e o classismo não são uma especificidade brasileira, ocorrem em escala global”*
 - Interseccionalidade e Serviço Social
- *“Poderia ser o Serviço Social decolonial?”*
 - Decolonialidade e práxis

7.3.1.1. “O SERVIÇO SOCIAL PODE SER PARTICIPATIVO, ANTI DISCRIMINATÓRIO E TRANSPARENTE”

- **DESCOLONIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

A comunicação de Jane MacPherson, docente da Universidade da Georgia, intitulada *“Teaching local social work history to promote reckoning with past wrongs and to engage students in the process of repair”* (ECSWE-51278), promove uma importante reflexão acerca da necessidade do Serviço Social assumir o compromisso ético e político de reconhecimento, responsabilização e reparação como forma de acolher, promover e respeitar a diversidade e de superar o conservadorismo que o forjou no passado, e que ainda persiste como marca na identidade profissional. A perspectiva da autora, a qual se refere como ajuste de contas e reparação, demanda um profundo processo de descolonização da profissão, que deve alcançar e transformar a formação, a produção científica e a práxis.

[...] our school and our profession can and should engage in a process of reckoning and redress. Looking at social work history through a rights-based lens (McPherson et al, 2017), this presentation will explore how social work can be participatory, anti-discriminatory, and transparent when observing our past, and particularly question how

we should be accountable now. This process is not easy but applying rights-based principles to our past challenges us to live up to our ethical commitments in the present, and promotes respect for diversity, equality, and the achievement of socially responsible societies. (McPherson, 2023).¹²⁴

No cenário do Norte Global/Geopolítico, a busca da descolonização, com a superação de uma formação em Serviço Social sob a influência colonial, é uma diretriz que figura no horizonte da formação de acordo com a IASSW-IFSW, como é apontado no trabalho “*Haunting a ghost – Tracing the colonial turn in social work education*” (ECSWE-65733), apresentado por Sandra Holtgreve (RheinMain University of Applied Sciences). A autora explicita a relevância que as epistemologias Pós-colonial e decolonial assumem na perspectiva da diversidade e na compreensão das formas interseccionais de discriminação. O texto, que busca refletir acerca dos fantasmas da modernidade necroneoliberal globalizada, aqui identificados como colonialidade, que são assombrados pela decolonialidade, identifica, por seu turno, a ausência desse debate nos currículos de Serviço Social.

Post and decolonial perspectives have received increasing attention in social work education as a perspective that makes sense of diversity and intersectional forms of discrimination. Over the last decade, it has been included in professional norms and standards: in the Global Standards for Social Work Education “supporting the advancement of social work education free from colonial influences” (IASSW-IFSW 2020) has become an aspired goal. At the same time, traces of these perspectives that form the ‘colonial turn’ appear very scarcely in official social work curricula. How comes this contested impression into existence that the discussion about colonialism and its aftermath is everywhere and at the same time nowhere? (Holtgreve, 2023).¹²⁵

¹²⁴ [...] nossa escola e nossa profissão podem e devem se envolver em um processo de ajuste de contas e reparação. Olhando para a história do trabalho social através de uma lente baseada em direitos (McPherson et al, 2017), esta apresentação explorará como o Serviço Social pode ser participativo, anti discriminatório e transparente ao observar nosso passado e, particularmente, questionar como devemos ser responsáveis agora. Este processo não é fácil, mas aplicar princípios baseados em direitos ao nosso passado nos desafia a cumprir nossos compromissos éticos no presente e promove o respeito pela diversidade, igualdade e a conquista de sociedades socialmente responsáveis. (McPherson, 2023). (Tradução da autora).

¹²⁵ Perspetivas pós e decoloniais têm recebido cada vez mais atenção na educação em Serviço Social como uma perspectiva que dá sentido à diversidade e às formas interseccionais de discriminação. Na última década, foi incluída em normas e padrões profissionais: nos Padrões Globais para Educação em Serviço Social, “apoiar o avanço da educação em Serviço Social livre de influências coloniais” (IASSW-IFSW 2020) tornou-se uma meta almejada. Ao mesmo tempo, traços dessas perspectivas que formam a “virada colonial” aparecem muito raramente nos currículos oficiais de Serviço Social. Como surge essa impressão contestada de que a discussão sobre o colonialismo e suas consequências está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum? (Holtgreve, 2023). (Tradução da autora).

A necessidade de descolonizar a profissão e a ausência de epistemologias que promovam e/ou reforcem esse processo, também são temas de debate no Sul Global/Geopolítico. O trabalho intitulado “Campo, raça e classe: um tema para o Serviço Social” (CBAS-0929), de autoria Joice Carvalho (Universidade Federal de Uberlândia) aponta lacunas deixadas pelo direcionamento teórico hegemônico que fundamenta o Projeto Ético Político brasileiro. Ainda que não apresente referenciais teóricos decoloniais na bibliografia do trabalho, o texto discorre sobre a necessidade de o Serviço Social ampliar o escopo teórico do olhar decolonial no sentido de abranger perspectivas interseccionais que estruturam as opressões em que o racismo o eixo de análise referencial conjuntamente com a questão de classe.

O presente trabalho trata-se de uma reflexão teórica sobre intersecções que envolvem a temática do campo, raça e classe que advém de estudos que estão sendo elaborados para o trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, somando a urgente perspectiva da pesquisadora em dimensionar o campo e seus aspectos para o Serviço Social com olhares decoloniais. [...] visa refletir teoricamente sobre os aspectos que cercam o campo, na perspectiva interseccional de raça e classe, e como o Serviço Social está relacionado a este processo. [...] Podemos aferir que o Projeto Ético Política direciona para quais caminhos a categoria deve seguir, objetivando a emancipação política do trabalhador, por isso que o olhar para a questão agrária com uma perspectiva de raça e classe se faz importante na luta contra as estruturas dominantes de opressão. Fortalecendo os princípios antirracistas no cotidiano profissional e na formação acadêmico profissional, que se faz um agente referência para centralizar este debate racial como estrutural para se pensar a questão social brasileira. (Carvalho, 2022).

Nesse mesmo contexto geopolítico, o texto de Thaise (mestranda em Saúde Coletiva), aborda o “Racismo institucional e direito à saúde das *mulheres* negras no município de Camaçari: uma abordagem interseccional” (CBAS-1176). A reflexão sinaliza a importância de instrumentalizar teoricamente as/os assistentes sociais para que possam atuar politicamente numa perspectiva propositiva de políticas públicas anticoloniais. Contudo, novamente a ausência de referenciais teóricos que lhe deem sustentação acerca dos processos estruturantes do racismo, o trabalho apresenta reflexões limitadas e acaba por evidenciar como as contribuições da perspectiva decolonial poderiam contribuir para a complexificação do pensamento crítico.

O enfrentamento ao racismo e às diversas formas de opressões: classe, gênero, raça e etnia, exige que o profissional tenha a responsabilidade de propor implementação de

políticas concretas, de forma estruturada, que estabeleça uma relação equitativa e humanizada entre estado e sociedade civil. (Thaise, 2022).

Ainda no campo da descolonização do Serviço Social brasileiro como estratégica para ações libertadoras e de transformação social, Patrícia Krieger Grossi (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e Eliana Mourgues Cogoy (Universidade Federal de Santa Maria), apresentaram a pesquisa sobre “Comunidades quilombolas e racismo estrutural: vivências de *mulheres* quilombolas de diferentes gerações” (CBAS-0886). O estudo evidencia a potência da intervenção social do Serviço Social como geradora de conhecimento científico, análise social e promotora de subsídios que fundamentem e provoquem políticas sociais de reparação. As reflexões trazidas pelas autoras, evidenciam a relevância da profissão acessar um escopo teórico decolonial como chave analítica e conceitual. O texto apresenta a apropriação de teorias que possibilitam a compreensão crítica das estruturas de exclusão e desigualdade originadas pela história colonial, ou seja, a colonialidade, o racismo/etnicismo, sexismo e a classificação social.

Estudo exploratório, qualitativo, com o objetivo de conhecer as vivências de mulheres quilombolas do Rio Grande do Sul referente ao impacto do racismo estrutural no seu cotidiano. [...] A colonialidade precisa ser considerada em seu contexto sócio-histórico, nas suas formas de dominação e subalternização de que os europeus fizeram uso para manter sujeitos dominados. [...] Perceber o racismo estrutural através das práticas discriminatórias cotidianas e enraizadas na sociedade é um dos primeiros passos para enfrentá-lo, para a desconstrução da ideologia que exclui um grupo social em detrimento de outro. [...] Desse modo, entendemos que o racismo estrutural está enraizado num processo histórico marcado pelas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais na sociedade brasileira e que perdura desde o tempo da escravidão. Certamente, o processo de tomada de consciência já se configura como um começo para a superação desse círculo vicioso do racismo enraizado na nossa sociedade; entretanto, ações antirracistas precisam ser colocadas em prática para vivermos outra sociedade possível. (Grossi e Cogoy, 2022).

Os trabalhos apresentados a seguir se configuram valiosas possibilidades e estratégias de descolonização para o Serviço Social. Todas elas se iniciam na formação e consideram aspectos que se conectam com a epistemologia decolonial.

As reflexões promovidas por Eveline Musangu (Karel de Grote University of Applied Sciences and Arts in Belgium) em seu texto “*Decolonizing Social Work. From*

intercultural communication to an intersectional approach of diverse sensitive training skills” (ECSWE-34809) percorrem o legado colonial eurocentrado presente nas ciências para fundamentar a necessidade de a formação adotar outras perspectivas de análise e intervenção social. O que chama de “treinamento de habilidades sensíveis” pode ser compreendido como a superação da colonialidade do ser, que em articulação com o conceito de interseccionalidade são capazes de questionar os estereótipos culturais, de raça/etnia e género construídos pela modernidade/colonialidade e criar espaços de reconhecimento na formação de que o/a “*sujeito/a*” possui o “direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias”. (hooks, 1989, p. 42).

*This presentation discusses how diverse sensitive skills training can contribute to the decolonization of Social Work. [...] our colonial heritage social workers were mainly trained to identify and eliminate racialized differences between persons as part of the “civilization mission”. [...] Nowadays social sciences theories are still often build upon these global Eurocentric stereotypes of modernity. The hegemonic position of the west as the dominant political knowledge economy perpetuates the asymmetry and inequality between the Global North and the Global South. This intellectual legacy of the colonial era still influences the worldview of postcolonial social workers. (Kleibl et al. 2019). Within the training course “diverse sensitive skills”, we offer an alternative approach for cultural stereotypes in which intercultural communication is entailed. Through the sociological conceptual framework of intersectionality, students learn to act appropriately when vulnerabilities, potentially contributing to social inequality or exclusion, occur at multiple levels of our identity. (Musangu, 2023).*¹²⁶

A descolonização dos currículos é o tema abordado no trabalho de Veerle Van Gestel (Karel de Grote University College), “*Practice what you preach: how to build an inclusive Social Work curriculum by enhancing the sense of belonging for students and lecturers*”

¹²⁶ Esta apresentação discute como o treinamento de habilidades sensíveis diversas pode contribuir para a descolonização do Serviço Social. [...] nossa herança colonial, assistentes sociais eram treinados principalmente para identificar e eliminar diferenças racializadas entre pessoas como parte da “missão de civilização”. Atualmente, as teorias das Ciências sociais ainda são frequentemente construídas sobre esses estereótipos eurocêtricos globais da modernidade. A posição hegemônica do Ocidente como a economia do conhecimento político dominante perpetua a assimetria e a desigualdade entre o Norte Global e o Sul Global. Esse legado intelectual da era colonial ainda influencia a visão de mundo dos assistentes sociais pós-coloniais. (Kleibl et al. 2019). No curso de treinamento “habilidades sensíveis diversas”, oferecemos uma abordagem alternativa para estereótipos culturais nos quais a comunicação intercultural está envolvida. Por meio da estrutura conceitual sociológica da interseccionalidade, as/os alunas/os aprendem a agir apropriadamente quando vulnerabilidades, potencialmente contribuindo para a desigualdade social ou exclusão, ocorrem em vários níveis de nossa identidade. (Musangu, 2023). (Tradução da autora).

(ECSWE-38662), bem como no manuscrito de Erika Laredo (Leeds Beckett University), “*Surviving not Thriving: The importance of anti-racist pedagogy*” (ECSWE-22956).

A perspectiva de Gestel acerca da garantia da diversidade das/os docentes como estratégia de inclusão e senso de pertencimento de estudantes oriundos de contextos culturais e de nacionalidades variadas oferece a perspectiva de que a estratégia implementada pelo novo currículo busca atender a uma realidade situada que, contudo, apresenta questões comuns com contextos distantes. O texto favorece a compreensão de que o local e o global resultam de condições macro e micro que necessitam ser analisadas a partir de abordagens teóricas interseccionais que dialoguem com as questões de “raça” /etnia, sexo e classe.

In this presentation, I will testify on building our new Social Work curriculum. It includes the integration of inclusion and diversity throughout the program. There are no longer separate courses on diverse sensitive Social Work, only integrated knowledge and skills. This change is only possible with a diverse team of lecturers. Therefore, we increased the diversity of our team on all the aspects of intersectionality (gender, roots, sexuality, class), focusing on recruitment and co-teaching. (Gestel, 2023).¹²⁷

O desafio de criar espaços académicos que possibilitem a inclusão e o senso de pertencimento onde o racismo é generalizado é o foco da abordagem de Erika Laredo. A partir de um projeto de pesquisa garantindo o espaço de fala sobre suas experiências como estudantes *negros/as*, a autora conclui que, por um lado, a conquista de espaço de existência se baseia na construção de estratégias de resiliência e resistência frente ao racismo e a discriminação e, por outro, a descolonização dos currículos e o envolvimento de toda a equipe docente e discente no debate dessas temáticas são condições para que se efetive ações pedagógicas antirracistas e, conseqüentemente, se construa estratégias de enfrentamento à colonialidade na práxis das/os futuros assistentes sociais.

This paper will share findings from a qualitative research project carried out collaboratively between staff and students in the Social Work Department at Leeds

¹²⁷ Nesta apresentação, testemunharei sobre a construção de nosso novo currículo de Serviço Social. Ele inclui a integração de inclusão e diversidade em todo o programa. Não há mais cursos separados sobre Serviço Social sensível e diverso, apenas conhecimento e habilidades integrados. Essa mudança só é possível com uma equipe diversificada de palestrantes. Portanto, aumentamos a diversidade da nossa equipe em todos os aspetos da interseccionalidade (gênero, origem, sexualidade, classe), com foco no recrutamento e no co ensino. (Gestel, 2023). (Tradução da autora).

Beckett University. [...] The research highlighted that experiences of racism are pervasive, but students build resilience by learning to negotiate White spaces. This foregrounds the importance of creating safe spaces within the curriculum for wider discussion. The research provides an endorsement for a greater level of decolonising work within the curriculum itself, it also identified a clear need for a broader conversation with students, academic staff, and practice educators about the importance of developing racial literacy within practice education. (Laredo, 2023).¹²⁸

Para finalizar esse tópico, é necessário recordar a potência da educação em seu papel transformador ou alienador. Como afirma Paulo Freire (2019), é necessário pensar a pedagogia politicamente, de modo a entrelaçar o pedagógico-político e o político-pedagógico. Ler criticamente o mundo é um fazer político-pedagógico inseparável do pedagógico político.

7.3.1.2. “A EUROPA É ASSOMBRADA POR SUA PRÓPRIA COLONIALIDADE”

- **COLONIALIDADE E AS “NOVAS QUESTÕES SOCIAIS”**

A frase que dá nome a esse tópico compõe o primeiro trabalho que será analisado. A colonialidade como conceito que sistematiza teoricamente as sequelas da modernidade é adotada por Martina Tissberger (University of Applied Sciences Upper Austria) em seu texto *“The Subjectivation of Difference and Decolonial Social Work”* (ECSWE-2023), para apresentar criticamente a condição da Europa frente aos processos migratórios.

A destruição ecológica e a violência que provoca o deslocamento de seres humanos de seus territórios, em que a predominância é de “*sujeitos/as*” racializados/as das “zonas do não ser” do sistema-mundo/moderno/colonial/patriarcal/capitalista/eurocentrado tem endereço, o Sul Global/Geopolítico. As vítimas desses processos são os povos classificados como não ocidentais e na América Latina, os povos originários e afrodescendentes. (Grosfoguel, 2016).

¹²⁸ Este artigo compartilhará descobertas de um projeto de pesquisa qualitativa realizado de forma colaborativa entre funcionários e alunos do Departamento de Serviço Social da Leeds Beckett University. [...] A pesquisa destacou que as experiências de racismo são generalizadas, mas as/os alunas/os constroem resiliência ao aprender a negociar espaços em branco. Isso destaca a importância de criar espaços seguros dentro do currículo para uma discussão mais ampla. A pesquisa fornece um endosso para um nível maior de trabalho de descolonização dentro do próprio currículo, também identificou uma necessidade clara de uma conversa mais ampla com alunos, equipe acadêmica e educadores práticos sobre a importância de desenvolver a alfabetização racial dentro da educação prática. (Laredo, 2023). (Tradução da autora).

As reflexões promovidas pela autora, favorece uma abordagem acerca das “novas questões sociais” em articulação com a leitura dos processos históricos inaugurados pelas invasões coloniais que são atualizados nos deslocamentos da/o “outra/o” em um contexto global de exclusão que atinge a Europa em seu eurocentrismo que ainda glorifica a história colonial.

*Europe is haunted by its own coloniality. More and more people are migrating to Europe because they no longer have a livelihood in their countries of origin due to centuries of exploitation by (neo-)colonial dependencies. However, the discourses on migration in Europe are characterized by historical amnesia; Europe's involvement in the history of exploitation is ignored, its responsibility suspended. The coloniality of power in Europe is therefore unbroken and with it the racism that pervades all areas of society. (Tissberger, 2023).*¹²⁹

Aplicar o conceito de colonialidade aos contextos do Norte Global/Geopolítico é uma forma de compreender que, em um processo globalizado, todos os países estão conectados pluriversalmente. Assim, como afirma Kilomba (2020), as consequências da modernidade são atemporais e, cotidianamente, promovem a reencenação de um passado colonial, como uma ferida, que permanece atualizando realidades traumáticas e negligenciadas.

Nesse contexto, o texto do grupo formado por Carmen Verde-Diego e Yolanda Vázquez, Universidade de Vigo, e Paula Frieiro, Universidade de Santiago de Compostela, desperta outro fantasma eurocêntrico. Intitulada “*Cultural diversity and intercultural mediation in the training of social work students*” (ECSWE-70295), a reflexão se apoia em um estudo realizado sobre a percepção da diversidade cultural por estudantes de Serviço Social com experiência de estágio. A problemática da colonialidade afeta o Norte Global/Geopolítico de forma diferenciada, porém, não menos desumanizante, que se coloca como desafio para a formação de profissionais com competências para superar seu próprio eurocentrismo.

¹²⁹ A Europa é assombrada por sua própria colonialidade. Mais e mais pessoas estão migrando para a Europa porque não têm mais meios de subsistência em seus países de origem devido a séculos de exploração por dependências (neo)coloniais. No entanto, os discursos sobre migração na Europa são caracterizados por amnésia histórica; o envolvimento da Europa na história da exploração é ignorado, sua responsabilidade suspensa. [...] A colonialidade do poder na Europa é, portanto, ininterrupta e com ela o racismo que permeia todas as áreas da sociedade. (Tissberger, 2023). (Tradução da autora).

Social work students must acquire a number of competences and skills for an adequate future practice of the profession that is respectful and non-paternalistic towards clients. Among them, the acceptance of difference and interculturality, as well as the gender perspective, are transversal competences that future social work professionals must possess. Through ad hoc questionnaires and discussion groups, we have delved into the conceptualisation they have of migrants and by the possible conflicts arising from the fact of being [...] A certain social rejection towards the immigrant population is noted [...]. Hierarchical problems have been identified and ethical problems (eurocentrism, sexism, paternalism vs. autonomy) experienced by students in social services. (Verde-Diego, Vázquez e Frieiro, 2023).¹³⁰

A abordagem que considera o pensamento fronteiriço decolonial é estratégia para analisar a geopolíticas de lugar e de espaço, a luta dos povos originários, africanos, migrantes, refugiados e deslocados. A partir da perspectiva de fronteira, é possível compreender historicamente a complexidade dos movimentos migratórios e construir uma práxis onde a construção de um projeto social, político, ético, cultural e epistémico esteja orientado para a descolonização e para a transformação social. A amplificação e a escuta das vozes silenciadas são parte da prática onde o pensamento subversivo e insurgente são estratégias políticas de emancipação e libertação.

Sob o título “Raça, classe e gênero: contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para o Serviço Social brasileiro” (CBAS-1663), o texto de Mireile Martins e Moacir Junior, mestranda e professor da Universidade de Uberlândia, aborda a temática da colonialidade quando afirmam ter o racismo e o patriarcado efeito contínuo na modernidade. Optam pelas contribuições de Lélia Gonzalez sobre a formação social brasileira como provocador das reflexões e colocam em evidência a necessidade de diálogo não hierárquico entre as categorias classe/classificação social, gênero e “raça” /etnia como estratégia ético-política do Serviço Social.

¹³⁰ As/os estudantes de Serviço Social devem adquirir uma série de competências e habilidades para uma prática futura adequada da profissão que seja respeitosa e não paternalista para com os clientes. Entre elas, a aceitação da diferença e da interculturalidade, bem como a perspectiva de gênero, são competências transversais que as/os futuras/os profissionais de Serviço Social devem possuir. Por meio de questionários ad hoc e grupos de discussão, nos aprofundamos na conceituação que elas/es têm de migrantes e dos possíveis conflitos decorrentes do fato de serem migrantes [...]. Nota-se uma certa rejeição social em relação à população imigrante. [...] Foram identificados problemas hierárquicos [...] e problemas éticos (eurocentrismo, sexismo, paternalismo vs. autonomia) vivenciados por alunas/os de serviços sociais. (Verde-Diego, Vázquez e Frieiro, 2023). (Tradução da autora).

[...] consideramos que gênero e raça são categorias substanciais para nossa compreensão de que racismo e patriarcado possuem efeitos contínuos, por sua feição estrutural no modo de produção capitalista. [...] no entendimento da questão social no Brasil [...] destacamos e reafirmamos que apreender as categorias de raça, classe e gênero as compreendendo como elementos estruturais operantes nas relações de exploração e opressões é condição primordial para a efetivação do Projeto ético-político do Serviço Social. (Junior e Martins, 2022).

As autoras Thaís Imperatori, Dáfyne das Virgens, Lígia Lira e Ana Júlia Lopes (Universidade de Brasília) contribuem para o debate acerca da colonialidade presente no espaço acadêmico com o estudo “O perfil dos egressos do PET/SER-UNB: reflexões sobre questões sociais, de “raça” e gênero na universidade” (CBAS 0224).

A abordagem do texto se coaduna com os reflexos da colonialidade do saber, que se reproduz no espaço acadêmico e reafirma, atualizando, o epistemicídio histórico. O acesso na universidade brasileira, ainda que com avanços como a Lei de Cotas¹³¹, ainda reproduz a exclusão e o lugar que o/a “*sujeito/a*” ocupa na “zona do não ser” a ele/a reservado pela história negada pela modernidade. “Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos” (Kilomba, 2020, p. 27) e dos muitos lugares em que o acesso, a permanência e a voz são negadas pela racismo/etnicismo, sexismo e classificação social.

Este artigo tem o objetivo de analisar o perfil dos egressos do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da Universidade de Brasília (PET/SER UnB) quanto à raça, ao gênero e à classe social. [...] A universidade, enquanto espaço privilegiado de discussão e crítica acerca da produção de conhecimento ocidental, originado às custas do epistemicídio de povos colonizados (GROSFOGUEL, 2013), continua reproduzindo conhecimento colonizador que tenta silenciar e apagar a produção epistêmica decolonial e age também dificultando o acesso de sujeitos decoloniais, baseados principalmente em racismo, sexismo e preconceito de classe. [...] insta ressaltar que analisar o grupo e o perfil dos egressos e atuais integrantes que o constituem é uma maneira de

¹³¹ A Lei nº 12.711/2012, Lei de Cotas, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos e alunas oriundos/as integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, com critérios de baixa renda e étnico-raciais. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16/01/2025.

compreender como as questões de raça, gênero e classe afetam o acesso à universidade, à educação libertadora e aos mais diversos espaços da sociedade historicamente cerceados para determinadas camadas da sociedade. (Imperatori *et al.*, 2022).

Os elementos estruturantes da formação social e da subalternidade são o ponto de partida para a reflexão proposta sobre “Diversidade de gênero, sexualidade e direitos humanos: algumas reflexões sobre dissidências de gênero e políticas públicas na formação social brasileira” (CBAS-1023), título do trabalho apresentado por Márcia Santos, Clara Araújo, Eloisa Xavier, Lucas Brandão e Mariana Oliveira (Hospital Universitário Pedro Ernesto HUPE/UERJ).

Também esse trabalho científico apoia sua análise nas sequelas dos processos de dominação colonial. Ainda que não nomeie a decolonialidade como chave teórica, nem utilize autores decoloniais, conclui que a estrutura patriarcal cisheteronormativa eurocentrada cimentou um paradigma de dominação/opressão que rejeita a possibilidade de existência de pessoas dissidentes desse modelo hegemônico, um paradigma societário que nega a diversidade humana. Desse modo, fica ausente da reflexão das autoras a colonialidade do ser como fator que opera no aprisionamento da/o “*sujeito/a subalterno/a*” no espaço de exclusão e destituição de acesso ao poder, a diversidade e ao protagonismo. A invisibilidade e a desumanização a que a/o submete violam o sentido de alteridade humana a partir de projetos históricos e ideias de civilização intrínsecos de atos coloniais de vários tipos, inspirados ou legitimados pela ideia de raça e pelo ceticismo misantrópico que a fundamenta. (Maldonado-torres, 2007).

As relações de gênero, sexo, raça/etnia e classe são estruturantes da realidade brasileira. Este artigo busca desvelar as raízes da negação dos direitos humanos da população LGBTI+ no Brasil. Utiliza-se como metodologia o pensamento social crítico e a revisão bibliográfica e documental. Conclui-se a existência, desde a colonização, de um paradigma de dominação que nega a diversidade humana e impacta nos direitos LGBTI+ até hoje. [...] A construção da respectiva temática se dá mediante a compreensão de que a formação social brasileira carece de posicionamento crítico que leve à totalidade de categorias como raça/etnia, classe e gênero tendo em vista a construção do Brasil sob bases advindas desde a colonização. (Santos *et al.*, 2022).

Erick Silva, Alice de Souza, Pyxis de Oliveira, Vanessa de Souza, Julia Boaventura e Lana Bastos (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), apresentaram o

estudo sobre “Violência de gênero contra *mulheres* negras: resistências e conquistas do município de São Gonçalo – RJ” (CBAS-0287). A abordagem crítica da pesquisa desenvolvida pelo grupo articula a questão da violência baseada em gênero com os sistemas estruturantes da modernidade: o racismo/etnicismo, o capitalismo e o patriarcado. A análise contribui com a perspectiva atemporal onde as *mulheres* negras sofrem duplamente, por serem *mulheres* e por serem *negras*. A dupla violação amparada pelo racismo institucionalizado na sociedade promove a subalternidade, a opressão e a exclusão em sistemas interseccionais permanentes. A compreensão desses determinantes favorece ações profissionais e institucionais que promovam a luta por visibilidade, proteção social e amparo legal.

O texto aborda, ainda que sem nomear, a colonialidade de gênero quando identifica, assim como Lugones (2008), a intersecção de “raça” /classe/sexualidade/gênero como parte do sistema moderno/colonial de gênero e, assim como a autora, articula a relevância de pensar localização e colonialidade no processo de racialização das *mulheres*, junto com o conceito de interseccionalidade. Outra questão ausente que contribuiria para o debate na perspectiva da violência baseada em gênero, temática problematizada pelo estudo, é o debate decolonial de gênero proposto por Rita Segato (2017), que utiliza os conceitos de mandato da masculinidade e pedagogia da crueldade para compreender como a colonização consolidou os patriarcado e a colonialidade através de uma aliança com o patriarcado pré-hispânico.

O presente trabalho buscar refletir acerca da violência de gênero contra *mulheres* negras. É primordial considerar a questão da violência como algo historicamente construído com base no sistema capitalista, patriarcal e racista. Sendo assim, buscamos compreender como é tratada a questão da violência contra a mulher, em especial, no município de São Gonçalo. Temos como objetivos analisar a violência de gênero, sua construção e movimentos feministas de mulheres negras, além das intervenções no município de São Gonçalo através de políticas públicas no enfrentamento da violência de gênero. [...] Podemos perceber que os valores capitalistas, patriarcais e racistas estruturam a nossa sociedade, estando diretamente associados à violência de gênero. [...] Observa-se que as formas de violência de gênero ocorrem em diversos espaços e são atemporais. Por isso, é tão necessário enfrentar essa problemática, que permanece bastante atual. (Silva *et al.*, 2022).

Na reflexão que as autoras proporcionam, permanecem ausentes os determinantes estruturais, uma vez que a compreensão da colonialidade e suas complexas

articulações com as novas expressões da “questão social” está ausente e limita o escopo de análise. A lacuna no texto se refere ao impacto do colonialismo na construção de novas estruturas sociais e o entrecruzamento das múltiplas categorias geradoras de opressão: “raça” /etnia, sexo e classificação social. Permanece ausente no debate as expressões das desigualdades de género que resultam da sobreposição de diferentes níveis e contextos de opressão que, por meio da interação entre as várias formas de produção de desigualdades, as experiências se materializam nos corpos.

7.3.1.3. “O RACISMO, O SEXISMO E O CLASSISMO NÃO SÃO UMA ESPECIFICIDADE BRASILEIRA, OCORREM EM ESCALA GLOBAL”

- **INTERSECCIONALIDADE E SERVIÇO SOCIAL**

A globalização da colonialidade afasta a possibilidade de essencialização e localização dos problemas sociais como estando relacionados a uma economia, sociedade, cultura ou nação específicas. Conectando o local e o global estão as consequências do sistema extrativista estabelecido mundialmente pelas expansões marítimas e pela colonização que instaurou sistemas de poder patriarcais, racistas/etnicistas, sexistas, cisheteronormativos e eurocentrados.

O trabalho apresentado pelo grupo de investigadoras da Universidade Federal do Pampa, Maria Júlia Moreira, Monique Vieira e Simone de Oliveira, intitulado “As desigualdades sociais no Brasil: Reflexões sobre a intersecção entre género, raça e classe social” (CBAS-1324) empresta a frase que é o título e a disparadora das reflexões desse tópico. O texto se apoia na pesquisa “Potências (in)visíveis: a realidade da mulher negra no mercado de trabalho”, realizada entre março e setembro de 2020, que entrevistou cerca de mil *mulheres negras* brasileiras. A partir do estudo, as autoras evidenciam que a interseccionalidade como ferramenta analítica contribui para refletir acerca dos impactos do cenário global e histórico da posição “*subalterna*” que as *mulheres negras* ocupam no mercado de trabalho brasileiro. Afirmam que a posição das *mulheres negras* frente ao sistema económico neoliberalista é uma consequência histórica.

[...] Esse artigo investiga as desigualdades que atingem as mulheres negras brasileiras, apreendendo essa expressão da questão social a partir da interseccionalidade, enquanto uma ferramenta para análise das opressões que constituem a matriz dominação que permeia as relações sociais no Brasil. As desigualdades sociais constituem-se como uma característica ontológica da formação brasileira, onde a estratificação social no

Brasil é baseada na raça e no gênero e contribui para que uma parte da população que é formada por mulheres negras, seja classificada como cidadãos de segunda classe, vulneráveis à exploração, dominação e estigmatização de suas identidades. [...] O racismo, o sexismo e o classismo não são uma especificidade brasileira, ocorrem em escala global, mas em diferentes níveis e roupagens [...]. A estrutura racista, machista e classista do mundo, e, especificamente, da sociedade brasileira está mais do que nunca exposta a olho nu: suas nuances são perceptíveis e brutais, portanto, não se pode retroceder.(Moreira, Vieira e Oliveira, 2022).

O sistema colonial eurocêntrico operou uma lógica onde o racismo e o sexismo foram essenciais na desumanização de pessoas *negras* e na exploração de seus corpos como estratégia para obtenção e manutenção de lugares de poder e privilégio. Sistema regido pela colonialidade do poder que, por sua vez, foi estruturante da modernidade e da globalização das desigualdades. Dentre seus múltiplos determinantes, se encontra a matriz de dominação que organiza as relações em suas formas hierárquicas de poder em cada sociedade. De acordo com Collins (2019, p. 460), “qualquer matriz específica de dominação tem: (1) um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão, por exemplo, raça, gênero, sexualidade, situação migratória, etnia e idade; e (2) uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo, estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal”.

As autoras avançam desse ponto de reflexão para realizar a articulação ente “questão social” e interseccionalidade que subalterniza as *mulheres negras* na sociedade brasileira, e não só, se apropriando de conceitos chave do feminismo *negro*. Novamente, é possível depreender desse estudo os debates que remetem as “zonas do ser” e “zonas do não ser”. Contudo, Frantz Fanon permanece ausente da reflexão, que deixa de fora a complexidade da análise referente aqueles considerados racialmente superiores que, por esse motivo, desfrutam da natureza, dos recursos e dos *objetos* finalizados produzidos pelas/os trabalhadoras/es da “zona do não ser” e o Sul Global/Geopolítico como lugar de extração e de geração de morte. A análise da desigualdade e exclusão social das autoras prescindiu de chaves explicativas acerca das “zonas do ser”, onde o sistema administra conflitos com mecanismos de regulação e emancipação, enquanto os conflitos gerados na “zona do não ser” são enfrentados com mecanismos de violência e despossessão. A ausência da análise decolonial no texto prejudica a compreensão de que a forma de desfrute da vida em um lado tem como condição de possibilidade a destruição da vida no outro lado, e que este sistema

de injustiça global está no centro da discussão acerca do colonialismo extractivista como sistema que perdura até os dias atuais. (Grosfoguel, 2016).

No campo da exclusão e do “não ser”, dois trabalhos apresentados por profissionais e pesquisadoras portuguesas abordam problemáticas a partir da perspectiva interseccional. O texto de Ana Sofia Freitas, Escola superior de Educação Paula Frassinetti, intitulado *“Who are they and why do we not see or hear them? - We're not all there yet! An investigation into women with addictive behaviors and addictions and the role of the community”* (ECSWE-14789) contribui com uma reflexão importante para o Serviço Social, a despatriarcalização dos serviços públicos de assistência. A autora discorre sobre a experiência de *mulheres* com dependência química e afirma que *“We live in a patriarchal society, where all services from health, social, education, justice are designed primarily by men and for men.”* (Freitas, 2023) ¹³². Assim, Freitas demonstra considerar que se trata de um cenário que atinge toda a Europa.

Sob a perspectiva decolonial, é adequado considerar a problemática inserida no sistema de proteção está cimentado em um sistema mundo moderno/colonial/capitalista/patriarcalista/global no qual as políticas sociais acabam por revitimizar as pessoas mais vulnerabilizadas e precarizadas, tornando-as culpadas pela própria condição social em que se encontram. “Portanto, urge romper com a lógica capitalista, colonialista e patriarcalista para que se tenham políticas sociais que não reproduzam um estado global de violências contra, especialmente, as mulheres [...]”. (Dombkowsch e Costa, 2023, p. 2).

Nesse contexto, é pertinente pensar, como afirma Ana Sofia, que a discriminação necessita ser compreendida numa perspectiva interseccional de género quando se busca analisar e propor políticas públicas.

[...] This reality can be seen all over Europe [...]. Envisioning and promoting a gender approach in Addictive behaviors is not just about identifying the differences between men and women, but also building a framework that allows the analysis/interpretation of these differences, emphasizing the relevance of the intersectionality of discrimination. [...] In addition to services not being prepared for the specificities of women, they also are subject to a greater stigma. Drug use is seen as a behavior that compromises all of the

¹³² “vivemos em uma sociedade patriarcal, onde todos os serviços de saúde, sociais, educação, justiça são projetados principalmente por homens e para homens”. (Freitas, 2023). (Tradução da autora).

woman's other functions (example being mothers, caregivers) but without taking into account her autonomy and self-determination. It is relevant to intersect gender studies with drug studies. As researcher Cristiana Vale Pires tells us - We have to move from masculinized services to gender- sensitive services. This investigation intends to amplify the voices of women with Addictive Behaviors. (Freitas, 2023).¹³³

O segundo trabalho oriundo de universidade portuguesa é *“Educational policies and practices to promote equity: social work discourses on diversity, inequalities and school inclusion”* (ECSWE-55002) de autoria de Maria Sidalina Almeida, Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Ela reflete acerca da apropriação que as/os profissionais realizam da perspectiva interseccional de género, classe social, etnia, capacidade e sexualidade para compreender as estruturas da exclusão como competência na implementação de práticas inclusivas em ambiente escolar.

Multidisciplinary teams including social workers are highlighted as fundamental pillars for the implementation of policies and practices for diversity, equity and inclusion. Using a qualitative methodology, based on content analysis of legal documents and semi-structured interviews with social workers at who supervise social internships at schools, we intend to get to know their perceptions regarding the knowledge and competences which enable them to implement practices for diversity, equity and inclusion, particularly in the understanding of the intersectionality of social differentiation categories such as gender, social class, ethnicity, functionality and sexual orientation, which tend to be transformed into inequalities. In addition to the recognition of systems of exclusion operating from these categories, it is necessary to attend to the intersectionality of inequalities. For, multiple inequalities not only co-exist, but also interconnect and

¹³³ Esta realidade pode ser vista em toda a Europa [...]. Visualizar e promover uma abordagem de género em comportamentos aditivos não é apenas identificar as diferenças entre homens e mulheres, mas também construir uma estrutura que permita a análise/interpretação dessas diferenças, enfatizando a relevância da interseccionalidade da discriminação. [...] Além dos serviços não estarem preparados para as especificidades das mulheres, elas também estão sujeitas a um estigma maior. O uso de drogas é visto como um comportamento que compromete todas as outras funções da mulher (por exemplo ser mãe, cuidadora), mas sem levar em conta sua autonomia e autodeterminação. É relevante cruzar os estudos de género com os estudos sobre drogas. Como nos diz a pesquisadora Cristiana Vale Pires - Temos que passar de serviços masculinizados para serviços sensíveis ao género. Esta investigação pretende amplificar as vozes das mulheres com comportamentos Aditivos. (Freitas, 2023). (Tradução da autora).

*influence each other, they "multiply" and generate new situations that reinforce existing ones. (Almeida, 2023).*¹³⁴

Ambos os trabalhos elaboram suas reflexões se apropriando do conceito de interseccionalidade e género. Contudo, deixam de realizar articulações teóricas mais abrangentes com chaves teóricas que ofereçam aporte para a problematização mais complexa, como a colonialidade de género.

Igualmente lacunar quanto à análise macrosocial e seguindo a lógica teórica que utiliza o conceito de interseccionalidade como ferramenta de análise para refletir sobre a questão das *mulheres negras*, o texto “*Invisible families*” (ECSWE-77620), apresentado por Emőke Bányai (University of Miskolc) e Boróka Fehér (BMSZKI), reflete sobre as desigualdades interseccionais que afetam as famílias sem teto. O estudo destaca o envolvimento de estudantes de Serviço Social com a apresentação do estudo em sala de aula para promover debates e reflexões acerca da temática e sobre a práxis profissional, seus limites e possibilidades.

*This paper addresses intersecting inequalities homeless families face, discussing possibilities of involving research in the education of students of social work to get a deeper understanding of intersectionality and inequality in theory and practice. [...] As an additional step, the results were also brought to the classroom of students of social work (some of them doing their practical training in the above, or similar services) to gain a deeper understanding of how intersecting inequalities influence the lives of vulnerable families and reflect on what this might mean for a social professional and the way we think about our role as support workers. (Bányai e Fehér, 2023).*¹³⁵

¹³⁴ Equipes multidisciplinares, incluindo assistentes sociais, são destacadas como pilares fundamentais para a implementação de políticas e práticas para a diversidade, equidade e inclusão. Utilizando uma metodologia qualitativa, baseada na análise de conteúdo de documentos legais e entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais que supervisionam estágios sociais nas escolas, pretendemos conhecer suas percepções sobre os conhecimentos e competências que os capacitam a implementar práticas de diversidade, equidade e inclusão, particularmente na compreensão da interseccionalidade de categorias de diferenciação social como género, classe social, etnia, funcionalidade e orientação sexual, que tendem a se transformar em desigualdades. Além do reconhecimento dos sistemas de exclusão que operam a partir dessas categorias, é necessário atentar para a interseccionalidade das desigualdades. Pois, as desigualdades múltiplas não apenas coexistem, mas também se interconectam e influenciam umas às outras, elas se “multiplicam” e geram novas situações que reforçam as existentes. (Almeida, 2023) . (Tradução da autora).

¹³⁵ Este artigo aborda as desigualdades interseccionais enfrentadas por famílias sem-teto, discutindo possibilidades de envolver a pesquisa na educação de estudantes de Serviço Social para obter uma

O trabalho intitulado “Classe, relação social de sexo e questão étnico-racial: aproximações ao debate da consubstancialidade” (CBAS-0685), de autoria de Marina Fernandes Lourenço e Maria Lúcia Duriguetto (Universidade Federal de Juiz de Fora) realiza uma reflexão teórica sobre a relação entre sexo, “raça” /etnia e classe a partir do conceito de consubstancialidade. A teoria da consubstancialidade emerge do campo materialista, especialmente francês, priorizando questões de caráter estrutural de exploração e apropriação. A reflexão se apoia, portanto, nos conceitos de classe e totalidade como centrais. As considerações das autoras corroboram algumas críticas acerca dos limites do conceito de interseccionalidade realizado pelo pensamento decolonial, porém, assim como as/os decoloniais, elas acolhem o conceito como incontornável para a perspectiva crítica para a compreensão da dinâmica das relações sociais, onde “raça” /etnia, classe e gênero se entrecruzam.

Ainda que o estudo se refira a realidade brasileira, deixa de indagar acerca da constituição histórica do poder capitalista, mundial e colonial/moderno que molda as intersecções, ou seja, os processos de interação das relações de dominação de classe, gênero, sexualidade e “raça” /etnia em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais.

Este trabalho discute de que forma as relações sociais de sexo, raça e classe se relacionam. Objetiva-se compreender essas relações no contexto concreto do modo de produção capitalista, a partir de uma noção de totalidade, uma vez que sexo e raça são usados como justificativa para hierarquias delimitadas em função da intensificação da exploração. [...] O racismo, assim, opera como fator de divisão na luta das *mulheres*. É de fundamental importância que as reivindicações feministas considerem as questões das mulheres negras, que são maioria na população brasileira. Assim, podemos constatar como o debate da raça e das relações sociais de sexo é fundamental para a compreensão da classe trabalhadora em suas configurações atuais [...]. (Lourenço e Duriguetto, 2022).

compreensão mais profunda da interseccionalidade e desigualdade na teoria e na prática.[...] Como uma etapa adicional, os resultados também foram levados para a sala de aula de estudantes de Serviço Social (alguns deles fazendo seu treinamento prático nos serviços acima ou similares) para obter uma compreensão mais profunda de como as desigualdades interseccionais influenciam as vidas de famílias vulneráveis e refletir sobre o que isso pode significar para um profissional social e a maneira como pensamos sobre nosso papel como trabalhadores de apoio. (Bányai e Fehér, 2023). (Tradução da autora).

O diálogo epistémico frequentemente realizado entre o Serviço Social brasileiro e autores europeus em detrimento das teorias oriundas da América Latina e Caribe, e de outros autores/as do Sul Global/Geopolítico, coloca questões relevantes, entre elas: quais fatores determinam a predominância nas opções por teorias oriundas do Norte Global, principalmente da Europa na produção científica da profissão?

A colonialidade do saber e a colonização epistémica são temática abordadas por Luciele de Lima (Universidade Federal de Pernambuco) e suas reflexões apontam algumas respostas a essa questão. Intitulado “Um debate para além de classe: a categoria raça para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil” (CBAS 1474) analisa a centralidade da questão de “raça” /etnia, juntamente com a questão de classe, como necessária para complexificar e compreender a constituição social a partir da colonialidade.

[...] compreender como se dá o capitalismo no Brasil, enquanto modo de produção, é necessariamente aproximar-se de como a colonialidade se desenhou nos países da América Latina, e, sobretudo no Brasil. [...] Em decorrência da perspectiva da colonialidade, a ideia de que o racismo é uma consequência das relações de classe não passa de uma análise equivocada. Raça foi quem definiu quem seriam escravizados, foi o fundamento que organizou a divisão societária e do trabalho [...]. observa-se que para intervir de forma abrangente e acolher as reais demandas da classe trabalhadora é essencial a real identificação dessa classe. Logo, trazer raça como categoria de análise no mesmo patamar de classe, é aprofundar a compreensão da sociedade de classes e só assim possibilitar a perspectiva de totalidade de forma legítima. (Lima, 2022).

Assim, a pretensão de totalidade do materialismo histórico limita a reflexão quando coloca ‘raça’/etnia e gênero como variáveis e não como grupos sociais historicamente construídos. Tal limite se evidencia na ausência de diferenciação na interpretação da complexidade das relações económicas e sociais entre as classes em contextos económicos e sociais dos territórios do Sul Global/Geopolítico com experiência colonial. A teoria crítica colonizadora no Brasil deve ser vista como um entrave para que a categoria profissional se aproprie da decolonialidade.

O último trabalho a ser analisado nesse tópico desenvolve uma reflexão relevante acerca dos feminismos e coloca em diálogo autoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Hill Collins, Chimamanda, Saffioti entre outros nomes de referência no movimento feminista. “Sexo, raça/etnia e classe na trajetória histórica dos feminismos: subsídios para pensar a luta das *mulheres* na contemporaneidade” (CBAS-1533)

contribui para os debates no campo do Serviço Social crítico acerca do patriarcado na construção do sistema capitalista. As autoras Márcia Santos (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), Ludimila Vasconcelos (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) e Samanta Crolman (Defensoria Pública do Estado do Amazonas) transitam teoricamente por aspetos das teorias críticas que embasam os debates feministas, sem, contudo, adotarem perspetivas decoloniais, ainda assim, reafirmam a importância de trabalhar a complexidade do tema e acolher as epistemes capazes de ampliar os diálogos em torno da diversidade.

Nesse contexto, a reflexão acerca do colonialismo como elemento fundante da globalização do patriarcado e a conceção da diferença colonial, como produtora da herança colonial, enriqueceria a análise. Está ausente, ainda, as intersecções que determinam as camadas de subalternidade e subordinação impostas a *mulheres*.

As relações patriarcais de sexo, raça/etnia e classe são estruturantes das opressões sobre as mulheres na sociedade capitalista e, particularmente, na desigual realidade brasileira, constituindo medularmente todo o seu processo de formação socioeconômica. Este artigo busca refletir sobre a conformação do campo feminista, apontando a heterogeneidade, pluralismo e diversidade desse campo. Utiliza-se como método de análise o pensamento social crítico e, enquanto técnicas, a revisão bibliográfica e documental. Conclui-se reafirmando a diversidade e singularidade humana e refutando a existência de um feminismo universal. (Santos, Vasconcelos e Crolman, 2022).

Da mesma forma que a interseccionalidade reivindica a construção de conhecimento sobre e com as populações excluídas e subalternizadas a partir das suas experiências e vivências particulares buscando caminhos múltiplos de abordagem e luta por igualdade e justiça, a perspetiva do pensamento fronteiriço ou epistemologias de fronteira contribuem para a ampliação das reflexões, pois acolhem e promovem a existência de “outras” histórias, fontes de conhecimento, subjetividades e saberes fruto de vivências e experiências invisibilizadas e desprezadas pelas teorias “ocidentais” e pelo feminismo eurocentrado com pretensão de universalidade. Afinal, a prática de negação da diversidade e da humanidade não se restringem aos territórios colonizados, tampouco ficaram no passado, têm se reconfigurado e seguem vigente como estrutura da sociedade moderna. (Barbosa, 2023b).

7.3.1.4. “PODERIA SER O SERVIÇO SOCIAL DECOLONIAL?”

O presente tópico, último antes das Conclusões (possíveis), se volta para a análise dos textos apresentados no XVII CBAS e na ECSWE 2023 que abordaram a práxis direta ou indiretamente. A diversidade das temáticas trouxe complexidade e favoreceu reflexões a partir do reconhecimento de que cada contexto e cada lugar possui sua condição de materialidade, porém, ainda assim, a prática de ações emancipatórias, de libertação e de transformação exige a não repressão da fala “*subalterna*”, e este é o contexto onde se desenvolve a práxis do Serviço Social. Por esse motivo, e não só, enfatizo, a partir de excertos dos textos, de que forma a decolonialidade está ou necessita estar presente na práxis profissional.

- **DECOLONIALIDADE E PRÁXIS**

“Poderia ser o Serviço Social decolonial?” O título desse tópico resulta de uma das perguntas feitas por Martina Tissberger (University of Applied Sciences Upper Austria) no seu texto “*The Subjectivation of Difference and Decolonial Social Work*” (ECSWE-71521). O trabalho apresentado pela autora, toca em questões como: os desafios colocados pelas novas expressões da “questão social”, como a formação responde a elas, e se a decolonialidade é um aporte teórico válido para o Serviço Social.

This paper will examine how these power relations at the intersections of racism, gender and sexuality affect the subjectivation of people. For example, what does subjectivation mean under conditions of anti-Muslim racism? How does Social Work (Education) react to these powerful relationships of difference? And last but not least: what could decolonial social work look like? The investigation of these questions follows the tradition of cultural studies as decolonial epistemology and applies postcolonial theory, gender and queer theory as well as a post-structuralist-postcolonial psychoanalysis. (Tissberger, 2023).¹³⁶

Ao abordar a intersecção existente entre racismo, género e sexualidade, a autora questiona seus efeitos contemporâneos na subjetividade, dando dimensão as novas expressões da “questão social” como as múltiplas formas de racismo direcionada a

¹³⁶ Este artigo examinará como essas relações de poder nas interseções de racismo, gênero e sexualidade afetam a subjetivação das pessoas. Por exemplo, o que significa subjetivação sob condições de racismo antimuçulmano? Como o Serviço Social (Educação) reage a essas poderosas relações de diferença? E por último, mas não menos importante: como poderia ser o Serviço Social decolonial? A investigação dessas questões segue a tradição dos Estudos culturais como epistemologia decolonial e aplica a teoria Pós-colonial, gênero e teoria queer, bem como uma psicanálise pós-estruturalista-Pós-colonial. (Tissberger, 2023). (Tradução da autora).

diversos povos. É necessário inserir no debate proposto por Tissberger a crítica ao colonialismo, no sentido de reconhecer a co-constituição das opressões. Assim, o entrecruzamento dos marcadores sociais gênero/”raça”/etnia/classe podem ser contextualizados histórica/política e socialmente, possibilitando compreender-se as relações de poder e dominação estruturadas pelas heranças coloniais.

Nesse aspeto, a formação necessita exercer o seu papel ético-político através de estratégias pedagógicas decoloniais, ou seja, processos e práticas que provocam perguntas e descobrem fissuras onde as práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re) viver transformem o sistema de poder em que a colonialidade se reconstrói no capitalismo global. (Walsh, 2013). Afinal, não há prática social mais política do que a educativa, pois a educação pode ocultar a realidade da dominação e a alienação do povo ou, ao contrário, denunciar, anunciar outros caminhos, se convertendo assim em uma ferramenta emancipatória. (Freire, 2019).

Um desses caminhos, o afeto, é apresentado pelas pesquisadoras Melisa Campana (Complutense University of Madrid) e María Eugenia Hermida (National University of Mar del Plata) no trabalho intitulado “*The incidence of the affective turn on Social Work academic training in Argentina*” (ECSWE-75909).

O texto, que se apoia no projeto de pesquisa “*Feminisms, affective turn and situated thinking: approaches from training, research and intervention in Social Work*”, do *Research Group on Sociocultural Issues* da Universidade Nacional de Mar del Plata, Argentina, traz para o debate como o afeto pode ser revolucionário.

This project, directed by the authors of this paper, aims to analyse the contributions of the affective turn in a feminist and situated perspective, in its power to shape processes of training, research and intervention in Social Work. Within contemporary feminisms, the field of theoretical-reflexive experimentation known as the affective turn has generated, in recent decades, numerous debates on the political relevance of affects and emotions. The affective turn seeks to problematize the role played by affects and emotions in the sphere of public life and their operability in the management, reproduction and continuity of the power structures that organise social relations. Considering this, our presentation explores how (if at all) the affective turn has influenced the training of Social Work professionals in Argentina, paying special attention both to the current curricula in undergraduate courses and to the postgraduate disciplinary offer in our country, seeking to elucidate whether and how classic notions such as empathy, solidarity,

accompaniment, have been re-signified in the formal instances of contemporary professional training. (Campana e Hermida, 2023).¹³⁷

A noção da praxis para a libertação é a relação necessária entre ética e humanização. É, portanto, urgente restaurar, reconstruir e regenerar espaços, epistemologias e intervenções, não apenas como projeto disciplinar académico e profissional, mas como Projeto ético-político e epistémico existencial decolonial para a construção de humanidades e o combate de produção e reprodução da “zona do não ser”. (Barbosa, 2023b).

Os dois textos a seguir abordam o racismo estrutural e institucional. Ambos apresentam fragilidade quanto a base epistémica que ofereça estrutura para as reflexões de maior complexidade. Em “A intersecção de gênero, raça e classe e as implicações para as *mulheres* negras. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano, já dizia Lélia Gonzalez” (CBAS-0245), Aline Dias, Universidade Federal do Tocantins, se utiliza de dados estatísticas do Ministério da Saúde do Brasil e da Organização das Nações Unidas (ONU) dentre outras fontes e se apoia no conceito interseccionalidade para analisar a exclusão e a negligência que as *mulheres negras* enfrentam ao buscar os serviços de saúde. O texto se propõe refletir acerca da práxis profissional como produtora/reprodutora de opressão.

E, tratando-se de desigualdades sociais, bem como das expressões da questão social, muito tem a ver com o Serviço Social, pois, sendo uma profissão que hegemonicamente se expressa na defesa dos direitos humanos e sociais, lida-se diretamente com tais questões. É imperioso nesta profissão, o entendimento das categorias de gênero, raça e classe, tendo em vista que, majoritariamente, as *mulheres negras* são as atendidas nos serviços públicos, bem como a categoria profissional é, em sua maioria, preenchida por *mulheres negras*. Nessa perspectiva de análise, o/a Assistente social, como

¹³⁷ Este projeto, dirigido pelas autoras deste artigo, tem como objetivo analisar as contribuições da virada afetiva em uma perspectiva feminista e situada, em sua potência de conformar processos de formação, pesquisa e intervenção em Serviço Social. Dentro dos feminismos contemporâneos, o campo de experimentação teórico-reflexiva conhecido como virada afetiva tem gerado, nas últimas décadas, numerosos debates sobre a relevância política dos afetos e das emoções. A virada afetiva busca problematizar o papel desempenhado pelos afetos e pelas emoções na esfera da vida pública e sua operabilidade na gestão, reprodução e continuidade das estruturas de poder que organizam as relações sociais. Considerando isso, nossa apresentação explora como (se é que o fez) a virada afetiva influenciou a formação de profissionais do Serviço Social na Argentina, dando especial atenção tanto aos currículos atuais dos cursos de graduação quanto à oferta disciplinar de pós-graduação em nosso país, buscando elucidar se e como noções clássicas como empatia, solidariedade, acompanhamento foram resinificadas nas instâncias formais da formação profissional contemporânea. (Campana e Hermida, 2023). (Tradução da autora).

profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, muito tem a ver com os desdobramentos de raça, gênero e classe, desse modo entender suas complexidades é matéria do Serviço Social e da sociedade. (Dias, 2022).

Também a partir da abordagem interseccional, Cristiane Delfino, Universidade de Brasília, apresenta o debate em torno da violência obstétrica a que *mulheres negras* são submetidas no artigo intitulado “Violência obstétrica e as lutas das *mulheres*: explicitando questões de gênero e racial” (CBAS-1399) e evidencia os desafios impostos ao desempenho do papel ético-político da/o assistente social,

Este artigo visa trazer um debate acerca da violência obstétrica destacando o viés de raça nesse contexto. Em um primeiro momento discorreremos acerca da conceituação da violência obstétrica e em um segundo momento, refletiremos como a questão da raça influencia as formas de violência e produz implicações que levam ao aumento do número de mortalidade materna e outros tipos de violações. [...] Para entendermos as bases que alicerçam o processo de subordinação, dominação e violência, refletir acerca das categorias que conformam gênero, classe e raça é de suma importância, para não cairmos em análises ingênuas da realidade, apontando possibilidades e alternativas incompletas à demanda explicitada. [...] E aqueles que não fazem parte desse grupo e decidem defender os direitos dessas “minorias” enfrentam diversos obstáculos no processo de explicitação das diferenças, de reconhecimento das múltiplas identidades e desigualdades que perpassam os grupos de “iguais”. (Delfino, 2022).

A autora aponta, com base em referências do feminismo negro como Patrícia Collins, Sueli Carneiro, Crenshaw, Angela Davis, Nancy Fraser e Lélia Gonzalez, a necessidade de novas visões sobre a opressão e novas categorias de análise, contudo, a ausência de chaves analíticas oriundas de epistemologias sociológicas limita as reflexões. Tais ausências prejudicam a construção de identidades profissionais estruturadas em teorias críticas que reflitam articuladamente as questões de “raça” /etnia, gênero, sexualidade e classificação social e ampliam os desafios colocados pela realidade sociais ao Serviço Social.

A necessidade imperiosa das/os assistentes sociais desenvolverem intervenções pautadas no reconhecimento da emancipação humana e da liberdade como valor central é trazida pelo texto de Maria Clara Santos, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, e Lucas dos Santos, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, sob o título “Criminalização do aborto no Brasil: um retrato patriarcal e racializado das *mulheres*” (CBAS-0101).

A não neutralidade frente a lutas por direitos sociais, políticos e humanos são inerentes ao Serviço Social no seu compromisso com a justiça social. A pesquisa coloca em debate a necessária politicidade profissional capaz de confrontar criticamente estruturas e valores “morais”. A reflexão não se apropria dos debates decoloniais e deixa de analisar como tais estruturas têm a colonialidade como chave explicativa útil para compreender que subalternidade que violenta os corpos de *mulheres* resulta de processos coloniais em que heranças como a “zona do não ser” constituem o Sul Global/Geopolítico.

Esta pesquisa objetiva analisar a realidade vivenciada por mulheres, em decorrência do aborto criminalizado no Brasil. A ilegalidade retrata as desigualdades de gênero, raça e classe que se reproduzem no universo da objetificação dos corpos das mulheres pela sociedade patriarcal, racista e sexista. [...] Analisar criticamente o aborto inseguro, clandestino e ilegal, é buscar revelar a ideologia patriarcal que massacra e criminaliza mulheres, sobretudo, as pobres e negras. [...] A criminalização reitera as desigualdades sociais no Brasil e no mundo. Quase todos os abortos realizados de forma insegura foram em países considerados pobres, por mulheres pobres, negras e jovens. Essas são as que mais morrem também. [...] o/a Assistente Social, no papel de educador social, não deve abrir mão de seu posicionamento sobre o aborto e nem se manter neutro diante da discussão [...]. É necessário um/a profissional que atuará no sentido de transformação da sociedade onde as mulheres possam decidir livremente se desejam ou não serem mães.

Ricardo Machado e Nilza Nunes, Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, contribuem para o debate acerca dos processos de invisibilização e silenciamento que marcam a “zona do não ser” e dos desafios colocados ao modelo societário quando a cidadania deixa de ser reconhecida com o texto intitulado “Pessoas LGBTQIA+ em situação de rua: reflexões a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial” (CBAS-0515). As reflexões tecidas se apropriam de debates de autores/as da perspectiva decolonial para analisar a condição do “não ser”, ou a condição de subhumanidade a que as pessoas que se encontram em condição de exclusão social estão submetidas, em articulação com os processos e feridas coloniais que possibilitam compreender fenômenos sociais complexos que envolvem um conjunto de determinantes estruturais. Ao expor a necessidade da escuta ética (Barbosa, 2023b) como forma de reconhecer as vozes silenciadas, a autora e o autor abordam a importância do Serviço Social se apoiar em referências teóricas capazes de oferecer aporte para a compreensão das novas expressões da “questão social” sob a lente da colonialidade.

Objetiva-se refletir sobre pessoas LGBTQIA+ em situação de rua em diálogo com o feminismo negro e dos estudos decoloniais. A metodologia consistiu em um levantamento bibliográfico e documental. Os resultados e discussões versam por múltiplos fatores e vulnerabilidades que acometem este segmento. [...] A vida das mulheres e homens negros LGBTQIA+ nas ruas é um exemplo do que Fanon (2008) trata acerca da zona do ser e do não ser. Sua cidadania é desprovida da igualdade jurídica e política frente aos processos de invisibilidade e silenciamento. Portanto, contestar os direitos dessas mulheres hoje é situar os conflitos entre o colonizador e colonizado (LUGONES, 2014), em que ouvir as histórias de vida dessas pessoas se torna imperativo para formular saídas e estratégias de enfrentamento aos desafios cotidianos e a defesa de sua cidadania e proteção social. [...] A missão de compreender o perfil das populações LGBTQIA+ em situação de rua no Brasil, levando em consideração as relações sociais complexas e contraditórias que perpassam os sistemas vigentes de opressão, exploração e injustiças como o racismo estrutural e machismo, se comporta como grande desafio na atualidade para a comunidade científica e sociedade em geral. (Machado e Nunes, 2022).

No campo das ações afirmativas, o texto *“Combating Anti-Black Racism: Beyond Anti-Black Racism Training to Transformational Action”* (ECSWE-37122) contribui para a identificação da letalidade da colonialidade dos sistemas de opressão e a materialidade do racismo estrutural através do racismo institucional. O combate aos efeitos do racismo estrutural com ações efetivas é o tema da comunicação de Uzo Anucha e Rahma Said-Toganne, York University e de Sinthu Srikanthan, The Youth Research and Evaluation eXchange que apresentam o projeto voltado para a formação de jovens utilizando conhecimento fundamental, recursos e ferramentas para cultivar práticas, políticas e alianças com o objetivo de desafiar, interromper e combater o racismo sistêmico numa perspectiva interseccional.

With the 2020 murder of George Floyd, demand for Anti-Black Racism (ABR) training has grown across multiple sectors including the youth-serving sector. To respond to this demand, the Youth Research and Evaluation eXchange, a province-wide initiative based at the School of Social Work at York University in Canada launched a comprehensive and multi-modal online certificate designed to provide the youth sector with the foundational knowledge, resources, and tools to cultivate practices, policies, and alliances that challenge, disrupt and combat systematic antiBlack racism. The certificate is grounded on five understandings including that the experiences of Black youth are multi-layered and class, gender, ethnicity, sexuality, and other social identities are

intersectional and therefore cannot be separated from one another. (Anucha, Srikanthan e Said-Toganne, 2023).¹³⁸

Os dois últimos excertos que analisarei são de trabalhos apresentados na ECSWE 2023. Eles foram reservados para o final pois contribuem com importante reflexão e advertência para os riscos e os caminhos epistêmicos que desafiam a práxis do Serviço Social. Ambos se apoiam em estudos envolvendo a intervenção social em contextos onde o racismo institucional e profissional se coloca como questão para reflexão. Reafirmam a necessidade de desafiar a colonialidade e alertam sobre o risco que representa o/a profissional se eximir desse compromisso ético-político sob uma falsa neutralidade. Como as coisas podem dar errado quando as/os assistentes sociais desconhecem ou negam seu próprio racismo/etnicismo é a questão fundamental colocada por Baciú Elena-Loreni, West University of Timisoara e *Lazăr Theofild-Andrei*, West University of Timisoara no texto intitulado *“Reading Beyond the Label: Implications of the Critical Race Theory for the Social Work Practice with Roma Persons”* (ECSWE-80822). O texto se apoia na Teoria Crítica de Raça para analisar as implicações da práxis profissional fundamentada em estereótipos étnico/raciais que reforçam e ampliam as desigualdades e a exclusão de grupos, povos e pessoas as quais deveria promover a garantia de direitos e a justiça social.

The current paper uses the Critical Race Theory (CRT) as a backdrop for exploring the meaning and impact of diversity on the everyday life of persons that are identified and labeled as ‘others’ based on their ethnic belonging. [...] The paper starts with a social work practice-inspired example on how things can go wrong when social workers are unaware of their own negative race-based stereotypes. It continues with a general description of the situation of Roma persons in Europe and Romania, as an otherized and

¹³⁸ Com o assassinato de George Floyd em 2020, a demanda por treinamento Anti-Black Racism (ABR) cresceu em vários setores, incluindo o setor de atendimento a jovens. Para responder a essa demanda, o Youth Research and Evaluation eXchange, uma iniciativa de toda a província com sede na Escola de Serviço Social da York University no Canadá, lançou um certificado on-line abrangente e multimodal projetado para fornecer ao setor jovem o conhecimento fundamental, recursos e ferramentas para cultivar práticas, políticas e alianças que desafiem, interrompam e combatam o racismo anti negro sistemático. O certificado é baseado em cinco entendimentos, incluindo que as experiências dos jovens negros são multifacetadas e que classe, gênero, etnia, sexualidade e outras identidades sociais são interseccionais e, portanto, não podem ser separadas umas das outras. (Anucha, Srikanthan e Said-Toganne, 2023). (Tradução da autora).

excluded group, confined at the outskirts of society [...]. (Elena-Loreni e Theofild-Andrei, 2023).¹³⁹

“*Training Students for an Intersectional Anti-Racist School Social Work Practice*” (ECSWE-59342), de autoria de Christine Mayor, University of Manitoba, contribui para esse debate antirracista e interseccional aplicado a práxis. Christine identifica a ausência de estudos que abordem a intervenção de assistentes sociais em contexto escolar no que se refere essas temáticas.

There is a lack of literature on school social workers and intersectional anti-racist practice. This presentation provides findings from a critical qualitative study that explored the research question: What can we understand about the role of school social workers in reinforcing or challenging intersectional inequity via whiteness, anti-Blackness, and trauma? Methods: Nineteen in-depth, semi-structured interviews were conducted with school social workers from elementary and high schools in Ontario, Canada, recruited through social work associations. The purposive sample was predominantly female (84.2%) and white (68.4%). [...] The data analysis revealed many participants had a lack of knowledge about the reality of racism in schools. [...] Many did not see interrupting racism as part of their responsibility. [...] The findings highlight the need to better train future social workers in an intersectional anti-racist practice. (Mayor, 2023).¹⁴⁰

O estudo de cariz qualitativo, evidencia a invisibilidade da problemática do racismo como parte do cotidiano nas escolas e para assistentes sociais, demonstrando que esse é um dos fatores que contribuem para a manutenção dos sistemas de opressão. O trabalho

¹³⁹ O artigo atual usa a Teoria Crítica da Raça (TRC) como pano de fundo para explorar o significado e o impacto da diversidade na vida cotidiana de pessoas que são identificadas e rotuladas como "outras" com base em sua pertença étnica. [...]. O artigo começa com um exemplo inspirado na prática do trabalho social sobre como as coisas podem dar errado quando os assistentes sociais desconhecem seus próprios estereótipos negativos baseados em raça. Ele continua com uma descrição geral da situação das pessoas ciganas na Europa e na Romênia, como um grupo excluído e diferente, confinado na periferia da sociedade [...]. (Elena-Loreni e Theofild-Andrei, 2023). (Tradução da autora).

¹⁴⁰ Há uma falta de literatura sobre assistentes sociais escolares e práticas antirracistas interseccionais. Esta apresentação fornece descobertas de um estudo qualitativo crítico que explorou a questão de pesquisa: O que podemos entender sobre o papel dos assistentes sociais escolares em reforçar ou desafiar a desigualdade interseccional por meio da branquitude, anti negritude e trauma? Métodos: Dezenove entrevistas semiestruturadas em profundidade foram conduzidas com assistentes sociais escolares de escolas de ensino fundamental e médio em Ontário, Canadá, recrutadas por meio de associações de Serviço Social. A amostra intencional era predominantemente feminina (84,2%) e branca (68,4%). [...] A análise de dados revelou que muitos participantes tinham falta de conhecimento sobre a realidade do racismo nas escolas. [...] Muitos não viam a interrupção do racismo como parte de sua responsabilidade. [...] As descobertas destacam a necessidade de treinar melhor os futuros assistentes sociais em uma prática antirracista interseccional. (Mayor, 2023). (Tradução da autora).

expõe a lacuna teórica e como as dinâmicas de silenciamento estruturam e reforçam a discriminação e os traumas da herança colonial.

A análise dos trabalhos apresentados no XVII CBAS e na ECSWE 2023 busca identificar como as/os assistentes sociais vêm dialogando e se apropriando do pensamento decolonial e como os debates decoloniais que interseccionam classe, “raça” /etnia, gênero e sexualidade podem oferecer subsídios teórico metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social em ambos os contextos, português e brasileiro.

No conjunto dos 20 resumos selecionados no Eixo temático **Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades** do XVII CBAS, o que avança no horizonte epistêmico é o crescimento das abordagens com temáticas acerca da questão de “raça” /etnia, gênero, sexualidade e classe que buscam chaves conceituais analíticas de epistemologias críticas diversas. Ainda que predominantemente não seja nomeada a Teoria Crítica Decolonial, os textos estabelecem diálogos entre chaves conceituais decoloniais e a perspectiva crítica marxista. Buscando ferramentas que possibilitem a compreensão da complexidade de realidade contemporânea, os trabalhos evidenciam os limites decorrentes da direção teórica hegemônica marxista, que parece “engessar” a possibilidade de apropriações teóricas que favoreçam debates mais amplos, que acolham e nomeiem epistemologias críticas diversas. A decolonialidade emerge com chave conceitual de análise e referenciada na bibliografia em cinco textos, o que representa uma apropriação ainda restrita. Contudo, é marcante a presença de debates e reflexões que se apoiam em autoras/es decoloniais. Ainda assim, a ausência de leituras decoloniais consistentes restringe a elaboração do pensamento complexo acerca dos processos coloniais e da modernidade/colonialidade como estruturantes da sociedade. A lacuna resultante do restrito diálogo epistêmico realizado pelo Serviço Social brasileiro com a decolonialidade é evidenciado nos textos quando esses tangenciam temáticas que devem ser aprofundadas.

A descolonização do Serviço Social no Brasil é fundamental para a afirmação do Projeto ético-político frente as demandas sociais e suas pautas contemporâneas. A práxis profissional necessita se apoiar em ferramentas teóricas capazes de responder as questões emergentes que compõem as novas expressões da “questão social”. A colonialidade se configura um conceito útil, juntamente com a interseccionalidade como

caminho para construir um Serviço Social decolonial brasileiro em diálogo com o Serviço Social do Sul e do Norte Global/Geopolítico.

Na sequência das análises, dentre os 16 resumos selecionados que compuseram o Eixo Temático **Diversidade, Desigualdades Interseccionais e Pedagogia da Esperança na SWE** da ECSWE 2023, os textos oriundos da Argentina, Áustria, Alemanha e Bélgica utilizaram a decolonialidade como chave conceitual de análise e as/os demais autoras/es se apropriaram dos conceitos descolonização, interseccionalidade, racismo, gênero, eurocentrismo e patriarcalismo de forma predominante para desenvolver suas reflexões. Assim como na produção científica analisada no CBAS, é possível identificar que ocorre no ECSWE uma lacuna nas análises que denuncia a ausência de chaves conceituais decoloniais que limitam os debates, como a colonialidade do poder, do saber, do ser e do fazer. A ausência de autoras/es do Sul Global/Geopolítico e a predominância de epistemologias eurocêntricas e americocêntricas são evidenciadas pelas análises documentais.

É possível identificar certo equilíbrio numérico entre as produções científicas do XVII CBAS e da ECSWE 2023 no que se refere ao diálogo e apropriação do pensamento decolonial e os debates interseccionais por parte das/os assistentes sociais, tanto em relação a reflexão voltada para a práxis, quanto para a formação. Contudo, é necessário considerar que a ECSWE 2023, ainda que realizada em Portugal, não ofereceu um panorama numeroso das produções científicas com autoria portuguesa dentro do recorte temático desse estudo. Desse modo, a análise adota em alternativa a perspectiva ampliada de contexto, onde Portugal se insere nas produções do Norte Global/Geopolítico, que é predominante nos trabalhos analisados, à exceção do texto escrito em coautoria por assistentes sociais da Argentina e Espanha. Outra questão se impõe para análise, que se refere ao fato de que o equilíbrio entre a produção científica do Brasil e de um conjunto de dez países no Norte Global quanto a apropriação da decolonialidade deve ser problematizada. Dentre as questões que se colocam para essa reflexão está a tradição do Serviço Social crítico brasileiro e sua proximidade geográfica e histórica com o continente onde floresceu a Teoria Crítica Decolonial, que parece não haver promovido uma apropriação mais ampla do conceito, ou ainda, se está o Serviço Social brasileiro a escutar outros países? Estaria o Norte Global vem se apropriando mais rapidamente da decolonialidade? Desse modo, o equilíbrio identificado entre as produções científicas do Serviço Social do Sul e do Norte Global/Geopolítico deve ser colocado em perspectiva.

CONCLUSÃO

Estudar as possíveis apropriações e contribuições da Teoria Crítica Decolonial para a ampliação da matriz teórica do Serviço Social em contexto português e brasileiro motivou todo o percurso realizado até esse ponto de conclusão.

Assumindo ser um objeto de estudo inédito e uma reflexão teórica inovadora no campo do Serviço Social do Brasil e de Portugal, a investigação confirmou, considerando os limites impostos pelo recorte temporal e contextual, a hipótese de que as bases teóricas sobre as quais a profissão se sustenta são insuficientes para dar respostas as novas expressões da “questão social” em ambos os países. Evidenciou, também, que os desafios impostos pelo capitalismo globalizado neoliberal, promotor de desigualdade, exclusão e morte promovidas pelas “necropolíticas” públicas, e que afeta de forma diferenciada o Norte e o Sul Global/Geopolítico, exigem das/os assistentes sociais a descolonização do pensamento para que realizem de forma complexa uma reflexão crítica acerca das dinâmicas sociais globais. Explicitou a necessária adoção de um conjunto de ferramentas teóricas e metodológicas que fundamente a intervenção social e a práxis ético-política que oriente, sustente e promova reflexões e práticas decoloniais como as que compõem a Teoria Crítica Decolonial. Nessa perspectiva, o conceito de Colonialidade é um fio condutor epistémico capaz de favorecer articulações entre as questões de “raça” /etnia, classificação social, gênero e sexualidades em contextos globais de exclusão que demandam políticas sociais de reparação e proteção onde se efetua a práxis do Serviço Social e de onde a profissão deve produzir teoria científica.

As afirmativas se apoiam nos resultados que emergiram da articulação entre o campo teórico decolonial, os objetivos, os diferentes corpora empíricos e as estratégias metodológicas. O itinerário da investigação se iniciou com o estado da arte do tema e a identificação dos determinantes do contexto teórico profissional atuais em Portugal e no Brasil, que determinaram o recorte que elegeu a ESS|UFF e o ISSSL|UL. A delimitação se configura no motivo pelo qual o estudo apresenta as limitações naturalmente impostas pelo recorte do objeto e do campo de pesquisa e, consequentemente, oferece uma análise situada de fontes, temporalidade e contexto que deve ser considerada. Contudo, ainda que dentro de um escopo de fronteiras definidas, o estudo oferece elementos robustos para uma reflexão crítica e fundamentada acerca das direções teóricas e da práxis que a profissão vem adotando e as que necessita adotar no Sul e no Norte Global/Geopolítico.

Na sequência do percurso da investigação, foi realizada a contextualização teórica e geopolítica dos currículos atuais do ISSS|UL e da ESS|UFF, que considerou a construção histórica de ambas as instituições de ensino e do Serviço Social brasileiro e português para a realização da análise documental dos Planos de atividades das disciplinas. A adoção dos três eixos de análise como ferramenta para selecionar as disciplinas quanto a sua potencialidade foi estrategicamente elaborada para identificar como os Planos de atividades em ambos os contextos estão fomentando a construção do pensamento crítico na formação, como apresentam e problematizam os instrumentos teóricos e metodológicos para a práxis e que caminhos utilizam para fundamentar aportes teóricos da prática e da produção científica. Sem deixar de observar as diferenças que demarcam cada realidade, relativamente a Política Nacional de Ensino de cada país, o interesse em identificar como os currículos expressam as estratégias para complexificar os debates e instrumentalizar a práxis e como a decolonialidade poderia favorecer/provocar o pensamento crítico da profissão, norteou essa etapa inicial da investigação.

Desponta das análises aos documentos que regem os cursos a urgente adoção e/ou ampliação de teorias que acolham e discutam epistemologicamente as perspectivas anticoloniais, decoloniais, étnico-raciais e feministas. O movimento de deslocamento epistémico se afirma como necessário para questionar os paradigmas eurocêntricos hegemônicos e colonizadores das Ciências Sociais e Humanas que assumem um ponto de vista universalista, neutro e objetivo e que orientam a formação. A colonialidade do saber e o colonialismo epistémico são sequelas coloniais que alimentam o marxismo como opção política e teórica hegemônica no contexto brasileiro e o orgulho colonial potencializa o conservadorismo no contexto português. Ambos são obstáculos que prejudicam a inclusão de teorias e produções científicas críticas que capacitem as alunas e alunos a construírem o pensamento complexo e analítico acerca das novas expressões da “questão social” apoiada em epistemologias oriundas do Sul Global como a Teoria Crítica Decolonial em diálogo com os Estudos Subalternos, Culturais e Pós-coloniais. A dificuldade de romper com o conservadorismo se impõe através da teoria única, ainda que contraditoriamente de cariz crítico, ou constringendo a apropriação do pensamento crítico e sustentando a atuação sistêmica e “neutra” da profissão. Ambos fragilizam e/ou anulam a identidade profissional como agente da transformação social e favorece a propagação da necropolítica. Submetidos a tais contextos, os currículos analisados do ISSS|UL e da ESS|UFF não apresentaram conteúdos e referenciais teóricos onde os debates epistémicos decoloniais estivessem contemplados.

Essas lacunas e ausências provocam demandas e fragilidades teóricas, e elas foram evidenciadas nas narrativas de alunas e alunos da ESS|UFF e do ISSSL|UL. As entrevistas e a observação participante, que compuseram a etapa etnográfica do estudo, revelaram que a decolonialidade como chave analítica deve fundamentar a formação e a práxis, contribuindo para a construção do pensamento crítico e a formação de profissionais comprometidos ética e politicamente com a justiça e transformação social através da descolonização. Os debates decoloniais acerca da modernidade/colonialidade que interseccionam classe, “raça” /etnia, gênero e sexualidades se configuram fonte teórica e metodológica apropriáveis pelo Serviço Social. De acordo com a observação participante e as abordagens ao campo de pesquisa, recai sobre essas temáticas a restrição conceitual que limita a reflexão crítica e impede a problematização histórica política e contemporânea da colonialidade.

Considero a etnografia um dos momentos mais prazerosos do processo de pesquisa. Descobri esse prazer no mestrado, quando me apropriei dessa ferramenta. Ela proporciona interações surpreendentes e, por isso, transformadoras, quando se apoiam em relações de reciprocidade, parceria e troca entre quem pesquisa e quem coparticipa. Foi assim na ESS|UFF e no ISSSL|UL, uma sequência de encontros e de compartilhamentos envolvidos pelas reflexões acerca das teorias que fundamentam o Serviço Social, pelas descobertas que acompanham o despertar crítico e pela expectativa da práxis profissional proporcionados por Renato, Juan, Gisele, Ana Clara, Paulo Henrique, Ana Luiza, Sofia, Cezare, Matilde e Maria de Fátima. O grupo tem em comum o que o difere de outras/os alunas/os, o desejo de participar voluntariamente da pesquisa, motivado pelo interesse relacionado à proposta teórica decolonial. Esse critério contribuiu para que as narrativas refletissem graus de capacidade crítica de reflexão relevantes. A observação dos espaços acadêmicos como corredores, pátios e fachadas do edifício da ESS|UFF e da UL que abriga o ISSSL, colocou em questão a importância do “currículo alternativo”. Sim, as paredes não apenas falam como também educam. A importância da comunicação não verbal ficou evidenciada na ESS|UFF. A politização do espaço acadêmico é necessária para formação crítica das/os estudantes. Sua ausência, como se observou no ISSSL|UL, se conecta à concepção da modernidade ocidental de que a neutralidade no ensino, na ciência e na profissão denota imparcialidade, rigor científico e competência. Na perspectiva decolonial, são formas de expressão da colonialidade do saber e do ser. Instrumentos de poder que promovem a manutenção da dominação epistêmica e das subjetividades.

O objetivo principal dessa etapa do estudo foi o de identificar lacunas na formação teórica e analisar como os debates decoloniais que interseccionam classe, “raça” /etnia, género e sexualidades podem oferecer subsídios teórico metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social através da percepção das/os estudantes. Nesse aspeto, também o papel dos currículos foi alvo de interesse. O conteúdo das entrevistas apresentou respostas, apontou caminhos e colocou novas questões de análise.

As Categorias de Análise possibilitaram reflexões em níveis diferenciados e relacionadas ao modo como as/os participantes vivenciam a formação em suas etapas ao longo do curso em cada contexto geopolítico. Inicialmente, a subjetividade se destacou, pois envolveu a escolha e a descoberta da profissão. Nesse aspeto, observei que a apropriação teórica e a reflexão crítica, ainda que parciais, ao promoverem a capacidade de pensamento complexo de análise social resinificam a ação profissional, de promotora de ajuda para agente de transformação. Essa ação de formação crítica promoveu um vínculo “apaixonante” entre as/os alunas/os e o Serviço Social. Numa proporção crescente, foi possível identificar que quanto maior a capacidade teórica e crítica de análise social, maior a compreensão, admiração e compromisso com a profissão. Nesse aspeto, foi possível relacionar o nível de reflexão crítica com a ampliação do vínculo com a identidade profissional e o reconhecimento no projeto ético-político a potencialidade transformadora. As narrativas confirmam que a formação é um espaço de resistência e onde as transformações necessitam ser permanentes para que seja possível construir estratégias e táticas de enfrentamento às dinâmicas e à complexidade da realidade social contemporânea. O compromisso profissional e o desejo de transformação são proporcionais ao conhecimento crítico adquirido, é o que aponta as entrevistas. Trata-se de um importante sinalizador de que a potência teórica, acolhida de forma crítica, não eurocêntrica e decolonial exige a descolonização epistémica dos currículos e das mentes que regem a formação. Esse é o caminho que se evidencia nas análises das narrativas acerca da apropriação da profissão pelas/os alunas/os, ou seja, para formar profissionais comprometidas/os ética e politicamente com o um projeto social transformador e libertador é necessário que a formação ofereça ferramentas teóricas que articulem a análise social macrossociológica com a práxis do Serviço Social.

Na perspectiva da construção da consciência crítica, segunda Categoria de Análise, se evidenciou com maior intensidade a diferença entre os currículos da ESS|UFF e do ISSSL|UL. A ausência de um escopo teórico crítico robusto e a duração do curso, três

anos em Portugal, confirmou as limitações da formação oferecida pelo ISSSL|UL. Contudo, as entrevistas revelaram, maioritariamente, aproximações quanto ao desejo de acessar a percepção crítica da realidade social e a identificação das lacunas teóricas, elementos que aproximaram a experiência dos dois grupos de alunas/os. Ainda que sejam percebidas capacidades diferenciadas quanto a complexidade do pensamento crítico entre as entrevistas de Portugal e as entrevistas do Brasil, que se justificam em decorrência do tempo e do grau de criticidade e politicidade proposto pelos currículos das duas instituições de ensino, há unidade quanto a compreensão da identidade profissional e na identificação das lacunas teóricas acerca dos temas sobre “raça” /etnia, gênero e sexualidades. Isso é observável no destaque dedicado pelas/os alunas/os a disciplina “Globalização e desigualdade”, que compõe o currículo do ISSSL|UL, que denota a importância das análises macrossociais e geopolíticas para a construção do pensamento crítico na formação. Na ESS|UFF, com unanimidade, o destaque foi para disciplina “A questão racial na formação social brasileira”. Nos dois contextos, marcados por diferenças abissais, o caminho apontado é o mesmo, de que a construção da consciência crítica na formação é o que dá sentido à profissão, na sua intervenção e na possibilidade de construir estratégias de enfrentamento a colonialidade cotidianamente. Mas, quais teorias são apropriadas para essa construção? Essa questão leva a próxima Categoria de Análise, que trata das lacunas teóricas, quando “pouco ou nada é falado”.

Como uma formação pode construir conhecimento e capacitar para a prática profissional quando “pouco ou nada é falado” acerca das temáticas que serão essenciais para a intervenção social? Ou ainda, quando a colonização do conhecimento coloca obstáculos que restringem o acesso a teorias como a decolonialidade? As narrativas evidenciam a necessidade de refletir sobre as questões estruturantes da formação social imposta pela modernidade e que se apresenta de forma diferente nos contextos português e brasileiro. Para refletir acerca de tais diferenças, é necessária a compreensão de que a colonialidade do poder, do ser, o saber e do fazer afeta de maneira diferente cada um desses contextos. Como herança colonial e sequela da modernidade, a colonialidade afeta o Norte e o Sul de forma diferente, contudo, está presente em ambos nas suas “zonas do não ser”. A demanda por compreender tais estruturas, ainda que não nomeada como decolonial pelas/os entrevistadas/os, expressa a lacuna deixada pela ausência de aportes teóricos comprometidos com o processo de descolonização do conhecimento, que questione os paradigmas eurocêntricos hegemônicos das Ciências Sociais e Humanas. Essa lacuna não apresenta possibilidade de ser preenchida exclusivamente pelo materialismo histórico e menos ainda pela ausência dele.

As abordagens ligadas as novas expressões da “questão social” que interseccionam classe/classificação social, “raça” /etnia, género, sexualidades são identificadas nas entrevistas oriundas da ESS|UFF. É observável a apropriação do conceito interseccionalidade sem que sua articulação com a decolonialidade ocorra, corroborando a crítica ao conceito e sua apropriação realizada por Ochy Curriel. Seja a abordagem insuficiente por se apoiar em teorias limitadas ou pela inexistência da reflexão crítica decorrente da ausência de teorias, de fato as determinantes estruturais que produzem as identidades e as diferenças que produzem os sistemas de opressão, representados nas novas expressões da “questão social”, as imbricações das questões de “raça” /etnia, classificação social, género e sexualidades, não vêm sendo tratados adequadamente pelos currículos.

Nesse contexto, é possível afirmar que a decolonialidade se afirma como matriz teórica que oferece as chaves de análise em consonância com epistemologias diversas. Sua ausente pretensão de ser uma escola de pensamento ou uma teoria capaz de analisar sozinha a complexidade da modernidade, possibilita diálogos potentes com linhas teóricas contemporâneas e com os marxismos.

As contribuições decoloniais, como epistemologia crítica emergida do Sul Global/Geopolítico, apoiam as reflexões acerca do “sistema-mundo-patriarcal/capitalista/colonial/moderno” que está na estrutura do sistema de opressão, desigualdade e exclusão baseado na “raça” /etnia, classificação social, género e sexualidades. Essas temáticas compõem a agenda dos debates contemporâneos e as/os “*sujeitas/os*” que estão no centro dessas temáticas são as/os mesmos para onde se direcionam as políticas sociais, a própria ferramenta de trabalho das/os assistentes sociais. O que se manifesta nas narrativas evidencia uma problemática que requer reconhecimento, ou seja, a construção da consciência e identidade crítica na profissão exige pensar geopoliticamente, principalmente a partir das teorias do Sul Global, as novas expressões da “questão social”.

No sentido de compreender as diferentes etapas que envolvem a construção do Serviço Social como profissão de intervenção social de cariz ético-político e fonte de produção de conhecimento científico sob a perspectiva decolonial no Brasil e em Portugal, o estudo percorreu desde a formação, analisando os currículos da ESS|UFF e do ISSSL|UL, observou suas dinâmicas como instituições de ensino, entrevistou alunas e alunos, e, por último e tão importante quanto as etapas anteriores, analisou a produção científica

de profissionais acerca da práxis e da formação em Serviço Social. Como as/os assistentes sociais vêm dialogando e se apropriando do pensamento decolonial e como os debates interseccionais e decoloniais de classe, “raça” /etnia, gênero e sexualidades podem oferecer subsídios teórico metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social, foi a questão colocada para eleger o XVII CBAS e a ECSWE 2023.

Essa etapa da pesquisa trouxe algumas surpresas. Porém, irei iniciar pelo que apenas se confirmou. Havendo já percorrido a análise documental dos currículos e realizado a etapa etnográfica de campo na ESS|UFF, não surpreendeu a produção científica do XVII CBAS apresentar uma consistência teórico-crítica e um volume de debates acerca das novas expressões da “questão social” ligadas a “raça” /etnia, gênero e sexualidades sob o escopo teórico marxista, onde classe é o conceito chave de análise e os “outros” conceitos são secundários. A apropriação do conceito de interseccionalidade como fundamental para as reflexões foi predominante, contudo, sem que houvesse articulação com a perspectiva decolonial. As elaborações teóricas construídas e sistematizadas sob o conceito de colonialidade por Aníbal Quijano estão presentes nos textos, porém não são nomeadas.

A produção científica que compôs o Eixo temático **Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades** apresenta debates atuais e reflexões potentes. Elas desenvolvem análises apoiadas em autoras/es como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, bell hooks, Paulo Freire, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro que dialogam ou são consideradas/os decoloniais, porém, poucas/os outras/es realizam esse diálogo nos textos.

Porque o marxismo no Serviço Social não dialoga com a decolonialidade é a questão que emerge de tal ausência. Os quatro trabalhos que promovem essa articulação entre colonialidade e interseccionalidade de classe, “raça” /etnia, gênero, sexualidades ampliam suas análises e elaboram críticas e debates para além de classe. São produções tímidas se considerarmos o número de participantes e as dimensões do CBAS, um evento que, no universo de trabalhos analisados, se caracterizou pelo diálogo de assistentes sociais do Brasil consigo mesmas/os. A totalidade de autoras/es e as problemáticas dos temas abordados são brasileiras. A inexistência de trabalhos de outras nacionalidades também é expressiva e coloca questões acerca do grau de interação do Serviço Social brasileiro com a produção teórica de outros países,

principalmente da América Latina e Caribe. O Serviço Social brasileiro é endógeno, não está ouvindo outros países?

A produção científica apresentada no XVII CBAS voltada para a temática decolonial seguiu a mesma linha teórica que estrutura o currículo da ESS|UFF, demonstrou que a apropriação dessa teoria crítica é ainda inexpressiva na agenda da formação e da profissão. O que se evidenciou no evento assim como nas entrevistas, é a lacuna existente, contudo, também ficou evidente a demanda por teorias que ofereçam chaves analíticas para as novas expressões da “questão social” que dialogue com epistemes do Sul Global. Alguns textos buscam preencher essa lacuna utilizando, ainda que sem nomear, a colonialidade como chave analítica ou ainda, a interseccionalidade a partir do conceito de classe. O que evidencia que os debates decoloniais que interseccionam classe, “raça” /etnia, género e sexualidades oferecem subsídios teórico e metodológicos apropriáveis pelo Serviço Social.

Essa conclusão se aplica as análises dos trabalhos apresentados na ECSWE 2023. Antes, contudo, é preciso ressaltar como o evento colocou questões inesperadas e algumas surpresas.

Justamente por já haver realizado a análise documental dos currículos e das disciplinas, bem como a etapa etnográfica e as entrevistas no ISSSL|UL, a expectativa em relação as apropriações da Teoria Crítica Decolonial pelos trabalhos apresentados na ECSWE 2023 eram restritas e a expectativa de expressiva participação de autoras/es portuguesas/es estava presente. Ambas surpreenderam inversamente.

Com referência a teórica decolonial e aos debates interseccionais de classe, “raça” /etnia, género e sexualidades, os trabalhos demonstraram reflexões consistentes crítica e teoricamente com apropriação das chaves analíticas que esses conceitos oferecem. O que sugere um movimento de deslocamento epistémico onde as teorias do Sul Global/Geopolítico atravessaram a fronteira epistémica em direção ao Norte Global também no Serviço Social. Dentre os textos analisados, escritos pôr autoras/es de países europeus, norte americanos e latino americanos, que compuseram Eixo temático **“Diversity, Intersecting Inequalities and Pedagogy of Hope in SWE”/ Diversidade, Desigualdades Interseccionais e Pedagogia da Esperança na SWE**”, estão dois de autoria portuguesa, ambos com reflexões acerca da interseccionalidade de discriminação de género, classe, social “raça” /etnia no campos das políticas públicas e da formação em Serviço Social. Contudo, não avançam na análise macrosocial da

problemática, deixando de refletir acerca dos seus determinantes e não se aproximam da decolonialidade como chave analítica. Os temas mais complexos, como descolonização dos currículos, racismo, branquitude e eurocentrismo sinalizaram conexões com a colonialidade, ainda que não nomeie o conceito. Dentre os quatro trabalhos estruturados no pensamento decolonial, está o de María Eugenia Hermida, também autora do livro *“Trabajo Social y Decolonialidad. Epistemologías insurgentes para la intervención en lo social”*. (Hermida e Meschini, 2017) pela Editora da Universidade Nacional de Mar del Plata. O texto do evento está escrito em parceria com Melisa Campana da Complutense Universidade de Madrid. Esse único representante da América Latina e Caribe, e da mesma autora de uma produção que debate a decolonialidade e o Serviço Social, instiga pensar numa fragilidade na apropriação da Teoria Crítica Decolonial pelo Serviço Social latino-americano de modo consistente. São questionadores os outros três trabalhos que se apoiam na decolonialidade, principalmente o que reflete acerca da colonialidade sob a qual a própria Europa padece.

As Categorias de análise buscaram articular as etapas e os processos da profissão sob a perspectiva teórica crítica. Assim, foram percorridas a descolonização do Serviço Social, a colonialidade como chave da análise para as novas expressões da “questão social”, a interseccionalidade como chave analítica no campo social de intervenção e as estratégias decoloniais para a práxis.

O que se identifica entre o XVII CBAS e a ECSWE 2023, relativamente a número de trabalhos selecionados e dentre eles os que apresentam apropriações do conceito colonialidade, pode sugerir inicialmente um equilíbrio. Contudo, é necessário considerar que o Serviço Social do Brasil é uma referência crítica construída desde o MRLA, com uma sólida organização como categoria, com a regulamentação da profissão (CEFESS) e as Diretrizes Curriculares (ABEPSS), o número de escolas, o volume de produção científica e a sua localização no Sul Global/Geopolítico latino americano, continente onde foi, e está sendo sistematizado o pensamento decolonial, como já referi antes. Esse conjunto de características exclui o equilíbrio inicialmente observado e o substitui pela preocupação com as consequências decorrentes da sua condição de colonização teórica, dentre as quais a demora em se apropriar dos debates epistêmicos que emergiram nas últimas décadas nas Ciências Sociais e Humanas.

A partir dessa observação, o que emerge no ECSWE 2024 instiga a considerar que está em curso a apropriação da Teoria Crítica Decolonial pelo Serviço Social do Norte Global para refletir acerca de estratégias para a formação com vistas ao enfrentamento dos desafios neoliberais globais calcados na exclusão, no racismo, sexismo, classismo e patriarcalismo. E que, contraditoriamente, a decolonialidade, epistemologia que emerge da reflexão acerca da modernidade/colonialidade que estrutura e cria o Sul Global, vem encontrando obstáculos que limitam sua apropriação pelo Serviço Social do próprio Sul Global/Geopolítico.

Considerando todo o percurso realizado pelo estudo até aqui e os limites que se impuseram, dentre eles a impossibilidade de atualizar em tempo real as produções científicas e as alterações nos currículos para além do contexto português e brasileiro, a reflexão acerca das possíveis apropriações e contribuições da Teoria Crítica Decolonial para a ampliação da matriz teórica do Serviço Social aponta alguns caminhos, dentre eles, a potente capacidade oferecida pelo conceito colonialidade para “ligar os pontos”. Ou seja, a capacidade do conceito de ampliar a problematização da realidade social e desenvolver o pensamento complexo que permite refletir acerca do lugar estratégico da formação em Serviço Social e o desafio de construir consciência crítica no interior de um sistema gerador de opressão e exclusão que se apoia nessa estrutura de opressão e exclusão que é a modernidade. Demonstra que a formação é responsável pela construção da consciência crítica e deve ser apaixonante para despertar profissionais emocionalmente e politicamente comprometidas/os com um projeto ético-político crítico. As identidades profissionais de cariz crítico e libertador precisam ser construídas por cursos e universidades descolonizadoras, onde a subversão epistêmica promova a superação da colonialidade do poder, do saber, do ser e do fazer para reinstalar, reconstruir e regenerar espaços, epistemologias e intervenções.

Como epistemologia necessária para o Serviço Social, a Teoria Crítica Decolonial favorece a articulação geopoliticamente situada da colonialidade com a perspectiva totalizante do materialismo histórico. Nessa linha de análise, os determinantes necroneoliberais da globalização e a estrutura de opressão resultantes da ferida colonial da modernidade/colonialidade são evidenciados como espaço onde as/os profissionais atuam. A compreensão das estruturas de onde emerge a “zona do não ser” encontra nos conceitos colonialidade/decolonialidade fundamentação para as reflexões acerca das novas expressões da “questão social” na perspectiva de classe, “raça” /etnia, gênero,

sexualidades, identidades, geração, migrações e fronteiras teóricas tanto no Norte quanto no Sul Global/Geopolítico.

As/aos intelectuais académicas/os, se coloca a tarefa de produzir pensamento crítico capaz de ultrapassar as “Bíblias” de pensadores de direita ou de esquerda. Um pensamento crítico anticolonial que emerja da colonialidade e se volte, num processo constante e permanente, para a descolonização económica, social e intelectual. (Walsh, 2003).

O Serviço Social, valendo-se da intervenção social, necessita de ferramentas teóricas metodológicas para transgredir e subverter a convencionalidade colonialista, eurocêntrica e explicativa do social. Nesse sentido, não apenas deve se beneficiar da Teoria Crítica Decolonial, mas necessita contribuir para sua complexificação, pois reúne condições para sistematizar cientificamente uma práxis decolonial capaz de acolher a diversidade, a interculturalidade, os saberes tradicionais e ancestrais sob uma perspectiva de luta por liberdade, justiça e transformação, num mundo onde devem caber muitos mundos, em que não exista, em nenhum deles, o olhar daqueles que estão na “zona do não ser”.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS - Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social. **abepss.org.br**. 1996).
- ABEPSS - **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** [Em linha], atual. 1996. [Consult. 18 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>.
- ABEPSS - Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas. ABEPSS, 2014.
- ACOSTA, Alberto - Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. **La línea de fuego**. 2011).
- ADAMS, Robert - **Empowerment, Participation and Social Work**. London: Palgrave Macmillan, 2008. ISBN 978-1-137-05053-3.
- AGUIAR, Jórisa Danilla - Entre la subalternidad y el socialismo indoamericano: reflexiones sobre un marxismo decolonial. Em HERNÁNDEZ, ROBERTO ALMANZA; CHÁVEZ, VÍCTOR HUGO PACHECO (Eds.) - **Teorizando desde los pequeños lugares**. 1. ed. Santa Marta: Universidad del Magdalena. Colombia: Editorial Unimagdalena, 2020. ISBN 958-746-299-8. p. Capítulo 9.
- AKOTIRENE, Carla - **Interseccionalidade**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. ISBN 978-85-98349-90-9.
- ALBARET, Mélanie; DEVIN, Guillaume - Los países del Sur en Naciones Unidas. **Foro internacional**. ISSN 0185-013X. 56:1 (2016) 13–39.
- ALMEIDA, Magali da Silva - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. Em CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (Ed.) - **Projeto ético-político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética a articulação de assistentes sociais**. Rio de Janeiro, Brasil: CRESS-RJ, 2013. ISBN 978-85-60593-04-0. p. 136–148.
- ALMEIDA, Maria Sidalina - Educational policies and practices to promote equity: social work discourses on diversity, inequalities and school inclusion. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. (2023) 20/209.
- ALMEIDA, Miléia Santos - Rebeldias epistêmicas: descolonizar os feminismos e a história das mulheres a partir das margens. **Revista Maracanan**. ISSN 2359-0092. 32 (2023) 267–273. doi: 10.12957/revmar.2023.74329.
- ALONSO, Alba - A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade(s). **Revista Crítica de Ciências Sociais**. ISSN 0254-1106. 90 (2010) 25–43. doi: 10.4000/rccs.1760.
- ALVES, Andrea Moraes - Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 2317-6318. (2018) 268–286. doi: 10.1590/0101-6628.141.
- AMARO, Maria Inês - Os campos paradigmáticos do serviço social: proposta para uma categorização das teorias em presença. **Locus Soci@l**. ISSN 1647-1431. 1 (2008) 65–80. doi: 10.34632/locussocial.2008.10145.

AMARO, Maria Inês - Identidades, incertezas e tarefas do Serviço Social contemporâneo. **Locus Soci@l - Revista de Serviço Social, Política Social e Sociedade**. ISSN 1647-1431. 2 (2009) 29–46.

AMARO, Maria Inês - **Urgências e emergências do Serviço Social contemporâneo: contributos para a discussão dos fundamentos da profissão**. Lisboa, Portugal: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, 2009 Tese de doutoramento em Serviço Social.

AMORAS, Maria; PONTES, Andrea Mello - Antropologia e Serviço Social: interseccionalidade e a crise humanitária de 2020. **SER Social**. ISSN 2178-8987. 24:51 (2022) 385–407. doi: 10.26512/sersocial.v24i51.42065.

ANDERSON, Perry - **As origens da pós-modernidade**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 1999. ISBN 978-85-7110-501-0.

ANDRADE, Daniel Pereira - O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**. ISSN 0102-6992, 1980-5462. 34:2019) 211–239. doi: 10.1590/s0102-6992-201934010009.

ANDRADE, Marília - Campo de intervenção do serviço social: autonomias e heteronomias do agir. **Revista Intervenção Social**. 23/24 (2001) 217–232.

ANUCHA, Uzo; SRIKANTHAN, Sinthu; SAID-TOGANNE, Rahma - Combatting Anti-Black Racism: Beyond Anti-Black Racism Training to Transformational Action. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. (2023) 18/209.

ANZALDUA, Gloria; HURTADO, Aida - **Borderlands / La Frontera: The New Mestiza**. 4ª edição ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012. ISBN 978-1-879960-85-5.

ARIAS, Patricio Guerrero - Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). **Calle 14 revista de investigación en el campo del arte**. ISSN 2145-0706. 4:5 (2010) 80–95. doi: 10.14483/21450706.1205.

AYALA, Felipe Guamán Poma de; MURRA, John V.; ADORNO, Rolena - **Nueva crónica y buen gobierno**. Virgínia: Historia 16, 1987. ISBN 978-84-7679-054-0.

BAHRI, Deepika - Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**. . ISSN 0104-026X. 21:2 (2013) 659–688. doi: 10.1590/S0104-026X2013000200018.

BALLESTRIN, Luciana - América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. ISSN 0103-3352, 0103-3352, 2178-4884. 2013) 89–117. doi: 10.1590/S0103-33522013000200004.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão - Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**. ISSN 0104-026X, 1806-9584. 25:2017) 1035–1054. doi: 10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035.

BÁNYAI, Emőke; FEHÉR, Boróka - Invisible families. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. (2023) 45/209.

BARBOSA, Gabriel dos Santos; ARAÚJO, Alessandra Oliveira de; SOUSA, Tarciana Cardoso de - Serviço social, questão social e questão racial: apontamentos críticos da decolonialidade. Em **Caderno de Anais X Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra** [Em linha]. Juazeiro do Norte, Crato, Ceará: URCA, UFCA, IFCE, 2019 Disponível em WWW:<URL:http://www.urca.br/portal2/wp-

content/uploads/docs/pdf/anais_eventos/X-Artefatos-CNegra-2019-Anais.pdf>. ISBN 978-85-67915-49-4. p. 184–194.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida - “Não extrativismo” epistêmico: desafios à investigação científica crítica. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**. . ISSN 2179-7331. 44 (2018) 229–255. doi: 10.22409/antropolitica2018.0i44.a41818.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida - **De arraial do Bichinho a Vitoriano Veloso: a confeção artesanal das narrativas identitárias de um povoado nas Minas Gerais do Brasil** [Em linha]. Coimbra: 00500:Universidade de Coimbra, 24 mai. 2019 [Consult. 3 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/87647>. doctoralThesis.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida - A subalternidade como condição para a construção de «Mundo». Em RINKE, STEFAN; RIOJAS, CARLOS (Eds.) - **Repensar el «Mundo»: Reflexiones y representaciones globales**. Historamaricana. [Em linha]. Darmstadt: wbg academic, 2022 Disponível em WWW:<URL:https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/34865/9783534275540_OA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. ISBN 978-3-534-27517-5. p. 24–41.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida - Trabajo social y construcción de humanidades decoloniales. Escucha y habla anticoloniales como estrategias de resistencia. **Propuestas Críticas en Trabajo Social-Critical Proposals in Social Work**. ISSN 2735-6620. 5:3 (2023b) 25–44. doi: 10.5354/2735-6620.2023. 64938.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida - Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 2317-6318. 146:2023a) 161–182. doi: 10.1590/0101-6628.308.

BARROCO, Maria Lúcia Silva - Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Revista Temporalis**. [Em linha]17 (2009) 131–142. Disponível em WWW:<URL:https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/archive>. ISSN 2238-1856.

BARROCO, Maria Lúcia Silva - **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5ª reimpressão edição ed. São Paulo, Brasil: Cortez, 2010. ISBN 978-85-249-0813-2.

BARTOLOVICH, Crystal; LAZARUS, Neil - **Marxism, Modernity and Postcolonial Studies**. Cultural Margins. [Em linha]. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002 [Consult. 7 jul. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=e000xww&AN=112661&site=ehost-live&scope=site>. ISBN 978-0-521-81367-9.

BAUDRILLARD, Jean - **In the Shadow of the Silent Majorities--or the End of the Social: And Other Essays**. [S.l.]: Semiotext(e), 1983. ISBN 978-0-936756-00-4.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George - **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. [S.l.]: Editora Vozes Limitada, 2017. ISBN 978-85-326-5619-3.

BAUMAN, Zygmunt - **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor, 1998. ISBN 978-85-378-0856-6.

BAUMAN, Zygmunt - **Globalização: As consequências humanas**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 1999. ISBN 978-85-7110-495-2.

BAUMAN, Zygmunt - **Towards a Critical Sociology (Routledge Revivals): An Essay on Commonsense and Imagination**. [S.l.]: Routledge, 2010. ISBN 978-1-136-99942-0.

BAUMAN, Zygmunt - **Modernidade líquida**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2021. ISBN 9786559790005.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo - **Estado de crise** -. Brasil: Zahar, 2016 [Consult. 17 jun. 2023]. . ISBN 978-85-378-1511-3.

BECKER, Howard S. - **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro, Brasil : Zahar, 2007. ISBN 978-85-378-0046-1.

BEVERLEY, Audrey; WORSLEY, Aidan - **Learning and Teaching in Social Work Practice**. New York: Macmillan International Higher Education, 2007. ISBN 978-1-137-06568-1.

BEVERLEY, John - **Subalternidad y representación: debates en teoría cultural**. Colección Nexos y diferencias. Estudios de la Cultura de América Latina. [Em linha]. Espanã/Madrid: Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main : Vervuert, 2004. Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.31819/9783865278111>>. ISBN 3-86527-128-6.

BHABHA, Homi - A questão do «outro». Diferença, discriminação e discurso do colonialismo. Em HOLLANDA, HELOISA BUARQUE DE (Ed.) - **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro, Brasil: Rocco, 1991. ISBN 85-325-0082-X. p. 177–203.

BHABHA, Homi K. - **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte, Brasil: Ed. UFMG, 1998. ISBN 978-85-7041-156-3.

BIDASECA, Karina - **Perturbando el texto colonial: los estudios (pos)coloniales en América Latina**. Buenos Aires, Argentina: Editorial SB, 2010. ISBN 978-987-1256-70-9.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; YAZBEK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariangela Belfiore (EDS.) - **Desigualdade e a questão social**. 4ª ed. São Paulo, Brasil: EDUC, 2008. ISBN 978-85-283-0378-0.

BOLOGNA DECLARATION - **The European Higher Education Area. Joint Declaration of the European Ministers of Education Convened in Bologna at the 19th jun** [Em linha] [Consult. 18 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:<https://education.ec.europa.eu/education-levels/higher-education/inclusive-and-connected-higher-education/bologna-process>>.

BOURDIEU, Pierre - **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil, 1998. ISBN 978-85-286-9963-0.

BRANCO, Francisco - Assistentes sociais e profissões sociais em Portugal: notas sobre um itinerário de pesquisa. **Locus Soci@l - Revista de Serviço Social, Política Social e Sociedade**. 2:2009) 07–19. doi: <https://doi.org/10.34632/locussocial.2009.n2>.

BRANCO, Francisco; AMARO, Inês - As práticas do «Serviço Social activo» no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 2317-6318. 2011) 656–679. doi: 10.1590/S0101-66282011000400005.

BRAUDEL, Fernand - História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**. ISSN 2316-9141. 30:62 (1965) 261–294. doi: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422.

BRAUDEL, Fernand - História e ciências sociais: a longa duração. Em **Escritos sobre a história**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992b. ISBN 978-85-273-0334-7. p. cap. 3, 41-78.

BRAUDEL, Fernand - **Escritos sobre a história**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992a. ISBN 978-85-273-0334-7.

BRITO, Jamile Santos; BRITO, Angela Ernestina Cardoso de; OLIVEIRA, Zildeni Martins De - A pesquisa como prática de educação decolonial, 2021. [Consult. 23 set. 2022]. Disponível em WWW:<URL:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_490_490612d8e9118abb.pdf>.

CABRAL, Amílcar; RABAKA, Reiland; WOOD, Dan - **Resistance and Decolonization**. Maryland. EUA: Rowman & Littlefield Publishers, 2016

CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (EDS.) - **Para além do pós(-)colonial** [Em linha]. 1. ed. São Paulo, Brasil: Alameda, 2018 [Consult. 27 set. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.academia.edu/35977048/Para_al%C3%A9m_do_p%C3%B3s_colonial>. ISBN 18-47100.

CAMPANA, Melisa; HERMIDA, Maria - The incidence of the affective turn on Social Work academic training in Argentina. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023) 43/209.

CAMPANINI, Annamaria - O Serviço Social na Itália: problemas e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 2317-6318. 2011) 639–655. doi: 10.1590/S0101-66282011000400004.

CANCLINI, Nestor García - **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo, Brasil: Edusp, 2011. ISBN 978-85-314-0382-8.

CARNEIRO, Sueli - **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero** [Em linha], atual. 6 mar. 2011. [Consult. 20 dez. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>.

CARVALHO, Joice - Campo, raça e classe: um tema para o serviço social. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

CARVALHO, Maria *et al.* - O sistema de ensino em Serviço Social Pós Bolonha. Uma visão crítica. **Serviço Social em Revista**. 15:2 (2013) 197–220. doi: 10.5433/1679-4842.2013v15n2p197.

CARVALHO, Maria Irene *et al.* - O sistema de ensino em Serviço Social Pós Bolonha. Uma visão crítica. **Serviço Social em Revista**. ISSN 1679-4842. 15:2 (2013) 197–220. doi: 10.5433/1679-4842.2013v15n2p197.

CARVALHO, Maria Irene; PINTO, Carla - Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal*. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 0101-6628, 2317-6318. 2015) 66–94. doi: 10.1590/0101-6628.014.

CASANOVA, Pablo Gonzáles - Colonialismo Interno [una redefinición]. Em BORÓN, ATILIO *et al.* (Eds.) - **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas** Colección Campus virtual de CLACSO. Buenos Aires: Clacso, 2006. ISBN 987-1183-52-6. p. 409–434.

CASTELLS, Manuel - **Rupture: The Crisis of Liberal Democracy**. UK: Polity Press, 2019. ISBN 978-1-5095-3199-8.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago - **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. [S.l.: CLACSO, 2000. ISBN 978-950-9231-51-1.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (EDS.) - **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Biblioteca universitaria. Bogotá, D.C: Siglo del Hombre Editores: Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, IESCO-UC: Pontificia Universidad Javeriana, Instituto de Estudios Sociales y Culturales, Pensar, 2007. ISBN 978-958-665-096-0.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (EDS.) - **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** [Em linha]. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/147.pdf>>. ISBN 978-958-665-096-0.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo - **Teorías sin disciplina, Latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. Cidade do México: Porrúa, 1998. ISBN 978-968-842-809-2.

Catherine Walsh: Me pienso como una intelectual militante -: Revista Cultural Subterráneos.México, 10 out. 2024. [Consult. 11 out. 2024]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.youtube.com/watch?v=3vRkmXwtJX4>>.

CÉSAIRE, Aimé - **Discursos sobre el colonialismo**. Madrid: Ediciones AKAL, 2006. ISBN 978-84-460-2167-4.

CHAKRABARTY, Dipesh - **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference - New Edition**. [S.l.]: Princeton University Press, 2009. ISBN 978-1-4008-2865-4.

CHATTERJEE, Partha - **La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos**. [S.l.]: CLACSO, 2006. ISBN 978-9972-51-165-3.

CLIFFORD, James - Notes on /Fieldnotes. Em SANJEK, ROGER (Ed.) - **Fieldnotes: The Makings of Anthropology**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2019. ISBN 978-1-5017-1195-4. p. 47–71.

COELHO, Kathiuscia Freitas; GUEDES, Olegna de Souza - O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 2317-6318. 2021) 549–567. doi: 10.1590/0101-6628.264.

COLLINS, Patrícia Hill - Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. ISSN 1980-5462. 31:1 (2016) 99–127.

COLLINS, Patricia Hill - **Intersectionality as Critical Social Theory**. Durhan: Duke University Press, 2019. ISBN 978-1-4780-0646-6.

COLLINS, Patrícia Hill - **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1ª edição ed. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2019. ISBN 978-85-7559-707-1.

COLLINS, Patrícia Hill - **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2022. ISBN 9786557171387.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma - **Intersectionality**. 2. ed. [S.l.]: Polity Press, 2020. ISBN 978-1-5095-3969-7.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma - **Interseccionalidade**. 1ª ed. São Paulo, Brasil: Boitempo Editorial, 2021. ISBN 9786557170229.

CONNOR, Steven - **Cultura pós-moderna: Introdução às teorias do contemporâneo**. 6ª edição ed. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1992. ISBN 978-85-15-00696-0.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CEFESS) - **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. Brasília, DF: CEFESS, 2011

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (ED.) - **Projeto Ético Político e exercício Profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro, Brasil: CRESS/RJ, 2013. ISBN 978-85-60593-04-0.

COSTA, Camila Furlan Da; SILVA, Sueli Maria Goulart - Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**. ISSN 1980-4164, 1413-2311. 25:2019) 6–35. doi: 10.1590/1413-2311.251.89569.

COSTA, Sérgio - Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ISSN 0102-6909, 0102-6909, 1806-9053. 21:2006) 117–134. doi: 10.1590/S0102-69092006000100007.

COSTA, Sérgio - **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2006. ISBN 978-85-7041-542-4.

COUTO, Felipe Fróes; CARRIERI, Alexandre De Pádua - Enrique Dussel e a Filosofia da Libertação nos Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**. ISSN 1679-3951. 16:4 (2018) 631–641. doi: 10.1590/1679-395169213.

CRENSHAW, Kimberlé - **On Intersectionality: Essential Writings**. [S.l.]: The New Press, 2023. ISBN 978-1-62097-271-7.

CURIEL, Ochy - Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **rth |**. ISSN 2175-5892. 22:2 (2019) 231–245.

CURIEL, Ochy - Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. Em MELO, PAULA BALDUINO DE *et al.* (Eds.) - **Descolonizar o feminismo VII** Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça do Instituto Federal de Brasília. Brasília - DF: IFB, 2019a. ISBN 978-85-64124-75-2. p. 32–51.

DAVIS, Angela - **Mulheres, raça e classe**. 1ª edição ed. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2016. ISBN 978-85-7559-503-9.

DELACROIX, Christian - A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**. ISSN 2175-1803. 10:23 (2018) 39–79.

DELFINO, Cristiane - Violência obstétrica e as lutas das mulheres: explicitando questões de gênero e racial. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

DERRIDA, Jacques - A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. Em COELHO, EDUARDO PRADO (Ed.) - **Estruturalismo-antologia de textos teóricos**. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 1967. p. 101–123.

DERRIDA, Jacques - **Writing and Difference**. Chicago: University of Chicago Press, 2021. ISBN 978-0-226-81607-4.

DIAS, Aline - A intersecção de gênero, raça e classe e as implicações para as mulheres negras. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano, já dizia Lélia Gonzalez. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

DIJK, Teun A. VAN - Discurso de las élites y racismo institucional. Em BASTIDA, MANUEL LARIO (Ed.) - **Medios de comunicación e inmigración** [Em linha]. 1. ed. Murcia: Convivir sin racismo, 2006. ISBN 84-690-2122-2. p. 1–15.

DOMBKOWITSCH, Luciana Alves; COSTA, Cesar Augusto Soares da - Estado de proteção social ou Estado global de violências? Descolonizar e despatriarcalizar as políticas de proteção social. **Captura Crítica: direito, política, atualidade**. ISSN 1984-6096. 2023) 01–18.

DU BOIS, W. E. B. - **The Souls of Black Folk** [Em linha]. New York: Oxford University Press, 2007. Disponível em WWW:<URL:https://libcom.org/files/DuBois.pdf>. ISBN 978-0-19-160490-4.

DUARTE, Rubens De Siqueira; COSTA, Hugo Bras Martins - Sul Global versus Sul Geopolítico: um debate quanto à pertinência analítica dos conceitos. **Austral: Revista Brasileira de Estratégias e Relações Internacionais**. ISSN 2238-6912. 12:24 (2023) 13–36.

DUSSEL, Enrique - **1492 - El Encubrimiento del Otro. Hacia el origen del «mito de la Modernidad»**. Colección Academia. [Em linha]. La Paz, Bolívia: Plural Ediciones, 1994 [Consult. 25 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20111218114130/1942.pdf>. ISBN 9798709358201.

DUSSEL, Enrique - Europa, modernidad y eurocentrismo. Em LANDER, EDGARDO (Ed.) - **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas** [Em linha]. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em WWW:<URL:https://www.tni.org/files/download/La%20colonialidad%20del%20saber.%20Eurocentrismo%20y%20ciencias%20sociales.pdf?fbclid=IwAR1rVptXGzltCRUCHLdPHT8NeOoJRxg...>. ISBN 950-9231-51-7. p. 41–55.

DUSSEL, Enrique - **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée de Brower, 2001

DUSSEL, Enrique - **Filosofía de la liberación**. 4. ed. [S.l.]: Fondo de Cultura Económica, 2011. ISBN 978-607-16-0534-4.

DUSSEL, Enrique - **1492 - El encubrimiento del otro: (Hacia el origen del «mito de la modernidad»)**. [S.l.]: Independently Published, 2021. ISBN 9798709358201.

ECSWE 2023 - [Em linha], atual. 2023. [Consult. 2 jan. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://ecswe2023.eventqualia.net/en/home/abstracts/>.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; YAZBEK, Maria Carmelita; SANTOS, Cláudia Mônica dos - Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980 | Social contestation movements in Ibero-European and North American Social Work from 1960 to 1980. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**. ISSN 2238-3786. 15:40 (2017). doi: 10.12957/rep.2017.32744.

ELENA-LORENI, Baciú; THEOFILD-ANDREI, Lazar - Reading Beyond the Label: Implications of the Critical Race Theory for the Social Work Practice with Roma Persons.

Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures. 2023) 47/209.

ELPIDIO, Maria Helena - Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Revista Katálysis**. ISSN 1982-0259. 23:2020) 519–527. doi: 10.1590/1982-02592020v23n3p519.

ESCOBAR, Arturo - **El final del salvaje. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología - CEREC, 1999. ISBN 958-8101-03-4.

ESCOBAR, Arturo - Mundos y conocimiento de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericana. **Tabula Rasa**. ISSN 1794-2489. 1 (2003) 51–86.

ESCOBAR, Arturo - «Mundos y conocimientos de otro modo». El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**. ISSN 1794-2489. 1 (2003) 51–86. doi: DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.188>.

ESCOBAR, Arturo; ACOSTA, Alberto (EDS.) - **Pluriverso: Un diccionario del posdesarrollo**. Quito, Ecuador: Editorial Abya - Yala, 2019. ISBN 978-9942-09-653-1.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. - **Cartografias de Estudos Culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora, 2010. ISBN 978-85-86583-97-1.

ESS-UFF - **Escola de Serviço Social. Histórico** [Em linha], atual. 2023. [Consult. 20 dez. 2023]. Disponível em WWW:<[URL:http://www.ess.uff.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=38](http://www.ess.uff.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=38)>.

EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales - Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 2317-6318, 0101-6628. 140 (2021) 84–100. doi: 10.1590/0101-6628.239.

FALS-BORDA, Orlando - **El problema de como investigar la realidad para transformarla por la praxis**. 2. ed. [S.l.]: Ediciones Tercer Mundo, 1979

FANON, Frantz - **Piel negra, máscaras blancas**. Cuestiones de antagonismo. Madrid: Ediciones AKAL, 2009. ISBN 978-84-460-3985-3.

FANON, Frantz - **Los Condenados de la Tierra**. Colección Popular. 4. ed. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2018. ISBN 607-16-5680-X.

FARIA, Sandra de; MARTINS, Alcina; MIGUEL, Walderez Loureiro (EDS.) - **Formação em serviço social: história, memória e projetos Goiás/Brasil e Coimbra/Portugal**. Goiânia: PUC Goiás, 2020. ISBN 9786599292248.

FARIA, Sandra de; MARTINS, Alcina; MIGUEL, Walderez Loureiro - **Formação em Serviço Social: história, memória e projetos. Goiás/Brasil e Coimbra/Portugal**. Goiás: PUC Goiás, 2021

FERGUSON, Iain - **Reclaiming Social Work: Challenging Neo-liberalism and Promoting Social Justice**. [S.l.]: SAGE, 2007. ISBN 978-1-84920-233-6.

FERGUSON, Iain - «Um Outro Serviço Social é Possível» Reivindicando a Tradição Radical". **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**. ISSN 2238-3786. 0:27 (2011) 35–54. doi: 10.12957/rep.2011.2497.

FERNANDES, Florestan - **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980. ISBN mignolo.

FLORÊNCIO, Fernando - Diálogos entre textos e contextos etnográficos. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**. ISSN 0873-6561. 16:3 (2012) 619–624. doi: 10.4000/etnografica.2136.

FOUCAULT, Michel - **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. ISBN 978-85-326-0508-5.

FOUCAULT, Michel - **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. 10ª edição ed. São Paulo, Brasil: Martins Fontes - selo Martins, 2016. ISBN 978-85-8063-264-4.

FOUCAULT, Michel - **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. [S.l.]: Penguin UK, 2019. ISBN 978-0-14-199133-7.

FOUCAULT, Michel - **Microfísica do poder**. 13ª ed. [S.l.]: Paz & Terra, 2021. ISBN 978-987-629-952-7.

FREIRE, Paulo - **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, Brasil: UNESP, 2000. ISBN 85713929121.

FREIRE, Paulo - **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. ISBN 978-85-7753-227-8.

FREIRE, Paulo - **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 2019. ISBN 978-85-7753-418-0.

FREITAS, Ana Sofia Trindade - Who are they and why do we not see or hear them? - We're not all there yet! An investigation into women with addictive behaviors and addictions and the role of the community. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023. 4/209.

FREITAS, Rita *et al.* - História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres | History of Social Work – Recuperating a history of women. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**. ISSN 2238-3786. 16:42 (2018). doi: 10.12957/rep.2018.39427.

FREITAS, Rita de Cássia Santos - Escolas de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. **Serviço Social & Sociedade**. 97 (2009).

FROST, Elizabeth; FREITAS, Maria José; CAMPANINI, Anamaria (EDS.) - **Social Work Education in Europe** [Em linha]. Roma: Carocci editore, 2007 [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em WWW:<[URL:http://www.eusw.unipr.it/documenti/social_work_education_in_europe.pdf](http://www.eusw.unipr.it/documenti/social_work_education_in_europe.pdf)>. ISBN 978-88-430-4265-4.

GESTEL, Veerle - Practice what you preach: how to build an inclusive Social Work curriculum by enhancing the sense of belonging for students and lecturers. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023. 20/209.

GIDDENS, Anthony - **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990. ISBN 978-0-7456-0923-2.

GIDDENS, Anthony - **As consequências da modernidade**. São Paulo, Brasil: UNESP, 1991. ISBN 978-85-7139-022-5.

GOLDMAN, Marcio - Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**. ISSN 0873-6561. 10:1 (2006) 161–173.

GOLDSTEIN, Daniel M. - Decolonialising ‘actually existing neoliberalism’. **Social Anthropology**. ISSN 1469-8676. 20:3 (2012) 304–309. doi: 10.1111/j.1469-8676.2012.00206.x.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, Esperanza *et al.* - **Diversidades, saberes y Trabajo Social en perspectiva intercultural y decolonial**. Medellín: Pulso & Letra Editores, 2014. ISBN 978-958-58091-9-2.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, Esperanza - Implicaciones para un Trabajo Social intercultural crítico y decolonial latinoamericano y caribeño. Em HERMIDA, MARÍA EUGENIA; MESCHINI, PAULA ANDREA (Eds.) - **Trabajo social y decolonialidad. Epistemologías insurgentes para la investigación en lo social** [Em linha]. Mar del Plata/Argentina: EUDEM. Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017 [Consult. 7 dez. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000074.pdf>. p. 121–154.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, Esperanza - **¿Por qué Trabajo Social Intercultural y Decolonial?** [Em linha], atual. 2018a. [Consult. 8 dez. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://www.celats.org/noticias/11-noticias/46-por-que-trabajo-social-intercultural-y-decolonial>.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, Esperanza; SÁNCHEZ, Marisol Patiño - Decolonialidad en lo Social. Apuntes desde Trabajo Social. **ConCienciaSocial**. ISSN 2591-5339. 2:3 (2018b) 140–155.

GONZALEZ, Lélia - **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. ISBN 978-85-378-1889-3.

GRANJA, Berta Pereira - **Assistente Social - Identidade e Saber** [Em linha]. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2008 [Consult. 15 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7188/2/ASSISTENTE%20SOCIAL%208211%20IDENTIDADE%20E%20SABER.pdf>. Tese de Doutoramento em Ciências do Serviço Social.

GROSFOGUEL, Ramón - Colonial Difference, Geopolitics of Knowledge, and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System. **Review (Fernand Braudel Center)**. ISSN 0147-9032. 25:3 (2002) 203–224.

GROSFOGUEL, Ramón - La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**. ISSN 1794-2489, 2011-2742. 4 (2006) 17–46. doi: DOI: https://doi.org/10.25058/20112742.245.

GROSFOGUEL, Ramón - Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriuniversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. Em CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO & MENDIETA; GROSFOGUEL, RAMÓN (Eds.) - **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá D.C., Colombia: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. ISBN 978-958-665-096-0. p. 63–78.

GROSFOGUEL, Ramón - Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade

global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. ISSN 0254-1106. 80 (2008) 115–147. doi: 10.4000/rccs.697.

GROSFOGUEL, Ramón - Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Periferia**. ISSN 1984-9540. 1:2 (2009) 43–91. doi: 10.12957/periferia.2009.3428.

GROSFOGUEL, Ramón - El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? **Tabula Rasa**. . ISSN 2011-2742. 16 (2012) 79–102. doi: DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.112>.

GROSFOGUEL, Ramón - Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. **Tabula Rasa - Bogotá, Colombia**. ISSN 1980-5462. 19:2013) 31–58. doi: <https://doi.org/10.25058/20112742.153>.

GROSFOGUEL, Ramón - Del «extractivismo económico» al «extractivismo epistémico» y «extractivismo ontológico»: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**. ISSN 1794-2489, 2011-2742. 24 (2016) 123–143. doi: DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.60>.

GROSFOGUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter D. - Intervenciones decoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**. ISSN 1794-2489 / E-ISSN 2011-2742. 9 (2008) 29–37. doi: DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.337elias>.

GROSSI, Patrícia; COGOY, Eliana - Comunidades quilombolas e racismo estrutural: vivências de mulheres quilombolas de diferentes gerações. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

GROSSI, Patricia Krieger; OLIVEIRA, Simone Barros de; OLIVEIRA, Jairo da Luz - Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas**. ISSN 2178-2865. 22:2018) 929–948. doi: 10.18764/2178-2865.v22nEp929-948.

GUADALUPE, Sónia - **Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social, 2ª Ed.** [S.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2009. ISBN 978-989-26-0865-5.

GUERRA, Yolanda *et al.* - Elementos para o debate contemporâneo da «questão social»: a importância de seus fundamentos. **Revista de Políticas Públicas**. ISSN 0104-8740. 11:2 (2007) 237–254.

GUERRA, Yolanda *et al.* - O debate contemporâneo da «questão social». Em **III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Questão Social e Desenvolvimento no século XXI**. São Luís - Maranhão: UFMA, 28 ago. 2007

GUHA, Ranajit; GUHA, Research School Of Pacific Studies Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty - **Selected Subaltern Studies**. [S.l.]: OUP USA, 1988. ISBN 978-0-19-505289-3.

GUPTA, Akhil - Une théorie sans limite. Em **La situation postcoloniale**. Références. Paris: Presses de Sciences Po, 2007 [Consult. 27 set. 2023]. ISBN 978-2-7246-1040-6. p. 218–222.

HABERMAS, Jürgen - **The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures**. Cambridg: Polity Press, 1987. ISBN 978-0-7456-0360-5.

HABERMAS, Jürgen - **Conhecimento e interesse**. São Paulo, Brasil: Ed. Unesp, 2014. ISBN 978-85-393-0530-8.

HALL, Stuart - **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: DP&A Editora, 2001. ISBN 85-7490-115-8.

HALL, Stuart - **Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales** [Em linha]. 2. ed. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca y Editorial Envión, 2014 [Consult. 25 out. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.academia.edu/38425966/Sin_garant%C3%ADas_trayectoria_s_y_problem%C3%A1ticas_en_estudios_culturales_2da_edici%C3%B3n_>. ISBN 978-958-732-148-7.

HALL, Stuart - El espectáculo del «Otro». Em RESTREPO, EDUARDO; VICH, VÍCTOR MIGUEL; WALSH, CATHERINE (Eds.) - **Sin garantías. trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. 2. ed. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca y Editorial Envión, 2014. ISBN 978-958-732-148-7. p. 459–489.

HALL, Stuart; SOTO SULCA, Ricardo - Occidente y el Resto: discurso y poder. Em **Discurso y poder en Stuart Hall**. Universidad Nacional del Centro de Peru ed. Huancayo: [s.n.]. p. 49–113.

HARTOG, François - **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora, 2013. ISBN 978-85-65381-46-8.

HARVEY, David - **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 16ª ed. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2007. ISBN 978-85-15-00679-3.

HERMIDA, María Eugenia; MESCHINI, Paula Andrea (EDS.) - **Trabajo Social y Decolonialidad. Epistemologías insurgentes para la intervención en lo social** [Em linha]. Mar del Plata/Argentina: EUDEM. Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017 [Consult. 6 dez. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000074.pdf>.

HERNÁNDEZ, Esperanza Gómez - **¿Por qué Trabajo Social Intercultural y Decolonial?** [Em linha] [Consult. 6 dez. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://www.celats.org/11-noticias/46-por-que-trabajo-social-intercultural-y-decolonial>.

HOBSBAWM, Eric - **Era dos extremos**. 1ª edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. ISBN 978-85-7164-468-7.

HOLTGREVE, Sandra - Haunting a ghost – Tracing the colonial turn in social work education. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023. 37/209.

hooks, Bell - **Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black**. Boston: South End Press, 1989. ISBN 978-0-921284-09-3.

hooks, Bell - Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**. ISSN 1806-9584. 3:2 (1995) 464–478. doi: 10.1590/%x.

IAMAMOTO, Marilda Villela - A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. ISSN ISBN 8585610204. II:3 (2001) 09–32.

IAMAMOTO, Marilda Villela - **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2004

IAMAMOTO, Marilda Villela - As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Em MOTA, ELISABETE [ET AL] (Ed.) - **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional (online)**. São Paulo, Brasil: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social & Organização Pan-American da Saúde, 2006. p. 1–37.

IAMAMOTO, Marilda Villela - **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Cortez, 2011

IAMAMOTO, Marilda Villela - **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão** [Em linha]. Brasília, DF: CFESS, 2012 Disponível em WWW:<URL:https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/estagio-em-servico-social-i-e-ii/bibliografia/texto-2abepss>.

IAMAMOTO, Marilda Villela - A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628. 120 (2014) 608–639. doi: 10.1590/0101-6628.001.

IAMAMOTO, Marilda Villela - “Questão social” no Brasil: relações sociais e desigualdades. **ConCienciaSocial**. ISSN 2591-5339. 2:3 (2018) 27–44.

IAMAMOTO, Marilda Villela - **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 1ª ed. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2021. ISBN 9786555551747.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica Dos - **A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. [S.l.]: Cortez Editora, 2021. ISBN 9786555550634.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos; EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra - Social work in Latin America: historical factors, memory and international connections. **Critical and Radical Social Work**. 9:1 (2021) 5–14. doi: 10.1332/204986021X16115145109789.

IASSW/AIETS - **Updated Global Standards For Social Work Education And Training** [Em linha], atual. 2005. [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.iassw-aiets.org/global-standards-for-social-work-education-and-training/>.

IdUFF - Sistema de identificação única da Universidade Federal Fluminense - [Em linha], atual. 2024. [Consult. 26 jul. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff>.

IMPERATORI, Thaís Kristosch *et al.* - O perfil dos egressos do PET/SER-UnB: reflexões sobre questões sociais, de raça e gênero na Universidade. **Anais do XVII CBAS: “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

JACKSON LIMA SILVA, Joelcio; CRISTIANE SASSO DE LIMA, Telma; ALEXANDRE BORGES MARQUE, Elidio - Filosofia da práxis, pós-colonialismo e serviço social no estudo da América Latina. **O SOCIAL EM QUESTÃO**. ISSN 2238-9091. 3:51 (2021) 187–212. doi: 10.17771/PUCRio.OSQ.54040.

JAMESON, Fredric - Pós-modernidade e sociedade de consumo. **Novos Estudos CEBRAP**. [Em linha] 2:12 (1985) 16–26. [Consult. 21 set. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://novosestudios.com.br/produto/edicao-12/#gsc.tab=0>. ISSN 0101-3300.

JAMESON, Fredric - **Posmodernismo: la lógica cultural del capitalismo avanzado**. Buenos Aires, Argentina: La Marca Editora, 2012. ISBN 978-950-889-234-8.

JUNIOR, Moacir; MARTINS, Mireile - Raça, classe e gênero: contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para o serviço social brasileiro. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

KAMEYAMA, Nobuco - A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. Disponível em WWW:<URL:<<https://ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>>.>

KILOMBA, Grada - **“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Dói sempre, por vezes infeta, e outras vezes sangra”** [Em linha], atual. 2019. [Consult. 24 out. 2023]. Disponível em WWW:<URL:<[netto](https://www.netto.net)>.>

KILOMBA, Grada - **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Cobogó, 2020. ISBN 9786556910000.

KRENAK, Ailton - **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019. ISBN 978-85-545-1420-4.

LACAN, Jacques - **Outros escritos**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2003. ISBN 978-85-7110-751-9.

LACLAU, Ernesto - **New Reflections on the Revolution of Our Time**. New York/London: Verso Books, 1990. ISBN 978-0-86091-919-3.

LACLAU, Ernesto - **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro, Brasil: EdUERJ, 2011. ISBN 978-85-7511-199-4.

LANDER, Edgardo - **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. 2. ed. Buenos Aires, Argentina: Facultad de Ciencias Economicas y Sociales (FACES-UCV), Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC), 2011. ISBN 978-987-1599-49-3.

LAREDO, Erika - Surviving not Thriving: The importance of anti-racist pedagogy. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023. 4/41.

LEMONS, F. - Entrevista com Joan Scott. **Mandrágora**. ISSN 21760985. 19:19 (2013) 161–164. doi: 10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p161-164.

LIMA, Líciele - Um debate para além de classe: a categoria raça para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

LISHMAN, Joyce (ED.) - **Social work education and training** Research highlights in social work. . London: Philadelphia, PA : Jessica Kingsley Publishers, 2012. ISBN 978-1-84905-076-0.

LLOBET ESTANY, Marta; CORTÉS IZQUIERDO, Ferran; ALEMANY MONLEÓN, Rosa María - Proyecto de investigación/acción en trabajo social comunitario: la construcción de prácticas participativas. **Portularia: Revista de Trabajo Social**. ISSN 1578-0236. 4 (2004) 445–454.

LOLE, Ana - Gênero e Formação Profissional em Serviço Social. **O Social em Questão**. ISSN 1415-1804. 22:45 (2019) 327–348.

LÓPEZ DE CABALLOS, Paloma - **Un método para la investigación-acción participativa**. Madrid: Popular, 1989

LÓPEZ, Esther Rodríguez - Trabajo social: una historia global. **Tendencias y Retos**. [Em linha] 20:1 (2015) 213–215. [Consult. 30 ago. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://ciencia.lasalle.edu.co/cgi/viewcontent.cgi?article=1275&context=te>. ISSN 01229729.

LORENZ, Walter - **Towards a European Paradigm of Social Work: Studies in the History of Modes of Social Work and Social Policy in Europe**. Germany: Verlag nicht ermittelbar, 2005

LOURENÇO, Mariana Hendges - **Interseccionalidade e o Serviço Social: Reflexões acerca da utilização do método** [Em linha]. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 26 jan. 2023 [Consult. 24 jul. 2024]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ufsm.br/handle/1/28642>. TCC - Serviço Social.

LOURENÇO, Marina; DURIGUETTO, Maria - Classe, relação social de sexo e questão étnico-racial: aproximações ao debate da consubstancialidade. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

LUGONES, María - Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. ISSN 2011-2742. 09 (2008) 73–101.

LUGONES, María - Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. ISSN 0104-026X, 0104-026X, 1806-9584. 22:2014) 935–952. doi: 10.1590/S0104-026X2014000300013.

LYOTARD, Jean-François - **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro, Brasil: José Olympio, 2021. ISBN 9786558470229.

MACHADO, Ricardo; NUNES, Nilza - Pessoas LGBTQIA+ em situação de rua: reflexões a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

MALDONADO-TORRES, Nelson - Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. Em CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO; GROSFUGUEL, RAMÓN (Eds.) - **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Encuentros. [Em linha]. Bogotá : Siglo del Hombre Editores, 2007 Disponível em WWW:<URL:http://www.ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>. ISBN 978-958-665-096-0. p. 127–168.

MALDONADO-TORRES, Nelson - A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. ISSN 0254-1106. 80 (2008) 71–114. doi: 10.4000/rccs.695.

MALDONADO-TORRES, Nelson - La descolonización y el giro des-colonial. **Tábula Rasa**. ISSN 1794-2489. 9 (2008) 61–72.

MALDONADO-TORRES, Nelson - Outline of Ten Theses on Coloniality and Decoloniality. Frantz Fanon Foundation, 2016. [Consult. 16 out. 2023]. Disponível em WWW:<URL:http://fondation-frantzfanon.com/outline-of-ten-theses-on-coloniality-and-decoloniality/>.

MALDONADO-TORRES, Nelson - Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. Em BERNARDINO-COSTA, JOAZE; MALDONADO-TORRES, NELSON; GROSGOUEL, RAMÓN (Eds.) - **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica, 2018. ISBN 85-513-0338-4. p. 27–53.

MALDONADO-TORRES, Nelson - El Caribe, la colonialidad, y el giro decolonial. **Latin American Research Review**. ISSN 0023-8791, 1542-4278. 55:3 (2020) 560–573. doi: 10.25222/larr.1005.

MALPAS, Simon - **The Postmodern**. London: Routledge, 2004. ISBN 978-0-203-30712-0.

MARCOS, Le Sous-Commandant - **La quatrième guerre mondiale a commencé** [Em linha], atual. 1 ago. 1997. [Consult. 18 ago. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.monde-diplomatique.fr/1997/08/MARCOS/4902>.

MARIÁTEGUI, José Carlos - **7 ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo, Brasil: Editora Alfa-Omega, 2004. ISBN 978-85-295-0188-8.

MARIÁTEGUI, José Carlos - **Do sonho às coisas: retratos subversivos**. 1ª ed. São Paulo, Brasilcabral: Boitempo Editorial, 2005. ISBN 978-85-7559-061-4.

MARINHO, Silvana - Lentes feministas à renovação do marxismo: intercambiando olhares. **Revista Katálisis**. ISSN 1982-0259. 25:2022) 346–355. doi: 10.1590/1982-0259.2022.e82693.

MARTINELLI, Maria Lúcia - Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Revista Serviço Social & Sociedade**. 14:43 (1993) 4.

MARTINELLI, Maria Lúcia - **Serviço social: identidade e alienação**. 14ª ed. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2010

MARTINELLI, Maria Lúcia - A pergunta pela identidade profissional do serviço social: uma matriz de análise. **Serviço Social e Saúde**. ISSN 2446-5992. 12:2 (2013) 145–155. doi: 10.20396/sss.v12i2.8639491.

MARTÍNEZ, Silvana; AGÜERO, Juan - El Trabajo Social Emancipador como aporte a los procesos de decolonialidad. Em HERMIDA, MARIA EUGENIA; MESCHINI, PAULA ANDREA (Eds.) - **Trabajo social y decolonialidad. Epistemologías insurgentes para la investigación en lo social** [Em linha]. Mar del Plata/Argentina: EUDEM. Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017 [Consult. 7 dez. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000074.pdf>. p. 101–119.

MARTINS, Alcina - A escola de Ciência Social de Le Play na Construção do Conhecimento do Serviço Social Português. **Revista Intervenção Social**. 7 (1993) 9–34.

MARTINS, Alcina - **Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999

MARTINS, Alcina - 70 anos de formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia: da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga. **Revista Temporalis**. 9:18 (2009) 21–44.

MARTINS, Alcina - Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**. ISSN 2238-3786. 15:40 (2017). doi: 10.12957/rep.2017.32722.

MARTINS, Alcina Maria Castro - Serviço Social Crítico em tempos de ditadura. Em **I Congresso Nacional de Serviço Social**. Aveiro/Portugal: [s.n.]

MARTINS, Alcina Maria Castro - Neoliberalismo e Serviço Social português: impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho. Em YAZBEK, MARIA CARMELITA; IAMAMOTO, MARILDA VILLELA (Eds.) - **Serviço Social na História. América Latina, África e Europa**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019. ISBN 978-85-249-2757-7. p. 384–408.

MARTINS, Alcina Maria Castro; CARRARA, Virgínia Alves - Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. . ISSN 2238-3786. 2014)

MARTINS, Alcina Maria De Castro *et al.* - **Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise** [Em linha]. Portugal : Papel Social, 2016 [Consult. 4 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://www.editorapapelsocial.com.br/servico-social/servico-social-portugal-brasil-formacao-e-exercicio-em-tempos-de-crise>. ISBN 978-85-65540-34-6.

MARTINS, Alcina; TOMÉ, Maria Rosa - Regressividade no Serviço Social português: impactos de Bolonha e da austeridade na formação e no trabalho. Em ALVES, MARIANA GAIO *et al.* (Eds.) - **A educação na europa de Sul: constrangimentos e desafios em tempos incertos** [Em linha]. Lisboa, Portugal: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016 Disponível em WWW:<URL:https://aps.pt/pt/inicio/?area=302>. ISBN 978-989-678-412-6

MARTINS, Aline de Aquino - **Serviço social, relações de gênero e patriarcado: considerações sobre a identidade feminina de assistentes sociais no Brasil e em Portugal** [Em linha]. Campos - Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2019 [Consult. 15 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://app.uff.br/riuff/handle/1/11509>. Trabalho final de Curso de Serviço Social.

MATOS-SILVEIRA, Rosana *et al.* - Social work, contestatory movements and socio-professional struggles in the Iberian Peninsula in the 1970s. **Critical and Radical Social Work**. 9:1 (2021) 113–128. doi: 10.1332/204986020X16031175754243.

MAYOR, Christine - Training Students for an Intersectional Anti-Racist School Social Work Practice. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023) 32/209.

MBEMBE, Achille - **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Colección Problemas sociales. São Paulo, Brasil: n-1 edições, 2018. ISBN 9786586941319.

MCPHERSON, Jane - Teaching local social work history to promote reckoning with past wrongs and to engage students in the process of repair. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023. 25/209.

MEDINA MARTÍN, Rocío - Feminismos periféricos, feminismos-otros : una genealogía feminista decolonial por reivindicar. **Revista Internacional de Pensamiento Político**. ISSN 1885-589X. 8:2013) 53–79.

MEMMI, Albert - **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira, 2007. ISBN 978-85-200-0770-9.

MENCHÚ, Rigoberta - **El clamor de la tierra. Luchas campesinas en la historia reciente de Guatemala**. España/Madrid: Tercera Prensa, 1992. ISBN 978-84-87303-14-2.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto - **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ª ed. Porto Alegre, Brasil: EDIPUCRS, 2014. ISBN 978-85-397-0478-1.

MESCHINI, Paula Andrea; DAHUL, Maria Luz - La sistematización de la intervención en lo social: aportes del pensamiento descolonial a la producción de conocimiento en Trabajo Social. Em HERMIDA, MARIA EUGENIA; MESCHINI, PAULA ANDREA (Eds.) - **Trabajo social y decolonialidad. Epistemologías insurgentes para la investigación en lo social** [Em linha]. Mar del Plata/Argentina: EUEM. Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017 [Consult. 7 dez. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000074.pdf>>. p. 227–284.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia - Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. ISSN 1519-6089, 1984-7289. 14:2020) 66–80. doi: 10.15448/1984-7289.2014.1.16181

MIGNOLO, Walter - Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. Em CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO & MENDIETA; MENDIETA, EDUARDO (Eds.) - **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. ISBN 968-842-809-4. p. 26–50.

MIGNOLO, Walter - Diferencia Colonial y razón postoccidental. Introducción. Em CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO (Ed.) - **La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina**. Bogotá: Universidad Javeriana. Pensar, Instituto de Estudios Sociales y Culturales, 2000. ISBN 978-958-683-263-2. p. 3–28.

MIGNOLO, Walter - **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. España/Madrid: Gedisa, 2007. ISBN 978-84-9784-094-1.

MIGNOLO, Walter - **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Colección Razón Política. . 1ª ed. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del Signo, 2010. ISBN 978-987-1074-80-8.

MIGNOLO, Walter D. - **Historias locales / diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Ediciones AKAL, 2003. ISBN 978-84-460-1584-0.

MIGNOLO, Walter D. - Os esplendores e as misérias da «ciência»: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. Em SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA (Ed.) - **Conhecimento prudente para uma vida decente: «um discurso sobre as ciências sociais» revisitado**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. ISBN 972-36-0688-7. p. 667–707.

MIGNOLO, Walter D. - «Un paradigma otro»: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. **Dispositio**. ISSN 0734-0591. 25:52 (2005) 127–146.

MIGNOLO, Walter D. - El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. Em WALSH, CATHERINE E.; LINERA, ÁLVARO GARCÍA; MIGNOLO, WALTER D. (Eds.) - **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. 1ª ed. Argentina: Ediciones del Signo, 2006. ISBN 978-987-1074-39-6. p. 12–20.

MIGNOLO, Walter D. - Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ISSN 0102-6909, 1806-9053. 32:94 (2017) 2–18. doi: 10.17666/329402/2017.

MIGNOLO, Walter D. - A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**. ISSN 1646-401X. 48:48 (2020) 187–244.

MIGNOLO, Walter D. - El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. Em CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO; GROSFOGUEL, RAMÓN (Eds.) - **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007b. ISBN 958-665-096-0. p. 25–47.

MIGNOLO, Walter D. - Introduction. Coloniality of power and de-colonial thinking. **Cultural Studies**. [Em linha] 21:2–3 (2007c) 155–167. [Consult. 5 jul. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://doi.org/10.1080/09502380601162498>.

MOIX MARTÍNEZ, Manuel - El Trabajo Social y los Servicios Sociales. Su concepto. **Cuadernos de trabajo social**. ISSN [0214-0314], [0214-0314]. 17:2004) 131–141.

MONTAÑO, Carlos E. - **La naturaleza del servicio social: un ensayo sobre su génesis. su especificidad y su reproducción**. Ensayos. 2ª ed. São Paulo, Brasil : Cortez Editora, 2000. ISBN 85 249 0683 9.

MOORE, Carlos - **O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. Belo Horizonte, Brasil: Nandyala Livros, 2010. ISBN 978-85-61191-34-4.

MOREIRA, Maria; VIEIRA, Monique; OLIVEIRA, Simone - As desigualdades sociais no Brasil: reflexões sobre a intersecção entre gênero, raça e classe social. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. ISSN 2675-1054. 2022).

MOTA NETO, João Colares da - Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. **Folios**. ISSN 0120-2146. 48 (2018) 3–13. doi: 10.17227/folios.48-8131.

MOUGAN RIVERO, Carlos - El valor de los principios: la ética del trabajo social desde el contextualismo pragmatista. **Cuadernos de Trabajo Social**. ISSN 1988-8295, 0214-0314. 32:2 (2019) 289–300. doi: 10.5209/cuts.58757.

MUNANGA, Kabengele - Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Em BRANDÃO, ANDRÉ AUGUSTO P. (Ed.) - **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** [Em linha]. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil: EdUFF, 2004 [Consult. 7 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio.usp.br/item/001413002>. ISBN 85-228-0380-3. p. 15–35.

MUSANGU, Eveline - Decolonizing Social Work. From intercultural communication to an intersectional approach of diverse sensitive training skills. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023. 15/209.

NASCIMENTO, João Paulo Costa do - **Abordagens do pós-moderno em música: a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo** [Em linha]. [S.l.]: Editora UNESP, 2011 [Consult. 24 jul. 2024]. Disponível em WWW:<URL:http://books.scielo.org/id/gf5mh>. ISBN 978-85-7983-098-3.

NEGREIROS, Maria Augusta - "Licenciatura em Serviço Social: principais elementos de um processo. **Lusíada. Intervenção Social**. 5–6 (1991) 101–110.

NEGREIROS, Maria Augusta - **Serviço Social uma profissão em movimento. A dinâmica acadêmico-profissional no Portugal pós-74**. São Paulo, Brasil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999 Tese de Doutorado em Serviço Social.

NETTO, José Paulo - Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. 50:1996).

NETTO, José Paulo - Cinco Notas a Propósito da «Questão Social». **Temporalis**. ISSN ISBN 85-85610-20-4. II:3 (2001) 41–50.

NETTO, José Paulo - Cinco notas a propósito de la “cuestión social”. Em BORGIANNI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (Eds.) - **Servicio social crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. San Pablo: Cortez Editora, 2003. p. 55–69.

NETTO, José Paulo - A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Em **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. [S.l.]: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social & Organização Pan-Americana da Saúde, 2006.

NETTO, José Paulo - Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**. ISSN 1414-8609. Dossiê Serviço Social na América Latina:19 (2007) 135–170. doi: <https://doi.org/10.12957/rep>.

NETTO, José Paulo - O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. **Intervenção social - ISSN 0874-1611**. 42–45:2015. 229–242. doi: 10.34628/08h8-th36.

NETTO, José Paulo - Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. Em SILVA, MARIA LIDUÍNA DE OLIVEIRA E (Ed.) - **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2017. ISBN 978-85-249-2572-6. p. Capítulo 1.

NETTO, José Paulo - **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª edição ed. [S.l.]: Cortez, 2018. ISBN 978-85-249-2318-0.

NETTO, José Paulo - **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª edição ed. São Paulo, SP: Cortez, 2018. ISBN 978-85-249-0394-6.

NETTO, José Paulo - **Marx, nosso contemporâneo**

NICOLESCU, Basarab - **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo, Brasil: TIROM, 1999. ISBN 978-85-85464-22-6.

NOGUEIRA, Renato - Dos condenados da terra à necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. **Revista Latinoamericana do colégio internacional de filosofia**. ISSN 0719-8310. 3:2016) 59–75.

OLIVEIRA, Cintia Caroline de; VALENTIM, Silvani - A importância da interseccionalidade no trabalho do serviço social na educação profissional e tecnológica. **Serviço Social & Realidade**. ISSN 2176-0896. 32:Fluxo contínuo (2023) 173–190.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de; PINTO, Elisabete Aparecida; ALVES, Rita de Cássia Pereira - Na carona do marxismo: o Serviço Social e a questão étnico-racial vistos pela perspectiva marxista. **Serviço Social em Perspectiva**. ISSN 2527-1849. 1:1 (2017) 83–102.

OLIVEIRA, Sandy Cerise Nascimento de - **O papel do Serviço Social na Política de Assistência a Povos Indígenas** [Em linha]. Natal: UFRN, 7 fev. 2022 [Consult. 21 set. 2022]. Disponível em

WWW:<URL:https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46359>. TCC - Serviço Social.

PALERMO, Zulma - La opción decolonial. **Centro de Ciencia Edicación y Sociedad - Universidad de Salta**. 2010).

PASTORINI, Alejandra - **A categoria «questão social» em debate**. 1ª ed. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2022. ISBN 978-65-555-325-3.

PAYNE, Malcolm - **How to Use Social Work Theory in Practice, By Malcolm Payne**. Bristol: Policy Press, 2020. ISBN 978-1-4473-4377-6.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; SANTOS, Jussara Francisca de Assis dos; SANT'ANA, Raquel Santos - Serviço Social e as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e a perspectiva decolonial. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 2317-6318. 146(2023) 5–15. doi: 10.1590/0101-6628.300.

PEREYRA, Esteban; PAEZ, Roxana - El Trabajo Social y los desafíos de una praxis anticolonial. Em HERMIDA, MARIA EUGENIA; MESCHINI, PAULA ANDREA (Eds.) - **Trabajo social y decolonialidad. Epistemologías insurgentes para la investigación en lo social** [Em linha]. Mar del Plata/Argentina: EUDEM. Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017 [Consult. 7 dez. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000074.pdf>. p. 201–225.

PIÑEIRO AGUIAR, Eleder; DIZ, Carlos - El trabajo de campo como abandono: una reflexión sobre la metodología de la observación participante. **Revista Colombiana de Antropología**. ISSN 2539-472X. 54:1 (2018) 59–88. doi: 10.22380/2539472X.383.

PONTES, Andréa Mello; SANTOS, Clara Cruz; NUNES, Cristina Vanessa Coimbra - Encarceramento feminino e interseccionalidade gênero, raça e classe (Brasil/Portugal). **Revista de Políticas Públicas**. ISSN 2178-2865. 28:1 (2024) 360–378.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gisele - “Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo? **Argumentum**. ISSN 2176-9575. 9:2 (2017) 161–171. doi: 10.18315/argum..v9i2.15424.

Presentación del libro: «Pluriverso y procesos constituyentes». 2021. [Consult. 15 fev. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.youtube.com/watch?v=kQQnMnWBsHs>.

PROGRAD UFF - **Matriz Curricular Serviço Social** [Em linha], atual. 2023. [Consult. 20 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff>.

QUIJANO, Aníbal - Habermas. Em BLACKBURN, ROBIN (Ed.) - **Les conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992. ISBN 9978-57-001-2. p. 437–447.

QUIJANO, Aníbal - Raza, etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas. **Estudios Latinoamericanos**. ISSN 2448-4946. 2:3 (1995) 3–19. doi: <http://dx.doi.org/10.22201/cela.24484946e.1995.3.49720>.

QUIJANO, Aníbal - Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**. 9:1997. 113–122.

QUIJANO, Aníbal - Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em LANDER, EDGARDO (Ed.) - **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2000. ISBN 978-950-9231-51-1. p. 211–246.

QUIJANO, Aníbal - Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em LANDER, EDGARDO (Ed.) - **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Títulos del Programa Sur-Sur. [Em linha]. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005 Disponível em WWW:<URL:http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. ISBN 950-9231-51-7. p. 107–130.

QUIJANO, Aníbal - Colonialidad del poder y clasificación social. Em CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO; GROSGOUEL, RAMÓN (Eds.) - **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. ISBN 978-958-665-096-0. p. 93–126.

QUIJANO, Aníbal - Colonialidade do poder e classificação social. Em SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; MENESES, MARIA PAULA (Eds.) - **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2014. ISBN 978-85-249-2107-0. p. 84–130.

RAMOS, Mayara Augusta Monteiro *et al.* - Gênero sob a perspectiva da interseccionalidade: a importância do debate no serviço social. Em **6º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”** [Em linha]. Brasília - DF: [s.n.] [Consult. 24 jul. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1820>.

RAPPAPORT, Joanne - Más allá de la observación participante: la etnografía colaborativa como innovación teórica. Em LEYVA, XOCHITL (Ed.) - **Prácticas otras de conocimiento(s)** Entre crisis, entre guerras. Tomo I. México, D. F.: CLACSO, 2018 [Consult. 20 out. 2024]. p. 323–352.

RESTREPO, Eduardo; MARTÍNEZ, Axel Alejandro Rojas - **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. [S.l.]: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar, 2010. ISBN 978-958-732-067-1.

RIBEIRO, Darcy - **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil: Global Editora, 2023. ISBN 978-85-260-2225-6.

RIBEIRO, Djamila - Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR**. 13:24 (2016) 99–104.

RIBEIRO, Djamila - **Lugar de Fala: Feminismos Plurais**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. ISBN 978-85-98349-68-8.

RINKE, Stefan; RIOJAS, Carlos (EDS.) - **Repensar el «Mundo»: Reflexiones y representaciones globales (siglos XV-XX)**. Historamericana. [Em linha]. Darmstadt: wbg academic, 2022 [Consult. 28 set. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/34865/9783534275540_OA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. ISBN 978-3-534-27517-5.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia - **Ch’ixinakax utxiwa. Una reflexion sobre practicas y discursos descolonizadores**. [S.l.]: Tinta limon, 2010. ISBN 978-987-25185-4-7.

ROBERTSON, Susan L. - O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Revista Brasileira de Educação**. ISSN 1413-2478. 14:42 (2009) 407–422. doi: 10.1590/S1413-24782009000300002.

ROCHA, Roseli da Fonseca - **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014 Tese de doutoramento em Serviço Social.

RODRIGUES, Maria Lúcia - Os caminhos da transdisciplinaridade: fugindo às injunções lineares. **Revista Serviço Social & Sociedade**. 64 (2000) 124–134.

ROGERS, Michaela *et al.* - **Developing Skills and Knowledge for Social Work Practice**. 2. ed. New York: SAGE Publications, 2020. ISBN 978-1-5264-7293-9.

ROSA, Maria João Valente; CHIPA, Paulo - **Portugal: Os Números** [Em linha]. Lisboa, Portugal: Editora Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010 [Consult. 18 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://ffms.pt/pt-pt/livraria/portugal-os-numeros>. ISBN 9789898424044.

ROSAS, Fernando - **Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar** [Em linha]. Lisboa, Portugal: Tinta da China, 2013 [Consult. 9 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:file:///C:/Users/User/Downloads/23362-Texto%20do%20Trabalho-89558-1-10-20210205%20(2).pdf>. ISBN 978-989-671-168-9.

SAID, Edward W. - **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. [S.l.]: Companhia das Letras, 2007. ISBN 978-85-8086-546-2.

SANDOVAL, Pablo (ED.) - **Repensando la subalternidade. Miradas críticas desde/sobre América Latina**. [Em linha]. Lima: IEP Instituto de Estudos Peruanos, 2010 Disponível em WWW:<URL:https://biblioteca.clacso.edu.ar/Peru/iep/20170327041637/pdf_162.pdf>. ISBN 978-958-99438-1-6.

SANJURJO, Liliana; CAMARGO, Wagner Xavier de; KEBBE, Victor Hugo - Etnografias, desafios metodológicos, éticos e políticos: apresentação do dossiê. **Revista de Antropologia da UFSCar**. ISSN 2175-4705. 8:1 (2016) 7–18. doi: 10.52426/rau.v8i1.150.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; MARTINS, Alcina Maria de Castro - A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. **Revista Katálisis**. ISSN 1414-4980, 1982-0259. 19:3 (2016) 324–332. doi: 10.1590/1414-49802016.003.00003.

SANTOS, Francisca Kananda Lustosa dos; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do - Serviço social e interseccionalidade de raça, gênero e classe na escola. Em **Anais do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Imperialismo, neofascismo e socialismo no século 21”**. GT 5 - Educação, capitalismo e classes sociais. [Em linha]. [S.l.]: Gepal, 2021 [Consult. 24 jul. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vi_simposio/artigos_vi_simposio/GT5_educacao/v4_francisca_G 5.pdf>. ISBN ISSN 2177-9503

SANTOS, Josiane Soares - Particularidades da «questão social» no Brasil: mediações para seu debate na «era» Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 2317-6318. 2012) 430–449. doi: 10.1590/S0101-66282012000300003.

SANTOS, Josiane Soares - **«Questão Social»: Particularidades no Brasil** Biblioteca Básica de Serviço Social. 1ª ed. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2017. ISBN 978-85-249-2561-0.

SANTOS, Luciane Lucas dos - Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, gênero e epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. ISSN 0254-1106. 114 (2017) 161–186. doi: 10.4000/rccs.6797.

SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiro dos - Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**. ISSN 2526-5423. 2:1 (2018).

SANTOS, Marcia *et al.* - Diversidade de gênero, sexualidade e direitos humanos algumas reflexões sobre dissidências de gênero e políticas públicas na formação social brasileira. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

SANTOS, Marcia Cristina; VASCONCELOS, Ludimila; CROLMAN, Samanta - Sexo, raça/etnia e classe na trajetória histórica dos feminismos: subsídios para pensar a luta das mulheres na contemporaneidade. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

SCOTT, Joan Wallach- Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. ISSN 2175-6236. 20:2 (1995).

SCOTT, Joan Wallach - **Gender and the Politics of History**. Gender and Culture. New York: Columbia University Press, 1988. ISBN 978-0-231-88288-0.

SEGATO, Rita Laura - Ejes argumentales de la perspectiva de la Colonialidad del Poder. Introducción. **Revista Casa de las Américas**. 272 (2013) 17–39.

SEGATO, Rita Laura - Por qué la masculinidad se transforma en violencia | Ciudadanos, 4 mai. 2017. [Consult. 20 abr. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/por-que-la-masculinidad-se-transforma-en-violencia/>.

Serviço social. ISSSL|UL - [Em linha], atual. 2024. [Consult. 28 jul. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://www.lis.ulsiada.pt/pt-pt/cursos/2024-2025/1%C2%BAciclo%E2%80%93licenciaturassemestradosintegrados/servi%C3%A7o-social.aspx>.

Serviço Social: plano de estudos - [Em linha], atual. 2024. [Consult. 26 jul. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://www.lis.ulsiada.pt/pt-pt/cursos/2024-2025/1%C2%BAciclo%E2%80%93licenciaturassemestradosintegrados/servi%C3%A7o-social.aspx>.

SEVILLA, Carlos - **La fábrica del conocimiento. La universidad-empresa en la producción flexible** [Em linha]. Madrid: El Viejo Topo: Ediciones de Intervención Cultural., 2010 [Consult. 18 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3598409>. ISBN 84-92616-56-3.

SILVA, Ana Paula Procópio da; ALMEIDA, Magali da Silva; GONÇALVES, Renata - Ochy Curiel e o feminismo decolonial. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**. ISSN 2238-3786. 18:46 (2020) 269–277. doi: 10.12957/rep.2020.52020.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da - **Discursos e práticas antirracistas na PNAS: uma abordagem decolonial sobre as expressões de resistência negra** [Em linha]. Porto Alegre: PUCRS, 13 jan. 2022 [Consult. 21 set. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10310>. Doutorado em Serviço Social.

SILVA, Erick *et al.* - Violência de gênero contra mulheres negras: resistências e conquistas do município de São Gonçalo - RJ. **Anais do XVII CBAS: “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. 2022).

SILVA, Jarlene Mariano da - **Serviço social, gênero e raça: a interseccionalidade desses temas nas Revistas Ser Social e Serviço Social & Sociedade** [Em linha]. Brasília - DF: UnB, 7 dez. 2017 [Consult. 24 jul. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://bdm.unb.br/handle/10483/27309>. TCC - Serviço Social.

SILVA, Kannanda Emilly Padilha da - **Análise de produções contemporâneas do Serviço Social que versam a interseccionalidade de raça e gênero, sobre corpos de mulheres negras**. 2023.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira - **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2017. ISBN 978-85-249-2572-6.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira - **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Cortez, 2018. ISBN 978-85-249-2446-0.

SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva - **A primeira escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)** [Em linha]. Lisboa, Portugal: Lusíada de Lisboa, 25 jan. 2017 [Consult. 24 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/2695>. Tese de doutoramento em Serviço Social.

SILVÉRIO, Valter Roberto - **Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização** [Em linha]. Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1999 [Consult. 6 ago. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280036>. Tese de Doutoramento em Sociologia.

SIM, Stuart - Postmodernism and Philosophy. Em SIM, STUART (Ed.) - **The Routledge Companion to Postmodernism**. London and New York: Routledge, 2001. ISBN 978-0-203-45164-9. p. cap 1.

SOUSA, Isabel de - Serviço social em debate: que referenciais genéricos? **Intervenção Social**. 42–45 (2015) 11–23. doi: 10.34628/NY6F-DR41.

SOUSA, Isabel de - Serviço social: a dimensão política da profissão. **Intervenção Social**. ISSN 0874-1611. 0:49/50 (2019) 9–24.

SOYDAN, Haluk - **La historia de las ideas en el trabajo social**. Valência: Tirant lo Blanch, 2003

SPIVAK, Gayatri Chakravorty - Responsibility. **boundary 2**. ISSN 0190-3659. 21:3 (1994) 19–64. doi: 10.2307/303600.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty - Can the Subaltern Speak? Em ASHCROFT, BILL; GRIFFITHS, GARETH; TIFFIN, HELEN (Eds.) - **The Post-colonial Studies Reader**. 2ª ed. London and New York: Routledge Taylor & Francis, 2006. ISBN 978-0-415-34565-1. p. 28–38.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty - **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010. ISBN 978-85-7041-816-6.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty - **Crítica de la razón poscolonial: Hacia una crítica del presente evanescente**. [S.l.]: Ediciones AKAL, 2010. ISBN 978-84-460-2809-3.

STEIN, Rosa Helena - A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **SER Social**. ISSN 2178-8987. 6 (2009) 133–168. doi: 10.26512/ser_social.v0i6.12853.

THAISE - Racismo institucional e direito à saúde das mulheres negras no município de camaçari: uma abordagem interseccional. **Anais do XVII CBAS. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”**. ISSN 2675-1054. 2022).

THIONG’O, Ngũgĩ Wa - **Descolonizar la mente: La política lingüística de la literatura africana**. 001 edição ed. Barcelona: DEBOLSILLO, 2015. ISBN 978-84-9062-653-5.

TISSBERGER, Martina - The Subjectivation of Difference and Decolonial Social Work. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023. 42/209.

Trabajo social: una historia global -. Bogotá D. C., Colombia: McGraw Hill, 2014

TRUEBA, César Carrillo - **Pluriverso: un ensayo sobre el conocimiento indígena contemporáneo**. Quito, Ecuador : Editorial Abya Yala, 2008. ISBN 978-9978-22-759-6.

UFF - **Histórico UFF** [Em linha], atual. 2023. [Consult. 20 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.uff.br/?q=historico>.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA - **Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa** [Em linha], atual. 2023. [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.lis.ulusiada.pt/pt-pt/universidade/institutos/institutosuperiordeservi%C3%A7osocialdelisboa.aspx>.

VASCONCELOS, Vânia Nara - A aprendizagem da escuta como insurgência epistêmica a partir das narrativas de uma mulher do sertão baiano. **História Oral**. ISSN 2358-1654. 25:2 (2022) 13–30. doi: 10.51880/ho.v25i2.1286.

VERDE-DIEGO, Carmen; VÁZQUEZ, Yolanda García; FRIEIRO, Paula - Cultural diversity and intercultural mediation in the training of social work students. **Book of abstracts ECSWE 2023: Diversity and Social Work Education: Building Bridges for Sustainable Futures**. 2023) 41/209.

VIVEROS VIGOYA, Mara - **Interseccionalidad: Giro decolonial y comunitario** [Em linha]. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2023 [Consult. 20 ago. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248817/1/Interseccionalidad.pdf?fbclid=IwAR1Jld3cJZ3vSIOLvYKuw0Y9CrzDrBgeMJLsVI72XqbNBIfyBsKU4q7w1s>. ISBN 978-987-813-545-8.

WALLERSTEIN, Immanuel - Creacion del sistema mundial modernoEditorial Norma, 1992. [Consult. 12 fev. 2022]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ram-wan.net/restrepo/tcomt/creacion-sistema-mundial-moderno.pdf>.

WALLERSTEIN, Immanuel - **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Reimpressão, revisada ed. Londres: University of California Press, 2011. ISBN 978-0-520-94857-0.

WALLERSTEIN, Immanuel - **El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolodación de la economía-mundo europea, 1600-1750**. Madrid: SIGLO XXI de España Editores, S.A, 2017. ISBN 84-323-1855-8.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice - **El moderno sistema mundial III: «La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850»**. 2. ed. [S.l.]: SIGLO XXI de España Editores, S.A, 2010. ISBN 84-323-1442-0.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice; QUIJANO, Aníbal - La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. América: 1492-1992. **Revista Internacional de Ciencias Sociales - UNESCO**. ISSN 03790762. 4:134 (1992) 583–593.

WALSH, Catherine - Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. **Polis. Revista Latinoamericana**. ISSN 0717-6554. 4 (2003) 1–22.

WALSH, Catherine (ED.) - **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Pensamiento decolonial. TOMO I ed. Quito, Ecuador : Ediciones Abya-Yala, 2013. ISBN 978-9942-09-169-7.

WALSH, Catherine E.; LINERA, Álvaro García; MIGNOLO, Walter D. - **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Colección el desprendimiento: pensamiento crítico y giro des-colonial con Introducción general de Walter D. Mignolo. 1ª ed. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del Signo, 2006. ISBN 978-987-1074-39-6.

XVII CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - [Em linha], atual. 2022. [Consult. 2 jan. 2024]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cbass.com.br/>.

YAZBEK, Maria Carmelita - Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis: ABEPSS**. III:3 (2001) 33–41.

YAZBEK, Maria Carmelita - Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Em CFESS - ABEPSS (Ed.) - **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** [Em linha]. Brasília - DF: [s.n.] [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:file:///C:/Users/User/Downloads/Os_fundamentos_historicos_e_teorico_meto.pdf>. p. 143–164.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da - Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 0101-6628, 2317-6318. 2019) 7–12. doi: 10.1590/0101-6628.162.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ana Laura Becker de - Pensamentos descolonizadores: conceitos-chave para ampliar o debate democrático. Em BERNER, VANESSA OLIVEIRA BATISTA; CARBALLIDO, MANUEL EUGÉNIO GÁNDARA (Eds.) - **Direitos e estruturas de poder: gênero, raça e classe** [Em linha]. 1. ed. São Paulo: [s.n.] [Consult. 30 nov. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://www.academia.edu/49994977/Direito_e_estruturas_de_poder_G%C3%AAnero_Ra%C3%A7a_e_Classe>. ISBN 9786500201307

ALMEIDA, Guilherme Silva de - Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **Revista Katálisis**. ISSN 1982-0259. 23:2020) 720–731. doi: 10.1590/1982-02592020v23n3p720.

ALMEIDA, Miguel Vale de - **Senhores de Si - Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade**. Lisboa, Portugal: Fim de Século Edições, 1995

ALMEIDA, Miguel Vale de - Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico**. ISSN 2357-738X, 0102-4302. 20:1 (1996) 161–189.

ALMEIDA, Rhea V. *et al.* - Coloniality and Intersectionality in Social Work Education and Practice. **Journal of Progressive Human Services**. ISSN 1042-8232. 30:2 (2019) 148–164. doi: 10.1080/10428232.2019.1574195.

BAL, Mieke - **Conceptos viajeros en las humanidades: una guía de viaje**. Múrcia: CENDEAC, 2009

BANKS, Sarah - **Ética y valores en el trabajo social**. Buenos Aires: Ediciones Paidós Iberica, S.A., 1997. ISBN 978-84-493-0395-1.

BARDIN, Laurence - **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2015. ISBN 978-972-44-1506-2.

BAUTISTA SEGALÉS, Juan José - ¿Pensar Marx desde América Latina? El problema de la descolonización del pensamiento crítico contemporáneo. **Tabula Rasa**. 42:2022) 153–185. doi: https://doi.org/10.25058/20112742.n42.07.

BLAICKIE, Norman - **Designing Social Research: The Logic of Anticipation**. United Kingdom: Polity, 2009. ISBN 978-0-7456-4337-3.

BORÓN, Atilio *et al.* - **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. [S.l.]: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2006. ISBN 978-987-1183-52-4.

CERTEAU, Michel de - **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária, 2011. ISBN 978-85-309-3573-3.

CLIFFORD, James; MARCUS, George - **A escrita da cultura; poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ/Papéis Selvagens, 2016. ISBN 978-85-7511-431-5.

COHEN, Robin - Globalização, migração internacional e cosmopolitismo cotidiano. Em BARRETO, ANTÓNIO (Ed.) - **Globalização e migrações**. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 25–43.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves - História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**. ISSN 2358-1654. 6: Dossiê Tempo e Narrativa (2003) 9–25. doi: 10.51880/ho.v6i0.62.

DIOGO, Fernando *et al.* - **A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos** [Em linha]. Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021 [Consult. 10 jul. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/5364/a-pobreza-em-portugal-trajectos-e-quotidianos>>. ISBN 978-989-9064-22-5.

GEERTZ, Clifford - **El antropólogo como autor**. Barcelona. Buenos Aires. México: Editorial Paidós, 1997. ISBN 978-84-7509-524-0.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. - **Conceptos esenciales de Sociología** [Em linha]. [S.l.]: Alianza Editorial, 2015 Disponível em WWW:<URL:https://drive.google.com/file/d/1KW-We7TYge67jHRzMmxdlMf2aqRfWa27/view?fbclid=IwAR1eSyqXwC9wKyw8JLdsua0dpj6YW_Rx8w0VGOxmaNXSD1ik_rL-SaDq7A>. ISBN 978-84-206-9758-1.

GILROY, Paul - **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. [S.l.]: Editora 34, 2001. ISBN 978-85-7326-196-7.

GOIN, Marileia - O Serviço Social e suas particularidades histórico -profissionais ao redor do mundo. **Serviço Social & Sociedade**. ISSN 0101-6628, 2317-6318. 141 (2021) 339–352. doi: 10.1590/0101-6628.253.

GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos - Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. **e-cadernos CES**. ISSN 1647-0737. 29 (2018). doi: 10.4000/eces.3307.

GROSGOUEL, Ramon; KOHAN, Nestor; FERNÁNDEZ, Javier García - Marxismos del sur, pensamiento descolonial/anticolonial y nuevos antiimperialismos. **Tabula Rasa**. 42:1 (2022) 11–22. doi: <https://doi.org/10.25058/20112742.n42.01>.

HALL, Stuart - **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: Humanitas, 2006

HALL, Stuart - Quem precisa da identidade? Em SILVA, TOMAZ TADEU (Ed.) - **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. ISBN 978-85-326-2413-0. p. 103–133.

KOHAN, Néstor - Karl Marx desde el Sur global. **Tabula Rasa**. 42:2022) 47–96. doi: <https://doi.org/10.25058/20112742.n42.03>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich - «**The Communist Manifesto**». In **Revolutions of 1848**. Harmondsworth: Penguin Books, 1973

PERROT, Michelle - **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017

SANTOS, Clara Cruz; ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; ALMEIDA, Helena Neves - **Serviço Social: mutações e desafios**. [S.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2013. ISBN 978-989-26-0266-0.

SANTOS, Maria Isabel Rodrigues Dos - **Marie-Thérèse Cécile Lévêque e o Instituto de Serviço Social (1935-1946): história e memória** [Em linha]. Portugal: Universidade Católica Portuguesa, 26 mai. 2022 [Consult. 30 nov. 2024]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/37776>>. Tese doutorado.

GLOSSÁRIO

As palavras permitem assimilar a realidade. Porque a realidade nos escapa das mãos. A construção da simbolização, a forma de assimilar a realidade, é o que permite posicionar-mos em um lugar de enunciação dessa realidade e transformar essa realidade. Por isso é importante discutir o sentido das palavras (Rocío Silva Santisteban) (*Presentación del libro*, 2021). (Escobar e Acosta, 2019). (Tradução da autora).

Como afirma Grada Kilomba (2020, p. 14), “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade”. Por concordar com a autora, seguirei seu exemplo. Desse modo, esse glossário busca, além de elucidar os conceitos utilizados no texto, também explicitar o conteúdo das palavras, esclarecendo “o significado de uma série de terminologias que, quando escritas em português, revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais”. (Idem).

Classe

O conceito de classe social é complexo e alvo de amplos debates teóricos. As classes sociais não podem ser compreendidas cada uma isoladamente, necessitam ser examinadas em sua totalidade, em suas mútuas relações e determinações dentro da estrutura social. O conceito de classe social para Marx se forma a partir de três aspetos: filosófico, económico e histórico. Seu estudo favorece a compreensão do sentido das forças motrizes da sociedade. Como categoria histórica, fazem parte da evolução e desenvolvimento da sociedade capitalista. A política, as ideologias e a cultura conjuntamente às questões de ordem económica são fatores determinantes para o processo de constituição das classes sociais. Nesse estudo, o conceito é adotado como categoria analítica de acordo com Pierre Bourdieu. A perspectiva do autor possibilita uma melhor compreensão de como se desenvolve na sociedade contemporânea os fenómenos sociais da dominação, da consciência, da ideologia e da luta de classes. Bourdieu define classe social como sendo: “[...] conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes”. (Bourdieu, 1998, p. 136).

Classificação social

O presente estudo adota a concepção de que o conceito de classificação social se refere aos processos de longa duração histórica, onde as pessoas disputam o controle das condições básicas de existência social se apropriando dos padrões de distribuição de poder, centrado nas relações de exploração/dominação/conflito entre a população de uma sociedade e em uma história determinadas. A classificação social se refere, portanto, aos lugares e aos papéis assumidos pelas pessoas no controle do trabalho, dos recursos económicos, naturais e seus produtos; do sexo e seus produtos; da subjetividade e seus produtos; e da autoridade, seus recursos e seus produtos. (Quijano, 2007, p. 112–113).

Colonialidade

O conceito colonialidade foi sistematizado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano em 1989. Ele permite compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo/capitalista/moderno/colonial (Grosfoguel; Mignolo, 2008). A colonialidade comporta um processo histórico apoiado no padrão de poder e na ideia de “raça” e racismo como princípios organizadores das relações de poder de controle do trabalho, do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento (Quijano, 2014). A colonialidade é uma matriz colonial de poder complexa e de níveis entrelaçados que envolve o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, de género e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Se trata de uma estrutura de dominação e exploração que se iniciou com o colonialismo, porém se estende até os dias atuais, como sua sequência. (Quijano, 2007). Cabe ressaltar, ainda, que o presente estudo ao acolher a análise e as reflexões acerca da face oculta da modernidade – a colonialidade – não despreza

a cosmologia moderna que moldou valores tais quais liberdade, igualdade, democracia ou os direitos humanos ou propõe um saber dos povos do sul contra os saberes produzidos no mundo do norte, mas exige, de um lado, a contextualização das categorias explicativas (e normativas) até então naturalizadas como absolutas, exibindo a necessidade de sua tradução para os novos cenários cujos agentes, portadores de outros repertórios, virão ressignificar seus conteúdos; de outro lado, a crítica pós-colonial verifica, na cosmovisão moderna hegemônica, suas contradições, camufladas e desastrosas. Miglievich-Ribeiro (2020, p. 68).

Colonial/colonialismo/ colonialidade

Adoto a distinção conceitual das palavras de acordo com Grosfoguel (2009, p. 56): “A palavra ‘colonial’ não designa apenas o ‘colonialismo clássico’ ou um ‘colonialismo interno’, nem pode ser reduzida à presença de uma ‘administração colonial’”. Aníbal Quijano estabelece uma distinção entre colonialismo e colonialidade. Utilizo a palavra “colonialismo” para me referir a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial, como é o caso do período do colonialismo clássico. A colonialidade é a dimensão global da modernidade, distinta de colonialismo. Revela o facto de que a emergência do circuito atlântico durante o século XVI tornou a colonialidade parte constituinte da modernidade. A designação “colonialidade” refere, portanto, a “situações coloniais” da atualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista. Por “situações coloniais” se entende a opressão/exploração cultural, política, sexual e económica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais. (Quijano, 2005).

Decolonial/ Decolonialidade

O uso dos termos decolonial/decolonialidade e descolonial/descolonialidade não é unânime entre os teóricos decoloniais (Mignolo, 2010, p. 19). Contudo, todos demarcam a distinção analítica para evidenciar sua diferenciação com os processos de descolonização. Adoto a escrita decolonial e decolonialidade por compreender que eles estabelecem maior distinção conceitual e maior diferenciação dos processos de descolonização. Nesse sentido, utilizarei a noção decolonial/decolonialidade de acordo com Maldonado-Torres (2020), como a abordagem e a ação que envolvem uma reversão do esquema de subjugação inerente à colonialidade. Divergindo da visão majoritária, na qual a pessoa colonizada é vista como um obstáculo, a abordagem decolonial as reinterpreta como agentes que colocam desafios e questionamentos em âmbitos diversos: político, artístico, intelectual e epistemológico

Descolonização

A descolonização indica um processo de superação do colonialismo, normalmente associada às lutas anticoloniais e que tende a se circunscrever ao que se denomina de independências políticas das colónias.

Diferença colonial

De acordo com Mignolo (2020, p. 192),

A diferença colonial é um conector que, em resumo, se refere aos perfis em mutação das diferenças coloniais através da história do sistema-mundo moderno/colonial e traz para primeiro plano a

dimensão planetária da história humana silenciada por discursos centrados na modernidade, pós-modernidade e civilização ocidental.

Escravidada/o

Adoto o termo “escravizada/o” no sentido de descrever os processos promovidos por políticas ativas de desumanização no período colonial. Assim, se pretende diferenciá-lo do termo eurocêntrico “escrava/o”, que descreve a desumanização como identidade natural de pessoas que foram escravizadas. (Kilomba, 2020).

Eurocentrismo

Eurocentrismo se refere a perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento baseada no processo de Modernidade, ou seja, centrado no caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Eurocentrismo é, na perspectiva adotada nesse estudo, o nome de uma lógica de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII associada ao pensamento europeu e à experiência e às necessidades do poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. Se trata de uma racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respetivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (Quijano, 2000).

Extrativismo epistémico

O conceito extrativismo epistémico foi sistematizado por Lianne Betasamosake Simpson, intelectual indígena canadense, a partir do conceito de “extrativismo económico”. Ele denuncia a atitude frente ao conhecimento marcada por práticas de dominação colonial que se caracteriza pelo saque das ideias para comercializá-las e transformá-las em capital económico ou apropriação através de mecanismos académico ocidentais com a finalidade de produzir capital simbólico. (Grosfoguel, 2016).

Género

O termo género é compreendido de forma ampla no sentido de abranger as identidades binárias e não binárias. Assim, o texto adota a concepção de que o “género” abrange o “sexo” e

género é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o género reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mais propriamente, o género é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. (...) Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de

sua Implicação num amplo espectro de contextos discursivos. (Scott, 1988, p. 2). (Tradução da autora).

Nesse sentido, como uma escrita feminista, o presente texto utiliza o

gênero como uma ferramenta crítica e categoria de análise para expor não só o fato da presença das mulheres na história, mas as razões para sua invisibilidade ou marginalização da política e da vida pública como estratégia para avançar na “causa” da emancipação das mulheres. (Lemos, 2013, p. 163).

Geopolítica do conhecimento

A geopolítica do conhecimento, como é nomeada por autoras/es da teoria crítica latino americana, se opõe a uma visão descontextualizada do conhecimento, que deu origem à figura de um “*sujeito/a*” epistêmico ou observador neutro capaz de cartografar o mundo por se colocar para além das relações contingenciais entre pensamento e espaço. A noção de geopolítica diz respeito bem amplamente às relações entre espaço e poder, porém, esse viés da geopolítica do conhecimento tem procurado explicitar as hierarquias consolidadas entre diferentes sistemas de conhecimento quando relacionamos espaço, poder e saber. Evidencia, a partir da problematização do mapa epistêmico, com os espaços privilegiados, as fronteiras, os fluxos e as direções que instituíram esse modo, a naturalização imposta pela Modernidade de perceber países, regiões, povos e redes como produtores de teorias universalmente válidas (as culturas de investigação do Norte) e outros espaços relegados à posição de objeto de estudo e à receção de teorias produzidas em outra parte (as culturas a serem investigadas ao Sul). (Mignolo, 2020).

Globalização

O conceito globalização será abordado de acordo com o pensamento decolonial, como o ato constitutivo do sistema-mundo /europeu/ euro-norte-americano/moderno/capitalista/colonial/patriarcal que se iniciou em 1492 com a invasão da América (Grosfoguel, 2008). Segundo Aníbal Quijano (2005, p. 122),

a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas

História do tempo presente

provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido.

A história do tempo presente se afirmou e se institucionalizou na Europa a partir do fim dos anos 1970, em resposta às reivindicações memoriais acerca dos passados difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais. Para legitimar a história do passado recente, historiadores/as que a praticam, argumentaram sobre a singularidade temporal da história, sobretudo pela existência de testemunhas vivas dos períodos estudados. A história do tempo presente foi um dos vetores da promoção das memórias como objeto da história e colocou na agenda os debates acerca das relações entre história, memória, saber e poder. (Delacroix, 2018).

Interseccionalidade

O conceito interseccionalidade se converteu nos últimos anos na expressão para designar a perspectiva teórica e metodológica que busca explicar uma percepção cruzada ou imbricada das relações de poder, as diferenças e as lutas contra a dominação social. Esta abordagem não é nova dentro do feminismo *negro*. Existe atualmente um acordo para salientar que as teorias feministas abordaram a questão antes de lhe dar um nome. Sua origem está ligada à luta das *mulheres negras* nos Estados Unidos. A história desse movimento, que buscou compreender a maneira como as opressões de gênero, “raça” e classe constroem as experiências de vida de *mulheres negras* tem suas raízes no século XIX. O termo “interseccionalidade” foi sistematizado e utilizado pela primeira vez em 1989 num artigo da académica jurídica Kimberlé Crenshaw, intitulado: “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”. Sua intenção era explorar as intersecções de “raça” e gênero na violência que se exerce contra as *mulheres de negras*. Como termo, seu uso deve considerar o contexto e a prática, não como uma teoria geral da opressão, mas um conceito que permite analisar omissões e desigualdades específicas. As inúmeras formulações utilizadas para conceituar a interseccionalidade revela as dificuldades em defini-la. Algumas se referem a gênero, “raça” e classe como eixos de opressão que se cruzam em algum ponto. Outras entendem-na como uma combinação de eixos que se entrelaçam e geram situações e experiências concretas e outras, ainda, procuram mostrar a inseparabilidade das categorias e seus efeitos mútuos. Cada uma destas afirmações tem as suas próprias implicações teóricas e metodológicas e traz à tona alguns problemas, quer nas formas como a dominação social foi conceptualizada, quer no que diz

Longa duração histórica

respeito à dominação social que supostamente promove a interseccionalidade. (Viveros Vigoya, 2023). (Tradução da autora).

O conceito de longa duração histórica segundo Braudel (1992), considera o tempo superficial da factualidade política, o tempo conjuntural da economia e da sociedade e o tempo longo, estrutural, ou mesmo geográfico ou antropológico. O termo será adotado na tentativa de compreender a histórica global, no sentido de que os diferentes tempos histórico-sociais se configuram processos e estruturas que percorrem curvas superiores a um século e correspondem a realidades persistentes dentro da história da humanidade.

Modernidade

De acordo com as sistematizações de Enrique Dussel, existem dois paradigmas de Modernidade: Modernidade eurocêntrica e Modernidade subsumida. O autor analisa cada um deles “*desde un horizonte mundial, donde cumplió una función ambigua (por una parte, como emancipación; y, por otra, como mítica cultura de la violencia)*”. (Dussel, 2000, p. 45). O primeiro paradigma é

eurocéntrico, provinciano, regional. La Modernidad es una emancipación, una “salida” de la inmadurez por un esfuerzo de la razón como proceso crítico, que abre a la humanidad a un nuevo desarrollo del ser humano. Este proceso se cumpliría en Europa, esencialmente en el siglo XVIII. [...] Los acontecimientos históricos claves para la implantación del principio de la subjetividad [moderna] son la Reforma, la Ilustración y la Revolución francesa. (Dussel, 2000, p. 46).

O segundo paradigma se afirma como

una segunda visión de la “Modernidad”, en un sentido mundial, y consistiría en definir como determinación fundamental del mundo moderno el hecho de ser (sus Estados, ejércitos, economía, filosofía, etc.) “centro” de la Historia Mundial. [...] La Modernidad, como nuevo “paradigma” de vida cotidiana, de comprensión de la historia, de la ciencia, de la religión, surge al final del siglo XV y con el dominio del Atlántico. El siglo XVII es ya fruto del siglo XVI; Holanda, Francia, Inglaterra, son ya desarrollo posterior en el horizonte abierto por Portugal y España. América Latina entra en la Modernidad (mucho antes que Norte América) como la “otra cara” dominada, explotada, encubierta. (Dussel, 2000, p. 48).

Mulheres

O termo *mulheres* será utilizado no plural e em itálico no sentido de superar possíveis generalizações estereotipadas referentes à mulher. Assim, busca superar a essencialização que unifica, homogeneiza, invisibiliza e silencia as diferenças existentes no termo como categoria de análise.

Necropolítica

O conceito necropolítica foi cunhado por Achille Mbembe (2021). Ele sistematiza a prática política de Estados baseados em categorias étnico-raciais, onde a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer.

Negra/o

O termo *Black*, em inglês, está relacionado aos movimentos de conscientização e luta da população afrodescendente. Escrito com B maiúsculo, *Black*, enfatiza uma identidade política e uma diferenciação da nomenclatura colonial. Traduzido para a língua portuguesa, ainda no princípio da expansão marítima como *negra/o*, a palavra foi usada nas relações de poder eurocêntricas e serviu para invisibilizar, subordinar e inferiorizar povos africanos escravizados. O termo vem sendo ressignificado nas lutas por direitos civis e políticos dos movimentos sociais, contudo, ainda carrega uma história colonial de terminologia ligada a violência e desumanização. Desse modo, se adota sua escrita em itálico e letra minúscula: *negra/o*. (Kilomba, 2020).

Neoliberalismo

O neoliberalismo é um conceito em construção no campo das Ciências Sociais. Suas definições consideram as configurações híbridas que ele estabelece com formações sociais para criar formas de organização social e política. Nesse estudo, adoto a abordagem Pós-colonial do neoliberalismo, que insiste na crítica à generalização de processos típicos dos países desenvolvidos como paradigma geral, o qual se imporia até mesmo a realidades do Terceiro Mundo. Essa vertente considera que o impacto neoliberal não é homogêneo quanto a reestruturação do Estado, uma vez que se depara com realidade histórica, social e econômica particular de cada aparelho. A compreensão teórica sobre o que é o neoliberalismo deve ser situada temporal e espacialmente, não podendo ser limitada ao Ocidente, ainda que possam ter tido nele sua origem (Andrade, 2019). De acordo com Daniel Goldstein (2012, p. 305),

[É necessário] enfatizar que os neoliberalismos não são apenas instâncias variadas de ideias globais, mas realidades plenamente vividas nas quais as pessoas e os Estados possuem suas próprias teorias e elaboram seus próprios discursos e críticas sobre os

	<p>mundos por eles habitados e sobre os modos pelos quais eles devem ser organizados. (tradução nossa).</p>
“Outra/o”	<p><i>Other</i> em inglês é um termo neutro de género. Na tradução para a língua portuguesa é possível adotar os dois géneros <i>a/o outra/o</i>. Contudo, se caracteriza uma alternativa problemática pois mantém a dicotomia feminino/masculino, não abrangendo pessoas LGBTQINPA+. Por esse motivo será utilizado no texto em itálico e entre aspas: “<i>Outra/o</i>”. (Kilomba, 2020)</p>
Objeto	<p><i>Object</i>, em inglês é um termo sem género. Porém, quando traduzido para o português não permite outra forma além da masculina, <i>o objeto</i>. O que exclui mulheres e pessoas LGBTQINPA+. Nesse sentido, adoto a escrita do termo em itálico: <i>objeto</i>. (Kilomba, 2020)</p>
Pensamento decolonial	<p>O pensamento decolonial é um conjunto de conceitualizações, debates teóricos e intervenções epistémicas propostos por intelectuais da América Latina e Caribe nos anos de 1980. Se apoia no conceito de “colonialidade/colonialidade do poder”, para propor um projeto académico, social e político.</p>
Periferia	<p>Como conceito importante nos Estudos Pós-coloniais e Decoloniais, o termo “periferia” denota o reconhecimento dos territórios, culturas e identidades de povos que constituíram a periferia colonial ou semicolonial. Distante e em contraposição aos “centros” considerados pela modernidade eurocentrada como desenvolvidos, “periferia” será utilizada no texto como forma de demarcar o protagonismo de cosmologias, saberes, culturas e lutas de povos subalternizados.</p>
Pluriverso	<p>O conceito de pluriverso se refere a construção de intercâmbios contínuos e intensos entre povos e culturas, onde as relações de igualdade e o direito à autodeterminação sejam verdadeiramente garantidos, sem importar tamanho, modos de vida ou formas de conhecimento. (Trueba, 2008, p. 23). Propõe uma ordem global pluriversal em alternativa ao universal, onde a pluriversalidade se torne um projeto universal.</p>
Racismo	<p>A definição do racismo é complexa e abrange simultaneamente três características de acordo com a conceção oferecida pelas reflexões de Grada Kilomba (2020, p. 75–80): a primeira é a <i>construção de/da diferença</i>, na qual a pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. A segunda é que essas diferenças construídas <i>estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos</i>. E a terceira característica é que ambos os processos</p>

anteriores estão acompanhados pelo poder: histórico, político, social e económico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o *racismo é a supremacia branca*. As instâncias de expressões do racismo, de acordo com a autora são: estrutural, institucional e cotidiana. Complementariamente, Quijano (1995, p. 6) afirma que,

El ‘racismo’ no parece, pues, haber existido antes de América y menos, en consecuencia, la peculiar combinación de ‘racismo’ y ‘etnicismo’ que se desarrolló desde entonces hasta convertirse en un componente central del poder en todo el mundo, la colonialidad, sobre todo entre lo europeo y lo no-europeo.

“Raça”

Adoto a definição do conceito, que será utilizado entre aspas no texto, de acordo com a conceção de que, “raça” é uma categoria que resulta da experiência colonial do mundo capitalista, estruturada na ideia das distinções biológica, que serviu de base para a naturalização da “superioridade racial” dos “europeus” colonizadores. Seu enraizamento profundo e de forma duradoura está relacionado à colonização também do imaginário, levando os/as colonizados/as a reproduzirem o olhar do colonizador. Em sua longa trajetória, no século XIX, a legitimação pelo racismo científico da superioridade da “raça branca” europeia e a inferioridade das demais “raças humanas” determinou o lugar da escala de desigualdade e discriminação, onde a “raça negra” ocupava o último nível dessa hierarquização biológica. Na contemporaneidade, ainda que a ideia da distinção biológica tenha sido desconstruída cientificamente, “raça” ainda é um potente conceito descritivo e analítico das relações sociais para compreender sua utilização nos jogos de poder, ora como forma de dominação, ora na sustentação das lutas de resistência. (Munanga, 2004; Quijano, 1995).

Sistema mundial moderno

Immanuel Wallerstein sistematizou a categoria sistema-mundo moderno assente no argumento de que o estabelecimento de uma economia-mundo capitalista se apoiou em três elementos: a expansão do espaço geográfico mundial, o desenvolvimento de métodos de controle de trabalho para produtos variados em diversas zonas da economia-mundo e a criação do aparelho do Estado. (Wallerstein, 1992).

“Subalterno/a”

Em inglês *subaltern* não possui género. O termo, cunhado pelo filósofo marxista italiano António Gramsci para identificar a hegemonia cultural que exclui pessoas e grupos sociais, ganhou amplitude nos Estudos Pós-

coloniais e na Teoria Crítica para designar a exclusão das populações colonizadas. A palavra, problematizada pelos Estudos Subalternos e importante conceito sistematizado por Gayatri Spivak (2006) na obra *Can the Subaltern Speak?*, em tradução para a língua portuguesa assume o género masculino, o que reduz sua complexidade como termo, que se tornou também parte da luta dos movimentos feministas. Desse modo, o presente texto adota a forma “*subalterna/o*”, consciente de que a opção mantém o binarismo mulher/homem. (Kilomba, 2020). Como conceito, subalterna/o será adotado nesse texto para se referir a pessoas de regiões e grupos que estão à margem na disputa por poder da estrutura hegemónica. Esse enfoque não entende a subalternidade a partir de uma perspectiva essencializadora, circunscrita ao colonialismo ou pré-modernidade, mas compreende a subalternidade como “um conceito para designar o novo sujeito que emerge nos interditos da globalização”. (Beverley, 2004, p. 337).

“*Sujeito/a*”

Subject, assim como *object* em inglês, não possui género. Da mesma forma, sua tradução para a língua portuguesa o coloca no masculino: o *sujeito*. Normalmente sem possibilidade de incluir *mulheres* e pessoas LGBTQINPA+ na nomenclatura, o que evidencia a problemática de um idioma que não inclui outras identidades. Como forma de enfatizar a importância de criar possibilidades terminológicas, se adota nesse estudo a palavra em itálico e entre aspas com dois géneros, consciente da dicotomia que permanece: “*sujeito/a*”. (Kilomba, 2020)

Sul Geopolítico

O conceito de Sul Geopolítico apresenta maior precisão semântica em relação ao conceito Sul Global. Sua construção deixa evidente qual é a principal natureza do grupo que busca definir. Assim, os critérios para inclusão e para exclusão dos Estados que fazem parte desse conceito tornam-se mais evidentes. No campo das Ciências Sociais, os critérios são subjetivos e demandam interpretações empíricas. Dentre os elementos constitutivos do Sul Geopolítico: questões identitárias, sociais, políticas e culturais, não podem ser precisamente determinados. Contudo, as fronteiras traçadas pela definição do Sul Geopolítico são claras, apesar de ainda restar um grau de subjetividade. A palavra “Geopolítico” deve ser vista como uma nova categoria analítica. Portanto, o conceito de Sul Geopolítico combina critérios de duas dimensões que, apesar de relacionadas, são distintas. O Sul Geopolítico se contrapõe materialmente, historicamente e politicamente aos atores que vêm das tradicionais zonas de poder (os quais, com raras exceções, são os mesmos

do colonialismo e do imperialismo) e que defendem o status quo por serem beneficiados diretamente por ele. (Duarte e Costa, 2023, p. 27)

Sul Global

A difusão do conceito de Sul e da noção de uma divisão Norte-Sul na literatura acadêmica para se referir a estratificação dos Estados no sistema internacional teve como marco a publicação do relatório da *Independent Commission on International Development Issues*, conhecido como Relatório Brandt, pelo Banco Mundial em 1980. Com base na Linha Brandt, como uma representação cartográfica do mundo a partir da divisão Norte-Sul, o Sul incluiria países que estão no hemisfério norte, inclusive países cuja localização geográfica ultrapassa o Trópico de Câncer, ao mesmo tempo em que excluiria a Austrália e a Nova Zelândia, que por sua vez estão geograficamente ao Sul do Equador. (Duarte e Costa, 2023).

A concepção de “Sul” diz respeito à dimensão material e o reflexo da assimetria na trajetória dos povos ao redor do planeta. No campo das Ciências Sociais, a formação do Sul é compreendida como um processo histórico marcado por uma condição desfavorável comum na estratificação do sistema-mundo moderno. Em sua diversidade, os países que compõem o Sul têm em comum seu histórico de dominação ou subjugação seja pelo sistema do colonialismo, do protetorado ou de tratados desiguais, em sua posição relativa na divisão internacional do trabalho, em suas condições socioeconômicas e em suas condições de países excluídos ou sub-representados na capacidade de participação nos processos decisórios das organizações internacionais. (Albaret e Devin, 2016). Esse estudo adotará a junção de ambos os conceitos. Utilizando Sul Global/Geopolítico e seu oposto, Norte Global/Geopolítico.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
- Apêndice B** - Roteiro de entrevista semiestruturada e técnicas de implementação

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



PROJETO DE PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL
(2021-2025)

**Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos
emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e
brasileiro**

Aprovação do CEP: Parecer nº. 5.540.668

Aprovação Comissão de Ética UL|Portugal: Parecer UL/CE/CLISSIS/2304

Orientadora: Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa. Universidade Lusíada de Lisboa – ISSSL.
Portugal

Coorientadora: Doutora Rita de Cássia Santos Freitas. Universidade Federal Fluminense – ESS.
Brasil

Doutoranda: Doutora Vera Lúcia Ermida Barbosa

Contatos da Pesquisadora: (+351) 910 740 594 - (+55 21) 96751 6496

E-mail: vera.ermida@outlook.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nome da/o Participante:

2. Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro**” realizada pela doutora **Vera Lúcia Ermida Barbosa**. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa. Se optar por participar, deverá ao final da leitura assinar este documento e uma

cópia dele lhe será entregue para que seja guardada e possa ser retomada ou cancelada a qualquer tempo.

3. O que é o projeto

Trata-se do projeto de pesquisa de doutorado vinculado ao Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Universidade Lusíada (ISSSL-UL), Portugal, com coorientação desenvolvida na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS-UFF). O estudo propõe analisar as matrizes teóricas e práticas dos cursos de formação em Serviço Social no Brasil e em Portugal.

4. Objetivos do estudo

Estudar as possíveis apropriações e contribuições do pensamento decolonial para a construção da matriz teórica do serviço social em contexto português e brasileiro. Investiga a construção do pensamento crítico profissional na formação, as lacunas teóricas onde o pensamento decolonial pode contribuir na formação e as demandas por aportes teóricos decoloniais que fundamentem as práticas profissionais.

Secundariamente objetiva: 1. Contextualizar epistemologicamente os currículos atuais do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada de Lisboa (ISSSL-UL) e da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS-UFF); 2. Analisar as estratégias de construção do pensamento crítico profissional na formação; 3. Identificar as lacunas teóricas onde o pensamento decolonial pode contribuir na formação; 4. Identificar demandas por aportes teóricos decoloniais que fundamentem as práticas profissionais. O motivo que nos leva a estudar a apropriação pelo serviço social das epistemologias críticas contemporâneas, e em particular do pensamento decolonial, reside no fato de buscar compreender como novos espectros teórico e metodológico podem complexificar a produção de conhecimento científico e instrumentalizar a *praxis* e a politicidade profissional. E assim, fortalecer e ampliar o projeto crítico profissional e afirmar a profissão como espaço estratégico de luta por direitos e justiça social frente aos desafios contemporâneos e parte de um projeto político mais amplo de libertação.

5. Critérios de escolha e exclusão

O critério de escolha das(os) participantes é serem alunas(os/es) de diferentes períodos letivos do curso de Serviço Social da ESS-UFF ou do ISSSL-ULusíada. As atividades a serem realizadas são entrevistas presenciais. A participação é voluntária e dependerá do desejo, interesse e da autorização de cada participante.

Adota-se como critério de exclusão: 1º. Indivíduos que não estejam regularmente inscritos e frequentando o curso de serviço social da ESS-UFF e do ISSSL-UL. 2º. Indivíduos que não aceitem assinar o TCLE. 3º. Indivíduos que não permitam os registros gravados em vídeo e/ou som.

6. A participação não é obrigatória

Cabe a cada participante convidada(o) decidir se deseja participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto **“Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro”**, o Registro deverá ser assinado e uma via assinada pela pesquisadora será entregue a cada participante, devendo ser por ela(o) guardada. Mesmo favorável a participação, poderá livremente se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará as demais e futuras participações em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7. O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

A cada participante será apresentado o roteiro da entrevista previamente para que se aproprie do conteúdo e do tema do encontro. As datas da entrevista, que poderá ser realizada em até dois momentos, serão definidas de acordo com a disponibilidade de ambas as partes e o seu registro poderá ser em áudio, vídeo e/ou anotações realizadas pela pesquisadora.

A participação consiste em, através de uma entrevista, explicitar a sua percepção acerca da formação teórica e prática, sua vivência na interação com os conteúdos e suas expectativas acerca da atuação como profissional. A abordagem se dará através de conversas informais entre a(o) participante e a pesquisadora sendo gravada em áudio, vídeo e com anotações se houver permissão e vínculo confortável por parte da(o) entrevistada(o).

8. O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

O estudo se baseia no compromisso e na parceria para a construção coletiva de conhecimento entre todas(os/es), sendo essa a condição desejável de participação. Inicialmente, o estudo se configura na realização das entrevistas, contudo, se vier a ocorrer em 2025 o I Seminário Internacional de Serviço Social Decolonial (presencial e online), serão oferecidas prioridade e gratuidade as pessoas envolvidas no estudo que desejarem se inscrever e apresentar trabalhos no evento.

9. Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Não haverá despesas

10. Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Não há expectativa de que a abordagem, as entrevistas ou os temas abordados gerem desconfortos ou constrangimentos. Cada participante poderá optar por não responder, sugerir ou solicitar que a pergunta seja reformulada ou excluída da sua entrevista. Em caso de qualquer circunstância alheia ou inconveniente durante a abordagem, referente ao assunto ou a relação estabelecida entre as partes envolvidas na entrevista, o encontro poderá ser imediatamente interrompido, podendo ou não ser retomado.

Os registros gravados em áudio e vídeo, mesmo autorizados previamente, ficarão sempre disponíveis para a(o) participante. As transcrições do material gravado serão encaminhadas para leitura, correções e edição pela(o) entrevistada(o) e, em qualquer momento sua utilização poderá ser suspensa. O anonimato será garantido se for escolha da(o) participante.

11. Quais são os possíveis benefícios de participar?

O conhecimento gerado pela pesquisa, a partir de interação entre todas(os/es) que dela participarem, irá contribuir para a ampliação e complexificação dos referenciais teóricos do serviço social, consequentemente, formando profissionais mais capazes de refletir, teorizar e intervir sobre as questões sociais e de lutar por justiça social numa sociedade plural.

Cada participante poderá contribuir em coautoria dos artigos e comunicações que vierem a ser produzidos pela pesquisadora acerca da pesquisa.

12. O que acontece quando o estudo termina?

O estudo será parte da tese de doutorado em serviço social. Seu conteúdo será transformado em artigos para publicação em revistas científicas nacionais e internacionais, em comunicações para congressos e encontros. Sua devolução direta ocorrerá sob forma de apresentação (aulas, conferências, workshops) nas instituições que acolheram o estudo.

13. E se algo der errado?

A participação na pesquisa se dará apenas mediante consentimento. Se durante a sua participação se sentir desconfortável ou repensar sua disposição em continuar, poderá retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa ou mesmo se retirar dela quando desejar, sem qualquer prejuízo ou justificativa. Todo material produzido a partir da sua participação lhe será encaminhado integralmente e o destino de seu uso será de sua exclusiva escolha.

14. Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

A decisão acerca do sigilo é de cada participante.

15. Contato para informações adicionais

Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) – Campus da UFF da Praia Vermelha – Instituto de Física – 3º andar (Torre nova) Telefone: (21) 2629-5119 – Email: cephumanasuff@gmail.com

Comissão de Ética Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal. ILID – Instituto de Investigação e Desenvolvimento. Rua da Junqueira, 188-198 | 1349-001 Lisboa | Telefone: +351 213 611 590 – E-mail: ilid.anapp@lis.ulusiada.pt

Os Comitês de Ética são os colegiados responsáveis pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

16. Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o à pesquisadora. Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome da/o participante: _____

Assinatura da/o participante: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista semiestruturada e técnicas de implementação



PROJETO DE PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL
(2021-2025)

Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro

Aprovação do CEP: Parecer nº. 5.540.668

Aprovação Comissão de Ética UL|Portugal: Parecer UL/CE/CLISSIS/2304

Orientadora: Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa. Universidade Lusíada de Lisboa – ISSSL. Portugal

Coorientadora: Doutora Rita de Cássia Santos Freitas. Universidade Federal Fluminense – ESS. Brasil

Doutoranda: Doutora Vera Lúcia Ermida Barbosa

Contatos da Pesquisadora: (+351) 910 740 594 - (+55 21) 96751 6496

E-mail: vera.ermida@outlook.com

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E TÉCNICAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Roteiro e técnicas

O roteiro se configura um instrumento que apresenta temas e perguntas norteadoras dentro da perspectiva metodológica qualitativa. Serão utilizadas diversas técnicas durante a entrevista, dentre elas: observação participante, escuta qualificada, registros de imagens e som, abordagem dialógica, mediação com livros, textos e anotações.

O objetivo é identificar a motivação, comprometimento e questionamentos que surgem da relação entre a(o) estudante e o serviço social considerando o conteúdo oferecido pelos currículos. A partir das narrativas, se busca perceber como vem se construindo a formação para a futura *praxis* profissional identificando de que forma e em que medida as novas questões sociais de classe, raça, gênero e sexualidade se articulam teoricamente em interação com os contextos sociais que atravessam o cotidiano de alunas(os/es).

O estabelecimento de vínculo será fundamental na etapa anterior a entrevista, e determinante para que ela ocorra. Ele deve ser construído em encontros informais promovidos pela pesquisadora nos diversos espaços acadêmicos, nos quais a manifestação de interesse em participar do estudo será identificada e adequada aos critérios de inclusão/exclusão.

I – Identificação

- Nome (opcional):
- Data de nascimento:
- Onde mora:
- Onde nasceu:
- Universidade:
- Período cursado:

II – Determinantes da escolha do curso de serviço social (visão social, relação com local de nascimento e moradia, relação com a família, relações sociais).

- Por que escolheu Serviço Social?

III – Primeiros momentos do curso (expectativas, realidade, universo acadêmico)

- Como foi o início do curso?

IV – Sobre o currículo (conteúdo teórico relacionado as ciências sociais e políticas sociais, intervenção social, métodos e técnicas, politicidade)

- Quais as temáticas que mais considera importante/gosta no atual currículo. Estão relacionadas a quais disciplinas?
- Há algo que você incluiria/retiraria do currículo? Por quê?

VI – Conteúdos com abordagens ligadas as novas questões sociais de classe, raça, gênero, sexualidade (quais disciplinas tangenciam/enfocam estes temas)

- Considera que os temas classe, raça/etnia, gênero, sexualidade estão presentes na sua formação? Acha isso relevante?

VI – A experiência de estágio (desafios éticos/teóricos, métodos e técnicas de intervenção) – (questão apresentada de forma concreta para alunas(os) com vivência de estágio e de forma hipotética para alunas(os) ainda sem essa vivência)

- Quais são os principais desafios na experiência de estágio?
- Identifica lacunas teóricas e metodológicas para esse enfrentamento? Se sim, quais são elas e quais as estratégias que busca para suprir estas lacunas?

VIII - Conhece o termo decolonialidade? (Pensamento decolonial; colonialidade do poder, do saber, do ser; feminismo decolonial; interseccionalidade; transmodernidade).

- Se sim, considera relevante? Por quê?

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

- | | |
|----------------|---|
| Anexo A | - Projeto pedagógico e Plano de estudos do curso de Serviço Social do ISSSL UL 2023/2024 |
| Anexo B | - Projeto pedagógico e Matriz curricular do curso de Serviço Social da ESS UFF 2022/2023 |
| Anexo C | - Programas das disciplinas do curso de Serviço Social do ISSSL UL: História social e do Serviço Social; Contextos profissionais em Serviço Social; Seminário de reflexão e análise da prática |
| Anexo D | - Programas das disciplinas do curso de Serviço Social da ESS UFF: Fundamentação História Teórica e Metodológica do Serviço Social III; Supervisão Acadêmica de Estágio III; Pesquisa em Serviço Social |
| Anexo E | - Parecer da Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada |
| Anexo F | - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UFF |

ANEXO A

Projeto pedagógico e Plano de estudos do curso de Serviço Social do
ISSSL|UL 2023/2024



Universidade Lusíada
Lisboa

[Início](#)
[Universidade](#)
[Ingresso](#)
[Internacional](#)
[Cursos](#)
[Investigação](#)

Cursos > 2023-2024 > 1.º ciclo – Licenciaturas e mestrados integrados > Serviço social

licenciatura em
SERVIÇO SOCIAL



Plano de estudos

1.º Ano

Código	Unidade curricular	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
				Total	Contacto	
L4401	Antropologia das sociedades complexas [EN]	Ciências sociais	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4402	História social e do serviço social [EN]	Serviço social	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4403	Globalização e desigualdades [EN]	Serviço social	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4404	Observatório da realidade social [EN]	Serviço social	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4405	Seminário de introdução aos problemas sociais [EN]	Serviço social	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4406	Demografia e dinâmicas territoriais [EN]	Ciências sociais	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4407	Contextos de desenvolvimento humano [EN]	Psicologia	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4408	Fundamentos económicos da inclusão social [EN]	Economia	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4409	Serviço social e sociedade [EN]	Serviço social	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4410	Teorias sociológicas [EN]	Ciências sociais	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
Total				1.600		60

2.º Ano						
Código	Unidade curricular	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
				Total	Contacto	
L4411	Economia social [EN]	Economia	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4412	Estruturas e interacção social [EN]	Ciências sociais	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4413	Teoria e metodologia de intervenção individual e com famílias em serviço social [EN]	Serviço social	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4414	Contextos profissionais em serviço social [EN]	Serviço social	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4415	Métodos e técnicas de investigação social [EN]	Ciências sociais	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4416	Psicologia social e das organizações [EN]	Psicologia	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4417	Política social e exclusão social [EN]	Serviço social	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4418	Teoria e metodologia da intervenção em grupos e comunidades em serviço social [EN]	Serviço social	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4419	Técnicas de análise aplicadas ao serviço social [EN]	Ciências sociais	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4420	Supervisão, acompanhamento e aconselhamento em serviço social [EN]	Serviço social	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
Total				1.600		60

3.º Ano						
Código	Unidade curricular	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
				Total	Contacto	
L4423	Concepção, gestão e avaliação de projectos sociais [EN]	Serviço Social	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4424	Ética e deontologia [EN]	Serviço Social	1.º semestre	80	30(TP)	3
L4425	Estágio [EN]	Serviço social	Anual	600	45(OT)	24
L4426	Política social e segurança social na contemporaneidade [EN]	Serviço social	1.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4427	Direito e serviço social [EN]	Direito	2.º semestre	80	30(TP)	3
L4428	Seminário de reflexão e análise de práticas profissionais [EN]	Serviço social	2.º semestre	160	30(T) + 20(OT)	6
L4429	História da cultura portuguesa [EN]	Ciências Sociais	2.º semestre	80	30(TP)	3
L4434	Opção 1 - Serviço social e bem-estar [EN]	-	1.º semestre	-	-	3
L4433	Opção 2 - Contextos organizacionais em serviço social [EN]	Serviço Social	1.º semestre	160	30(TP) + 20(OT)	6
Total				1.600		60

ANEXO B

Projeto pedagógico e Matriz curricular do curso de Serviço Social da
ESS|UFF 2022




Universidade Federal Fluminense
MATRIZ CURRICULAR



GRAU - Graduação

Curso: SERVIÇO SOCIAL

Titulação: BACHAREL Habilitação: - Ênfase: - Linha de Formação: -

Curriculo: 6.02.002 Versão: 4 Turno: Noturno /

(OB) Carga horária obrigatória: 2730

(E) Carga horária obrigatória de escolha: 0

(OL) Carga horária obrigatória livre: 0

(EL) Carga horária eletiva: 0

(O) Carga horária optativa: 420

(ON) Carga horária optativa de ênfase: 0

(AC) Carga horária de atividade complementar: 30

Carga horária total: 3180

TEMPO PARA INTEGRALIZAÇÃO EM SEMESTRES LETIVOS: PREVISTO - 10
MÁXIMO - 15

1º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
GHT00365	HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL III	OB	60	0	0	60			
SSN00157	INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	OB	60	30	0	90			
SSN00161	INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA E SERVIÇO SOCIAL	OB	60	0	0	60			
SSN00173	OFICINA DO CONHECIMENTO	OB	60	0	0	60			
Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			270						

2º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
GSO00156	SOCIOLOGIA	OB	60	0	0	60			
SSN00158	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	OB	60	0	0	60		[1 - SSN00157] INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	

Este documento foi gerado pelo Sistema Acadêmico da Universidade Federal Fluminense - IdUFF.
Este documento pode ter sua autenticidade validada em até 1 (um) ano a partir de sua emissão no endereço <https://app.uff.br/duff>, no link da seção "Validar Declaração".

Gerado em: 11/04/2022 - 18:47

REL220411184724442 D248.D21B.DECB.2F9E
1




Universidade Federal Fluminense
MATRIZ CURRICULAR



GRAU - Graduação

SSN00198	TÓPICOS ESPECIAIS EM FUNDAMENTOS DA VIDA SOCIAL - TEORIA DO ESTADO E SERVIÇO SOCIAL	OB	60	0	0	60			
SSN00217	INTRODUÇÃO A ESTUDOS FILOSÓFICOS	OB	60	0	0	60			
Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			240						

3º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
SSN00148	PENSAMENTO SOCIAL I	OB	60	0	0	60		[1 - SSN00161] INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA E SERVIÇO SOCIAL [2 - GSO00156] SOCIOLOGIA	
SSN00150	ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL	OB	60	0	0	60		[1 - SSN00161] INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA E SERVIÇO SOCIAL [2 - GSO00156] SOCIOLOGIA	
SSN00151	POLÍTICA SOCIAL I	OB	60	0	0	60			
SSN00159	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	OB	60	0	0	60		[2 - SSN00158] FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	
Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			240						

Este documento foi gerado pelo Sistema Acadêmico da Universidade Federal Fluminense - IdUFF.
Este documento pode ter sua autenticidade validada em até 1 (um) ano a partir de sua emissão no endereço <https://app.uff.br/duff>, no link da seção "Validar Declaração".

Gerado em: 11/04/2022 - 18:47

REL220411184724442 D248.D21B.DECB.2F9E
2

PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

uff Universidade Federal Fluminense
MATRIZ CURRICULAR

STI
SISTEMA DE
Tecnologia da Informação

GRAU - Graduação

4º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
SSN00149	PENSAMENTO SOCIAL II	OB	60	0	0	60		[3 - SSN00148] PENSAMENTO SOCIAL I	
SSN00152	POLÍTICA SOCIAL II	OB	60	0	0	60		[3 - SSN00151] POLÍTICA SOCIAL I	
SSN00160	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	OB	60	0	0	60		[3 - SSN00159] FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	
SSN00163	ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL	OB	60	0	0	60			[4 - SSN00160] FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III

Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:

240

5º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
SSN00155	RELAÇÕES DE GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL	OB	60	0	0	60		[3 - SSN00150] ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL	
SSN00162	PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	OB	60	0	0	60		[4 - SSN00160] FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-	

Este documento foi gerado pelo Sistema Acadêmico da Universidade Federal Fluminense - IdUFF.

Este documento pode ter sua autenticidade validada em até 1 (um) ano a partir de sua emissão no endereço <https://app.uff.br/lduff>, no link da seção "Validar Declaração".

Gerado em: 11/04/2022 - 18:47

REL220411184724442

D248.D21B.DECB.2F9E

3

PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

uff Universidade Federal Fluminense
MATRIZ CURRICULAR

STI
SUPERVISÓRIO DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

GRAU - Graduação

								METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	
SSN00166	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL I	OB	0	0	200	200		[4 - SSN00163] ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL	[5 - SSN00167] SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO I
SSN00167	SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO I	OB	90	0	0	90		[4 - SSN00160] FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III [4 - SSN00163] ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL	[5 - SSN00166] ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL I
SSN00176	OFICINA TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL I	OB	60	0	0	60		[4 - SSN00160] FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III [4 - SSN00163] ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL	[5 - SSN00166] ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL I
Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			470						

6º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
SSN00156	FAMÍLIA, POLÍTICAS SOCIAIS E QUESTÃO SOCIAL	OB	60	0	0	60		[5 - SSN00155] RELAÇÕES DE GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL	
SSN00168	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL II	OB	0	0	200	200		[5 - SSN00166] ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL I	[6 - SSN00169] SUPERVISÃO ACADÊMICA DE

Este documento foi gerado pelo Sistema Acadêmico da Universidade Federal Fluminense - IdUFF.

Este documento pode ter sua autenticidade validada em até 1 (um) ano a partir de sua emissão no endereço <https://app.uff.br/lduff>, no link da seção "Validar Declaração".

Gerado em: 11/04/2022 - 18:47

REL220411184724442

D248.D21B.DECB.2F9E

4

PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

uff Universidade Federal Fluminense
MATRIZ CURRICULAR

STI
SISTEMA DE
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

GRAU - Graduação

								ESTÁGIO II
SSN00169	SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO II	OB	90	0	0	90		[5 - SSN00167] SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO I
SSN00177	OFICINA TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL II	OB	60	0	0	60		[5 - SSN00176] OFICINA TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL I
SSN00216	DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL	OB	60	0	0	60		[4 - SSN00152] POLÍTICA SOCIAL II
Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			470					

7º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
GSI00507	PSICOLOGIA III	OB	60	0	0	60		[5 - SSN00167] SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO I	
SSN00154	QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	OB	60	0	0	60		[3 - SSN00150] ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL	
SSN00165	PLANEJAMENTO E SERVIÇO SOCIAL	OB	60	0	0	60		[4 - SSN00152] POLÍTICA SOCIAL II	
SSN00171	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL III	OB	0	0	200	200			[7 - SSN00172] SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO III

Este documento foi gerado pelo Sistema Acadêmico da Universidade Federal Fluminense - IdUFF.

Este documento pode ter sua autenticidade validada em até 1 (um) ano a partir de sua emissão no endereço <https://app.uff.br/duff>, no link da seção "Validar Declaração".

Gerado em: 11/04/2022 - 18:47

REL220411184724442 D248.D21B.DECB.2F9E

5



PROGRAD

PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO



Universidade Federal Fluminense

MATRIZ CURRICULAR



SISTEMA DE

INFORMAÇÃO DE

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

GRAU - Graduação

SSN00172	SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO III	OB	90	0	0	90		[6 - SSN00169] SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO II	[7 - SSN00171] ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL III
Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			470						

8º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
SSN00153	MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÃO SOCIAL	OB	60	0	0	60		[7 - SSN00154] QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	
SSN00164	PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL	OB	60	30	0	90		[5 - SSN00162] PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL [7 - SSN00165] PLANEJAMENTO E SERVIÇO SOCIAL	
Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			150						

9º período

Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
SSN00174	ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	OB	90	0	0	90		[8 - SSN00164] PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL	

Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			90						
10º período									
Código	Nome	Tipo	CHTeórica	CHPrática	CHEstágio	CHTotal	CHPre-Req	Pré-requisitos	Co-requisitos
SSN00175	ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	OB	90	0	0	90		9º período completo	
Total de Carga Horária obrigatória do Semestre:			90						

ANEXO C

Programas das disciplinas do curso de Serviço Social do ISSSL|UL: História Social e do Serviço Social; Contextos profissionais em Serviço Social; Seminário de reflexão e análise da prática



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de HISTÓRIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL - 1º Ano
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Curso: Serviço Social

Ciclo: 1

Unidade Curricular: HISTÓRIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL (L4402)

Ano Curricular: 1

Semestre: 1º Semestre

Créditos: 6,00

Coord. área científica:

Regente: Prof. Doutora TERESA PAULA GARCIA RODRIGUES DA SILVA

Assistentes:

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

1/6

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.ulisboa.pt - <http://www.lis.ulisboa.pt>



Universidade Lusíada de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de HISTÓRIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

1º Ano

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
1	14.09.2022 - 20.09.2022	Apresentação do professor e dos alunos. Introdução da unidade curricular	Organização do funcionamento e avaliação da unidade		GROULX, Lionel (1985). Análises sócio históricas do Serviço Social : Ponto de Vista Crítico. Estudos & Documentos. Série II nº2 - Marco CPHITS, Lisboa.
2	21.09.2022 - 27.09.2022	1. História Social e do Social 1.1 Dimensões conceituais da História Social e do Serviço Social- as condições de origem	Exploração da primeira parte do suporte bibliográfico da unidade curricular		SOYDAN, Haluk (2004) La historia de las ideas en el trabajo social. Valencia: Consejo General diplomados en trabajo social y Asistentes Sociales. GINER, Samuel (1980). Historia del pensamiento Social. Ariel, Barcelona. MONTAÑO, Carlos (2000) LA NATURALEZA DEL SERVICIO SOCIAL-Un ensayo sobre su genesis, su especificidad y su reproducción. S. Paulo, Cortez.
3	28.09.2022 - 04.10.2022	2. Evolução e desenvolvimento da protecção social: o papel do Estado, da Igreja e das Instituições Sociais	Seleção de documentação a trabalhar em sala de aula.		MENDES, J.M. Amado (1983) História Económica e Social dos Secs XV a XX, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. IGRELA, CATÓLICA, Papa, 1878-1903 (Leão XIII) (1991) ? Rerum Novarum. Lisboa : Rei dos Livros. IGRELA, CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pio XII) (1971) - Quadragesimo anno. São Vaticano : Typis Polyglottis Vaticanis.
4	05.10.2022 - 11.10.2022	3. A questão social: reformadores sociais e o contributo dos pioneiros	Exploração e Análise da documentação e contacto com obras de referência. O respeito pelas fontes históricas - a construção da memória		ANDER-EGG, Ezequiel (1975). História del trabajo social. Erc. Buenos Aires, capV.

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

2/6

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusíada.pt - http://www.lis.lusíada.pt



Universidade Lusitana de Lisboa

Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)

Licenciatura em Serviço Social

Unidade Curricular de HISTÓRIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL

1º Ano

1º Semestre

- Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
5	12.10.2022 - 18.10.2022	II. Emergência e institucionalização do Serviço Social no quadro das ciências Sociais 1. Serviço Social e Ciências humanas 2. Fundamentos e princípios do Serviço Social	Exploração e análise de artigos em sub grupo e preparação do trabalho de grupo		MARTÍNEZ, Manuel Moix (1991). Introducción al Trabajo Social. 1ª edición. Editorial Trivium. Madrid.
6	19.10.2022 - 25.10.2022	3. Os métodos de Serviço Social: Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupos e Serviço Social de Comunidades	Organização do trabalho de grupo		RESTREPO, Olga (2003). Método o Metodologia márgenes restritivas o precisiones conceptuales in Reconfigurando el Trabajo Social, perspectivas y tendencias contemporáneas. 1ª edición. Espacio. Buenos Aires
7	26.10.2022 - 01.11.2022	Continuação	Revisão da matéria dada e orientação para o teste		RESTREPO, Olga (2003)
8	02.11.2022 - 08.11.2022	Teste escrito (31 a 4 Nov)	Correção do teste escrito esclarecimento de dúvidas		Método o Metodologia márgenes restritivas o precisiones conceptuales in Reconfigurando el Trabajo Social, perspectivas y tendencias contemporáneas. 1ª edición. Espacio. Buenos Aires DÍAZ, Jorge Torres (1987) Historia del Trabajo Social. Editorial Hymánias. Buenos Aires.

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

3/6

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@fms.ulusiada.pt - http://www.fms.ulusiada.pt

Universidade Lusíada de Lisboa

Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)

Licenciatura em Serviço Social

Unidade Curricular de HISTÓRIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL

1º Semestre

1º Ano

- Ano Lectivo 2022/2023



Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
9	09.11.2022 - 15.11.2022	III. Emergência e institucionalização do Serviço Social em Portugal	Exploração da segunda parte do suporte bibliográfico da unidade curricular		MARTINS, Alcina (1989). Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português. 1ª edição Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa. SILVA, Teresa (1917) A primeira escola de Serviço Social em Portugal : o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955), Lisboa : [s.n.], 2016. - V. 1 (24). 354 p.). - (Dissertações e teses Lusíada, Serviço Social). BRANCO, Francisco ; FERNANDES, Ernesto (2005) - O serviço social em Portugal : trajetória e encruzilhada. FERNANDES, Ana; DIAS, Helena, FERREIRA, Maria de Lurdes e CABRITA, Teresa (1993). O surgimento do Serviço Social nas miséridias Portuguesas. Revista Intervenção Social, nº 8, Lisboa, ISSSL. Departamento Editorial. MARTINS, Alcina Maria de Castro (1993). A escola da Ciência Social de Le Play na Construção do Conhecimento do Serviço Social Português?. Revista Intervenção Social, nº 7, Lisboa, ISSSL.
10	16.11.2022 - 22.11.2022	Continuação	Seleção de documentação a trabalhar em sala de aula. A importância da História Oral. Visualização de entrevistas.		
11	23.11.2022 - 29.11.2022	IV. O pensamento crítico e o movimento de reconceptualização	Convidada Professora Doutora Jacqueline Marques "O papel dos assistentes sociais na resistência ditadura"		NEGREIROS, Maria Augusta Et al. (1992) A construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal : período de 1974 a 1978. Estudos e pesquisas. História do Serviço Social Português Lisboa: ISSSL

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

4/6

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@fmls.ulisboa.pt - http://www.fmls.ulisboa.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de HISTÓRIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023 - 1º Ano

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
12	30.11.2022 - 06.12.2022	V. Serviço Social/De profissão a área do conhecimento 1. Conhecimento e acção, a relação teoria-prática	Apresentação e colectivação dos trabalhos de grupo		ANDER-EGG, Ezequiel (1995). Reflexões em Torno das metodologias de acção social. Estudos & Documentos Série II nº 2 Março. CPHITS Lisboa HOWE, David (1999). Dando sentido a la práctica. Una introducción a la teoría del Trabajo Social. Ed. Maristán Granada. CAPARRÓS, María José Escartín (1998). Manual de trabajo Social Modelos de práctica profesional. Aguadara. Madrid.
13	07.12.2022 - 13.12.2022	2. Níveis e unidades de intervenção	Revisão da matéria dada e orientação para o teste		FALCÃO, Maria do Carmo (1979). Serviço Social - Uma Nova Visão Teórica. 3ª ed. S. Paulo. Cortez e Moraes. 1979.
14	14.12.2022 - 20.12.2022	Teste escrito (12 a 16 dez)	Correção do teste escrito esclarecimento de dúvidas		MOURO, Helena (2010). Modernização do serviço Social Da sociedade industrial à sociedade de risco edições Almedina Lisboa.
15	03.01.2023 - 08.01.2023	3. Serviço Social hoje	Visualização de filme e debate de temas em torno dos direitos humanos		Direitos humanos e Serviço social (1999) Manual para as escolas e profissionais de Serviço Social. Departamento Editorial do ISSScoop. Lisboa
16	09.01.2023 - 15.01.2023		Esclarecimentos de dúvidas e preparação para a frequência		
17	16.01.2023 - 22.01.2023		Preparação para a frequência		
18	23.01.2023 - 29.01.2023		Preparação para a frequência		
19	30.01.2023 - 05.02.2023		Preparação para a frequência		
20	06.02.2023 - 12.02.2023		Preparação para a frequência		

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

5/6

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lilusitana.pt - http://www.lilusitana.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de HISTÓRIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

1º Ano

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
--------	---------	----------------	------------------------------	--------------------	-----------------------

Ficha técnica MIP	
Título	Syllabus da unidade curricular 'HISTÓRIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL': Ano Lectivo 2022/2023
Autor	Prof. Doutora TERESA PAULA GARCIA RODRIGUES DA SILVA
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	17-01-2023 16:29:26
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso restrito
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusitana de Lisboa, 2023	

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

6/6

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de CONTEXTOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL - 2º Ano
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Curso:	Serviço Social
Ciclo:	1
Unidade Curricular:	CONTEXTOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL (L4414)
Ano Curricular:	2
Semestre:	1º Semestre
Créditos:	6,00
Coord. área científica:	
Regente:	Prof. Doutora INÉS CASQUILHO DUARTE MARTINS
Assistentes:	

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

1/7

Universidade Lusíada de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de CONTEXTOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL - 2º Ano
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023



Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
1	14.09.2022 - 20.09.2022	Apresentação do programa da unidade curricular, objetivos, funcionamento pedagógico, métodos de avaliação e bibliografia. Introdução aos conteúdos da unidade curricular: as expectativas profissionais dos estudantes.	Diagnóstico de conhecimento dos estudantes sobre a profissão e expectativas profissionais.	Levantamento de percepções sobre a profissão. Preenchimento da ficha de suporte para realização do trabalho de campo.	Fernández García, T., & Alemán Bracho, C. (2006). Introducción al trabajo Social. Madrid: Alianza Editorial.
2	21.09.2022 - 27.09.2022	A identidade profissional do assistente social. A definição de Serviço Social. Valores e Princípios fundamentais para o exercício profissional.	Debate e análise de percepções sobre a profissão.	Contato com as entidades para agendamento da visita institucional - Trabalho de campo.	Anaro, M. I. (2015). Urgências e emergências do serviço social. Lisboa: Universidade Católica Editora. (2ª Ed). Hepworth, D. H. (2013). Direct social work practice: Theory and skills. Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (9ª Ed.)
3	28.09.2022 - 04.10.2022	Jurisdição profissional da intervenção do assistente social.	Debate sobre a criação das condições sociais e políticas do reconhecimento social da jurisdição profissional do assistente social.	Visitar o site da APSS. Ler o código deontológico dos assistentes sociais publicado pela APSS (2018). Consulta da Lei n.º 121/2019 de 25 de setembro que cria a Ordem dos Assistentes Sociais.	Fernández García, T., & Alemán Bracho, C. (2006). Introducción al trabajo Social. Madrid: Alianza Editorial.
4	05.10.2022 - 11.10.2022	Níveis de intervenção do Serviço Social.	Orientação e preparação de instrumentos para a realização das visitas institucionais.	Elaborar a grelha de observação e preparativos para realização da visita institucional.	Anaro, M. I. (2015). Urgências e emergências do serviço social. Lisboa: Universidade Católica Editora. (2ª Ed).

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

2/7

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@luis.lusitana.pt - http://www.luis.lusitana.pt



Universidade Lusitana de Lisboa

Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)

Licenciatura em Serviço Social

Unidade Curricular de CONTEXTOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL - 2º Ano

1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
5	12.10.2022 - 18.10.2022	Definição do objeto e objetivos da intervenção. Especificidades do Serviço Social e a relação com outras áreas profissionais e científicas.	Acompanhamento do trabalho de campo.	Realização de visitas institucionais. Elaboração do relatório de trabalho de campo.	Fernández García, T., & Alemán Bracho, C. (2006). Introducción al trabajo Social. Madrid: Alianza Editorial. Amaro, M. I. (2015). Urgências e emergências do serviço social. Lisboa: Universidade Católica Editora. (2ª Ed.).
6	19.10.2022 - 25.10.2022	Setores, áreas e âmbitos de intervenção do Serviço Social.	Acompanhamento do trabalho de campo.	Realização de visitas institucionais. Elaboração do relatório de trabalho de campo.	Direct social work practice: Theory and skills. Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (9ª Ed.). Zastrow, C. (2017). Introduction to social work and social welfare: Empowering people Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (12ª Ed.).
7	26.10.2022 - 01.11.2022	Setores, áreas e âmbitos de intervenção do Serviço Social.	Análise de casos práticos. Debate.	Realização de visitas institucionais. Elaboração do relatório de trabalho de campo.	Direct social work practice: Theory and skills. Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (9ª Ed.). Zastrow, C. (2017). Introduction to social work and social welfare: Empowering people Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (12ª Ed.).
8	02.11.2022 - 08.11.2022	Setores, áreas e âmbitos de intervenção do Serviço Social.	Análise de casos práticos. Debate.	Realização de visitas institucionais. Elaboração do relatório de trabalho de campo.	Direct social work practice: Theory and skills. Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (9ª Ed.). Zastrow, C. (2017). Introduction to social work and social welfare: Empowering people Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (12ª Ed.).

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

3/7

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt



Universidade Lusíada de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de CONTEXTOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL - 2º Ano
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
9	09.11.2022 - 15.11.2022	Primeiro teste escrito. Setores, áreas e âmbitos de intervenção do Serviço Social.	Experimentação do uso de instrumentos de suporte à intervenção social.	Elaboração e entrega do relatório de trabalho de campo.	Fernández García, T., & Alemán Bracho, C. (2006). Introducción al trabajo Social. Madrid: Alianza Editorial. Hepworth, D. H. (2013). Direct social work practice: Theory and skills. Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (9ª Ed.). Zastrow, C. (2017). Introduction to social work and social welfare: Empowering people Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (12ª Ed.).
10	16.11.2022 - 22.11.2022	Análise de contextos profissionais do Serviço Social: Enquadramento da acção face ao serviço, à instituição/organização e à população abrangida; As relações que se estabelecem com e entre as equipas, os utentes e a instituição.	Apresentação do trabalho de campo.	Preparação das apresentações orais.	Fernández García, T., & Alemán Bracho, C. (2006). Introducción al trabajo Social. Madrid: Alianza Editorial. Hepworth, D. H. (2013). Direct social work practice: Theory and skills. Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (9ª Ed.). Zastrow, C. (2017). Introduction to social work and social welfare: Empowering people Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (12ª Ed.).

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

477

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusíada.pt - http://www.lis.lusíada.pt

Universidade Lusíada de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de CONTEXTOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL - 2º Ano
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023



Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
11	23.11.2022 - 29.11.2022	Análise de contextos profissionais do Serviço Social: Enquadramento da acção face ao serviço, à instituição/organização e à população abrangida; As relações que se estabelecem com e entre as equipas, os utentes e a instituição.	Apresentação do trabalho de campo.	Preparação das apresentações orais	Fernández García, T., & Alemán Bracho, C. (2006). Introducción al trabajo Social. Madrid: Alianza Editorial. Hepworth, D. H. (2013). Direct social work practice: Theory and skills. Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (9ª Ed.). Zastrow, C. (2017). Introduction to social work and social welfare: Empowering people Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (12ª Ed.).
12	30.11.2022 - 06.12.2022	Análise de contextos profissionais do Serviço Social: Enquadramento da acção face ao serviço, à instituição/organização e à população abrangida; As relações que se estabelecem com e entre as equipas, os utentes e a instituição.	Apresentação do trabalho de campo.	Preparação das apresentações orais	Fernández García, T., & Alemán Bracho, C. (2006). Introducción al trabajo Social. Madrid: Alianza Editorial. Hepworth, D. H. (2013). Direct social work practice: Theory and skills. Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (9ª Ed.). Zastrow, C. (2017). Introduction to social work and social welfare: Empowering people Belmont, CA: Brooks/Cole, Cengage Learning. (12ª Ed.).
13	07.12.2022 - 13.12.2022	Análise de contextos profissionais do Serviço Social: Enquadramento da acção face ao serviço, à instituição/organização e à população abrangida; As relações que se estabelecem com e entre as equipas, os utentes e a instituição.	Apresentação do trabalho de campo.	Preparação das apresentações orais	Amaro, M. I. (2015). Urgências e emergências do serviço social. Lisboa: Universidade Católica Editora. (2ª Ed.) Santos, C. C., Albuquerque, C. P., & Almeida, H. N. (2013). Serviço social. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Albuquerque, C. P., & Arcoverde, A.C.B. (2017). Serviço Social Contemporâneo. Reflexividade e Estratégia. Lisboa: Pactor.

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

5/7

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lil.usluisada.pt - http://www.lil.usluisada.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de CONTEXTOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL - 2º Ano
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
14	14.12.2022 - 20.12.2022	Segundo teste escrito. Articulação entre o conhecimento teórico, metodológico e técnico da intervenção em Serviço Social.	Apresentação do trabalho de campo.	Preparação das apresentações orais	Amaro, M. I. (2015). Urgências e emergências do serviço social. Lisboa: Universidade Católica Editora. (2ª Ed) - Santos, C. C., Albuquerque, C. P., & Almeida, H. N. (2013). Serviço social. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Albuquerque, C. P. & Arcoverde, A.C.B. (2017). Serviço Social Contemporâneo. Reflexividade e Estratégia. Lisboa: Pactor.
15	03.01.2023 - 08.01.2023	Articulação entre o conhecimento teórico, metodológico e técnico da intervenção em Serviço Social.	Debate sobre os conteúdos leccionados e balanço das atividades realizadas.		
16	09.01.2023 - 15.01.2023		Esclarecimento de questões sobre os conteúdos da unidade curricular.		
17	16.01.2023 - 22.01.2023		Esclarecimento de questões sobre os conteúdos da unidade curricular.		
18	23.01.2023 - 29.01.2023		Esclarecimento de questões sobre os conteúdos da unidade curricular.		
19	30.01.2023 - 05.02.2023		Esclarecimento de questões sobre os conteúdos da unidade curricular.		
20	06.02.2023 - 12.02.2023		Esclarecimento de questões sobre os conteúdos da unidade curricular.		

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

6/7

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lisulsiada.pt - http://www.lisulsiada.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de CONTEXTO PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL - 2º Ano
1º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
--------	---------	----------------	------------------------------	--------------------	-----------------------

Ficha técnica MIP	
Título	Syllabus da unidade curricular 'CONTEXTO PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL'; Ano Lectivo 2022/2023
Autor	Prof. Doutora INÊS CASQUILHO DUARTE MARTINS
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	17-01-2023 16:29:57
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso restrito
Relação	Versão 2.0
(c) Universidade Lusitana de Lisboa, 2023	

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

7/7

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lil.usluisada.pt - http://www.lil.usluisada.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICAS - 3º Ano
2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Curso: Serviço Social
Ciclo: 1
Unidade Curricular: SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS (L4428)
Ano Curricular: 3
Semestre: 2º Semestre
Créditos: 6,00
Coord. área científica:
Regente: Prof. Doutora MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA
Assistentes: Prof. Doutora VANDA SOFIA BRAZ RAMALHO

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

1/10



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano
2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
21	13.02.2023 - 19.02.2023	Apresentação da UC. Discussão do contrato pedagógico e calendarização dos momentos de avaliação escrita. 1. Referenciais-âncora do Serviço Social: articulação com a prática profissional - debate introduzido ao tema.	Reflexão em grupos, sobre as áreas específicas de intervenção. Calendarização das apresentações orais.		Programa e Syllabus da UC. Elza Mesquita, Maria do Céu Rodão e Joaquim Machado (2019), Prática Supervisionada e Construção do Conhecimento Profissional, Edição: Fundação Manuel Leão FOOK, Jan (2016), Refletir sobre a Relação entre Teoria e Prática em Serviço Social, pp. 261-272, in CARVALHO, Maria Irene de & Carla Pinto (coords.), Serviço Social: Teorias e Práticas, Lisboa: Factor SOUZA, Isabel de (2015), "Serviço Social em debate: que referenciais genéricos?", Intervenção Social, (42-45), pp. 11-23 AMARO, Maria Inês (2009), "Identidades, incertezas e tarefas do Serviço Social contemporâneo", Revista Locus Soci@l, Lisboa, CESSS, (2), pp. 29-46 NETTO, José Paulo (2015), "O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro", Intervenção Social (42-45), pp. 229-242
22	20.02.2023 - 26.02.2023	1.1. Definição Global, projecto profissional e Código deontológico - desafios na prática quotidiana dos assistentes sociais; 1.2. A instrumentalidade face ao projecto ético-político do Serviço Social: questões procedimentais e finalismo metodológico.	Reflexão em grupos, sobre as áreas específicas de intervenção. Esclarecimento de dúvidas. Orientação de leituras para aprofundamento, face aos contextos específicos de estágio.		

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

2/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt



Universidade Lusitana de Lisboa

Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)

Licenciatura em Serviço Social

Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano

2º Semestre

- Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
23	27.02.2023 - 05.03.2023	1.3. Campos de intervenção, identidade e jurisdição profissional. Equipas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares.	Campos de intervenção e jurisdição profissional: análise de exemplos práticos, a partir da coexistência e análise reflexiva da experiência dos estudantes.		<p>ANDRADE, Marília (2001), "Campo de Intervenção do Serviço Social, Antonomias e Heteronomias do Agir", Intervenção Social, (23/24), pp. 217-232.</p> <p>AMARO, Maria Inês (2008), "Os Campos Paradigmáticos do Serviço Social: Proposta para uma Categorização das Teorias em Presença", Revista Locus Soci@l, Lisboa, CESSS, (1), pp. 65-80.</p> <p>BRANCO, Francisco (2009), "Assistentes Sociais e Profissões Sociais em Portugal: Notas sobre um Itinerário de Pesquisa", Revista Locus Soci@l, Lisboa, CESSS, 2/2009: 7-19</p>

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

3/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano
2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
24	06.03.2023 - 12.03.2023	2. Metodologias colaborativas e participativas, como estratégias privilegiadas no exercício profissional 2.1. Conceitos e exemplos. A metodologia SPIRAL.	Metodologias colaborativas e participativas: análise de exemplos práticos, a partir da coletivização e análise reflexiva da experiência dos alunos. Preparação do Teste 1.		ADAMS, Robert (2008) Empowerment, Participation and Social Work, London: Palgrave Macmillan LÓPEZ DE CEBALLOS, Paloma (1989) Un método para la investigación-acción participativa, Madrid: Popular Marta Lobet, Ferrán Cortés, Rosa M.ª Alemany (2004) Proyecto de investigación/acción en trabajo social comunitario: la construcción de prácticas participativas, PORTULARIA 4, 2004, [445-454] CORNELLY, Seno António (1976), Serviço social: planeamento e participação comunitária, São Paulo: Cortez

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

4/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano
2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
25	13.03.2023 - 19.03.2023	2.2. Papel do assistente social na implementação e dinamização de processos colaborativos e participativos. 2.3. Articulação dos diferentes níveis de intervenção: micro, meso e macro. 2.4. Competências a mobilizar/desenvolver.	Teste 1.		GUADALUPE, Sónia (2009), Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social, Coimbra: Universidade de Coimbra LOVELOCK, R., K. Lyons & J. Powell (eds) (2016), Reflecting on Social Work: Discipline and Profession. London: Routledge GOULD N. & M. Baldwin (eds) (2004), Social Work, Critical Reflection and the Learning Organisation, Farnham: Ashgate. Healy, Karen (2017), The Skilled Communicator in Social Work, Palgrave Macmillan Bibliografia do Programa. Referências específicas, a definir em função dos contextos de estágio.
26	20.03.2023 - 26.03.2023	3. Abordagem de áreas temáticas específicas, em função dos contextos de aprendizagem experiencial em presença, tendo em conta, nomeadamente: i) políticas e medidas de suporte, modelos de intervenção e sua visão sobre os sujeitos da intervenção; ii) dilemas éticos e estratégias de resolução; iii) análise crítica-reflexiva sobre as práticas de estágio.	Coletivização e análise crítica-reflexiva sobre os estágios. Orientação de leituras para aprofundamento, face aos contextos específicos de intervenção, em debate.		

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

5/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - <http://www.lis.lusitana.pt>

Universidade Lusíada de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano
2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023



Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
27	27.03.2023 - 02.04.2023	Continuação do Ponto 3.	Coletivização e análise crítica-reflexiva sobre os estágios. Orientação de leituras para aprofundamento, face aos contextos específicos de intervenção, em debate.		Bibliografia do Programa. Referências específicas, a definir em função dos contextos de estágio.
28	11.04.2023 - 16.04.2023	Continuação do Ponto 3.	Coletivização e análise crítica-reflexiva sobre os estágios. Orientação de leituras para aprofundamento, face aos contextos específicos de intervenção, em debate.		Bibliografia do Programa. Referências específicas, a definir em função dos contextos de estágio.
29	17.04.2023 - 23.04.2023	Continuação do Ponto 3.	Coletivização e análise crítica-reflexiva sobre os estágios. Orientação de leituras para aprofundamento, face aos contextos específicos de intervenção, em debate.		Bibliografia do Programa. Referências específicas, a definir em função dos contextos de estágio.
30	24.04.2023 - 30.04.2023	Continuação do Ponto 3.	Coletivização e análise crítica-reflexiva sobre os estágios. Orientação de leituras para aprofundamento, face aos contextos específicos de intervenção, em debate.		Bibliografia do Programa. Referências específicas, a definir em função dos contextos de estágio.
31	01.05.2023 - 07.05.2023	Continuação do Ponto 3.	Coletivização e análise crítica-reflexiva sobre os estágios. Orientação de leituras para aprofundamento, face aos contextos específicos de intervenção, em debate.		Bibliografia do Programa. Referências específicas, a definir em função dos contextos de estágio.

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

6/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt



Universidade Lusíada de Lisboa

Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)

Licenciatura em Serviço Social

Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano

2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
32	06.05.2023 - 14.05.2023	Conclusão do Ponto 3.	Coletivização e análise crítica-reflexiva sobre os estágios. Orientação de leituras para aprofundamento, face aos contextos específicos de intervenção, em debate.		Bibliografia do Programa. Referências específicas, a definir em função dos contextos de estágio.
33	15.05.2023 - 21.05.2023	4. Abordagem de áreas temáticas e, ou sectores relevantes para o exercício profissional não abrangidos pelos contextos de aprendizagem experiencial em presença.	Análise crítica-reflexiva sobre os desafios que se colocam no agir quotidiano do Serviço Social, nos diferentes contextos de intervenção. Preparação do Teste 2.		Bibliografia e referências específicas, a definir em função das áreas temáticas / sectores abordados. ALBUQUERQUE, Cristina (2014), Pensamento e Planeamento estratégico na Intervenção Social: o enfoque na qualidade e na inovação in CARVALHO, M. I & Pinto, C. (2014), Serviço Social, Teorias e Práticas, Lisboa, Pactor, pp. 163-180 (Cap. 9)

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

7/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt

Universidade Lusíada de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano
2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023



Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
34	22.05.2023 - 28.05.2023	5. Análise reflexiva sobre as competências específicas enunciadas no Código Deontológico dos Assistentes Sociais e sua mobilização nos contextos de exercício profissional.	Teste 2.		APSS (2018), Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal LOVELOCK, R., K. Lyons & J. Powell (eds) (2016), Reflecting on Social Work: Discipline and Profession. London: Routledge TREVITHICK, Pamela (2012) Social Work Skills and Knowledge: A Practice Handbook, Maidenhead: Open University Press, 3rd ed Michaela Rogers, Dawn Whitaker, David Edmondson & Donna Peach (2020), Developing Skills and Knowledge for Social Work Practice, Thousand Oaks: Sage, 2nd edition Bibliografia do Programa
35	29.05.2023 - 04.06.2023	6. Balanço da análise de práticas profissionais e do processo reflexivo desenvolvido, bem como da respectiva importância para a formação em Serviço Social.	Avaliação global da UC e, em particular, avaliação do grau de cumprimento dos objectivos do programa. Exercício de auto-avaliação.		
36	05.06.2023 - 11.06.2023		Apoio ao estudo de preparação para a 1.ª Frequência/Exame Regime B. Esclarecimento de dúvidas apresentadas pelos/às estudantes.		Bibliografia do Programa
37	12.06.2023 - 18.06.2023		Apoio ao estudo de preparação para a 1.ª Frequência/Exame Regime B. Esclarecimento de dúvidas apresentadas pelos/às estudantes.		Bibliografia do Programa

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

8/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@luis.lusitana.pt - http://www.luis.lusitana.pt



Universidade Lusitana de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano
2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Período	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
38	19.06.2023 - 25.06.2023		Apoio ao estudo de preparação para a 1.ª Frequência / Exame Regime B. Esclarecimento de dúvidas apresentadas pelos/os estudantes.		Bibliografia do Programa
39	26.06.2023 - 02.07.2023		Apoio ao estudo de preparação para o exame escrito 1.ª época. Esclarecimento de dúvidas apresentadas pelos estudantes.		Bibliografia do Programa
40	03.07.2023 - 09.07.2023		Apoio ao estudo de preparação para o exame escrito 1.ª época. Esclarecimento de dúvidas apresentadas pelos estudantes.		Bibliografia do Programa

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

9/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt



Universidade Lusíada de Lisboa
Faculdade de Instituto Superior de Serviço Social (1º Ciclo)
Licenciatura em Serviço Social
Unidade Curricular de SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICA - 3º Ano
2º Semestre - Ano Lectivo 2022/2023

Semana	Periodo	Aulas teóricas	Aulas de orientação tutorial	Outras actividades	Leituras recomendadas
--------	---------	----------------	------------------------------	--------------------	-----------------------

Ficha técnica MIP	
Título	Syllabus da unidade curricular "SEMINÁRIO DE REFLEXÃO E ANÁLISE DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS": Ano Lectivo 2022/2023
Autor	Prof. Doutora MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	17-01-2023 16:30-22
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso restrito
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2023	

terça-feira, 17 de janeiro de 2023

10/10

FUNDAÇÃO MINERVA CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 LISBOA - Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307 - e-mail: info@lis.lusitana.pt - http://www.lis.lusitana.pt

ANEXO D

Programas das disciplinas do curso de Serviço Social da ESS|UFF:
Fundamentação História Teórica e Metodológica do Serviço Social III;
Supervisão Acadêmica de Estágio III; Pesquisa em Serviço Social

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI</p>
<p>CÓDIGO DA DISCIPLINA: SSN 04110 DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III CARGA HORÁRIA: 60 horas 1º SEMESTRE DE 2022-Vespertino 6ª feira de 14h às 18h</p>
<p>Docente: RODRIGO LIMA contato: rodrigoRod@hotmail.com</p>
<p>EMENTA: “Questão social” e seu enfrentamento pelas classes sociais em sua relação com o Estado, dos anos 1980 à atualidade. Processo de redemocratização no Brasil e a renovação do Serviço Social. Reordenamento das relações Estado e sociedade nos aspectos jurídicos, institucionais e políticos. Demandas e respostas teóricas, práticas e políticas do Serviço Social na década de 1980. O debate contemporâneo da profissão.</p> <p>OBJETIVOS: Propiciar conhecimento das demandas e respostas teóricas, práticas e políticas que o Serviço Social elaborou no período de democratização do país (1980 à atualidade) e seus desdobramentos no debate contemporâneo da profissão. Analisar as determinações histórico-conjunturais, teóricas e políticas que possibilitaram a construção do projeto ético político;</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <p>UNIDADE INTRODUTÓRIA <u>A realidade como síntese de múltiplas determinações. Serviço Social em tempos de pandemia.</u></p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CARDOSO, Ana Paula; MAURIEL, Ana Paula; SILVA, Mossicleia Mendes. Assistência social e conservadorismo: dilemas e resistências do exercício profissional de assistentes sociais diante da pandemia da Covid-19. In: PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R. (Orgs.). Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em https://fissuu.com/navegandopublicacoes/docs/larissa-livro_10- diagramado-min</p> <p>ADRIANO, Ana Livia. Serviço Social e luta de classe: reflexões sobre a hegemonia do Projeto Ético Político. In: ENPES. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória, UFES, 2018</p> <p>GOUVÊA, Marina Machado. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, Elaine; GOUVEIA, Rachel et. al. (Orgs.). Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro, UFRJ, 2020.</p> <p>REIDEL, Tatiana; CANTALICE, Luciana. Formação e Serviço Social em tempos de Covid-19. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PRATES, Jane Cruz (organizadoras). Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19. Boa Vista: Editora IOLE, 2021</p> <p>UNIDADE I <u>A processualidade da intenção de ruptura e os marcos teóricos do enfrentamento ao conservadorismo</u></p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ABRAMIDES, M. B; CABRAL, M. S. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro. In: 30 Anos do Congresso da Virada: CFESS, CRESS 9ª Região/ ABEPSS – Brasília, 2009, pp. 55-80. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf</p> <p>CÓDIGO DE ÉTICA DE 1986</p>

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1996 Parte I - Capítulo II – O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais pp 71-123

NETTO, José Paulo. *O Serviço Social e a tradição marxista*. Revista Serviço Social e Sociedade n. 30. São Paulo: Cortez, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IAMAMOTO, M. Conservadorismo e Serviço Social. *A herança conservadora do Serviço Social: atualização e busca de ruptura*. In: IAMAMOTO, Marilda V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 17-39

KAMEYAMA, Nobuko. *A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997)*. In: *Cadernos ABESS*, nº8. São Paulo: Cortez, novembro de 1998.

SOUZA, Adrianyce Angélica; NEVES, Daniela. *Do Congresso da Virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura*. Revista Praia Vermelha (UFRJ), v. 21.2, 2012.

UNIDADE II

Projeto Ético Político mostra sua cara: contradições e consolidação da formação crítica em Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMIDES, M. B. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade*, nº 127, São Paulo: Cortez, 2016, pp 456 a 475.

CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000. (pp. 17 – 49)

IAMAMOTO, Marilda. 80 anos de Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 128. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n128/0101-6628-ssoc-128-0013.pdf>

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. *Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000*. In: MOTA, A.E; AMARAL, A. (Orgs.) *Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pejeas e desafios*. Recife: Editora UFPE, 2014.

NETTO, J. P. *A Construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea*. In: *Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 01*, Brasília: CEAD- Universidade de Brasília, 1999.

NETTO, J. P. *Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 50, Cortez Editora, São Paulo: Abril/1996.

SANTOS JUNIOR, Adilson Aquino. *A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise*. *Temporalis*, nº 31, v. 16, 2016, pp. 167 a 187.

SANTOS, Josiane Soares. *Rebatimentos do neoconservadorismo pós-moderno no Serviço Social*. In: *Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. *O projeto ético-político do Serviço Social*. In: *Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político*. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n108/a13n108.pdf>. Acesso em 15.abr.2018.

BARROCO, Maria Lúcia. Fundamentos éticos do Serviço Social , In: Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009
BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. In: Revista Temporalis , Brasília (DF), ano IV, n. 8, p. 19-30, jul./dez de 2004.
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social . Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2002.
BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): avanços e retrocessos e enormes desafios. In: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. S. (orgs.). Sociabilidade burguesa e Serviço Social . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, P. 225-282. <i>Coletânea Nova de Serviço Social</i> .
RAMOS, Adriana. Dimensão técnico-operativa do Serviço Social: notas introdutórias sobre instrumentos e técnicas e o projeto ético-político . In: RAMOS, A. SANTOS, F. H. C. (Orgs.) A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos . Campinas: Papel Social, 2018.
RODRIGUES, Mavi. O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada. Revista Praia Vermelha (UFRJ) , v. 21.2, 2012, pp. 51-68.
Resoluções do conjunto CFESS CRESS
METODOLOGIA Com a retomada das atividades presenciais adotaremos aulas expositivas e dialogadas; avaliações individuais e em grupo. Poderemos solicitar estudos dirigidos como estratégia para absorção do conhecimento. Alguns filmes e vídeos serão sugeridos para favorecer o conjunto de abstrações acerca da disciplina e da formação em Serviço Social. Canais de comunicação e esclarecimento de dúvidas pelo <i>Google classroom</i> e <i>Whatsapp</i> .
AValiação A avaliação será realizada por meio de Seminário, Trabalho em grupo e prova individual. A participação nas aulas e demais atividades também serão levadas em consideração

Cronograma Fundamentos III¹ 2022/2 – Sextas das 14:20h às 17:50h – Rodrigo Lima

AULA/DATA	CONTEUDO	INDICAÇÕES DE TEXTOS E VIDEOS
AULA 01 – 26/08/2022	UNIDADE INTRODUTÓRIA	Encaminhamento do esboço programa de disciplina. Atividade para casa (assistir o filme): TENDLER, Silvio. Filme: <i>Utopia ou barbárie</i> , 2009. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=cn9li_NePro
AULA 02 – 02/09/2022	Crise e projeto ético político	Leitura obrigatória: GOUVEA, Marina Machado. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, Elaine; GOUVEIA, Rachel et. al. (Orgs.). <i>Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais</i> . Rio de Janeiro, UFRJ, 2020. ADRIANO, Ana Livia. <i>Serviço Social e luta de classe: reflexões sobre a hegemonia do Projeto Ético Político</i> . In: ENPES. <i>Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social</i> . Vitória, UFES, 2018
AULA 03 – 09/09/2022	Serviço Social em tempos de Pandemia. Encerramento da Unidade Introdutória.	Leitura obrigatória: CARDOSO, Ana Paula; MAURIEL, Ana Paula; SILVA, Mossicleia Mendes. <i>Assistência social e conservadorismo: dilemas e resistências do exercício profissional de assistentes sociais diante da pandemia da Covid-19</i> . In: PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R. (Orgs.). <i>Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um</i>

¹ FERIADOS NACIONAIS E PONTOS FACULTATIVOS – 07/09 (feriado nacional); 12/10; 15/10 (ponto facultativo); 28/10; 02/11; 14/11 (ponto facultativo); 15/11; 20/11 (Dia da consciência negra – feriado estadual)

		<p>país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/larissa-livro-10-diagramado-min</p> <p>REIDEL, Tatiana; CANTALICE, Luciana. Formação e Serviço Social em tempos de COVID-19. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PRATES, Jane Cruz (organizadoras). Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19. Boa Vista: Editora IOLE, 2021</p>
AULA 04 16/09/2022	<p>– UNIDADE I</p> <p>A processualidade da Intenção de ruptura e os marcos teóricos do enfrentamento ao conservadorismo.</p>	<p>Leitura obrigatória</p> <p>ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. S. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro. In: 30 Anos do Congresso da Virada: CFESS, CRESS 9ª Região/ ABEPSS – Brasília, 2009, pp. 55-80. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf</p> <p>Leitura complementar:</p> <p>NETTO, José Paulo. Intenção de ruptura e modernidade. In: ____ Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2005</p>
AULA 05 23/09/2022	<p>– A relação da profissão no processo de reprodução das relações sociais.</p>	<p>Leitura obrigatória:</p> <p>IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1996</p> <p>Parte I - Capítulo II – O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais pp 71-90</p>
AULA 06 30/09/2022	<p>– Os significados dos serviços sociais e a profissão</p>	<p>Leitura obrigatória:</p> <p>IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1996</p> <p>Parte I - Capítulo II – O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais pp 90-123</p>
AULA 07 07/10/2022	<p>– A importância da tradição marxista e uma concepção crítica da profissão.</p>	<p>Leitura obrigatória:</p> <p>NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. Revista Serviço Social e Sociedade n. 30. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>CÓDIGO DE ÉTICA DE 1986</p>
AULA 08 14/10/2022	<p>– AValiação</p>	<p>Avaliação Individual e Sem Consulta - Unidade I (valor 8,0) + um estudo dirigido (valor 2,0)</p>
21 e 28 de outubro	<p>Semana Acadêmica e feriado</p>	<p>Atividade para casa (assistir o filme):</p> <p>BIANCHI, Sérgio. Filme - Quanto vale ou é por quilo? 2005. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ACfdCYbvfl0</p>
AULA 09 04/11/2022	<p>– Início da UNIDADE II</p> <p>Projeto Ético Político mostra sua cara: contradições e consolidação da formação crítica em Serviço Social</p>	<p>Leitura obrigatória:</p> <p>NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão. In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 50, Cortez Editora, São Paulo: Abril/1996.</p> <p>Leitura complementar:</p> <p>NETTO, J. P. A Construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea. In: Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 01, Brasília: CEAD- Universidade de Brasília, 1999.</p>
AULA 10 11/11/2022	<p>– O debate da década de 1990.</p>	<p>Leitura obrigatória:</p> <p>ABRAMIDES, M. B. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social e Sociedade, n° 127, São Paulo: Cortez, 2016, pp 456 a 475.</p> <p>TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009</p>

		<p>CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993 Leitura complementar: BARROCO, Maria Lúcia. Fundamentos éticos do Serviço Social, In: Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CRESS/ABEPSS, 2009</p>
AULA 11 – 18/11/2022	O debate dos anos 2000	<p>Leitura obrigatória: IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000. (pp. 17 – 49)</p> <p>MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A.E; AMARAL, A, (Orgs.) Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pejeas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.</p> <p>Leitura complementar: Resoluções do conjunto CRESS CRESS</p>
AULA 12 – 25/11/2022		<p>Leitura obrigatória: SANTOS JUNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. <i>Temporálio</i>, n° 31, v. 16, 2016, pp. 167 a 187.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda. 80 anos de Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i>, n. 128. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível (on line)</p> <p>Leitura complementar: SANTOS, Josiane Soares. Rebatimentos do neoconservadorismo pós-moderno no Serviço Social. In: <i>Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro</i>. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>RODRIGUES, Mavi. O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada. <i>Revista Praia Vermelha (UFRJ)</i>, v. 21.2, 2012, pp. 51-68.</p>
AULA 13 – 02/12/2022 (nesse dia teremos jogo da seleção brasileira e iremos avaliar coletivamente o que fazer).	Encerramento da disciplina e avaliação da atividade (Dia Nacional do Samba)	<p>MESA REDONDA – Fundamentos do Serviço Social e as expressões da questão social denunciadas pelos sambas</p> <p>Realização do seminário 5,0 pontos. Entrega do relatório em grupo 5,0 pontos.</p> <p>O Seminário será concebido por equipes da turma de Fundamentos III, previamente divididas. Comissão de Formação, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Financeira, Comissão de Comunicação (e outras comissões que forem necessárias).</p> <p>Pelo menos duas pessoas serão convidadas como participantes da mesa redonda e recomenda-se que sejam, preferencialmente, profissionais de Serviço Social.</p> <p>Na condução dos trabalhos uma pessoa da turma será designada para ficar responsável pela coordenação dos trabalhos (fazer a abertura, a apresentação das palestrantes, o controle do tempo e etc.), uma pessoa será responsável por representar a turma na mesa (sugestão: poderá sinalizar aspectos do debate a partir das referências obrigatórias e do filme quanto vale ou é por quilo ou apontar, entre 10 a 15 minutos, as preocupações contemporâneas que cercam a profissão)</p>
AULA 14 09/12/2022	Entrega das notas e Segunda Chamada	
AULA 15 16/12/2022	Verificação Suplementar (14:30h às 17h)	

“A lição sabemos de cor, só nos resta aprender” (Beto Guedes)



PLANO DE ENSINO ATIVIDADES ACADÊMICAS

PLANO DE DISCIPLINA- ATIVIDADES ACADÊMICAS			
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO III		CÓDIGO SSN00172	CHT: TEÓRICA: 60H PRÁTICA: ESTÁGIO:
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE CURSO RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA: DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (NITERÓI)			
DOCENTE: ROBSON ROBERTO DA SILVA E-MAIL: RRSILVA@ID.UFF.BR			
CURSO(S) PARA O(S) QUAL (IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA: SERVIÇO SOCIAL Semestre 2022.2			
EMENTA			
As estratégias e implicações do trabalho profissional, considerando os desafios contemporâneos e o projeto ético-político. Os dilemas e estratégias para a realização da supervisão de estágio nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Análise do trabalho de assistentes sociais, com ênfase nas contribuições profissionais —direcionadas aos processos de democratização das relações e decisões, ao acesso aos direitos e meios de exercê-los, — nos limites, estratégias e táticas adotadas pelas/os assistentes sociais.			
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none"> ● PROPICIAR O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS, ÉTICO-POLÍTICAS E TÉCNICO OPERATIVAS, COMO REQUISITO PARA A INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL. ● ANALISAR AS ESTRATÉGIAS E IMPLICAÇÕES DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS, CONSIDERANDO OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E O PROJETO PROFISSIONAL NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS ORIUNDOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, DE SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL, DA AÇÃO DO EMPRESARIADO OU DAS ORGANIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA. ● CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES RELACIONADAS À SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL, À SISTEMATIZAÇÃO E À AVALIAÇÃO NO TRABALHO PROFISSIONAL. ● GARANTIR AS AVALIAÇÕES DO PROCESSO DE ESTÁGIO ENVOLVENDO OS SUPERVISORES DE CAMPO E ACADÊMICO E O/A ESTAGIÁRIO/A COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO COMO UMA HABILIDADE PROFISSIONAL. ● UTILIZAR COMO INSTRUMENTOS PARA FACILITAR O PROCESSO DE REFLEXÃO NO ESTÁGIO: O PLANO DE ESTÁGIO, O DIÁRIO DE CAMPO E A SÍNTESE REFLEXIVA SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL E SOBRE O ESTÁGIO CONSIDERANDO O NÍVEL DE ESTÁGIO, COM ÊNFASE NAS CONTRIBUIÇÕES, NOS LIMITES, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL. ● ARTICULAR NOS CONTEÚDOS DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO AS RESOLUÇÕES DO CONJUNTO CFESS/CRESS E OS DOCUMENTOS DA ABEPPS. POSSIBILITAR O DEBATE ACERCA DOS DILEMAS E DAS ESTRATÉGIAS PARA A REALIZAÇÃO DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO. 			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO UNIDADE I - AS ESTRATÉGIAS E IMPLICAÇÕES DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS, CONSIDERANDO OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E O PROJETO PROFISSIONAL NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS UNIDADE II - O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES RELACIONADAS À SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL, À SISTEMATIZAÇÃO E À AVALIAÇÃO NO TRABALHO PROFISSIONAL UNIDADE III -ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DA INSERÇÃO EM CAMPO DE ESTÁGIO:			



PLANO DE ENSINO ATIVIDADES ACADÊMICAS

<p>1. TERMO DE ESTÁGIO (ENTREGAR POR EMAIL PARA A COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO)</p> <p>2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO/SUPERVISOR DE CAMPO (PREENCHER O LINK HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/E/1FAIpQLSFnSD3EgGOMuXkAXdrdTO8y8K-cACOUAt6vY7J7gwJ1NPOQ_Ca/viewform)</p> <p>3. PLANO DE ESTÁGIO (ADICIONAR NA PASTA INDIVIDUAL NO DRIVE)</p> <p>4. FOLHA DE FREQUÊNCIA (ADICIONAR NA PASTA INDIVIDUAL NO DRIVE)</p> <p>5. DIÁRIO DE CAMPO (ADICIONAR NA PASTA INDIVIDUAL NO DRIVE)</p> <p>6. RELATÓRIO FINAL (ADICIONAR NA PASTA INDIVIDUAL NO DRIVE)</p> <p>7. AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO (ADICIONAR NA PASTA INDIVIDUAL NO DRIVE)</p> <p>8. AUTO AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE (ADICIONAR NA PASTA INDIVIDUAL NO DRIVE)</p> <p>IMPORTANTE: NO RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES À COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO DA ESS/UFF.</p>	
PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	
ENCONTROS SEMANAIS	
1	<p>23/08</p> <p>Atividade da coordenação de estágio: orientação sobre estágio em 2022.2</p>
2	<p>30/08</p> <p>Apresentação do/a docente e da turma. Reconhecimento dos campos de estágio. Orientação sobre a documentação referente à inserção do/a estagiário/a no campo de estágio.</p> <p>Organização da documentação referente ao campo de estágio</p> <p>Apresentação do Programa da disciplina</p> <p>Início da Discussão da UNIDADE I: análise da conjuntura e desafios contemporâneos ao Projeto Profissional nos espaços sócio ocupacionais</p> <p>Texto base: IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf . Acesso em: 01 de abril de 2016.</p>
3	<p>06/09</p> <p>Apresentação do/a docente e da turma. Reconhecimento dos campos de estágio. Orientação sobre a documentação referente à inserção do/a estagiário/a no campo de estágio.</p> <p>Organização da documentação referente ao campo de estágio</p> <p>Apresentação do Programa da disciplina</p> <p>Início da Discussão da UNIDADE I: análise da conjuntura e desafios contemporâneos ao Projeto Profissional nos espaços sócio ocupacionais</p> <p>Texto base: IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf . Acesso em: 01 de abril de 2016.</p> <p>Entrega do Plano de Estágio</p>
4	<p>13/09</p> <p>I Fórum de Supervisão de Estágio 2022.2 – 14h</p>
5	<p>20/09</p> <p>Continuidade da Discussão da Unidade I: desafios contemporâneos ao Projeto Profissional nos espaços sócio</p>



PLANO DE ENSINO ATIVIDADES ACADÊMICAS

	<p>ocupacionais</p> <p>Texto base:</p> <p>MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/i/ssoc/a/gkDFx8PW5zw5CRRbDrhWwcv/?lang=pt. Acesso em: 28 de agosto de 2022.</p>
6	<p>27/09</p> <p>Unidade II: Oficina sobre Sistematização da prática (Atividade conjunta entre as turmas de SAE III)</p> <p>Texto base: ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da "Sistematização da Prática" em Serviço Social. In: Ana Elizabete Mota; Maria Inês de souza Bravo; Roberta Uchôa; Vera Nogueira. (Org.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 1ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf. Acesso em: 01 de abril de 2016.</p> <p>Entrega do 1º Diário de Campo</p>
7	<p>04/10</p> <p>Unidade II: Desenvolvimento de Habilidades relacionadas à Supervisão, Sistematização e Avaliação Debate com convidado/a sobre Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica (Atividade conjunta entre as turmas de SAE III)</p> <p>Texto base:</p> <p>MATTOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf. Acesso: 01 de abril de 2016.</p>
8	<p>11/10</p> <p>Unidade II: Desenvolvimento de Habilidades relacionadas à Supervisão, Sistematização e Avaliação NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais revendo conceitos básicos. In: Revista Katálisis. Florianópolis, v 5, número 2 jul/dez, 2002. (p.141-152). https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6076</p>
9	<p>18/10</p> <p>Unidade II: Discussão sobre Avaliação de políticas, programas e projetos sociais</p> <p>Texto base:</p> <p>BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf. Acesso em: 01 de abril de 2016.</p> <p>Proposição de Rodas de Avaliação dos Projetos de Intervenção (Atividade conjunta entre as turmas de SAE III) Dia 06 de dezembro de 2022</p>
10	<p>25/10</p> <p>Unidade III: Discussão sobre Estratégias e Táticas de Intervenção Profissional no Espaço sócio-Ocupacional Roda de Conversa com Assistente Social dos Campos de Estágio sobre a atividade de Supervisão em Serviço Social (Atividade conjunta entre as turmas de SAE III)</p> <p>Entrega do 2º Diário de Campo</p>
11	<p>01/11</p> <p>Unidade III: Discussão sobre Estratégias e Táticas de Intervenção Profissional no Espaço sócio-Ocupacional</p> <p>Texto Base:</p> <p>GUERRA, Yolanda Guerra e BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: Serviço social: direitos sociais e</p>



PLANO DE ENSINO ATIVIDADES ACADÊMICAS

	competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf . Acesso em: 01 de abril de 2016.
12	<p>08/11</p> <p>Unidade III: Discussão sobre Estratégias e Táticas de Intervenção Profissional no Espaço sócio-Ocupacional</p> <p>Roda de Conversa com Assistente Social dos Campos de Estágio sobre Estratégias e Táticas da atuação profissional (Atividade conjunta entre as turmas de SAE III)</p> <p>Texto base:</p> <p>PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de; SILVA, Nicole Cristina Oliveira. Estratégias e táticas na formação profissional do assistente social: subsídios para reflexão. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 188-204, jan./jun. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24041. Acesso: 28/08/2022.</p>
13	<p>15/11</p> <p>Feriado – Proclamação da República</p>
14	<p>22/11</p> <p>Unidade III: Discussão sobre Estratégias e Táticas de Intervenção Profissional no Espaço sócio-Ocupacional</p> <p>Roda de conversa com convidado/a sobre Estratégias e Táticas de Intervenção Profissional a partir do tema Racismo</p> <p>Texto base:</p> <p>EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; & FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social</p>
15	<p>29/11</p> <p>Unidade III: Discussão sobre Estratégias e Táticas de Intervenção Profissional no Espaço sócio-ocupacional</p> <p>Texto base:</p> <p>ALMEIDA, Magali da Silva. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: Projeto ético político e exercício profissional em serviço social : os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013. Disponível em: https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf. Acesso: 23/08/2022.</p> <p>Entrega do Relatório Final</p> <p>Entrega do 3º Diário de Campo</p>
16	<p>06/12</p> <p>Roda de Avaliação dos Projetos de Intervenção (apresentação das discentes da turma)</p>
17	<p>13/12</p> <p>Avaliação da disciplina e fechamento de notas.</p>
18	<p>20/12 – Entrega dos documentos na coordenação de estágio</p>
<p>AVALIAÇÃO:</p> <p>A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM SERÁ REALIZADA DE FORMA PROCESSUAL E COMPARTILHADA ENTRE A SUPERVISÃO DE CAMPO, SUPERVISÃO ACADÊMICA E PELO PRÓPRIO/A ESTUDANTE. ESPERA-SE QUE O/A ESTUDANTE ELABORE OS SEGUINTE INSTRUMENTOS DE INSERÇÃO NO CAMPO DE ESTÁGIO: 1) PLANO DE ESTÁGIO, 2) DIÁRIOS DE CAMPO E 3) RELATÓRIO FINAL.</p>	



PLANO DE ENSINO ATIVIDADES ACADÊMICAS

COMPOSIÇÃO DA NOTA FINAL: (NOTA 1 + NOTA 2 + NOTA 3)/3

Nota 1: A (Diários de Campo – 3,0) + B(Avaliação do projeto de Intervenção – 4,0) + C (Relatório Final – 3,0)

Nota 2: Autoavaliação discente

Nota 3: Avaliação do Supervisor de Campo

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressm.org.br/files/arquivos/R0lxH2EYR45424qcA690.pdf>. Acesso: 01 de abril de 2016.

CFESS. *Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política Saúde*. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros para a Atuacao de Assistentes Sociais na Saude.pdf>. Acesso: 25 de novembro de 2015.

CFESS. *Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*. CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha CFESS Final Grafica.pdf>. Acesso: 25 de novembro de 2015.

CFESS. Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. CFESS, s/a. Disponível em : <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso: 25 de novembro de 2015.

CFESS. Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão. CFESS, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidiarios sociojuridico2014.pdf>. Acesso: 20 de agosto de 2022.

GUERRA, Yolanda et al. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. In: XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social: formação e trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS. Ribeirão Preto/ SP: ABEPSS, 2016. <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>

LEWGOY, A. M. B., & SCAVONI, M. L. A. (2006). Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 1(1), 1-9. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/925>

YAZBEK, Maria. Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 120, 2014. <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4RNYGqdkdySpPrJ6cTmsBSQ/?lang=pt&format=pdf>

Legislação Profissional

Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida



PLANO DE ENSINO ATIVIDADES ACADÊMICAS

pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>

Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>

Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Texto aprovado em 13/03/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>

Resolução CFESS nº 785, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResCFess7852016.pdf>

Resolução CFESS Nº 572, de 25 de maio de 2010. Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de CARGOS GENÉRICOS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/RESCFESS572.pdf>

Resolução CFESS Nº 569, de 25 de março de 2010. Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf

Resolução CFESS Nº 557/2009 de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf

Resolução CFESS Nº 556/2009 de 15 de setembro de 2009. Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_556-2009.pdf

Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>

Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf

Resolução CFESS Nº 489/2006 de 03 de junho de 2006. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_489_06.pdf



PLANO DE ENSINO ATIVIDADES ACADÊMICAS

Resolução nº 383 de 29 de março de 1999. Caracteriza o/a assistente social como profissional da saúde.
Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao38399.pdf>

ROBSON ROBERTO DA SILVA – SIAPE 1212729

PROFESSOR

DATA 23/08/2022

CHEFE DE DEPARTAMENTO/ COORDENADOR

DATA ____/____/____

Escola de Serviço Social
Departamento de Serviço Social de Niterói
Disciplina: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - SSN 00.164
Carga horária: 60h Dia: 4ª (18h00 às 22h00)
Ano: 2022.02/Turma: M2 (noturno)
Professora: Maria Cristina Paulo Rodrigues

PROGRAMA DO CURSO

I-EMENTA

Ementa: Particularidades e tipologia da pesquisa social. Método de investigação e método de exposição. Projeto e instrumentos de pesquisa. Noções básicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. Elaboração de projeto de pesquisa.

Objetivo: Realizar uma aproximação à pesquisa acadêmico-científica, que resulte na elaboração de um projeto de pesquisa, pelos/as discentes, com vistas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE	TEMA
I	A importância da pesquisa no exercício profissional (questões teóricas, políticas e éticas)
II	A pesquisa nas ciências sociais: desafios na produção do conhecimento; teoria, método e instrumentos.
III	A elaboração do projeto de pesquisa

III – ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e dialogadas, discussão dos textos indicados e análise de projetos de pesquisa, orientações em pequenos grupos ou individuais para a elaboração dos projetos de pesquisa.

IV – FORMAS E/OU MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será composta pela elaboração e entrega dos trabalhos indicados; assiduidade e participação nos debates; elaboração do Projeto de Pesquisa.

A média final será a partir da soma das notas dos seguintes trabalhos dividida por 2:

Nota 1 (valor de 10 pontos): **Entrega do Pré Projeto de Pesquisa** (Questão de Pesquisa; Hipótese; Objeto; Delimitação do objeto) **Entrega:**

Nota 2 (valor de 10 pontos): **Entrega do Projeto de Pesquisa Completo** (Introdução; Justificativa; Objetivos; Metodologia; Cronograma). **Entrega: 14/12.**

V – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DATA 2º Semestre/2019	TEXTO/ATIVIDADE
24/08	-Apresentação do programa da disciplina/Levantamento dos temas que as/os discentes pretendem pesquisar para o TCC -Orientação para levantamento de Revisão de Literatura inicial
31/08	Unidade I. A importância da pesquisa no exercício profissional -Aula Expositiva com debate a partir da leitura prévia do texto indicado (GUERRA) -Tratamento e Debate sobre Revisão de Literatura Inicial
14/09	Unidade II. A pesquisa nas ciências sociais: desafios na produção do conhecimento -Aula Expositiva com debate a partir da leitura prévia do texto indicado (MINAYO, 2016; FERREIRA; STEINLE, 2009);
21/09	Unidade II. A pesquisa nas ciências sociais: desafios na produção do conhecimento -A questão da Ética na Pesquisa – Debate com Priscila Keiko (texto de apoio: Resolução 510) -Aula Expositiva com debate a partir da leitura prévia dos textos indicados (DESLANDES, 2016)
28/09	Unidade II. A pesquisa nas ciências sociais: desafios na produção do conhecimento -Exercício Prático para Elaboração do <u>Pré</u> Projeto (Texto de Apoio: MAZUCATO (Cap. 4 e 5))
05/10	Unidade II. Teoria, Método e Instrumentos -Exercício Prático (Laboratório de Informática ¹): Revisão de Literatura/Pesquisa (texto de apoio: SEVERINO, p.115-123)
19/10	1ª Avaliação: entrega da 1ª parte do Projeto de Pesquisa Unidade III: Introdução da unidade (textos de apoio: REIS e FROTA; Textos de Jornal e Pesquisa DIEESE)
26/10	Entrega das notas e trabalho/revisão e questões pendentes Unidade III. Elaboração de Projetos - Exercício Inicial de Escrita do Projeto, a partir da leitura de alguns projetos já elaborados
09/11	Unidade III. Como elaborar Projeto de Pesquisa <u>Exercícios Práticos</u> de elaboração do projeto de pesquisa
16/11	Unidade III. A elaboração do projeto de pesquisa Exercícios práticos de elaboração do projeto de pesquisa
23/11	Unidade III: Orientações (individuais ou em pequenos grupos)

¹ Será feito contato com a Coordenação de Curso para levantamento da possibilidade do uso do Laboratório de Informática da unidade.

	para elaboração do Projeto de pesquisa
30/11	Unidade III: Orientações (individuais ou em pequenos grupos) para elaboração do Projeto de pesquisa
07/12	Unidade III: Orientações (individuais ou em pequenos grupos) para elaboração do Projeto de pesquisa
14/12	2ª Avaliação: Entrega dos Projetos
21/12	2ª Chamada Entrega das Notas/Avaliação da disciplina
	VS



VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FERREIRA, J. V. H.; STEINLE, M. C. B. **Ética na pesquisa: uma discussão necessária**. In: SUZUKI, J. T. F. (Org.). TCC: elaboração & redação. Londrina: Redacional Livraria, 2009. p.21-29. Pdf

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas S/A. 2008. (Cap. 3; Cap. 6; Cap. 11 e 12)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-717.

MAZUCATO, Thiago (org). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. Cap. 4 e 5 (p. 31-46)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

REIS, Alcenir S.; FROTA, M. Guiomar da C. **Guia Básico para a elaboração do projeto de pesquisa**. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (item 3.4: p. 102-110; item 4.2: p.115-123)

VII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. In: **Temporalis**. Revista da ABEPSS. Ano IX, n. 17, 2009. p. 131-142

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A **Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artmed. Belo Horizonte: Editora UFMO, 1999. Pdf (p. 111-123)

MAZUCATO, Thiago (org). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. Cap. 1 e 8.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde coletiva**, p. 621-626, 2012.

ROCHA, M. A. G. A. Elaboração de Projetos de Pesquisa. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Pdf

ANEXO E

Parecer da Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada de
Lisboa



Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada

Parecer

Referência:	UL/CE/CLISSIS/2304
Requerente:	Dr.ª Vera Lúcia Ermida Barbosa
Assunto:	Pedido de apreciação sobre o protocolo de investigação
Tipo:	Projeto de Tese de Doutoramento
Título:	Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro
Estudante:	Dr.ª Vera Lúcia Ermida Barbosa
Orientador:	Prof.ª Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa
Parecer da Comissão:	Positivo, em concordância com os termos descritos no parecer do Consultor designado , na reunião da Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada, do dia 03 de abril de 2023.
Consultor designado:	Prof.ª Doutora Vanda Sofia Braz Ramalho

A Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada recebeu o pedido de parecer em relação à realização do estudo “**Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro**”, a desenvolver no âmbito da tese de Doutoramento em Serviço Social da Universidade Lusíada, *campus* de Lisboa, pela estudante **Dr.ª Vera Lúcia Ermida Barbosa**, sob orientação da **Prof.ª Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa**.

Na sua reunião do dia **03 de abril de 2023** a Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada deliberou dar **parecer positivo** à realização deste estudo, em concordância com os termos descritos no parecer do Consultor designado em anexo, com a referência **UL/CE/CLISSIS/2304**.

O parecer emitido pela Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada refere-se aos termos e condições descritas no processo objeto do parecer. Alterações a esses termos e condições deverão ser comunicados à Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada, explicitando as eventuais alterações. A Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada solicita uma cópia eletrónica do documento descritivo dos resultados do projeto (ex. relatório final).

O Presidente da Comissão de Ética para a Investigação da Universidade Lusíada

(Professor Doutor Afonso d' Oliveira Martins)



ILID - Instituto Lusíada de Investigação e Desenvolvimento
Rua da Junqueira, 188-198 | 1349-001 Lisboa | t.: +351 213 611 590
e.: ilid.anapp@lis.ulusiada.pt | w.: www.ulusiada.pt





Anexo Referência UL/CE/CLISSIS/2304:

(página 1 de 2)

PARECER

sobre a conformidade do projeto

“Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro”
às boas regras éticas da investigação científica

Apreciação

Investigadores envolvidos no projeto:

- Professora Doutora Vera Lúcia Ermida Barbosa [CLISSIS, Instituto Superior de Serviço Social, Discente no 3º ciclo de estudos em Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa na Universidade Lusíada (ISSSL-UL).

Documentos analisados:

- Carta de Anuência UFF
- Deliberação do Conselho Científico da Universidade Lusíada
- Parecer de aprovação do Comité de Ética em pesquisa (CEP) Brasil 5540668
- Plataforma Brasil_CONEP_Folha de rosto para pesquisa envolvendo Seres Humanos
- Requerimento ao Comité de ética da Universidade Lusíada
- Guia [roteiro] de entrevista semiestruturada e técnicas de implementação
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [informado] (TCLE)
- Projeto de Tese de Doutoramento em Serviço Social

Considerações Éticas:

O projeto de investigação parcialmente desenvolvido no Brasil e em Portugal recebeu parecer favorável do Comité de Ética em Pesquisa (CEP) no Brasil em 2022, tendo obtido aprovação do Conselho Científico da Universidade Lusíada em 10 de maio de 2022. Os procedimentos referentes ao desenvolvimento e metodologia estão de acordo com as normas éticas no campo da investigação social. Não existe expectativa de que os temas abordados gerem desconfortos ou constrangimentos no/as participantes, sendo que segundo palavras da investigadora destacadas pelo Comité de Ética brasileiro a participação no estudo “irá contribuir para a ampliação e complexificação das referenciais teóricas do serviço social, consequentemente, formando profissionais mais capazes de refletir, teorizar e intervir sobre as questões sociais e de lutar por justiça social numa sociedade plural.”

Encontram-se identificadas as possíveis questões éticas levantadas pelo estudo e como estas questões serão abordadas pelo projeto, nomeadamente:

- O consentimento informado de todos/as os/as participantes;
- O reconhecimento e informação aos/as participantes sobre o seu direito a revogar o seu consentimento e/ou abandonar o estudo a qualquer momento;
- A garantia formal da confidencialidade e do anonimato dos/as participantes caso assim o desejem.

Armazenamento e proteção dos dados recolhidos:

A investigadora descreve como os dados recolhidos serão armazenados, protegidos e tratados.

Página 1 de 2



ILIDI - Instituto Lusíada de Investigação e Desenvolvimento
Rua da Junqueira, 188-198 | 1349-001 Lisboa | t.: +351 213 611 590
e.: ilidi.anapp@lis.ulusiada.pt | w.: www.ulusiada.pt





V.M.

Anexo Referência UL/CE/CLISSIS/2304:

(página 2 de 2)

PARECER

sobre a conformidade do projeto

“Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro”
às boas regras éticas da investigação científica

Disseminação dos resultados:

A investigadora especifica a forma de divulgação dos resultados na comunidade científica, bem como na sociedade e/ou na população em estudo e, especificamente, as medidas com vista à garantia da confidencialidade e anonimato da identidade dos/as participantes, comprometendo-se a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, dando acesso aos mesmos aos/as participantes.

Parecer

Analisados os documentos acima identificados, e, em particular, os pontos relativos às dimensões éticas da proposta de investigação, considera-se emitir **PARECER FAVORÁVEL**.

Lisboa, 16 de março de 2023

A Consultora

Assinado por: **VANDA SOFIA BRAZ RAMALHO**
Num. de identificação: 11464302
Data: 2023-03-16 14:19:16 -00'00'



Vanda Sofia Braz Ramalho

Página 2 de 2



ILID - Instituto Lusíada de Investigação e Desenvolvimento
Rua da Junqueira, 188-198 | 1349-001 Lisboa | t.: +351 213 611 590
e.: ilid.anapp@lis.ulusiada.pt | w.: www.ulusiada.pt



ANEXO F

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP|UFF

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social Decolonial: um estudo sobre os debates teóricos emergentes e a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro

Pesquisador: VERA LUCIA ERMIDA BARBOSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59166222.4.0000.8160

Instituição Proponente: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.540.668

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto para tese de doutorado, a ser desenvolvido na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS-UFF) e do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada de Lisboa (ISSSL-UL), que pretende discutir a formação em serviço social nos contextos português e brasileiro.

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1937274.pdf de 23 /06/2022, reformulado), do Projeto Modificado de 23 /06/2022 e carta resposta de 23/06/2022 que retorna ao CEP para apreciação da pendência apontada no Parecer: 5.461.984 da reunião do CEP-Humanas do dia 10 de junho de 2022.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Estudar as possíveis apropriações e contribuições do pensamento decolonial para a construção da matriz teórica do serviço social em contexto português e brasileiro. **Objetivos Secundários:** *Contextualizar epistemologicamente os currículos atuais do ISSSL-UL e da ESS-UFF; * Analisar as estratégias de construção do pensamento crítico profissional na formação; * Identificar as lacunas teóricas onde o pensamento decolonial pode contribuir na formação; * Identificar

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -



Continuação do Parecer: 5.540.668

Pendência 4:

Foi anexado na Plataforma Brasil o TCLE modificado.

Pendência 5:

Foi anexado na Plataforma Brasil um arquivo com o roteiro de entrevista semiestruturada e técnicas de implementação.

ANÁLISE: Pendências atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo “Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações”.

Recomendações:

Vide campo “Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações”.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo aprovado.

Ressalta-se que cabe a pesquisadora responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo “relatório” para serem devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº. 001/13, item XI.2.d.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1937274.pdf	23/06/2022 12:28:52		Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	23/06/2022	VERA LUCIA	Aceito

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -



Continuação do Parecer: 5.540.668

demandas por aportes teóricos decoloniais que fundamentem as práticas profissionais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Não há qualquer expectativa de que os temas a serem abordados gerem desconfortos ou constrangimentos. Ainda assim, em caso de qualquer circunstância alheia, o encontro poderá ser imediatamente interrompido. Benefícios: O conhecimento gerado pela pesquisa, a partir de interação entre todas/os/es que dela participarem, irá contribuir para a ampliação e complexificação dos referenciais teóricos do serviço social, consequentemente, formando profissionais mais capazes de refletir, teorizar e intervir sobre as questões sociais e de lutar por justiça social numa sociedade plural. Cada participante que desejar, poderá participar em coautoria dos artigos e comunicações que vierem a ser produzidos pela pesquisadora acerca da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de resposta a pendências apontadas no Parecer: 5.461.984 da reunião do CEP-Humanas do dia 10 de junho de 2022.

Pendência 1:

A pesquisadora esclarece que a instituição onde será realizada a pesquisa é a Escola de Serviço Social da UFF através do seu Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social e que a pesquisadora possui um vínculo com a Instituição Estrangeira de Portugal. Portanto não se faz necessário a carta a instituição estrangeira.

Pendência 2:

O cronograma foi atualizado no arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1937274.pdf de 23 /06/2022, reformulado) e no Projeto Modificado de 23 /06/2022.

Pendência 3:

Foi informado nos dois novos documentos anexados na Plataforma Brasil (Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1937274.pdf de 23 /06/2022, reformulado e Projeto Modificado de 23 /06/2022) como será feita a seleção dos informantes e quais serão os critérios de inclusão e exclusão definidos para a amostra dos 25 participantes declarados. Além disso foi descrita a metodologia de aplicação das entrevistas.

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -



Continuação do Parecer: 5.540.668

Outros	Carta_Resposta.pdf	12:27:53	ERMIDA BARBOSA	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista_semiestruturada.pdf	23/06/2022 12:27:09	VERA LUCIA ERMIDA BARBOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Texto_projeto_tese_modificado.pdf	23/06/2022 12:21:25	VERA LUCIA ERMIDA BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	23/06/2022 12:18:13	VERA LUCIA ERMIDA BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/05/2022 08:11:08	VERA LUCIA ERMIDA BARBOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Texto_projeto_tese.pdf	06/05/2022 08:09:08	VERA LUCIA ERMIDA BARBOSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	06/05/2022 07:51:08	VERA LUCIA ERMIDA BARBOSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NITEROI, 22 de Julho de 2022

Assinado por:
FABIO REIS MOTA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br